



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JULIANA SOUSA

**A MORAL DAS SENZALAS E O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO: LUTA COLETIVA E [SUB]REPRESENTAÇÃO DO
CONFLITO NOS TRIBUNAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

**CAMPINAS
2019**

JULIANA SOUSA

**A MORAL DAS SENZALAS E O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO: LUTA COLETIVA E [SUB]REPRESENTAÇÃO DO
CONFLITO NOS TRIBUNAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: PROFA. DRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI.

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA JULIANA SOUSA E
ORIENTADA PELA PROFA. DRA.
MAGDA BARROS BIAVASCHI.

**CAMPINAS
2019**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Sousa, Juliana, 1983-
So85m A moral das senzalas e o trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo : luta coletiva e [sub]representação do conflito nos tribunais da justiça do trabalho / Juliana Sousa. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Magda Barros Biavaschi.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho doméstico. 2. Classe social. 3. Direito do trabalho. 4. Gênero. 5. Raça. I. Biavaschi, Magda Barros, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Slavery morality and paid domestic work in contemporary Brazil : collective struggle and underrepresentation of the conflict in the labour courts

Palavras-chave em inglês:

Domestic work

Social class

Labour right

Gender

Race

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Magda Barros Biavaschi [Orientador]

Angela Maria Carneiro Araújo

Glaucia Cristina Candian Fraccaro

Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos

Marilane Oliveira Teixeira

Data de defesa: 10-07-2019

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

-ORCID do autor:<https://orcid.org/0000-0002-0236-6466>

-Currículo Lattes do autor:<http://lattes.cnpq.br/8100211295859944>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos da Defesa da Tese de Doutorado, composta pelas Professoras Doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 10 de julho de 2019, considerou a candidata Juliana Sousa aprovada.

Profa. Dra. Magda Barros Biavaschi (Presidente)

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo

Profa. Dra. Glaucia Cristina Candian Fraccaro

Profa. Dra. Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos

Profa. Dra. Marilane Oliveira Teixeira

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico esta tese à Elizabeth, pelo que nos une.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Magda Barros Biavaschi, minha orientadora, pela confiança em meu trabalho, por ensinar-me a metodologia da pesquisa e guiar-me pelo universo do Direito, até então desconhecido para mim e até mesmo inspirador de certa desconfiança, não pela avaliação simplista de que se tratasse de um discurso falso, mas pelo seu descolamento concreto da vida de uma multidão de pessoas simples e aviltadas. O que se sobressai para mim, após o percurso, é que a disputada narrativa do Direito, quando apropriada pelos despossuídos, possibilita-nos sonhar com a invenção coletiva de *mundos que valham a pena ser vividos*, citando a professora Vera Telles. À professora Angela Araújo pelas indicações e materiais de leitura, comentários instigantes e críticas precisas; além disso, agradeço por generosamente me acolher quando as dificuldades me deixaram aflita – e não foram poucas, nesses nossos tempos devastadores, bem sabemos. À professora Gabriela Delgado pelas sugestões de leitura e críticas tão gentilmente apontadas, assim como pelo convite a conhecer o núcleo de atendimento jurídico às trabalhadoras domésticas, iniciativa da Defensoria Pública, do TRT-10 e em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB), que ainda espero atender.

Agradeço ao querido mestre e amigo professor Iram Jácome Rodrigues, sempre tão generoso, por ter acreditado em mim e me incentivado sempre a tentar, quando, ainda no final da graduação, me recebeu na sua sala e tratou logo de me dissuadir a chamá-lo por “senhor”, por toda a sua paciência para ler os meus esboços de projetos de pesquisa. Ao querido amigo *Helinho*, Hélio da Costa, com quem tive a oportunidade de conviver profissionalmente e aprender, por mais de cinco anos; o grande incentivador e entusiasta desta tese, e com quem pude compartilhar a profunda indignação, que parece estar perdendo espaço em nossa sociedade, diante da recente escalada das desigualdades sociais. À professora Guita Debert, que com atenciosidade trouxe a uma de suas aulas a professora Sueli Kofes, referência nas pesquisas sobre o trabalho doméstico, para a discussão específica do tema. À professora Regina Facchini pela leitura e pelos comentários pacientes. Ao Alisson Droppa pela leitura atenta e pelos comentários gentis.

Muito obrigada à Rosangela, informante e amiga, por aceitar vir à minha casa num sábado à tarde após mais uma jornada, ainda sem almoçar, para compartilhar, com bom

humor, dissabor e otimismo, suas percepções sobre a sua trajetória e o seu cotidiano profissional. Às participantes do Congresso das Domésticas, de 2016, por terem aceitado contribuir respondendo ao questionário analisado no estudo e à *Tudi* (Lucilene Binsfeld), que viabilizou a minha presença no encontro. À Creuza Oliveira, Luiza Pereira, Eliete, Claudionor (*Claudião*), Adenora, Regina Teodoro, e tantas outras dirigentes sindicais, artífices cuja luta torna possível a construção efetiva de mundos alternativos, por partilharem as reflexões norteadoras. À Silvia, Zenilda e ao Roney por terem me auxiliado a presenciar uma audiência judicial assessorada pelo sindicato das trabalhadoras domésticas de São Paulo.

Aos colegas da então equipe técnica do Instituto Observatório Social (IOS): Bárbara Ablas, Leandro Machado, Vicente Macedo, Rafaela Suiron, Henrique Reis, João Victor Motta e Adriana Lopes, agradeço pelo companheirismo e pelas discussões que contribuíram decisivamente para a minha formação. Pelo aprendizado, nos últimos três anos como pesquisadora no IOS, agradeço aos companheiros da Rede Latino-americana de Pesquisas sobre os temas do trabalho (RedLat): Alejandra Picco, Carmen Tangarife, Enrique Maldonado, Giovanna Larco, Luis Guillermo Rangel, Mariano Barrera, Militza Meneses. Aos colegas da Área temática *Trabalho, Política e Sociedade*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, pelas discussões: Bianca Briguglio, Patrícia Lemos, Thaís Lapa, Thales Lelo, Pedro Queiroz.

Agradeço ao Ábine pela companhia carinhosa nesse momento tão difícil que é a escrita de uma tese, com quem tenho aprendido que o amor não é uma fantasia romântica e estou reaprendendo o sentimento de ter um lugar no mundo. Ao meu pai, Gerson, de quem as injustiças desta vida usurparam a oportunidade de estudar, agradeço por estar ao meu lado ao longo de toda a minha vida escolar – ao seu modo, celebra meus passos teimosos. À vó Terezinha, fortaleza que torna a nossa história viva. À vó Janice, em sua infinita sabedoria e ternura, com quem aprendi, no colo, a rica e subversiva linguagem que consagrou poetas como Guimarães Rosa – este é o meu capital cultural de berço –, e a não desacorçoar. Porque as *Revoluções populares não são nunca prematuras*, citando o professor Valério Arcary, a quem agradeço pelas memoráveis aulas de História Econômica que me incitaram a estudar as Ciências Econômicas e Sociais. À Carolina e à Luísa, com quem compartilho a desmesurada saudade da mãe e avó, Elizabeth, que passou como um cometa e deixou uma trilha que me orienta a cada dia, mesmo após quase duas décadas de sua partida, período superior ao tempo que tive o privilégio de com ela vivermos juntas.

RESUMO

Esta tese discute as relações de trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo, partindo da proposta analítica de compreender o entrelaçamento das relações sociais de gênero, raça e classe. Associando-se à persistente divisão sexual do trabalho, o racismo estrutural e a luta de classes têm produzido um quadro de acentuada desigualdade social e, como um de seus resultados mais sensíveis, a existência de um contingente que ultrapassa as 6 milhões de trabalhadoras domésticas no país, em 2018, das quais 61,6% são mulheres negras e somente 29,2% contavam com o registro na carteira de trabalho (PNAD Contínua). No plano formal, as recentes conquistas ampliaram os direitos resguardados: a Emenda Constitucional nº 72, de 2013, que, entre outros, finalmente delimitou a jornada de trabalho, e a Lei Complementar nº 150, de 2015, que tornou obrigatória a inserção ao sistema do FGTS e o acesso ao seguro-desemprego, dentre outros. Engajadas nessa luta, as dirigentes sindicais brasileiras também se tornaram referência no contexto da adoção, em 2011, da Convenção nº 189 da OIT. Por outro lado, as violações têm impulsionado o encaminhamento dos conflitos aos tribunais da Justiça do Trabalho: a partir da pesquisa nos acórdãos do TST, o estudo analisa o total de decisões proferidas quando dos julgamentos, de 2006 a 2017, dos pleitos de natureza trabalhista doméstica, com a finalidade de verificar aspectos em que houve extensão ou restrição da tela de proteção social às trabalhadoras domésticas. Cerceando o acesso a direitos, a “reforma trabalhista” promovida pela Lei nº 13.467/2017, que introduziu profundas mudanças na legislação, com impactos sobre toda a classe trabalhadora brasileira.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Raça, Gênero; Classe Social; Direito do Trabalho.

ABSTRACT

This thesis discusses the paid domestic work relationships in contemporary Brazil, from the analytical proposal of understanding the articulation between gender, race and class. Associated with the persistent sexual division of labour, structural racism and class struggle have produced a picture of serious social inequality and, as one of its most sensitive effects, the existence of a contingent that exceeds 6 million domestic workers in the country, in 2018, of which 61.6% are black women and only 29.2% hold a registered employment contract (PNAD Contínua). On the legislation, recent achievements have increased new rights: Constitutional Amendment No. 72/2013, which, finally delimited the working time, and Complementary Law 150/2015, which enforced on the insertion into the FGTS system and the access to unemployment insurance etc. Engaged in this struggle, Brazilian trade union leaders also became a reference in the context of the adoption, in 2011, of ILO Convention No. 189. On the other hand, the violations have encouraged the referral of the conflicts to the Labour Justice: based on the research in the TST judgments, the study analyses the total decisions from 2006 to 2017 of labour claims with the purpose of verifying aspects in which there was extension or restriction of the social protection net to the domestic workers. Barring access to rights, the "labour reform" promoted by Law No. 13,467/2017, which introduced profound changes in legislation, impacting on the entire Brazilian working class.

Keywords: Domestic Worker; Race, Gender; Social Class; Labour Right.

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Gráfico 1: População de 14 anos ou mais de idade ocupada como empregado doméstico - Distribuição (em %)	26
Gráfico 2: Experiência profissional (em anos de trabalho) das trabalhadoras domésticas brasileiras respondentes e participantes do 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, no Rio de Janeiro, em 2016	216
Gráfico 3: Principais temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados no período de 2006 a 2017	267
Gráfico 4: Decisões proferidas nos Acórdãos do TST classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados no período de 2006 a 2017 (%)	287
Gráfico 5: Parte que recorreu ao TST para a solução da reclamação trabalhista doméstica, nos Acórdãos julgados no período de 2006 a 2017	312
Gráfico 6: Relação entre a proporção (%) de recursos ao TST interpostos pelas reclamantes domésticas e as decisões favoráveis às demandas trabalhistas, de 2006 a 2017 e o total do período	314
Gráfico 7: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, classificadas segundo o Tribunal Regional de origem, julgados no período de 2006 a 2017	318
Tabela 1: Brasil - Rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas com rendimento de trabalho - Empregado (Médias anuais, em Reais)	28
Tabela 2: Brasil - População Ocupada no Trabalho Doméstico, por Sexo, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015	29
Tabela 3: Brasil - Proporção de Trabalhadores/as Domésticos/as no Total de Ocupados, por Sexo, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015	29
Tabela 4: Brasil - Proporção de Trabalhadoras Domésticas que Possuem Carteira de Trabalho Assinada, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015	30
Tabela 5: Brasil - Rendimento Médio Mensal das Trabalhadoras Domésticas, segundo Cor/Raça e Posse de Carteira Assinada - 1995, 2005 e 2015 (em Reais)	30
Tabela 6: Brasil - População Feminina Ocupada em Trabalho Doméstico, segundo Cor/Raça e Faixa Etária - 1995, 2005 e 2015 (%)	31
Tabela 7: Brasil - Média de Anos de Estudo das Trabalhadoras Domésticas com 16 anos ou mais de idade, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015	32
Tabela 8: Brasil - Proporção de Trabalhadoras Domésticas que residem no domicílio onde trabalham, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015	32
Tabela 9: Brasil - Proporção de Trabalhadoras Domésticas que prestam Serviço em mais de um Domicílio, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015	33
Tabela 10: O Impacto no Orçamento (custos antes e depois da EC nº 72/2013 e da LC nº 150/2015) do Empregador Doméstico que remunera com um Salário Mínimo Nacional, em 2015, em Reais	169

Tabela 11: O Impacto no Orçamento (custos antes e depois da EC nº 72/2013 e da LC nº 150/2015) do Empregador Doméstico que remunera com dois Salários Mínimos Nacionais, em 2015, em Reais	169
Tabela 12: Estimativas global e regional do número de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, segundo o gênero, em 2010	187
Tabela 13: Brasil - Percentual de pessoas sindicalizadas, na população de 16 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, Total e nos Serviços Domésticos, de 2004 a 2015	212
Tabela 14: Perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras respondentes e participantes do 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, no Rio de Janeiro, em 2016	214
Tabela 15: Experiência profissional (em anos de trabalho) das trabalhadoras domésticas brasileiras respondentes e participantes do 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, no Rio de Janeiro, em 2016	216
Tabela 16: Reclamações na Justiça do Trabalho entre as trabalhadoras domésticas brasileiras respondentes e participantes do 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, no Rio de Janeiro, em 2016	219
Tabela 17: Total de Acórdãos do TST localizados e efetivamente referentes à reclamação trabalhista doméstica, julgados no período de 2006 a 2017	253
Tabela 18: Total dos temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados no período de 2006 a 2017 (Nº e %)	255
Tabela 19 (A e B): Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados nos anos de 2006 a 2017 (I e II)	259
Tabela 20: Principais temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados no período de 2006 a 2017	266
Tabela 21: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados no período de 2006 a 2017	270
Tabela 22 (A a D): Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados nos anos de 2006 a 2017 (I e II)	271
Tabela 23: Número de reclamações e total das decisões proferidas nos Acórdãos do TST classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, e total de Acórdãos do TST que não apresentaram solução (Sem Decisão), julgados nos anos de 2006 a 2017 .	290
Tabela 24: Parte que recorreu ao TST para a solução da reclamação trabalhista doméstica, nos Acórdãos julgados nos anos de 2006 a 2017	313
Tabela 25: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem, julgados no período de 2006 a 2017 .	316
Tabela 26: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, classificadas segundo o Tribunal Regional de origem, julgados no período de 2006 a 2017	317
Tabela 27: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem e a parte recorrente, inclusive União e MPT, julgados no período de 2006 a 2017	320

Tabela 28 (A a D): Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem e a parte recorrente, julgados nos anos de 2006 a 2017	321
Tabela 29: Número de recursos apresentados pela União (PGF) pretendendo a incidência das contribuições previdenciárias e total das decisões proferidas nos Acórdãos do TST classificadas como Favorável ou Desfavorável ao INSS, julgados nos anos de 2006 a 2017	338
Tabela 30 (ANEXO B): Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, Brasil e UF, 4º trimestre de 2012 e 2017 (Mil pessoas)	355
Tabela 31 (ANEXO B’): Rendimento médio real por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, Brasil e UF, 4º trimestre de 2012 e 2017 (Reais)	356
 Quadro 1: Os Direitos das Trabalhadoras Domésticas antes e após a regulamentação da Emenda Constitucional e a Avaliação da Contracs-CUT	174
Quadro 2: Resumo da Convenção nº 189 e da Recomendação nº 201 da OIT (2011) sobre as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos	184
Quadro 3: Síntese dos Principais Direitos Conquistados pelas Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil, por data de publicação	196
Quadro 4: Aspectos da Lei nº 13.467/2017), que altera a CLT, de 1943, e promove a [Anti]”Reforma Trabalhista”	245

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	14
<i>Estrutura da Tese e outras Notas Metodológicas</i>	35

PARTE I

O PROBLEMA

1. A Formação Social Nacional e a Longevidade da Servidão no Brasil	45
Apêndice ao capítulo: <i>Breves Considerações sobre o Pensamento de Freyre em Casa-Grande & Senzala</i>	98
2. Gênero como Categoria Analítica	105
2.1. A dicotomia sexo e gênero	105
2.2. O trabalho doméstico e suas dimensões sob o paradigma do cuidado: afetividade e migrações no Brasil e no mundo	120
2.3. Leituras sobre o trabalho doméstico no Brasil	127
2.4. O “ <i>fantasma que paira</i> ”: o “roubo”, uma narrativa opressora	145

PARTE II

OS AGENTES DO CONFLITO

3. O Trabalho Doméstico como Atividade Servil e a Conquista de Direitos: um breve retrospecto da lenta regulamentação jurídica no Brasil	156
3.1. Convenção nº 189 e Recomendação nº 201 da OIT (2011): Trabalho Decente para as trabalhadoras domésticas no Brasil e no mundo	181
4. O 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em 2016	197
5. Os Conflitos do Trabalho Doméstico nos Tribunais da Justiça do Trabalho	232
5.1. O processo de construção da Justiça do Trabalho	232
5.2. O Direito e a Justiça do Trabalho no Brasil em Tempos Sombrios	241
5.3. Os Julgamentos das Reclamações Trabalhistas Domésticas: os Acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	251
5.4. As Audiências no Fórum Ruy Barbosa	326
Apêndice ao Capítulo: <i>As Ações Movidas pela União para o Recolhimento das Contribuições Previdenciárias</i>	337

CONSIDERAÇÕES FINAIS	342
----------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	347
--------------------	-----

ANEXOS	354
--------------	-----

INTRODUÇÃO: O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Analisar o trabalho doméstico remunerado no Brasil significa abordar uma face especialmente sensível da sociabilidade no país, tanto do ponto de vista da organização cotidiana das famílias quanto das dinâmicas da regulação pelo Estado. Ao longo da história brasileira, as relações de força têm amiúde reforçado a naturalização da colossal desigualdade social e as trabalhadoras domésticas, conforme esta tese almeja demonstrar, compõem o contingente populacional o qual as elites têm relegado ao abandono secular e que, por outro lado, animam lutas individuais, na vida cotidiana, e lutas sociais organizadas coletivamente.

Após a abstenção expressa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1972 houve a primeira regulamentação normativa para a categoria (Lei nº 5.859/1972), elevando os trabalhadores domésticos à condição de sujeitos previdenciários, com direito ao decorrente registro do contrato de trabalho e previsão de férias anuais. No entanto, a garantia do salário mínimo e de outros direitos oriundos da relação de emprego (com a ressalva do parágrafo único do artigo 7º da Lei Maior) foi conquistada formalmente apenas com a Constituição Federal de 1988 até que, mais recentemente, a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, e a adoção da Lei Complementar nº 150, de 2015, possibilitaram avançar na luta pela igualdade no campo dos direitos sociais trabalhistas e previdenciários. Nas relações microssociais, a adesão hegemônica às arbitrariedades excludentes envolve, no seio da intimidade familiar, a superexploração daquela que, oportunamente, está agregada à convivência doméstica. O esforço de abarcar tal complexidade exige o enfrentamento de múltiplas dimensões, dentre as quais este estudo priorizará os eixos de classe, raça e gênero.

A divisão sexual do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas tem conferido tradicionalmente e como prioridade o trabalho doméstico às mulheres, como atividade duplamente desvalorizada: primeiro, por se tratar de uma tarefa não necessariamente remunerada; e segundo, por ser primordialmente desempenhada pelas mulheres, porque por suposição atrelada ao papel que a natureza concede a elas: de cuidado da família e do lar. Esse movimento de cristalização da dinâmica que atribui papéis sociais polarizados a mulheres e homens – e que envolvem representações simbólicas das quais resultam a associação tipificada da mulher à imagem da dona de casa, mãe, responsável pelo trabalho reprodutivo e do homem à imagem do provedor, chefe de família, autoridade, por sua vez responsável pelo trabalho produtivo – estaria ancorado em justificativas respondidas pelos atributos biológicos,

concedidos pela natureza a ambos os sexos. A rigor, habilidades tais como paciência, cuidado e docilidade muitas vezes não são encaradas como qualificações culturalmente adquiridas em nossa sociedade, mas como dons supostamente natos, inerentes à “natureza feminina” (BOURDIEU, 1999).¹

Cumpra salientar que esse ordenamento social não se impõe como uma universalidade. Complexificando e sofisticando a análise, Collins (2015) estabelece que a experiência social se desenvolve a partir de um sistema de opressão múltiplo, que enquadra a vida, e que envolve aspectos relacionados a raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero. Para a autora, estas dimensões constituem categorias de análise, como *estruturas de opressão distintas, mas imbricadas* (COLLINS, 2015: 14), bem como atuam como categorias de conexão que possibilitam a construção de *coalizões que trarão mudanças sociais* (COLLINS, 2015: 30).

Quanto ao primeiro desses enunciados, a proposta analítica, facilita que a dimensão simbólica da opressão seja problematizada: questionando a dicotomia que demarca a fixidez entre as características “femininas” e “masculinas” – por exemplo, as oposições agressivo/passivo, líder/seguidora, racional/emocional, forte/fraca, intelectual/física –, Collins (2015) ressalta a importância de ampliar a abordagem, a fim de *ver como as imagens simbólicas aplicadas a diferentes grupos de raça, classe e gênero interagem na manutenção de sistemas de dominação e subordinação* (COLLINS, 2015: 25). Assim, Collins constrói uma proposta de análise atenta à natureza entrelaçada de classe, gênero e raça na estruturação da dimensão simbólica da opressão. Observar as imagens associadas a masculinidades e feminilidades como “simbolismo universal” de gênero, ao invés de concebê-las como imagens simbólicas específicas, torna invisíveis as experiências de pessoas negras, assim como não pondera as discrepâncias relacionadas ao ponto de vista socioeconômico, sejam de mulheres ou homens.

¹ Em referência à *Dominação Masculina* (1999), de Bourdieu. No entanto, é fundamental que apontemos algumas considerações à obra, tendo em vista que muito criticada por feministas ao desqualificá-las em seu empreendimento político e ignorar todos os trabalhos de pesquisa empírica e reflexão teórica das estudiosas do campo. Atribuindo univocamente um sexo à dominação social, Bourdieu explica a lógica da dominação simbólica das sociedades capitalistas ocidentais contemporâneas recorrendo ao princípio androcêntrico, verificado no estudo empírico por ele realizado nas comunidades cabilas de expressão berbere, na Argélia colonial. Transposição de um inconsciente do primado da masculinidade de um momento arcaico da história que, enraizado, reproduzir-se-ia continuamente no decorrer dos séculos, impondo-se universalmente em distintos contextos sociais. Uma análise que aponta, portanto, uma compreensão universal e atemporal da “supremacia masculina” (conferir em CORRÊA, 1999). A polarização fixa e homogênea dessa relação de poder, aliás, não contempla a complexidade das relações sociais que esta tese pretende analisar: penso, por exemplo, na relação entre empregadora doméstica e seu motorista particular, ou jardineiro, e nas oscilações dos eixos de dominação e sujeição que ela pode suscitar.

Avançando nessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho pode ser definida como *a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos* (HIRATA; KERGOAT, 2007: 599), sendo modulada historicamente e em cada sociedade. Tem como premissa fundamental a designação, prioritariamente, dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, com simultânea apropriação pelos homens das funções às quais se atribui tradicionalmente *maior valor social* (HIRATA; KERGOAT, 2007: 599), ou de maior prestígio – tais como as relacionadas aos espaços políticos, religiosos, militares, entre outros. Essa divisão social do trabalho em particular envolve dois princípios organizadores: o princípio da separação – distinguindo “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres” – e o princípio da hierarquização – trabalhos desempenhados por homens apresentam muitas vezes valor superior àqueles desempenhados por mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007: 599). Além disso, a dimensão racial impõe outras clivagens à divisão social do trabalho (CRENSHAW, 2002; BRAH, 2006; CARNEIRO, 2007; MOREIRA, 2007; PISCITELLI, 2008; GONZALEZ, 2011; COLLINS, 2015).

Essa constatação, no entanto, não ignora o fato de que é crescente o número de mulheres com acesso, e em maior volume, aos capitais econômicos, culturais e sociais², embora seja fundamental apontar os percalços para a conquista da igualdade de fato³. Tal

² Em relação à chefia dos lares brasileiros, o total chefiado por mulheres saltou em duas décadas: de 1995 a 2015, houve variação de 22,9% para 40,5%. Na decomposição racial, a oscilação foi de 22,0% para 39,7%, entre as brancas, e de 24,2% para 41,1%, entre as negras. Em 34,3% dos arranjos familiares chefiados por elas, em 2015, havia a presença de um cônjuge, ante a proporção de apenas 2,8% há vinte anos, o que sinaliza um avanço estratosférico do reconhecimento das mulheres como as pessoas de referência nos domicílios – o IBGE considera como pessoa de referência a responsável pela unidade domiciliar ou assim apontada pelos demais membros da família. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2017.

³ Analisando a participação das mulheres no “mundo do trabalho”, no Brasil, entre 2004 e 2013, Teixeira (2017) afirma que os dados demonstram que não houve modificação das condições de inserção e permanência das mulheres no emprego e dos perfis ocupacionais na estrutura produtiva, especialmente no que concerne às discrepâncias salariais, que favorecesse a constituição de um mercado de trabalho mais simétrico. A expansão econômica pouco repercutiu sobre a “secular divisão sexual do trabalho”, dada a característica estrutural das desigualdades socialmente construídas de gênero e raça. Em relação às múltiplas jornadas de trabalho, Teixeira avalia que a distribuição das atividades domésticas entre mulheres e homens praticamente não apresentou alteração: dentre os homens, a média de horas semanais gastas com afazeres domésticos permaneceu inalterada, 10 horas, ao passo que entre as mulheres oscilou de 22 horas para 21 horas, em 2004 e 2013, respectivamente. Mensurar a disparidade, entre os gêneros, na dedicação ao tempo do trabalho remunerado e não remunerado – no somatório, o tempo despendido pelas mulheres excede o dos homens em 6 horas semanais (TEIXEIRA, 2017: 201) – é o ponto de partida, de acordo com Teixeira, para o reconhecimento do trabalho que se realiza na esfera doméstica como *essencial para a reprodução da vida humana e para a própria sustentação das atividades de mercado e, com isso, ampliar o debate na sociedade sobre a necessidade de compartilhamento das tarefas de cuidado* (TEIXEIRA, 2017: 199). Considerando-se a clivagem de classe social, a extensão da dedicação aos afazeres domésticos varia segundo a estratificação ocupacional e salarial entre as mulheres – em contrapartida à relativa uniformidade quanto às horas despendidas pelos homens de diferentes segmentos econômicos. As mulheres ocupadas no setor de fabricação de máquinas de escritório, por exemplo, dedicam aproximadamente 11 horas semanais à jornada doméstica, enquanto as mulheres em atividades agrícolas despendem, em média, 28 horas (TEIXEIRA, 2017: 198-9 e 206-207).

situação configura um paradoxo: ao passo que se observa uma notória melhora nas últimas décadas na situação das mulheres no mercado de trabalho, persiste a divisão sexual do trabalho:

A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico. (KERGOAT, 2010: 94)

Dada a divisão sexual do trabalho e a precariedade da infraestrutura social, isto é, dos serviços coletivos socializados pelo poder público, como creches ou restaurantes e lavanderias populares (SORJ, 2014), a delegação (ou externalização) dos afazeres domésticos e familiares a outra mulher é, muitas vezes, um artifício ao qual recorrem inúmeras mulheres, sobretudo casadas e com filhos pequenos, a fim de que possam exercer uma atividade profissional extraluar. Nesses casos, a gestão desse trabalho delegado é quase sempre de competência daquelas que delegam (SAFFIOTI, 1978; KOFES, 2001; BRITES, 2000; ÁVILA, 2009; HIRATA; KERGOAT, 2007).

Diante desse quadro mais amplo, a proposta central desta tese está focada no estudo do trabalho doméstico exercido de modo remunerado no Brasil em nossos dias – a rigor, a principal atividade desempenhada pelas mulheres ocupadas⁴ –, compreendendo-o como uma atividade em que as relações de trabalho são significativamente marcadas pela superexploração e opressão de trabalhadoras que o desempenham. Como ponto de partida, é possível afirmar que a análise da temática do trabalho doméstico aponta, como particularidades: primeira, o recorte de gênero articulado com a dimensão de raça/etnia: as mulheres representaram, ao longo da primeira década do século XXI, cerca de 94,0% do total de ocupados nos Serviços Domésticos no Brasil⁵, sendo que as mulheres negras corresponderam a 61,6% do total de mulheres ocupadas na profissão⁶. E uma segunda particularidade que inicialmente é possível observar consiste na vulnerabilidade social de boa

⁴ A relação das principais atividades desempenhadas pelas mulheres ocupadas no Brasil é liderada pelos *Serviços Domésticos*, que abrangeram, em 2016, 14,7% do total; seguida pela *Pré-escola e ensino fundamental*, com 6,8% das mulheres ocupadas; e, na terceira posição, *Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas*, com 4,7%. Entre os homens ocupados no país, a principal atividade exercida era a *Construção de edifícios*, abarcando 9,1% do total; na segunda posição, *Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo*, com 3,7%; e, na sequência, *Criação de bovinos*, com 3,5%. Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016 - Mercado de Trabalho, 2017: 61 e 63.

⁵ Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego – PME. “Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas”, (08/março/2012, p. 6).

⁶ Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Situação Atual das Trabalhadoras Domésticas no País. Comunicado do IPEA Nº 90, 5 de maio de 2011.

parte dessas trabalhadoras, quanto a suas condições materiais de vida e gozo de direitos sociais.

As trabalhadoras domésticas muitas vezes desempenham atividades que as sujeitam a elevado risco de sofrer acidentes de trabalho (tais como a limpeza de janelas em prédios), estando também sujeitas a desenvolver doenças ocupacionais, como LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos ou Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho), problemas na coluna e alergias – respiratórias ou de pele, em virtude do manuseio de materiais de limpeza tóxicos. Abusos de autoridade por parte dos empregadores são, em muitos casos, rotineiros, com trabalhadoras submetidas a constrangimentos e humilhações (com ameaças de despedida), agressões físicas e assédio sexual⁷.

A assimetria nas relações de poder entre empregadores e trabalhadoras domésticas está ancorada em um sistema acentuadamente hierarquizado que intersecciona as anunciadas dimensões de classe, gênero e raça/cor (BRITES, 2007; HIRATA; KERGOAT, 2007; HIRATA, 2014; COLLINS, 2015). No que se refere às relações de classe, os empregadores são dotados de um conjunto de disposições, *habitus – sistema de disposições socialmente constituídas de um grupo de agentes* (MICELI, 2003: 65)⁸ –, que incluem o *saber se fazer servir* (BOURDIEU, 2007: 351). Para as classes dominantes, a presença cotidiana de “serviçais”, aos quais compete a realização de funções como as relacionadas ao trabalho doméstico, *sinaliza a distância da pobreza* (BRITES, 2007: 93) e a disponibilidade para atividades profissionais de maior prestígio social, à contemplação ou ao desenvolvimento de atividades intelectuais, permitindo, assim, a manutenção de um determinado estilo de vida e a ocupação de uma posição social de *status – as tarefas da casa são consideradas maçantes, estressantes e ocupam muito tempo* (SANTOS, 2011: 14). Da combinação entre a desvalorização social da atividade e a importância que frações volumosas das classes dominantes conferem à presença de uma trabalhadora doméstica resulta a ambiguidade característica do serviço doméstico.

⁷ Fonte: Instituto Observatório Social (IOS). Análise de Déficit de Trabalho Decente: Trabalho Doméstico. Relatório de Pesquisa. São Paulo, Março de 2012.

⁸ *Habitus são matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais* (BOURDIEU, 1999: 45). Esta perspectiva utiliza o conceito de *habitus* tal como o desenvolveu Bourdieu para explicar a produção social de indivíduos *dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), o qual constitui sua cultura, ou melhor, seu habitus* (SETTON, 2002: 62), possibilitando a análise da *afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais* (SETTON, 2002: 62). Trata-se de um *sistema de esquemas individuais, socialmente constituído, de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano* (SETTON, 2002: 62).

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. (...) [por exemplo,] o que está em jogo na luta a respeito da existência ou da não-existência das classes. A luta das classificações é uma dimensão fundamental da luta de classes. O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência (...). (BOURDIEU, 2004: 166-7)

Neste estudo, as classes sociais são compreendidas de acordo com a teoria formulada por Bourdieu, para quem *as classes no sentido de Marx estão por fazer-se mediante um trabalho político que possui tanto mais possibilidade de ser bem-sucedido quanto mais se munir de uma teoria bem fundada na realidade* (BOURDIEU, 2004: 156). Na sua proposta, Bourdieu mescla perspectivas clássicas e estabelece um modelo sociológico próprio de classe, combinando o materialismo e as relações materiais de poder que constituem a abordagem de Marx, à proposição de Durkheim sobre as representações coletivas e a classificação social, com as análises de Weber acerca da autonomia das formas culturais e da potência do *status* constituidor das hierarquias de honra (WACQUANT, Introdução a BOURDIEU, 2013: 106). Desse modo, uma classificação científica deve ponderar que os agentes sociais podem ser objetivamente caracterizados em função de duas espécies diferentes de propriedades: as propriedades materiais e as propriedades simbólicas. Ao conhecimento quanto à raridade e à concorrência pelos bens materiais escassos, a análise deve integrar a diferenciação de classes segundo o prestígio do qual desfrutam os grupos sociais, relacionado aos distintos estilos de vida engendrados pelo gosto – *arte, cultura, literatura, alta costura ou outros fetiches da alta sociedade* (BOURDIEU, 2013: 114) – e o seu reconhecimento coletivo, que manifestam as distribuições desiguais.

O estilo de vida é a primeira e talvez hoje a mais fundamental dessas manifestações simbólicas, vestimenta, mobiliário ou qualquer outra propriedade que, funcionando segundo a lógica do pertencimento e da exclusão, exibem as diferenças de capital (entendido como capacidade de apropriação de bens raros e dos lucros correlatos) sob uma forma tal que escapem à brutalidade injustificável do fato, do dado bruto, simples insignificância ou pura violência, para aceder a essa forma de violência desconhecida e denegada, e portanto afirmada e reconhecida como legítima, que é a violência simbólica. É assim que o “estilo de vida” e a “estilização da vida” transfiguram as relações de força em relações de sentido (...). (BOURDIEU, 2013: 115)

Toda diferença reconhecida, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção (BOURDIEU, 2013: 111). O capital simbólico manifesta a posição social, designado como prestígio, autoridade etc., e expressa-se no corpo correto, na língua, na roupa, na mobília, na culinária. Relação de força imposta pelo Estado e suas instituições burocráticas, que produzem a classificação oficial e

detêm o monopólio da violência simbólica legítima, garantindo os certificados – títulos de terras e outras propriedades privadas ou títulos escolares, que *representam autênticos títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens do reconhecimento* (BOURDIEU, 2004: 163) – que instauram a ordem social e as representações autoritárias reconhecidas pelos agentes.

A esfera da experiência é concebida, segundo Bourdieu, como um espaço estruturado de relações objetivas de poder entre agentes situados em posições sociais desigualmente definidas, conforme a posse dos diferentes tipos de capital, e de acordo com seu volume e composição – capital econômico, capital cultural, capital social (BOURDIEU, 2007: 79). As posições objetivas, ou estruturas sociais, estão em relação dialética com as disposições subjetivas dos agentes sociais (BOURDIEU, 2004: 152), isto é, as representações dos agentes variam de acordo com a posição que ocupam no espaço social (renomeado como “campo”⁹, ao qual está acoplado um sistema simbólico), atreladas aos interesses associados à experiência dessa posição no mundo social¹⁰, sendo possível verificar *certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social* (SETTON, 2002: 64). Retraduzindo as diferenças econômicas em marcas distintivas (signos de distinção ou estigmas sociais), os símbolos de distinção são, entretanto, percebidos como atributos inatos de uma “distinção natural” (BOURDIEU, 2013: 112).

Embora construída e reconstruída num movimento perpétuo, trata-se de uma construção cultural arbitrária, ou seja, produto de condições sociais e históricas particulares, tornada legítima – e dissimulando as relações de força subjacentes – por uma ordem social contingente que se mostra como evidente:

Se o mundo social tende a ser percebido como evidente e a ser apreendido (...) segundo uma modalidade dóxica, é porque as disposições dos agentes, o seu *habitus*, isto é, as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social. (BOURDIEU, 2004: 157-8)

⁹ O *habitus* não é um mecanismo autossuficiente para a geração da ação: opera como uma mola que necessita de um gatilho externo; não pode, portanto, ser considerado isoladamente dos mundos sociais particulares, ou “campos”, no interior dos quais evolui. Uma análise completa da prática requer uma tripla elucidação da gênese e estrutura sociais do *habitus* e do campo e das dinâmicas de sua “confrontação dialética” (WACQUANT, 2007: 69).

¹⁰ O conceito possibilita, dessa maneira, transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo, estabelecendo uma perspectiva relacional: o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social (WACQUANT, 2007: 64).

A despeito de que o mundo social seja percebido e vivenciado, mesmo pelos agentes desprivilegiados, como uma ordem aparentemente evidente a ser aceita, a construção da ordem social é operada sob coações estruturais e o conflito perpassa fundamentalmente as relações sociais (BOURDIEU, 2004: 157). Orientando o modo como *experimentamos internamente e construímos ativamente o mundo vivido* (WACQUANT, 2013: 88), a geração de práticas, esses sistemas de disposições duráveis – os *habitus* – são articulados em camadas e profundamente marcados pela história de que são procedentes. Contudo, constituem-se mediante a “obediência transgressora” (MICELI, 2003: 70) de regras, isto é, não dispensam a mobilização de estratégias criativas por parte dos agentes. Essas disposições sociais são duráveis, não estáticas ou eternas pois, socialmente construídas, podem ser contrariadas ou mesmo desmanteladas, cujas fissuras constituem um impulsionador de mudança econômica e inovação social (WACQUANT, 2007).

O mecanismo de construção e manutenção dessa ordem social envolve a recorrência a práticas de “violência simbólica” (BOURDIEU, 2013), exercidas pelas instituições e os agentes sociais que as animam, ancorando o exercício da autoridade das classes sociais dominantes sobre as classes populares, imposta por um determinado regime de dominação. A luta de classes resultante desse movimento assimétrico é travada também cotidianamente pelos agentes sociais, de maneira isolada e dispersa, manifestando-se através de “categorizações”¹¹ tais como *os insultos, (...) os mexericos, os boatos, as calúnias, as insinuações etc.* (BOURDIEU, 2004: 162).

Se por um lado essas estratégias constituem-se como “armas” de combate, utilizadas certamente como formas de resistência pelas trabalhadoras domésticas, chama atenção o recurso a tais estratégias também por empregadores. Um jornal de intensa circulação no Brasil veiculou, em 2011, uma notícia em que comenta a criação de um grupo de mulheres patroas, intitulado como Grupo Antiterrorismo de Babás (GATB), que agregava, desde 2006, aproximadamente 100 mulheres no intuito, além de *trocar ideias sobre cabeleireiros, temporadas de esqui em Aspen e veraneios em condomínios*, desabafar e queixar-se dos infortúnios que as afligem em relação às babas:

Meninas, **minha babá** veio com uma história sem pé nem cabeça, de que estou devendo todos os feriados em dinheiro, porque existe uma lei agora, onde ela tem esse direito (sic). Estou meio tonta com a atitude, **decepcionada** com a **falta de educação e gratidão** por tudo que já fiz por ela, mas **gostaria de saber se sou**

¹¹ E Bourdieu observa que os insultos atuam *enquanto tentativas mágicas de categorização*, sendo que a palavra *kathegoresthai*, em grego, da qual deriva “categoria”, significa *acusar publicamente* (BOURDIEU, 2004: 162).

obrigada a pagar. Quando achamos que estamos com uma babá ótima, lá vêm as bombas! (...)

Girls, mandei a copeira e a cozinheira embora numa tacada só (sic). Além de diversos furtos ao longo do ano, Rolex, roupas etc., **comprovamos** um furto numa sexta à noite que **só pode ter sido** uma das duas.¹² (**Grifos meus.**)

As narrativas dessas empregadoras sinalizam percepções cuja matriz cultural apresenta traços evidentes do sistema colonial escravista. Prevalece a concepção do trabalho doméstico como uma atividade subalterna, caracterizada pela informalidade e pelo estabelecimento de laços de favor (PEREIRA, 2011) – *gostaria de saber se sou obrigada a pagar; falta de educação e gratidão* –, em detrimento do reconhecimento de ser a contraparte do exercício de uma atividade profissional e que deve ser devidamente formalizada, o que requer arcar com os encargos trabalhistas e previdenciários assegurados pela legislação e, em tese, usufruídos universalmente pelos trabalhadores regidos pelas normas trabalhistas.

Ao traçar o perfil dos empregadores domésticos no Brasil, em pesquisa realizada entre novembro de 2012 e janeiro de 2013, o Instituto Doméstica Legal, entidade patronal, apontou que 85% dos empregadores que assinavam a carteira de trabalho possuíam, como grau de instrução formal, pelo menos o ensino superior completo e 60% dos registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social eram realizados por mulheres empregadoras. A pesquisa estima que um terço dos empregadores formais pertença à classe média alta, tendo o funcionário doméstico *por necessidade e conforto*¹³, ou para levar uma *vida ociosa*, como define Saffioti (1978).

O universo dos empregadores domésticos permanece como uma lacuna nas pesquisas, conforme destaca Brites (2013). Porém, a escassez de estatísticas demográficas e socioeconômicas que delineiem o perfil dos contratantes não inviabiliza a afirmação de que as camadas médias da estrutura socioeconômica brasileira (SORJ, 2008) também recorrem ao trabalho doméstico assalariado, com o propósito de assegurar que as mulheres do núcleo familiar se mantenham em ocupações no mercado de trabalho, haja vista a preponderante abdicação dos homens quanto aos afazeres domésticos e de cuidado, associada à carência de políticas públicas providas pelo Estado. O estudo de Guerra (2017) visa contribuir com o mapeamento das características dessas famílias empregadoras, concluindo que os serviços domésticos contratados se concentram em núcleos das classes médias e da classe alta. Ou

¹² Fonte: Estadão. “Mães criam grupo ‘antiterrorismo’ contra empregadas” (27 de março de 2011). Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,maes-criam-grupo-antiterrorismo-contra-empregadas,697782,0.htm>>. Acesso em: 08/8/2013.

¹³ Fonte: Instituto Doméstica Legal. Disponível em: <http://www.domesticalegal.org.br/release_pesquisa_IDL.asp>. Acesso em: 26/03/2014.

seja, trata-se de uma possibilidade restrita tendo em vista a capacidade econômica da maioria das famílias brasileiras (SORJ, 2008; GUERRA, 2017).

Persistem atualmente, a rigor, formas de relações de trabalho que sustentam hierarquias de poder e sujeição semelhantes às aquelas características da relação entre senhorio e escravos¹⁴. O contexto recorrente condicionado pelas práticas de exploração e opressão no exercício das atividades domésticas é resultado de uma dinâmica social histórica que, como efeito, cerceia “o lugar da mulher negra” à cozinha e ao cuidado do lar e das crianças, recrudescendo valores paternalistas e patriarcais (PEREIRA, 2011): no primeiro depoimento citado a empregadora comenta sentir-se “decepcionada” pelo fato de que a babá (e ela afirma “minha babá”, expressando uma ideia de pertencimento, variante da tão comum expressão “minha empregada”) exige o pagamento referente ao trabalho exercido em dias de feriado enquanto, no segundo depoimento, a empregadora orgulha-se por ter despedido duas trabalhadoras após a “comprovação por suposição” da responsabilidade por um furto.

Aliás, a temática do furto será cuidadosamente analisada nesta tese. Fundamentalmente, trata-se de propor uma reflexão crítica sobre os sentidos socialmente construídos acerca da questão do furto: acusação ou suspeita extremamente violentas, e na maioria das situações infundadas, contra as trabalhadoras domésticas que vivenciam violações históricas aos seus direitos sociais trabalhistas e de cidadania. Adiante serão discutidas reclamações judiciais apresentadas por trabalhadoras domésticas, a partir dos julgamentos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), reivindicando, entre outras questões, indenizações por danos morais em função da acusação de furtos.

Tema especialmente delicado, foi abordado pela cineasta Anna Muylaert no premiado filme brasileiro *Que horas ela volta?*, de 2015. Na trama¹⁵, Val, a trabalhadora doméstica que mora na casa dos empregadores, em São Paulo, presenteia a patroa aniversariante com um jogo de bule e xícaras, em cores mescladas de branco e preto, como

¹⁴ A sociabilidade brasileira contemporânea apresenta traços marcantes da cultura escravocrata vigente no país a partir da primeira metade do século XVI, com o comércio de povos negros africanos em porões de navios negreiros. A Abolição da Escravatura, com a promulgação da lei em 13 de maio de 1888 – declarando “extinta a escravidão no Brasil”, proibiu oficialmente a escravidão; entretanto, a liberdade jurídica não representou, de fato, uma ruptura com o poder escravagista e os arranjos sociais da época: mulheres e homens recém-libertos permaneciam enfrentando a discriminação racial, inseridos em contextos socioeconômicos extremamente desiguais e que ofereciam basicamente condições de subsistência em trabalhos subalternos, tais como o trabalho doméstico, exercido muitas vezes à época em troca de moradia e alimentação. Antes disso, com a lei de 7 de novembro de 1831, aprovada pelo Parlamento brasileiro, houve a proibição do tráfico transatlântico de escravos e que entretanto, ao arrepio da lei, não cessou o contrabando – e sob o olhar omisso e conivente da burocracia com o sequestro e o desrespeito aos direitos básicos dos povos de matriz africana; no caso de alforriados, acusados de vadiagem eram encaminhados ao recrutamento forçado pelas autoridades públicas (CHALHOUB, 2012).

¹⁵ Contém *spoiler*.

ela gosta de descrever ao carinhosamente dispor as peças na bandeja. Mas, constatando que na bandeja não cabem as xícaras ao lado do bule, Val é rispidamente repreendida pela patroa quando, na festa de comemoração pelo aniversário, prepara-se para servir o café aos convidados: *Pelo amor de Deus! Essa não! Da onde você tirou isso? Essa vou levar pro Guarujá. É a de madeira branca que eu trouxe da Suécia!*, assevera Dona Bárbara. Quando Val decide deixar o trabalho e a casa da patroa para viver e reatar laços com a impetuosa filha Jéssica, vinda de Pernambuco para o vestibular em Arquitetura da FAU-USP, mudando-se para a periferia da cidade, leva consigo o presente rejeitado e, ao comentar com a filha sobre a louça, faz com as mãos o gesto popular de “passar a mão”, insinuando: *Roubei de Dona Bárbara!*.¹⁶

Por um lado, a atividade doméstica remunerada é significativamente caracterizada por relações de dominação/subordinação – com estreita vigilância e, por vezes, perseguição rotineira pelos empregadores (SAFFIOTI, 1978) – e, ademais, há complementarmente um apelo afetivo, talvez mais agudo em virtude do local de trabalho ser o domicílio do empregador:

Nas negociações de pagamentos extrassalariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres [e homens] e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. (BRITES, 2007: 93).

A afetividade que se desenvolve no dia-a-dia do trabalho, principalmente com as crianças da família empregadora, também pode ser decorrência do isolamento que a trabalhadora enfrenta em sua atividade laboral individual, sem um grupo ao qual se integrar, buscando muitas vezes estabelecer laços de amizade. Sentir-se inserida na família empregadora pode constituir um fator de estabilidade no emprego: o tratamento que recebe pode ser o fator de definição da permanência, acima mesmo, em alguns casos, da remuneração. E a frustração desse sentimento pode desencadear o ressentimento em relação aos patrões (SAFFIOTI, 1978), sendo permanentemente necessária a gestão da expressão das

¹⁶ Embora a linguagem popular cotidiana possa utilizar os termos “furto” e “roubo” de modo intercambiado, são conceitos jurídicos distintos. Roubo e furto são crimes cometidos contra o patrimônio. Porém, de acordo com o Poder Judiciário brasileiro, o furto consiste em crime menos grave, posto que se trata de roubo quando há ameaça e violência. São modalidades de crime previstas no Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848/1940: Furto: Art. 155 - *Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.* Roubo: Art. 157 - *Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa.* Fonte: Poder Judiciário da União. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil-1/furto-e-roubo>>. Acesso em: 12/02/2019. No meu entendimento acerca da cena ficcional comentada, não consistiu em furto, evidentemente não houve roubo, mas efetivamente Val levou embora um presente pelo qual ela pagou e que foi desdenhado pela patroa presenteada.

emoções (SOARES, 2012). Esse contexto ambigualmente afetivo contrasta com uma conduta mais racional na relação de trabalho, e que implicaria, por exemplo, na exigência da formalização do vínculo de emprego (SAFFIOTI, 1978); em contrapartida, a experiência afetiva do cuidado requer o questionamento da dicotomia entre profissionalismo e amor (MOLINIER, 2014). O desenvolvimento de laços de afetividade não subverte, além disso, as hierarquias do espaço objetivo e as distâncias sociais, constituídas como *fronteiras intransponíveis* (BRITES, 2007: 107).

Embora haja essa proximidade exacerbada entre patrões e trabalhadoras domésticas, que remete à formação social brasileira e às relações de trabalho com baixo grau de formalização¹⁷, as posições sociais são reproduzidas, perpetuando uma ordem social hierárquica configurada a partir dos processos de socialização – inculcada nos agentes desde a infância. Além disso, a interação com patrões e seus filhos também é frequentemente marcada por violências físicas e sexuais: as narrativas das trabalhadoras domésticas abordam experiências de assédio sexual, que nem sempre são denunciadas porque sofrem intimidações, questionando a credibilidade das versões, e o que está em jogo é a subsistência de si e da família.

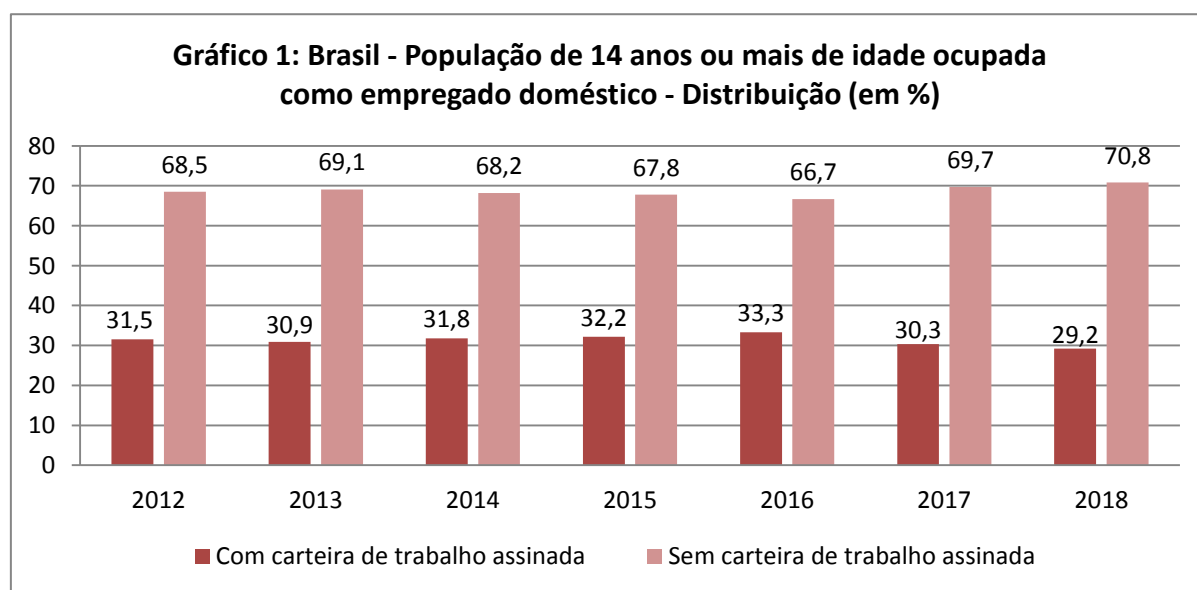
As conquistas de grupos socialmente desfavorecidos, tais como as mulheres e, sobretudo, as mulheres negras, são avanços em contextos conflituosos. O tecido social é permeado pela luta de classes e as classes dominantes opõem-se nas diversas instâncias da vida social: em âmbito privado, dentro de suas casas, simultaneamente o espaço profissional das trabalhadoras domésticas, e em âmbitos públicos, como o Congresso Nacional e os Tribunais de Justiça, como será analisado, onde os enfrentamentos constituem um *campo de batalha ideológica*, espaços nos quais atuam no sentido de construir e reproduzir arranjos institucionais que assegurem privilégios sociais.

Assim, as conquistas têm avançado tão lenta e conflituosamente ao longo da história do Brasil, conforme demonstra a evolução do sistema normativo da categoria e, por exemplo, a definição em lei da empregada doméstica somente em 1972 e a regulamentação plena da jornada de trabalho apenas em 2015. Ou seja, mesmo a CLT, de 1943 – um dos mais importantes instrumentos que garantem os direitos trabalhistas no Brasil, recentemente desmantelada pela aprovação da chamada “reforma trabalhista”, a Lei nº 13.467/2017 –, manteve a exclusão jurídica das trabalhadoras domésticas, assim como dos trabalhadores

¹⁷ Ao final de 2018 havia 11,2 milhões de empregados, no setor privado, exclusive domésticos, sem o registro na carteira de trabalho no Brasil, equivalente a 25,4% deste total, o que representa o maior valor da série calculada pela PNAD-Contínua, desde 2012. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua-IBGE).

rurais (BIAVASCHI, 2014). As recentes conquistas normativas da categoria – a Emenda Constitucional nº 72, de 2013, e a Lei Complementar nº 150, de 2015 – foram intensamente celebradas, a despeito de que não tenham regulamentado uma parcela expressiva e em expansão das trabalhadoras domésticas, as diaristas, modalidade que, de acordo com a legislação, compreende aquelas que prestam serviços por até dois dias da semana numa mesma residência.

Categoria ocupacional numerosa, em 2018, havia 6,242 milhões de pessoas trabalhando em Serviços Domésticos no Brasil, o que representa aproximadamente 6,8% do total de ocupados no mercado de trabalho¹⁸. Na série histórica registrada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua-IBGE), de 2012 a 2018, este foi o maior contingente de pessoas ocupadas na atividade que havia, em 2014, verificado o seu menor patamar, envolvendo 5,973 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Pode-se apontar que, por ora, a regulamentação profissional do trabalho doméstico permanece efetivamente restrita, embora tenha havido, no período recente, um tênue esboço de incremento da formalização: em 2016, 66,7% do total de ocupados no trabalho doméstico no país não contavam com o registro na carteira de trabalho, contra 69,1% referentes a 2013. Essa variação significou uma expansão gradual da formalização, de 2,4 pontos percentuais, entre 2013 e 2016 (acompanhe no **gráfico 1** a evolução recente da formalização na atividade).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2012-2018.
Elaboração própria.

¹⁸ Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2012-2018.

Em 2017, contudo, houve reversão dessa tendência. A proporção de trabalhadoras domésticas sem a carteira de trabalho assinada tornou-se a ampliar-se, saltando para 69,7%, com a formalidade regredindo a patamar inferior a 2013, até então a menor representação na série histórica apresentada pela PNAD Contínua. O quadro agravou-se em 2018, quando somente 29,2% das trabalhadoras domésticas brasileiras contavam com o devido registro na carteira de trabalho. No saldo parcial, entre 2016 e 2018, pode-se constatar um recuo de 4,1 pontos percentuais na abrangência da formalidade. Dessa maneira, em 2018, 70,8% das trabalhadoras domésticas permaneciam sem o registro na carteira de trabalho e descobertas do campo de proteção social no país¹⁹.

Não é de se descartar, no entanto, a recusa do registro na carteira de trabalho por parcela das próprias trabalhadoras domésticas que, diante da desvalorização social da atividade (veja na **tabela 1** a seguir o rendimento médio anual das pessoas empregadas no Setor Privado, no Setor Público e nos Serviços Domésticos, de 2012 a 2018), podem encarar tal trabalho como uma etapa provisória e pretendem evitar o estigma da profissão, a sua marca social desprestigiada (SAFFIOTI, 1978: 69-70). A propósito, relevante salientar os baixíssimos salários recebidos nos Serviços Domésticos no Brasil: em 2018, o rendimento médio real na atividade foi de R\$ 888,00 (inferior ao salário mínimo oficial do ano, de R\$ 954,00), o que corresponde a 41,61% do rendimento médio real calculado para as pessoas ocupadas como Empregadas naquele ano, de R\$ 2.134,00, de acordo com a PNAD Contínua. Em toda a série histórica acompanhada, de 2012 a 2018, o percentual manteve-se no patamar ao redor de 40,00%. Entre as trabalhadoras domésticas com e sem registro na carteira de trabalho, a discrepância no rendimento também é significativa, sendo que, em 2018, aquelas que não contavam com a anotação auferiram rendimento médio equivalente a 59,44% em relação ao obtido pelas domésticas que usufruíam da devida formalização.

¹⁹ Para efeito de comparação, dentre os empregados no setor privado, a abrangência do registro na carteira de trabalho também oscilou negativamente, declinando de 78,0% em 2015, para 74,6% em 2018. Além disso, em 2017 a taxa de desocupação no país foi estimada em 12,7% e, no período de quatro anos, de 2014 até 2018, o contingente de desocupados saltou de 6,7 milhões para 12,8 milhões, isto é, praticamente dobrou (avanço de 90,3%). O comportamento verificado nos Serviços Domésticos acompanhou, portanto, o cenário de deterioração que afetou o mercado de trabalho brasileiro: no acumulado de 2015 a 2016, aproximadamente 3 milhões de postos formais de emprego foram extintos no Brasil (Fonte: IPEA. *Análise do Mercado de Trabalho*. Nº 62, Abr./2017: 12), corroendo a recente conquista do avanço da formalização. Vale enfatizar que 2014 foi o ano em que o mercado de trabalho brasileiro observou os menores níveis de desocupação desde o início da série histórica acompanhada pela PNAD Contínua.

Tabela 1: Brasil - Rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas com rendimento de trabalho - Empregado (Médias anuais, em Reais)

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total		1.993	2.050	2.085	2.092	2.080	2.114	2.134
Setor Privado (exclusive trabalhador doméstico)		1.848	1.901	1.929	1.935	1.908	1.937	1.936
Empregado doméstico	Total	804	838	879	878	880	887	888
	Com carteira de trabalho	1.099	1.139	1.182	1.176	1.187	1.233	1.245
	Sem carteira de trabalho	669	704	738	737	726	736	740
Setor Público (inclusive servidor estatutário e militar)		3.234	3.314	3.357	3.367	3.422	3.474	3.567

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2012-2018.

Elaboração: IBGE (2019).

Além disso, o estudo dos Acórdãos julgados pelo TST entre 2006 e 2017 também permite afirmar que o reconhecimento do vínculo de emprego – com a decorrente anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) –, consiste na principal reclamação das trabalhadoras domésticas brasileiras. Como a análise desenvolvida no capítulo 5 demonstra, 27,52% do total dos direitos reclamados perante a terceira instância da Justiça do Trabalho trata da observância do direito ao registro formal da relação de emprego, o que assegura o acesso aos demais direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil.

Em suma, a assinatura da carteira de trabalho representa a conquista de uma identidade profissional conferida à categoria doméstica e garante o acesso a direitos atrelados à cidadania sociolaboral. No que concerne particularmente às mulheres negras, o trabalho doméstico constitui a agenda de interesses do movimento negro no país, que luta pela *visibilidade e cidadania plena para as trabalhadoras domésticas* (RIBEIRO, 2012: 94), tendo em vista que a atividade foi historicamente um espaço de incorporação, como força de trabalho subalterna, da população, sobretudo feminina, liberta do regime escravocrata (FERNANDES, 2008).

A rigor, em 2015 (**tabela 2**), mulheres e homens da população negra brasileira corresponderam a 64,69% do total da população ocupada no trabalho doméstico e as mulheres negras, em particular, representaram 59,71% do total, de acordo com a PNAD anual²⁰. Os

²⁰ Em 2012 o IBGE iniciou a implantação da PNAD Contínua, com vistas a integrar e substituir a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a PNAD anual, num processo cuja transição foi encerrada em 2016. A PNAD Contínua foi criada no âmbito do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) e tem como objetivo produzir indicadores que possibilitem acompanhar as flutuações de curto prazo e a evolução, a médio e longo prazos, da força de trabalho e outras informações para um estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. A PNAD anual, introduzida no segundo trimestre de 1967, captava informações uma vez por ano, oferecendo uma leitura dos aspectos estruturais do mercado de trabalho (bem como características gerais da população, educação e habitação), com abrangência territorial nacional, coletando informações amostrais de 1.100 municípios. Já a PME abordava, mensalmente, características conjunturais do mercado de trabalho, para seis regiões metropolitanas. Por sua vez, a PNAD Contínua apresenta uma abrangência de coleta da informação

Serviços Domésticos eram a atividade ocupacional de 18,0% das mulheres negras (**tabela 3**), ainda em 2015, tendo sido observada redução de 4,5 pontos percentuais dessa participação em duas décadas. Entre as mulheres brancas, tal era a ocupação de 10,3% do total das ocupadas, cuja retração, em relação a 1995, foi de 3,1 pontos percentuais. Enquanto oportunidade de inserção ocupacional, os Serviços Domésticos apresentaram, em 2015, relevância 74,76% superior para as mulheres negras comparativamente às mulheres brancas.

Tabela 2: Brasil - População Ocupada no Trabalho Doméstico, por Sexo, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015

Cor/Raça	1995			2005			2015		
	Total	Masculina	Feminina	Total	Masculina	Feminina	Total	Masculina	Feminina
Total	5.114.050	349.210	4.764.840	6.662.026	456.425	6.205.601	6.275.592	519.992	5.755.600
Branca	2.275.838	171.541	2.104.297	2.688.463	185.463	2.503.000	2.215.723	207.434	2.008.289
Negra	2.838.212	177.669	2.660.543	3.973.563	270.962	3.702.601	4.059.869	312.558	3.747.311

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA, 2017. Nota 1: Em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota 2: A população negra é composta por pretos e pardos. Nota 3: População de 10 anos ou mais de idade.

Tabela 3: Brasil - Proporção de Trabalhadores/as Domésticos/as no Total de Ocupados, por Sexo, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015

Cor/Raça	Total			Masculino			Feminino		
	1995	2005	2015	1995	2005	2015	1995	2005	2015
Total	7,4	7,7	6,6	0,8	0,9	1,0	17,3	17,0	14,3
Branca	5,9	6,1	5,1	0,8	0,7	0,9	13,4	13,0	10,3
Negra	9,3	9,3	8,0	0,9	1,1	1,0	22,5	21,4	18,0

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA, 2017. Nota 1: Em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota 2: A população negra é composta por pretos e pardos. Nota 3: População de 10 anos ou mais de idade.

Em relação à assinatura da carteira de trabalho, houve avanço no período de 1995 a 2015 (**tabela 4**), de 12,62 pontos percentuais, embora o recorte de racial revele que dentre as trabalhadoras domésticas negras a proporção do registro tenha sido, em 2015, 9,85% inferior em relação às domésticas brancas. Garantindo, como remuneração, pelo menos o salário mínimo, como já analisado o registro na CTPS está relacionado a rendimentos médios mais elevados, conforme a **tabela 5** na sequência. Dentre as domésticas com a carteira de trabalho assinada, as trabalhadoras negras receberam, em 2015, rendimento médio mensal equivalente a 91,1% do valor auferido pelas trabalhadoras brancas, ao passo que, na situação

muito superior, abarcando nacionalmente amostras de 3.500 municípios, com periodicidades mensal, trimestral – por meio de trimestres móveis – e anual. Assim, as mencionadas pesquisas apresentam diferenças metodológicas fundamentais, quanto ao plano amostral e ao questionário, o que inviabiliza a comparação entre seus respectivos indicadores (conferir em: IBGE. Nota Técnica: Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua%20(1).pdf)>. Acesso em: 19/02/2019).

de omissão do vínculo, esta correspondência cai para 81,9%. Em todas as perspectivas de análise, ao longo do decurso correspondente, as trabalhadoras domésticas negras obtiveram rendimento médio inferior ao obtido pelas domésticas brancas.

Tabela 4: Brasil - Proporção de Trabalhadoras Domésticas que Possuem Carteira de Trabalho Assinada, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015

Cor/Raça	1995	2005	2015
Total	17,78	25,17	30,40
Branca	19,48	27,61	32,48
Negra	16,44	23,52	29,28

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA, 2017. Nota 1: Em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota 2: A população negra é composta por pretos e pardos. Nota 3: População de 10 anos ou mais de idade.

Tabela 5: Brasil - Rendimento Médio Mensal das Trabalhadoras Domésticas, segundo Cor/Raça e Posse de Carteira Assinada - 1995, 2005 e 2015 (em Reais)

Carteira de Trabalho Assinada	1995			2005			2015		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
Total	450,6	491,8	417,9	467,7	502,0	444,5	739,5	824,4	694,1
Sim	596,0	618,0	575,5	690,1	707,9	675,9	996,3	1.055,3	961,3
Não	419,1	461,3	386,8	393,0	423,6	373,5	627,5	713,2	583,8

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA, 2017. Nota 1: Em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota 2: A população negra é composta por pretos e pardos. Nota 3: População de 10 anos ou mais de idade. Nota 4: Deflacionado com base no INPC, período de referência set./2015.

O envelhecimento é outro traço marcante do perfil ocupacional da atividade no período (**tabela 6**). Dentre as mulheres mais jovens, nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos pode-se verificar decréscimo significativo da incidência do trabalho doméstico. Na primeira dessas faixas, o percentual de mulheres ocupadas que se dedicavam ao trabalho doméstico caiu drasticamente entre 1995 e 2015, passando de 22,4% para 6,6% em 2015, o que significa queda de 15,8 pontos percentuais. Ainda assim, nessa faixa dos 18 aos 24 anos, a população feminina negra ocupada no trabalho doméstico, em 2015, era 88,1% superior à branca. Embora não erradicado, o trabalho doméstico infantil também apresentou diminuição contínua da incidência ao longo dessas duas décadas estudadas²¹: passou de 8,6% para 0,9% na faixa dos 10 aos 15 anos de idade, registrando contração de 7,7 pontos percentuais. Entre

²¹ Em 1996 foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), como ação do Governo Federal e apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Inicialmente orientado para o combate ao trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, teve a cobertura progressivamente ampliada para o enfrentamento do trabalho infantil em todo o país. Em 2005, o PETI foi integrado ao Programa Bolsa Família. Além de exigir a cessação da situação de trabalho de crianças e adolescentes, implica, como condicionalidades, frequência escolar mínima e acompanhamento do calendário de vacinação, entre outras. Fonte: Ministério da Cidadania. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/peti#anavigation>>. Acesso em: 19/02/2019.

as mulheres com idade a partir dos 45 anos ocupadas na atividade houve crescimento acentuado da representação, que saltou de 16,2% em 1995 para 43,4% em 2015.

Tabela 6: Brasil - População Feminina Ocupada em Trabalho Doméstico, segundo Cor/Raça e Faixa Etária - 1995, 2005 e 2015 (%)

Faixa Etária	1995			2005			2015		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
10 a 15 anos	8,6	7,6	9,4	2,4	1,9	2,6	0,9	0,8	0,9
16 a 17 anos	7,6	6,6	8,4	3,8	3,3	4,1	1,5	1,2	1,7
18 a 24 anos	22,4	20,8	23,7	15,9	13,2	17,6	6,6	4,2	7,9
25 a 29 anos	12,9	12,5	13,2	13,0	11,8	13,7	7,0	5,7	7,7
30 a 44 anos	32,3	34,7	30,5	40,1	41,6	39,1	40,6	38,1	41,9
45 a 59 anos	13,6	15,5	12,1	21,6	24,7	19,5	35,6	40,0	33,2
60 anos ou mais	2,6	2,4	2,8	3,4	3,4	3,4	7,8	9,9	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA, 2017. Nota 1: Em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota 2: A população negra é composta por pretos e pardos. Nota 3: População de 10 anos ou mais de idade.

Essas mudanças também têm sido apontadas por outras estudiosas do tema (BRITES; PICANÇO, 2013; BRITES, 2015). As trabalhadoras pobres mais jovens, no período recente até 2015, tiveram ampliadas suas opções de ingresso no mercado de trabalho brasileiro, com destaque para as ocupações no setor de Serviços e particularmente no subsetor de Comércio²², em busca de oportunidades que oferecessem a possibilidade de formalização, ascensão profissional, remuneração mais elevada e benefícios trabalhistas. Especialmente as trabalhadoras jovens brancas foram beneficiadas por essa ampliação das possibilidades ocupacionais, com a representatividade, na faixa etária a partir de 45 anos, elevando-se para praticamente a metade das domésticas desse estrato racial, em 2015. A expansão da escolarização no país, conforme a **tabela 7** demonstra no reflexo sobre a média de anos de estudos das trabalhadoras domésticas negras e brancas – que é entretanto baixa, de 6,74 anos em 2015 –, também pode ter contribuído no sentido de que as trabalhadoras mais jovens pudessem obter posições ocupacionais mais vantajosas.

²² De acordo com dados do IBGE, em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encerrou o ano com recuo de 3,8% em relação a 2014, cuja contração representou a maior queda desde o princípio da série histórica iniciada em 1996. O setor de Serviços observou retração de 2,7% do volume do Valor Adicionado, ainda na comparação entre os resultados de 2015 frente a 2014, sendo que, dentre as atividades que compõem o setor, o Comércio (atacadista e varejista) despencou 8,9% no acumulado do ano (Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes. Outubro/Dezembro de 2015).

Tabela 7: Brasil - Média de Anos de Estudo das Trabalhadoras Domésticas com 16 anos ou mais de idade, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015

Cor/Raça	1995	2005	2015
Total	3,94	5,62	6,74
Branca	4,17	5,82	6,94
Negra	3,76	5,48	6,63

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA, 2017. Nota 1: Em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota 2: A população negra é composta por pretos e pardos. Nota 3: População de 10 anos ou mais de idade.

Outra mudança expressiva que pode ser verificada no estudo do trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo refere-se à representatividade das trabalhadoras que também moram na residência dos empregadores. Conforme a **tabela 8** aponta, de 1995 a 2015 foi verificada uma contração vertiginosa da proporção dessas trabalhadoras domésticas residentes no local de trabalho, da ordem de 90,00%. Fatores como a contenção, nas décadas mais recentes, dos fluxos migratórios para as grandes cidades brasileiras e a maior presença de trabalhadoras com origem no mesmo município onde trabalham, associada a alterações na composição e no padrão de comportamento das famílias, bem como a modificações da relação entre trabalhadoras e patrões contribuem para a explicação dessa evolução²³ (BRITES, PICANÇO, 2013).

Tabela 8: Brasil - Proporção de Trabalhadoras Domésticas que residem no domicílio onde trabalham, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015

Cor/Raça	1995	2005	2015
Total	11,9	4,6	1,3
Branca	9,7	3,8	1,5
Negra	13,7	5,2	1,2

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA, 2017. Nota 1: Em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota 2: A população negra é composta por pretos e pardos. Nota 3: População de 10 anos ou mais de idade.

Relacionado a esse declínio acentuado da condição de residentes no espaço onde desempenham suas atividades profissionais, e que torna mais efetiva a possibilidade de

²³ Essa mudança observada não significa, no entanto, que houve a superação de um padrão tradicionalista na relação entre trabalhadoras domésticas e patrões, cuja expectativa de disponibilidade cotidiana quase integral por um serviço doméstico, ambigualmente associada à imposição da segregação da convivência pessoal, materializa-se no “quartinho da empregada”. Essa discussão gerou nova repercussão no final de 2017, iniciada na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, quando alunos da disciplina denominada “Casa Grande” recusaram-se a projetar um imóvel residencial de alto padrão com quartos e banheiros idealizados para abrigar empregados, qualificando como racista o programa da disciplina. Embora cada vez mais raros, atualmente as plantas de apartamentos em condomínios fechados de classes médias e altas nas cidades brasileiras ainda contêm projeções de cômodos a serem ocupados por trabalhadores domésticos, mesmo que possam ficar ociosos, reproduzindo uma rígida hierarquia dos espaços, com áreas íntimas espaçosas ao lado de cômodos apertados e sem ventilação. Fonte: Nexo. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/01/Qual-a-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-arquitetura-desigualdade-e-trabalho-dom%C3%A9stico-no-Brasil>>. Acesso em: 20/02/2019.

que tenham controle sobre o seu tempo livre, está o crescimento do trabalho doméstico na modalidade de diarista. De 1995 a 2015, foi registrado um acréscimo de 73,22% desse tipo de trabalho prestado em alguns dias da semana, segundo indica, na **tabela 9**, a proporção de trabalhadoras negras e brancas que prestam serviço em mais de um domicílio. O trabalho como diarista, embora possa favorecer o desfrute, pela doméstica, de mais elevado grau de autonomia (HARRIS, 2007) – em termos sobretudo de uma afetividade menos intensa, resultante do convívio mais esporádico –, por outro lado significa um trabalho ainda mais precário, suscetível a maior instabilidade dos vínculos.

Consequentemente, pode dificultar a organização da vida pessoal, quanto à remuneração irregular e às jornadas flexíveis, exercidas sem a contraprestação da observância dos direitos sociais trabalhistas e da proteção social. Ainda que o rendimento de uma trabalhadora doméstica diarista possa eventualmente ser superior, significa a sobrecarga de trabalho, uma vez que a limpeza semanal dever ser realizada num lapso de tempo bem menor, o que sujeita mais intensamente as diaristas ao adoecimento ocupacional e, agravando a situação, sem a cobertura protetiva assegurada na lei, que prevê o afastamento remunerado e a estabilidade provisória no emprego.

Tabela 9: Brasil - Proporção de Trabalhadoras Domésticas que prestam Serviço em mais de um Domicílio, segundo Cor/Raça - 1995, 2005 e 2015			
Cor/Raça	1995	2005	2015
Total	18,3	22,1	31,7
Branca	20,9	24,4	34,1
Negra	16,2	20,5	30,5

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA, 2017. Nota 1: Em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota 2: A população negra é composta por pretos e pardos. Nota 3: População de 10 anos ou mais de idade.

Do ponto de vistas dos empregadores, expressivas frações da elite nacional, em seus abusos de autoridade, permanecem refratárias ao reconhecimento de que se trata de uma atividade profissional e que deve estar amparada pelo previsto na legislação trabalhista e previdenciária, recorrendo à autonomização – o trabalho de diaristas – e à terceirização²⁴ com o intuito de desobrigarem-se dos encargos previstos. Essa marginalização das trabalhadoras

²⁴ Há, por conseguinte, uma tendência à expansão do número de empresas prestadoras de serviços de limpeza residencial e comercial, cuja publicidade enaltece a desobrigação de encargos relacionados a direitos trabalhistas, oferecendo *profissionais treinadas e uniformizadas, com supervisão rigorosa e produtos de limpeza próprios* (Fonte: *House Shine®*: Profissionais de Limpeza). Em 31 de março de 2017, Michel Temer sancionou a Lei nº 13.429/2017, que libera a contratação irrestrita no Brasil de trabalhadores terceirizados por empresas. Apresentada como Projeto de Lei nº 4.302 de 1998, originalmente pelo Poder Executivo na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, estava engavetado desde que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o primeiro mandato como presidente da República, em 2003.

domésticas – um contingente populacional que ultrapassa 6 milhões de mulheres pobres, segundo os dados comentados –, mantidas de modo persistente nas franjas do sistema normativo, compõe um aspecto fundamental mais amplo da sociabilidade brasileira que, articulando as dimensões de classe, raça e gênero, tem produzido formas perversas de subcidadania, reproduzindo e naturalizando a desigualdade social.

Na busca por abarcar e compreender essa complexidade, é crucial retomar o pensamento social brasileiro. Nessa jornada, discutir a singularidade da formação social deste país será o passo inicial, atribuindo ênfase à escravidão, como instituição, e sua longevidade de quase 400 anos, abrangendo toda a extensão territorial, e que também determinou o modo de vida do “homem” livre no Brasil (SOUZA, 2003). A partir de Gilberto Freyre, *ao mesmo tempo, talvez nosso pensador social mais talentoso, inovador e instigante, por um lado, e o nosso maior ideólogo e mistificador, por outro* (SOUZA, 2003: 102), e há de se destacar a ambiguidade analítica, que, ao ponderar o sincretismo cultural pela influência das culturas indígenas e negras nos costumes, na língua, na religião (FREYRE, 2006), construiu entretanto um mito nacional, ocultando as profundas desigualdades, por secundarizar a opressão sistemática envolvida na mestiçagem da sociedade brasileira.

A contribuição de Sérgio Buarque de Holanda para a proposta desta tese é a formulação acerca da cultura da cordialidade (HOLANDA, 1995), como traço de caráter transmitido socialmente entre gerações. O personalismo não se restringiu às relações entre senhores e escravos, lançando-se a todas as outras relações sociais, e subsistindo como aspecto estrutural, ao adquirir formas modificadas, também no Brasil Moderno. A continuidade desse personalismo, isto é, do poder pessoal, foi possível pela sua passagem de um contexto familista patriarcal para outro, patrimonialista e institucionalizado pelo Estado. As “pressões democratizantes”, por outro lado, pronunciaram-se mais agudamente já no início do século XX, com as agitações operárias urbanas, o descontentamento dos setores médios, a oposição militar, além da insatisfação da incipiente burguesia industrial e dos setores agrários voltados ao mercado interno (SOUZA, 2003).

Avançando na análise das lutas pela democratização da sociedade, Florestan Fernandes atenta-se para o “doloroso drama” social (FERNANDES, 2008) enfrentado pelo povo negro brasileiro que, na transição da ordem escravocrata à ordem competitiva – apenas formalmente universal –, deparou-se com o pior ponto de partida para integrar-se ao novo regime social. Participando, no sistema ocupacional, de posições periféricas, como nos Serviços Domésticos, permaneceu desafiando a desigualdade racial, um fenômeno estrutural de natureza dinâmica. Categoria histórico-social que promovia distinção, a cor da pele

aparece, de acordo com o autor, simultaneamente, como marca racial e como símbolo de *status* (FERNANDES, 2008a).

Negando, contudo, a tensão social, o mito da democracia racial tem imposto uma batalha à sociedade brasileira, tendo como finalidade desmascarar a ideologia racial dominante e o racismo – que se manifesta, conforme discutido a partir dos dados estatísticos analisados nesta introdução, nos patamares inferiores das condições de vida enfrentadas pelas mulheres negras que desempenham o trabalho doméstico remunerado. A superação dessa realidade social extremamente desigual requer o desvendamento de um “consenso” social – um *acordo implícito e jamais verbalizado* (SOUZA, 2003: 175) – que estabelece que algumas pessoas e classes estão acima da lei e outras, abaixo dela, promovendo um “valor diferencial entre os seres humanos”, sistema ancorado institucionalmente *por meio de prêmios e castigos (...) na forma de salários, lucros, emprego, repressão policial, impostos etc.* (SOUZA, 2003: 180), e que definem quem é ou não cidadão.

Dessa maneira, se (e aqui há plena concordância em relação à crítica) a concepção do “homem cordial” deve ser sofisticada para dar conta, analiticamente, da estratificação em diferentes classes sociais, tampouco esta dimensão encerra a temática a ser analisada. Pois a herança escravocrata – que, ao ser ressaltada por Jessé Souza (2003), ele o faz, no entanto, atribuindo à cor um aspecto secundário nas chances de classificação/desclassificação na vida social, equiparando a situação da população negra à dos brancos despossuídos²⁵, criticando a perspectiva de Fernandes (2008) – e o preconceito de cor sobrepõem outra camada à desigualdade social brasileira. A essa dimensão racial também será incorporada a dimensão de gênero, afinal, a proposta consiste em compreender as peculiaridades que resultam na condição de extrema vulnerabilidade socioeconômica enfrentada, dentro da classe trabalhadora, pelas trabalhadoras domésticas.

Estrutura da Tese e outras Notas Metodológicas

Ao longo desta tese as questões apresentadas na introdução serão desenvolvidas, com o objetivo de analisar a recusa histórica às trabalhadoras domésticas, no que concerne mais especificamente aos direitos sociais trabalhistas, nos planos formal e empírico, no Brasil. Trata-se de compreender e explicar os processos de produção da

²⁵ Afirma: *A cor da pele, nesse contexto, age, no máximo, como uma ferida adicional à autoestima do sujeito em questão, mas o núcleo do problema é a combinação de abandono e inadaptação, destinos que atingiam ambos os grupos independentemente da cor* (SOUZA, 2003: 159. **Grifos do autor**). Embora, relevante destacar, haja o entendimento de que a existência de um patamar tão reduzido, quanto às condições de trabalho e do exercício da cidadania enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas, estabelece um piso que pressiona para um nivelamento por baixo das classes populares.

subcidadania, com a recusa às cidadãs de segunda classe, mesmo num contexto nacional formalmente democrático, do efetivo compartilhamento da dignidade. Nesse propósito, o estudo atém-se à luta, seja das trabalhadoras organizadas pelas instituições sindicais seja das trabalhadoras em seu cotidiano, pela conquista dos direitos da categoria no decorrer da história e às decisões da Justiça do Trabalho ao arbitrar os conflitos conduzidos aos tribunais.

Como pressupostos analíticos, foram elaboradas três hipóteses: a primeira hipótese que se pretende discutir é de que a escravidão consista numa das principais instituições formadoras da sociedade brasileira, em cujos moldes o trabalho doméstico era desempenhado nas casas-grandes, e seu legado perverso, a extrema desigualdade social, que, modulado no percurso histórico, ainda tenha de ser enfrentado em fins da segunda década do século XXI. Desse modo, e esta é a segunda hipótese, as classes dominantes, avessas à ruptura definitiva com o servilismo, historicamente se recusam a ceder às lutas das classes populares, entre as quais as trabalhadoras domésticas, pelo acesso efetivo aos direitos sociais trabalhistas e de cidadania, cujas conquistas têm avançado lenta e conflituosamente²⁶, o que tem motivado as trabalhadoras a ajuizarem processos na Justiça do Trabalho visando à reparação pela violação aos seus direitos – como aporte analítico, os Acórdãos do TST constituem o principal material da investigação. A terceira hipótese refere-se à proposição de que, a despeito das vitórias do feminismo, as sociedades contemporâneas não superaram concepções patriarcais que delineiam papéis sociais de gênero hegemônicos e, combinados às relações raciais e ao racismo estrutural, determinam a divisão sexual do trabalho.

Os capítulos do texto estão distribuídos em duas partes. Na Parte I, organizada em dois capítulos, é discutido o problema sobre o qual esta tese se debruça, o trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo, a partir dos principais eixos analíticos, as dimensões de classe, gênero e raça em seu entrelaçamento no tecido social, e conforme apresentado desde a introdução. Para tanto, o capítulo 1 versa sobre a formação social

²⁶ Como categoria ocupacional, as trabalhadoras domésticas também haviam sido mantidas mais à margem, nos interstícios do processo de incremento da formalização do trabalho, no que se refere a um aspecto particularmente relevante da conjuntura mais recente. O grau de informalidade na economia brasileira vinha numa trajetória permanente de queda desde 2004 até 2013, quando atingiu o patamar de 42,0% pelos cálculos da PNAD/IBGE. A análise da evolução do grau de informalidade leva em consideração o contraste entre os resultados verificados para o contingente dos trabalhadores protegidos, ou seja, empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, conta própria e empregadores que contribuíram para a Previdência Social, de um lado, e o outro grupo de ocupados sem registro em carteira e os não remunerados, sem a cobertura da Previdência Social. Em 2014 a taxa tornou a subir, quando a proporção de trabalhos informais correspondeu a 42,3% das ocupações no mercado de trabalho, ao passo que englobava 54,3% do total de ocupados no país em 2004 (IOS-RedLat, 2016). Para uma análise da evolução dos mercados de trabalho formal e informal no Brasil, no período de 2000 a 2009, conferir, por exemplo, ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, com foco nas desigualdades de oportunidades a partir da imbricação das discriminações de gênero e raça.

nacional, discutindo os principais elementos do processo que culminou no desenvolvimento da sociabilidade brasileira, tendo a escravidão e a força avassaladora do poder escravagista constituído o núcleo dinamizador da economia e das relações sociais desde o século XVI, arrastando-se até as vésperas da última década oitocentista.

No capítulo 2, subdividido em quatro seções, a proposta é discutir o tema do trabalho doméstico a partir da perspectiva analítica propiciada pela categoria de “gênero”. Na primeira seção, é apresentada uma discussão teórica a respeito do sistema sexo/gênero na Modernidade, a partir das perspectivas de autoras feministas. No alvo, a crítica ao determinismo biológico, bem como aos essencialismos reducionistas culturalmente determinados, com a interposição da categoria de gênero que aponta para uma construção e reconstrução contextual de papéis sociais a serem representados por mulheres e homens: desse modo, as relações de poder e as hierarquias de gênero – cuja análise deve estar associada à multiplicidade das inter-relações entre racismo, classe, sexualidade e outros marcadores de diferença cultural, além de gênero propriamente – são desnudadas, ressaltando o processo histórico permanente de construção dos sujeitos.

A partir do paradigma do cuidado a segunda seção prossegue na discussão, com enfoque na relativa atrofia quanto ao compartilhamento das tarefas domésticas entre mulheres e homens nas unidades familiares convencionais – a reprodução da divisão sexual do trabalho –, associada à precariedade dos serviços coletivos proporcionados pelo poder público no país. Em decorrência, há um movimento (com alcance global) de expansão da externalização dos afazeres domésticos e familiares, na fronteira tênue entre o trabalho doméstico e as atividades de cuidado, a outras mulheres – pobres, de baixa instrução formal, em situação de migração e reforçando as hierarquias de gênero –, o que, muitas vezes, é condição de que inúmeras mulheres e homens possam exercer uma atividade profissional extradoméstica. Um aspecto imprescindível dessa análise, a afetividade, é abordado em suas nuances ambíguas e controversas.

Na terceira seção é realizada uma revisão bibliográfica das obras das autoras de referência que estudam ou estudaram o tema. Entre as abordagens, o destaque para o desempenho, pelas trabalhadoras domésticas, das tarefas necessárias para a reprodução ampliada do capital (SAFFIOTI, 1978). A característica fundamental do trabalho doméstico consiste na sua ambiguidade estrutural, por envolver uma proeminente hierarquia no espaço das relações afetivas familiares às quais se associa a interação majoritariamente feminina entre aquelas que mandam e as demais, obedecem (KOFES, 2001). Entre outras questões, as dificuldades implicadas no estudo do trabalho doméstico remunerado, quanto ao

estabelecimento de relações de confiança entre pesquisadoras e sujeitas da pesquisa (BRITES, 2000). Além disso, o trabalho doméstico assalariado está diretamente atrelado ao trabalho doméstico gratuito, realizado pelas donas de casa, por serem ambos supostamente atribuições femininas, e requerendo a constante realização de tarefas, tornado porém invisível no modo como o tempo é socialmente organizado (ÁVILA, 2009).

A quarta e última seção do capítulo 2 aborda uma questão extremamente sensível, a acusação de roubo por empregadores contra trabalhadoras domésticas, tanto de modo explícito, anunciada verbalmente, assim como dissimuladamente, suspeita incessante, mascarada pelo controle ou interdito dos espaços e vigilância permanente. A expressão sutil ou ostensiva dessa cisma pré-concebida revela a violência, traço marcante herdado da escravidão e seu legado arraigado na sociedade brasileira. Síntese, portanto, do entrelaçamento dos conflitos que constituem as relações sociais implicadas no trabalho doméstico, quase totalmente desempenhado por mulheres pobres, e do racismo mal disfarçado contra o qual se debate a contemporaneidade.

Compondo a Parte II da tese, que reúne três capítulos cujo foco se volta aos agentes especificamente envolvidos no conflito que caracteriza o trabalho doméstico, o capítulo 3 reconstitui o longo e inconcluso processo da conquista de direitos pela categoria doméstica, que luta no sentido de aprofundar as fissuras que possibilitem a construção de novos paradigmas no trabalho, tendo no horizonte a superação do legado escravocrata e patriarcal enraizado em nossa sociedade – compreendendo que essas dimensões não são estáticas e acompanham as transformações sociais que decorrem no percurso da história. Partindo da narrativa histórica acerca dos direitos das mulheres no Brasil, via composição das leis trabalhistas, elaborada por Fraccaro (2016), o capítulo retoma o processo que culminou na recente aprovação, no Congresso Nacional, da Emenda Constitucional nº 72/2013 e da Lei Complementar nº 150/2015, e pondera que, embora a princípio a normatização tivesse como propósito a equiparação dos direitos trabalhistas entre trabalhadores domésticos e as demais categorias profissionais urbanas e rurais no mercado de trabalho, essa iniciativa foi frustrada. Houve a inclusão de novos direitos, no entanto não foi estabelecida a igualdade jurídica tão almejada e que ensejou tantos esforços ao longo das últimas décadas. Problematicando a perspectiva, o *impeachment* de 2016 e a (anti)reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que complexifica e envolve novos obstáculos ao gozo dos direitos sociais trabalhistas e de cidadania pela classe trabalhadora brasileira, acentuados em se tratando da categoria doméstica, historicamente marginalizada também na normativa jurídica.

O capítulo 4 retrata o 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que aconteceu no período de 21 a 25 de setembro de 2016 no Rio de Janeiro (RJ), promovido pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). Cumpre uma função importante, ao evidenciar que as trabalhadoras domésticas estão empenhadas e organizadas politicamente e têm obtido êxito no sentido da automobilização para a luta e o engajamento para o enfrentamento de classe. Esse movimento também é explicitado pela recente evolução da densidade sindical na categoria, provavelmente pelo efeito das articulações em torno das discussões e proposições no amplo processo que resultou na aprovação da nova legislação específica da atividade doméstica, conforme apresentado no capítulo precedente.

O capítulo derradeiro tem como objetivo perscrutar os conflitos do trabalho doméstico que se desenrolam nos Tribunais da Justiça do Trabalho no Brasil. Subdividido em quatro seções, a primeira seção do capítulo discute esquematicamente o processo internacional de construção da Justiça do Trabalho. Remetendo à dinamicidade desse percurso, bem como de suas instituições, disputadas pelos sujeitos socialmente posicionados no decorrer da história, a subseção específica reconstrói em linhas gerais o processo originário, e seus embates, demonstrando a confluência de uma série de experiências mutuamente inspiradoras no âmbito internacional e que também compuseram a construção da Justiça do Trabalho no país. Na sequência, a segunda seção apresenta a Justiça do Trabalho e o Direito do Trabalho por ela resguardado, no Brasil, resultantes das concepções de mundo sobre as quais estão alicerçados.

Encerrando a tese, a penúltima seção constitui o cerne da proposta, a partir do exame dos Acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e da análise das decisões proferidas para a “solução” das reclamações trabalhistas domésticas. Na última seção há o relato, em primeira pessoa, de audiências trabalhistas realizadas no Fórum Ruy Barbosa, em São Paulo: o propósito desta seção foi acompanhar *in loco* três audiências em varas do trabalho, quando do julgamento de reclamações envolvendo trabalhadoras domésticas.

Sobre os Acórdãos publicados pelo TST como fontes de pesquisa, é apropriado elucidar a metodologia específica. Para o estudo das decisões judiciais do TST proferidas nos acórdãos, a partir de ações movidas envolvendo as trabalhadoras domésticas, foram iniciadas as consultas ao banco de dados *online* do TST com vistas ao levantamento dos processos judiciais eletrônicos findos²⁷ (DROPPA; BIAVASCHI; MARQUES, 2015: 3). Após o

²⁷ Autos findos são feitos encerrados por determinação judicial para arquivamento definitivo (BIAVASCHI, 2005: 7).

levantamento inicial, foi elaborado um banco de dados próprio composto pelos Acórdãos do TST disponíveis no sítio *online*.

Replicando a metodologia para o estudo dos Acórdãos desenvolvida na bibliografia específica, por meio da ferramenta disponibilizada na página do TST na internet, *Consulta Unificada* (acessível em <http://www.tst.jus.br/consulta-unificada>), foi realizada a busca por palavra-chave. Nesse caso, a palavra-chave “doméstica” e tendo como delimitação do período os julgamentos realizados entre 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2017. Os acórdãos foram lidos a fim de verificar a compatibilidade com o tema da pesquisa: um problema mencionado na bibliografia, limitador quanto ao uso da ferramenta de busca, refere-se a que a base de dados do TST é *alimentada por digitadores* e, com a filtragem mediante a palavra-chave, *ao lerem-se os Acórdãos obtidos, percebe-se, por vezes, que dizem respeito a outro tema, ainda que no seu corpo façam referência à palavra adotada* (DROPPA, BIAVASCHI, MARQUES, 2015: 12) – o que determina o seu descarte. Os processos pertinentes, então, foram salvos no formato “doc” (DROPPA; BIAVASCHI; MARQUES, 2015: 8) e estudados. A análise resultou do estudo que abrangeu o universo dos Acórdãos do TST localizados, referentes à categoria doméstica e proferidos no período apontado.

Também é importante conceituar os tipos de recursos pesquisados: 1. Recurso de Revista (RR): devolve ao TST os Acórdãos dos Regionais; 2. Embargos propostos para a Seção de Dissídios Individuais (SDI-1): uniformizam a jurisprudência para demandas individuais; e 3. Agravos de Instrumento (AI) dos despachos denegatórios dos Recursos de Revista: despachos que não receberam admissão de revista no TST. Segundo a bibliografia:

(...) dos despachos denegatórios do recebimento dos Recursos de Revista podem ser opostos AIs que remetem o processo ao TST visando a destrancar a Revista. Ocorre que o TST, quando acolhe o AI concluindo que a Revista deveria ter sido recebida, para agilizar, já julga esta, examinando a questão de fundo e, inclusive, podendo reformar a decisão do Regional. (DROPPA; BIAVASCHI; MARQUES, 2015: 9)

Apresentam-se alguns significados que poderão facilitar a compreensão das análises: quando o Juiz que atua no primeiro grau de jurisdição julga, essa decisão é a sentença. Na Justiça do Trabalho, dessa sentença cabe Recurso Ordinário ao Tribunal que pode manter a decisão de origem, ou reformá-la no todo ou em parte. O Acórdão é a decisão dos Regionais, órgãos colegiados. Do Acórdão do Regional, cabe, em determinadas circunstâncias e condições, Recurso de Revista para o TST que pode ter seu recebimento negado pelo Presidente ou Vice-Presidente do Regional, decisão da qual cabe Agravo de Instrumento. No TST, de uma decisão das Turmas pode haver Embargos para a SDI, no caso de dissídios individuais. (BIAVASCHI; DROPPA, 2014: 11)

Quanto ao recorte temporal abrangido pela pesquisa documental, a última “década” estendida (período de 2006 a 2017, que totaliza 12 anos), em decisões da Justiça do

Trabalho no âmbito nacional, trata-se de contextos históricos e sociopolíticos em que se precipitaram dinâmicas contraditórias, com matizes progressistas mas também conservadoras²⁸. O período foi definido tendo como finalidade delimitar um lapso temporal recente e de abrangência significativa, que tornasse possível analisar e apontar um perfil das decisões para os conflitos trabalhistas domésticos pela Justiça do Trabalho brasileira – num primeiro momento a proposta era concentrar o estudo das decisões proferidas em uma década, de 2006 a 2015, mas, em virtude da aprovação da Lei Complementar nº 150 em 2015, o período foi estendido até 2017 na expectativa de acompanhar aplicações da nova legislação²⁹.

A análise dos Acórdãos do TST possibilitou a elaboração de uma tipologia (a partir dos fundamentos dos acórdãos), isto é, uma classificação segundo o teor ou conteúdo das reclamações e sua frequência³⁰. Assim, foram identificadas e enumeradas as motivações das queixas judiciais: reconhecimento do vínculo profissional; salários não pagos; questões relativas à jornada de trabalho e ao pagamento das horas extras, regulamentadas em 2013; violências físicas, violências simbólicas e assédio sexual; acusações de furto; despedidas de trabalhadoras gestantes, entre outras.

Tendo em vista a luta histórica pela igualdade de direitos, a partir das decisões do TST – que tem como uma de suas atribuições a uniformização da jurisprudência trabalhista

²⁸ Em referência aos governos petistas, inicialmente beneficiados, a partir de 2003, pelo *boom* das *commodities* – quando no país houve redução das desigualdades sociais, sobretudo por meio da política de valorização do salário mínimo e da expansão do emprego, assim como de políticas sociais específicas, como o programa Bolsa Família, a assistência social focalizada em idosos e pessoas com deficiência, o subsídio às moradias populares, o apoio à pequena agricultura e a facilitação do acesso às universidades pelas camadas de baixa renda; porém, sem que tenha havido o enfrentamento que promovesse transformações estruturais, nos planos dos direitos, da economia e da ideologia –, passando pela crise econômico-financeira internacional de 2008 e sua segunda fase em 2011; pelas manifestações de Junho de 2013, em seu caráter paradoxal, uma vez que iniciadas pelos trabalhadores precários mas reforçadas pelo centro e a direita do espectro político em defesa de reformas liberalizantes, da promoção do rentismo e da retirada dos freios à ampla financeirização; até a inflexão na política econômica no segundo mandato de Dilma Rousseff e o colapso consumado pelo *impeachment* da presidenta, em 2016. Conferir em SINGER; LOUREIRO (orgs.), 2016.

²⁹ O lapso temporal foi estendido, portanto, para acompanhar as mudanças nas decisões que já passassem a incorporar a nova legislação das trabalhadoras domésticas, regulamentada entre 2013 (parcialmente) e 2015 (integralmente). Trata-se, além disso, de compreender como a inflexão na política econômica, adotada ainda na gestão da presidenta Dilma Rousseff, em 2014 – com o “austericídio” fiscal (medidas de austeridade) e a reversão das políticas anticíclicas, que primavam pelo planejamento indutor do Estado –, e a deterioração do mercado de trabalho no Brasil, agravada sobremaneira pelo *impeachment* em 2016, alteraram a perspectiva da conquista e gozo de direitos sociais trabalhistas pelas domésticas, no contexto de intensificação das diretrizes neoliberais, promovendo alterações normativas, como a prevalência do acordado sobre o legislado (de acordo com as modificações promovidas pelo governo de Michel Temer, previamente anunciadas nos programas “Ponte para o Futuro” e “Travessia Social”), entre outras medidas que serão discutidas, implementadas com a aprovação da Lei nº 13.467/2017.

³⁰ O procedimento foi adotado em paralelo à classificação estabelecida em análises coordenadas por Biavaschi e os demais autores quanto a se a Justiça do Trabalho, em suas instâncias, tem sido um espaço de “resistência” ou “afirmação” à terceirização, bem como por Silva (2016), que examina processos judiciais ajuizados por trabalhadores no período anterior ao golpe de 1964, apontando as tendências mais conservadoras, de um lado, em contrapartida aos resultados mais favoráveis, por outro lado, ao comparar as decisões, respectivamente, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (em São Paulo/SP).

em nível nacional (BIAVASCHI, DROPPA, 2014: 7) –, a proposta é apontar se a Justiça do Trabalho brasileira, no que se refere às trabalhadoras domésticas no período de referência, tem contribuído para a ampliação ou a restrição do campo de Proteção Social às domésticas, em relação principalmente à interpretação dos Magistrados acerca da Lei nº 5.859, de 1972, ao que estabelecem a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 11.324, de 2006; a Emenda Constitucional nº 72, de 2013; e a Lei Complementar nº 150, de 2015. Portanto, marcos normativos que estabelecem os limites mínimos da cidadania assegurada às profissionais domésticas.

Há outras duas questões importantes a serem explicitadas acerca da pesquisa nos Acórdãos do TST. A primeira é que os acórdãos não permitem identificar o gênero e a cor/raça das partes envolvidas nos processos, o que limita a proposta de abarcar essas dimensões na análise específica. E a segunda: o estudo aborda as decisões da Justiça do Trabalho quanto às reclamações, e não propriamente do TST, que pode não conhecer o recurso, mantendo a decisão do tribunal regional. Ou seja, o TST pode não adentrar na discussão do mérito da reclamação, por justificativas técnico-processuais – como inobservância do prazo para a interposição do recurso à última instância, do depósito recursal, ou ainda pela ausência de demonstração de divergência jurisprudencial (entre as Turmas do TST no caso de embargos à SDI ou entre as decisões dos tribunais regionais no caso dos RR e AI). Além disso, é vedado ao TST rever o acervo probatório testemunhal ou documental.

Além do estudo dos acórdãos do TST (acervo documental) e do acompanhamento presencial das audiências em varas do trabalho, outras duas fontes primárias de pesquisa foram utilizadas: a primeira, com observação participante e coleta de informações a partir das entrevistas realizadas por meio de um questionário autoaplicável (ANEXO A), durante o 11º Congresso da FENATRAD, em 2016. E a segunda fonte primária consiste na entrevista realizada com a trabalhadora doméstica *Rosangela*³¹:

Conheci minha mãe trabalhando, me levando *pras* casas dos patrões. Ela sempre me levou. Empregada doméstica, minha mãe, sempre foi. Cozinheira lá na Bahia. Trabalhou em hospital e de cozinheira. Minha vó era doméstica, minha mãe era doméstica, a outra minha irmã também, e eu agora. (...) Mas eu quero, mais pra frente, uma coisa melhor, né? (...) *Pros* meus filhos, eu queria o melhor. Não queria que tivessem a mesma... Eu sei que trabalho não é vergonha *pra* ninguém, mas não queria que meus filhos tivessem a mesma profissão que eu, não. Porque, uma, você se acaba muito rápido; você tem problema de coluna, às vezes a mão fica meio dura,

³¹ Tendo nos conhecido no início de 2015, por acaso numa manhã dentro de um ônibus rumo à região central de São Paulo, somente consegui entrevistar formalmente *Rosangela* em janeiro de 2017, na minha casa. Morando na mesma vizinhança, nesse meio tempo, pegamos algumas vezes o mesmo ônibus quando íamos ao trabalho (eu, à Vila Mariana e ela, às proximidades da estação de metrô Praça da Árvore).

os nervos... A pessoa se acaba muito, acaba se desgastando muito. Então eu não quero isso *pra* eles. Tanto que eu coloco na cabeça do meu filho: ele vai voltar a estudar agora, vai terminar os estudos e vai fazer uma faculdade. Minha filha, do mesmo jeito. Ela está trabalhando numa loja mas vai voltar a estudar, fazer um curso, alguma coisa! Como ela tem um filho, já é mais difícil... Ela é vendedora e meu filho trabalha em monitoramento de câmeras. (...) Ai! Futuramente... Quero uma coisa melhor, sabe? Quero lecionar, terminar meus estudos, *pra* mais tarde eu ter uma coisa melhor *pra* usufruir. E não ficar dependendo de ninguém! Porque se eu ficar trabalhando de doméstica por muito tempo, ou diarista, futuramente vou ficar torta da coluna e não ter... E me aposentar... Se eu não tenho nem 5 anos de contribuição! (...) Eu quero uma coisa melhor... Mas nem sei se até lá eu vou estar viva! Por enquanto eu vou trabalhando, mas futuramente... Realizar o meu sonho! (Rosângela, entrevistada em 07/01/2017.)

PARTE I

O PROBLEMA

1. A Formação Social Nacional e a Longevidade da Servidão no Brasil

O trabalho doméstico constitui um tema clássico no pensamento social brasileiro, presente em abordagens da formação social nacional, apresentadas por autores tais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. É a partir desta tríade de autores que neste capítulo será proposta uma fundamentação analítica do processo de formação da sociedade brasileira, tendo em vista apontar elementos estruturais e dinâmicos de sociabilidade que têm contribuído no sentido de que as relações sociais implicadas a propósito do desempenho do trabalho doméstico remunerado se passem de modo tão arrastado no tempo, apegado a formas mais próximas a laços de servidão do que propriamente de relações profissionais. Assim, a proposta consiste em abordar a singularidade de um “caráter” social nacional³², continuidade proveniente da especificidade das casas-grandes – e do subsequente coronelismo – que aqui tiveram lugar; a construção e a sustentação do mito da democracia racial, bem como os esforços coletivos de desconstrução da dita farsa.

Conforme propõe Holanda em *Raízes do Brasil*, de 1936, tendo como referências formas de convívio, instituições e ideias conformadas na tradição ibérica, as origens da sociedade brasileira foram forjadas a partir de uma característica peculiar aos povos da península ibérica: o desenvolvimento extremado da “cultura da personalidade”, *que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica* (HOLANDA, 1995: 32), incluindo Portugal e Brasil nessa caracterização. A “originalidade nacional” de portugueses, assim como de espanhóis, estaria na *importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço* (HOLANDA, 1995: 32). A solidariedade social resultante dessa interação, no entanto, seria precária, estabelecendo-se somente onde houvesse vinculação de sentimentos – *laços de sangue e de coração* (HOLANDA, 1995: 146) –, em espaços domésticos ou entre amigos: círculos sociais restritos, particularistas e, em certa

³² Comentando o recuo dos cientistas sociais ante à investigação sobre o caráter das sociedades, pelo receio de serem julgados preconceituosos – ou, poderíamos afirmar, pelo risco de essencializar as culturas, todas plenas de dinamicidade e complexidade –, no artigo “Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro” (*Revista Piauí*, 2012), Chico de Oliveira trilha um “caminho ‘norbertiano’” nesse projeto, afirmando que *o peculiar modo nacional de livrar-se de problemas, ou de falsificá-los, constitui o famoso jeitinho brasileiro*. Cita Holanda como o autor, dentre os clássicos do pensamento social brasileiro, que melhor enfrentou a questão do caráter nacional, pela caracterização do “homem cordial” *como a própria encarnação do jeitinho brasileiro*. Regra não escrita, além de simpático, para Chico o jeitinho *é uma das maiores marcas do moderno atraso brasileiro*, transformado em *código geral de sociabilidade*. Atributo das classes dominantes no país, com suas burlas historicamente recorrentes às leis e às normas vigentes, transmitido entretanto às classes dominadas, processo a partir do qual teve origem o “malandro” e suas trapaças, tornando-se, a seu ver, hegemônico. Em síntese: *a burla é uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema. Incompleta porque o capitalismo trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais da civilidade* (OLIVEIRA, 2012: 4).

medida, alheios ou desfavorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional.

Na estrutura da sociedade colonial, a abundância de terras férteis contribuiu para a exploração latifundiária e monocultora, com vistas ao mercado internacional, apoiada na primazia do regime de trabalho servil – o trabalho escravo nas lavouras ou o escravo doméstico nos espaços da casa-grande –, constituindo os pilares da atividade econômica. Com a preponderância dos domínios rurais, o personalismo do período colonial extravasou a família de tipo patriarcal e os simples vínculos diretos de pessoa a pessoa tornaram-se quase sempre os mais decisivos:

O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (HOLANDA, 1995: 61)

A “moral das senzalas”, a “mentalidade da casa-grande” e a autoridade do proprietário de terras – com sua vontade muitas vezes *caprichosa e despótica* (HOLANDA, 1995: 80) –, que configuraram o quadro familiar no período do Brasil colonial, “perseguiam” os indivíduos mesmo fora do domínio doméstico, servindo como um modelo na vida pública: as preferências fundamentadas em laços afetivos deixaram marcas profundas na sociedade. Mesmo com a chegada da corte portuguesa, em 1808, e a ascensão dos centros urbanos – com uma correspondente burguesia urbana improvisada de maneira quase forçada no Brasil, recrutada dentre antigos senhores rurais e portanto portadora da mentalidade e modos de conduta característicos dessa classe: *toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial* (HOLANDA, 1995: 88).

Também no âmbito dos negócios as transações ocorriam a partir do estabelecimento de vínculos mais imediatos do que os previstos em relações formais ou contratuais e a interação com a clientela exigia que, em princípio, do freguês se fizesse um amigo. Inclusive nas relações entre patrões e empregados estabelecidas no Brasil prevalecia a forma de ordenação de caráter orgânico e comunal – como aquelas que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade – sobre a ordenação impessoal e mecânica, sendo a indiferença ao conjunto social uma das consequências de tal arranjo. Esses relacionamentos construídos na tentativa de obter vantagens pessoais, pelos laços da camaradagem, foram travados, de acordo com Holanda (1995), em oposição a um “espírito capitalista”, a um

moderno sistema industrial fundamentado no regime de trabalho remunerado e, logo, à racionalização metódica dos negócios.

A supremacia do núcleo familiar forneceu *o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós* (HOLANDA, 1995: 146), atravessando toda a sociedade. No entanto, quanto ao aspecto decisivo da estrutura familiar na formação brasileira, Caio Prado Jr. apresentou um apontamento contrastante ao de Sérgio Buarque de Holanda ao incorporar à análise as clivagens de classes sociais, destacando que tal configuração social se limitou às *classes superiores da casa-grande* (PRADO JR., 1987: 351), de modo diferente ao que teria ocorrido à *massa da população*: colonos recém-chegados, população livre e escravos.

O “*ethos* personalista” – materializado na cultura da cordialidade³³, em contraposição aos princípios antiparticularistas de formalização, abstração, neutralidade e equidade social, em suma, à civilidade – consistia, assim, num princípio orientador de condutas também na vida pública. Dentre os detentores de posições públicas, formados nesse contexto, a distinção entre o domínio do privado e o domínio do público era algo difusa, transbordante, no sentido de uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. Diferentemente do “puro burocrata”, para o funcionário patrimonial, a gestão política, mesmo nas instituições democráticas, representava assunto de seu interesse particular: as funções, os empregos e seus benefícios relacionavam-se a direitos pessoais do funcionário mais do que a interesses objetivos, comprometendo certas garantias jurídicas aos cidadãos – a própria escolha de quem exerceria as funções públicas era feita a partir da confiança pessoal em desprestígio das capacitações (HOLANDA, 1995: 146).

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, **é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares** que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (HOLANDA, 1995: 146. **Grifos meus.**)

A tradição que vincularia a sociabilidade brasileira às nações ibéricas, especialmente a portuguesa, estava, segundo Holanda (1995), presente ainda na década de

³³ Como síntese da herança colonial e do domínio do patriarcado rural, os quadros da estrutura familiar possibilitaram a formação do “homem cordial”, tendo sido a cordialidade a contribuição brasileira para a civilização: *A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões do convívio humano* (HOLANDA, 1995: 146-7). Contrapostas a virtudes que denotam civilidade e manifestam-se pela polidez da atitude, as formas ordinárias de convívio social expressam um fundo emotivo espontâneo e desejoso de estabelecer intimidade, avesso ao ritualismo social, cujas formas exteriores e padronizadas da cordialidade não precisam ser legítimas ou sinceras para se manifestarem – equivalem a uma máscara, um disfarce de defesa e resistência perante a sociedade.

1930. De certo modo, princípios característicos da velha ordem colonial subsistiram à “grande revolução brasileira” – cujo marco inicial foi a Abolição da escravidão, em 1888, impondo o fim do predomínio agrário e, conseqüentemente, o *aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura* (HOLANDA, 1995: 172) e no ano seguinte a Proclamação da República, instituindo o quadro político adequado à nova composição social. O cultivo do café no oeste paulista e a transição a um regime de trabalho remunerado³⁴ favoreceram a evolução dos centros urbanos, arruinando certas antigas dinâmicas; contudo, *o Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional* (HOLANDA, 1995: 176), permitindo a sobrevivência arcaica de fundamentos personalistas e aristocráticos sobre os quais *ainda assenta a nossa vida social* (HOLANDA, 1995: 180).

O aspecto conservador dessa ordenação personalista – e este é o elemento analítico da obra de Holanda (1995) a ser frisado – apresenta como tendência a centralidade dos padrões privatistas e particularistas envolvidos na apropriação da *res publica* (SALES, 1994) pelos interesses privados, impondo limites estreitos à cidadania e perpetuando a desigualdade social³⁵. Como um efeito, o hiperdimensionamento do fundo emotivo e do contexto privatista na atualidade, estabelecidos em detrimento de contratos regulamentados e formalmente firmados, fragiliza e desmobiliza para um engajamento contestador, na relação assimétrica abordada, o conjunto das trabalhadoras domésticas no seu cotidiano profissional ainda em nossos dias, sujeitas às vicissitudes da paixão dos empregadores, que alia proteção paternal, de um lado, arbítrio e violência, de outro, oscilando capciosa e ambigüamente entre esses polos.

Não se trata de rejeitar categoricamente a ideia de que o convívio das trabalhadoras domésticas com a família empregadora tenha podido oferecer espaço a laços de afetividade genuínos. Aliás, a dimensão das paixões foi amplamente descrita e valorizada por Gilberto Freyre, ao caracterizar o Brasil da ordem escravocrata, a partir do século XVI, e que recebeu inúmeras críticas, pela ausência, na sua perspectiva, de conflitos entre as classes, pela nostalgia com que sua narrativa descreve as relações entre a casa-grande e a senzala, numa

³⁴ É relevante ressaltar, como contraponto, a incorporação em massa de africanos escravizados após a lei de 1831 nas fazendas de café do Vale do Paraíba: (...) *a riqueza e o poder da classe dos cafeicultores, que se tornaria símbolo maior da prosperidade imperial ao longo do Segundo Reinado, viabilizaram-se ao arrepio da lei, pela aquisição de cativos provenientes de contrabando* (CHALHOUN, 2012: 37).

³⁵ Nesse sentido, espero deixar claro que apontar o patrimonialismo como uma continuidade, um traço cultural persistente que constitui uma singularidade da política e da sociabilidade brasileiras, não significa defender o Estado Mínimo pela privatização dos serviços públicos. Inversamente, enfrentar o patrimonialismo requer a plenitude dos mecanismos democráticos por meio da ampliação dos espaços institucionais de participação e deliberação popular, com vistas a fortalecer e universalizar as políticas sociais de cidadania no combate à exclusão social.

suposta sociabilidade harmônica a partir do equilíbrio entre contrários, assim como pela permissividade às oligarquias e à extensão do privado ao campo da política – o “patrimonialismo familístico” (CARDOSO, 2013: 88)³⁶.

Certamente é plausível sustentar a hipótese de que a “cultura da cordialidade”, sobre a qual Holanda refletia na década de 1930, teria favorecido a longevidade do servilismo – a que se refere, em 2013, Ricardo Antunes no artigo *A Revolta da Sala de Jantar*³⁷. Tendo a escravidão, com a Abolição, sofrido um golpe fatal – ao menos no que se refere ao regime Moderno que perdurou até o crepúsculo do século XIX –, no entanto, sinais da persistência arcaica do servilismo estariam demonstrados no grau acentuado das taxas de informalidade particularmente nos Serviços Domésticos, nas jornadas de trabalho extenuantes, enfim, na recusa histórica ao acesso aos direitos trabalhistas e sociais, cujas conquistas têm avançado tão lenta e conflituosamente ao longo da história do Brasil.

A Formação Social Brasileira e as Relações Raciais em Casa-Grande & Senzala

No prefácio à 1ª edição de *Casa-Grande & Senzala*, publicado inicialmente em Lisboa, em 1931, Gilberto Freyre, ao descrever o sistema patriarcal de colonização adotado pelos portugueses no Brasil a partir do século XVI, analisa a casa-grande de engenho, um complexo também constituído pela senzala e a capela, como um centro de coesão social e ponto de apoio e estabilidade para a organização nacional. O ano de 1532, data da organização econômica e civil do Brasil, marcou o desafio, assumido pelos portugueses, de modificar um projeto colonizador comercial e extrativo no sentido de adotar outro mais permanente e estável, a partir da atividade agrícola.

Como um sistema econômico³⁸, a casa-grande apresentava, como estrutura de produção, a monocultura latifundiária, cujo trabalho era desempenhado em regime de

³⁶ Há, entretanto, abordagens significativamente divergentes acerca da obra freyriana, cujas interpretações enaltecem a perspectiva do autor como suporte para a análise crítica da desigualdade social brasileira. Como exemplo dessas abordagens distintas, conferir BIAVASCHI, 2005.

³⁷ ANTUNES, Ricardo. “A Revolta da Sala de Jantar”. Estadão, Aliás. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-revolta-da-sala-de-jantar,1015042>>. Acesso em: 19/11/2015.

³⁸ Além disso, constituída como fortaleza, escola, oficina, santa casa, harém, convento de moças, hospedaria, a casa-grande dos tempos coloniais também abrigava os mortos, enterrados quase dentro de casa, na capela (ao menos os ilustres da família do patriarca), entre os santos que também compunham a família – e daí toda a intimidade com os santos, outro traço do catolicismo no Brasil. No culto doméstico dos mortos, que na hierarquia da época situavam-se abaixo dos santos e acima dos vivos, vigiando e governando a vida dos filhos, netos e bisnetos, os retratos eram mantidos nos santuários, ao lado das imagens dos santos, *com direito à mesma luz votiva de lamparina de azeite e às mesmas flores devotas* (FREYRE, 2006: 40). Posteriormente foram localizadas ossadas de escravos supliciados, desencavadas do chão após terem sido [in]justiçados pelos senhores e mandados enterrar no quintal, ou dentro de casa, à revelia das autoridades (FREYRE, 2006: 41) ou sob suas vistas grossas, é possível acrescentar. Também desempenhando a função de banco, as casas-grandes escondiam,

escravidão – num primeiro momento de índios nativos e, em seguida, de mulheres e homens negros traficados, oriundos de diversas tribos no continente africano. Nos aspectos social e político, a vida em família, decorrente da união entre o português e a mulher índia, estava organizada segundo um patriarcalismo polígamo, sendo que o senhor rural, o *pater familias*, também subordinava, no aspecto religioso, hegemonicamente católico, o capelão; quanto à política, organizava-se de acordo com o compadrismo. Ainda é relevante salientar o modelo de transporte da época: o carro de boi, o cavalo, o banguê e a rede, às costas dos escravos.

Centrando sua análise na história íntima e cotidiana da vida doméstica do Brasil desde o século XVI até enquanto predominou a ordem rural escravocrata, Freyre critica o desprezo pelo rotineiro da história política e, nesse sentido, comenta a ausência, naquele período, de diários que pudessem ter sido escritos por mulheres no país, mesmo porque muitas delas analfabetas, ainda que nobres ou senhoras. Já a Santa Inquisição não falhou em escancarar seu olhar indagador, extorquindo confissões e denúncias reunidas pelo Tribunal do Santo Ofício, que se constituem, em contrapartida, em relevante acervo para o estudo da vida sexual e de família no Brasil dos séculos XVI e XVII³⁹.

Criticando a sociedade que se instaurou a partir da Proclamação da República, em 1889, e desde a Abolição da Escravatura, Freyre afirma que, com o desenvolvimento das usinas de açúcar, os latifúndios e suas mazelas expandiram-se,

em grossas paredes e enterrados no chão, dinheiro, joias, ouro e valores – as joias às vezes nas capelas, ornamentando os santos: Nossas Senhoras enfeitadas de correntes de ouro e balangandãs, ao passo que aos negros houve proibições do uso de ornatos de algum luxo –, protegidos contra corsários e “tendências comunistas” dos indígenas e de africanos. Costume do qual resultaram estórias de assombrações, com cadeiras de balanço sobressaltadas por si mesmas, pratos e copos batendo-se à noite, almas penadas vagando e lamentando-se, indicando botijas de dinheiro, das quais se apoderaram indevidamente certos senhores solicitados em confiança como guardiões por compadres, viúvas ou escravos, porém arrivas ou vítimas de morte súbita, tendo muito fortuna enterrada misteriosamente desaparecido.

³⁹ Outros materiais serviram como fontes de pesquisa para a elaboração de Freyre: registros dos denominados “recolhedores de fatos”, dentre estes alguns estrangeiros que viajaram pelo país; documentos tais quais inventários, cartas de sesmaria, testamentos, correspondências da Corte e ordens reais – existentes em bibliotecas ou em antigos cartórios e arquivos de família ou pastorais –; relatórios de bispos, atas de sessões das ordens religiosas; atas e registros de Câmaras, bem como outros documentos parlamentares; livros de assento, batismo, óbitos, casamentos de livres e escravos em arquivos eclesiásticos; relatórios, estudos e teses médicas; documentos publicados pelo Arquivo Nacional, pela Biblioteca Nacional, pelo Instituto Histórico Brasileiro, na sua *Revista*, assim como pelos Institutos da Bahia, São Paulo e Pernambuco. As cartas dos jesuítas também se constituíram em valiosos registros para a formulação da história social do Brasil e sua ordem moral, narrando em minúcias a intimidade da vida social dos colonos e o contato das culturas europeias com as dos caboclos e africanos. Observa que o padre Anchieta mencionou em seus escritos desde os bichos peçonhentos que atormentavam os recém-chegados – *cobras jararacas andando pelas casas e caindo dos telhados sobre as camas; “e quando os homens despertam se acham com elas enroladas no pescoço e nas pernas”* (FREYRE, 2006: 48-9) –, aos hábitos sexuais e alimentares cultivados, com doces em abundância: laranjada, aboborada, marmelada, a despeito da insuficiência no suprimento de víveres pelo abandono do roçado de subsistência em decorrência da monocultura de exportação.

De modo que da antiga ordem econômica persiste a pior parte do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras – desfeito em [18]88 o patriarcalismo que **até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportunidades de acesso social** (FREYRE, 2006: 51. **Grifos meus**).

Nesse sentido, Freyre critica a abolição em si mesma, qualificada como um “descalabro” (FREYRE, 2006: 109) que, desamparando da assistência patriarcal das casas-grandes, teria privado aos negros e pardos do regime alimentar das senzalas. De acordo com o ponto de vista adotado nesta tese, há concordância quanto ao fato de que o escravo tenha sido sucedido pelo pária de usina e a senzala, pelo mucambo, além das restrições e precariedades da vida em “liberdade” à época pós-abolicionista. Contudo, a perspectiva do autor revela, é necessário enfatizar, a idealização de um momento histórico despótico e suas dinâmicas sociais perversas – os quais ele próprio demonstra –, retratando com nostalgia um período prolongado de violência racial desvelada e oficial⁴⁰.

A princípio, na conformação das famílias de colonização portuguesa⁴¹ e dando origem à sociedade colonial no Brasil, patriarcal e aristocrática, vivendo das grandes plantações de açúcar, os colonizadores apoiaram-se nas mulheres indígenas – relevância à

⁴⁰ Outro aspecto decorrente da barbaridade do período corresponde às elevadíssimas taxas de mortalidades dos recém-nascidos filhos de escravos no Brasil, sobre o que comenta Sidney Chalhoub. O Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão negra, tendo violado até 1850 a lei nacional de 1831, imposta pela Inglaterra, de cessação do tráfico negreiro, continuando a incorporar trabalhadores escravizados ao sistema produtivo rural e ao trabalho doméstico. Fonte: IPTV/USP. Disponível em: <<http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=7056>>. Acesso em: 05/02/2019.

⁴¹ Ao descrever os portugueses colonizadores, Freyre observa o que denomina uma “singular predisposição” cultural para a colonização híbrida e escravocrata nos trópicos de um povo estabelecido na Península, uma região de trânsito entre a África e a Europa, onde populações encontraram-se ao longo dos tempos, como as mouras – dentre as quais árabes e berberes, assim como semitas e negras – e as nórdicas, bem como sua sucessão de culturas europeizantes –, celtas, germanos, romanos, normandos etc. Desse encontro e convívio entre diversos, teria, para o autor, decorrido um *bambo equilíbrio de antagonismos* (FREYRE, 2006: 67), que se equilibram ou se hostilizam, favorecendo a formação *sui generis* da sociedade brasileira, de seu ponto de vista *equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos* (FREYRE, 2006: 69). No período das grandes navegações, o exitoso português cosmopolita do século XVI, com seus traços de caráter dos quais destaca uma origem ou estoque semita, desenvolveu dois atributos que permitiram sua adaptabilidade à vida nos trópicos: mobilidade e miscibilidade. Incentivada a mobilidade pela política colonial e imperialista a partir de Lisboa, os portugueses deslocaram-se pela Ásia, África e América, movimentação à qual foi associada a necessidade de compensar o deficiente volume populacional – afetado por epidemias, fome e guerras durante a Idade Média –, dispondo-os à convivência e ao intercuro com outras etnias. Em sua narrativa, Freyre registra com especial entusiasmo a *figura da moura encantada* (FREYRE, 2006: 71), envolvida pela mística sensual do islamismo – concepção de uma imagem da qual ele parece compartilhar – e à qual o autor aproxima as índias do Brasil, assim como aquelas de olhos e cabelos pretos: *tanto quanto as nereidas mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse sua ardente nudez e por um pente para pentear o cabelo* (FREYRE, 2006: 71). Os estigmatizados que aqui desembarcaram para a colonização: soldados, aventureiros, cristãos-novos fugidos da perseguição religiosa, naufragos, traficantes de escravos, de madeira e de animais, degredados ou, citando Freyre o jornalista Azevedo Amaral, *tarados, criminosos, semiloucos* (FREYRE, 2006: 81), ao qual critica argumentando os devotos critérios adotados entre os séculos XV ao XVII no reino para o enquadramento na jurisprudência criminal, punindo severamente delitos de feitiçaria amorosa ou de insulto aos santos católicos, por exemplo. Além destes, os jesuítas da Companhia de Jesus, que breve estabeleceram contato com as várias tribos nativas, por meio da “língua-geral”, como catequistas e missionários, no seu projeto de cristianização e europeização.

qual Freyre contrasta, a seu modo, os homens indígenas, segundo sua caracterização, *molengos e inconstantes* (FREYRE, 2006: 80), preteridos por africanos escravizados para o trabalho de eito. A família, isto é, uma iniciativa particular e não uma ação propriamente oficial, orquestrada diretamente pelo Estado Imperial, foi o elemento de colonização do Brasil a partir do século XVI, conforme salienta o autor: a família que, como unidade produtiva, foi a força social que se desdobrou em política, constituindo a poderosa aristocracia colonial em sua expressão, o familismo político, dando origem ao oligarquismo e ao nepotismo.

O relacionamento ou a “união” dos portugueses com indígenas e africanos escravizados na colônia teve como uma de suas características o que Freyre denominou por sadomasoquismo (conceito do qual esta perspectiva discorda absolutamente, tendo o autor afirmado corresponder ao sadismo do senhor o masoquismo do escravo, por oposição veemente à ideia de que houvesse qualquer submissão voluntária ou prazer em sofrer e ser vítima ou autossacrifício). Presente também nas relações entre mulheres e senhores de engenho, segundo Freyre, o sadomasoquismo foi precedido pela submissão do moleque, companheiro de brinquedos e *leva-pancadas*. A partir daí,

Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários – tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho. (FREYRE, 2006: 113-4)

As senhoras, embora estivessem muitas vezes na situação de subordinadas ao domínio dos homens – pais ou maridos – na condição de senhoras de seus escravos também agiram com ímpetos de autoritarismo e violência. No campo da política, Freyre ressalta a prevalência do mandonismo, dando origem no Brasil a uma tradição conservadora, em que o mando é disfarçado em “princípio de Autoridade” ou “defesa da Ordem”. Ainda assim, o autor reafirma o país ter “precocemente” saído do regime de senhores e escravos, constatando “equilíbrio de antagonismos” e “harmonia” no processo de formação brasileira – *O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo*. (FREYRE, 2006: 117) – em relações sociais em que efetivamente imperou violência, perversamente prolongada.

A respeito da participação indígena na formação social brasileira, Freyre afirma ter havido, com a intrusão europeia no continente americano, um processo de *degradação da raça atrasada em contato com a adiantada* (FREYRE, 2006: 157) – embora

observe culturas *já na fase de semicivilização* (FREYRE, 2006: 157): incas, astecas e maias –, em contraste com os indígenas das “terras de pau de tinta”, para ele *bandos de crianças grandes* (FREYRE, 2006: 158). Quanto a estes, foram obrigados ao trabalho produtivo e à guerra de conquista dos sertões e desbravamento da mata, enquanto as mulheres, em especial, tornaram-se “parceiras”⁴² na procriação e formação de famílias, em virtude da ausência, na colônia, de mulheres brancas. Segundo sua perspectiva harmônica, Freyre frisa que a sociedade brasileira, em seus primórdios, foi organizada de maneira *cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família* (FREYRE, 2006: 160), embora *servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone* (FREYRE, 2006: 160).

Dos homens indígenas, os nativos, assim como da primeira geração de caboclos, Freyre destaca sua bravura guerreira – combatentes em guerras entre as tribos, decisivos nas migrações, na caça, na pesca, na defesa contra animais selvagens –, em contrapartida a que o desempenho do trabalho estável e regular na lavoura da cana tenha falhado. Era o nomadismo – e, é possível apontar, tratava-se de outra concepção do trabalho, conforme um paradigma pragmático e mais imediato, sem ter em vista a troca mercantil ou a acumulação, portanto uma matriz cultural absolutamente diferente do regime de economia presente na concepção ocidental moderna – o estilo de vida adotado pelos ameríndios. Por outro lado, as mulheres indígenas detinham o conhecimento de sementes e raízes, contribuindo, neste aspecto, com os interesses dos colonizadores, embora também não tenham sido consideradas “boas escravas domésticas”.

No empenho de disciplinar e domesticar os nativos, em alinhamento aos propósitos da colonização, alterando fatalmente todo o ritmo de vida social original destes povos que, até então, viviam dispersos e nômades, contribuíram os padres missionários da Companhia de Jesus. Alvos, portanto, do sistema civilizatório dos jesuítas, em um projeto de doutrinação por um sistema moral, pedagógico, de organização e divisão sexual do trabalho, de cujas diretrizes destacam-se: concentração em grandes aldeias; vestuário à europeia, trabalho regular e metódico em plantações; impedimento ao casamento conforme as tradições indígenas; aplicação da legislação penal europeia a supostos “crimes de fornicação”; abolição das guerras entre as tribos; abolição da poligamia (ainda que efetivamente imperasse entre os

⁴² Citando o historiador brasileiro Capistrano de Abreu, Freyre (2006) escreve sobre a “preferência da mulher gentia pelo europeu” no relacionamento, sendo que a mestiçagem se explicaria pela ambição de gerarem filhos pertencentes, conforme ele classifica, à “raça superior”, pois segundo a tradição indígena o parentesco era conferido pelo lado paterno. Para o Estado metropolitano e sua política colonial, a mestiçagem era a condição de povoamento e defesa da nova terra, regularizada pelo casamento cristão e a bênção da Companhia de Jesus.

senhores de engenho, tolerada); abolição do sistema comunal e da autoridade dos chefes – sobretudo dos pajés, em função da rivalidade religiosa na competição com os padres.

Quanto aos colonos portugueses, contribuíram para o colapso do sistema cultural dos povos originais da América ao obrigá-los ao trabalho nas plantações e impor-lhes a divisão sexual do trabalho nos moldes europeus. Uma das consequências desse processo de miscigenação e imperialismo, amplamente denunciado, foi o desenvolvimento de doenças de pele e respiratórias pelos indígenas, bem como da sífilis, que culminaram na elevação da mortalidade infantil à época e no genocídio de tribos de culturas tradicionais⁴³. O curumim foi o verdadeiro ponto de contato: *quer como veículo civilizador do missionário católico junto ao gentio, quer como o conduto por onde preciosa parte de cultura aborígine correu das tabas para as “missões” e daí para a vida, em geral, da gente colonizadora* (FREYRE, 2006: 198). Foi o menino indígena o alicerce em que precocemente os jesuítas apoiaram-se para corromper o sistema cultural nativo⁴⁴, pela cristianização.

⁴³ Vitimados, dessa maneira, pela violência física e pela violência simbólica do projeto de conquista portuguesa, os indígenas no entanto não atuaram passivamente, comunicando à sociedade brasileira seus costumes e modos de vida: na culinária, utensílios domésticos como cuias, cabaças, balaies etc., vasilhas feitas de barro, madeira, casco de animal ou casca de fruta, ostras; iguarias à base de mandioca, como o *mbeiu* ou beiju, ou ainda a tapioca; a canjica de milho, o mingau, a moqueca, a pamonha, a pimenta, o caju, entre outras. Sobre a tapioca de coco, aliás, Freyre comenta o *amalgama verdadeiramente brasileiro de tradições culinárias* (FREYRE, 2006: 193), agregando a mandioca indígena, o coco asiático, o sal europeu, servido sobre a folha de bananeira africana. O caju, ou complexo do caju, como se refere Freyre, era empregado pelos indígenas na culinária, inclusive na fabricação de um vinho tradicional, e em fins medicinais, assim como outras inúmeras ervas e frutos: adotado pelos colonos senhores de engenho, era consumido pela manhã, ainda em jejum, o sumo do caju, visando à saúde do aparelho digestivo e à higiene bucal. Fibras para a tecelagem ou entrançado – algodão, tucum, caraguatá-bravo –; peipeçaba para as vassouras; técnicas de construção com madeiras e vegetais, como cipó, timbó, sapé, palha de pindoba. Conhecimento do curso das águas no interior do país, em que navegava, e das florestas, o guia; ensino do manejo do arco e flecha, dos laços e armadilhas de captura do peixe e da caça, como o mundéu; seu vocabulário, designando fatos de linguagem sem expressões correspondentes para além da América. A tipoia – tira de pano para amarrar bebês e crianças pequenas às costas da mãe – e a formidável rede, a “cama brasileira” – “*Brazil bed*”, como ficou conhecida na Europa em meados do século XVI –; o banho de rio; o amedrontador e folclórico “bicho”; o pé descalço etc., assim como seus braços, instrumentos de trabalho colonial. Incomensurável foi a contribuição ameríndia à cultura brasileira.

⁴⁴ Segundo a pedagogia nativa ameríndia, havia danças especialmente destinadas a provocar o medo nas crianças e incutir nelas a disciplina e os preceitos de obediência e respeito aos mais velhos. O autor comenta uma narrativa de um viajante sobre uma dança macabra entre os Zuñi, em cujo desfecho uma criança era exemplarmente castigada com a morte, escolhida dentre aquelas de pior comportamento da tribo. Danças invocando o “diabo”, ou Jurupari, integravam rituais com a finalidade de amedrontar as crianças, assim como as mulheres, mantendo-as em “boa ordem”: máscaras representando animais demoníacos – em que, conforme as crenças, transformavam-se os mortos –, adornadas com cabelos de gente, pelos e penas de bichos. Instrumentos sagrados, plenos de mágico e misterioso poder. Diante da relevância cultural desses rituais, os jesuítas mantiveram as danças indígenas, recompondo-as contudo com uma figura cômica do diabo, no propósito de ridicularizar a mitologia e desprestigiar o folclore, perturbando o sistema social indígena em seus mecanismos de controle social, fundamentado pelo animismo e pelo totemismo. A crueldade também esteve presente enquanto metodologia de catequese, tendo o próprio José de Anchieta escrito: *espada e vara de ferro, que é a melhor pregação* (FREYRE, 2006: 217). A contemporização da ladainha católica com os cantos indígenas, entoados pelos curumins, nesta perspectiva, ao contrário da adotada por Freyre – que em contrapartida descreve e aponta, ele mesmo, as perversidades do projeto colonizador –, não representou a “confraternização das raças”.

Além de doenças, maus tratos e suplícios, os sistemas escravocrata e missionário devastaram os povos nativos. Capturados em guerras, chegavam em vida a metade ou a terça parte dos índios, entregues à exploração dos colonos; cada “peça” era considerada gênero ou moeda, com a qual também pagavam dívidas e adquiriam mantimentos: *Moedas cor de cobre depois substituídas pelas “peças de Guiné”* (FREYRE, 2006: 227). No árduo trabalho na lavoura de cana, enfim, populações autóctones foram exterminadas: *Morrendo de desinteresse pela vida. Morrendo de banzo. Ou chegando mesmo a se matar, como aqueles índios que Gabriel Soares observou irem definhando e inchando: o diabo lhes aparecia e mandava que comessem terra até morrerem* (FREYRE, 2006: 231).

Ao descrever a colonização do Brasil, Freyre observa o modo aristocrático como ela foi operacionalizada, sobretudo no norte do país: *O português fez-se aqui senhor de terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro senhor colonizador da América* (FREYRE, 2006: 267). Senhor em sua pretensão de grandeza, orgulhoso de um passado esplendoroso em sua memória, oriundo de uma das nações precursoras ao se lançar às grandes navegações e à construção naval, nos séculos XV e XVI, com a ascendência precoce das classes comerciais marítimas, *no arrojo dos descobrimentos e das conquistas, nas guerras da África e da Índia, na opulenta literatura de viagens, no eficiente imperialismo colonizador* (FREYRE, 2006: 268). Findas as fontes asiáticas de opulência, o povo português não se conformou com a atribuição de nação decaída.

Na Península, vencidos os invasores mouros, foram submetidos, os mouros assim como os moçárabes (mestiços de indígena hispânico e mouro), à escravidão. Cativos de guerra, *foi o vigor do seu braço que tornou possível em Portugal o regime de autocolonização agrária pela grande propriedade e pelo trabalho escravo. Regime empregado depois tão vantajosamente no Brasil* (FREYRE, 2006: 288). Tão significativa tornou-se a força de trabalho moura que Freyre sublinha o verbo “mourejar” ter se tornado sinônimo de trabalhar na língua portuguesa, fato do qual resultaria a expressão “trabalhar como mouro”. Além disso, foram os mouros que introduziram certas técnicas industriais em Portugal, como o moinho de águas.

Inclinados ao comércio aventureiro e ao financismo – pelas circunstâncias históricas que atravessaram, o êxodo e o exílio –, ricos judeus em Portugal, tendo em vista a ascensão social e a obtenção de títulos de nobreza, casaram suas filhas com fidalgos em ruínas. Pagando à Corte impostos especiais por todo navio construído e lançado ao mar, a prosperidade dos judeus contribuiu para o desenvolvimento da marinha mercante portuguesa e para a opulência real. Intelectualistas, muitos se tornaram doutores e bacharéis em direito,

medicina e teologia⁴⁵. Contrastando-os à laboriosidade dos mouros e mouriscos, o autor afirma: *Concorreram os judeus em Portugal, e em partes da Espanha, para o horror à atividade manual e para o regime do trabalho escravo – tão característico da Espanha e de Portugal* (FREYRE, 2006: 309).

A fidalguia portuguesa, sobrevivendo do trabalho de negros e mouros cativos, transplantou para o Brasil seu estilo de vida, o escravocrata. E Freyre reproduz o questionamento do historiador português Oliveira Martins: *Teria sido mesmo “um crime escravizar o negro e levá-lo à América?”* (FREYRE, 2006: 323). Ele mesmo responde: *Para alguns publicistas foi erro e enorme. Mas nenhum nos disse até hoje que outro método de suprir as necessidades do trabalho poderia ter adotado o colonizador português do Brasil* (FREYRE, 2006: 323). Argumentando o clima e as grandes extensões de terra, o autor arremata:

A saúva sozinha, sem outra praga, nem dano, teria vencido o colono lavrador; devorando-lhe a pequena propriedade do dia para a noite; consumindo-lhe em curtas horas o difícil capital de instalação; o esforço penoso de muitos meses. Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz do esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo. (FREYRE, 2006: 323)

Aproximação a princípio de modo desinteressado, somente em virtude da valorização do açúcar nos mercados europeus, tornado artigo de luxo e gerando elevados lucros, já em fins do século XVI e início do século XVII, as terras de pau de tinta “descobertas” por Pedro Álvares Cabral despertaram real empenho de colonização. A atitude da Coroa, de deixar à iniciativa particular a povoação da América, os gastos de instalação e os encargos de defesa militar da colônia, assim como os privilégios de mando e de jurisdição, certamente agravaram as arbitrariedades e crueldades: *O mandonismo do proprietário de terras e escravos. Os abusos e violências dos autocratas das casas-grandes. O exagerado privatismo ou individualismo dos sesmeiros* (FREYRE, 2006: 324).

⁴⁵ Citando Houston Stewart Chamberlain – escritor e ativista britânico que escreveu sobre a “superioridade da raça ariana” e o antissemitismo, sendo um dos inspiradores de Adolf Hitler, e cuja referência, entre outras, resultará em críticas e acusações de antissemita contra Freyre, comentando, em suas palavras, o “parasitismo judeu” (FREYRE, 2006: 317) –, Freyre observa que, desde o período visigótico (a partir do século V, quando árabes e mouros invadiram o sul da Europa), os judeus impuseram-se entre os povos peninsulares como negociantes de escravos e credores de dinheiro, atribuindo-se aos judeus muito do *pendor português para viver de escravos* (FREYRE, 2006: 307).

Vida opulenta, e até espaventosa, a daqueles colonos portugueses que, dispondo de capitais para se estabelecerem com engenhos, conseguiram prosperar no Brasil, logo nos primeiros tempos, à custa do açúcar e do negro – os de Pernambuco com 23 engenhos movidos a boi ou a água produzindo, em 1576, de 50 a 70 mil arrobas de açúcar; os da Bahia com 18. Cada engenho desses construídos à razão de 10.000 cruzados pouco mais ou menos; e com 50 peças de escravos ao seu serviço e 15 ou 20 juntas de bois. E uma produção anual – a dos melhores, pelo menos, de 6 a 10 mil arrobas de açúcar mascavo. (FREYRE, 2006: 342)

À escravidão correspondeu, segundo Freyre, a sensualidade – no ponto de vista adotado nesta tese, certamente na maior parte dos casos, tratava-se de estupro, a violência sexual contra mulheres negras escravizadas nas senzalas – dos portugueses: com a finalidade da multiplicação de “braços e capital”, a procriação⁴⁶. Da intimidade entre o devoto e o santo, característica peculiar ao cristianismo português ou luso-brasileiro, Freyre também destaca o tratamento conferido a Santo Antônio, com o qual à época colonial *chega a haver sem-cerimônias obscenas* (FREYRE, 2006: 303). Nesse sentido, Freyre destaca a influência moura sobre a moral cristã e o caráter português: *Nenhum cristianismo mais humano e mais lírico do que o português* (FREYRE, 2006: 302).

Da junção entre influências de aspectos do islamismo e das religiões pagãs, o cristianismo luso-brasileiro conservou, nas palavras do autor, o “gosto de carne” como não se identificou em outro cristianismo europeu, excedendo ao próprio maometanismo: *Os azulejos, de desenhos assexuais entre os maometanos, animaram-se de formas quase afrodisiacas nos claustros dos conventos e nos rodapés das sacristias. De figuras nuas* (FREYRE, 2006: 302). Frente ao problema da escassez de gente, Freyre sublinha que, principalmente quanto à política social exigida pela colonização agrária, a própria ortodoxia católica foi por vezes sacrificada à obra da procriação no interesse nacional e imperial de povoamento e de geração: *Uma grande tolerância para com toda espécie de união de que resultasse o aumento de gente*

⁴⁶ Com poucos “recursos de gente”, os problemas de povoamento foram transportados de Portugal para o Brasil, dificultando a colonização. As festas populares e de igreja no período colonial, como a de São João, com suas fogueiras e danças, no interesse da fecundidade, também desempenharam funções “afrodisiacas”, conforme Freyre assinala. Celebrado com foguetes, São João – um dos santos mais associados às práticas de “feitiçaria afrodisiaca no Brasil” –, é por excelência, festejado ainda em nossos dias, ao lado de Santo Antônio – o santo casamenteiro, assim como da celebração agrícola –, em prestígio da fertilidade. A festa de São Gonçalo do Amarante, também influenciada por elementos orgiásticos africanos absorvidos no Brasil: (...) *a que La Barbinais assistiu na Bahia do século XVIII surge-nos das páginas do viajante francês com todos os traços dos antigos festivais pagãos. Festivais não só de amor, mas de fecundidade. Danças desenfreadas em redor da imagem do santo. Danças em que o viajante viu tomar parte o próprio vice-rei, homem já de idade, cercado de frades, fidalgos, negros. E de todas as marafonas da Bahia. Uma promiscuidade ainda hoje característica das nossas festas de igreja. Violas tocando. Gente cantando. Barracas. Muita comida. Exaltação sexual. Todo esse desadorno – por três dias e no meio da mata. De vez em quando, hinos sacros. Uma imagem do santo tirada do altar andou de mão em mão, jogada como uma peteca de um lado para outro. Exatamente – notou La Barbinais – “o que outrora faziam os pagãos num sacrifício especial anualmente oferecido a Hércules, cerimônia na qual fustigavam e cobriam de injúrias as imagens do semideus”* (FREYRE, 2006: 329).

(FREYRE, 2006: 325). Expressão não mencionada em *Casa-Grande & Senzala*, o “mito da democracia racial” transparece implicitamente na narrativa do autor:

Nenhum resultado mais interessante dos muitos séculos do contato do cristianismo com a religião do profeta – contato que tantas vezes se aguçou em asperezas de rivalidade – que o caráter militar tomado por alguns santos no cristianismo português e mais tarde no Brasil. Santos milagrosos como Santo Antônio, São Jorge e São Sebastião foram entre nós sagrados capitães ou chefes militares como qualquer poderoso senhor de engenho. Nas procissões carregavam-se outrora os andores dos santos como a grandes chefes que tivessem triunfado em lutas e guerras. Alguns eram mesmo postos em cavalos e vestidos de generais. E acompanhando essas procissões, uma multidão em dia de festa. **Gente fraternal e democraticamente baralhada. Grandes senhoras com tapa-missa no cabelo e prostitutas de pereba nas pernas. Fidalgos e moleques.** (FREYRE, 2006: 303-4. Grifos meus.)

A respeito dos negros escravizados e trazidos à força ao Brasil, Freyre afirma que, em várias dimensões da cultura material e moral, os negros eram superiores aos indígenas e “até” aos portugueses (FREYRE, 2006: 368). O autor fala da *ação europeizante de negros quilombos* (FREYRE, 2006: 372) – perspectiva eurocêntrica da qual já anunciada a divergência, por avaliar que as distintas culturas são incomparáveis entre si em suas dinâmicas, e rejeitando uma concepção hierarquizante e evolucionista da história social, segundo uma abordagem hegemônica nas sociedades europeias ocidentais sobretudo a partir da modernidade. Considerados aspectos tais como domínio da técnica de metalurgia e seus artefatos, cultivo de vegetais, domesticação de animais, constituição da família ou das tribos, conhecimentos astronômicos, complexo de linguagem e lendas, sistema religioso, sublinhando a “elite malê”: *Por todos esses traços de cultura material e moral revelaram-se os escravos negros, dos estoques mais adiantados, em condições de concorrer melhor que os índios à formação econômica e social do Brasil. Às vezes melhor que os portugueses* (FREYRE, 2006: 370).

Além da “superioridade” técnica e de cultura que Freyre observa nos povos negros, também menciona uma suposta *predisposição como que biológica e psíquica para a vida nos trópicos. Sua maior fertilidade nas regiões quentes. Seu gosto de sol. Sua energia sempre fresca e nova quando em contato com a floresta tropical* (FREYRE, 2006: 370). Dessa maneira, o indígena, introvertido, de difícil adaptação, teria se contraído ao contato com o colonizador português, ao passo que os negros comporiam um tipo psicológico extrovertido, o tipo do *homem fácil, plástico, adaptável* (FREYRE, 2006: 371). Ressaltando, porém, os critérios histórico-culturais, o autor observa que, em sociedades africanas, o

trabalho agrícola era àquela época uma atividade regular, bem como a criação de gado e a utilização de sua carne e leite.

Na relação com o português, Freyre afirma ter sido o negro escravo na América portuguesa *o maior e mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária; o fato de haver até desempenhado entre os indígenas uma missão civilizadora no sentido europeizante* (FREYRE, 2006: 372). Referindo-se aos escravizados de procedência de “áreas de cultura negra mais adiantada”, ressalta que foram um elemento ativo, criador, *e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos* (FREYRE, 2006: 390). Protagonistas no processo da formação agrária e criação de gado no Brasil, a mineração do ferro também foi ensinada no país por africanos artífices em ferraria, introduzindo os instrumentos de ferro.

O autor enaltece a notável qualidade da dieta ou regime alimentar adotado pelos povos africanos, pelo menos em suas terras de origem, *Gente de áreas agrícolas e pastoris. Bem alimentada a leite, carne e vegetais* (FREYRE, 2006: 393), os sudaneses da área ocidental. Referindo-se aos escravos domésticos, *dominaram a cozinha* (FREYRE, 2006: 373) – foram efetivamente obrigados ao trabalho na cozinha, neste ponto de vista. Também influenciaram o catolicismo e as manifestações religiosas de um modo geral no Brasil, praticando longas rezas e jejuns, abstinência de bebidas alcoólicas, relacionando festas às fases da lua, praticando o sacrifício de carneiros e, como vestimenta, longas túnicas brancas, o turbante mulçumano etc.

A língua nacional também recebeu influências dos povos que desembarcaram dos infames navios negreiros. As lendas, as cantigas de ninar, os medos e mal-assombrados: as mulheres negras eram grandes contadoras de histórias, criadoras de palavras (dengo, cafuné, mandinga, mulambo, quibebé, zumbi, catinga, entre inúmeras outras) que compõem não apenas a linguagem infantil mas enriquecem a língua portuguesa, escrita e falada no Brasil, a despeito dos preconceitos puristas: *A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências* (FREYRE, 2006: 417). Desse movimento de interpenetração entre culturas negras africanas e a branca portuguesa, Freyre salienta a potencialidade da cultura brasileira que, a seu ver, resulta da riqueza de “antagonismos equilibrados”. Distinguindo o brasileiro do anglo-americano, em quem as influências branca e negra se confrontariam como tendências inimigas: *De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro* (FREYRE, 2006: 418. **Grifos meus**).

A respeito dos povos africanos traficados ao Brasil, dos princípios do século XVI aos meados do século XIX, Freyre aponta a relevante necessidade de distinguir a área de cultura de procedência dos negros escravizados. Dentre as diversas tribos africanas violentamente arrastadas ao Brasil, destaca os malês, mulçumanos, e a revolta que lideraram na Bahia em 1835, dos quais quase todos sabiam ler e escrever em árabe:

É que nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas-grandes. Mal saíra a nação, vencidos apenas dez anos de vida independente, do estado de ignorância profunda em que a conservara a Coroa no século XVIII e princípios do XIX, quando “os mais simples conhecimentos elementares eram tão pouco espalhados que, não raro, ricos fazendeiro do interior encarregavam seus amigos do litoral de lhes arranjar um genro que em vez de quaisquer outros dotes apenas soubesse ler e escrever”. (FREYRE, 2006: 382)

Entre os povos africanos, pontua: cafres, sudaneses, congoleses, cabindas; da Costa Oriental, macuas, angicos; Minas (nagô), Ardas (gege ou daomeanos do antigo reino da Ardia), Angolas (banto) e Creoulos; de Cacheo e Bissau; das ilhas de Fernando Pó, Príncipe, São Tomé e Ano Bom; de Guiné, Cabo, Serra Leoa. Dentre estes, *Os da Guiné, Cabo, Serra Leoa, maus escravos, porém, bonitos de corpo. Principalmente as mulheres. Daí serem as preferidas para o serviço doméstico; para o trabalho das casas-grandes* (FREYRE, 2006: 384). E completa: *Fácil é de imaginar, completando a insinuação do cronista [Gaspar Barléus], que também para os doces concubinatos ou simples amores de senhor com escrava em que se regalou o patriarcalismo colonial* (FREYRE, 2006: 384). Já os provenientes da Angola, empregados no trabalho da lavoura, eram *sempre mantidos com muitos açoites* (FREYRE, 2006: 385). A Minas Gerais teriam sido levados, de acordo com Freyre, os *negros afeitos ao trabalho de metais* (FREYRE, 2006: 389).

Sobre as negras Minas e Fulas, *africanas não só de pele mais clara, como mais próximas, em cultura e “domesticação”, dos brancos* (FREYRE, 2006: 389), eram as mulheres preferidas à época para *amigas, mancebas e caseiras dos brancos*: vindas como escravas, algumas teriam sido elevadas à condição de donas de casa; outras teriam permanecido como escravas e amantes dos senhores brancos, *preferidas como mucamas e cozinheiras*. Comentado anúncios de compra e venda de escravos no segundo quartil do século XIX, Freyre registrou a preferência pelos *negros e negras altas e de formas atraentes – “bonitas de cara e de corpo” e “com todos os dentes da frente”* (FREYRE, 2006: 396), demonstrando os critérios para a seleção de mucamas, amas de leite e escravas para o serviço doméstico, próximas em contato direto e cotidiano com os brancos das casas-grandes: *as*

mães dos mulatinhos criados em casa – muitos deles futuros doutores, bacharéis e até padres (FREYRE, 2006: 397).

Na formação econômica e social do Brasil, a monocultura e o sistema social da escravidão cumpriram papéis decisivos. Quanto à escravidão, Freyre comenta sua capacidade imensa para rebaixar moralmente senhores e negros em cativeiro: *O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase de vida independente, deformado pela escravidão* (FREYRE, 2006: 397). A outra face da escravidão, apontada por Freyre, foi a “depravação sexual”: *é da essência mesma do regime* (FREYRE, 2006: 399). Iniciados precocemente no “amor físico”, os filhos dos senhores de engenho participaram desse complexo de exploração sexual que, entre as suas finalidades, promovia o aumento do *número de crias como quem promove o acréscimo de um rebanho* (FREYRE, 2006: 399). De um relato colhido por Joaquim Nabuco em um manifesto escravocrata de fazendeiros, cita: *a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador* (FREYRE, 2006: 399). Tendo origem nos tempos coloniais, retratada por Freyre, havia a crença de que o intercuro com uma menina púbere – seu estupro – traria a cura para a sífilis.

No interesse da procriação ou para satisfazer caprichos sensuais, mulheres negras escravizadas tornavam-se o alvo da violência sexual, *da ociosidade voluptuosa* (FREYRE, 2006: 402) dos senhores. Esses abusos eram praticados, de acordo com Freyre, conforme os “apetites” estimulados pela ociosidade e preguiça desses senhores de engenho, cuja riqueza, própria da estrutura econômica do regime escravocrata, era adquirida sem trabalho:

(...) podemos nos arriscar a concluir que dentro de um regime como o da monocultura escravocrata, com uma maioria que trabalha e uma minoria que só faz mandar, nesta, pelo relativo ócio, se desenvolverá, necessariamente, mais do que naquela, a preocupação, a mania, ou o refinamento erótico. É o exemplo da Índia, onde o amor é tanto mais fina, artística e até perversamente cultivado quanto mais elevada é a casta e maior o seu lazer. (FREYRE, 2006: 403).

É interessante como Freyre descreve o ócio desfrutado pelos brancos no Brasil colonial: *Nas redes e palanquins deixavam-se os senhores carregar pelos negros dias inteiros* (FREYRE, 2006: 402) ao passear pelas ruas ou em viagens. A criação das crianças, nesses tempos patriarcais, também era trabalho delegado à “boa ama negra”, que

(...) criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado, o primeiro “padre-nosso”, a primeira “ave-maria”, o primeiro “vote” ou “oxente”, que lhe dava na boca o

primeiro pirão, com carne e molho de ferrugem, ela própria amolengando a comida. (FREYRE, 2006: 419)

Além da ama negra, outras presenças constituíam a vida cotidiana nas casas-grandes: o moleque companheiro de brinquedo, o negro velho contador de histórias, a mucama, a cozinheira. Sobre o moleque companheiro de brinquedos do menino branco, seu “leva-pancadas” e alvo dos caprichos de *nhonhô*, cresciam “juntos” – mas cada qual em sua posição social. Freyre registra que *o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos; empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e em punição [...]. Enfim, a ridícula ternura dos pais anima o insuportável despotismo dos filhos* (FREYRE, 2006: 419). Nas brutas brincadeiras dos filhos dos senhores de engenho, na ausência do carneiro, brincavam de montar a cavalo nas costas dos moleques. Narrando acerca dos dias em que escreve, início da década de 1930, Freyre afirma que, entre os canaviais: *os meninos brancos brincam de carro de cavalo “com moleques e até molequinhas filhas das amas” servindo de parelhas. Um barbante serve de rédea; um galho de goiabeira, de chicote* (FREYRE, 2006: 420).

Sob olhares de aprovação e conforme as referências ao redor, não somente essas relações infantis, também as adultas, que muitas vezes as incentivavam, reproduziam o que Freyre denominou “tendências sadistas e masoquistas” – compreensão da qual já houve ocasião de discordar. Comentando sobre as senhoras brasileiras, nas quais segundo ele especialmente se aguçava o sadismo, em virtude das dinâmicas sociais e experiências particulares que vivenciavam – assistindo, como rotina, às surras e bofetadas sofridas pelos escravos –, diferentemente dos rapazes, criadas circunscritas aos limites físicos e ideários das casas-grandes, sob permanente vigilância e tirania de pais e maridos contra a qual arquitetavam planos de burla, o autor descreve a crueldade das senhoras:

Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias. (FREYRE, 2006: 421)

As sinhás-moças, em casamentos ainda à idade de 13 aos 15 anos, tornavam-se esposas de homens até vinte anos mais velhos, segundo a escolha e conveniência dos pais – impedir a dispersão dos bens e conservar a “limpeza” do sangue de origem nobre ou ilustre. Raptos e fugas românticas impunham-se em rebeldia. Aliadas, então, nessas situações,

tornaram-se muitas mucamas “prestigiadas” como confessoras da vida sentimental das sinhazinhas. Em contrapartida, houve também escravas vingativas *enredeiras e fuxiquentas* (FREYRE, 2006: 510), que delatavam ou mesmo inventavam histórias de namoros às escondidas e infidelidade conjugal feminina.

Histórias de casamento, de namoros, outras, menos românticas, mas igualmente sedutoras, eram as mucamas que contavam às sinhazinhas nos doces vagares dos dias de calor, a menina sentada, à mourisca, na esteira de pipiri, cosendo ou fazendo rendas; ou então deitada na rede, os cabelos soltos, a negra catando-lhe o piolho, dando-lhe cafuné; ou enxotando-lhe as moscas do rosto com um abano. Suprira-se assim para uma aristocracia quase analfabeta a falta de leitura. (FREYRE, 2006: 424)

Solidariedade, no entanto, atava laços estreitos em torno dos interesses do patriarca e de sua família legítima no Brasil colonial. Casamentos planejados para concentrar a propriedade, entre parentes e pessoas do mesmo círculo social. De outro lado, lutas de morte por motivos de herança ou terras, “questões de honra” ou partidarismo político. Consequências do privatismo em nosso país, *do exagerado sentimento de propriedade privada* (FREYRE, 2006: 426). Quanto aos estudos, até meados do século XIX – quando foram construídas as primeiras estradas de ferro, facilitando o internato nos colégios das capitais – era costume nos engenhos que os meninos brancos estudassem em sala de aula nas casas-grandes, com o capelão ou o mestre particular. Reuniam-se, por vezes, aos meninos brancos, crias e moleques, de acordo com Freyre. Nas escolas jesuíticas, nos séculos XVI e XVII, onde eram educados curumins e filhos de portugueses, bem como meninos órfãos vindos de Lisboa, no entanto, meninos negros e moleques eram barrados, além das restrições ao ingresso de meninas.

Mães de muitos filhos, até um por ano, as senhoras brasileiras envelheciam depressa. Muitas morriam durante o parto. O que dizer, então, de escravas e escravos, assim como dos sertanejos? Freyre conta que muitas senhoras saíam de casa apenas em rede e sob pesados tapetes; no século XIX, de palanquim e carro de boi: *Algumas senhoras até nas igrejas entravam de rede, muito anchas e triunfantes, nos ombros dos escravos* (FREYRE, 2006: 428). Foi necessário mesmo que bispos intercedessem, *verdadeira afronta aos santos*, proibindo *tamanha ostentação de indolência* (FREYRE, 2006: 428).

As mulheres africanas introduzidas no Brasil colonial não obtiveram, conforme sublinha Freyre, a mesma proteção dos padres da Companhia de Jesus com a qual contaram mulheres indígenas. Ainda assim, muitas se impuseram ao respeito dos brancos: *umas, pelo temor inspirado por suas mandingas; outras, como as Minas, pelos seus quindins e pela sua*

finura de mulher (FREYRE, 2006: 516). Tornaram-se, muitas delas, “caseiras” e “concubinas” dos senhores brancos.

Abordando o sadismo que corrompia a sociabilidade brasileira à época da escravidão, Freyre narra um episódio em que o próprio José Bonifácio, abolicionista, assistiu, *por puro prazer, sem nenhuma obrigação* (FREYRE, 2006: 434), ao castigo ordenado pelo Imperador D. Pedro I a que cumprissem os soldados portugueses, cinquenta açoites em cada um: *Castigo de senhor de engenho em negros ladrões* (FREYRE, 2006: 434). Despidos de fardas e camisas, foram agrupados e expostos nus *das espáduas às nádegas, curvadas para a frente* (FREYRE, 2006: 435). Ressaltando as chibatadas como mais um flagelo que poderia ser atribuído à influência da escravidão sobre a sociedade, o autor, entretanto, interpreta “doçura” no tratamento oferecido aos escravos domésticos:

Mas aceita, de modo geral, como deletéria a influência da escravidão doméstica sobre a moral e o caráter do brasileiro da casa-grande, devemos atender às circunstâncias especialíssimas que entre nós modificaram ou atenuaram os males do sistema. Desde logo salientamos a doçura nas relações dos senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América. (FREYRE, 2006: 435)

Escalados da senzala para o serviço íntimo dos senhores, as amas de criar, as mucamas, os irmãos de criação dos meninos brancos:

Indivíduos cujo **lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos.** Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de casa com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. (FREYRE, 2006: 435. **Grifos meus.**)

As mães-pretas ocupavam tradicionalmente uma posição de honra nas famílias patriarcais, segundo o autor. Contudo, tal “promoção” da senzala à casa-grande era um processo que ocorria *não à toa, e desleixadamente* (FREYRE, 2006: 435). Era condicionada a determinadas qualidades físicas e morais:

A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse **escolhida dentre as melhores escravas da senzala. Dentre as mais limpas, mais bonitas, mais fortes. Dentre as menos boçais e as mais ladinas – como então se dizia para distinguir as negras já cristianizadas e abasileiradas, das vindas há pouco da África; ou mais renitentes no seu africanismo.** (FREYRE, 2006: 436. **Grifos meus.**)

A condição religiosa do escravo – ao que é possível acrescentar, sua “europeização”, o que era pré-condição para sua pseudo-humanização, no entendimento dos escravocratas – era o critério de relativo acesso, que também não transcendia os limites da condição subordinada de escravo serviçal. Quanto à “mucama de estimação”: (...) *afeições, quase de mãe e filho, que no tempo da escravidão se formaram entre escravas amas de leite e nhonhês brancos* (FREYRE, 2006: 437). Se pagão ou mouro: *Realmente eles são tidos menos por homens do que por animais ferozes até gozarem do privilégio de ir à missa e receber os sacramentos* (FREYRE, 2006: 436).

Um ambiente em que predominasse, portanto, a atmosfera de um *cristianismo doméstico, lírico e festivo* (FREYRE, 2006: 438), partilhado com os escravos, teria originado *entre nós uma profunda confraternização de valores e de sentimentos* (FREYRE, 2006: 438. **Grifos meus**). Bondade, afagos, ternura e uma “religião doce” teriam, para Freyre, orientado o desenvolvimento social brasileiro. *A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro* (FREYRE, 2006: 439). Enfatizando, em sua perspectiva:

(...) a liberdade do escravo de conservar e até de ostentar em festas públicas (...) formas e acessórios de sua mítica, de sua cultura fetichista e totêmica, dá bem a ideia do processo de aproximação das duas culturas no Brasil. **Liberdade a que não deixou nunca de corresponder forte pressão moral e doutrinária da Igreja sobre os escravos.** (FREYRE, 2006: 439. **Grifos meus.**)

A cristianização, a propósito, visava a “desafricanização” dos negros recém-chegados por meio da catequese católica, acompanhada da mistura dos novos aos escravos veteranos. Escreve Freyre: *as senzalas foram uma escola prática de abasileiramento* (FREYRE, 2006: 440). Ao lado do complexo casa-grande e senzala, as lavouras, com a rotina da plantação da cana e de fabrico do açúcar. Resistindo às penúrias da escravidão, os negros oriundos de Arda e sua inadaptabilidade ao trabalho nos engenhos: *Levantavam-se às vezes contra os feitores e moíam-nos de pancadas* (FREYRE, 2006: 441). Outro relato de violência que o autor comenta, citando Brandão Júnior⁴⁷, refere-se a um fazendeiro no Maranhão que obrigava as escravas negras a manterem seus filhos, ainda de colo, com a metade do corpo dentro de buracos cavados na terra para tal finalidade.

Abordando as elevadas taxas de mortalidade infantil até meados do século XIX, Freyre descreve o “tratamento” oferecido a crias ou moleques, e *até a meninos brancos*

⁴⁷ Expoente do emergente pensamento sociológico brasileiro, Brandão Júnior publicou, em 1865, o livro “A Escravatura no Brasil”.

viciados em comer terra, pelo sistema da máscara de flandres (FREYRE, 2006: 451). Dentre as crianças, a crueldade expressava-se nas brincadeiras de “tendências sadistas”, como o “jogo do beliscão”: *Beliscão medroso da parte dos crias; doloroso e forte quando dado pelos meninos brancos* (FREYRE, 2006: 452). Condutas toleradas e incentivadas pelos pais. Outro aspecto estimulado pela escravidão, a partir do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores de escravos: a precocidade sexual. *E que não tardasse em emprenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paternos* (FREYRE, 2006: 456) – atribuída desde os tempos remotos, entretanto, à depravação de negras e mulatas, *as corruptoras dos filhos-famílias* (FREYRE, 2006: 456).

A verdade, porém, é que nós é que fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques e mulatas o elemento passivo. Na realidade, nem o branco nem o negro agiram por si, muito menos como raça, ou sob a ação preponderante do clima, nas relações do sexo e de classe que se desenvolveram entre senhores e escravos no Brasil. Expressou-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus todo poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho; e a que insistentemente temos aludido neste ensaio. (FREYRE, 2006: 462)

Libertinagem e ociosidade: *ociosa, mas alagada de preocupações sexuais, a vida do senhor de engenho tornou-se uma vida de rede* (FREYRE, 2006: 518), a aristocracia brasileira ordenando escravos para “mãos e pés” do senhor de engenho. Mãos, as dos escravos, obrigadas a substituírem às dos senhores ao *se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirarem os bichos dos pés* (FREYRE, 2006: 517).

Freyre também aborda os testamentos dos senhores de engenho e a herança, de “bens e escravos”, partilhada entre os descendentes legítimos no sentido da perpetuidade da ordem patriarcal. Manifestava-se, em certas ocasiões, nas palavras do autor, *um vivo sentimento cristão de ternura pelos bastardos e pelas negras* (FREYRE, 2006: 524). Os testamentos também concediam alforrias, muitas vezes, de filhos bastardos do testador (sepultado com o devido luxo digno da gente fidalga), ou de familiar com uma negra escrava da casa. No entanto, alguns escravos foram enterrados na beira da praia, em rasas sepulturas, facilmente ao alcance de cães e urubus. Negros novos, atados a pedaços de pau, eram atirados à maré – tudo sob as vistas da Igreja.

Os negros, é claro, não se enterravam envolvidos em sedas e flores, nem dentro das igrejas. Enrolavam-se seus cadáveres em esteiras; e perto da capela do engenho ficava o cemitério dos escravos, com cruzeiros de pau preto assinalando as sepulturas. (FREYRE, 2006: 527)

Em vida, muitos senhores e senhoras ostentavam pomposamente em público joias e trajes suntuosos, com os quais também cobriam padroeiros e certas escravas *pretas suas amantes* (FREYRE, 2006: 528), em simulação de riqueza e grandeza. Sacrificando, para essa opulência, o conforto doméstico e a alimentação: *às vezes guenzos de fome, mas sempre de roupa de seda ou veludo, dois, três, oito escravos atrás, carregando-lhes escovas, chapéu de sol e pente* (FREYRE, 2006: 529). Acerca da concentração da riqueza nos tempos coloniais, Freyre comenta que as uniões regulares ou irregulares de negociantes, proprietários rurais e mesmo de eclesiásticos abastados com negras e mulatas teve como efeito a dispersão da riqueza: (...) *com prejuízo, não há dúvida, para a organização da economia patriarcal e para o Estado capitalista, mas com decididas vantagens para o desenvolvimento da sociedade brasileira em linhas democráticas.* (FREYRE, 2006: 535).

O autor aponta a análise do professor Vilhena (erudito que lecionava língua grega nos tempos coloniais) sobre o que este concluía como grave “inconveniente”: deixando como herança seus bens a filhos frutos da “desordem” com mulatas e negras, o resultado é *parar nas mãos de mulatos presunçosos, soberbos e vadios muitas das preciosas propriedades do Brasil* (FREYRE, 2006: 535). Lampejos do pernicioso e disparatado racismo e do elitismo tão característicos das classes dominantes no Brasil, presentes ainda hoje.

Além do trabalho na lavoura e dos serviços domésticos, negras e negros escravizados eram explorados no comércio pelos senhores brancos: meninas, desde os dez anos, enfeitadas de rendas finas e correntes de ouro, obrigadas à prostituição; também vendiam frutas, bolos, carregavam fardos, transportavam água – escravos de ganho. Por outro lado, nas casas-grandes exigia-se que escravas e escravos domésticos fossem batizados e alguns se uniam em matrimônio. De acordo com Freyre, esses negros batizados e que se constituíram em família *tomavam em geral o nome de família dos senhores brancos* (FREYRE, 2006: 539). A adoção desses nomes fidalgos pelos escravos reflete, para o autor, a influência do patriarcalismo no esforço de ascensão social.

Ressaltando a culinária dos tempos coloniais como um relevante campo de influência da cultura negra na economia e na vida doméstica no Brasil, Freyre enaltece a contribuição de escravos e escravas negras. No regime alimentar brasileiro, foram responsáveis pela incorporação do azeite de dendê e da pimenta malagueta – que se tornaram característicos da cozinha baiana –, pela ampliação do consumo da banana, diversificação dos modos de preparo da galinha e de peixes. O caruru, assim como o vatapá, elencados por Freyre como *os dois pratos de origem africana que maior triunfo obtiveram na mesa*

patriarcal brasileira (FREYRE, 2006: 545), teve seu modo de preparo detalhadamente descrito na obra:

Prepara-se o caruru com quiabo ou folha de capeba, taioba, oió, que se deita ao fogo com pouca água. Escoa-se depois a água, espreme-se a massa que novamente se deita na vasilha com cebola, sal, camarão, pimenta-malagueta seca, tudo ralado na pedra de ralar e lambuzado de azeite de cheiro. Junta-se a isso a garoupa ou outro peixe assado. (FREYRE, 2006: 545)

Também passaram por modificação o preparo, pela condimentação ou emprego de outra técnica culinária, de comidas portuguesas e indígenas: a farofa, o vatapá, o quibebe – pratos tipicamente brasileiros –, o arroz-doce. As negras doceiras, forras ou em provento de suas senhoras, que vendiam nas ruas doces e quitutes (mocotós, vatapás, mingaus, pamonhas, canjicas, açaças, abarás, arroz de coco, feijão de coco, angus, pão de ló de milho, rolete de cana, queimados, acarajés etc.). Oferecidos em tabuleiros, por elas próprias enfeitados com flores de papel azul ou “encarnado”. O legítimo doce ou quitute, das negras doceiras:

Recortado em forma de corações, de cavalinho, de passarinhos, de peixes, de galinhas – às vezes com reminiscências de velhos cultos fálicos ou totêmicos. Arrumado por cima de folhinhas frescas de banana. E dentro de tabuleiros enormes, quase litúrgicos, forrados de toalhas alvas como pano de missa. (FREYRE, 2006: 543)

No desempenho do trabalho forçado, além dos momentos festivos e religiosos, os cantos dos negros escravizados também foram retratados por Freyre:

Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas, lavando roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades, carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá de ioiôs brancos – os negros trabalharam sempre cantando: seus cantos de trabalho, tanto quanto os de xangô, os de festas, os de ninar menino pequeno, encheram de alegria africana a vida brasileira. (FREYRE, 2006: 551)

No entanto, o regime de trabalho ao qual eram obrigados e a sociabilidade restrita suscitavam a revolta e rebeldia nos negros escravizados. A resistência manifestava-se vingativamente, inclusive por suicídios: *Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo – a saudade da África* (FREYRE, 2006: 552-3).

As Relações Raciais na Sociedade de Classes Brasileira

A Integração do Negro na Sociedade de Classes, de Florestan Fernandes, é uma obra fascinante, de leitura imprescindível a quem se propõe a estudar a sociedade brasileira e compreender o racismo estruturante das relações sociais no país. Inicialmente publicado em 1964, teve, já no século XXI, prefácio escrito por Antonio Sérgio Guimarães⁴⁸, que elenca duas razões principais para ressaltar a relevância de estudar a obra: a sua vitalidade – pois se transformou em *manual de formação política de jovens intelectuais de esquerda*, num país onde os movimentos sociais negros nunca haviam, até o momento de sua publicação, constituído uma questão de destaque de qualquer autor – e a sua importância no campo disciplinar. A obra ensina, salienta Guimarães, a tomar posição diante de interpretações correntes, e ainda hoje aceitas sem muita contestação, tais como a tese [*mito da escravidão benévola*], segundo à qual aquele período no Brasil teria sido marcado pela escravidão doméstica e pela intimidade entre senhores e escravos, resultando em *maior humanidade* no tratamento das pessoas escravizadas. Permite, dessa maneira, desvendar *mais que a incongruência de um passado que se acreditava harmonioso*, possibilitando a descoberta *das contradições atuais da sociedade brasileira*. A partir de Fernandes, foi demonstrado o caráter ideológico dessa tese, assim como do ideário da “democracia racial brasileira”. De ideal normativo, a proposição havia se transformado em mito, no sentido de uma ideologia dominante, de uma *percepção de classe que pensa o seu ideal de conduta como verdade efetiva*.

Focando a análise no contingente negro da população nacional, Fernandes destaca ter sido essa a parcela da sociedade que enfrentou o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou no decorrer do processo de desagregação da ordem social escravocrata e senhorial rumo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Equacionando aspectos sociodinâmicos e psicodinâmicos implicados no problema, aponta a *forte persistência da concepção tradicionalista do mundo* (FERNANDES, 2008: 23) nas três primeiras décadas do século XX, período de consolidação da ordem social competitiva, centrando sua investigação na cidade de São Paulo. A escolha desta cidade, segundo o autor, deu-se por seu desenvolvimento mais acentuado, onde a “revolução burguesa” processou-se com maior veemência – *pelo crescimento econômico acelerado, pela concentração demográfica e pela modernização institucional* (FERNANDES, 2008: 119) –, tendo pronunciada expansão do “trabalho livre”, e onde a população negra sofreu os efeitos

⁴⁸ Conferir em GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (“O legado da raça branca”, V.1; “No limiar de uma nova era”, V.2). São Paulo: Globo, 2008, pp. 9-17.

concorrenciais da substituição populacional no sistema de relações de produção. A cidade de São Paulo,

(...) abria perspectivas únicas para acompanhar as diversas etapas do doloroso drama do “negro”, da submersão na miséria e na degradação social até sua lenta revalorização pelo trabalho livre e sua incontida ânsia de “pertencer ao sistema”, dignificando-se civil e moralmente. (FERNANDES, 2008: 23)

A posição política das camadas sociais dominantes, quando a população negra deixou de ser a força de trabalho exclusiva, consistiu em indiferença e inércia:

A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo. (FERNANDES, 2008: 32)

O surto da lavoura cafeeira em São Paulo promoveu a expansão urbana – em função do volume da produção e das formas assumidas pela sua comercialização – e converteu a cidade numa localidade estrangeira, onde os imigrantes europeus foram tornados o fator humano relacionado ao progresso, agente envolvido no trabalho livre e assalariado, sobretudo nas atividades manufatureiras, artísticas (como artesãos e artífices em geral), de transporte e comerciais. O censo da capital, de 1893, estima que 71,2% do total de trabalhadores da São Paulo eram estrangeiros (FERNANDES, 2008: 43). Na última década do século XIX, a população negra situava-se predominantemente na periferia, associada à economia de subsistência, tendo sido eliminada mesmo das ocupações no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de “miudezas” e de serviços, intensificando-se a tendência a *confiná-los a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes* (FERNANDES, 2008: 41). Nas atividades sob a influência das antigas famílias poderosas, as transformações da estrutura ocupacional foram diminutas.

Após a Abolição, a revolta, entre a população negra no Brasil, diante da injustiça suprema que representou a escravidão, desabou em “desalento”, “amargura” e “ressentimento”, na constatação de que a mudança de estado social não transformaria substancialmente suas condições de vida. Preteridos pelos imigrantes, aos quais foi direcionada uma política oficial de fomento às correntes imigratórias, passaram, de acordo com Fernandes, por um processo dinâmico de “ajustamento”. Em decorrência da peculiaridade de suas experiências, as reações dos negros ao trabalho dito livre eram bem distintas em comparação à dos brancos empregadores e à dos imigrantes assalariados. Para os

primeiros, o que importava eram a produtividade do trabalho, a observância às cláusulas contratuais e o nível de remuneração. Para os estrangeiros, o trabalho configurava-se no meio transitório para iniciar “vida nova na pátria nova”, pautando aos patrões o enquadramento às novas bases do regime de trabalho livre e oferecendo o cumprimento rigoroso das obrigações previstas no contrato de trabalho. À população negra, por sua vez, o trabalho constituía-se em atividade por meio da qual conquistariam e desfrutariam da dignidade, adquirindo dimensão essencial *a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar* (FERNANDES, 2008: 45).

Obstinados em repudiar certas tarefas e o modo de dispor de seu tempo e suas energias, os trabalhadores negros não dissociavam o contrato de trabalho das condições que envolviam diretamente a pessoa humana, o que afetou, de acordo com Fernandes, sua “capacidade de se ajustar” à ordem social que emergia. O modo acelerado com que a ordem competitiva se instalou na cidade de São Paulo dificultou a possibilidade de uma “transição gradual”, que ensejasse a aquisição, a partir da experiência, *da mentalidade e dos comportamentos requeridos pelo novo estilo de vida* (FERNANDES, 2008: 47). A maneira pela qual pretendiam participar, como mulheres e homens livres, com “demasiada latitude ou ingenuidade”, dos fluxos da rotina econômica da cidade chocou-se com a disseminada ausência de solidariedade e de amparo oficial, em termos de atenção e recursos, no sentido da reparação.

A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica, essas e outras “deficiências” do negro e do mulato se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre. (FERNANDES, 2008: 47)

Após a Proclamação da República, a omissão e o desprezo em relação à coletividade prevaleceram e a “nobreza agrária” foi substituída pelo coronelismo⁴⁹,

⁴⁹ Sintoma da decadência do poderio dos senhores rurais ao longo de toda a Primeira República, o coronelismo estabeleceu-se essencialmente por meio de um estado de compromisso que se expressava na troca de favores entre a política dos governadores e a política dos chefes locais, principalmente os grandes fazendeiros, os “coronéis” com o séquito de seus dependentes (proletários rurais e “parceiros”, tais como trabalhadores “autônomos” e pequenos proprietários) que subsistiam em condições de miserabilidade e eram subordinados ao “voto de cabresto”. Nova manifestação do poder privado no período pós-abolicionista e caracterizado pelos mecanismos de patronagem e clientelismo, o compromisso coronelista assentava-se na acentuada concentração da propriedade de terras e da correspondente estrutura agrária do país, tendo como cerne do conceito o “sistema de reciprocidade” que inter-relacionava, de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, recorrendo simultaneamente ao “favor” e ao “porrete” para conduzir o eleitorado, e, de outro lado, o poder político

convertendo o sistema republicano-presidencialista recém-instaurado num modelo que transacionava com o “antigo regime” e que redundou na perpetuação do *status quo ante* (FERNANDES, 2008: 61 e 305). Assim, as inovações nas esferas constitucionais e a liberalização jurídico-política circunscreveram-se às necessidades da grande empresa agrária ao regime de trabalho livre e aos arranjos que pressupunha no mercado de trabalho. Para além de tais dimensões permanecia o império dos modelos de comportamento, ideias de vida e hábitos de dominação patrimonialista vigentes na ordem social tradicionalista.

Diante das ofertas irregulares restritas a serviços extenuantes, mal pagos e desprestigiados, a população negra “escolhia” entre a lavoura de subsistência e a concentração marginalizada e pauperizada nas cidades, em *mudo protesto de desespero* (FERNANDES, 2008: 65). O autor demarcou que a postura assumida pelo contingente populacional negro distinguia-se de uma manifestação de apatia ou passividade, consistindo a reação no *único e derradeiro recurso de afirmação* de que dispunha, historicamente privado dos *meios para organizar a vida em liberdade segundo os ideais ou as exigências de sua concepção do mundo* (FERNANDES, 2008: 66-7). Sem um suporte social organizatório, foram as maiores vítimas da *herança social da escravidão* (FERNANDES, 2008: 75), espoliados material e moralmente, mantidos à margem ou *excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos* (FERNANDES, 2008: 120). Contrastando com a aparência de liberdade, enfrentavam um tipo de servidão ainda mais dolorosa, pois dissimulada *sob a égide da igualdade civil* (FERNANDES, 2008: 77).

Em consequência, *viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela*. Constituíam uma congêrie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir, o estado de anomia social transplantado do cativoiro⁵⁰. (FERNANDES, 2008: 120. *Grifos do autor.*)

dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial – *possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça* (LEAL, 2012: 34). Apresentando como características secundárias o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais, entre outras, o sistema “coronelista” provocava a “mistificação” do regime representativo com a alimentação do privatismo pelo poder público, progressivamente fortalecido: fazendo vistas grossas às violências e a outras arbitrariedades da administração municipal em troca do apoio incondicional aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais.

⁵⁰ Sobre a fragilidade familiar no cativoiro e a promiscuidade entre os escravos, Slenes (1988) indica que novas fontes de pesquisa sobre o século XIX (documentos demográficos como registros de casamento e batismo sacramentados pela Igreja, correlacionando os dados com informações tais como estado civil e número de pessoas da família classificadas, contidas nas listas de matrículas, oficiais e compulsórias, dos escravos) têm demonstrado que havia uniões estáveis e também eram comuns os casos de filhos criados na companhia da mãe e do pai, composições no entanto não captadas nos relatos de viajantes brancos estrangeiros e brasileiros. Esses diários de viagem, até então a principal referência nas análises do tema, eram escritos em perspectivas racistas e culturalmente preconceituosas – associando escravos e gados ou comparando as taxas de uniões consensuais, não religiosas, e de nascimentos de filhos ilegítimos à frequência observada nas nações do norte e do oeste da Europa

Para as mulheres negras, a possibilidade de relativa estabilidade enquanto trabalhadoras “livres” provinha sobretudo do desempenho de atividades enquanto “serviçal doméstica” (como criadas, mucamas e cozinheiras), principalmente para “famílias tradicionais”, cujo contato permanente com os empregadores brancos propiciavam as relações paternalistas desempenhadas ao velho estilo. Esse meio de vida oferecido a elas, e em contrapartida à maior escassez de ofertas dirigidas aos homens negros (que faziam “biscates”, exercendo trabalhos ocasionais e de ganho esporádico, como as de ajudantes de pedreiros), expunha-as, por outro lado, ao risco de serem convertidas em meio de subsistência dos homens (FERNANDES, 2008: 81-3).

As reuniões públicas de pessoas negras não eram toleradas e a polícia atuava para a dispersão, no temor a ser justificado pela “segurança da ordem” e a “moralidade dos costumes”, tendo a vigilância originado estereótipos como “vagabundo”, “desordeiro”, “cachaceiro”, “mulher à toa”. Em decorrência, o temor que se expressava diante do liberto foi sucedido por outra espécie de temor, correspondente à redefinição do negro pelo branco: *Já não aparecia como o “inimigo da ordem” porque conspirasse pela liberdade, mas como uma ameaça ao decoro, à propriedade e à segurança das pessoas* (FERNANDES, 2008: 98). A suma importância desta fundamentação por Florestan merece relevo, sendo que a associação da população negra, ao longo do século XX, com a ameaça ao decoro, à propriedade e à segurança será alicerce da análise que esta tese propõe adiante, ao debruçar-se sobre as atuais acusações de furto – ou “roubo”, como popularmente são referidas –, violentamente direcionadas às trabalhadoras domésticas.

A Abolição, pelo modo como se processou no Brasil, promoveu um modo de liberdade física⁵¹. No entanto, não proveu as condições necessárias para a liberdade moral e intelectual, tendo havido, entre fração expressiva do contingente populacional negro no país, uma submersão no *submundo da ralé urbana*, onde *aguardavam a “segunda Abolição”* (FERNANDES, 2008: 102). A transformação da ordem legal não foi acompanhada da

– e reproduzindo a ideologia do trabalho dominante – que concebia a família, monogâmica e patriarcal, como projeto disciplinar de acumulação. A despeito da escravidão, com a ameaça da separação de famílias, do descompasso quantitativo entre mulheres e homens e de tradições, aceitas em sociedades africanas, inclinadas à poligamia, Slenes afirma que a união estável constituía a norma cultural nos grupos cativos: *no que diz respeito a sexo e família, não há como caracterizar a prática do escravo, e muito menos seu sistema de normas, como “desregrados”* (SLENES, 1988: 194). E portanto, prossegue Slenes, conclusões como a de Bastide e Fernandes *a respeito do desaparecimento entre os escravos do culto (bantu) aos antepassados, a existência da “anomia” entre cativos e negros livres, e a influência do senhor/“pai” branco na psicologia profunda do escravo – simplesmente não procedem* (SLENES, 1988: 194).

⁵¹ Essa questão também é retomada por Biavaschi (2005), que afirma que a lei de 1888 instaurou um regime *de liberdade meramente negativa: a possibilidade de irem-se embora, de trabalharem para quem quisessem* (BIAVASCHI, 2005: 90), apesar de preteridos pelos imigrantes na competição pelas novas oportunidades de trabalho, e não provendo mecanismos que resguardassem a condição de sujeitos de direitos, a cidadania.

transformação a ser realizada nas “disposições individuais”, ou subjetividade dos agentes sociais – bem como nas dinâmicas cotidianas operacionalizadas pelas instituições –, tendo a escravidão permanecido enraizada “dentro dos homens”. Fernandes, ao retratar a complexidade desse enredo, evidencia a historicidade da noção de “Segunda Abolição” (e que ressurgiu, em algumas falas veiculadas pela imprensa, quando da aprovação da recente legislação do trabalho doméstico, a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015, que será analisada no Capítulo 3 desta tese) e a questão humana que ela implica: *o negro em luta com sua herança social e cultural, construindo a sua história e determinando a significação que a liberdade deve ter em sua vida* (FERNANDES, 2008: 111).

A escravidão está no próprio cerne do destino do negro na cidade de São Paulo – não a escravidão que foi destruída de repente, pela transformação da ordem legal, mas a escravidão que ficou dentro dos homens. (FERNANDES, 2008: 111)

Assim, a pauperização foi agravada progressivamente e a miséria, independente da disposição e do esforço empenhado, instalou-se, promovendo o chamado “déficit negro”, *expressão da cadeia de ferro que se estabeleceu entre a situação social do negro ou do mulato e a pauperização* (FERNANDES, 2008: 122). Das condições de anomia social decorreram a pobreza, o adoecimento e a mortandade: as estatísticas apontam uma “realidade alarmante” quanto à população negra, ao longo da década de 1920 na cidade de São Paulo, sendo o número de óbitos superior em quase 25% ao número de nascimentos (FERNANDES, 2008: 131). A esse quadro Fernandes pondera duas observações: a primeira refere-se à distorção ocasionada no momento do registro de natalidade, quando a declaração do pai (ou substituto eventual) poderia deturpar a situação, registrando como brancas as crianças negras; a segunda considera a tendência acentuada de negligenciar o registro dos filhos pelas camadas populares. As migrações internas, principalmente as migrações do interior para a capital do estado, promoviam, por outro lado, o incremento da população negra na cidade de São Paulo.

A atração urbana e a mobilidade horizontal associavam-se, contudo, à instabilidade ocupacional do “homem rústico” e à política oficial de branqueamento, fatores que se perpetuavam indefinidamente e dos quais resultou um *desajustamento de caráter estrutural e persistente* (FERNANDES, 2008: 159-60). Com a transição da grande lavoura para uma economia capitalista diferenciada, a industrialização que avançava principalmente após a Primeira Guerra Mundial possibilitou a ascensão do capitalista típico, instalado na “grande cidade”, e dos operários que àqueles vendiam a sua força de trabalho – agentes

esmagadoramente “brancos” e de forma preponderante “estrangeiros” ou nacionais de ascendência “estrangeira” (FERNANDES, 2008: 163). Os negros participaram em proporções ínfimas desse processo, *automaticamente deslocados para os setores menos favorecidos do conglomerado nacional* (FERNANDES, 2008: 163).

Partilharam de tal modo da rede de ocupações e de oportunidades abertas pelo “estilo urbano de vida” que acabaram eternizando os inevitáveis desajustamentos iniciais, nascidos da crise do antigo regime, e se convertendo rapidamente, em toda a plenitude, numa população em desorganização social crônica. (FERNANDES, 2008: 161-2)

Diante do desinteresse institucional de atuar sobre tais problemas, a população negra vivenciava situações de ocupação instável e de subocupação, em troca do quê era oferecida baixíssima remuneração, sendo que uma parte expressiva vivia em desocupação disfarçada involuntária. Essa incapacidade econômica propagava-se pela família e a base material da insegurança convertia-se em *fonte de perpetuação do estado de dependência através das gerações* (FERNANDES, 2008: 193). A falta de perspectivas acarretava consequências, segundo Fernandes, de “natureza sociopática”, tais como o engajamento precoce do menor ao trabalho remunerado e o parasitismo sobre o trabalho das mulheres negras, ocasional e relativamente mais estáveis em comparação aos dos homens negros.

Fernandes estima que três quintos da população negra da capital viviam em condições de miséria nas três primeiras décadas do século XX. Na luta pela sobrevivência, a moradia constituía um problema sensível e muitos se apinhavam em cortiços alugados. *Os cortiços mais célebres foram construídos com fitos exclusivamente comerciais: em condições anti-higiênicas, mal ventilados, mal iluminados e com pequeno espaço útil* (FERNANDES, 2008: 175). As decepções, a desilusão e o desalento, muitas vezes, incentivavam o inconformismo e a valorização de comportamentos transgressores, desviantes em relação às normas socioculturais, e que dificultavam o enfrentamento à oposição objetiva e subjetiva contra seus esforços de classificação social, que exigiriam, de acordo com o autor, uma reeducação *para o gênero de trabalho, a ética e o estilo de vida do trabalhador livre* (FERNANDES, 2008: 187). Fortaleciam-se os mitos criados em torno dos “heróis dos cortiços”, enfatizando a base moral das opções estigmatizadas do “malandro” e da “prostituta”: *os males decorrentes da desocupação ou da comercialização do vício seriam menos perniciosos que os riscos inerentes ao escravizamento a um emprego “sem sentido”* (FERNANDES, 2008: 190).

Construindo sua análise a partir dos relatos de informantes oriundos dos movimentos sociais negros, Fernandes afirma que o alcoolismo, outro problema social de impactos relevantes, tem sido mal compreendido e ao que se atribui ocorrência superestimada entre a população negra na capital. De fato, o consumo de bebidas alcoólicas assumiu “proporções alarmantes”, embora ressalte que o número de alcoólatras era pequeno tendo em vista o número elevado de *frequentadores habituais de bares e botequins* (FERNANDES, 2008: 195). Motivações psicossociais impulsionavam essas reuniões, destaca Fernandes, como a proibição vigente no passado escravista e a repressão pela polícia no período logo posterior à Abolição: realizá-las, portanto, era um desafio que possibilitava a autoafirmação grupal, fomentando manifestações do inconformismo que posteriormente originaria embriões dos movimentos sociais negros. Em face de toda essa problemática, a precariedade dos serviços públicos, com os poderes institucionais isentando-se de sua incumbência de fornecer a base material e o suporte moral para a solidariedade e a integração social.

O essencial, todavia, e que precisamos reter cuidadosamente, já ressaltamos de várias maneiras: o indivíduo não fora socializado para agir como “operário” e para se realizar, através das carreiras acessíveis, como trabalhador assalariado. Desajustava-se, pois, por falta de aptidões e predisposições que deveriam ser adquiridas previamente ou que fossem assimiláveis mediante a “educação pelo trabalho”. (FERNANDES, 2008: 226)

Os desajustamentos – cujos sintomas incluíam alcoolismo, prostituição, malandragem, suicídio – eram fomentados pelas condições anômicas de existência e dos mecanismos institucionais, que perpetuavam e intensificavam a desorganização desses grupos sociais (FERNANDES, 2008: 227-9). Esses desajustamentos provinham, prossegue Fernandes, do desejo frustrado da população negra, na ânsia de ascender na estrutura social e compartilhar do estilo de vida e das garantias sociais usufruídas pelos brancos. Dentre as influências socializadoras que modelavam a personalidade dos negros, a família, ressalta Fernandes, era a única instituição que operava universalmente, sendo que a frequência à escola, por sua vez, estava estreitamente relacionada à estabilidade e fragilidade dos elos familiares (FERNANDES, 2008: 237). Da análise desponta que a mulher negra constituía a figura dominante (e que contradiz o ideário hegemônico contemporâneo do homem provedor universal), cuja presença, cooperação e possibilidades de ganho, fornecidas sobretudo pelos empregos domésticos, era determinante para a integração dos laços familiares (FERNANDES, 2008: 254).

A ordem social competitiva, bem como o regime de classes sociais correspondente, mostrou-se insensível aos problemas sociais enfrentados pela população negra, circunscrevendo a atuação institucional a questões relativas à ordem pública legal e de “polícia” (FERNANDES, 2008: 294):

(...) em sua fase de consolidação histórica na cidade de São Paulo, o regime de classes foi indiferente à perpetuação de estruturas segmentárias anacrônicas, acomodando-se dinamicamente a padrões societários de isolamento psicossocial e sociocultural, incompatíveis com os fundamentos econômicos e jurídico-políticos de uma sociedade “aberta”, “competitiva” e “democrática”. (FERNANDES, 2008: 296)

A ordem social competitiva e o regime de classes sociais não se implantaram de modo homogêneo na cidade de São Paulo, a despeito do forte impulso provocado pela comercialização do café e da aceleração crescente da revolução econômica burguesa, em virtude da expansão urbana e do crescimento industrial. A diferenciação e o “avanço” no sentido da instalação da então nova ordem social deu-se de modo descontínuo, intercalada entre fases de *compromisso com o passado e mesmo de resistência seletiva a inovações socioculturais imperiosas* (FERNANDES, 2008: 299). A sociedade que emergia naquele momento *conservou em seu bojo reminiscências vivas do passado e estruturas arcaicas que reconstruíam o “antigo regime” em vários níveis da convivência humana* (FERNANDES, 2008: 300).

A herança sociocultural pré-capitalista apresentava maior persistência nos dois polos extremos localizados na estrutura econômica e de poder da cidade, constituídos pelas elites das camadas dominantes e, no outro lado, pelos setores dependentes da “plebe”. Os ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre praticado na “sociedade de castas” ingressaram nesse processo, portanto, com “desvantagens insuperáveis”:

(...) percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade *competitiva, aberta e democrática*. (FERNANDES, 2008: 301-2. *Grifos do autor.*)

A distância social entre o “branco” e o “negro” foi resguardada de maneira tal como se este ainda vivesse sob o jugo da dominação do senhor, preservando, na ordem social competitiva, o padrão de isolamento sociocultural em que as relações raciais se fundavam no regime escravocrata. Dessa composição entre o passado e o presente, entre a sociedade de castas e a sociedade de classes, resultou o não desaparecimento, por completo, do regime a ser

extinto após a Abolição, que persistiu na mentalidade, no comportamento e na organização institucional das relações sociais.

Toda insistência será pouca para ressaltar a significação sociológica dessa complexa realidade. Ela nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental do “liberto” e nela permaneceram muito tempo depois do **desaparecimento legal da escravidão**. A Abolição os projetou no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação. Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e do regime de classes, a “população de cor” subsiste numa **posição ambígua**, representada, confusamente, como se constituísse um estamento equivalente ao ocupado pelos “libertos” na velha estrutura social. Ora, essa situação esdrúxula é altamente esclarecedora. Pois identifica quais são as **raízes históricas da degradação social** do “homem de cor” no seio do novo sistema socioeconômico: **a perpetuação indefinida de padrões de ajustamento racial que pressupunham a vigência de critérios anacrônicos de atribuição de status e papéis sociais** ao negro e ao mulato. (FERNANDES, 2008: 302-3. **Grifos meus.**)

O presente – e rememorando que Florestan referia-se à primeira metade da década de 1960 –, está marcado pelos padrões de relações raciais elaborados sob a égide da escravidão e da dominação senhorial e que, embora arcaicos, perpetuam-se ao revitalizar e modelar *normas da velha etiqueta de relações raciais, distinções e prerrogativas sociais* (FERNANDES, 2008: 305). A ideologia racial manteve-se soberana no decorrer da expansão urbana, a despeito de que colidisse com as premissas legais e morais do estilo de vida social correspondente ao novo contexto socioeconômico e jurídico-político, e os círculos sociais em ascensão permaneceram indiferentes às “inconsistências” dessas técnicas de dominação racial e omissos frente à dramática situação social. Diante dessa problemática, os membros das elites adotavam posturas “rígidas, incompreensivas e autoritárias”, opondo-se a ações que superassem o paternalismo tradicionalista, de alcance restrito e assegurador da posição social de mando dos “brancos” – os criados “devotados” que se tornavam como “parte da família”, *gozando de seu convívio e proteção* (FERNANDES, 2008: 355), ou os “filhos de criação”, adotados pelas famílias tradicionais ou de imigrantes, com o intuito de obter *mão de obra permanente por custos iníquos* (FERNANDES, 2008: 377).

Entre as justificativas, a manutenção da “paz social” e a adoção de um “caminho mais seguro” para resguardar os “interesses da sociedade”. O ideário da “solução” extremamente lenta que se propunha assentava no “antigo modelo de absorção gradativa” da população negra, pelo *peneiramento e assimilação dos que se mostrassem mais identificados com os círculos dirigentes da “raça dominante” e ostentassem total lealdade a seus interesses ou valores sociais* (FERNANDES, 2008: 308-9). Ao invés de integrar a população negra ao processo de democratização dos direitos e garantias sociais, esse contingente foi

acorrentado aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma *disfarçada servidão* eterna (FERNANDES, 2008: 309. **Grifos meus**).

A concepção segundo a qual o padrão brasileiro de relações raciais conformava-se aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente engendrou o “mito da democracia racial brasileira”. Assim como no período escravocrata à subjugação referia-se como suave, doce e cristã, com a Abolição e a instauração da República, o contraste entre a ordem jurídica e a situação real da população negra não impediram uma “representação ilusória”, *que iria conferir à cidade de São Paulo o caráter lisonjeiro de paradigma da democracia racial* (FERNANDES, 2008: 310). Dessa forma, *infelizmente, como no passado a igualdade perante Deus não proscovia a escravidão, no presente, a igualdade perante a Lei só iria fortalecer a hegemonia do “homem branco”* (FERNANDES, 2008: 310).

A despeito dos riscos que a perpetuação das desigualdades aristocráticas representava ao regime democrático – e diferentemente da hipocrisia senhorial, mais facilmente desmascarável –, o mito da democracia racial envolvia uma complexidade ardilosa, tendo em vista que “as oportunidades de competição subsistiam potencialmente abertas” às pessoas negras. Em decorrência, possibilitou a responsabilização dos próprios negros pelas condições sociais que enfrentavam, isentou os brancos de suas obrigações derivadas da espoliação e forjou uma “consciência falsa”, mistificadora da realidade racial brasileira (FERNANDES, 2008: 311). Generalizando e difundindo essa consciência falsa, o mito da democracia racial brasileira suscitou convicções etnocêntricas que negavam o problema da tensão social racial, recusando mesmo a existência de distinções raciais; propagou a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza e prestígio social encontravam-se igualmente acessíveis a todos; de que não havia descontentamentos dentre os negros; e de que o problema da justiça social com relação às raças foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania⁵².

⁵² Para a compreensão da legislação social brasileira e sua construção acelerada a partir de 1930 – quando subvertida a hegemonia ideológica do *laissez-faire* no Brasil após 1888 (excluída a proteção da renda do setor agrário-exportador) pela regulação do processo acumulativo –, Wanderley Guilherme dos Santos propõe o conceito de “cidadania regulada”. Alicerçada em um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal e garantida para camadas de trabalhadores urbanos, a *cidadania regulada* estabelece que *são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por extensão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. (...) Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece* (SANTOS, 1979: 75). Os movimentos reivindicatórios, com as ligas camponesas e as explosões de violência urbana, impuseram a reformulação dessa concepção estratificada da cidadania que, no entanto, ocorreu em um período de violação da ordem democrática

Negada a realidade social, ampliava-se a dificuldade de seu enfrentamento e superação. Além disso, o falseamento era utilizado no propósito de legitimar o sufocamento com violência das manifestações reivindicativas, ainda que pacíficas, e a condenação dos movimentos sociais e do debate público da questão social (FERNANDES, 2008: 316-7). Fator de estagnação e preservação das regalias e do poder de dominação das velhas elites brancas:

(...) o mito da “democracia racial” assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado. Teve, assim, uma parte ativa na protelação das prerrogativas e privilégios sociais dos grupos dominantes, que exprimiam e mantinham a distância social existente entre os vários segmentos da sociedade. Desse ângulo, o mito em apreço aparece como um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática. (FERNANDES, 2008: 319)

Subordinada a sociedade, inclusive os interesses comerciais ascendentes, à grande lavoura, as camadas dominantes advindas do passado senhorial e escravista mantiveram-se localizadas, na estrutura de poder da sociedade, até o início da década de 1930, nas posições de comando da política e na condução da economia, abarcando a todos nas “malhas do patrimonialismo” e da lealdade em relação aos seus interesses (FERNANDES, 2008: 323). Renovavam-se, desse modo, incessantemente as condições psicossociais e socioculturais que ofereciam suporte às antigas estruturas das relações raciais e, de acordo com o autor, “ainda hoje” preservam-se tais estruturas raciais. A partir desse contexto, o “escravo” e o “liberto” não desapareceram, subsistindo no “preto” como categoria racial e social – a *cor como marca racial para distinguir* (FERNANDES, 2008: 339); ou, precisamente, assim como o definiram os movimentos negros acompanhados pelo autor, a cor como uma *categoria histórico-social* (FERNANDES, 2008a: 513). Assimilada pelos padrões tradicionalistas de relações raciais, a sociedade de classes adquiriu a aparência da ordem social democrática, persistindo a “substância do *antigo regime*”. A miscigenação, nesse sentido, não constituiu meio de ascensão social, uma vez que raras foram as uniões oficiais entre pessoas de posições sociais desiguais (FERNANDES, 2008: 395).

e de suspensão dos direitos cívicos no país. A criação, em 1971, do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) promoveu a integração da área rural, agregando os membros da coletividade agrária e desatrelado da contribuição direta pelo trabalhador. Marco do processo político-social que prima pela superação do paradigma da cidadania regulada e pelo avanço do modelo universalista da Proteção Social, o FUNRURAL *finca na existência do trabalho, contribuição social básica, a origem da pauta de direitos sociais igualmente básicos* (SANTOS, 1979: 116). A incorporação das trabalhadoras domésticas pela legislação social, como está tese analisa em profundidade, terá início em 1972.

O tratamento cerimonioso preconizado – ranço aristocrata – sublinhava a distância social e a tradição hierárquica, apesar das demonstrações de simpatia e de intimidade, sendo que a etiqueta de relações raciais *disciplinava os sentimentos e emoções dos agentes sociais, conformando suas ações às convenções estabelecidas socialmente* (FERNANDES, 2008: 351). Entretanto, o apego ao padrão tradicionalista de desigualdade racial não impedia insubordinações e tensões que desencadearam conflitos e o surgimento dos movimentos sociais negros em luta pelo acesso aos direitos fundamentais e ao exercício da cidadania.

Avolumando-se a “amargura” e a “insatisfação”, o “protesto negro” fortaleceu-se, como processo histórico, no Brasil, enquadrando-se no *contexto das inquietações e esperanças políticas que culminaram com a revolução de 1930* (FERNANDES, 2008a: 9). Surgiram, assim, vários movimentos organizados de *tomada de consciência, de crítica e de repulsa* (FERNANDES, 2008a: 9) à situação vivenciada pela população negra decorrente do “preconceito de cor”, ou seja, *da perduração da velha associação entre cor e posição social ínfima* (FERNANDES, 2008a: 7-8). A rebelião que era ensaiada não possuía, no entanto, o caráter de uma revolução contra a ordem social estabelecida; consistia, a rigor, numa insubordinação *contra as debilidades mais profundas do sistema de relações raciais, as quais se prendiam antes à persistência camuflada do antigo regime que às injustiças flagrantes dessa ordem social* (FERNANDES, 2008a: 9). Tratava-se de conquistar uma posição autônoma que favorecesse a fruição plena de uma ética estabelecida, legitimada e aberta – da qual estavam apartados pelas contingências da desigualdade racial –, e cujos anseios “igualitários, inconformistas e inovadores” configuravam a pluralidade ética e a “revolução do horizonte ético” (FERNANDES, 2008a: 533).

O “preconceito de cor” se manifesta de forma discreta, velada e morna. Contudo, isso não impede que ele corresponda a um padrão histórico-cultural e que, em conformidade com esse padrão, opere de modo constante, geral e segundo variações coordenadas socialmente. Longe de se apresentar como fenômeno isolado, esporádico ou episódico – que afetasse, exclusivamente, certas personalidades atípicas ou deformadas –, ele apanha em suas malhas, de uma maneira ou de outra, todo um conjunto de ações ou de relações sociais, em que os homens se defrontam, primacialmente, como *brancos e negros*. Se as coisas não são tão evidentes, isso decorre da própria natureza do padrão histórico-cultural em questão, que impõe ao preconceito e à discriminação raciais uma feição assistemática, dissimulada e confluyente. Sendo o que é, ele parece *outra coisa*. (FERNANDES, 2008a: 536. *Grifos do autor.*)

Na luta contra a “espoliação racial”, os movimentos sociais empenhavam-se em abolir distinções sociais que se convertiam em privilégios raciais, no intuito de alcançar a

igualdade econômica, social e política perante os brancos. Portanto, *exigiam a concretização e a plena vigência dos princípios e dos valores em que se fundava, legalmente, o equilíbrio da ordem social estabelecida* (FERNANDES, 2008a: 12). O surto industrial, nas primeiras décadas do século XX, e a transformação desordenada da plebe em operariado, pelo efeito da proletarianização, promoveram o conflito e a proliferação das reivindicações e das greves operárias, tendo o movimento negro, e suas reivindicações de teor igualitário, conjugado-se à ebulição social da época em que se insubordinava pelo dismantelamento do sistema oligárquico no país. Em se tratando dos membros dos movimentos sociais negros:

Tratava-se de pessoas e de grupos de pessoas que contaram com o mesmo ponto de partida aparente: o trabalho braçal e indigno, a penúria dos porões ou dos cortiços, em suma, a vida incerta e difícil da grande massa em que se recrutavam os que “comiam o pão que o Diabo amassou”. (FERNANDES, 2008a: 17)

A radicalidade que tomava impulso exercia as funções de regulador do processo de substituição, em ampla proporção, de antigas categorias de pensamento e de ação por novos paradigmas de percepção do mundo exterior e de organização do comportamento. Os anseios de classificação e de ascensão na estrutura da sociedade inclusiva representavam mudanças psicossociais profundas e revolucionárias – no sentido de uma *revolução dentro da ordem* (FERNANDES, 2008a: 12) –, praticadas com a finalidade de conquistar a integração total dos negros, em condições equânimes às dos brancos, na ordem social. Subjetivamente, intensificava-se a tendência à absorção de novos modelos de personalidade-*status*, acompanhadas de alargamentos do horizonte cultural: a “base psicodinâmica” dos novos mecanismos de ajustamento das disposições dos negros (FERNANDES, 2008a: 38).

No passado, “subir” significava se tornar igual ao “doutor”, ao “senhor”, ao “nobre” etc. Algo que não levasse a esse desfecho não merecia consideração. Nessa época, o negro e o mulato começam a perceber que se poderia “subir” fazendo serviços modestos e que o fim da trilha exigia tenacidade, gradações e sacrifícios prévios, sem os quais jamais alcançariam o tope. Todas essas lições, recebidas pelo intercâmbio com o “estrangeiro”, desaguaram na mesma direção. Alargavam o horizonte cultural da “população de cor” e levavam-na a converter seus movimentos sociais em centros de reeducação do negro e do mulato para o estilo urbano de vida – enfim, para se integrarem na ordem social competitiva e assumirem posições defensáveis na estrutura da sociedade de classes. (FERNANDES, 2008a: 18)⁵³

⁵³ A respeito do emprego, por Fernandes, da expressão “população de cor”, é relevante frisar que, na época em que os movimentos negros organizados estavam germinando (período retratado pelo autor), esta era a designação por eles utilizada, como no jornal *O Clarim da Alvorada*, fundado em janeiro de 1924, com uma proposta doutrinária e de luta. O termo “negro” só foi aceito posteriormente (FERNANDES, 2008a: 22).

A luta social estimulava a cooperação e o estreitamento dos laços de solidariedade intrarraciais, com a expansão das associações negras propiciando a base institucional para o engajamento e a *reeducação do “negro” pelo “negro”* (FERNANDES, 2008a: 48), enaltecendo o “orgulho racial” (FERNANDES, 2008a: 52). Dentre as inúmeras associações que despontaram no período de 1927 (ano de fundação do Centro Cívico Palmares) a 1945, Fernandes selecionou a Frente Negra Brasileira (FNB) como unidade de investigação. Entidade pioneira fundada em 1931, a Frente Negra Brasileira foi uma organização paramilitar de formação política transformada, em 1936, em partido político, tendo perdurado até 1937, quando encerrado pelo governo após o golpe. Com sede central na rua da Liberdade, na cidade de São Paulo, de acordo com o seu estatuto a FNB tinha a finalidade de promover *a união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira* (Estatuto da Frente Negra Brasileira⁵⁴).

Quase meio século depois da Abolição, na luta contra o padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial, o movimento negro passou a intensificar o debate, de maneira reflexiva e crítica, da explicação constatada quanto à sua posição na ordem racial: *a cor e outros caracteres raciais serviam como um sistema de referência para mantê-lo como um “estrato social inferior”* (FERNANDES, 2008a: 44), e que não desfrutava dos mesmos padrões de vida e garantias sociais acessíveis a outros grupos nacionais ou étnicos. Revoltando-se contra a capitulação passiva, a heteronomia racial e a rigidez conservadora à ascensão social da população negra – motores da agitação incipiente e difusa que originaram os movimentos sociais integrados –, houve um afluxo em massa de aderentes entusiastas do confronto à ideologia racial dominante (FERNANDES, 2008a: 21-3).

A decisão de manterem-se na cidade de São Paulo, com o repúdio ao segregacionismo, propiciou experiências e aprendizagem dolorosas, um extenso processo de ressocialização, e que fomentou ideais de transformação da situação dinâmica de contato (FERNANDES, 2008a: 33-4). Para tanto, o emprego e a propagação dos conceitos “preconceito de cor” e “discriminação racial” – *o preconceito sempre forneceu a justificação emocional, moral e racional da discriminação* (FERNANDES, 2008a: 44). A mobilização das impulsões inconformistas ensejou formulações ideológicas que incentivavam o conflito

⁵⁴ Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (4/11/ 1931). Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB). Disponível em: [https://nacionalonline.nacionalnet.com.br/servicos/coberturas/..%5C..%5CResolvidos%5CQuest%E3o%20021%20\(Resolvida\)%2027060.pdf](https://nacionalonline.nacionalnet.com.br/servicos/coberturas/..%5C..%5CResolvidos%5CQuest%E3o%20021%20(Resolvida)%2027060.pdf). Acesso em: 20/12/2018.

construtivo e o enfrentamento consciente, almejando abranger os brancos no processo socializador reeducativo. Nesse sentido, no caso das trabalhadoras domésticas, por exemplo, havia a orientação, pela Frente Negra Brasileira, de que elas repelissem os insultos. Na defesa de direitos legítimos, a Frente Negra Brasileira inculcava um ânimo beligerante em seus seguidores. Defendia-se, entretanto, o recurso à violência de modo “disciplinado”: *Como não queriam modificar a ordem social, também não viam por que se interessar pela transformação do “branco” além dos limites envolvidos pela aceitação igualitária.* (FERNANDES, 2008a: 44)

Dentre os fatores que interferiram na expansão dos movimentos reivindicatórios e entravaram, internamente, a evolução da Frente Negra Brasileira, Fernandes menciona: o surgimento de “divergências insuperáveis” sobre questões essenciais; a formação de lideranças e vertentes competitivas por prestígio e poder na arena política; e os obstáculos histórico-sociais que dificultavam a continuidade dos movimentos (FERNANDES, 2008a: 71-3). A inércia da sociedade – no que se refere ao descompasso entre os processos de mudança social que operavam na diferenciação e na integração da estrutura social global, mas que não repercutiam expressivamente na ordenação das relações raciais – evidenciava a vigência de *processos “arcaicos”, que mantinham o passado no presente* (FERNANDES, 2008a: 74) e produziam efeitos estabilizadores ou regressivos.

Desencorajando, sabotando e proscrevendo os movimentos reivindicatórios, os círculos dirigentes da “população branca” alicerçavam-se na convicção de que “não existe preconceito de cor no Brasil”. Desse modo, essa “consciência falsa” tolhia o diálogo e o entendimento mútuo (FERNANDES, 2008a: 76). Além disso, a dificuldade de romper com o padrão de isolamento difuso não permitiu incorporar um contingente massivo ao processo de radicalização, embora a proletarianização, a propensão à poupança e a mobilidade social vertical tenham abarcado indivíduos da população negra, inserindo-os também em segmentos das classes sociais médias. Sem um ponto de apoio material, moral e institucional, o individualismo predatório consistiu no principal fator das debilidades que afetaram os movimentos negros (FERNANDES, 2008a: 85-90).

Com a revogação do Estado Novo, em 1945, fervilharam novas agitações intelectuais e político-sociais entre a população negra, arregimentadas em torno do esforço de consolidação da república, assim como pela propagação, quanto à questão racial, da compreensão de que tal problema envolvia simultaneamente aspectos econômicos, sociais e culturais. Nesse sentido posicionava-se o jornal *Alvorada*, fundado pela Associação dos Negros Brasileiros, que circulou entre 1945 e 1948, com a proposta de trilhar a mobilização

conjunta dos diferentes estratos sociais da população negra, empregando um modelo democrático e pluralista de atuação social organizada (FERNANDES, 2008a: 104-8).

Nessa fase de novo impulso dos movimentos reivindicatórios negros, a imprensa de algumas dessas entidades empenhava-se em disseminar a concepção segundo a qual os negros que partilhassem da ideologia da democracia racial, definindo-se, perante a sociedade, a partir da ideologia racial dominante, aceitavam e identificavam-se com a dominação da “raça branca”. O repúdio a essa ideologia, por meio da busca por afirmar-se mediante avaliações e aspirações autônomas, consistia numa preocupação que, contudo, não era unânime, tendo em vista que uma parcela da população negra não admitia a existência do preconceito racial no país. Constituíam-se, de todo modo, uma “ideologia racial divergente”, em muitos aspectos em conflito aberto com a ideologia racial dominante, embora não negasse a ordem social vigente:

Tudo isso mostra que a “ideologia negra” se forma como uma réplica à ideologia racial tradicionalista. De ângulo positivo, ela representa o produto dinâmico da absorção dos valores em que se assentava a ordem legal (e, por conseguinte, o próprio estilo de vida dos “brancos”) pelo “negro”. Na polarização negativa, ela traduz a repulsa do “negro” à duplicidade de uma ordem social que lhe parecia *aberta* num plano mas *fechada* noutro. (FERNANDES, 2008a: 111-2. *Grifos do autor.*)

A batalha pela modificação do *status quo* racial no país originou, portanto, uma contraideologia, cuja finalidade era o desmascaramento da ideologia racial dominante pelos movimentos sociais. Esse desmascaramento operava, de acordo com Fernandes, em três níveis: primeiro, apontando que a eficácia da ordem legal estabelecida era negada aos negros. Assim, a liberdade e a igualdade, conquistadas após a Abolição e o advento da República, eram meramente formais e inócuas, não tendo sido eficientes para eliminar a “espoliação secular”. Num segundo nível, o desmascaramento propunha uma explicação para a ineficácia da ordem legal, bem como uma interpretação das “fontes de resistência” à aceitação igualitária dos negros pelos brancos: o “*preconceito de cor*” se elaborava como uma categoria histórico-social, indicando por que “*classe*” e “*raça*” se misturavam de maneira tão intrincada (FERNANDES, 2008a: 114). Ressaltava, dessa maneira, o entrecruzamento de dois tipos de barreiras que se opunham à plena integração da população negra à ordem social competitiva e democrática.

Esses dois níveis de desmascaramento impunham, conseqüentemente, a necessidade de desmascarar alguns símbolos e valores condizentes com a ideologia racial dominante, como as datas 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889. Os valores

essenciais atribuídos ao estilo de vida democrático também passaram pelo processo de desmascaramento, por terem se convertido em privilégios desfrutados pelos brancos – *prerrogativas de um sistema de castas dissimulado* (FERNANDES, 2008a: 118). A “política racial”, que incluía a participação efetiva nas estruturas políticas do regime republicano, transcendia, no entanto, o âmbito dos partidos e da política institucionalizada e, em alguns casos, das concepções opostas entre “esquerda” ou “direita” no espectro político: *para ser “classe”, ou seja, para se diluir nos diferentes estratos da sociedade global, o “negro” precisava, primeiro, firmar-se na cena histórica como “raça”* (FERNANDES, 2008a: 121). Diferentemente do “branco da plebe”, que podia transitar na estrutura social se amparando na “ideologia oficial”, a população negra também enfrentava a “barreira da cor”.

A compulsão psicossocial igualitária, do ponto de vista das condições de vida almejadas, equiparadas àquelas acessíveis aos brancos, surtia dois efeitos sociodinâmicos: a redefinição do significado do trabalho na sociedade de classes, como um canal de mobilidade e ascensão social, nos moldes do trabalho exercido pelo “trabalhador livre”, e, além disso, a valorização da instrução e da escola como um requisito que favorecesse a competição com os brancos. Por outro lado, as camadas dominantes mantiveram-se refratárias à contraideologia racial – que primava pela democratização da riqueza, do prestígio social e do poder –, intolerantes aos anseios de alteração das bases estruturais das relações raciais.

Não tão distantes do passado recente, ainda estávamos, no período de 1927 a 1948, destaca Fernandes, moralmente presos à concepção tradicionalista do mundo, embora sob a égide da ordem social competitiva:

O “branco” se inculcava a condição de “raça dominante”, embora o fizesse de maneira não explícita. (...) Já não se pensava o “negro” como o sucessor e o equivalente humano do escravo ou do liberto. Seus rompantes de *homem livre* eram, pelo menos, tolerados, o que explica a proliferação das “agitações” raciais e a propagação da contraideologia do desmascaramento racial no “meio negro”. Entendia-se, no entanto, que a equivalência de direitos e de deveres, entre as duas “raças”, constituía um princípio subversivo (...). Redefinia-se, pois, uma concepção velha, que iria camuflar a recusa sob a aparência e mesmo sob a prática esporádica da aceitação. (FERNANDES, 2008a: 133)

A Segunda Guerra Mundial, em seus horrores, ocasionou por outro lado a expansão das indústrias e o adensamento da urbanização, tendo a cidade de São Paulo sido convertida em poderoso centro financeiro do país. Esse movimento foi acompanhado de mudanças da estrutura demográfica, econômica e social da cidade, provocando certas tendências de correção dos efeitos negativos da substituição populacional ocorrida entre o final do século XIX e o início do século XX. O estilo de vida também passou por

modificações acentuadas, com a formação de *tendências de organização do espaço, do convívio humano e do horizonte cultural típicas da “sociedade de massas”* (FERNANDES, 2008a: 137).

Em sintonia com a emergência desse “estilo metropolitano de vida”, a ordem social competitiva passou por redefinições estruturais e dinâmicas. Tornou-se mais “aberta” ao oferecer oportunidades ao especulador e ao aventureiro, qualquer que fosse o seu estrato social ou a sua procedência étnica; por outro lado, revelou-se mais “fechada” uma vez que o fluxo das oportunidades se concentrou nos grupos que possuíam *posições sólidas na estrutura de poder* ou que estivessem *aptos a conquistá-las como seu ponto de partida* (FERNANDES, 2008a: 137). O capitalismo industrial moderno favorecia-se, a partir de uma “organização racional” que tomava impulso e sucedia a ousadia e a engenhosidade de fazendeiros e imigrantes que haviam se tornado bem-sucedidos no período anterior.

Afetando a “plebe urbana”, a possibilidade de engajamento assalariado foi ampliada e, embora esse processo tenha sido independente e alheio às aspirações e protestos dos movimentos negros, a população negra também foi abarcada. Diluídos na massa de agentes do trabalho assalariado, indivíduos dessa população inseriram-se em quase todos os ramos de atividade; não tendo cessado as relutâncias, ambiguidades e reservas, a procura por força de trabalho atenuou-as. O combate à desigualdade racial não estava no alvo desse processo, mas as tendências que emergiam abalavam as bases materiais e morais do padrão tradicionalista de relação racial. Esse movimento processou-se com *extrema lentidão e segundo gradações desalentadoras* (FERNANDES, 2008a: 138), com a ampla maioria das oportunidades sido gerada nos setores de trabalho braçal, sem qualificação ou semiquualificado. A miséria e a moradia em favelas⁵⁵ (substitutos dos porões e cortiços) eram enfrentadas por um contingente numeroso, mas relativamente menor em comparação às décadas precedentes, da população negra da cidade.

⁵⁵ As penúrias do cotidiano da vida na favela são narradas por Carolina Maria de Jesus no clássico livro autobiográfico, “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, escrito na década de 1950. Moradora da favela do Canindé, em São Paulo, com seus três filhos, Carolina era uma escritora contumaz, catadora de papel e outros materiais recicláveis, tendo trabalhado também como doméstica: *16 de julho de 1955. Levantei. Obedeci a Vera Eunice [sua filha caçula]. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça* (JESUS, 2015: 12).

No conjunto, portanto, a diferença decisiva, que se estabelece em relação ao passado recente, diz respeito à aquisição de uma fonte estável de ganho. Em outras palavras, o negro e o mulato conquistaram “meios de vida” que lhes proporcionam posições regulares (e por vezes permanente) no seio do sistema de trabalho livre. No entanto, essas posições nem sempre asseguram classificação no sistema capitalista de relações de produção. Por isso, associam-se, variavelmente, com **ocupações que proporcionam baixos níveis de remuneração e condicionam formas mais ou menos precárias da participação da estrutura de poder** da sociedade inclusiva. (FERNANDES, 2008a: 158-59. **Grifos meus.**)

Produto de uma “herança adversa”, a participação da população negra no sistema ocupacional em posições periféricas ou marginais explica, pela “raiz” – e haja vista, como destaca Fernandes, a “falta de outros indicadores” –, as desvantagens que obstaculizavam a integração social em patamares de equidade racial. Dentre essas posições, os Serviços Domésticos, tendo o *Recenseamento de 1940*, realizado pelo IBGE, apontado, no município de São Paulo, sobrerrepresentação das mulheres negras, que perfaziam aproximadamente 60% do total das mulheres ocupadas na atividade (FERNANDES, 2008a: 144-50). Além desta ocupação, a elas também se ampliaram novas oportunidades no setor artesanal (como costureiras, bordadeiras, na encadernação de livros etc.). Aos homens negros, eram sobretudo oferecidas oportunidades de trabalho em construções (principalmente como pedreiros e serventes de pedreiros, mas também como empreiteiros, pintores, carpinteiros, eletricitas, encanadores etc.), nas oficinas mecânicas, nas carpintarias e marcenarias, nas tapeçarias, nos açougues etc. (FERNANDES, 2008a: 180-1).

Em se tratando das fontes dinâmicas que mantinham as dificuldades estruturais e condicionavam o ajustamento às oportunidades de trabalho existentes, Fernandes enumera cinco aspectos. O primeiro refere-se à “estereotipação negativa” na definição social da trabalhadora e do trabalhador negros, afetando patrões, chefes, subordinados, colegas ou clientes, consonante com avaliações etnocêntricas. O segundo atém-se aos contextos envolvidos na “socialização” desses trabalhadores, que obtiveram acesso tardio e precário às experiências do trabalho livre. Em decorrência, constituindo o terceiro aspecto, os “efeitos reativos”, que afetavam as possibilidades, àqueles em condições de vida anômicas, de contarem com os suportes sociais indispensáveis para a escolarização, a aquisição de um emprego e a competição profissional. O quarto aspecto abrange os “efeitos compulsivos do ‘complexo’”, como mecanismo psicológico de defesa adquirido, que suscitava o temor da frustração e prejudicava a capacidade de autoaperfeiçoamento. Esse aspecto, por sua vez, incentivava ajustamentos ocupacionais pouco vantajosos, o quinto aspecto, “parte da herança cultural do passado rústico” e em conformidade com o direcionamento às oportunidades tradicionalmente disponibilizadas (FERNANDES, 2008a: 164-79).

Com a acelerada expansão econômica iniciada em fins de 1939, mudanças na composição e na organização do sistema de trabalho precipitaram-se, em decorrência da generalizada “escassez de mão de obra qualitativa”, beneficiando estratos da população que estavam localizados na periferia do sistema de trabalho capitalista. Dessa maneira, não obstante a discriminação racial, houve considerável avanço, com a ampliação de oportunidades de trabalho para além dos “serviços brutos” – em fábricas, lojas e escritórios –, a partir da aplicação de “técnicas racionais de seleção, de supervisão e de promoção de pessoal”. A ênfase sobressaía-se, nesses casos, nas qualificações dos candidatos e na produtividade do trabalho (FERNANDES, 2008a: 180-1).

Em suma, ao lhe conceder certas oportunidades de absorção de novas posições e papéis sociais, a cidade conferiu ao “negro” diversas possibilidades de assimilar os padrões e o estilo de vida dos “brancos”. Isso não significa que se tenha posto um paradeiro às velhas distinções raciais, nem que a ordem racial tradicionalista entrasse em colapso definitivo de um momento para outro. Representa, apenas, certo avanço das tendências da democratização das garantias sociais, asseguradas pela ordem social competitiva. O peneiramento continua rígido e insatisfatório (...). Todavia, vários sintomas indicam que se está inaugurando uma orientação mais compatível com os fundamentos econômicos, sociais e jurídico-políticos da sociedade de classes. (FERNANDES, 2008a: 215)

Essas novas experiências multiplicavam os incentivos à reeducação para o trabalho, abrangendo o disciplinamento do corpo e transformando a mentalidade para a redefinição e reivindicação de direitos e deveres, em termos da igualdade de acesso às situações de classe. Entretanto, Fernandes sublinha que o acesso a oportunidades promissoras de trabalho, com nível de renda que assegurasse um estilo de vida garantidor de prestígio social, não ocorreu em escala significativa. Além disso, a convivência também era diminuta no que se refere à frequência de casamentos inter-raciais (associada ao quadro analítico por meio de dados demográficos de 1961), com forte relutância na população branca particularmente em estratos mais elevados da “classe baixa”, nas classes médias ou “alta” (FERNANDES, 2008a: 187).

Esse complexo cenário conduz Fernandes a afirmar que a população negra *continua a ser “pobre”, a se concentrar em ocupações mal remuneradas e de pouco ou nenhum prestígio e a fornecer ralas elites, mais ou menos isoladas e fechadas, como no passado* (FERNANDES, 2008a: 189). O principal entrave à ascensão social da população negra era, portanto, um fenômeno estrutural de natureza dinâmica: *a diferença entre a situação de contato racial imperante na década de 1950 e a que existia no período de 1900-1936 é meramente de grau* (FERNANDES, 2008a: 237). As dificuldades em superar as

limitações inerentes ao ponto de partida sobremaneira desfavorável, e que continuavam a gerar ressentimentos agravados pelo “desprezo do governo”, revelavam a fragilidade aguda da mobilidade vertical nos “meios negros”. Relegados aos serviços subalternos – descritos como sendo “bons mesmo” para os *trabalhos braçais (...), de copa e cozinha, para o samba, para a dança, para o futebol, o boxe etc.* (FERNANDES, 2008a: 260) –, ainda que conquistassem riqueza e posição social de *status* persistia a oposição a que desfrutassem de todas as prerrogativas condizentes ao seu nível social. Em suma, a discriminação racial exercia a função de preservar a distância social.

Enquanto as correções introduzidas por via da posição social apenas beneficiam indivíduos isolados e, com frequência, em esferas circunscritas de interação social, as limitações decorrentes da cor possuem vigência universal. (...) A cor aparece, a um tempo, como marca racial e como símbolo de *status*. Por isso, ela serve, inextricavelmente, para identificar o negro e o mulato como categoria racial (como “preto”) e como categoria social (como a “classe mais baixa”). (FERNANDES, 2008a: 334)

A desigualdade racial erguia-se como uma “muralha”, operando como fator de inércia sociocultural, cujos efeitos atuavam no sentido de perpetuar o padrão de organização da sociedade, a partir da reprodução indefinida de certos modelos arcaicos de acomodação racial, que engendrava e mantinha a própria desigualdade racial:

Como procurou nos explicar um grupo de jovens intelectuais negros, a ela [à desigualdade racial] se prende a renovação incessante do círculo vicioso, que encadeia entre si a pobreza, a ignorância e a doença, ocupações incertas, economicamente degradadas e socialmente indesejáveis, níveis ínfimos de renda, os mais baixos padrões de vida reconhecíveis e posição social inferior. (FERNANDES, 2008a: 238)

Havia, ressalta Fernandes, simultaneamente, uma pressão integracionista – que compelia a população negra a absorver as normas, os padrões de comportamento e os valores sociais da ordem social competitiva –, que não afetava, entretanto, os padrões predominantes de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Acessando vias no âmbito do trabalho livre e das posições heteronômicas da pirâmide ocupacional, associada ao sistema capitalista de relações de produção, não teve o mesmo êxito no que se refere às demais posições e aos papéis sociais a elas correspondentes. A inércia também foi preservada quanto ao desempenho de papéis eleitorais na esfera institucionalizada do sistema de poder político. *Dentro desse quadro global, o que se poderia entender como democratização das relações*

raciais aparece como um processo histórico-social extremamente heterogêneo, lento e descontínuo (FERNANDES, 2008a: 416).

Em decorrência dessa análise, Fernandes conclui que a classificação no núcleo da ordem social competitiva constitui um requisito estrutural e dinâmico no propósito da alteração dos padrões de relações raciais vigentes. A ruptura do paralelismo entre “cor” como marca racial e como símbolo de posição social somente pode ocorrer quando a população negra efetivamente alcançar as condições de equiparação econômica, social e política diante da população branca. Ainda assim, esclarece, tais condições não são suficientes para a modificação do *status quo* racial imperante, ou seja, a redução da distância social e econômica não basta para alterar o padrão das relações raciais. Além disso, *os “brancos” ignoram, neutralizam ou solapam, consciente e inconscientemente, os efeitos sociais da classificação do “negro” nos níveis sociais a que pertencem* (FERNANDES, 2008a: 419). A realidade racial, portanto, não corresponde às racionalizações formais convencionais defendidas pelo contingente branco, que se identifica com a ideologia racial dominante no país e mistifica a realidade social, ao representar a situação dos negros por meio de normatizações ideais do comportamento e das potencialidades igualitárias da ordem social competitiva.

Na análise histórico-sociológica, o “preconceito de cor” desponta como uma *formação psicossocial e sociocultural típica da civilização luso-brasileira* (FERNANDES, 2008a: 427), o que significa que as avaliações e as atitudes preconceituosas, assim como os comportamentos discriminativos, possuem caráter “universal”. E embora sejam evidentes as contradições e as inconsistências inconciliáveis oriundas do conflito entre essas tendências e os “padrões ideais da civilização”, elas não foram eliminadas. *Ao contrário, foram absorvidas numa composição sui generis, que dissimula esse conflito e concilia os indivíduos com suas repercussões nos planos afetivos e cognitivos do comportamento social* (FERNANDES, 2008a: 428). Essa composição conciliadora de “elementos incongruentes e idealmente exclusivos” gera, como resultados: primeiro, a eclosão, do “preconceito de cor”, faz-se de modo predominantemente não agudo, atualizando-se socialmente como uma “realidade sub-reptícia, ambígua e difusa”. O segundo, como enfatizado nesta análise, e que Fernandes qualifica como o resultado crucial, é a operacionalização da cor como referência que *associa, inseparavelmente, “raça” e “condição social”, estigmatizando socialmente toda uma categoria “racial”* (FERNANDES, 2008a: 428).

As tensões raciais, de acordo com o autor, expressavam-se preponderantemente de modo “subterrâneo”, o que torna mais complexo e desfavorece o seu desmascaramento. As manifestações do preconceito ocorrem de modo “disciplinado”, “encoberto” e “contido”,

submetidas às exigências estruturais e dinâmicas da “civilização”: *elas não podem ir tão longe que ponham em risco a convergência de interesses, ideais de vida e valores sociais, requerida pelo padrão histórico-cultural desenvolvido de acomodação racial* (FERNANDES, 2008a: 429). Por outro lado, essas manifestações não são abolidas, o que exigiria a plena equiparação social. Consequentemente, a “tolerância racial” no Brasil não está atrelada à promoção da igualdade racial, vinculando-se à preservação indireta das disparidades sociais. O tratamento, com “relativo decoro e civilidade”, conferido aos alvos do preconceito e da discriminação, decorre da primazia de assegurar a “paz social” – fator de estabilidade dos padrões vigentes de dominação racial.

Quatro influências contribuem, concomitantemente, para reforçar o ajustamento dessa acomodação racial assimétrica: a primeira concerne à herança do mundo senhorial e, a despeito das intimidações e do autoritarismo, é difundida a retórica de que o “preconceito de cor” não existe no Brasil. O cristianismo também acentuou essa tendência, e embora a religião católica não tenha impedido nem a escravidão nem o “preconceito de cor”, prescreveu relativo pudor quanto à sua admissão franca. A terceira influência remete aos anseios de identificação com o ideário de Civilização, que se propagou a partir da Europa, a partir do qual o preconceito e a discriminação constituem expressões degradantes, atreladas à incivilidade e à barbárie. A República, por sua vez, disseminou o ideal de cidadania e dos direitos universais (FERNANDES, 2008a: 431-2).

No conjunto, portanto, essas influências são convergentes, excluindo o “preconceito de cor” do rol das coisas abertamente desejáveis, respeitáveis e dignificantes. Elas não tiveram força suficiente para modificar o caráter dos homens e a organização da sociedade – nem no passado, nem no presente. Por isso, não puderam alterar a situação de contato racial. Antes, aderiram às suas exigências imperativas, como de uma fonte inesgotável de artifícios e de racionalizações, graças aos quais a realidade parece menos feia e o abominável, mais ou menos sofrível. (FERNANDES, 2008a: 432-3)

A intolerância aberta e ostensiva também é assinalada: se a “tolerância afetada” e a “bondade simples” foram convertidas pelo paternalismo em símbolo da posição superior, o mesmo se deu quanto à altivez de quem sabe “qual é o seu lugar” e “qual é o lugar dos outros”. Por isso, tornou-se usual a atribuição às famílias tradicionais e aos descendentes dos “barões” ou de “grandes fazendeiros” a responsabilidade direta pelo “preconceito de cor”. É relevante frisar, além disso, que as manifestações do “preconceito de cor” não se confinam às altas camadas da sociedade, perpassando os diferentes estratos sociais: as classes médias que, com seus temores a ameaças que possam comprometer o seu prestígio social, tendem a

estabelecer relações sociais racialmente exclusivistas, ao passo que exteriorizam avaliações penosas compensatórias. Os estrangeiros e seus descendentes, por compartilhar de tradições culturais peculiares, também reforçam essa perspectiva, cuja intolerância mais acentuada pode explicar-se por determinados condicionamentos culturais (FERNANDES, 2008a: 433-4).

Ainda assim, são os membros das classes sociais elevadas que comungam de um ponto de vista mais propício ao domínio e à aceitação do padrão de relação racial tradicionalista como algo assumido como “normal” e até mesmo “necessário”. Incapacitados, muitas vezes, de aceitar iniciativas que contribuam no sentido de estabelecer a equidade, classificam-nas como subversão da ordem moral. Citando, como exemplo, a “empregada negra moderna” que trabalha nesses círculos dominantes, Fernandes afirma que, *sua maneira de se vestir, sua independência no falar ou no agir e, especialmente, sua autonomia em face da família empregadora, excitam uma obnubilação quase completa da razão* (FERNANDES, 2008a: 479).

As manifestações do “preconceito de cor” são, no entanto, calibradas pela matriz convencional que estabelece o que é aceitável socialmente. A discriminação é regulada por um padrão histórico-cultural que, ao proteger a sociedade contra as ameaças do racismo extremo e generalizado, também provoca, por outro lado, o seu afastamento dos rumos da democracia (FERNANDES, 2008a: 435).

Portanto, é no plano elementar da situação de contato, onde a interdependência das categorias raciais parece amorfa, indiferenciada e neutra, que a estereotipação negativa do “negro” lança suas raízes. Assim se explica por que os efeitos sociais da estereotipação escapam à consciência dos agentes; e, o que é mais importante, por que a própria estereotipação é tão tenaz envolvente. Ela faz parte dos sistemas projetivos, herdados com o patrimônio sociocultural luso-brasileiro, e se insere entre as influências psico e sociodinâmicas formativas. (FERNANDES, 2008a: 437)

O uso da “máscara da civilidade” delimita a fronteira entre os sentimentos íntimos, as convicções profundas, e as conveniências ou o decoro da vida em sociedade. As relações raciais “convencionais” estabelecem uma “maneira correta” de proceder, que não afeta, porém, os níveis profundos da sociabilidade e nem o caráter dos agentes envolvidos. Além desse tipo de contato regulado convencionalmente pela concepção tradicionalista do mundo, Fernandes registra os comportamentos explicitamente intransigentes, de brancos que se recusam obstinadamente a obedecer aos preceitos das convenções que regem as relações raciais. Os estudos do autor revelaram, a propósito, que o número de “brancos” que partilhavam dessas avaliações e atitudes aberta e vigorosamente racistas era muito maior do que se pressupunha (FERNANDES, 2008a: 437-45).

Entre o passado e o presente, há “brancos” que admitem a igualdade racial nas esferas econômica, educacional e política, ao passo que preservam a repulsão às proximidades pessoais mais íntimas. Dentre esses, também há aqueles que, a princípio de modo indeciso, passam a defender resolutamente a integração completa, sem restrições ou reservas. E há, por fim, outra parcela da população branca convergente com os objetivos dos movimentos reivindicatórios negros em seus propósitos de convivência racial igualitária, embora sem empenho “consciente, ardoroso e denodado”. Compondo esse quadro de referência heterogêneo, a partir de um conjunto de entrevistas realizadas, Fernandes estima, com relação ao período abrangido em seu estudo, as seguintes proporções: 60% de correspondência ao grupo que manifestava “discretamente” o preconceito de cor, atualizando o padrão histórico-cultural em crise; 25% para as manifestações deliberadas, acintosas e sistemáticas do “preconceito de cor”; e 15% para o grupo que expressava um estado de tolerância, “mais ou menos completa”, inerente à convivência racial igualitária (FERNANDES, 2008a: 457-9).

Contingente majoritário da população total, portanto de “negros” e “brancos”, tem seu horizonte cultural cerceado pelos costumes que regem convencionalmente as relações raciais. A população negra, contudo, a partir de suas experiências, incorporadas à sua herança sociocultural, compartilha, unilateralmente, das possibilidades de refrear e insurgir-se contra as influências retrógradas da tradição cultural (FERNANDES, 2008a: 460-1). O “retrato da situação”, segundo Fernandes:

Ao ser mobilizado pela expansão da ordem social competitiva nas duas últimas décadas [1950 e 1960], o negro e o mulato se viram diante de pressões concorrentes, que introduziram no “meio negro” os princípios de estratificação social da sociedade inclusiva sem eliminar as tendências ao isolamento sociocultural da “população de cor”. Por conseguinte, as alterações mais profundas abalaram as formas de classificação do negro e do mulato, mas não romperam as chamadas “linhas de cor” propriamente ditas. (...) Parece claro que **o padrão de dominação racial, elaborado no passado, entrou em crise. Porém, ao mesmo tempo é evidente que ele está (pelo menos nas condições histórico-sociais focalizadas) se ajustando a uma ordem social aberta** em que se mantém a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder em pontos e em níveis estratégicos. (FERNANDES, 2008a: 494. **Grifos meus.**)

Da complexidade desse cenário apontado decorre, conforme esclarece Fernandes, uma imensa dificuldade de articulação, em escala coletiva, de meios eficazes para atuar diretamente na “reelaboração em curso do padrão de dominação racial”. Nesse sentido, operacionalizar os recursos perceptivos e cognitivos acumulados no decorrer das lutas contra o escravismo e contra o padrão de dominação racial condizente à ordem social tradicionalista, “como se ainda estivéssemos no primeiro quartel do século XX”, possibilitou profunda

compreensão da realidade racial no país – realista e independente da desenvolvida pelos “brancos” –, mas que não favoreceu uma visão abrangente da realidade como um processo dinâmico, *um todo in fluxu* (FERNANDES, 2008a: 495). Fernandes propõe, em sua análise, uma “rotação de perspectiva”, que adviria de uma conexão do empenho em “pertencer ao sistema” e ascender socialmente – e que compunha o âmago da luta pela aniquilação do antigo padrão de dominação racial – com o ideal de transformar o sistema e construir coletivamente a democratização das relações raciais no Brasil.

Tendo em vista a combinação da possibilidade de mobilidade social vertical com a persistência duradoura da desigualdade racial, Fernandes contrapõe o período de eclosão dos movimentos negros organizados nas primeiras décadas do século XX e a situação contemporânea:

Tratava-se [no primeiro momento] de demolir a bastilha, de pôr abaixo as muralhas da intolerância e do temor, que inibiam e manietavam o “negro”. Em nossos dias, as exigências da situação histórica são mais complicadas. É preciso acrescentar outros componentes ao desmascaramento. Numa fase de transição, não importa apenas apontar e combater, no plano dos ajustamentos sociais dos indivíduos, as manifestações e os efeitos concretos do “preconceito de cor”. Impõe-se estabelecer como isso tende a repercutir no próprio padrão de dominação racial, que gradua a distância social existente entre as “raças” e determina a soma de poder que umas possam possuir sobre as outras. Sem este tipo de conhecimento, o “negro” não tem como perceber e se dar conta de combinações possíveis entre formas espoliativas de dominação racial e o funcionamento do regime de classes. (FERNANDES, 2008a: 500)

Componente das bases estruturais e dinâmicas do “preconceito de cor”, os níveis diferenciais de aproveitamento, retribuição e promoção da população negra no sistema de “trabalho livre” são assinalados como de importância crucial: a manutenção de uma “reserva de candidatos” para os trabalhos indesejáveis e de patamares de remuneração deteriorados alude precisamente aos interesses materiais da “raça dominante” – constituindo-se, além disso, como o único aspecto do desmascaramento racial que não se refere a argumentos morais. Entendimento difundido pelos movimentos reivindicatórios analisados por Fernandes, a possibilidade de correção, em escala ampliada, das dificuldades econômicas, que degradam o nível de renda e o padrão de vida da população negra, é dificultada pelo “preconceito de cor” (FERNANDES, 2008a: 518-20).

A desagregação da ordem social escravocrata e senhorial intensificou a crise do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial, por sua vez, acentuada ao longo dos desenvolvimentos históricos, na cidade de São Paulo, a partir da segunda década do século XX. Em virtude, portanto, de um processo lento mas contínuo, as características

remanescentes do “antigo regime” ingressaram em fase final de desintegração, provocando a alteração da concentração da riqueza, do prestígio social e do poder: no quarto de século subsequente, *quase se completa o primeiro ciclo da revolução econômica, social e política que fez de São Paulo a comunidade burguesa mais representativa do capitalismo e da civilização industrial no Brasil* (FERNANDES, 2008a: 537-8). Entretanto, como já destacado, esse processo exerceu repercussão limitada no âmbito das relações raciais.

Somente a partir do quarto decênio do século XX, os efeitos integradores do crescimento econômico e do “progresso” sociocultural correspondente principiaram provocar uma ressonância direta e mais abrangente na situação socioeconômica vivenciada pela população negra. De modo “vacilante e mitigado”, proporções maiores desse contingente tardiamente passaram a ser incorporadas ao proletariado urbano e a determinados níveis das classes médias:

A revolução burguesa, iniciada sob a égide dos grandes fazendeiros e dos imigrantes, desencadeia-se e chega ao término do seu primeiro ciclo histórico-sociológico, portanto, como um fenômeno típico do mundo dos brancos. Quase durante meio século, o “negro” contou apenas simbolicamente nesse processo, do qual ficou à margem em termos das posições estratégicas da estrutura de poder da sociedade global. (FERNANDES, 2008a: 538. Grifos do autor.)

Fernandes aponta a relevância de ressaltar, nessa análise, que o regime de classes como um sistema social aberto, competitivo e democrático funcionou apenas para a população branca – sendo que, no primeiro quarto do século XX, esses fatores abarcaram apenas segmentos desse contingente que desfrutavam de grande vitalidade econômica, incisiva autoridade política ou prestígio social. Diante de tal conjuntura, a despeito das contradições entre o padrão tradicionalista de dominação racial e os fundamentos materiais ou morais que constituem a ordem social competitiva, a desigualdade racial manteve-se *quase intata e segundo moldes típicos do antigo regime* (FERNANDES, 2008a: 538). Com alguns reflexos de modificação do sistema de relações raciais herdados tendo se delineado no segundo ciclo daquela revolução histórico-social (a partir do final dos anos da década de 1930), a distância socioeconômica e cultural não foi transposta.

O “preconceito de cor”, dessa maneira, perpetuou-se, infiltrando-se na teia das relações de classe, atingindo elementos socioeconômicos, psicossociais e socioculturais para se “atualizar” por meio delas. Dois são os efeitos históricos, elencados pelo autor, dessa persistência: primeiro, a preservação do isolamento econômico e sociocultural atípico no regime de classes sociais e, segundo, a associação, às diferenças econômicas, sociais e

culturais inerentes ao regime de classes, de barreiras estruturais e dinâmicas às tendências de mobilidade social vertical pela população negra.

Atendo-nos à perspectiva sociológica aberta por essas conclusões, precisamos convir que o paralelismo entre *condição racial* e *posição socioeconômica* continua a possuir grande vitalidade, embora ele tenha se atenuado e existam probabilidades de que ele venha a desaparecer no futuro. Ele não desapareceu nem na fase de formação, nem na fase de consolidação e de expansão acelerada do regime de classes. (FERNANDES, 2008a: 540. *Grifos do autor.*)

A questão racial no país, que Fernandes denomina “o dilema racial brasileiro”, caracteriza-se pela sobreposição das relações raciais às relações de classe. Manifestando-se por indivíduos que acreditam “não ter preconceito de cor” ou nos contrastes entre a estereotipação negativa e as normas ideais da cultura, consiste num fenômeno social estrutural de natureza dinâmica, cuja possibilidade de correção requer a promoção, de modo imprescindível, de serviços sociais que estabeleçam *processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial* (FERNANDES, 2008a: 572).

Para finalizar a leitura interpretativa proposta, é oportuno operacionalizar o referencial da análise desenvolvida por Fernandes para abordar uma temática à qual esta tese retomará. As acusações de “roubo” direcionadas às trabalhadoras domésticas no contexto atual convergem com as funções manifestas do “preconceito de cor”, segundo relaciona o autor: preservar a distância social, bem como a desigualdade racial, ao exercer a aplicação de técnicas de controle social direto ou indireto (FERNANDES, 2008a: 546) que visam manter o comportamento dessas trabalhadoras dentro de parâmetros tolerados e prefixados convencionalmente.

Tendo o “preconceito de cor” e as relações raciais desiguais estabelecidas no período da escravidão moldado-se à sociedade de classes e ao regime de assalariamento que se desenvolveu no Brasil – preservando de modo prevalente, conforme discutido, o paralelismo entre condição racial (distinção no caso brasileiro proveniente da hierarquização da cor) e posição socioeconômica –, a dimensão racial associada à dimensão de classe, embora constituam relevantes ferramentas de análise, não encerram a discussão sobre o trabalho doméstico remunerado. Prosseguindo com a análise das relações entre empregadores e trabalhadoras domésticas, a dimensão de gênero consiste na outra chave interpretativa a ser elucidada.

Apêndice ao capítulo:

Breves Considerações sobre o Pensamento de Freyre em Casa-Grande & Senzala

Nesta tese, há plena concordância com a afirmação de Jessé Souza quanto à complexidade, contradição e dificuldade de compreensão da obra de Gilberto Freyre – características, aliás, que ele classifica como mais acentuadas nesse autor dentre os grandes pensadores brasileiros. Desafiante aos comentadores, a vitalidade dessa obra é demonstrada pelo crescente interesse que tem despertado. Referindo-se a Freyre, Jessé afirma: *Ele é talvez o mais “moderno” entre os clássicos do pensamento social brasileiro e suas questões “ganham” ao invés de perderem em atualidade* (SOUZA, 2000: 69).

Para Souza a obra de juventude de Freyre, escrita na década de 1930, como *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos* – esta a obra prima de Freyre, em sua opinião – apresentam um *tom aberto, propositivo, hipotético, o que levou a alguns comentadores a interpretá-lo pelo paradigma da ambiguidade e da contradição constitutivas* (SOUZA, 2000: 70). As obras de maturidade, por outro lado, nas quais o autor estava envolvido com a tentativa de responder a seus críticos, adquiriram *um espírito de sistema fechado, uma compilação de certezas e de sugestões de intervenção e prática política* (SOUZA, 2000: 70).

Gilberto Freyre, seja por oportunismo político, seja por vaidade pessoal, cede ao apelo. Aqui, talvez, tenham-se encontrado expectativas objetivas e inclinações pessoais. O certo é que a obra madura de Freyre é uma espécie de caricatura de sua obra de juventude. O que nesta abre-se à indagação do leitor, um constante descortinar de aspectos e variantes que se oferecem à curiosidade e ao escrutínio deste, naquela tende sempre ao enrijecimento, um fechamento de horizontes e perspectivas. (SOUZA, 2000: 70)

Essa separação entre trabalhos da “juventude” e da “maturidade” não propõe que haja um corte epistemológico no autor, que Souza classifica como um *pensador holista, que pensa a sociedade a partir de partes que se completam* (SOUZA, 2000: 71). De acordo com Souza, na concepção de sociedade freyriana, a hierarquia é o aspecto central, sendo que cada indivíduo, grupo ou classe social possui o “seu lugar”. A igualdade política e econômica nunca consistiu no princípio mais importante do pensamento de Freyre; ao contrário, sua abordagem sublinhava o “equilíbrio de antagonismos”: *sua atenção esteve sempre voltada a perceber formas de integração harmônica de contrários, interdependência e comunicação recíproca entre diferentes, sejam essas diferenças entre culturas, grupos, gêneros ou classes* (SOUZA, 2000: 71).

Criticando os comentadores de Freyre, Souza (2000) ressalta, contudo, que no esforço de compreensão e interpretação da obra, há muita diferença entre abordar potencialidades inscritas numa sociedade dos séculos XVI e XVII, como o Brasil de *Casa-Grande & Senzala*, ou analisar supostas características de uma nação situada na segunda metade do século XX:

Esse dado temporal fundamental nem sempre é levado em consideração por comentadores que teimam em perceber o quadro histórico desenvolvido por Freyre para o Brasil colônia pelas lentes de categorias e noções surgidas séculos mais tarde. A refração operada por esse tipo de interpretação é a melhor maneira de deixar-se de perceber algumas intuições de um pensador de talento e saber empírico excepcional. (SOUZA, 2000: 71)

O encontro cultural nos trópicos é a questão central em *Casa-Grande & Senzala*, segundo Souza (2000). Apontando o comentador da obra freyriana escrita na década de 1930, Ricardo Benzaquen de Araújo⁵⁶ – uma referência obrigatória para os estudiosos do autor –, Souza (2000) reafirma a originalidade e o cuidado da abordagem de Araújo (1994), facilitadora do debate acerca das contribuições de Freyre para uma moderna sociologia brasileira. A partir de uma “respeitosa polêmica” com a proposta de Luiz Costa Lima, elaborada em *A Aguarrás do Tempo*, de 1989, é que Araújo (1994) constrói o seu argumento.

Conforme a tese defendida por Lima (1989), Freyre não teria, embora tenha afirmado o contrário no prefácio de *Casa-Grande & Senzala*, desvinculado raça e cultura, conferindo proeminência à segunda dimensão – essa operação teria diferenciado Freyre das teorias racistas anteriormente em voga, como a de Oliveira Viana. Além disso, quanto ao tema fundamental da miscigenação, Lima (1989) questiona qual seria a confraternização cuja “igualdade” estaria limitada ao encontro tendo por objetivo o coito. Cerne da tese da proximidade e comunicação entre as distintas tradições culturais que formavam o Brasil colonial em Freyre, para Lima (1989), contudo, representaria *o recalque do conflito e a criação de uma “imagem idílica”* (SOUZA, 2000: 72-3) da herança legada pelo colonizador.

A respeito desses dois aspectos críticos (com os quais há convergência na perspectiva desta tese), Araújo (1994) demonstra a princípio concordar com as críticas de Lima (1989). A imprecisão conceitual é, de fato, segundo Souza (2000), uma característica constitutiva da elaboração de Freyre. Araújo (1994), entretanto, desenvolve uma hipótese explicativa para a presença “espúria” do componente “raça” em Freyre:

⁵⁶ Conferir em ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

Gilberto, assim, opera com o conceito de raça, mas transmite a curiosa sensação de que não quer se comprometer com o seu sentido mais usual, deixando-nos diante de um dilema ou, pelo menos, obrigando a questão a permanecer em aberto. Acredito, porém, que este pequeno enigma possa começar a ser elucidado se introduzirmos na discussão uma terceira categoria, o meio físico, cuja importância na costura das teses apresentadas em CGS [Casa-Grande & Senzala] não pode de maneira alguma ser desprezada. (...) esta noção deve ser compreendida como uma espécie de intermediária entre os conceitos de raça e de cultura, relativizando-os, modificando o seu sentido mais frequente e tornando-os relativamente compatíveis entre si. Isto só é possível porque Gilberto trabalha com uma definição fundamentalmente neolamarckiana de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua – variada, discreta e localizada – interação com o meio físico (...). (ARAÚJO, 1994: 38-9. *Grifos do autor.*)

A noção freyriana de raça exigiria a mediação do meio físico, que atuaria como um *elemento adaptador capaz de incorporar, transmitir e herdar características culturais*. (...) *Raça seria uma transformação cultural modificada e adaptada ao meio* (SOUZA, 2000: 73). Araújo (1994) enfatiza, dessa maneira, o aspecto dominante do elemento cultural, embora admita a imprecisão apontada por Lima (1989). Essa concepção de Freyre, uma vez que assume certo “compromisso biológico”, implicado no raciocínio, no entanto, não representa sintonia com a perspectiva dos teóricos racistas. Nas palavras de Souza (2000), a presença da dicotomia “raça” e “cultura” em Freyre: *não implicaria (...) qualquer adesão às formas de hierarquia racial típicas do “racismo científico” antes dominante nos nossos meios intelectuais* (SOUZA, 2000: 73). O que haveria seria, *quando muito, (...) um “resto”, um último elo entre teoria social e biológica* (SOUZA, 2000: 73).

Em se tratando do argumento da “imagem idílica” em Freyre, Araújo (1994) aceita parcialmente e relativiza a crítica de Lima (1989), classificando-a como meia-verdade. Araújo (1994) ressalta a necessidade de, no projeto de construção argumentativa, qualificar a especificidade da escravidão brasileira. Souza (2000), nesse sentido, completa afirmando que a escravidão no Brasil foi violenta assim como qualquer escravidão, porém, diferentemente do que teria ocorrido, por exemplo, na escravidão da Grécia Antiga, a escravidão colonial no Brasil admitiu proximidade e influência recíproca entre as culturas dominantes e dominadas.

Assim teríamos paralelamente à imensa violência e perversão inerente a toda sociedade escravocrata um componente de “proximidade”, explicando o caráter sincrético de nossa cultura por oposição à “pureza” da cultura grega antiga que pouco foi tocada pelas culturas dominadas. (SOUZA, 2000: 73)

Para Araújo (1994), o fator de “proximidade” entre senhor e escravo seria proveniente da influência cristã, contraposto polarmente ao fator “despótico oriental” herdado

dos mouros – os dois aspectos da “bicontinentalidade” portuguesa. Do ponto de vista de Souza (2000), no entanto, há, em Araújo (1994), uma inversão analítica quanto aos elementos cristão e mouro em sua influência na colonização portuguesa.

Comentando sobre a proeminência da família patriarcal na estrutura social brasileira no projeto colonizador português, Souza (2000) observa que a família patriarcal reunia não apenas o elemento dominante – o senhor e a sua família nuclear – mas incluía os elementos “intermediários” constituídos pelos “bastardos” e “dependentes”, além dos escravos domésticos e da lavoura. O chefe de família e senhor de terras e escravos era a autoridade absoluta em seus domínios, obrigando mesmo *El Rei* a compromissos, dispondo de altar dentro de sua casa, com a subordinação do capelão, e exército particular nos seus territórios. Dada a dependência econômica e política em relação ao senhor de terras e escravos, o patriarcalismo familiar desenvolveu-se sem limitações ou resistências proporcionais, materiais ou simbólicas, no Brasil colonial. No empenho em descrever aquele ambiente saturado de “paixões violentas”, a abordagem de Freyre incorre em ambiguidade e imprecisão: para Souza, tratava-se, na análise da formação social brasileira, da *forma peculiar em que uma sociedade singular vinculava umbilicalmente despotismo e proximidade, enorme distância social e íntima comunicação* (SOUZA, 2000: 75).

A plasticidade do português, característica destacada por Freyre como a mais importante da vida colonial brasileira, sua capacidade de contemporizar, foi decisiva no sentido de:

(...) propiciar a extraordinária influência da cultura negra nos costumes, língua, religião e, especialmente, numa forma de sociabilidade entre desiguais que mistura “cordialidade”, sedução, afeto, inveja, ódio reprimido e praticamente todas as nuances da emoção humana. (SOUZA, 2000: 76).

A especificidade da escravidão brasileira pode ser analisada, para Souza (2000), a partir da comparação privilegiada que Freyre estabelece no contraponto ao regime escravocrata adotado no sul dos Estados Unidos. Ambas as sociedades apoiavam-se num sistema econômico de produção escravocrata e monocultor, organizada segundo um modelo de família patriarcal. Aspectos de influência histórica, a rigor, contribuíram para que diferenças políticas e culturais tenham se originado⁵⁷.

⁵⁷ Em uma conferência realizada na Universidade de *Stanford*, na Califórnia, em 1931, Freyre abordava a singularidade da escravidão brasileira em relação a outros regimes americanos dominados, desde o século XVII, por outros povos europeus: *Por que essa diferença? A meu ver pode ter sido [o brasileiro] um regime de escravidão (...) antes árabe que europeu em seu modo de ser escravocrata. E ninguém ignora que há imensa distância entre as duas concepções – a europeia, pós-industrial, e a oriental, pré-industrial – de considerar-se o*

A despeito de *possíveis e prováveis exageros* (SOUZA, 2000: 77) presentes em tal contraposição, conforme destaca Souza, este argumento consiste no cerne da análise de Freyre acerca da particularidade da escravidão e a subsequente singularidade da formação colonial brasileira, o que auxiliaria a esclarecer, em certa medida, as imprecisões e ambiguidades do pensamento freyriano. Assim, ao contrário do que propunha Araújo (1994), que assumiu como um dado o “despotismo oriental”, a herança moura seria em Freyre, segundo analisa Souza (2000), a chave explicativa do elemento inverso, isto é, da “confraternização” ambígua, do componente “familiar” que distinguiria a escravidão brasileira nas Américas.

Essa característica da escravidão maometana possibilitaria um caráter “menos cruel” ou “mais benigno” da escravidão brasileira em face, sobretudo, da adotada no sul dos EUA – onde houve rápida reconciliação dos brancos após a guerra civil estadunidense, entre nortistas e sulistas, orientados pelo princípio da ancestralidade comum, de uma mesma comunidade de origem dos brancos. Portanto, não decorreu do fato de que os portugueses seriam um povo mais cristão, eticamente superiores na moral e no comportamento quando comparados a ingleses, holandeses, franceses ou espanhóis. Na verdade, a suposta forma “menos cruel” de escravidão desenvolvida pelos portugueses no Brasil seria resultante do contato que tiveram com os escravocratas maometanos e a maneira familiar com a qual tratavam seus escravos. De acordo com a tradição islâmica, se o filho da ligação de um mulçumano com uma mulher escrava adotasse a fé, os rituais e os costumes do pai, então se tornaria socialmente igual ao pai ou aos filhos legítimos deste. Esse traço cultural de inspiração poligâmica árabe ou moura teria favorecido o desenvolvimento da família patriarcal “ampliada”. Assim, no Brasil colonial, filhos naturais ou ilegítimos poderiam ser incluídos em testamentos do pai cristão, dividindo a herança com os filhos legítimos, se tal fosse a vontade e as inclinações emocionais do patriarca (SOUZA, 2000: 84).

A herança cultural moura na forma da escravidão é o elemento decisivo, portanto, conforme Souza (2000) ressalta da obra de Freyre, da singularidade da sociedade escravocrata colonial no Brasil. Além deste, o propósito de povoamento de vastas terras por um país pequeno e relativamente pouco populoso consiste num outro elemento relevante, tendo a poligamia, também de inspiração maometana, cumprido a função de ampliar a população. Para tanto, no esquema interpretativo freyriano, foi fundamental, de acordo com Souza (2000), o fato de que *o filho da escrava africana com o senhor europeu “poderia”, ou*

escravo. Numa o escravo é simples máquina de trabalho. Na outra, é pessoa quase da família... (Veja, 15/09/1999, p. 71 in SOUZA, 2000: 77).

seja, existia a possibilidade real, quer ela fosse atualizada ou não, ser aceito como “europeizado”, no caso da aceitação da fé, dos rituais e dos costumes do pai (SOUZA, 2000: 80. **Grifos do autor.**)

Quanto ao argumento do sadomasoquismo na sociabilidade brasileira da época, Souza (2000) afirma estar convencido de que uma análise mais detida deste conceito pode facilitar a compreensão e, de certo modo, esclarecer algo de caráter ambíguo ou impreciso presente na abordagem do patriarcalismo em Freyre, que associa simultaneamente distância e segregação à proximidade e intimidade. Considerando que na sociedade colonial brasileira o isolamento social era expressivo, em virtude do caráter autárquico do domínio senhorial decorrente da ausência de instituições hierarquicamente acima do senhor territorial imediato, não havia limitações ou freios sociais e individuais à autoridade pessoal do senhor de terras e escravos, aos seus desejos primários de sexo, agressividade, concupiscência ou avidez. Assim, as emoções eram vivenciadas em seus extremos, diretamente expressas.

É precisamente como uma sociedade constitutiva e estruturalmente sadomasoquista, no sentido de uma patologia social específica, onde a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objetivo máximo das relações interpessoais, que Gilberto Freyre interpreta a semente essencial da formação brasileira. (SOUZA, 2000: 82)

Esse tipo de sociabilidade era uma manifestação, para Freyre, não de quaisquer atributos que pudessem ser atribuídos à “raça”, mas provenientes do sistema econômico e da divisão social que estabeleceu, entre senhores e escravos. A “semente” dessa sociabilidade nacional – o “pecado original” da formação social brasileira, segundo Souza (2000: 83) – teria de algum modo permanecido mesmo após da abolição da escravatura. E o hibridismo cultural e racial da sociedade não significou, salienta Souza (2000), igualdade entre as culturas e raças, sendo sádica a relação do homem português com escravas e escravos índios ou negros, assim como também com seus filhos e mulheres brancas: *Houve domínio e subordinação sistemática, melhor, ou pior no caso, houve perversão do domínio no conceito limite do sadismo* (SOUZA, 2000: 84). Sintetizando a dualidade entre proximidade e violência no Brasil colonial:

O componente sadomasoquista era constitutivo na medida em que inclinações pessoais do patriarca (ou de seus representantes), com um mínimo de limitações externas materiais ou simbólicas, decidiam em última instância sobre a amplitude do núcleo familiar e como e a quem e em que proporção seria distribuído seu favor e proteção. O componente de “proximidade” social entre desiguais que Freyre enfatiza ao lado do componente violento e segregador é, nesse sentido, instável, imprevisível e particularista. (SOUZA, 2000: 86)

As consequências dessas “tirantias privadas” (SOUZA, 2000: 85), transmitidas dos domínios da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, implicaram mandonismo e autoritarismo do lado das elites, acompanhados de populismo e messianismo entre as massas populares: *Dialética essa que iria, mais tarde, assumir formas múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizadas e as massas ameríndia e africana, assim por diante* (SOUZA, 2000: 85).

Ampliada a família por meios polígamos, o patriarca municiava-se de pessoal a ser “empregado” em funções de confiança, como no controle do trabalho e na caça a escravos fugidos, além dos serviços de defesa em disputas por terras, entre outras. No Brasil, diferentemente do que ocorria nos EUA, esse tipo de serviço de controle e guarda era predominantemente exercido por mestiços, numa oportunidade de ascensão social, uma vez identificados com princípios e interesses do opressor (SOUZA, 2000: 85-6). Havia, dessa maneira, a possibilidade de “negociação” individual da superação da condição de negro ou mestiço no Brasil, desde que culturalmente “embranquecido” – ou seja, a aceitação e a proximidade faziam-se, contudo, se houvesse sujeição à posição de subalterno.

2. Gênero como Categoria Analítica

2.1. A dicotomia sexo e gênero⁵⁸

A categoria “gênero” passou a ser utilizada, numa retomada pelas feministas estadunidenses a partir da segunda metade do século XX, conforme afirma Joan Scott em seu clássico artigo escrito em 1986⁵⁹, com a finalidade de sublinhar o caráter social das distinções fundamentadas no sexo – gramaticalmente, o termo “gênero” compreende *um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes* (SCOTT, 1995: 72). Posicionada, dessa maneira, em rejeição ao determinismo biológico subjacente aos termos tais como “sexo” ou “diferença sexual”, a categoria propunha uma abordagem relacional a ser adotada nos estudos e práticas feministas, a partir da qual as mulheres e os homens sejam definidos de modo recíproco, enfatizando a inexistência de duas esferas rigidamente separadas. Combatendo os argumentos biológicos, foram refutadas as interpretações que procuram explicar as diversas formas de subordinação feminina a partir de justificativas que apontam a capacidade das mulheres de dar à luz e a força muscular superior dos homens. Em oposição, o termo “gênero” apresenta-se como *uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres* (SCOTT, 1995: 75).

Desde esse momento havia a expectativa de que as pesquisas desenvolvidas sobre as mulheres, centradas na proposta orientada pelo uso da categoria “gênero”, pudessem transformar os paradigmas das disciplinas acadêmicas. Assim, esses estudos contribuiriam para a redefinição e a ampliação das visões tradicionais que estabelecem o que é relevante do ponto de vista histórico, passando a abranger também as experiências pessoais e subjetivas, bem como as atividades públicas e políticas, impondo uma reavaliação crítica das premissas e dos critérios do trabalho científico. Promovendo o interesse pelo entrelaçamento das categorias “gênero”, “classe” e “raça” estava assinalado o compromisso, pelas pesquisadoras feministas, com uma nova história que *incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos* (SCOTT, 1995: 73).

⁵⁸ Para a elaboração desta seção, agradeço à professora Regina Facchini pelos ensinamentos pacientes e generosos.

⁵⁹ Do original: SCOTT, J. W. “Gender: a Useful Category of Historical Analysis”. *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5, (Dec., 1986), 1.053-1.075.

Em se tratando das diversas abordagens empregadas na análise da temática de gênero por historiadoras e historiadores feministas, Scott pontua três posições teóricas como sínteses: a primeira, empenhada em explicar as origens do patriarcado, numa concepção genuinamente feminista; a segunda, caracterizada pelas críticas feministas situadas no interior de uma tradição marxista e a terceira, inspirada em diferentes escolas da psicanálise no intuito de explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

A primeira vertente apontada por Scott, as teorias do patriarcado⁶⁰, tem foco orientado para a análise da subordinação das mulheres e a constatação da “necessidade” masculina de dominá-las (SCOTT, 1995). A reprodução da espécie – que também consiste numa *amarga armadilha* para as mulheres (SCOTT, 1995: 77) – e a sexualidade – propondo que a *objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres* (SCOTT, 1995: 77) – são dimensões centrais segundo essa perspectiva⁶¹. A rigor, é relevante salientar que as teóricas do patriarcado afirmam a primazia de tal sistema na dinâmica social coletiva, sem equacionar o entrecruzamento da desigualdade de gênero com outras matrizes de desigualdades, como classe e raça. Além disso, a investigação permanece alicerçada na diferença física, seja na forma de dominação decorrente da apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem, seja na objetificação sexual das mulheres pelos homens. Da centralidade da diferença física decorre que qualquer diferença física assuma problematicamente, como observa Scott, um caráter universal e imutável, pois:

ela pressupõe um significado permanente ou inerente para o corpo humano – fora de uma construção social ou cultural – e, em consequência, a a-historicidade do próprio gênero. Num certo sentido, a história torna-se um epifenômeno, fornecendo variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero vista como fixa. (SCOTT, 1995: 78)

Scott indica uma definição para gênero composta por duas proposições: a primeira estabelece que *o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos* e, a segunda, *o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder* (SCOTT, 1995: 86). Dentre os aspectos elencados pela autora para abordar as dinâmicas das relações sociais fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos, destaca-se o apontamento dos conceitos normativos que interpretam o acervo simbólico culturalmente disponível restringindo suas possibilidades

⁶⁰ Escolhida para estabelecer um diálogo com “*A Dominação Masculina*”, de Bourdieu.

⁶¹ Como expoentes dessa abordagem, Sulamith Firestone e Catherine MacKinnon: FIRESTONE, S. *The Dialectic of Sex*, New York, 1970; MACKINNON, C. “*Feminist, Marxism, Method and the State: an Agenda for Theory*”. *Signs*, 7 (Spring, 1982).

metafóricas. Expressa nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, essa normatividade assume um formato a partir da composição dominante de uma oposição binária fixa, *que afirma de maneira categórica o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino* (SCOTT, 1995: 86).

A despeito do empenho dessas doutrinas no sentido de estabelecer a hegemonia dos conceitos normativos, que rejeitam e reprimem as possibilidades alternativas, trata-se de espaços em permanente conflito e contestação⁶². Ao discutir a construção da identidade generificada por meio da linguagem (e da relação com o falo), proposta pela teoria lacaniana, Scott afirma que a identificação com o gênero, no entanto, embora pareça coerente e fixa é, na verdade, instável e, além disso, as interpretações acerca do feminino e do masculino tampouco são fixas, variando conforme as dinâmicas do contexto. As categorias “mulher” e “homem” são, portanto, problematizadas, sugerindo que o feminino e o masculino não são características inatas, mas construções subjetivas e fictícias, estando o sujeito envolvido num processo permanente de construção de si. Para a autora, o desafio que a nova pesquisa histórica deve enfrentar consiste na superação da noção de fixidez e da *aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero* (SCOTT, 1995: 87). A análise histórica requer o reconhecimento de que as categorias “mulher” e “homem” são simultaneamente “vazias e transbordantes”: *Vazias, porque não têm significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas* (SCOTT, 1995: 93).

Ao conceber o gênero como um campo a partir do qual as relações de poder são construídas e significadas no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas, a autora defende que a política se apresenta como um dos espaços nos quais a categoria pode ser mobilizada para a compreensão e a análise histórica. Essa proposta contrapõe-se à abordagem recorrente que atribui ao gênero um caráter antitético ao que se considera digno de seriedade na “verdadeira política”, tendo a história política posicionado-se como *o bastião de resistência* (SCOTT, 1995: 89) às temáticas de gênero⁶³ e à visibilidade das mulheres como

⁶² Penso, para citar um acontecimento recente, na apropriação da iconografia cristã católica por uma artista transexual que performatizou o episódio da crucificação de Cristo na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, em 2015.

⁶³ A economia é outro campo do conhecimento refratário à perspectiva de gênero, embora as economistas, pesquisadoras e intelectuais feministas tenham empreendido esforços para incorporar a temática aos estudos sobre o mercado de trabalho. As análises questionam conceitos e estatísticas que ocultam o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito das famílias, ao contabilizar as trabalhadoras que desempenham o trabalho doméstico não remunerado como contingente fora da força de trabalho. No Brasil, estimativas apontam que se o trabalho doméstico não remunerado fosse contabilizado no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), indicador que mede a atividade econômica do país, haveria uma elevação de 11% no montante (TEIXEIRA, 2017: 205). Organizada

sujeitos históricos. A contestação desse arcabouço está em curso, a partir de interrogações como: *Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana?* (SCOTT, 1995: 93).

Assuntos tais como a guerra, a diplomacia e a alta política ressaltam a relevância do gênero como categoria analítica. Quanto à alta política, trata-se de um conceito *generificado, pois estabelece sua importância crucial e seu poder público, suas razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior precisamente às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento* (SCOTT, 1995: 92). Tendo em vista a reciprocidade entre os significados coletivos de gênero e de poder, a mudança de paradigmas pode possuir várias origens: revoltas políticas de massa que subvertam ordens sociais e engendrem novas configurações, crises demográficas, transformações na estrutura do emprego ou a emergência de novas tipologias de símbolos culturais. O que impedirá retrocessos e a restauração das antigas ordens serão os processos políticos postos em marcha na disputa.

Heleieth Saffioti (1995), cuja abordagem desenvolve-se a partir da aplicação de uma teoria materialista da subjetividade, avança na discussão da perspectiva do patriarcado. Apontando que a construção do sujeito apresenta um caráter relacional, por meio das relações sociais historicamente situadas, afirma que a diferenciação que desponta no interior da relação social deve-se à posição ocupada pelos sujeitos no contexto social. Não há, logo, segundo Saffioti, uma diferença estabelecida em essência e o conceito de diferença não é absoluto: as diferenças são produzidas, em sociedade e pelos indivíduos, a partir da operacionalização de sistemas de representação e a construção, na instância do particular, envolve o processo da autorrepresentação.

Saffioti reforça uma concepção que destaca a relevância teórica e política do conceito de “patriarcado”, pelo qual é possível a referência específica ao regime de exploração/dominação das mulheres, e cujo banimento representaria, mais do que uma simples perda, uma armadilha: *Colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-*

como campo teórico no início da década de 1990, a economia feminista contrapõe-se à “economia dominante” e à indiferença desta às relações sociais de poder entre classes, raças e gêneros. De acordo com Teixeira, a insatisfação deve-se ao *reconhecimento de sua estreiteza ao focar em métodos matemáticos e econométricos fenômenos repletos de conexões e relações de dominação e, com isso, enfraquecendo sua capacidade de explicar os fenômenos do mundo real* (TEIXEIRA, 2017: 16). Ao contestar o modelo neoclássico e a premissa da racionalidade econômica – comportamento autointeressado maximizador de utilidades pelos indivíduos autônomos, em suas escolhas egoístas –, a economia feminista propõe um enfoque que integre, como um sistema único, o trabalho de reprodução à análise da dinâmica da economia, atribuindo centralidade à “sustentabilidade da vida humana” (TEIXEIRA, 2017).

exploração (SAFFIOTI, 2004: 56). Estrutura hierárquica, com supremacia masculina, o patriarcado é um sistema estabelecido historicamente em período precedente ao capitalismo, sendo, no entanto, *jovem e pujante* e tendo sucedido, de acordo com Saffioti (2004), às sociedades igualitárias.

Ponderando gênero e patriarcado, Saffioti defende que não se trata de conceitos incompatíveis, embora irredutíveis entre si, e, sendo o gênero *muito mais vasto que o patriarcado*, recusa o uso exclusivo do conceito de gênero (SAFFIOTI, 2004: 118 e 132). Além disso, o patriarcado refere-se a relações que se estabelecem entre seres socialmente desiguais, ao passo que o gênero também compreende relações igualitárias. Desse modo, *o patriarcado é um caso específico de relações de gênero*, estando em curso, no período presente, a *fase histórica da ordem patriarcal de gênero* (SAFFIOTI, 2004: 119 e 137), e que serve a interesses das classes dominantes. Refuta, assim, uma abordagem dual: *Não há, de uma lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista* (SAFFIOTI, 2004: 130). Referindo-se à predominância das mulheres, nas cadeias globais de valor, em *estágios mais degradados* (SAFFIOTI, 2004: 129) da terceirização, conclui:

Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas. (SAFFIOTI, 2004: 129)

O patriarcado é, portanto, um fenômeno cujas faces operam em simultaneidade com os aspectos relacionados às classes sociais e ao racismo. A rigor, quando do surgimento do capitalismo, a emergência das classes promoveu transformações no gênero. A compreensão dessa interconexão não se restringe à adição entre racismo, gênero e classe social, mas ao enovelamento complexo da fusão historicamente constituída entre patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 2004: 125). Funcionando como uma *engrenagem quase automática* (SAFFIOTI, 2004: 101), o patriarcado é possível de ser acionado também por mulheres. É relevante salientar esta afirmação para a questão nesta tese analisada, resultante da relação antagônica entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores, em que a clivagem de gênero se interpõe na interação que se estabelece, preponderantemente, entre duas mulheres, à qual se associam a interlocução de posições de classe antagônicas, assim como os conflitos raciais.

Operando com as dimensões “sexo” e “gênero”, afirma que:

o sexo é socialmente utilizado como referência para a construção da identidade de gênero, o que não significa que a matriz dominante de inteligibilidade do gênero não possa ser subvertida por matrizes não hegemônicas, mas competidoras. (SAFFIOTI, 1995: 159-60)

Enfatiza, além disso, que a constituição do gênero – que se caracteriza pela *construção social do masculino e do feminino* (SAFFIOTI, 2004: 45) – se estabelece por relações de “coerência” e “continuidade” entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, combinação que, no entanto, envolve subversão em decorrência das diversas modalidades de composição e da ruptura, pelos sujeitos, com a matriz hegemônica. Além disso, Saffioti assume que sexo e gênero constituem uma unidade, *uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida* (SAFFIOTI, 2004: 109).

Ao afirmar que o gênero participa do processo de construção do sujeito do mesmo modo que a raça/etnia e a classe social, Saffioti (1995) afasta a noção de unicidade e destaca que o sujeito é múltiplo e contraditório. A múltipla constituição do sujeito é potencializada pelas distintas combinações entre tais dimensões e *a multiplicidade do sujeito representa o reconhecimento, a aceitação e a defesa da diferença* (SAFFIOTI, 1995: 161). A rigor, a temática da diferença tem sido recorrente no pensamento feminista, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1960. O feminismo que emergia naquele momento, salienta Saffioti, adotava a categoria abstrata e genérica “Mulher com M maiúsculo”, diluindo assim, no seu interior, as diferenças constitutivas das mulheres enquanto sujeitos sociais: *no fervor da luta pela afirmação da sororidade, negavam-se aquelas diferenças, como se a mulher não estivesse sempre contextualizada no tempo e no espaço* (SAFFIOTI, 1995: 161).

Saffioti aponta os limites de uma concepção restrita à perspectiva do patriarcado e que disputa, analiticamente, com análises das múltiplas experiências femininas. A luta política pela igualdade pode obscurecer as diferenças e impor a homogeneização do sujeito social e a amputação de seus processos dinâmicos. Assim como seus adversários no espectro ideológico – “conservantistas, reacionários e até nazifascistas”, cuja defesa intransigente das diferenças embasava discriminações e crimes contra a humanidade –, a luta pela igualdade também pode comportar um pensamento autoritário. O problema reside, para Saffioti, em estabelecer uma oposição simples entre igualdade e diferença, que constituem ambas a sociabilidade democrática. *Não somente a tolerância em relação à diferença, como também sua vivência prazerosa, só ocorrem num contexto social de igualdade* (SAFFIOTI, 1995: 162).

Nesse sentido, uma leitura marxista fundamentada no determinismo econômico – concepção de acordo com a qual uma base econômica determina todas as demais esferas da vida social –, além de efetuar uma operação reducionista do pensamento de Marx, é um equívoco, ao assumir que *a abolição das classes sociais conduziria à equalização dos sujeitos, não somente porque as classes deixariam de existir, como também pelo fato de que a raça/etnia e o gênero deixariam de contar* (SAFFIOTI, 1995: 161). Para a autora, que enfatiza o nó que entrelaça gênero, raça/etnia e classe, rejeitando uma hierarquização *a priori* dessas dimensões, há tipos de dominação que não são diretamente derivados da propriedade privada: assim, nos países socialistas, onde foi estabelecida a propriedade coletiva – e cuja derrocada nenhum cientista foi capaz de prever, o que demonstra, uma vez mais, a inépcia do “determinismo sem limites” –, *o poder político e a dominação tradicional e burocrática continua[ra]m a ser exercidos* (SAFFIOTI, 2013: 122).

A teoria socialista, na medida em que tenta derivar os fatores que envolvem a condição da mulher exclusivamente da estrutura econômica, perde de vista um certo grau de autonomia apresentado pelas outras estruturas e, com isso, a possibilidade de perceber plenamente, de um lado, a singularidade da condição feminina e, de outro, os possíveis sociais abertos ao planejamento central. (SAFFIOTI, 2013: 122)

A transição entre análises que se detinham nos papéis sexuais para análises das relações de gênero consiste, para Saffioti (2004), num salto epistemológico. Se em seus primeiros momentos o feminismo integrou a ontologia ponderando a Mulher em contraponto ao Homem que representava o ser social, a premissa que reafirma uma relação social representa um avanço. Situar o sujeito num contexto social historicamente particular implica rejeitar interpretações essencialistas, pois também o corpo trata-se daquilo sobre o qual atua a cultura.

O debate entre as perspectivas que privilegiam o conceito de “relações de gênero” ou o conceito de “patriarcado contemporâneo” também foi abordado por Lia Zanotta Machado⁶⁴. Conforme aponta Machado (2000), o conceito de gênero ultrapassou o âmbito acadêmico multidisciplinar e os estudos feministas, passando a circular internacionalmente no campo dos direitos humanos e na formulação de políticas públicas. Embora não sejam termos opostos e possam ser utilizados simultaneamente, “patriarcado”, em geral, remete ao sentido de uma “estrutura fixa” implicada no exercício da dominação masculina. O termo “gênero”, por sua vez, privilegia uma perspectiva contraposta à ideia de fixidez e de universalidade nas

⁶⁴ MACHADO, Lia Zanotta. “Perspectivas em Confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?” Série Antropológica, n. 284. Brasília, pp. 2-19, 2000.

relações entre mulheres e homens. Afirmando que as relações patriarcais estão presentes e que haja a persistência hegemônica da dominação masculina na contemporaneidade, Machado destaca o sentido totalizador implicado em tal perspectiva: *Entendo que as transformações sociais contemporâneas dos lugares das mulheres e dos homens e dos sentidos das diferenças de gênero fogem ao aprisionamento do termo “patriarcado”* (MACHADO, 2000: 3).

Enquanto categoria que preconiza o caráter cultural e arbitrário das diferenças sociais, o conceito de gênero propiciou um novo paradigma metodológico para analisar as formas da construção social histórica – em particular o Ocidente Moderno, onde culturalmente elaborado o binário natureza/cultura – que, ao longo de muito tempo, foram interpretadas como relações naturalizadas derivadas das diferenças de sexo, mas que passou a incorporar a perspectiva da transformação.

O conceito de gênero e a dicotomia em que se assenta: naturalização versus desconstrução e construção, talvez só tenham sido possíveis no momento em que os movimentos sociais feministas já tivessem feito explodir a legitimação da divisão natural dos sexos e que as sociedades modernas já estivessem tão centradas, como estão nas últimas décadas, na crença e legitimidade da vontade do sujeito individual na elaboração de projetos de vida individuais. Os sujeitos passam a se perceber como capazes de escolher e construir o seu gênero e o gênero de seu gênero: orientações sexuais, combinações de novas e velhas formas de ser feminino ou masculino, com características sensíveis ou mais agressivas. (MACHADO, 2000: 10)

A propósito da crítica aos essencialismos, outra autora que se atém ao tema é Avtar Brah, professora em Birkbeck, em Londres, e militante em movimentos de feministas negras. Ugandesa e filha de imigrantes asiáticos de Panyab, na Índia, incorpora a autobiografia em estudos empíricos para demonstrar como os eixos gênero, classe, sexualidade, “raça” e racismo, etnicidade, nacionalismo e geração são categorias interconectadas, simultaneamente subjetivas e estruturais. Pautando-se analiticamente nos fenômenos de diásporas decorrentes da história da escravidão, colonialismo e imperialismo, a autora elenca como sujeitos de estudo os grupos africanos-caribenhos e do sul da Ásia em suas experiências na Grã-Bretanha do pós-guerra, onde vivenciaram um processo de formação como categoria social racializada. Sendo pertencente, ela mesma, a essa comunidade diaspórica, vivenciou um duplo processo de racialização, bem como muitos de sua coletividade, quando, em 1972, o ditador ugandês Idi Amin Dada emitiu em decreto ordenando a expulsão de todos os asiáticos ugandeses, forçando a emigração da família de Brah à Grã Bretanha (NEGRO, 2011).

Brah enfatiza que a interseccionalidade desses eixos, múltiplos campos de poder, produz efeitos, configurando padrões de igualdade ou desigualdade e originando modos de dominação e subordinação – sendo a experiência dos sujeitos um lugar de contestação. Propondo-se a compreender a racialização do gênero, observa que “raça”, a despeito das inúmeras críticas que expuseram o vazio do conceito, persiste como um marcador *inerradicável de diferença social* (BRAH, 2006: 331) na contemporaneidade:

O que torna possível que essa categoria atue dessa maneira? Qual é a natureza das diferenças sociais e culturais, e o que lhes dá força? Como, então, a diferença “racial” se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como “gênero” e “classe”? (BRAH, 2006: 331)

Problematizando a discussão sobre o essencialismo, Brah argumenta contra um conceito essencialista de diferença. Para ela, o essencialismo decorre da adoção problemática de uma noção de *essência última* (BRAH, 2006: 331), compartilhada entre os membros de um grupo, e que transcenderia limites históricos e culturais. No entanto, diante da necessidade concreta de criar novas identidades políticas, grupos socialmente dominados muitas vezes afirmam uma diferença aparentemente essencial na tentativa de mobilizar o seu público, apelando para laços de experiência cultural comum.

Ao relatar a sua participação na Conferência Internacional de Mulheres em Nairobi, em 1985, com a presença de mais de 10 mil mulheres provenientes de mais de 150 países, reunidas *para tratar de problemas de nossa subordinação universal como “segundo sexo”* (BRAH, 2006: 340), Brah enfatiza a heterogeneidade da condição social das mulheres como um aspecto notável. As narrativas e as questões anunciadas pelos diferentes grupos de mulheres ressaltaram que a análise dos problemas que as afetam não pode ser dissociada do contexto de desigualdades nacional e internacional. No empenho em compreender o que denomina a “racialização do gênero”, Brah defende que uma análise que se proponha a estudar, empírica e historicamente, as inter-relações entre racismo, classe, gênero, sexualidade e quaisquer outros marcadores de diferença social deve buscar evitar o reducionismo ao pretender derivar todas essas formas de diferenciação de uma única instância determinante.

Brah aponta que, na teoria e na prática feministas, tem sido assumido que “mulher” não consiste numa categoria unitária: o signo “mulher” apresenta especificidades construídas a partir de configurações histórica e socialmente específicas de relações de gênero. O gênero, portanto, *é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de*

poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos (BRAH, 2006: 341). Assim, no âmbito das estruturas de relações sociais, não existem simplesmente mulheres, mas categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. E mesmo dentro de cada uma dessas categorias particulares não existe homogeneidade:

Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, compreende grupos muito diferentes de pessoas tanto dentro quanto em diferentes formações sociais. A posição de classe assinala certas comunalidades de resultados sociais, mas a classe se articula com outros eixos de diferenciação como o racismo, o heterossexismo ou a casta no delineamento de formas variáveis de oportunidades de vida para categorias específicas de mulheres. (BRAH, 2006: 341-2)

O objetivo primordial do feminismo tem consistido na transformação das relações sociais de poder imbricadas no gênero. Teoria e prática feministas unem-se no compromisso de *erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas* (BRAH, 2006: 342). A autora chama atenção para o fato de que “diferenças dos sexos” no comportamento cognitivo das crianças são pequenas e é muito expressiva a semelhança psicológica entre mulheres e homens. Porém, prosseguem, no seio das instituições do Estado, bem como da sociedade civil, as desigualdades de gênero e a posição subordinada das mulheres, o que exige o enfrentamento. As feministas atuam, portanto, questionando as ideologias que constroem e representam a subordinação das mulheres, justificando-a como resultado de suas capacidades biológicas.

Dentre os diferentes feminismos – e Brah (2006) problematiza o delineamento de fronteiras nítidas, haja vista as afinidades entre as abordagens –, também no caso do feminismo socialista é estabelecido como premissa central que a natureza humana não é essencial mas socialmente produzida. O significado de ser mulher, do ponto de vista biológico, social, cultural e psíquico, é considerado uma variável histórica. Além disso, apresenta uma crítica contundente às perspectivas materialistas que priorizam a classe e negligenciam as consequências sociais da divisão sexual do trabalho, privilegiam as heterossexualidades e atribuem pouca relevância aos mecanismos sociais que funcionam como obstáculos à igualdade econômica, política e social das mulheres.

Ao apontar críticas ao relativo desprezo, nas perspectivas feministas ocidentais, aos processos de “racialização” do gênero, da classe e da sexualidade, Brah esclarece que os processos de racialização, historicamente específicos, envolvem diferentes grupos

racializados de modo diferente em circunstâncias diversas – o racismo antinegro, o racismo anti-irlandês, o racismo antissemita, o racismo antiárabe, as diferentes variedades de orientalismos. Para a autora, o racismo não é algo que aconteça apenas na presença de pessoas negras: *é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da “raça”* (BRAH, 2006: 345): por exemplo, nesse processo de racialização, somos construídos como “mulher branca” ou “mulher negra”, ou ainda como “homem negro” ou “homem branco”, categorias estas hierarquicamente organizadas em determinadas circunstâncias econômicas, políticas e culturais específicas. Além disso, as estruturas de classe, o racismo, o gênero e a sexualidade não devem ser observadas como variáveis independentes, haja vista que a opressão que se inscreve em cada uma dessas estruturas constitui e é constituída pela outra.

Referindo-se ao feminismo negro, que articula uma multiplicidade de experiências e contesta os discursos que atribuem primazia à classe ou ao gênero sobre os demais eixos de diferenciação:

O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo tempo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária. Isso quer dizer que, embora constituído em torno da problemática da “raça”, o feminismo negro desafia performativamente os limites de sua constituição. (BRAH, 2006: 357-8)

Um conceito fundamental para o feminismo, conforme ressalta Brah (2006), é *experiência* e os movimentos de mulheres têm projetado as experiências pessoais das mulheres, criando espaços para a expressão enquanto voz coletiva do cotidiano das relações sociais de gênero: o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, a desigualdade de remuneração, a violência sexual, a sub-representação das mulheres nos espaços de poder político e cultural. Com o *slogan* “o pessoal é político” foram criados fóruns com a finalidade de abordar experiências individuais e estabelecer uma relação mais nítida entre as dinâmicas da sociabilidade e as subjetividades.

A formação do sujeito, para Brah (2006), dá-se a partir da experiência e as identidades, o “eu” e o “nós”, não são entidades pré-existentes, unificadas e fixas – portanto, refletir sobre a experiência e os processos de formação do sujeito favorece também a consideração da questão da “agência”. A autora enfatiza as críticas às concepções humanistas do sujeito (unificado, unitário, racional e racionalista), representado pela centralização do homem europeu, e ressalta a concepção de que o sujeito não existe como um dado, mas é

produzido no discurso. Assim, o sujeito é entendido como descentrado e heterogêneo, dotado de subjetividade fragmentada e em constante processo.

Nesse sentido, ela propõe que os feminismos “negro” e “branco” sejam *tratados como práticas discursivas não essencialistas e historicamente contingentes* (BRAH, 2006: 358), o que resulta na possibilidade de que mulheres negras e brancas trabalhem *em conjunto pela criação de teoria e prática feministas não-racistas* (BRAH, 2006: 358). Quanto ao conceito de diferença, assinala Brah, está relacionado aos discursos específicos constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. A rigor, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia, podendo contextualmente repercutir em desigualdade, exploração e opressão, ou, por outro lado, em diversidade e formas democráticas de agência política.

No final da década de 1990, o pensamento feminista internacional, no contexto de sua pluralidade, foi marcado pela emergência de conceitos que aludem à multiplicidade de diferenciações que, associando-se ao gênero, perpassam o tecido social: as “categorias de articulação” e as “interseccionalidades” (PISCITELLI, 2008). A utilização desses conceitos foi amplamente difundida na década de 2000, sendo que algumas pensadoras feministas, como Brah (2006) utilizam-nos a ambos alternativamente, ao passo que outras pensadoras, tais como Crenshaw (2002), desenvolvem suas análises a partir da escolha de um desses conceitos. Para Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade é um conceito metafórico para a associação de sistemas múltiplos de subordinação, operacionalizado com vistas a capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre esses eixos de opressão. Assim, a interseccionalidade focaliza a construção social de desigualdades que estruturam as posições relativas de mulheres, raças/etnias, classes, entre outras, a partir da atuação de sistemas discriminatórios, como o racismo, o patriarcalismo, ou a opressão de classe.

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. (CRENSHAW, 2002: 177)

Para a autora, que elaborou o “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”⁶⁵ (2002), a possibilidade de

⁶⁵ O documento propõe um protocolo provisório a ser seguido com a finalidade de identificar, de modo mais eficiente, as situações em que ocorrem as várias formas de discriminações em interação, defendendo que a

assegurar a total visibilidade da subordinação interseccional exige o desenvolvimento de metodologias que *desvendem as formas como várias estruturas de subordinação convergem, pois é muito pouco provável que tais problemas se apresentem claramente como produto de vulnerabilidades múltiplas* (CRENSHAW, 2002: 183). Para tanto, a investigação requer a adoção de perguntas adicionais a respeito de quais estruturas de poder estão envolvidas em determinadas condições: por exemplo, se o racismo ou a heteronormatividade influem na composição de quais mulheres estão sujeitas a condições de trabalho específicas. Crenshaw sublinha a importância de que as instituições de direitos humanos possam integrar o foco no racismo e em outras formas de intolerância ao trabalho de combate às assimetrias de gênero.

O desafio, para as análises atentas às intersecções das relações de gênero com modalidades raciais/étnicas, classistas, sexuais e regionais, consiste em não estabelecer hierarquias em termos de atribuir primariedade a uma determinada condição de opressão. Conceder centralidade a uma dessas dimensões resulta no obscurecimento e na subordinação de todas as demais. De acordo com Adriana Piscitelli⁶⁶ (2008), a proposta de trabalhar com os conceitos de “interseccionalidade” e “categorias de articulação” deve-se ao fato de que oferecem “ferramentas analíticas” que possibilitam apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

Ao assumir uma perspectiva feminista, Piscitelli afirma que *já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo* (PISCITELLI, 2008: 266), ou seja, trata-se da interação entre diferenças atribuídas em contextos específicos. Os debates acerca das interseccionalidades envolvem diversas abordagens que se distinguem em função de como são postulados os

responsabilidade de lidar com as causas e as consequências dessa discriminação deve ser compartilhada entre as instituições de direitos humanos (CRENSHAW, 2002).

⁶⁶ Em sua pesquisa etnográfica sobre as migrantes brasileiras no mercado global de trabalho sexual – que engloba nas atividades de cuidado – e no mercado matrimonial, Piscitelli (2008, 2014) desenvolve uma análise a partir da intersecção entre as categorias de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Recorrendo às noções sexualizadas e racializadas implicadas no fato de serem brasileiras, ao emigrarem para países do Norte global, essas mulheres almejam estrategicamente obter vantagens como a ocupação de oportunidades mais vantajosas e que, em alguns casos, permitem mobilidade social ascendente, tanto no âmbito laboral quanto nas dinâmicas amorosas. Assim, atributos da feminilidade associados à “brasilidade” – que remetem à domesticidade, como carinho, limpeza e cuidado, e à sensualidade – são reivindicados e acentuados na construção de espaços de agência, como a conquista de clientes cujas preferências elas imaginam corresponder. Ao serem classificadas pelos empresários da indústria do sexo, em cidades da Espanha, num *ranking* de nacionalidades liderado pelas espanholas – seguidas pelas mulheres do Leste Europeu, na sequência estariam as latino-americanas e, por último, as mulheres africanas –, essas brasileiras desafiam seus “destinos sociais” o que, por outro lado, não as protege dos efeitos das relações de poder desiguais em que estão envolvidas, sujeitas à violência sexual, à exploração por gigolôs, ao consumo de drogas, à ilegalidade. No caso das experiências de brasileiras originárias de camadas sociais inferiores e que trabalham em outras atividades remuneradas de cuidado, a subalternização advém de estereótipos sexualizados vinculados à “brasilidade”, relacionados aos estigmas da promiscuidade e da procura de relacionamentos por “interesse”.

sentidos da diferença e do poder, além das margens de agência – *a capacidade de agir, mediada cultural e socialmente* – acessíveis aos sujeitos (PISCITELLI, 2008: 266). A partir de uma abordagem antropológica, Piscitelli questiona a associação linear entre diferença e desigualdade, problematizando o entendimento do poder como uma propriedade centralizada em detrimento de uma concepção do poder como uma relação dispersa em constelações e caracterizada por conflitos e pontos de resistência.

A proposta analítica apresentada pela concepção da interseccionalidade contribui significativamente para uma compreensão reflexiva e crítica acerca das relações sociais entre trabalhadoras e empregadores domésticos. A proposição de entrelaçar analiticamente múltiplos eixos de diferenciação social hierárquica – “marcadores de diferença”, conforme visto com Brah (2006), ou “sistemas de subordinação”, de acordo com Crenshaw (2002) – possibilita avançar no esforço de estabelecer formulações que se aproximam, a despeito da sensação de que ainda escapam por todos os lados, no sentido de captar a conjugação de dimensões que se sobrepõem operacionalmente e resultam no cotidiano conflitivo (precisamente o aspecto da relação social que este estudo focaliza) enfrentado pelas trabalhadoras domésticas. Ao ater-se à combinação entre múltiplas dimensões de poder, cujo efeito culmina na exploração e opressão dessa categoria profissional, esta análise também destaca a efetiva agência dessas mulheres na luta contra a acentuada hierarquia e o autoritarismo, conforme será desenvolvido nos próximos capítulos.

O imbricamento dinâmico e resultante da coprodução das relações sociais a partir do cruzamento das relações de classe, gênero e raça encontra-se, de modo paradigmático, no trabalho de *care*. Conforme enfatiza Kergoat (2010), esta modalidade de trabalho profissional foi intensificada, em escala global nas últimas décadas, em função da *crescente taxa de atividade das mulheres nos países ocidentais, do envolvimento cada vez maior no trabalho profissional e, por fim, do aumento dos fluxos migratórios (em particular femininos) do Sul para o Norte e do Leste para o Oeste* (KERGOAT, 2010: 102). Como efeito desses fenômenos conjugados houve a expansão da externalização do trabalho doméstico.

Por meio deste exemplo, vemos bem como as três relações são inseparáveis e não somente se reforçam, mas se coproduzem mutuamente: a relação de classe reforçada pelos processos de naturalização, de racialização e de “generização” do trabalho de *care*; a racialização, à qual os empregos domésticos estão particularmente sujeitos, reforça e legitima a precarização (e, portanto, as relações de classe) e a “generização”; a relação de gênero exacerba a relação de classe na medida em que a feminização dessas últimas é um fenômeno novo para o corpo social e, portanto,

para o qual ainda não há uma resposta, e reforça as relações de raça pela sua naturalização. (KERGOAT, 2010: 103)

Consistindo num dos paradigmas possíveis da consubstancialidade⁶⁷, de acordo com Kergoat (2010), o trabalho de *care* envolve as características das relações sociais de classe – a partir do antagonismo entre uma “nova” (no contexto francês) classe servil “feminina e feminizada”, como classe operária não industrial, e as mulheres empregadoras –; da evolução da relação entre os sexos – pois, em função do trabalho doméstico superexplorado os problemas da divisão sexual do trabalho são deslocados e não enfrentados –; e da evolução das relações raciais – o trabalho de *care* é racializado por meio da naturalização de qualidades que seriam “próprias” a determinada etnia.

A divisão social de classe, sexual e racial no trabalho do *care* foi identificada por Helena Hirata e Danièle Kergoat na pesquisa comparativa entre Brasil, França e Japão que realizaram em 2010 e 2011⁶⁸. Como síntese que unifica a categoria de cuidadores dos três países, Hirata aponta que, no Brasil, trata-se do trabalho informal, ao passo que, na França, a questão remete à imigração e, no Japão, o desemprego e a crise são os fatores que conduzem os homens a exercerem a profissão: *o ponto unificador desses trabalhadores e trabalhadoras*

⁶⁷ Danièle Kergoat contrapõe outros dois conceitos ao de “interseccionalidade” e “categoria”, mobilizando, desde as décadas de 1970 e 1980, os termos “consustancialidade” e “coextensividade” em seus esforços para *compreender, de maneira não mecânica, as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e de origem (Norte/Sul)* (KERGOAT, 2010: 93). As relações sociais, segundo ela, *não se deixam apreender por noções geométricas* (KERGOAT, 2010: 93. **Grifos meus**) como “imbricação”, “adição”, “intersecção” e “multiposicionalidade”, uma vez que são móveis, ambíguas e ambivalentes, estando em permanente evolução e renegociação. O termo “consustancialidade” refere-se ao *entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais* (KERGOAT, 2010: 100) que se constroem de maneira contraditória e recíproca. O conceito é utilizado, por Kergoat, como “unidade de substância”: *as relações sociais são consustanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente* (KERGOAT, 2010: 94). Quanto ao conceito de “coextensividade”, alude ao dinamismo das relações sociais e à sua construção de forma mútua. Para ela, pensar em termos de cartografia pode resultar em naturalização das categorias analíticas. Além disso, a proposta de trabalhar com uma *multiplicidade de categorias mascara as relações sociais* (KERGOAT, 2010: 98) e não é possível dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas: *trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência* (KERGOAT, 2010: 98). Sobre esse contraponto entre “interseccionalidade” e “consustancialidade”, conferir em Hirata, 2014.

⁶⁸ A pesquisa recebeu o seguinte título “Teorias e práticas do *care*: comparação Brasil, França, Japão” (HIRATA, 2014: 67). O estudo demonstrou a presença predominante de mulheres, provenientes de estratos sociais mais “modestos”, imigrantes internos, no caso do Brasil, e imigrantes externos, em se tratando da França. Majoritariamente, as cuidadoras são mulheres pobres, menos qualificadas, de classes subalternas e imigrantes: quase 90% correspondem a mulheres na França, cerca de 95%, no Brasil; e, no Japão, os homens constituem uma minoria significativa, respondendo por 35% do total. No que se refere à dimensão étnico-racial, a maior parte das cuidadoras na região de Paris são imigrantes provenientes, sobretudo, da África Negra e da África do Norte; no caso do Brasil, metade da população de cuidadoras entrevistadas nasceu fora do estado de São Paulo. No caso do Japão, embora tenham sido firmados acordos de cooperação econômica com a Indonésia (em 2007) e as Filipinas (em 2008) com a finalidade de levar imigrantes para trabalhar no setor do *care*, os deslocamentos não prosperaram em decorrência da legislação japonesa e da língua, particularmente a escrita (HIRATA, 2014).

do care é a precarização do seu itinerário profissional. Em cada um dos três países, são os mais vulneráveis que se tornam os provedores do care (HIRATA, 2014: 68). Segundo Hirata, o aspecto de convergência – em contextos nacionais socioeconômicos desiguais e diante de perfis profissionais e trajetórias heterogêneas – na condição das profissionais do *care* pode ser explicado a partir da constatação da realização tradicional e gratuita, pelas mulheres, das atividades de cuidado no contexto doméstico e familiar, hipótese que, formulada pelas teorias do gênero e do *care*, foi reforçada pelos resultados da pesquisa de campo por ela realizada.

2.2. O trabalho doméstico e suas dimensões sob o paradigma do cuidado: afetividade e migrações no Brasil e no mundo

O trabalho doméstico é uma das atividades abrangidas pela denominação *care* – campo teórico que vem se desenvolvendo de modo mais enfático no período recente –, conceito constituído de modo multidimensional e a depender do contexto nacional, não se restringindo ao campo do trabalho profissional, o *care work* (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, 2011: 144). Há distintas modalidades para os serviços de *care*, que incluem as cuidadoras de pessoas idosas dependentes – grupo que vem se tornando mais expressivo, sobretudo com a elevação da expectativa de vida e o crescimento mais acentuado das taxas de envelhecimento da população em países como o Brasil e a França ou, em se tratando do Japão, o que já vem ocorrendo há algumas décadas –, de crianças ou pessoas com deficiências e são ser exercidos, majoritariamente por mulheres, de maneira remunerada, embora às vezes como responsabilidade adicional para as “empregadas domésticas” ou diaristas, ou não remunerada, quando desempenhados por mulheres da família, por exemplo. Guita Debert (2014) ressalta que, no caso brasileiro, o trabalho propriamente de cuidado tem sido desempenhado na fronteira com o trabalho doméstico.

No Brasil, são as redes sociais (redes familiares, associações comunitárias e de bairros, bem como redes mais amplas) que assumem as responsabilidades pelo beneficiário do *care*. A família é predominantemente o local onde os cuidados são providenciados (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, 2011: 165). Bila Sorj (2014) assinala que, sobretudo para as trabalhadoras pobres e dentre elas as trabalhadoras domésticas, são as redes de solidariedade e ajuda mútua a alternativa que viabiliza o desempenho de uma atividade remunerada no mercado de trabalho brasileiro, num cenário de carência de políticas públicas e da atrofia quanto ao compartilhamento das tarefas domésticas entre mulheres e homens nas unidades familiares – a divisão sexual do trabalho doméstico.

O *care* remete à esfera do privado: da família, da afetividade e da solicitude (HIRATA, 2010). Traduzido como “cuidado”/“cuidar” ou “tomar conta”, essas expressões designam:

(...) um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou dos pais, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres brancas ou negras (...). (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, 2011: 154)

O *care* envolve, portanto, a questão da divisão sexual do trabalho nas sociedades contemporâneas e implica diretamente a dimensão de gênero. Desafiando a ideia de “servidão voluntária”, muito associada às atividades de cuidado, e ressaltando a emergência do *care* como profissão, o trabalho doméstico remunerado, bem como a implementação de políticas públicas, fortalece o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como trabalho propriamente, resultando em que *a associação do trabalho do care com uma profissão feminina deixa de ser natural* (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, 2011: 156). Além disso, o mercado de trabalho do *care* também envolve o aspecto das migrações, sendo uma das particularidades do Brasil contemporâneo, e desde fins do século XIX, os movimentos de migrações internas (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, 2011: 158), com a realização das atividades de cuidado por brasileiras provenientes de estados mais pobres, em busca de um trabalho assalariado⁶⁹. Embora, retomando os dados apresentados na introdução, tenha havido uma modificação relevante, nas últimas décadas, na intensidade dos fluxos de migração para as grandes cidades do país.

Polemizando, muitas vezes, ou simplesmente ampliando uma perspectiva analítica que priorize os aspectos econômicos e profissionais, sublinhando a desigualdade e as assimetrias nas relações de poder entre empregadores e cuidadoras, está o debate em torno da

⁶⁹ Em busca de oportunidades mais promissoras de vida, migraram do campo para as cidades brasileiras, entre as décadas de 1950 e 1970, 39 milhões de pessoas – somente na década de 1970 foram 17 milhões, cerca de 40% da população rural. Esse deslocamento, o êxodo rural, tinha como destino as grandes cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre), onde a industrialização acelerada e a expansão da urbanização soavam como promessas de trabalho melhor remunerado e com chances de progressão profissional, nos setores privado e público. Contudo, a miséria rural estendeu-se para a cidade, uma vez que à pressão na base do mercado de trabalho foi associada, no sistema plutocrático, uma política deliberada de rebaixamento do salário mínimo e a subsequente repressão, no regime da ditadura militar, aos sindicatos. Ainda assim, milhões de migrantes rurais conseguiram encontrar trabalhos, de doméstica, na construção civil, nas ocupações não qualificadas da indústria, nos serviços “pesados” (MELLO; NOVAIS, 1998: 581 e 619-20).

controversa questão do amor e do afeto. Como *componentes incontornáveis do care* (GUIMARÃES, HIRATA, 2014: 10), o amor e a afetividade são recorrentes também nas narrativas das cuidadoras – sobretudo quanto às imigrantes, pois distanciadas de suas próprias famílias, e com menos frequência entre as diaristas (HARRIS, 2007), no caso das trabalhadoras domésticas, que desfrutam de maior chance de autonomia em relação aos vínculos afetivos que possam ser estabelecidos com patrões.

Enfocando os aspectos emocionais abarcados no trabalho de cuidar, Angelo Soares reafirma que as emoções perpassam todas as esferas da vida e, assim como toda atividade humana, o trabalho é *palco da (re)produção de diferentes emoções* (SOARES, 2012: 44), que apresentam inúmeras formas de manifestação e cuja complexidade relaciona a saúde física e mental. O trabalho frequentemente exige uma gestão da expressão das emoções, um controle ou trabalho emocional, sendo que trabalhadoras e trabalhadores têm de observar e respeitar certas regras de sentimento que orientam o tipo de emoção requerida e apropriada em cada interação, papel social e organização: *É exatamente para se conformar a essas regras de sentimento que o trabalho emocional deve ser realizado* (SOARES, 2012: 49). O autor ressalta que todo trabalho de cuidado sempre envolve um trabalho emocional, cuja realização exige uma coordenação do “eu” e das próprias emoções de modo que transpareça ter sido realizado sem qualquer esforço. Para ilustrar suas considerações, Soares comenta o “sorriso prescrito” que integra a rotina de trabalho daqueles que atuam no setor de serviços, ou ainda a gestão das emoções de enfermeiras que lidam com pacientes em estado terminal e seus familiares.

Outra questão relevante apontada por Soares (2012) é a divisão sexual do trabalho emocional, construída socialmente, a partir da qual são distribuídas e esperadas, de modo prevalente, as emoções e os sentimentos supostamente em conformidade com o sexo, hierarquizados: agressividade e sensibilidade, por exemplo. Além do gênero, a análise do trabalho emocional deve interseccionar, segundo Soares, as relações sociais de classe, raça, geração, entre outras, afirmando, nesse sentido, que a maior parcela do trabalho de cuidar é responsabilidade do “proletariado emocional”, com poder de decisão restrito e prestígio social inferior. Nos relatos que descreve, são citadas situações de humilhações e violências físicas sofridas por cuidadoras no desempenho de suas atividades e o autor enfatiza que, em virtude de sua posição subordinada na relação, as trabalhadoras são impedidas de expressar suas reais emoções. Complementando a análise do controle das emoções que propõe Soares, é apropriado considerar as possíveis reações hostis ou agressivas que possam ser manifestadas também por cuidadoras, haja vista esse rígido e austero trabalho de controle das emoções, que

podem se extravasar e escapar ao controle, em alguns casos, a despeito do risco e do fato, que se impõem, orientando e cerceando estas emoções, de que a relação de trabalho seja desfeita por aquele que é cuidado ou seus familiares. Sentimentos positivos e sentimentos negativos compõem, assim, o trabalho emocional.

Questionando a dicotomia entre profissionalismo e amor, Pascale Molinier (2014) comenta a expressão “amor às pessoas idosas” presente nas narrativas de cuidadoras por ela entrevistadas, mulheres negras e magrebins, numa pesquisa realizada dentro de uma instituição de longa permanência para pessoas idosas dependentes na região de Paris. Sobre a expressão, Molinier observa:

Não afirmo que as cuidadoras amam os doentes, nem que seja preciso “amar os doentes” para realizar “um bom trabalho de cuidado”. Frequentemente insisti em dizer que o cuidado é, em primeiro lugar, um trabalho, que depois gera afetos bastante ambíguos ou ambivalentes. Não sou eu que digo que “o que conta é o amor pelas pessoas idosas”, mas afirmo que elas o dizem. (MOLINIER, 2014: 22)

A palavra amor, naquele contexto, não possuía o mesmo significado para as cuidadoras e o quadro dirigente da instituição. Para as cuidadoras, o amor era aquilo que viabilizava o trabalho, tornava-o possível: trabalhar bem era trabalhar com o coração. Já os dirigentes da instituição consideravam o amor algo perigoso, avesso ao profissionalismo – apegar-se àquele que recebe os cuidados seria falta de profissionalismo. Molinier mostra que a noção de profissão a princípio designava negócios bem sucedidos desempenhados por agentes masculinos e de origem social elevada, não consistindo, o paradigma da profissão, no mais adequado no que se refere ao trabalho de cuidado:

No mundo das cuidadoras é comum não amar esta ou aquela pessoa, as relações humanas são governadas por afinidades, os indivíduos não são intercambiáveis. Ser profissional significaria ocupar-se de todo mundo da mesma maneira, com empatia e distância, o que estipula uma regra impossível de ser cumprida. Não se pode simplesmente agir dessa forma, é absurdo diante daquilo que cada um sabe sobre as relações. (MOLINIER, 2014: 28-9)

Do ponto de vista das cuidadoras,

(...) a questão é mais a de saber como se ocupar de todo mundo quando é impossível amar a todos da mesma maneira. Isso implica deixar um lugar para as relações particularizadas, admitir a variedade de gostos e afinidades, utilizar-se dela, eventualmente preocupar-se quando uma pessoa é negligenciada. (MOLINIER, 2014: 29)

Essas palavras, segundo Molinier, são a voz sufocada, depreciada, uma vez que para os supervisores o afeto era julgado inapropriado, deslocado, fora de lugar. A respeito dessa divergência de manifestação sobre o afeto – sendo que o cuidado, na perspectiva do trabalho, revela as clivagens de classe e raça entre as mulheres, cujos conflitos entre visões morais e políticas podem aniquilar a ideia de solidariedade no feminino (MOLINIER, 2014: 30) –, dentre a chefia, majoritariamente composta por mulheres na instituição a que se refere, a visão estava estruturada em princípios éticos racionais e na desconfiança em relação ao campo dos afetos, considerados “não profissionais”, em contraste com a “boa distância terapêutica” e as “boas práticas”, o que Molinier classifica como *declinações no campo do cuidado das tecnologias da engenharia, que rejeitam os afetos em nome do primado conferido a uma razão abstrata* (MOLINIER, 2014: 29-30). Para as chefias a linguagem do amor é proibida para os outros e para si mesmas. Por sua vez, Molinier afirma: *É difícil, mesmo buscando evitá-la ao máximo, não passar pela experiência da preocupação, do medo ou da compaixão quando se trabalha numa casa de repouso* (MOLINIER, 2014: 30).

No caso das supervisoras, mostram-se estridentes, de acordo com a autora, explosivas ou histéricas (pelo senso comum), por ser esta a dificuldade específica das mulheres que pensam nos conformes do modelo androcêntrico do engenheiro, totalmente inadequado neste caso por não oferecer espaço à atenção particularizada, à experiência afetiva do cuidado, aos *modos de sentir ou de pensar arbitrariamente ditos femininos, mas que correspondem, na realidade, aos modos de pensar requeridos pela experiência do cuidado* (MOLINIER, 2014: 30). No lugar de uma explicação culturalista, Molinier posiciona o trabalho no centro do enfoque, da *construção de um ethos do cuidado* (MOLINIER, 2014: 30). A pesquisa, em suas palavras, demonstrou que *o que torna suportável o trabalho com pessoas idosas dependentes é o fato de inscrevê-lo num contexto de compartilhamento de proximidade, de intimidade e, diríamos, de calor humano* (MOLINIER, 2014: 30-1).

No âmbito internacional, a emergência de “cadeias globais de cuidado” (HOCHSCHILD, 2002) tem constituído redes transnacionais sobretudo entre países do Norte e do Sul – embora mesmo o Brasil tenha recentemente registrado movimentos migratórios crescentes nesse mercado, como as paraguaias empregadas como babás principalmente em São Paulo (SORJ, FONTES, 2012). Enfrentando a narrativa dominante da globalização, Saskia Sassen (2002), destaca a maneira pela qual as mulheres do “Terceiro Mundo” inserem-se nas dinâmicas domésticas dos países ricos, contratadas com baixos salários e poucos benefícios onde há, por outro lado, elevada demanda em setores econômicos desenvolvidos e bem remunerados, ainda que desregulamentados.

Nas cidades globais do Norte – incluindo Nova Iorque, Londres, Paris e Berlim –, a expansão da procura por profissionais executivos em corporações transnacionais tem requisitado mulheres locais, exigindo longas jornadas de trabalho e intenso engajamento. Em consequência, o modo tradicional de divisão do trabalho nos arranjos familiares é reconfigurado, uma vez que, na ausência da esposa, a “dona de casa”, as atividades domésticas são cada vez mais externalizadas e realocadas no mercado, composto pelas mulheres imigrantes – reforçando, por um lado, hierarquias entre as mulheres e nas relações de gênero a despeito de que possa reordenar certas dinâmicas sociais ao oferecer às mulheres imigrantes a possibilidade, limitada, de autonomia e empoderamento.

Analisando o recente processo de feminização da migração, Hochschild (2002) comenta a tendência da “importação” de cuidado e amor dos países pobres pelos países ricos, sendo as trabalhadoras do cuidado responsáveis pelo envio de remessas aos seus países de origem, sustentando suas famílias – e equilibrando as contas públicas nacionais, com a entrada de capitais. Essas imigrantes são provenientes, na União Europeia, por exemplo, sobretudo das Filipinas, Sri Lanka, Tailândia, Argentina, Colômbia, Brasil, El Salvador e Peru; ou ainda, em se tratando das *badanti* na Itália, do Leste Europeu (DEBERT, 2014).

Essa “solução” encontrada configura o denominado “Sistema Mediterrâneo de *Welfare*” que, segundo a fala de Guita⁷⁰, estabelece um mercado privado de cuidado, *ironicamente uma estratégia vitoriosa para as políticas públicas porque há redução considerável da demanda por cuidado de serviços sociais ao Estado* (DEBERT, 2014). Debert em sua pesquisa deparou-se com um processo de expulsão das latino-americanas e substituição das filipinas, anteriormente disputadas, em preferência às mulheres imigrantes provenientes do Leste Europeu, por apresentarem níveis educacionais elevados, experiência no tratamento de idosos e sobretudo por serem mais velhas – portanto, não têm de se ocupar de filhos pequenos, não estão à “procura de namorados”, não vão a festas: estão, em suma, mais disponíveis para o trabalho de cuidado.

Estando as mulheres de classe média também mais expressivamente se inserindo no mercado de trabalho remunerado nos países do Norte, em carreiras profissionais moldadas segundo os velhos padrões masculinos, recorrem ao assalariamento de mulheres imigrantes, especialmente as ilegais, que muitas vezes deixam seus filhos sob os cuidados da avó, tia ou do pai, ou ainda sob os cuidados de outra babá contratada no país de origem. Em

⁷⁰ Seminário Internacional 20 Anos do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/Unicamp, 2014, Campinas, SP. Mesa: Gênero e Cuidado. Conferências de Guita Grin Debert, Helena Hirata, Antonia Pedroso de Lima e Bila Sorj. Disponível em: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/watch_video.php?v=5XWGW3UK74BK#>.

suas entrevistas com babás imigrantes nos EUA, Hochschild (2002) observou que elas demonstram frequentemente culpa e remorso por estarem distantes de seus filhos – tendo sido, em países tais como Filipinas e Sri Lanka, educadas segundo a primazia dos laços da maternidade e, uma vez nos EUA, esse amor é estimulado pela ideologia estadunidense da “ligação mãe e filho”, associada à solidão e às longas jornadas cotidianas –, encontrando consolo ao oferecer amor e cuidado, que elas desejariam proporcionar a eles, às crianças das famílias para as quais trabalham nos países ricos, no entanto, empobrecidos quanto à cultura do cuidado, o novo recurso precioso, assim como o ouro já o foi, extraído dos países pobres.

Tendo como fundamento uma antiga ordem escravocrata, certos princípios sobreviveram e amoldaram-se ao avanço das cidades – nossa “modernização conservadora”⁷¹ –, tendo o servilismo adquirido longevidade no Brasil, a despeito de conquistas como a Consolidação das Leis do Trabalho. A expectativa, em relação à recente regulamentação da legislação trabalhista para a categoria doméstica (a saber, a Emenda Constitucional nº 72 de 2013 e a Lei Complementar nº 150 de 2015), é de que contribua no sentido de abreviar essas formas arraigadas de servilismo, embora o recurso a trabalhadoras domésticas enquadradas na norma jurídica como autônomas, as diaristas, desponem como “vantajosos” para desobrigar dos encargos previstos, o que se agrava a partir da aprovação da assim denominada reforma trabalhista, a Lei nº 13.467, em 2017.

Para além do Brasil e da “cultura da cordialidade” (HOLANDA, 1995), a nova abordagem do cuidado tem propiciado perspectivas analíticas que apontam o crescente afluxo de mulheres imigrantes de países pobres, muitas vezes em condição de ilegalidade, a cidades globais (SASSEN, 2002): no mundo contemporâneo, com o esfacelamento do Estado de bem-estar social nos países centrais do capitalismo, as famílias das metrópoles procuram uma “esposa” que realize os afazeres domésticos e o cuidado de crianças, doentes ou pessoas

⁷¹ Tomo a expressão de Antunes, no artigo *A Revolta da Sala de Jantar* (2013), ao qual já feita referência, para abordar a relutância da classe média urbana em abolir os privilégios que tiveram origem, em nosso país, na era servil. Desse modo, mesmo com o avanço das cidades, sobretudo a partir do início do século XX, o modelo escravista e patriarcal, concebido nos fundamentos da casa-grande e da senzala, amoldou-se para adaptação aos novos arranjos sociais que primavam pelo regime de trabalho remunerado. As relações arcaicas de sempre, inseridas no contexto “moderno”, reproduziam-se, como por meio do pagamento de baixíssimos salários. *A modernização conservadora deu longevidade ao servilismo da casa grande para as famílias citadinas. As classes dominantes sempre exigiram as vantagens do urbanismo com as benesses do servilismo, com um séquito de cozinheiras, faxineiras, motoristas, babás, governantas e, mais recentemente, personal trainers para manter a forma, valets nos restaurantes para estacionar carros etc.* (ANTUNES, 2013). Com a exclusão da força de trabalho negra das fábricas que eram instaladas, preterida pelos imigrantes brancos, constituiu-se um bolsão excedente de trabalho ex-escravo no país. Para as mulheres negras, principalmente, a “acolhida” apresentada deu-se por meio do trabalho doméstico, desempenhado de modo não muito diferente em relação ao período escravocrata, como um trabalho subalterno. A possibilidade efetiva da conquista de direitos sociais trabalhistas, tal como a vislumbramos recentemente, sempre provoca alvoroços nas frações mais tradicionais e conservadoras das classes dominantes brasileiras.

idosas dependentes, substituindo as mulheres interpeladas a incorporarem-se aos mercados de trabalho.

2.3. Leituras sobre o trabalho doméstico no Brasil

O trabalho doméstico corresponde ao trabalho reprodutivo (ÁVILA; FERREIRA, 2012), abrangendo as atividades que produzem a força de trabalho pela transformação de matérias-primas e mercadorias, compradas com o salário, visando à manutenção, cotidianamente, de trabalhadoras e trabalhadores, assim como à geração da futura força de trabalho, por meio da nutrição, da vestimenta, do cuidado, da educação e da socialização das crianças (BORIS, 2014: 103). De modo predominante, o trabalho reprodutivo é desempenhado sem remuneração e pelas mulheres – como as donas de casa que podem simultaneamente ser trabalhadoras assalariadas, desenvolvendo múltiplas jornadas –, o que provoca uma tensão entre a vida profissional e os afazeres familiares, tendo em vista a divisão sexual do trabalho (ÁVILA; FERREIRA, 2012; BORIS, 2014).

Como um componente do trabalho reprodutivo, o *care* não equivale ao trabalho doméstico, embora seja realizado juntamente a outras atividades domésticas:

O *care* é, certamente, um conceito mais estreito do que o de trabalho reprodutivo. (...) O *care* (...) é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas é geralmente executado junto com outras atividades domésticas – razão pela qual a linha que separa o *care* e o trabalho doméstico não é tão clara. (BORIS, 2014: 102-3)

Segundo Boris (2014), o trabalho de *care* envolve o desempenho de serviços pessoais para outrem, como as atividades que têm o objetivo de suprir as necessidades físicas, intelectuais, afetivas, assim como as solicitações emocionais de cônjuges, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiências. Trata-se das tarefas da vida cotidiana, abarcando a manutenção da casa (cozinhar, limpar, lavar e fazer compras) e a existência pessoal (dar banho, alimentar, acompanhar, transportar). A produção sexo-afetiva também pode ser parte do *care*. Essa perspectiva evidencia, desse modo, que as donas de casa estão engajadas em “trabalho social necessário”, ainda que indiretamente relacionadas com a produção e sem estabelecer contato direto com seus exploradores: como uma criadora e educadora de filhos, ou seja, uma cuidadora, a dona de casa *gera lucros ao produzir o trabalho futuro. Não se tratava de uma questão de biologia, mas de economia. O trabalho realizado nesse conjunto de lares singulares era “o suporte do sistema”* (BORIS, 2014: 107).

Boris (2014) afirma que a cisão ideológica entre casa e trabalho, que se precipitou no Ocidente industrializado, obscureceu as formas pelas quais essas órbitas se conformam entre si em relação de interdependência. Apesar de oferecer suporte ao sistema produtivo ao assegurar a “produção” da força de trabalho e, por conseguinte, a geração de lucro, a atividade da dona de casa é alvo de extrema desvalorização, o que também priva de valor a ocupação da trabalhadora doméstica remunerada – e não apenas destas, pois a discriminação repercute amplamente no sentido de depreciar as mulheres no mercado de trabalho. No âmbito acadêmico, que está no polo dos empregadores da categoria, a temática do trabalho doméstico também é desprestigiada, mesmo na área das Ciências Sociais – e segue desprezando a existência de gerações de uma multidão de mulheres pobres subalternizadas que têm se dedicado à atividade e que persiste na luta para romper a invisibilidade –, e a literatura sobre o tema não é vasta.

No entanto, ao longo das últimas três décadas (BRITES, 2013), o interesse acadêmico pelo trabalho doméstico remunerado no Brasil tem demonstrado expressiva expansão. Para o desenvolvimento desta seção serão brevemente discutidas as obras de algumas estudiosas do tema: Heleieth Saffioti (1978), Sueli Kofes (2001), Jurema Brites (2000), Maria Betania Ávila (2009) e Maria de Fátima Guerra (2017), elencadas, dentre outros estudiosos do tema⁷², com o propósito de contribuir para a reflexão que esta análise propõe.

O estudo de Saffioti, *Emprego Doméstico e Capitalismo* (1978), na perspectiva da Sociologia do Trabalho, no campo analítico marxista, foi o pioneiro no Brasil. Como ressalta Brites (2013), o estudo rompeu o silêncio – e, é possível acrescentar, rompeu o preconceito masculinista – em relação às questões sobre as mulheres e o trabalho, discutindo o trabalho assalariado doméstico. A obra resultou de uma pesquisa empírica por amostragem, realizada e coordenada por Saffioti com a colaboração de seus alunos – num curso optativo intitulado Investigação Sociológica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara –, no período de 1974 a 1976 na cidade de Araraquara (SP). Na pesquisa, foram entrevistadas trabalhadoras domésticas e patroas.

Dentre os elementos a serem destacados da análise, acerca da qualificação das trabalhadoras domésticas, que geralmente não é obtida de modo formal, Saffioti (1978) observa que é a partir do processo de socialização, desde a infância, pelo qual as mulheres, sobretudo pobres, são dotadas dos atributos indispensáveis para a realização das tarefas

⁷² Para uma relação da produção acadêmica sobre o tema, conferir em BRITES, 2013.

domésticas. Em função da desigualdade de níveis socioeconômicos, contudo, as trabalhadoras domésticas são confrontadas a reaprender determinadas atividades nas residências de seus empregadores, sobretudo nas casas de famílias abastadas, como lidar com aparelhos eletrodomésticos ou elaborar receitas culinárias mais sofisticadas.

A relação de “dominação-subordinação” foi revelada, nas entrevistas, por meio das queixas apresentadas pelas trabalhadoras domésticas da imposição de ter de acatar ordens e de ser alvo de vigilância. No caso de trabalhadoras antigas, com longo tempo de serviço para os mesmos empregadores, a análise aponta as possibilidades circunstanciais de inversão da relação de dominação e de exercer algum domínio sobre membros da família para os quais prestavam serviços. A solidão foi apontada como um dos principais dramas da ocupação doméstica. A posse de chaves da casa é um indicador da confiança e, dentre aquelas que não possuíam chaves, muitas não a tinham por sua própria iniciativa, para não ter de assumir a reponsabilidade implicada. Os laços afetivos também foram sondados, verificando que relações harmoniosas são determinantes à estabilidade da relação contratual; a referência aos baixos salários, entretanto, não foi omitida pelas respondentes, sendo ressaltada pelas trabalhadoras domésticas quando indagadas sobre por que um número decrescente de mulheres oferecia seus serviços em residências. A humilhação e o ressentimento gerados na interação com os empregadores também tiveram menção significativa (SAFFIOTI, 1978).

Discutindo a *estratificação social das patroas*, Saffioti (1978) salienta que o poder aquisitivo constitui um fator fundamental, tendo como dado de pesquisa a inexistência de mulheres com renda *per capita* até meio salário mínimo que dispusesse dos serviços de uma trabalhadora doméstica remunerada. Por outro lado, a pesquisa constatou que havia mulheres que, a despeito de terem condições financeiras para tanto, não desejavam conviver com trabalhadoras domésticas, argumentado que “já não existem boas empregadas”, “a presença delas perturba a vida da família”, ou que “não lhes agrada depender delas” (SAFFIOTI, 1978: 149). Cientes dos efeitos de um bom relacionamento como fator de retenção no trabalho, as patroas – especialmente no caso daquelas que levavam uma vida ociosa ou das trabalhadoras em domicílio – esforçavam-se por criar um “clima afetivo” com as subordinadas, oferecendo companhia e conversação.

A imposição do uso de uniforme foi particularmente relevante em residências com elevado rendimento e no seio de famílias menos cultas, que prezavam por *marcar as diferenças de status entre as serviçais domésticas e os empregadores* (SAFFIOTI, 1978: 163). No caso das empregadoras que exerciam atividade assalariada no mercado extradoméstico, a pesquisa verificou que ofereciam tratamento nitidamente mais liberal às trabalhadoras

domésticas, permitindo, por exemplo, que estas se sentassem à mesa com a família empregadora durante as refeições. A presença de crianças pôde tanto contribuir para desencadear atritos entre patroas e trabalhadoras quanto propiciar aproximação: *as conversas desenrolam-se ao redor do comportamento das crianças* (SAFFIOTI, 1978: 160) e a convivência entre trabalhadoras e empregadoras tinha lugar durante o tempo que a mãe, ausente pelas atividades extralair, dedicava-se aos filhos. Interrogadas a respeito da característica fundamental da “boa empregada”, as empregadoras enumeraram: higiene, eficiência, capacidade de “atuar como amiga da patroa” (ou seja, não se insubordinar), honestidade e boas maneiras. Recorrer à contratação de uma trabalhadora doméstica com o intuito de exibir *status* social superior foi verificado no contingente de “patroas incultas” e de emergentes, as novas ricas, que tendiam a acentuar a distância social entre si e as trabalhadoras domésticas.

Quanto ao enquadramento do trabalho doméstico em trabalho produtivo ou trabalho improdutivo, Saffioti (1978) afirma que o trabalho doméstico assalariado, remunerado com renda pessoal, não pode ser qualificado como trabalho produtivo: *o trabalho de trabalhadores produtivos concretiza-se em mercadorias, em riqueza material destinada ao mercado* (SAFFIOTI, 1978: 195), o que não se passa com o fruto do trabalho da doméstica remunerada.

O trabalho é, portanto, produtivo quando se troca diretamente por capital, produzindo para o trabalhador somente o valor prefixado de sua força de trabalho, mas criando mais valor para incrementar o capital. Esta apropriação de trabalho alheio não retribuído constitui o objetivo imediato do processo de produção capitalista. O objetivo do capitalista, no processo produtivo, não é produzir valores de uso destinados diretamente ao consumo pessoal; ele visa ao incremento do valor, ou seja, à conservação dos valores previamente existentes e à criação da mais-valia. (SAFFIOTI, 1978: 195)

A família, onde é desempenhando o trabalho assalariado organizado de modo não capitalista, consiste numa instituição que se apresenta harmonicamente à reprodução ampliada do capital, proporcionando atividades que contribuem para a produção diária e a reprodução da força de trabalho:

As atividades domésticas contribuem para a produção de uma mercadoria especial – a força de trabalho – absolutamente imprescindível à reprodução do capital. Esta produção, contudo, não se faz em moldes capitalistas, quer a encaremos como tarefa de dona de casa, quer a consideremos como atividade assalariada de empregadas domésticas. (...) Esta contribuição situa-se, pois, fora do modo de produção capitalista, ainda que profundamente vinculada a ele. Desempenhando tarefas que tornam possível a produção e a reprodução da força de trabalho, a empregada

doméstica cria as condições para a reprodução do sistema capitalista. Fá-lo, porém, de forma não-capitalista, no interior de uma instituição incapaz de converter dinheiro em capital e, portanto, de extrair mais-valia. (SAFFIOTI, 1978: 196)

Além disso, ao substituir a dona de casa ocupada no sistema capitalista, a trabalhadora doméstica assalariada torna-se alvo de uma exploração *mediada pela exploração típica do modo de produção capitalista* (SAFFIOTI, 1978: 196). A rigor, o salário com que se pretende retribuir o trabalho doméstico é contido em determinados parâmetros delimitados pelo grau de exploração que afeta a patroa assalariada do capitalismo. Servindo ao sistema, ao criar as condições que permitem a reprodução deste, a trabalhadora doméstica não usufrui dos benefícios oferecidos pelos arranjos capitalistas, constituindo um elemento “superexplorado” das formações sociais dominadas pelo capitalismo. Em contrapartida, completa Saffioti (1978), tampouco é possível classificá-la como trabalhadora improdutiva, uma vez que os trabalhadores improdutivos *desempenham função primordial no que tange à realização e à apropriação da mais-valia* (SAFFIOTI, 1978: 197). Por não atuar na geração, realização ou distribuição da mais-valia, as trabalhadoras domésticas não estão inseridas no setor de atividades capitalistas, assim, conclui: *parece mais lógico admitir que as atividades domésticas vinculam-se historicamente ao modo de produção doméstico* (SAFFIOTI, 1978: 197).

Ainda que redefinido em forma de assalariamento da força de trabalho no propósito dele desincumbir-se, em determinadas residências, prossegue Saffioti (1978), o trabalho doméstico remunerado preserva, no capitalismo, a “divisão social do trabalho segundo os sexos”. Nesse sentido, Kofes, de uma perspectiva analítica antropológica, em sua tese *Mulher, Mulheres – identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas* (1991), sublinha que, em sociedades como a nossa, “fazer funcionar” a organização doméstica é “ainda” uma atribuição feminina. Em seu estudo, Kofes focaliza a relação entre patroas e “empregadas domésticas”, utilizando, como fontes, textos literários e jurídicos; arquivos históricos secundários; artigos de jornais; materiais de agências de emprego, instituições filantrópicas, religiosas e estatais; discursos de patroas e “empregadas domésticas”, assim como de associações profissionais (que posteriormente se tornaram sindicatos); e a observação de um dos congressos da categoria.

Refletindo sobre o conceito “doméstico”, Kofes (2001) recorre à acepção da palavra no dicionário: sucintamente, enquanto adjetivo, refere-se à casa e à vivência em família; como substantivo, alude à “empregada”, à criada; e, como verbo, “domesticar” remete a amansar, domar, civilizar. Sobre este último sentido, domesticar pode se referir à

função de socialização dos membros da família, sobretudo das crianças, sua codificação cultural – atendo-se a aspectos do que é considerado “natural”, como sexualidade, instintos, impulsos, sujeira. Além disso, como espaço onde se inter cruzam códigos sociais diferentes, conotados por relações de desigualdade social, os valores e comportamentos considerados inferiores poderiam e deveriam ser civilizados, amansados. Nesse caso, em se tratando da interação entre trabalhadoras e patroas, *domesticar, amansar e civilizar não estariam mais apenas no campo da desnaturalização a que me referi, mas também no campo político das relações de desigualdade* (KOFES, 2001: 81).

Ao focar na interação face a face entre mulheres no contexto doméstico e desigual, Kofes (2001) inicia sua etnografia sobre o tema abordando a palavra “escravidão”, referência constante no discurso das trabalhadoras domésticas, para demarcar um sentido histórico e uma situação presente (um sentido metafórico), expressando a ausência de tempo e espaços livres, a ausência de liberdade. A despeito das especificidades históricas, os elementos estruturais da organização do espaço doméstico: no contexto da escravidão, a identificação do trabalho doméstico servil com a negritude e, com a mudança histórica, profundas ambiguidades mantiveram-se, como as “linhas de cor” e as relações de mando-obediência, no que se refere aos trabalhos menos qualificados. Do ponto de vista daqueles que usufruem desse trabalho, são socializados para o mando e para dispor de alguém a quem esteja designado atender à sua vontade. E, mesmo após a superação histórica do tempo da escravidão, a população negra ainda predominantemente encarregada do trabalho manual, o que preservou a representação degradante e aviltante conotada a esse tipo de trabalho.

No caso das trabalhadoras domésticas, circulam em mundos sociais distintos advindos de dois modelos de relações: as relações familiares entre “raças” e as relações caracterizadas pela desigualdade de classe, ambas perpassadas pelas atribuições de mandar e obedecer, hierarquias distribuídas entre as mulheres.

Nos termos da escravidão ou do assalariamento de um trabalho socialmente e duplamente desvalorizado – pelo caráter que lhe atribuiu a escravidão e pela sua atribuição de um desempenho do papel social feminino – constituiu-se a estrutura do doméstico: convivência familiar e presença cotidiana de pessoas advindas de classes subalternas; o pagamento de um salário (combinado às doações) a um *fazer* que tanto caracteriza um trabalho quanto um papel social atribuído à mulher. Estaríamos diante de uma relação entre mulheres, que teriam uma atribuição comum vivenciada diferentemente e uma relação também mediada pelas relações de trabalho. (KOFES, 2001: 139)

Retratando a interação, na unidade doméstica, a partir das representações paradigmáticas entre polos bem definidos, patroas e trabalhadoras domésticas, Kofes (2001)

desenvolve uma análise dos discursos de ambas acerca umas das outras. A caracterização, pelas patroas, da “boa empregada” nunca inclui o critério ser “amiga” da patroa. De acordo com Kofes, frequentemente é designada como “minha empregada”, menos usualmente como “a pessoa que trabalha lá em casa”, “a funcionária de casa”, ou ainda, pejorativamente “a madame lá de casa”; raramente se refere a ela pelo seu próprio nome. Ao falarem das trabalhadoras domésticas, recorrem a expressões como “pessoa” e “ser humano”. A questão dos horários resulta em inúmeros conflitos, tendo em vista que costumam exigir uma disponibilidade que se contrapõe à perspectiva da delimitação da jornada de trabalho e da dedicação, pela trabalhadora, à sua vida pessoal.

Em contrapartida, as trabalhadoras ouvidas por Kofes (2001) afirmam o caráter aprisionador do serviço que desempenham, sujeitas aos gostos, horários e ritmos de outros. Em situações de aguçamento das tensões e de conflitos, as trabalhadoras recorrem à noção de “ser humano”, com o que negam a condição de “escrava” ou “máquina” e tentam apontar um plano de igualdade em relação à patroa. A “boa patroa”, assim, é “amiga”, cujo significado envolve *preocupar-se com os problemas da empregada, ensiná-la, presenteá-la e ser afetiva (tratar bem)* (KOFES, 2001: 179). São as patroas, portanto, que mais enfaticamente esforçam-se por demarcar as diferenças em relação às trabalhadoras, no intuito de conter uma duplicação ameaçadora da ordem doméstica, pela confusão dos papéis sociais e extravasamento do desempenho das funções estabelecidas. Por isso, a imposição do uso do uniforme e do lenço na cabeça, justificadas como normas de higiene, funciona para delimitar as posições sociais, esclarecer quem manda e quem exerce a feminilidade, quem usa saltos altos e maquiagem.

Cada vez que essas regras são explicitadas apresenta-se um argumento funcional: o uniforme economiza a roupa da empregada e também a deixaria bem-arrumada. Mas, significativamente, o uso do mesmo ou a lembrança normativa dele demarca quem é quem. Evidentemente, porque estes limites, não muito raro, podem ser nublados. (KOFES, 2001: 261)

Recusando o paradigma da escravidão ao qual contrapõem o modelo, a ser conquistado, da “trabalhadora livre” as domésticas *explicitam a ideologia de um trabalho fetichizado como não-trabalho, como não-profissão* (KOFES, 2001: 178). Nesse sentido, a expressão “membro da família” manifesta um mecanismo fundamental da relação, cujo efeito, segundo Kofes (2001), do ponto de vista da patroa, é tornar *possível a aceitação de uma pessoa socialmente estranha dentro da casa, compartilhando o cotidiano da família* (KOFES, 2001: 178). Da perspectiva da trabalhadora, a expressão sugere a estratégia de pavimentar o

acesso ao que estruturalmente é rejeitado: *É justamente contra (e dialogando com) esta afirmação (e o que ela expressa) que se colocam as associações profissionais das empregadas domésticas* (KOFES, 2001: 179).

Um aspecto central, salientado na análise de Kofes (2001), é a ambiguidade estrutural da relação social envolvida no trabalho doméstico assalariado – que fundamenta, inclusive, a ordem jurídica, como será analisado adiante, e legitima uma condição de singularidade restritiva no que concerne aos direitos sociais do trabalho. Na relação, estão presentes simultaneamente dois modelos de relações, familiares e de trabalho. Entre as mulheres que desempenham seus serviços e as mulheres que remuneram por esses serviços, a distância social e as demarcações de classe. Porém, acrescenta a autora, a situação de trabalho é realizada no espaço de concretização e reprodução da família, a casa, onde também são efetuadas as atribuições estruturalmente partilhadas entre mulheres. Nesse “jogo”, contradições e ambiguidades constituem uma interação sob tensão constante e que podem ser captadas em noções formuladas, como desconfiança, acusação de “roubo” ou “roubo” efetivo – questões que serão aprofundadas na subseção seguinte –, exacerbação da limpeza – que também assume uma conotação moral – e dos limites – que se referem às atribuições que se confrontam. Ainda sobre as ambiguidades:

(...) os papéis sociais atribuídos às mulheres e as funções desses mesmos papéis exercidos por mulheres sob assalariamento; desigualdade social e convivência íntima e cotidiana se combinam com outra ambiguidade: o universo de trabalho da empregada doméstica é a casa, que é o espaço básico da reprodução biológica, social e de convivência pessoal da família. O universo de trabalho confunde-se com o universo de reprodução da família; embora a família não se confunda com a casa, dá a impressão que sim. Esta confusão teria dois sentidos: um ameaçador e outro possibilitador da interação. (KOFES, 2001: 382)

A presença estrutural das trabalhadoras domésticas na organização familiar da sociedade brasileira, segundo destaca Kofes (2001), que não nega a emergência de um modelo de relações mais contratuais e rejeita a dicotomia entre o tradicional e o moderno, combina “tempos históricos diferentes”. Esses tempos históricos coexistem simultaneamente, num arranjo que não é possível definir como um “modelo puro de relações paternalistas” e tampouco como um “modelo puro racional e trabalhista assalariado”: *Não seriam os presentes e as sobras que entrariam no circuito de trocas apenas sobrevivências de modelos anteriores, mas o exercício do modelo da organização familiar combinado à desigualdade de classes* (KOFES, 2001: 392).

Referência de destaque nas pesquisas sobre o trabalho doméstico remunerado na atualidade, Brites também estabelece sua análise a partir de uma perspectiva antropológica, que culminou na tese *Afeto, Desigualdade e Rebelia: bastidores do serviço doméstico* (2000). O estudo empírico das relações entre as patroas e as “empregadas domésticas” foi realizado em Vitória, no Espírito Santo, em um bairro da periferia do município da Serra, o Jardim Veneza. Ao descrever a proposta da pesquisa, Brites afirma que o seu trabalho está inserido numa tradição etnográfica que tem ressaltado as *elaborações simbólicas dos grupos populares* (BRITES, 2000: 20). Para ela, com a finalidade de compreender o pensamento e a ação política dos subalternos, o antropólogo propõe a observação do modo pelo qual os subalternos “tecem suas ralas conquistas” aproveitando-se de oportunidades implícitas, tais como a caridade prescrita no pacto social: *então o subalterno vai conscientemente tocar nesse tema para extrair benefícios de seu patrão* (BRITES, 2000: 25).

A principal técnica de campo adotada por Brites (2000) foi a observação participante com patrões e trabalhadoras domésticas, analisando tanto o trabalho na casa dos empregadores quanto o cotidiano doméstico pessoal das trabalhadoras, acompanhando também as redes de parentela e sociabilidade. Sobre esse aspecto, interessante mencionar a dificuldade com que Brites se deparou, logo no início da pesquisa, acerca da proposta de entrevistar a respectiva dupla “patroa-empregada”, visto que começou a gerar desconfiança: *Por um lado, as patroas supunham que eu lhes pudesse passar informações sobre o cumprimento das tarefas e da moralidade das empregadas e, por outro, as domésticas mostravam reservas nas nossas conversas, temerosas de um cruzamento de informações* (BRITES, 2000: 29).

Diante de tal dificuldade, Brites (2000), que registra de partida a sua condição de patroa, optou por focar o cotidiano de trabalho das mulheres assalariadas nos lares de classe média, tendo também realizado entrevistas formais com seis patroas – duas das quais pertencentes à elite capixaba, oriundas de famílias tradicionais e proprietárias de extensas áreas rurais e urbanas –; entretanto, a aproximação com as empregadoras foi mais restrita e os encontros raramente transpuseram a sala de visitas. Para analisar o cotidiano das trabalhadoras, acompanhada pelo filho de dois anos de idade, Brites morou por cerca de um mês, no ano de 1998, no Jardim Veneza, um bairro de invasão. Ficou hospedada num quarto da casa de *Claudina*, sogra de *Edilene* – esta com 28 anos de experiência na profissão doméstica e que já havia trabalhado para ela –, a sua “guia”, e cujo grupo familiar constituiu o alvo de suas observações etnográficas. Instalada, presenciou a “escassez de dinheiro” e as estratégias para suprir as carências materiais, como a realização de pequenos biscates por

Tonho, marido de *Edilene*. Embora de alvenaria, descreve Brites (2000), a casa em que *Edilene* e *Tonho* viviam era muito precária, com a empoeirada fiação elétrica exposta, paredes mofadas e a laje do teto com infiltrações enormes (BRITES, 2000: 155).

Os “lugares sociais” da pesquisadora e da trabalhadora, sujeito de sua pesquisa, deslocavam-se conforme Brites e *Edilene* transitavam entre os dois universos distintos. No bairro Jardim Veneza: *A despeito de meus esforços de interação com as empregadas, meu tom de pele, meus gestos e minhas vestes jamais passaram despercebidos. Sempre fui tratada como patroa naquele bairro; íntima, mas patroa* (BRITES, 2000: 34). As assimetrias, no entanto, eram enfaticamente ressaltadas quando retornavam a Vitória:

Todo meu esforço de atenuar a distância se aniquilava. Nas casas onde éramos recebidos, somente eu e Ramirinho tínhamos lugar à mesa. A nossa amiga *Edilene* – com quem tomávamos café de manhã sentados no chão de sua varanda, com quem cochilávamos, depois do almoço, na mesma cama, com quem lavávamos os pratos, de quem ouvíamos confidências sobre seus parentes e vizinhos – ficava em pé, nas nossas costas, esperando as ordens e as sobras dos nossos bifés. Eu me corroía com esta situação, que, antes da minha estada no bairro, era tão costumeira de qualquer casa brasileira. *Edilene*, mais sábia, esperava a gente colocar o pé na rua, para voltar à intimidade de suas piadas jocosas. (BRITES, 2000: 35)

À época da pesquisa, *Edilene* e o marido estavam empenhados no projeto de construção de uma casa que, além de “moradia segura”, pudesse servir para montar um pequeno negócio e assegurar a sobrevivência na velhice. Num emprego “fixo” havia dois anos, e contrariando sua convicção acerca das desvantagens do trabalho formal e da subordinação (“em troca de uma miséria”) que este exige, todo o recurso de *Tonho* era destinado à obra, que ele mesmo construía aos finais de semana, e as demais necessidades do casal eram mantidas pela esposa. Brites (2000) observa que o comércio de materiais de construção mostrava-se o mais próspero do bairro. Dentre as famílias da vizinhança, muitas mulheres ocupavam-se nos Serviços Domésticos, cuja renda era complementada com os “restos” e as “ajudas” oferecidas pelos patrões, como sacos de cimento, telhas, lajotas, portas e janelas; além disso, uma das patroas havia avalizado um financiamento para a finalização de um telhado.

Mantendo a tradição de organizarem-se cotidianamente a partir do parentesco, os anfitriões e os vizinhos estabeleciam redes interdependentes que ultrapassavam os limites da família conjugal. Assim, as brigas e as rupturas dos casais tornavam-se assunto da família, que se ocupava em cuidar e proteger as crianças. Além do trânsito de pessoas, entre os familiares circulavam serviços e objetos, criando cumplicidades e tensões. Apesar das privações, todas as mulheres do círculo de sociabilidade contribuíram para o enxoval de uma

das jovens que, grávida, viria a se “juntar” com “o homem a quem amava”, um rapaz de 17 anos. A mãe da garota também havia se tornado mãe precocemente e idealizava outro projeto, que possibilitasse ascensão social, para a filha “bem criada”.

Enquanto conviveu com *Edilene* ainda somente na condição de sua patroa, Brites já havia acompanhado as marcas das agressões físicas sofridas pela “amiga”, como ela descreve, e que tinham sido praticadas pelo marido *Tonho*. “Chocadíssima”, Brites ofereceu moradia a *Edilene* para que esta se separasse, ao que obteve como resposta: “Vou me separar dele sim, mas não deixo minha casa, não. É tudo que tenho na vida”. Pouco depois, acreditando que a separação estava consumada, Brites acabou descobrindo que a história do afastamento, elaborada com minúcias sobre o estigma de ser uma “mulher sem marido”, havia sido encenada *para satisfazer as sensibilidades da patroa* (BRITES, 2000: 163). Convivendo mais proximamente ao casal, soube das cartas de amor que *Edilene* havia escrito para *Tonho* durante o noivado e que veio a encontrar, depois do casamento, guardadas por ele com “muito carinho” amarradas por uma fita vermelha, mas todas lacradas: *Edilene* então descobriu que o marido não havia sido alfabetizado.

Tendo se referido à “reciprocidade ora pacífica, ora antagônica” da rede de sociabilidade em que se inserem as relações de casal, Brites (2000) passa a analisar *como os elementos mais fracos da cadeia – mulheres e velhos – negociam seu lugar político no circuito de troca social* (BRITES, 2000: 166), estendendo a análise às trabalhadoras domésticas. O poder de barganha das pessoas posicionadas “mais abaixo na hierarquia”, para a pesquisadora, decorre de táticas possíveis de serem engendradas pela “complementaridade estratificada”:

Minha intenção era de mostrar a *complementaridade estratificada* que torna, por um certo ângulo, o serviço doméstico uma alternativa cômoda para as patroas e, por outro, uma atividade que – realizada nos moldes em que ela se dá – acaba por oferecer soluções que se encaixam nas necessidades concretas de sobrevivência das famílias das empregadas. (BRITES, 2000: 175)

Em situações de dificuldade extrema, enfatiza Brites (2000), e diante da omissão dos serviços de assistência pelo Estado, é a patroa que “muitas vezes estende a mão à empregada”. Pelas “alianças patroa-empregada”, *a empregada consegue prover as necessidades básicas de sua família, cumprindo o papel de provedor e tornando, assim, a presença de seu marido quase supérflua* (BRITES, 2000: 186). As expectativas também podem, contudo, dar lugar a críticas e ressentimentos. Quanto à sua recepção na casa das trabalhadoras, onde desigualdade e afeto misturaram-se, assim como nas relações

intrafamiliares e na relação “empregada-patroa”, o encontro tornou explícito, para Brites (2000), que a interação não sinaliza a “subserviência absoluta” do subalterno e as demonstrações de subordinação não indicam “cumplicidade passiva”.

Piadas e deboches, desse modo, que traduzem elementos de antagonismo e de ressentimentos, sinalizam que, estrategicamente encoberta pela “aparente deferência”, *existe um espírito crítico bastante lúcido, acionando estratégias para – dentro dos limites do status quo – tirar o máximo de benefício* (BRITES, 2000: 197). Dentre as “vantagens” que a relação paternalista entre “patroa-empregada” proporcionaria às domésticas, Brites (2000) refere-se à circulação de patrimônio material, por meio de presentes recebidos, bem como por meio de furtos, tema ao qual esta análise criticamente retornará a seguir, conforme já mencionado.

Maria Betania de Melo Ávila é outra estudiosa do tema. Na tese *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência* (2009), Ávila analisa o trabalho doméstico como trabalho não remunerado e como trabalho remunerado, a partir das práticas das “empregadas domésticas”, ressaltando que dada a magnitude do serviço doméstico contemporâneo, no mercado de trabalho, enquanto atividade ocupacional para as mulheres e sua “longa tradição na história do Brasil”, constitui uma *questão relevante para a análise das relações sociais no país* (ÁVILA, 2009: 21).

Como pressuposto analítico, e destacando a desregulamentação formal da jornada de trabalho da categoria vigente à época de sua pesquisa, Ávila (2009) afirma que as jornadas de trabalho remunerado e não remunerado que caracterizam a experiência laboral da grande maioria das mulheres trabalhadoras resultam em sobrecarga de trabalho. Consequentemente, essa sobrecarga afeta, no cotidiano, a maneira como as mulheres inserem-se no mercado de trabalho, a participação política do exercício da cidadania, o lazer, as condições para dedicarem-se ao estudo e ao desenvolvimento profissional, assim como a dedicação de tempo para si. Em nossas culturas, considerado como uma atribuição natural das mulheres, o tempo despendido para a realização do trabalho reprodutivo torna-se invisível como parte da organização social do tempo.

Em se tratando das “empregadas domésticas”, Ávila (2009) aponta que as *práticas de trabalho que formam sua jornada como trabalhadoras se constroem especificamente a partir do trabalho reprodutivo como trabalho remunerado e não remunerado* (ÁVILA, 2009: 21). O tempo do trabalho consiste na questão central da pesquisa, a partir da qual Ávila investiga as tensões entre as relações de dominação/exploração e a resistência no desempenho da profissão de trabalhadora doméstica.

A elaboração de Ávila (2009) assume a necessidade, para a compreensão do emprego doméstico, de considerar o imbricamento das relações de “sexo/gênero, classe e raça”. Utilizando a pesquisa qualitativa como metodologia, não exclusiva, o universo pesquisado foi composto majoritariamente por “empregadas domésticas” ligadas ao Sindicato dos Empregados Domésticos da Região Metropolitana da Cidade do Recife, no Pernambuco, mas não sindicalizadas. Registrando a autodefinição, pela categoria organizada, como “trabalhadoras domésticas”, Ávila optou entretanto por utilizar o termo “empregada doméstica” no sentido de diferenciar a categoria profissional das mulheres que, no geral, desempenham o trabalho doméstico gratuitamente e, tendo ou não outra profissão, também são trabalhadoras domésticas.

Assumindo o postulado de que a vivência do tempo, nas sociedades industrializadas, marcado pelos relógios e calendários, estabelece uma relação de desigualdade entre mulheres e homens, Ávila (2009) afirma que tal discrepância se deve às formas de sociabilidade que constituem a vida cotidiana e, principalmente, à tradicional divisão do trabalho entre os sexos. O tempo transcorre a partir da mensuração da duração dos eventos, ou seja, trata-se do tempo institucionalizado, que também é o tempo no qual a existência humana se desenrola. No entanto, distintas lógicas regem o tempo do trabalho na concepção produtivista e o tempo do trabalho reprodutivo: o primeiro obedece a uma lógica diacrônica, linear e tornada objetiva mediante o sistema de horário, ao passo que o segundo se move em uma lógica sincrônica, cuja precisão é complexificada porque atrelada à percepção subjetiva da experiência cotidiana. Além disso, *o trabalho doméstico não cessa* (ÁVILA, 2009: 222), tendo como uma de suas características fundamentais a necessidade constante da realização de tarefas.

A naturalização do papel social das mulheres, associando as atividades relacionadas ao cuidado à maternidade, ou seja, ao exercício da capacidade reprodutiva – portanto, supostos atributos da feminilidade –, está, segundo Ávila (2009), diretamente vinculada ao paradigma instituído na Modernidade que estabelece a separação entre os espaços da produção e da reprodução. Mesmo aqueles que se encontram com atribuições regulares na esfera pública têm necessidades privadas, cuja satisfação, por sua vez, é uma responsabilidade atribuída e assumida pelas mulheres, estando estas, ou não, no mercado de trabalho. Para elas, *o trabalho remunerado produtivo ou reprodutivo e o trabalho reprodutivo não remunerado constituem uma relação de contradição a qual elas devem enfrentar como parte da vida cotidiana* (ÁVILA, 2009: 134). A superação cotidiana dessa tensão no uso do

tempo, historicamente, tem sido uma questão “resolvida” entre mulheres e os arranjos, entre si, ancoram-se e reforçam as desigualdades de classe.

Sobre a relação entre capital e trabalho, Ávila (2009) destaca que a análise da organização do tempo social a partir do conceito de classe não deve ser restrita ao problema da apropriação do tempo da classe trabalhadora pelos empregadores na esfera produtiva. A análise também deve incorporar a apropriação do tempo na esfera do trabalho reprodutivo e que se estabelece a partir das relações sociais de “sexo/gênero”, entrecruzadas às relações de classe. Para as classes que vivem da venda de sua força de trabalho, o tempo que sobra da atividade produtiva é contado como tempo de descanso, lazer e cuidado de si, em suma, tempo de reconstituição física e mental, cuja duração provém de processos sociais conflituosos transcorridos ao longo da história.

A delimitação da jornada de trabalho, regulamentada como um direito social trabalhista que, dentre outros, assegura os descansos semanais, os intervalos intrajornadas e interjornadas, bem como as férias, não engloba, no entanto, o campo de trabalho informal, no qual as mulheres são predominantes. Além disso, o tempo dedicado ao trabalho doméstico para o cuidado com a reprodução da vida cotidiana é desprezado na organização do tempo social. Criticando a análise marxista, Ávila (2009) aponta que os custos da reprodução da força de trabalho são contados somente a partir do consumo dos produtos necessários para a reprodução da força de trabalho; entretanto, todo o trabalho dedicado ao cuidado, à produção da alimentação, à organização e manutenção do espaço familiar é excluído do cálculo da mais-valia, que é o que mensura o grau do lucro obtido na exploração capitalista.

Esse tempo de trabalho não poderia ter sido considerado na teoria marxiana, pois sua grade teórica está referida especificamente ao valor do tempo do trabalho na esfera produtiva a partir da sua equivalência como mercadoria e a partir da venda da força de trabalho na relação entre capital e trabalho, o que exclui o tempo de trabalho na esfera reprodutiva. (ÁVILA, 2009: 139)

Prosseguindo com o raciocínio, Ávila questiona:

(...) qual é o tempo para os cuidados necessários a fim de produzir os meios de manutenção da vida individual e coletiva, isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, o cuidado, o aconchego e a manutenção do espaço doméstico? Qual o tempo social definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições de se autocuidar, como as crianças, idosos/as e outras pessoas que não têm condições físicas ou mentais para isso? (ÁVILA, 2009: 140)

Não percebido como parte da organização do tempo social, esse tempo de trabalho é “retirado” do tempo do dia-a-dia das mulheres e como parte das atribuições femininas, definidas por relações de poder resultantes do entrelaçamento entre dominação patriarcal e exploração capitalista. No caso das mulheres com inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, o tempo de trabalho para a realização das tarefas domésticas é aquele que sobra dessa inserção assalariada, o que produz uma “jornada extensiva” de trabalho. O desenvolvimento tecnológico, com a disponibilidade de eletrodomésticos diversificados, não tem efetivamente possibilitado a liberação de tempo livre e o equilíbrio na alocação entre trabalho produtivo e reprodutivo, embora garanta a elevação da capacidade de lucro.

Essa forma de organização social baseada na jornada de trabalho das mulheres, formada por trabalho gratuito e trabalho remunerado, é fundamental para a acumulação do capital e manutenção do poder patriarcal, uma vez que baixa os custos da reprodução social e mantém os homens fora da responsabilidade com o trabalho reprodutivo. (ÁVILA, 2009: 140)

As longas jornadas de trabalho enfrentadas cotidianamente pelas “empregadas domésticas” são apontadas pelas estatísticas oficiais e também foram abordadas na pesquisa de campo de Ávila (2009). Apoiando-se em dados da bibliografia de referência, Ávila comenta que mais de um terço dessas trabalhadoras trabalham, por mês, pelo menos duas semanas a mais que os demais trabalhadores. De acordo com as entrevistadas, suas jornadas de trabalho remunerado variavam de 8 horas a 13 horas por dia, para aquelas que residiam em suas próprias casas. Quanto às que moravam nas residências de patrões, a jornada variava de 11 horas e meia a 16 horas diárias. À jornada remunerada das trabalhadoras com moradia própria acrescentava-se a jornada realizada em sua própria casa, que oscilava entre 3 horas a 5 horas diárias. Considerando também o tempo de deslocamento, feito por ônibus e, em alguns casos, ônibus e metrô, das periferias para o centro e vice-versa, o trabalho remunerado consumia mais 2 horas a 4 horas no trajeto de ida e volta para o local do emprego. Houve relatos de percursos realizados parcial ou integralmente a pé, porque ou a patroa não pagava o vale-transporte ou pagava apenas uma passagem quando seriam necessárias duas conduções. Para as trabalhadoras que viviam na residência dos empregadores, a extensão da jornada de trabalho esteve relacionada à hora de acordar e à hora de dormir, o que torna ainda mais complexa a mensuração das atividades em termos de horas precisas.

Um elemento que permanece na relação de trabalho de quem reside na casa da patroa, independentemente da duração, é uma falta de liberdade que pode ser definida como um modo específico de servidão, no qual o controle do uso do tempo, a forma de organizar os objetos pessoais, a falta de espaço para si e as suas relações pessoais estão totalmente sob o controle patronal. (ÁVILA, 2009: 195)

Dentre os inúmeros afazeres realizados pelas “empregadas domésticas”, estão incluídas tarefas como lavar as louças do jantar do dia anterior e preparar a comida deixando-a pronta para o final de semana – trabalho retroativo e trabalho antecipado, conforme Ávila (2009). Além disso, podem assumir responsabilidades de cuidado com as crianças, como levar e buscar na escola, dar banho ou fazer companhia, com idosos, pessoas doentes e solitárias, bem como animais domésticos, enfim, uma série de atribuições, normalmente determinadas pela patroa, predominantemente a responsável pela gestão doméstica nas famílias convencionais. Para otimizar o tempo de trabalho e garantir o horário regular de saída, algumas “empregadas domésticas” não interrompem a jornada para descansar e, no almoço, comem o mais depressa possível. Tudo para retornar a sua própria casa e então desempenhar a jornada não remunerada, como o cuidado dos filhos; sobre o tempo para o lazer, o descanso, a sociabilidade e os estudos: *quando falam do dia-a-dia, há uma expressão de angústia muito forte, pelo ritmo do trabalho e o desejo de ter mais liberdade para definir o uso do próprio tempo* (ÁVILA, 2009: 134).

Particularmente em relação ao acesso à escola, retomar a frequência é uma forma individual de resistência às adversidades e de luta pelo desenvolvimento pessoal e como cidadã. Dentre as formas individuais e cotidianas de resistência verificadas por Ávila (2009), que expressam a compreensão da contradição de interesses na relação profissional, em relação ao uso do tempo, as “empregadas domésticas” tentam *contornar ou se proteger da monopolização integral do tempo de trabalho* (ÁVILA, 2009: 225). Como exemplo, a construção de uma rotina rígida ao menos como uma referência, pela própria trabalhadora, com o propósito de manter um ritmo intenso de trabalho, diante de prováveis interrupções, como atender a uma campainha, ou solicitações adicionais pela família empregadora, como buscar um copo d’água, e assim tentar evitar a extensão para além do horário previsto.

Em se tratando das “empregadas domésticas” que moram no local de trabalho, retirar-se para o quarto, à noite, e fingir estar dormindo é uma estratégia para impor limite às solicitações e à exigência de disponibilidade permanente. Conquistar uma moradia própria significa, portanto, viabilizar um espaço de privacidade pessoal e forjar a emancipação da relação servil. A culpa foi um sentimento recorrente, nos relatos das entrevistadas, por não poderem se dedicar ao cuidado dos próprios filhos: sem o suporte de políticas sociais e sem a

participação efetiva dos homens, os arranjos são feitos entre as mulheres de várias gerações, como a avó que cuida dos netos ou a filha que cuida dos irmãos e da casa. Por outro lado, trabalhar fora e ter um salário são meios de conquistar autonomia e tornar-se independente de companheiros ou maridos.

Sobre a resistência coletiva, o exercício da participação política nos sindicatos da categoria tem como obstáculo (tema ao qual esta análise retornará no capítulo seguinte) as jornadas intensas e extensas do trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Pontualmente podem ser negociadas reposições do tempo do trabalho deslocado para a participação de atividades políticas, esquema que requer, como pré-condição, deixar tarefas antecipadamente prontas para suprir demandas em sua ausência e realizar posteriormente as tarefas acumuladas. Como não desfrutam da possibilidade de liberação remunerada, o tempo do engajamento político compreende o tempo da folga do trabalho assalariado nos períodos noturnos, domingos, feriados e férias. São as “empregadas domésticas” aposentadas, entretanto, que têm a possibilidade de dedicar seu tempo livre para a ação política e, de fato, a participação delas tem sido crucial para a sustentabilidade do sindicato. O “grau de consciência política” também foi apontado, pelas dirigentes do sindicato, como determinante para construir a militância. A ampliação do quadro de sócias e a renovação da direção sindical são processos difíceis e as fundadoras permanecem como as lideranças e referências centrais.

Ávila (2009), portanto, para analisar o trabalho doméstico assalariado, resgata a conexão intrínseca entre trabalho doméstico gratuito e remunerado, por meio do qual se estabelece uma relação de classe entre mulheres: as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico gratuito repassam esses afazeres para outras mulheres, pobres e majoritariamente negras, que, em troca de um pagamento, realizam as atribuições. Esse movimento de externalização estabelece uma subdivisão, fundamentada em relações de classe, no interior da divisão sexual do trabalho. Mas quem são essas mulheres que delegam a outras o trabalho doméstico? Estudos que preencham a lacuna e permitam conhecer o polo antagônico da relação de trabalho doméstico remunerado, o “universo dos patrões” (BRITES, 2013), são ainda incipientes, dadas as dificuldades do acesso às informações, tanto nas pesquisas qualitativas, tal como demonstra a tese de Brites (2000) e o limite imposto pela fronteira da sala de estar, quanto nas pesquisas estatísticas populacionais.

Um esforço acadêmico no sentido de avançar com o mapeamento do polo empregador é o artigo *Quem Contrata Trabalhadoras Domésticas Diaristas e Mensalistas no*

Brasil?, de 2017, que compõe a tese de Maria de Fátima Lage Guerra⁷³. O estudo utiliza como referência os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-IBGE⁷⁴) de 2008-2009 e aplica uma metodologia de modelagem econométrica de regressão, que oferece uma possibilidade analítica baseada em probabilidades. Considera as mudanças contemporâneas apresentadas pela conformação das famílias, que vêm se reduzindo e tornando-se mais heterogêneas: ainda preponderantes, as famílias nucleares tem cedido espaço para outros arranjos familiares e tipos de união, como casais sem filhos, em coabitação, do mesmo sexo, famílias monoparentais, de avós com netos, unipessoais, entre outras (GUERRA, 2017). Essas mudanças na composição demográfica das famílias brasileiras podem estar associadas a uma reconfiguração do perfil ocupacional das trabalhadoras domésticas, trazendo, como implicação, por exemplo, a elevação da demanda pelos serviços de diaristas.

Os dados da pesquisa de Guerra (2017) apontam que, do universo de 56.034 famílias ou unidades de consumo que compunham a amostra da POF 2008-2009, 16% eram contratantes de trabalhadoras domésticas, das quais 7,8% contratantes apenas de diaristas e 8,2% contratantes de ao menos uma mensalista. Como a imensa maioria das famílias, com preponderância equivalente a 84% da amostra, não dispunham de uma trabalhadora doméstica assalariada, Guerra (2017) conclui, primeiro, que são as mulheres da maior parcela das famílias que arcam cotidianamente com os afazeres domésticos e, além disso, os resultados são um *indicativo bastante forte de que os serviços domésticos remunerados são um bem de luxo, cujo consumo, apesar de culturalmente difundido no país, é bastante concentrado em famílias de classe média/alta, que são minoria na estrutura social brasileira* (GUERRA, 2017: 128). A pesquisadora destaca, assim, que o nível de renda familiar *per capita* “parece ser o fator mais importante” para determinar se uma família brasileira efetuará despesas com a contratação de uma trabalhadora doméstica, de ambas as modalidades – mensalista e diarista.

Além disso, quando analiticamente controlada pela variável renda, a demanda pelo trabalho doméstico remunerado “parece ser determinada, em termos relativos”, muito mais pela quantidade de serviço a ser feito do que, por exemplo, pelos moradores trabalharem

⁷³ GUERRA, Maria de Fátima Lage. *Trabalhadoras Domésticas no Brasil: coortes, formas de contratação e famílias contratantes*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

⁷⁴ A POF é uma pesquisa domiciliar que investiga e produz informações sobre a composição orçamentária da população brasileira, como hábitos de consumo, gastos, distribuição dos rendimentos e percepções das condições de vida. A amostra pesquisada em 2008-2009 foi composta por 56.034 unidades de consumo, tratadas no estudo de Guerra (2017) como famílias. A despeito de que não sejam conceitos idênticos – pois um envolve ligação por laços de parentesco que não necessariamente corresponde aos mesmos membros de uma unidade de consumo –, o IBGE autoriza a utilização de modo equivalente, pois *na maior parte das situações a composição da família é exatamente igual à composição da unidade de consumo* (GUERRA, 2017: 117).

fora e não terem disponibilidade de tempo para desempenhá-lo. Contrariando, contudo, a expectativa em relação ao volume do trabalho e à hipótese da necessidade, as famílias unipessoais e com casal apresentaram, na pesquisa, patamares de probabilidade de contratação de mensalistas que apontam a dimensão simbólica de *status* da ostentação de uma trabalhadora doméstica contratada e o recurso como mecanismo visando à liberação, entre as classes médias e altas, das “repetitivas, desagradáveis e cansativas” tarefas do lar (GUERRA, 2017: 135-6). Com o seu estudo exploratório, a pesquisadora aponta que os achados necessitam de outras investigações aprofundadas.

2.4. O “fantasma que paira”: o “roubo”, uma narrativa opressora

De um lado da linha estava uma mulher que contratava os serviços de outra, do outro lado da linha. A patroa pede referências, a empregada fornece. A patroa insiste nas referências, a empregada reafirma. A patroa insiste mais ainda e a empregada responde: “Se a senhora não tem confiança, nem vou na sua casa. A senhora tem o direito de pedir referências, mas eu tenho direito de ficar magoada. Não é porque a senhora foi roubada uma vez por uma empregada que todas vão roubar da senhora. E não é só porque é pobre que é ladrão. Os ladrão, a maioria, é dos rico mesmo. Tem muitas pessoas que não têm referência e é honesta, e têm os que têm referência e rouba. O que vale não é o papel não, é a pessoa, a educação da pessoa, e o momento dela”. (KOFES, 2001: 380. Grifos meus.)

O escritório do meu patrão sempre fica de porta fechada. Mas eu tenho acesso (...), limpar direitinho e depois eu fecho... Porque tem muita coisa lá dentro que eu não... É dólar, é brinco... que eu não sei pra quê também, que aquelas coisas assim... Às vezes eu sou meio desconfiada... que às vezes a pessoa testa a gente! Tem dólar, tem brincos, tem anéis, tudo assim, coisa aberta, relógio... Aqueles relógios lá, Rolex, sei lá o quê, que eu também nem conheço isso! (...) É uns bichão velho lá, um monte... Porque eles chegaram agora de navio, fia, ééé. É relógio de ouro, relógio de prata... coisa de brilhante. (...) Tem uma gaveta que é cheia de dólar! Eu nem sei... No chão, eu posso ver uma tarraxinha de brinco, se eu vir lá no chão, eu boto no lugar! Ela diz: “Rô, até isso você pega! Pode jogar fora”. Eu digo: “Eu! Jogar fora, jogo nada! Sabe por quê? Porque vai que você procura alguma coisa assim e você não acha?”. O neto dela estava procurando um perfume importado, eles trouxeram lá não sei d’aonde... “Rô, você viu o perfume?”. Eu digo: “Não!”. (...) O menino: “É, porque estava aqui”, não sei o quê... E eu digo: “Eu não sei, filho, sabe por quê? Eu só limpo, já limpo o quarto de vocês e saio. Nem demoro no quarto de vocês!”. É banheiro, é esse escritório que é cheio de coisa... câmeras, gravadores, (...) bem um monte de celular dentro de uma caixa. Um monte de celular, um monte de celular! Você nem imagina! Todo o tipo lá. É um coisa assim, um armário cheio de perfume importado... Não sei pra quê que aquele povo quer tanto perfume importado! E quando você vai limpar, tem que limpar um por um! É um saco!!! Aí, tudo bem, voltando ao assunto... Procurando um perfume lá... Lacoste... Lacoste branco, sei lá o quê... Sei nem nome... é um perfume importado... Eu digo: “Oh, fê, não sei o nome, não sei nem qual é o cheiro e não sei de nada!”. “Ah, mas sumiu! Estava aqui, eu trouxe do sítio”. Eu digo: “Meu filho, eu não sei!”. Aí, passou uns dias, ele foi pra casa da namorada dele... [outro dia] Eu estava bem na hora limpando a sala... (...) Disse a namorada: “Olha o que você deixou lá em casa, estava dentro da minha bolsa”. Eu olhei assim... o perfume dele! Menina, ele não sabia onde enfiava a cara! Eu acho assim, que ele pensou, sei lá, vai saber se ele pensou que eu tinha pegado!? “Seu perfume estava lá em casa, doido”... o jeito deles falar lá. “Ai, estava lá?”; “Estava, você esqueceu”. Aí ele ficou assim... “Olha, Rô, meu perfume!”. E digo: “É, e você estava desconfiando de

mim, não era? Do mesmo jeito que o cartão, né, que estava dentro do seu carro e você pensou que era eu que tinha pegado!”. Falo logo direto! Eu sou meio desconfiada também! Se: “Ah, cadê o negócio que estava aqui?”. Eu digo: “Vamos procurar juntas que a gente vai achar!”. Foi o jeito que eu falei pra ele: “Vamos procurar que a gente vai achar”. Porque jamais... Eu sou preta! Mas não sou ladrona e não pego nada de ninguém! A não ser que você me dê, eu não mexo e nem gosto de entrar muito no quarto de... Não é mesmo? Ele ficou assim... E a namorada dele: “Ah, como ela é!”. E eu digo: “Não, eu estou no meu direito, eu me sinto mal! Eu faço de um tudo pra não sumir nada!”. Nem um palito de fósforo, eu deixo tudo no mesmo lugar, deixo! E o cartão era do... Internacional. Como é que uma pessoa vai usar uma coisa se não é seu? Depois ele me pediu desculpa, achou o cartão. No outro dia, quando eu cheguei, digo: “Achou seu cartão?”; “Achei, Rô, estava dentro do carro...”. Digo: “Ahhh!”. Ai eu juntei, o perfume e o cartão e meti o pau nele, foi mesmo. Também nunca mais falou nada! É claro, a gente se ofende, né? Porque assim, são tudo branco. (Rosângela, entrevistada em 07/01/2017.)

Nesta subseção será discutida a questão do “roubo”⁷⁵ (aliás, a princípio, a simples enunciação dessa questão me causava profundo mal-estar), sem que se atenha, no entanto, a um fato empírico supostamente concreto, uma situação real que serviria de ilustração. Tampouco será apontado o mérito de uma eventual possibilidade de veracidade, comprovação ou sentença judicial, assumindo de partida que há divergências polares na maneira pela qual se referem ao assunto, em se tratando da posição social na relação, entre as trabalhadoras domésticas e os empregadores. Nas delimitações desta abordagem analítica, em que qualquer apuração é impossível e sobretudo deslocada, o “roubo” é “tão somente” uma acusação iminente: precisamente, uma suspeição em maior ou menor grau, em latência.

A expressão dessa desconfiança, *medo comum e recorrente* (KOFES, 2001: 282), pela patroa ou patrão é reveladora da relação social que se estabelece a propósito do serviço doméstico remunerado. Consiste em uma suspeita, comunicada à trabalhadora de modo mais ou menos velado e dissimulado, ou de maneira explícita: vigilância cotidiana, interdições que podem ser suspensas condicionadas à presença do empregador ou proibições categóricas de circular ou permanecer em determinados espaços, de manusear ou mesmo se aproximar de determinados objetos “de valor” e peças domésticas raras, ou ainda de certos tipos de alimentos, de propriedade do empregador e sua família. Às vezes é expressa associada a ameaças de despedida por justa causa, ao aviso de recusa em disponibilizar referência para outra colocação e à ameaça de prestar queixa à polícia. A própria trabalhadora, por internalizar a suspeita do empregador, com a qual sua experiência cotidiana a ensina a lidar, pode, na tentativa de antecipar-se à suspeita e a acusações, evitar por si mesma certos espaços. Assim me declarou, no início de 2015, num trajeto de ônibus em São Paulo, *Rosângela*, à época cuidadora de uma idosa *bem de vida e de saúde melhor que a dela*, em

⁷⁵ Agradeço à professora Guita Grin Debert por ter me chamado a atenção para a relevância do tema em seu curso “Gênero e Cuidado”, do qual participei como aluna no segundo semestre de 2015.

suas palavras, para quem trabalhava havia muitos anos e de quem ela afirmou gostar muito, mas que, precavida, procurava nem ir ao quarto da patroa, onde esta guardava dinheiro e outros objetos valiosos, para evitar certas desconfianças.

Thompson (1984), estudando a história social do século XVIII na Inglaterra, teceu considerações sobre o “roubo”. Analisando o conflito de classes no período de transição para o capitalismo industrial, ele ressalta um paradoxo inerente à cultura plebeia da época⁷⁶: portadora de uma cultura tradicional não sujeita, em suas operações cotidianas, ao domínio ideológico dos poderosos, confrontava em rebeldia a *gentry* (classe dominante de burgueses em ascensão). Em defesa dos costumes, insurgia-se contra a inovadora economia de mercado – com o desenvolvimento industrial e o avanço da “mão de obra livre” –, opondo, de forma menos articulada, ainda que turbulenta, sua resistência. A economia moral da plebe conjugava, assim, ação direta e pela preservação de costumes tradicionais.

Oscilando entre momentos de convulsões antagônicas e reconciliações, havia uma reciprocidade entre a *gentry* e a multidão, o que Thompson denomina “equilíbrio paternalista” (THOMPSON, 1984: 39), pelo qual ambos os polos são prisioneiros da parte contrária. Nesse campo de forças, aos pobres era imposta a deferência às classes superiores – por meios de recursos como a majestade e o terror da justiça –, ao passo que os governantes ocasionalmente se viam forçados a fazer concessões: os protestos plebeus contestavam simbolicamente os pressupostos morais desrespeitados e a hegemonia da *gentry*, mas a contestação da blasfêmia, bem como a privação real, também poderiam provocar repercussão no âmbito material (THOMPSON, 1984: 52).

Os atos de caridade, nesse sentido, eram estratégias de apaziguamento em momentos de maior escassez ou ameaças de motim pela multidão. Os “roubos”, por sua vez, sinalizavam uma tentativa de defesa de práticas antigas que estabeleciam o direito ao comum:

*Una categoría tan sencilla como la de “robo” puede resultar ser, en ciertas circunstancias, evidencia de los intentos prolongados, por parte de la comunidad agraria, de defender prácticas antiguas de **derechos al común**, o de los jornaleros*

⁷⁶ A cultura popular, dinamizada pelo costume e transmitida por tradições orais, era bastante distinta da “cultura refinada” apresentada por aqueles que detinham o domínio no país. A hegemonia cultural definia os limites externos do possível mas não impunha uma visão de mundo totalizadora; coexistia com uma cultura que, embora resultante de elementos desunidos e fragmentados de antigas formas de pensamento e dinâmicas sociais, derivava de suas próprias experiências e constituía uma ameaça às diretrizes oficiais. Durante quase cem anos, os pobres atacaram parcialmente a disciplina laboral na emergência do capitalismo, que pretendia promover e intensificar a rotina de trabalho regular e constante – transformando o trabalho orientado pelas tarefas no trabalho de horário marcado nas fábricas têxteis e oficinas –, com o argumento da ineficiência e do desperdício de tempo, e que recebeu o reforço da ética puritana (THOMPSON, 1998).

de defender los emolumentos establecidos por la costumbre. (THOMPSON, 1984: 40. **Grifos meus.**)⁷⁷

No Brasil dos tempos atuais, Brites (2000) debruça-se com fôlego sobre a temática do “roubo”. Em dois capítulos, intitulados “Na casa da patroa” (I e II), a autora aborda a questão. Na parte I, ao discutir as queixas que as patroas apresentavam, ao longo de suas observações participantes nas casas de patrões, sobre suas “empregadas”: entre queixas sobre limpeza, desordem, insolências, faltas, também figuravam os *intoleráveis “roubos”* (BRITES, 2000: 80) atribuídos pelas patroas às “empregadas”. A autora pondera avaliando *as queixas não apenas como acusações dos patrões, mas como mal-entendidos sociológicos, levantando como hipótese a possibilidade de uma construção diferencial tanto das concepções de limpeza e organização doméstica, quanto de deveres e direito* (BRITES, 2000: 80).

Na parte II, analisando a presença das patroas por meio de objetos como móveis, roupas e variados tipos de comidas, transferidos das casas destas para as casas das “empregadas”, Brites detém-se nas “coisas dadas” assim como nas “supostamente roubadas”. A autora sublinha, nesse aspecto, uma reação das trabalhadoras, um comportamento pelo qual procuram abrir espaços e exercer sua “agência”: *inventando táticas diversas para minimizar as desvantagens e até mesmo tirar algum proveito do sistema* (BRITES, 2000: 102). Em sua etnografia, constatou a transferência de armários, louças, quadros, enfeites, camas, guarda-roupas, colchões, geladeira (duplex), materiais de construção, roupas de crianças e até sutiãs e calcinhas velhos, entre outros. As coisas dadas são, em geral, usadas e já perderam utilidade no padrão de consumo dos empregadores. Enquanto troca, remetem à exploração e servem, pelos patrões, como complementos e substitutos – e de modo ilegal (o que foi ratificado em 2006, pela Lei nº 11.324) – de parte dos salários acertados. Esse sistema de trânsito de bens insere-se no contexto mais amplo das relações de classe em nossa sociedade e a autora estabelece um paralelo *entre os presentes oferecidos pela patroa à sua empregada e os pequenos furtos que ocasionalmente esta comete na casa de sua empregadora* (BRITES, 2000: 104).

Diante de uma acusação de “roubo”, narrada por *Túlia*, uma trabalhadora doméstica que estava havia 23 anos no mesmo emprego:

⁷⁷ *Uma categoria tão simples como a de “roubo” pode vir a ser, em certas circunstâncias, evidência das tentativas prolongadas, por parte da comunidade agrária, de defender práticas antigas de direito ao comum, ou de trabalhadores avulsos de defender os ganhos estabelecidos pelo costume* (THOMPSON, 1984: 40. Tradução minha).

Comigo aconteceu uma vez. Eu trabalhava para dona Norma e sumiu um anel dela: “Sumiu meu anel! Sumiu meu anel! Ele não podia ter desaparecido assim”, tal e coisa, e coisa e tal. A gente já sabe que estão desconfiando da gente. Eu trabalhava com outra menina, a Osmarina, que é cozinheira da dona Olga, sabe? Olha, foi um fuzuê até a gente encontrar aquele anel! Eu, que tinha mais liberdade de mexer nos armários, fiquei o dia inteiro procurando até encontrar. Estava no bolso de um casaco que ela tinha saído. Esqueceu que botou ali e já foi a empregada que roubou, entende? (...) Eu disse pra ela que outra vez, antes de ir acusando a gente, ela deveria primeiro procurar bem. Depois sim, caso não encontrasse, aí podia apertar a gente. (BRITES, 2000: 114-5)

A partir do relato dessa acusação, Brites observa que, do ponto de vista da trabalhadora, uma vez constatado o sumiço de algo, a acusação sempre recai sobre algum subalterno (ou “O assassino é o mordomo”, título da seção de Brites). Ainda que o que tenha “desaparecido” seja encontrado em algum lugar esquecido ou esteja sendo usado por alguém da família, em ocasiões semelhantes que venham a ocorrer posteriormente, a postura dos empregadores não se modifica: *Acredita-se que é óbvio que essas pessoas roubam* (BRITES, 2000: 116). A antropóloga também enfatiza que a fala de Túlia aponta, primeiro, para o “desleixo” dos patrões, o que pode ser atribuído à pouca importância que a possibilidade material de substituir esses bens permite, ou ainda, para fato de que contam com o trabalho de “serviçais” para manter a ordem doméstica. Ao afirmar ter encontrado o objeto largado em qualquer canto pelos próprios patrões, para Brites, *Túlia exime-se de qualquer possibilidade de tornar-se suspeita* (BRITES, 2000: 115). Por fim, Brites avalia que *Túlia admite que muitas vezes as empregadas cometem um “roubo” e que, nesse caso [na concepção que teria sido demonstrada por Túlia], é legítimo os patrões exigirem, seja lá por quais meios forem, aquilo que lhes pertence* (BRITES, 2000: 115).

Com base em suas investidas no campo, especialmente na casa das trabalhadoras, e, como afirma, a partir da sua própria experiência como patroa, a autora acredita que *não é de todo incomum uma empregada levar coisas da patroa sem que esta lhe tenha concedido permissão* (BRITES, 2000: 118). No entanto, ressalta que, na maioria das vezes, as coisas carregadas sejam insignificantes tendo em vista o padrão aquisitivo dos patrões: uma lata de ervilha, um sabonete, um pouco de feijão, sacolas de supermercado, alguns trocados, um cacho de bananas... Mais do que um recurso que facilite a subsistência, para Brites trata-se de um *certo prazer do jogo* (BRITES, 2000: 120) – aliás, o subtítulo da seção é “Rebeldia, rivalidade e diversão no furto”. Outro aspecto destacado pela autora aponta que a dinâmica da acusação de “roubo”, desferida pelos patrões, e sua captação, pelas empregadas, sinaliza um campo comunicativo, estabelecido, contudo, num contexto de

desigualdade social. A partir de um roteiro já previamente conhecido, desenrola-se algo como um ritual performático de falas, gestos e práticas:

Repousa nesse saber compartilhado uma noção de uma sociedade hierárquica, onde a possibilidade de justiça é menos comprometida com a igualdade dos sujeitos do que com a relação de reciprocidade entre as partes. Ou seja, não se questiona a assimetria dos sujeitos, ela existe e é um fato do mundo. É baseado nessa desigualdade que a acusação de “roubo” pode ser feita aos subalternos. (BRITES, 2000: 123)

A partir de suas anedotas sobre o “roubo”, colhidas no decorrer de sua pesquisa de campo, Brites posiciona o *furto continuado que é efetuado (ou presumido) pelas empregadas* (BRITES, 2000: 126) ao lado do salário e dos presentes oferecidos pelos patrões aos “serviçais”. Para além da resistência de classe, a autora avalia que esses eventos demonstram as ambiguidades das relações entre as classes. Nesse sentido, o modo de atuação da população subalterna não prescinde nem se submete totalmente na relação com os grupos dominantes, numa determinada configuração histórica.

Para Brites, o furto assemelha-se, e essa é a metáfora que ela constrói, a um *carregamento de formiguinha* (BRITES, 2000: 118). Na análise que esta tese propõe – que não exclui em absoluto a possibilidade do furto, embora o considere algo marginal, quase remoto, dados não apenas os cada vez mais sofisticados mecanismos de vigilância e os dispositivos da lei e da punição, exemplarmente difundidos pela “moralidade” imperativa em nossa sociedade, assim como o receio concreto da perda do trabalho, da humilhação e da reputação maculada, mas, sobretudo, em virtude da conduta rotineira e a reação dos mais pobres, observada e vivenciada, para quem o preceito da honestidade se impõe como um valor que confere dignidade –, a ênfase da questão recai sobre outros termos.

Considerando a ambivalência à qual nesta abordagem está referida por “íntima intrusa”, para Kofes (1991), que enfatiza a característica estruturalmente ambígua da relação entre a patroa e a “empregada” no âmbito doméstico – espaço da vida íntima, dos laços de parentesco pautados, em princípio, por afetividade, confiança, fidelidade e intimidade –, a acusação de “roubo” proferida contra a trabalhadora doméstica produz o efeito simbólico de demarcar sua exterioridade em termos das relações propriamente familiares, bem como preservar o seu distanciamento dos membros familiares e seus pertences.

A narrativa do “roubo” está relacionada a duas dimensões envolvidas no serviço doméstico, ambas decorrentes de uma relação que se funda na desigualdade social: a primeira envolve o aspecto material, ou seja, a exploração econômica da trabalhadora sendo

que, na maior parte das situações, a discrepância das condições de vida entre patroa e empregada é tão acentuada que a suspeita do “roubo”, pela patroa, é característica da evidência constatada dessa assimetria. Não se trata, no entanto, de interpretar o roubo de modo simplista como uma possibilidade de vingança ou de justificação, embora seja possível compreender o “roubo” como uma estratégia de reparação por um trabalho desempenhado e não pago integralmente ou coerentemente segundo a avaliação de um trabalhador, seja ou não uma trabalhadora doméstica, conforme um salário acordado previamente e em condições desiguais de negociação – uma vez que pode ter sido imposto e a trabalhadora ou o trabalhador, coagida a aceitar por estar em situação de desemprego ou subemprego.

Desse ponto de vista, o “roubo”, ou o furto mais exatamente, no que se refere ao trabalho doméstico, é uma das formas evidentes mais características da manifestação do conflito de classes e da expressão do racismo, não pela veracidade da acusação, e justamente por povoar obsessivamente o imaginário de patrões e familiares empregadores. Por meio dessa cisma ou sentimento recorrente, e muitas vezes desarrazoado, é criado, e esta é a segunda dimensão, um mecanismo de controle significativo, extravasado autoritariamente, do comportamento das trabalhadoras domésticas, por suas implicações de despedida e inquérito policial: o roubo é, portanto, uma narrativa opressora.

Em junho de 2016, uma notícia veiculada por meio digital de um jornal de grande circulação comentou a distinção de lugares disponibilizados conforme a posição social em um clube privativo de elite em Ipanema, no Rio de Janeiro. Rompendo a rotina de distinções já invisibilizadas pela ordem estabelecida, a despeito de sua violência, uma situação teve repercussão ao resultar na expulsão de uma babá do banheiro local. Ao auxiliar no banho das três crianças filhas de um dos ilustres sócios, a cuidadora estava presente no banheiro onde as profissionais de sua categoria não têm permissão e não devem adentrar: *no Rio de Janeiro do século XXI as babás dos herdeiros dos sobrenomes mais nobres da cidade não podem se misturar com suas patroas. É norma da casa, o banheiro é **exclusivo para sócias, que deixam lá seus pertences***, justificou o clube⁷⁸.

Historicamente, e com o consentimento das instituições, reiteradamente “roubadas” têm sido as trabalhadoras domésticas, recebendo rendimentos pífios, sem cobertura previdenciária e com jornadas de trabalho até recentemente desregulamentadas, às quais são direcionados tratamentos discriminatórios, classificadas como subcidadãs. O

⁷⁸ Fonte: *El País*. María Martín. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/27/actualidad/1464300764_523657.html>. Acesso em: 02/06/2016.

“roubo” como uma narrativa opressora anuncia, pressupostas as relações desiguais, autoritariamente as demarcações de classe e as violências raciais. Essa demarcação das diferenças, hierarquicamente valoradas, também se manifesta sob outros aspectos no cotidiano doméstico, exacerbando a dimensão simbólica do “jogo” entre trabalhadoras domésticas e patroas, presente nas falas, nos gestos, nos espaços domésticos e na corporalidade (usos do lenço, do avental e do uniforme), definindo ritualmente ou em categorias “quem é quem”.

Em conformidade com a ficção capciosa do “quase da família”, é interessante registrar a expectativa de *Rosangela*, no nosso primeiro encontro, em 2015, de ser contemplada no testamento da patroa, que não teve filhos e já havia sugerido a ela que *nunca se sabe o que o futuro nos reserva*. Mas, em regra, da herança as trabalhadoras domésticas estão excluídas. No nosso encontro seguinte, após a regulamentação plena da nova legislação do contrato de trabalho doméstico, *Rosangela* havia sido formalmente despedida mas demandada a permanecer como diarista, fazendo faxinas e atendendo a outras solicitações uma vez por semana. *A patroa assinava a carteira mas não queria pagar os benefícios da nova lei, mas teve que pagar, a advogada falou, porque senão ia pagar muita multa. E foi quando ela me dispensou, que não aguentava, que não sei o quê*. Visivelmente mais magra, comentou que estava bastante cansada e sentindo dores nas costas: agora trabalhava em diversas casas ao longo da semana para manter seu rendimento mensal.

A desconfiança como ponto de partida e as acusações, insinuadas ou explícitas, de “roubo” contra as trabalhadoras domésticas são expressão da violência estrutural contra os pobres e particularmente os negros em nossa sociedade, a maior herança da escravidão no Brasil, que também se manifesta nas abordagens rotineiras de rua (os “enquadrados” policiais), no encarceramento e no extermínio de pessoas negras nas periferias pelas forças de repressão do Estado. Reprodução do avesso da cidadania, sendo que a elucidação da temática do “roubo” também contribui para desvendar o mito da democracia racial no país.

Para apresentar um encerramento a esta primeira parte da tese, será retomada a expressão “recusa histórica”, que consiste no problema sobre o qual o estudo se debruça e sintetiza o prisma que a abordagem propõe. O esforço de analisar essa “recusa histórica” vivenciada por gerações de trabalhadoras domésticas – agentes de um trabalho superexplorado ao qual vem sendo negada a condição efetiva de classe trabalhadora detentora

de direitos sociais trabalhistas e de cidadania, posto que se trata de um grupo suscetível à extrema vulnerabilidade, cuja relação social conjuga os eixos do patriarcalismo, do racismo e da opressão de classe –, ainda que, no campo formal, a legislação tenha avançado nas últimas décadas (como será discutido em profundidade no próximo capítulo), enquadra-se na proposta que a categoria de gênero incorpora, como aporte analítico. Isso porque os estudos de gênero têm enfatizado que a construção cultural de binários como mulher-homem, produtivo-reprodutivo ou negro-branco, entre outros inúmeros pares que constituem campos de poder e produzem efeitos de dominação e subordinação, para ser apreendida de modo não superficial, requer que seja interpretada como interações estruturais e dinâmicas entre as múltiplas diferenças, hierarquicamente valoradas nas relações sociais.

Nesse sentido, compreender o trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo impõe o desafio de articular analiticamente o entrelaçamento conflituoso, no tecido social, das relações de gênero com as modalidades de raça/etnia e a estratificação em classes sociais. Como aponta a leitura apresentada da bibliografia específica sobre o trabalho doméstico, é no interior da divisão sexual do trabalho que se funda o assalariamento de outras mulheres, constituindo relações de classe pelas prerrogativas de mando e obediência assim como pelas demarcações da propriedade privada, e que, por sua vez, reforçam essa divisão sexual do trabalho, haja vista que as “soluções” facilitam aos homens permanecerem abstendo-se das responsabilidades de cuidado. Além disso, este estudo propõe-se a contribuir com o avanço do intuito de abarcar a dimensão de raça, cerne do conflito trabalhista doméstico, cujo desenvolvimento, no entanto, está incipiente na literatura específica discutida.

Para tanto, o primeiro capítulo elabora uma discussão mais aprofundada e cuidadosa de importantes interpretações acerca da formação social brasileira, com foco especial nas relações raciais de trabalho doméstico, estabelecidas, até as vésperas da Proclamação da República, em regime oficial de escravidão e que teve como desfecho um processo abolicionista mal resolvido e, portanto, inacabado. Ao não reparar os sujeitos históricos aviltados, postergando, ainda nos dias atuais, o real enfrentamento das posições sociais privilegiadas, as classes dirigentes têm se organizado institucionalmente para refrear as conquistas efetivas. A opressão, contudo, não é aceita, assim como não o foi⁷⁹, de modo

⁷⁹ As lutas pela liberdade, e a respeito de seu próprio significado, forjado na experiência do cativo, dos negros escravizados ao longo do século XIX foram estudadas por Chalhoub (1990), a partir do exame de ações civis reivindicando, nos tribunais da Corte, a alforria. Com fugas, insurreições, suicídios ou formação de quilombos, a luta de trabalhadoras e trabalhadores no Brasil não foi inaugurada em 1888: escravos e libertos agiram ao longo dos séculos pela liberdade e acerca dos sentidos a ela atribuídos, que poderiam significar a possibilidade de ir e vir sem restrições ou de não submeter-se à tutela de senhores; ou a chance de constituir laços familiares e não sofrer o risco de ter os membros da família comercializados; ou ainda a possibilidade de não ser servo e de ter

conformista e a subordinação não se expressa sem resistência. Muito pelo contrário. As lutas contemporâneas são desempenhadas de modo individual e pelo engajamento coletivo, como a Parte 2 tem a finalidade de retratar e aprofundar.

acesso à terra ou manter terras conquistadas durante o cativeiro. A liberdade, dessa maneira, não está absolutamente relacionada à possibilidade de venda “livre” da força de trabalho em troca de um salário. Além disso, a “substituição” do trabalho dos povos negros escravizados pelo de imigrantes brancos europeus que, como visto a partir de Fernandes (2008) foi prevalente em São Paulo, não pode ser estendida para dar conta das relações que se estabeleceram de modo diverso em outras localidades, cujos estudos demonstraram o aproveitamento assalariado, temporário ou pago por dia, pelos fazendeiros, do chamado “elemento nacional”. Estudos mais recentes, a partir da história social do trabalho, têm enfaticamente criticado dicotomias que opõem campo e cidade, arcaico e moderno, escravidão e capitalismo, e que – mesmo com a ampliação dos estudos a respeito do movimento operário e suas vertentes anarquistas e anarco-sindicalistas nas primeiras décadas do século XX – se mantiveram silentes quanto aos negros, escravizados ou egressos do regime escravagista, como sujeitos históricos no processo de conquista da abolição e do novo paradigma social do trabalho. Assim, têm sido revelados aspectos das relações entre escravidão e liberdade, assim como entre trabalhadores livres e escravos e entre libertos e ex-escravos. Estudos regionais têm apontado a presença de trabalhadores negros em diversas ocupações no mercado de trabalho rural e urbano (artesanal, industrial e no setor de transportes) no período pós-abolição, e impondo exigências mais rigorosas do que as pedidas pelos imigrantes, no intuito de afastarem-se das reminiscências da escravidão. Portanto, a experiência escrava moldou as reivindicações dos libertos e a luta incompleta pela conquista da cidadania para a classe trabalhadora. Para a discussão, conferir, por exemplo, LARA, 1998.

PARTE II

OS AGENTES DO CONFLITO

3. O Trabalho Doméstico como Atividade Servil e a Conquista de Direitos: um breve retrospecto da lenta regulamentação jurídica no Brasil

Quando a gente tratou, ela [a patroa] quase não saía, mas agora ela sai mais. A Dirce [cozinheira que não morava no emprego] mesmo já reparou isso e disse que “ela agora começou a entrar mais na sociedade”, antes era mais moderado. Depois começou, né, melhorar de vida, aí, a sociedade... E para mim não tá melhorando nada, tá é piorando. Quer dizer ela tá melhorando, né, passou a dar jantar em cima de jantares, almoços, lanchinhos. E aumentou o serviço para mim. Porque aí eu tenho que ficar lavando louça... 1 hora da manhã, 2 horas, tou lá lavando louça, porque a Dirce vai embora. E, no outro dia, 6 horas eu tenho que levantar. Agora ela levanta mais tarde, quando é no meio do dia, torna a deitar para descansar. Dorme, e ainda pede pra não fazer barulho. Por isso que eu faço barulho, pra ela não dormir. Por quê? Ela é de carne e osso. E eu? Sou de gesso, de barro? Quer dizer que eu não sinto cansa? (...) Ela quer que eu fique pra dar lanche no sábado, e quer tomar o lanche 7 horas da noite. Quer dizer, se eu tiver que ir a um passeio, ir a um cinema, como eu posso ir? (Isabel, empregada doméstica que morava no emprego, entrevistada em 1977. Fonte: KOFES, 2001: 430-1.)

É perigoso! Muito! Porque eu trabalho no 15º andar... é um perigo! Só falam assim: “Rô, toma cuidado!”. Mas assim, uma corda... Eu vou com um rodinho... Me penduro... Às vezes sento... Só não vou lá pra fora! Eu tomo muito, muito cuidado. Porque eu já vi muitos acidentes, com as minhas amigas, acontecer por causa disso. Vidro quebrar, vidro cair. Mas mesmo assim eu faço. “Você não vai me cair porque eu não vou pagar caixa.” (...) Como eu não sou besta, enrolo o pano e..., se ficar limpo, ficou, se não ficar, amém. Porque eu acho assim, vidro, do lado de fora. É outra coisa que eu também não gosto de fazer. Uma vez, eu desequilibrei. Ainda bem que segurei, né!? Era no 12º andar. Ainda bem que tinha uma coisa assim e eu puxei. Acho que, molhado, eu sem querer ia descendo... Mas hoje era pra eu estar morta! (Rosângela, entrevistada em 07/01/2017.)

Eu costumo dizer que o início da discussão da Convenção nº 189 da OIT partiu da nossa pauta de reivindicações. (Regina Teodoro⁸⁰, dirigente do SINDDOM-Campinas, em entrevista concedida ao IOS, em 2017.)

⁸⁰ Maria Regina Teodoro foi presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Hortolândia (SINDDOM-Capinas) e Secretária da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS). Na entrevista concedida a Bárbara Palma Ablas, jornalista do Instituto Observatório Social (IOS), em 13 de setembro de 2017, Regina Teodoro comentou sobre o processo de discussão da Convenção nº 189 da OIT e a participação protagonista das dirigentes sindicais de Campinas. Contrariando as restrições previstas na legislação brasileira atinente aos serviços domésticos, que não reconhecia, até a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, o direito à negociação de convenções coletivas de trabalho, a diretoria do SINDDOM-Campinas elaborou, ao longo de 10 anos, a pauta de reivindicações da categoria, encaminhada ao sindicato patronal. Quando principiou o processo de formulação da Convenção nº 189, as dirigentes foram procuradas por representantes da OIT e a pauta de reivindicações foi utilizada como uma das referências para a construção dos questionários enviados aos sindicatos da atividade no mundo todo, com o propósito de subsidiar e nortear as discussões que culminaram na definição do texto da convenção. Com o apoio da FENATRAD e de secretarias de governo da Presidência da República, conforme relatou Regina Teodoro, as imensas dificuldades foram transpostas e seis trabalhadoras domésticas brasileiras – sendo duas da região de Campinas, ela mesma acompanhada de Regina Simião, o que foi possível pelo reconhecimento da história de luta pela fundação do sindicato por Dona Laudelina Melo (ver Nota 62) – estiveram presentes na Conferência Internacional do Trabalho promovida pela OIT em 2011. Regina Teodoro destacou a recepção no evento, pela ministra Luiza Bairros da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da delegação de dirigentes sindicais brasileiras, com quem “conversaram de igual” e compartilharam suas ansiedades. Diante dos protocolos da conferência, acerca das “limitações de fala” e da “burocracia da OIT”, as domésticas sentiram-se apreensivas e receosas de não terem participação efetiva. Surpreendidas, notaram como o estágio avançado de sua organização e de suas reivindicações, “das quais não abriam mão”, foram se destacando e a delegação brasileira de trabalhadoras domésticas tornou-se referência quando as votações foram iniciadas, tendo seus posicionamentos sido seguidos por delegações de outros países.

Seguiremos em nossa luta diária por dignidade, valorização e reconhecimento do trabalho doméstico, trabalho este que move e cria condições para os demais trabalhadores e trabalhadoras se dedicarem às atividades produtivas. Seguiremos sempre com a determinação e a resiliência de Laudelina de Campos Melo – mulher negra e pobre que criou em 1936 a primeira associação das trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo. (FENATRAD/CNTD⁸¹, 2018)

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres trabalhadoras brasileiras realizaram a conquista de direitos civis, políticos e trabalhistas: na luta pelo exercício pleno da cidadania, reivindicavam o sufrágio universal, o direito ao divórcio, a proteção à maternidade, a igualdade no mundo do trabalho. As reivindicações arregimentaram grupos sociais heterogêneos, com as convergências destacando-se de embates em que divergiam as mulheres das classes populares e das elites. Em 1932, a publicação do Decreto do Trabalho das Mulheres⁸² (Decreto nº 21.417), que integrou o Código do Trabalho⁸³ previsto e implementado por Getúlio Vargas e resultou das pressões sociais pela regulamentação que remontavam ao início da República, estipulou a licença-maternidade, proibiu a desigualdade salarial e o trabalho noturno das mulheres no comércio e na indústria.

No que concerne à proibição do trabalho noturno às mulheres, o decreto previa exceções que se referiam a casos em que estivessem empregados membros da família da operária, quando a interrupção do serviço prejudicasse o funcionamento normal do estabelecimento, para impedir a perda de produtos perecíveis e em caráter provisório. Nas atividades da saúde, as mulheres ocupadas em hospitais, clínicas, sanatórios e manicômios e as incumbidas do tratamento de enfermos estavam eximidas do cumprimento da proibição, assim como as mulheres maiores de 18 anos empregadas nos setores de telefonia e radiotelefonia, e aquelas ocupadas em postos de direção e responsabilidade (FRACCARO, 2016).

As lutas feministas contestavam a norma hegemônica que impunha um modo de organização da sociedade estruturado a partir da posição que as pessoas ocupam na família, estabelecendo papéis sociais correspondentes aos códigos de comportamento e de ordem moral. Embora as mulheres, assim como as crianças, sobretudo as meninas, tenham sido os primeiros braços a desempenharem os trabalhos fabris ainda no século XIX, na metade do

⁸¹ Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD)/ Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos (CNTD). FENATRAD, CUT e CONTRACS comemoram a Ratificação da Convenção 189 da OIT. Disponível em: <<http://www.fenatrad.org.br/site/wp-content/uploads/2018/02/Nota-FENATRAD-ratifica%C3%A7%C3%A3o-Conv%C3%A7%C3%A3o-189.pdf>>. Acesso em: 17/09/2018.

⁸² Conferir em FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Os Direitos das Mulheres – Organização Social e Legislação Trabalhista no entreguerras Brasileiro (1917-1937). Tese de Doutorado. Unicamp, 2016.

⁸³ Compunham o Código do Trabalho a Lei de Sindicalização, de 1931, a regulação da lei de férias, um sistema de inspeção e monitoramento das questões do trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento criadas em 1932 (FRACCARO, 2016: 116).

século XX a correlação de forças provocou alterações nessa composição e as mulheres passaram por um processo de expulsão dos postos de trabalho nas fábricas. Ganhava reforço a concepção que associa aos homens o papel de provedor e às mulheres o papel de trabalhadoras secundárias, cuja inserção no espaço produtivo se daria em condição de complementariedade (ABRAMO, 2004; FRACCARO, 2016).

Como analisa Fraccaro (2016), no Brasil, o Código Sanitário, desde 1894, proibia expressamente o trabalho noturno de menores de quinze anos e de mulheres com até 21 anos de idade, mas os regulamentos não exerciam efeitos práticos nos limites das fábricas, contestados pelos empresários e ignorados inclusive pelas autoridades públicas. Os protestos e as greves de 1917, a organização operária, os movimentos feministas e os padrões internacionais do trabalho obrigaram, no entanto, a modificação das práticas empresariais e a adoção de condutas mediadoras pelo poder público no país. Nas primeiras três décadas do século XX, as mobilizações operárias, com expressiva participação das mulheres, denunciaram abusos cometidos nos espaços fabris, reivindicaram licença-maternidade e “trabalho igual, salário igual”.

No cenário internacional, a Conferência de Berna – acordo precursor da legislação internacional do trabalho – recomendava, em 1906, a proibição do trabalho noturno para as mulheres, proposta que contava com o apoio de sindicatos e outras organizações de trabalhadores, e vedava o contato das trabalhadoras com determinadas substâncias químicas prejudiciais à saúde. Até 1919, somente Alemanha, Polônia e Suécia eram signatárias do acordo. Na Primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, no âmbito da fundação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na assembleia da Liga das Nações, foi incorporado o tema da redução da jornada de trabalho das mulheres, avaliando a compatibilização das jornadas tendo em vista a dedicação, por elas, aos trabalhos de cuidado, envolvendo a limpeza doméstica e a maternidade. Tais discussões, contudo, já apontavam para a reivindicação da redução da jornada de trabalho para ambos os sexos, o que resultou na aprovação da primeira Convenção da OIT, sobre a Duração do Trabalho na Indústria, com o propósito de limitar a jornada a 8 horas diárias e 48 horas semanais. A Convenção nº 4 da OIT, a rigor, aprovada na mesma Conferência de 1919, versou sobre o Trabalho Noturno das Mulheres, proibindo o seu emprego das 22 horas às 5 horas, em estabelecimentos industriais públicos e privados⁸⁴.

⁸⁴ Fonte: OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_234871/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 20/09/2018.

A proibição repercutiu em disputas internacionais e gerou intensos debates⁸⁵, inclusive entre as diferentes vertentes do movimento feminista acerca das concepções de igualdade de gênero, que ponderavam e polarizavam noções de proteção, patriarcalismo, liberalismo e autonomia. No Brasil, as justificativas apresentadas em favor da adoção do decreto que estabelecia a proibição do trabalho noturno para as mulheres argumentavam que a presença delas impulsionava o valor dos salários para níveis inferiores e provocava a elevação do desemprego entre os homens. Em contrapartida, Bertha Lutz⁸⁶, que presidiu a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) – uma entidade criada em berço elitista –, pronunciou-se, numa reunião do Conselho Nacional do Trabalho⁸⁷, em oposição à proibição do trabalho noturno das mulheres, afirmando que se tratava de uma medida paternalista que, destinada à proteção, restringia direitos e ocasionava prejuízo às trabalhadoras. Na primeira metade da década de 1930, envolvida com as demandas das trabalhadoras dos serviços públicos e do comércio, a feminista passou a apoiar a instalação da legislação do trabalho no Brasil e as medidas específicas de interesse das mulheres operárias, que aludiam à jornada

⁸⁵ Sobre o Decreto do Trabalho Noturno das Mulheres, avalio que o fundamental teria sido consultar às trabalhadoras das categorias implicadas a fim de elaborar uma política pública. A proibição soa simplista e problemática porque uma mulher pobre da classe trabalhadora, que cuida da casa e de filhos, e “aceita” ou dispõe-se a realizar um trabalho madrugado adentro, não decide em condições ideais de plena liberdade de escolha, mas para suprir um conjunto de necessidades que visam à subsistência. Quando o poder público proíbe, apoiado por sindicatos dominados por homens, e não oferece qualquer alternativa que assegure uma fonte de rendimento para promover a autonomia econômica bem como a cidadania ou que conteste a ordem de gênero patriarcal e a divisão sexual do trabalho na sociedade, o resultado é o agravamento das dificuldades a serem enfrentadas pelas mulheres: mantidas no reino das privações, condenadas a desempenhar gratuitamente o trabalho cotidiano de reprodução social, e sem a possibilidade de disputar um posto de trabalho desprimoroso, que, contudo, garantiria uma fonte de sustento. E o pior: acentua a probabilidade de que elas tenham de desenvolver um trabalho nas redes da informalidade, sem qualquer tipo de regulamentação, sequer do rendimento e tampouco da jornada, como o trabalho doméstico parcamente remunerado.

⁸⁶ Bertha Lutz (1894-1976) foi uma das fundadoras, em 1922, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), filiada à Aliança Internacional pelo Voto Feminino. Graduada em Ciências Naturais na Sorbonne, em Paris, a feminista ocupou um cargo elevado no Museu Nacional e tornou-se uma referência internacional por sua atuação pelos direitos das mulheres. Opositora ferrenha ao Código Civil de 1916 – que reforçava a autoridade paterna sobre o núcleo familiar, concedendo aos homens a posição de chefe da família e a prerrogativa de dispor dos bens, inclusive daqueles de propriedade da esposa, decidir sobre o local de moradia, autorizar ou proibir o trabalho das mulheres e a responsabilidade legal sobre filhos reconhecidos –, Bertha Lutz e a entidade que liderou sofreram críticas veementes pelo Partido Comunista que apontava que as bandeiras hasteadas, pelo menos nos primeiros anos de atividade da FBPF, não combatiam privilégios sociais e nem enfrentavam a miséria decorrente da exploração da classe trabalhadora no capitalismo (FRACCARO, 2016; BIAVASCHI, 2005). Bertha Lutz foi a única mulher na delegação brasileira presente na Conferência de São Francisco que criou a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, sendo uma das principais responsáveis pela inserção, na carta de criação da ONU, da igualdade de direitos entre mulheres e homens. Fonte: Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/908-mulheres-na-historia-bertha-lutz.html>>.

Acesso em: 24/09/2018.

⁸⁷ O Conselho Nacional do Trabalho, que integrava o Ministério do Trabalho, era um órgão técnico consultivo e julgador de questões relativas à economia nacional, ao trabalho e à previdência social, exercendo funções administrativas, de fiscalização e punição. Criado em 1923, passou por alterações no governo de Getúlio Vargas, sendo reorganizado com a criação da Justiça do Trabalho (BIAVASCHI, 2005: 213).

doméstica de trabalho e ao exercício do papel de mães, como o seguro maternal (FRACCARO, 2016).

A FBPF e Bertha Lutz, quando esta assumiu a cadeira de Deputada Federal no lugar do titular falecido, em 1936, já haviam estreitado relações com sindicatos representativos de categorias constituídas por elevado número de mulheres e que apoiavam a reforma do Decreto do Trabalho das Mulheres. A solicitação formal decorreu da iniciativa do Sindicato de Tipógrafos e Taquígrafos do Distrito Federal, assinada pela presidenta Almerinda Faria Gama, e requisitava a revisão do trabalho noturno para as mulheres. Na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial, da qual participava Bertha Lutz, apresentou ao parlamento a proposta de um Estatuto da Mulher⁸⁸ – um compêndio de 150 artigos que estabelecia direitos e deveres constitucionais da *cidadã brasileira* –, prevendo a extinção da proibição ao trabalho noturno, com exceção dos menores de idade e das trabalhadoras domésticas para os quais a proibição do trabalho noturno deveria ser mantida, e determinando expressamente que as condições para o trabalho de menores deveriam englobar o emprego doméstico. O grupo de parlamentares também avaliou que a Constituição de 1934, a despeito de determinar a igualdade salarial, não propunha mecanismos a fim de promover a autonomia das mulheres para decidir acerca do seu sustento, em função de sobreposições legislativas, principalmente em decorrência da vigência do Código Civil (FRACCARO, 2016: 131-41).

Quanto ao rendimento e à autonomia econômica das trabalhadoras na atividade doméstica, já havia sido proclamado o Estado Novo quando as regras que estabeleciam o rendimento no trabalho formal, em 1938, excluíram expressamente o trabalho doméstico da aplicação do salário mínimo⁸⁹ (FRACCARO, 2016: 174). O direito ao salário mínimo foi reconhecido às trabalhadoras domésticas somente pela Constituição de 1988, como será analisado. Com efeito, o trabalho doméstico foi disciplinado inicialmente no Brasil pelas

⁸⁸ Ao tomar posse como Deputada Federal, Bertha Lutz coordenou a coleta de dados sobre a legislação vigente que resultou na proposição legislativa de criação de um Departamento Nacional da Mulher e de um Estatuto da Mulher. Com o golpe que fechou o Congresso e instituiu o Estado Novo, em 1937, as tramitações cessaram. Os artigos do Estatuto da Mulher determinavam a anulação de “*restrições existentes à capacidade jurídica, política, econômica, social e cultural da mulher baseadas no sexo ou no estado civil*” e estabeleciam “*a maternidade como fontes de direitos e obrigações*”. O artigo 24 estabelecia que as mulheres maiores de 18 anos deveriam ter liberdade para exercer profissão, para realizar reuniões e compor associações e para participar da elaboração de leis e condições sobre contrato de trabalho, inclusive contratos coletivos (FRACCARO, 2016: 134).

⁸⁹ DECRETO-LEI nº 399, de 30 de abril de 1938. *Aprova o regulamento para execução da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. (...) Capítulo II – do Trabalho em Domicílio (...) Art. 9º Não será considerado trabalho em domicílio, para os efeitos do presente regulamento: (a) o trabalho individual ou coletivo, realizado em domicílio, para atender as necessidades domésticas.* Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20/09/2018.

Ordenações do Reino⁹⁰. Posteriormente, pelo Código Civil de 1916, tratado como locação de serviços: aos trabalhadores “locados”, o Código Civil assegurava apenas o direito à contraprestação. Em 1º de maio de 1943, quando publicado o Decreto-lei nº 5.452 que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as trabalhadoras domésticas foram excluídas do texto – assim como os trabalhadores rurais –, expressamente no artigo 7º, letra “a” (BIAVASCHI, 2014: 10-1).

Em 1972 foi atribuída às trabalhadoras domésticas a condição de sujeitos previdenciários, garantindo o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a inscrição como segurada obrigatória da Previdência Social e as férias anuais remuneradas de 20 dias úteis, após doze meses de trabalho (BIAVASCHI, 2014: 11). Naquele ano, a legislação definiu o “Empregado Doméstico”⁹¹ como sendo *aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não-lucrativa a pessoa ou família, no âmbito residencial destas* (Lei nº 5.859/1972). Trata-se, portanto, de uma atividade não esporádica e a partir da qual o(a) patrão/patroa não obtém lucro ou benefício financeiro. O âmbito residencial a que se refere engloba o lar e suas imediações, como o jardim, o quintal, bem como automóveis, lanchas e aviões particulares de lazer. Nesses termos, compreendem a categoria as(os) seguintes trabalhadoras(es): cozinheira(o), governanta, babá, lavadeira, faxineira(o), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), enfermeira(o), assim como o(a) caseiro(a), quando sua localidade de trabalho não possui finalidade lucrativa.

O artigo 7º da Constituição Federal Brasileira de 1988, a *Constituição Cidadã*, que versa sobre direitos e garantias fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais no Brasil, alicerçado no princípio isonômico, incorporou as trabalhadoras domésticas ao campo da regulação social do trabalho. No entanto, no parágrafo único desse artigo, houve uma limitação. Esse parágrafo único, em redação que vigeu até a edição da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, elencou apenas 9 incisos (de um total de 34 incisos) aplicáveis

⁹⁰ Em 1886 foi posta em prática uma lei em São Paulo que obrigava os trabalhadores domésticos a se registrarem na polícia. O propósito era controlar os trabalhadores livres: as inscrições eram fichas de polícia com nome, filiação, sinais característicos, profissão, nome do patrão, estado civil etc. Fonte: *Outras Palavras*. A longa transição de escrava a trabalhadora doméstica. Entrevista com Lorena Féres da Silva Telles. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/a-longa-transicao-entre-escrava-e-empregada-domestica/>>. Acesso em: 18/10/2018.

⁹¹ Embora a legislação e autoras da bibliografia específica façam referências ao termo “empregada(o) doméstica(o)”, é relevante destacar que o conceito é criticado pela categoria, que adota a expressão, para autorreferência, “trabalhadora doméstica”. A rejeição à denominação “empregada doméstica” parte do entendimento de que o termo está carregado de um conteúdo depreciativo, conforme destaca o Sindicato Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos de Campinas, que tem se pronunciado pela substituição dos conceitos e ressignificação da ocupação. Neville Santos ressalta: *o termo “empregada doméstica” (...) [está] impregnado de um sentido histórico ligado à subordinação, à dominação e ao desrespeito típico do tratamento conferido à “criadagem”* (SANTOS, 2011: 11).

às trabalhadoras e trabalhadores domésticos⁹²: salário mínimo fixado em lei; irredutibilidade salarial; 13º salário; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença-paternidade; aviso-prévio; aposentadoria, bem como integração à Previdência Social.

Em 2006, modificações na legislação incorporaram novos direitos às trabalhadoras domésticas, que passaram a contar com o direito a férias de 30 dias⁹³, estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos, além do reforço à proibição de descontos no salário pelo fornecimento de moradia, alimentação, vestuário e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho. Outra mudança significativa foi a dedução integral no Imposto sobre a Renda da Pessoa Física dos 12% de contribuição mensal ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pelo empregador, até o ano fiscal de 2011, que tinha por finalidade incrementar a formalização dos vínculos de trabalhadoras domésticas, a partir da Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006.

Dessa maneira, os direitos garantidos constitucionalmente às trabalhadoras domésticas abrangiam, em 2006⁹⁴: Carteira de Trabalho e Previdência Social, devidamente anotada; salário mínimo fixado em lei; irredutibilidade salarial; 13º salário; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; feriados civis e religiosos; férias de 30 dias remuneradas, com acréscimo de 1/3; férias proporcionais, no término do contrato de trabalho; estabilidade no emprego em razão da gravidez⁹⁵; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário; licença-paternidade de 5 dias corridos; auxílio-doença pago pelo INSS; aviso-prévio de, no mínimo, 30 dias; aposentadoria; integração à Previdência Social; vale-

⁹² O caput do artigo 7º da Constituição de 1988, fundamentado no princípio isonômico ou da não discriminação, a ele implícito, equipara todos os trabalhadores urbanos e rurais, incluindo desse modo os domésticos em patamares de igualação. O parágrafo único, contudo, é restritivo, ao nominar os incisos do artigo 7º aplicáveis aos domésticos. A interpretação ou entendimento jurídico que prevaleceu foi o de que essa enumeração seria taxativa, o que embasou conclusões segundo as quais somente aqueles incisos expressamente elencados seriam aplicáveis às trabalhadoras domésticas. Mas, extrapolando essa interpretação majoritária, houve decisões que entendiam que o elencado em tal parágrafo era somente exemplificativo, tendo em vista que o caput assegurava a todos os trabalhadores, urbanos e rurais, estendendo-se, portanto, aos domésticos, os direitos pelos incisos contemplados (BIAVASCHI, 2014: 11).

⁹³ Embora, relevante salientar, já antes da Constituição de 1988 houvesse jurisprudência assegurando às trabalhadoras domésticas as férias de 30 dias.

⁹⁴ Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

⁹⁵ A jurisprudência trabalhista majoritariamente orientou-se no sentido de não assegurar às trabalhadoras domésticas o direito à estabilidade provisória da gestante, de que trata o artigo 10º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), uma vez que o direito ao emprego – protegido contra despedida arbitrária ou sem justa causa, *nos termos de lei complementar* –, relacionado no inciso I do artigo 7º da Constituição de 1988, não estava expressamente enumerado no parágrafo único abordado. Foi somente em 2006, pela Lei nº 11.324, conversão da Medida Provisória nº 284, do mesmo ano, que a garantia de emprego à empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto foi estendida às trabalhadoras domésticas (BIAVASCHI, 2014: 11 e 13).

transporte; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - benefício opcional; seguro-desemprego concedido exclusivamente a trabalhadoras incluídas no FGTS.

Dois anos após a aprovação da Lei nº 11.324/2006, no intuito de combater o trabalho infantil no Brasil, o serviço doméstico foi classificado na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), aprovada pela Presidência da República em 2008, por meio do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Assim, foi proibida a contratação de menores de 18 anos para o desempenho do trabalho doméstico, em consonância com o que está previsto na Convenção nº 182 da OIT, de 1999.

Com o propósito de avançar na defesa dos direitos usufruídos pelas trabalhadoras domésticas, passou a tramitar, no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 478/2010, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB⁹⁶/MT). Apresentada em 14 de abril de 2010 pelo deputado no plenário da Câmara Federal, a PEC nº 478/2010, denominada *PEC das Domésticas*, propunha a revogação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, a princípio, a fim de proporcionar as bases jurídicas para a igualdade de direitos trabalhistas entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores urbanos e rurais: *Revoga o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais* (PEC nº 478/2010⁹⁷).

O texto da emenda estava em conformidade com a Convenção nº 189 da OIT, sobre o trabalho doméstico, adotada pela entidade em 2011 – e que vinha sendo discutida pelo Escritório da OIT no Brasil desde 2009. A Convenção nº 189 da OIT recomenda aos países membros a equiparação, à categoria, do direito a um trabalho digno assim como é defendido aos trabalhadores em geral, assumindo que: *O trabalho doméstico é trabalho. Os(As) trabalhadores(as) domésticos(as), tal como outros(as) trabalhadores(as) têm direito a um trabalho digno*⁹⁸. O tema esteve em pleno debate no Brasil e no mundo⁹⁹. Desde 2008 vinha sendo elaborada, no âmbito do Poder Executivo brasileiro, uma Proposta de Emenda à Constituição com a finalidade de estabelecer um tratamento isonômico. Permanecia entretanto

⁹⁶ Partido do Movimento Democrático Brasileiro que, a partir de 2017, voltou a nomear-se Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sigla adotada em sua fundação, em 1980.

⁹⁷ Fonte: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496>>. Acesso em: 23/08/2017.

⁹⁸ Fonte: OIT. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_conv_189.pdf>. Acesso em: 07/07/2016.

⁹⁹ A discussão do tema também envolveu a campanha internacional, desde 2011, pela ratificação da Convenção nº 189 da OIT.

inconclusa, sendo a principal dificuldade, segundo apontamento no texto do deputado, a elevação dos encargos financeiros para os empregadores domésticos:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 478, DE 2010

Sabemos que, seguramente, *equalizar o tratamento jurídico entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores elevará os encargos sociais e trabalhistas*. Todavia, o sistema hoje em vigor, que permite a existência de *trabalhadores de segunda categoria, é uma verdadeira nódoa na Constituição democrática de 1988 e deve ser extinto*, pois não há justificativa ética para que possamos conviver por mais tempo com essa iniquidade. A limitação dos direitos dos empregados domésticos, permitida pelo já citado parágrafo único do art. 7º, é uma *excrescência e deve ser extirpada*.¹⁰⁰ (Deputado Carlos Bezerra, Proposta de Emenda à Constituição Nº 478, de 2010. *Grifos meus.*)

Encaminhada a PEC nº 478/2010 à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), foram realizadas audiências públicas e, em 12 de junho de 2012, emitido o parecer¹⁰¹, assinado pela Relatora, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ):

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 478-A, DE 2010.

Dessa forma, tomando como base o *princípio universal da isonomia*, também contido na Constituição Federal, a PEC nº 478-A, de 2010, e a PEC nº 114, de 2011, *avancam no sentido de ter como objeto essa igualdade de direitos*, tão desejada, merecendo, em nossa avaliação de mérito, seu acatamento. Porém, desde o início de nossos trabalhos, tivemos a preocupação, que hoje vemos ser também a da categoria das domésticas e de representantes do Poder Executivo e do Judiciário Trabalhista, de que *a simples revogação do Parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, em vez de lhes estender direitos, retiraria da categoria os que já estão lá consagrados*. E, temos certeza, nunca ter sido essa a intenção do nobre Colega, Deputado Carlos Bezerra, autor da PEC 478 em análise, que tanto empenho tem despendido para a aprovação de uma alteração constitucional que iguale os direitos dessa categoria há anos discriminada. Assim sendo, a *PEC nº 114, de 2011, da Deputada Gorete Pereira, ao propor, além da revogação do Parágrafo único, nova redação para o caput do art. 7º da Constituição, para incluir a expressão “inclusive domésticos”, avança em relação a assegurar os direitos das trabalhadoras domésticas já elencados constitucionalmente, mas esbarra na questão de que nem todos os incisos elencados no art. 7º podem ser estendidos à relação de trabalho doméstico, por serem juridicamente inaplicáveis*, como os incisos XI (participação nos lucros da empresa) e XXXII (proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual). Foi exatamente nesse sentido a fala do Dr. Hamilton, advogado da Fenatrad, e a de outras representantes do movimento sindical das trabalhadoras domésticas, que asseguraram, em síntese, que *a categoria tem uma grande preocupação que é a de que, se retirado o referido parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, nem mesmo os incisos que ali estão lhe serão aplicados*. E que, por isso, as trabalhadoras domésticas não aceitam a proposta de se retirar dispositivos que preveem direitos, por receio de se perder o pouco que foi duramente conquistado. A categoria apoia, dessa forma, a inserção de incisos no

¹⁰⁰

Fonte:

Câmara

Federal.

Disponível

em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=755258&filename=PEC+478/2010>.

Acesso em: 16/06/2016.

¹⁰¹ Peço licença e paciência às leitoras e leitores para transcrever o parecer da Deputada-relatora Benedita da Silva, na íntegra, por avaliar a relevância que o texto oferece ao retratar com objetividade todo o percurso que culminou na elaboração da Proposta de Emenda Constitucional nº 478-A, de 2010, nacionalmente denominada *PEC das Domésticas*.

parágrafo único e não a retirada dos que lá estão. Seriam estendidos os seguintes incisos: I, II, III, VII, IX, X, XII, XIII, XVI, XXII, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXX, XXXI e XXXIV. Esse seria, segundo o posicionamento do advogado da Federação, o anseio dessas trabalhadoras, que reconhecem que, juridicamente, nem todos os incisos do art. 7º lhes são aplicáveis pela especificidade de sua atividade profissional. Essa controvertida questão foi levada, inclusive, por meio de ofício desta Relatora, ao conhecimento do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que se posicionou exatamente no sentido de que a mera revogação do Parágrafo único do art. 7º levaria à interpretação de que o que se pretende é a exclusão dos direitos hoje assegurados aos domésticos. Esses trabalhadores não teriam mais, por falta de disposição em legislação infraconstitucional, os seguintes direitos: salário-mínimo, irredutibilidade salarial, décimo-terceiro salário, repouso semanal remunerado, licença à gestante, licença-paternidade e aviso-prévio de, no mínimo, trinta dias. Tal interpretação foi reforçada, nas audiências, pelos representantes do Judiciário Trabalhista, Dra. Comba Marques Porto, Dr. Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto e Dra. Solange Barbosa de Castro Coura. Todos se manifestaram no sentido de que o mais correto, no sentido lógico-jurídico, e o mais seguro, seria a manutenção do referido parágrafo único, que passaria a vigorar com nova redação que estenderia outros direitos previstos nos incisos do art. 7º da Constituição compatíveis com as relações de trabalho doméstico. Por isso, após o exame de mérito, decidimos pela apresentação de Substitutivo às Propostas de Emenda à Constituição nº 478- A, de 2010, e nº 114, de 2011, a fim de aprimorar as proposições garantindo, sem qualquer sombra de dúvida, a esses milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos os direitos estabelecidos em mais de dezessete incisos do art. 7º da Constituição, uma vez que, de fato, nem todos os incisos se aplicam à relação de trabalho doméstico. Sendo assim, o Substitutivo apresentado para análise desta Comissão Especial está baseado tanto nas justas reivindicações dessa categoria de trabalhadores e trabalhadoras quanto na preocupação de estabelecermos, no texto da Constituição Federal, um dispositivo preciso quanto a quais direitos lhes são aplicáveis. Nesse sentido, muito colaborou para a nossa convicção os esclarecimentos oferecidos por todos os convidados, durante as audiências públicas, que nos alertaram quanto à necessidade não da revogação, mas da manutenção do Parágrafo único do art. 7º, ao qual estamos dando nova redação, discriminando todos os incisos que, no nosso entendimento, podem ser estendidos à categoria. E isso se faz necessário porque a especificidade dessa relação de trabalho inviabiliza a concessão, pura e simples, da generalidade dos direitos trabalhistas conferidos aos trabalhadores urbanos e rurais. Cada direito foi analisado a fim de se verificar a compatibilidade de aplicação da norma com a natureza jurídica do trabalho doméstico e dessas relações desenvolvidas no âmbito domiciliar do empregador. Dessa forma, *a nova redação dada ao Parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal estende a esses trabalhadores, além dos que já lhes são concedidos, os seguintes direitos: I (proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa), II (seguro-desemprego), III (FGTS), VII (garantia de salário-mínimo, quando a remuneração for variável), IX (remuneração do trabalho noturno superior ao diurno), X (proteção do salário, constituindo crime sua retenção dolosa), XII (salário-família), XIII (jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais), XVI (adicional de serviço extraordinário), XXII (redução dos riscos inerentes ao trabalho), XXV (creches e pré-escolas para filhos e dependentes até seis anos de idade), XXVI (reconhecimento dos acordos e convenções coletivas), XXVIII (seguro contra acidentes de trabalho), XXX (proibição de discriminação de salário, de função e de critério de admissão), XXXI (proibição de discriminação em relação à pessoa com deficiência), XXXIII (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos), XXXIV (igualdade de direitos entre trabalhador com vínculo e o avulso).* Sabemos que a presente alteração constitucional ainda não alcançará todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, em especial aqueles que se encontram trabalhando na informalidade. No entanto entendemos que a modificação ora pretendida conjugada com a aprovação de outras normas infraconstitucionais e da ratificação da Convenção nº 189 da OIT possibilitará a efetiva valorização do trabalho doméstico. Ante o exposto, submeto a esta Comissão Especial nosso voto

pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nº 478-A, de 2010, e nº 114, de 2011, na forma do Substitutivo anexo.¹⁰² (Deputada Benedita da Silva, Relatora. Proposta de Emenda à Constituição Nº 478-A, de 2010. Apensada: Proposta de Emenda à Constituição Nº 114, de 2011. *Grifos meus.*)

Aprovado, o parecer foi encaminhado para publicação. A PEC, aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados em 21 de novembro de 2012 e, em segundo turno, em 4 de dezembro de 2012, foi enviada ao Senado Federal (BIAVASCHI, 2014: 15). No Senado, em 2 de abril de 2013 a PEC foi transformada na Emenda Constitucional nº 72/2013:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72, DE 2 DE ABRIL DE 2013.

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.7º Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social." ¹⁰³ (NR). (Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Brasília, 02 de abril de 2013.)

Modificando enfim a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal Brasileira, a Emenda Constitucional nº 72/2013 assegurava, a partir daquele momento, um conjunto de direitos às trabalhadoras domésticas¹⁰⁴ que passavam a repercutir

¹⁰² Fonte: Câmara Federal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1006246&filename=Tramitacao-PEC+478/2010>. Acesso em: 16/06/2016.

¹⁰³ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm>. Acesso em: 16/06/2016.

¹⁰⁴ Com a nova redação proporcionada pela Emenda Constitucional nº 72/2013, o texto da Constituição Federal de 1988, Capítulo II, dos Direitos Sociais, passou a: Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) XIII - duração do trabalho normal

efeito imediato e outro conjunto de direitos que ainda requeriam regulamentação. Os direitos que passaram a repercutir efeito imediato ou imperativo, a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, em 3 de abril de 2013, foram os seguintes: salário nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; proteção ao salário na forma da lei, sendo crime sua retenção dolosa; jornada de trabalho não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais; remuneração do trabalho extraordinário superior, no mínimo, a 50% da hora normal; redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; reconhecimento das convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho (CCT e ACT); proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência física; irreduzibilidade salarial.

Os efeitos que ainda dependiam de regulamentação: relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar;

não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943) XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º) XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei; XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; XXIV - aposentadoria; XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei; XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000) a) (Revogada). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000) b) (Revogada). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000) XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso. Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 2013). Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25/09/2018.

seguro-desemprego, no caso de desemprego involuntário; FGTS; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda; assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas; seguro contra acidente de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

A propósito da alíquota de contribuição dos empregadores ao INSS, este e alguns outros temas não obtiveram “imediato” consenso no Congresso Nacional, mesmo com a regulamentação pela Emenda Constitucional nº 72/2013, assim como o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), das parcelas do seguro-desemprego e os limites da jornada de trabalho. O relator da emenda no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), propôs a redução de 12% para 8% da alíquota mensal do INSS que os patrões devem pagar sobre o salário, com justificativa relacionada à preocupação com a formalização do trabalho doméstico e à capacidade de pagamento dos empregadores. A imposição de barreiras com o intuito de conter o efetivo e tardio avanço da igualdade de direitos é notória: *A PEC é justa, mas essas situações não foram adequadamente discutidas com a sociedade* (José Pinto da Mota Filho, consultor legislativo do Senado)¹⁰⁵.

Após sanção da presidenta Dilma Rousseff, a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015¹⁰⁶, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 72/2013 e dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, passou a vigorar integralmente mais de dois anos depois da promulgação da referida Emenda, tendo sofrido contudo algumas flexibilizações propostas no Congresso Nacional, tais como a mencionada redução da alíquota do recolhimento devido pelos patrões ao INSS, de 12% para 8% (a respeito dos impactos orçamentários da regulamentação da nova legislação, houve elevação das despesas relativas ao INSS, FGTS e seguro acidente de trabalho em até 66% para os patrões, conforme simulação nas **tabelas 10 e 11** que seguem).

Dentre os temas mais controversos da discussão travada está a indenização compensatória em caso de despedida sem justa causa. O empregador deverá depositar, mensalmente, 3,2% do valor do salário bruto em uma conta bancária específica, montante a ser sacado para o pagamento do adicional de 40% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a que todo trabalhador com registro na carteira de trabalho possui direito ao ser dispensado sem justa causa. No entanto, caso o trabalhador doméstico venha a ser

¹⁰⁵ Fonte: Folha de São Paulo. “Senado aprova lei que amplia direitos dos domésticos” (26/03/2013). Disponível em: <<http://app.folha.com/m/noticia/230861>>. Acesso em: 07/08/2013.

¹⁰⁶ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 23/06/2016.

despedido por justa causa, e portanto não terá direito a receber o recurso adicional, a importância retornará ao empregador, tendo se convertido em uma espécie de poupança para este, e tornando a trabalhadora mais vulnerável às despedidas arbitrárias.

Tabela 10: O Impacto no Orçamento (custos antes e depois da EC nº 72/2013 e da LC nº 150/2015) do Empregador Doméstico que remunera com um Salário Mínimo Nacional, em 2015, em Reais

Despesa	Salário de R\$ 788,00
INSS 8%	63,04
FGTS 8%	63,04
Antecipação da multa de 40% (FGTS 3,2%)	25,22
Seguro acidente de trabalho (0,8%)	6,30
Despesas mensais totais sobre o salário (20%)	157,60
Custo anterior à nova legislação (com 12% INSS)	94,56

Fonte: Valor (2015).

Tabela 11: O Impacto no Orçamento (custos antes e depois da EC nº 72/2013 e da LC nº 150/2015) do Empregador Doméstico que remunera com dois Salários Mínimos Nacionais, em 2015, em Reais

Despesa	Salário de R\$ 1.576,00
INSS 8%	126,08
FGTS 8%	126,08
Antecipação da multa de 40% (FGTS 3,2%)	50,43
Seguro acidente de trabalho (0,8%)	12,61
Despesas mensais totais sobre o salário (20%)	315,20
Custo anterior à nova legislação (com 12% INSS)	189,12

Fonte: Valor (2015).

Além da questão envolvendo as regras diferenciadas quanto aos recursos destinados à indenização de 40% sobre o saldo do FGTS, serão apontados três aspectos problemáticos implicados na posição jurídica da trabalhadora doméstica, que persistiram ao recente movimento da luta organizada institucionalmente no intuito de elevar o patamar das relações de trabalho no emprego doméstico e equipará-las, quanto à regulação social, às demais categorias profissionais no Brasil. A primeira questão consiste em que a nova legislação considera, ao definir “empregado doméstico” – e, portanto, ao indicar os elementos que caracterizam o vínculo de emprego doméstico –, aquele que presta serviço de forma continuada por mais de dois dias na semana, adotando, assim, um critério temporal. Dessa forma, legitima a contratação via modalidade de diarista, as quais, nos termos da lei, estão fora do campo de proteção social¹⁰⁷. A Emenda Constitucional nº 72/2013, enfim, não inseriu

¹⁰⁷ Ao assim legislar possibilitou margem para a burla, com brechas que permitem a empregadores despedirem empregadas para contratá-las na sequência como diaristas, o que consolida uma fraude (DELGADO; DELGADO, 2016). O conceito temporal adotado não preconiza a necessidade permanente da parte contratante como caracterizadora da não eventualidade, geradora do vínculo de emprego.

no parágrafo único, como propunha a relatora da PEC nº 478/2010, o inciso XXXIV, artigo 7º, da Constituição Federal – que se refere à *igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o avulso*¹⁰⁸.

A rigor, o conceito adotado juridicamente para a definição da trabalhadora doméstica foi determinante, fundamentado a partir da incorporação do elemento jurídico da continuidade, presente na antiga lei de 1972 e mantido na atual legislação de 2015:

LEI Nº 5.859, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972.

Art.1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza *contínua* e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei.¹⁰⁹ (Brasil. Presidência da República. Revogado pela Lei Complementar nº 150, de 2015. *Grifos meus.*)

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma *contínua*, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, *por mais de 2 (dois) dias por semana*, aplica-se o disposto nesta Lei.¹¹⁰ (Brasil. Presidência da República. *Grifos meus.*)

O elemento jurídico da continuidade remete à noção de temporalidade e pressupõe ausência de interrupção, assim, *traduz a ideia concernente à presença de certa permanência e intensidade temporais no vínculo entre as partes* (DELGADO; DELGADO, 2016: 40). A continuidade é uma variante distinta do elemento fático-jurídico geral que caracteriza as relações de emprego em sua generalidade, a não eventualidade – sendo que a natureza não eventual dos serviços prestados, e que caracteriza o empregado regido pela CLT, tem em vista os fins considerados “normais” e de necessidade permanente, a atividade principal, numa empresa. Diferentemente deste, a continuidade é um conceito mais restrito e específico do que a simples não eventualidade (DELGADO; DELGADO, 2016: 29 e 40).

A doutrina e a jurisprudência amplamente dominantes consideram que a CLT, ao definir o empregado, em seu art. 3º, rejeitou a teoria da continuidade, preferindo definir e enquadrar o elemento da não eventualidade a partir de outros critérios jurídicos, tais como: teoria do evento, *teoria dos fins do empreendimento* e teoria da fixação jurídica. De fato, para essas outras teorias seguidas pela CLT, *é irrelevante o número de dias laborados* pelo trabalhador para o tomador de serviços; nesse contexto, para a CLT, o trabalho por um único dia ou apenas dois dias por semana poderia, sim, ser considerado não eventual, sob a perspectiva jurídica (exemplo:

¹⁰⁸ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 07/07/2016.

¹⁰⁹ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5859.htm. Acesso em: 02/03/2017.

¹¹⁰ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em: 23/06/2016.

garçom em clube de lazer em fim de semana). (DELGADO; DELGADO, 2016: 40-1. *Grifos meus.*)

Ao optar pelo conceito da continuidade, em detrimento do conceito da não eventualidade, a normativa da legislação trabalhista que define a categoria doméstica e rege a relação de trabalho implica necessariamente a avaliação quanto à intensidade temporal da prestação laborativa, expressamente definida pela Lei Complementar nº 150/2015, exigindo sua efetividade por mais de dois dias na semana, critério que define se o trabalho realizado se dá de modo contínuo ou descontínuo (DELGADO; DELGADO, 2016: 41). Na vigência da Lei nº 5.859/1972 havia divergentes interpretações acerca dos elementos caracterizadores do vínculo de emprego – como será analisado de modo mais detido no capítulo 5, em que discutidos os fundamentos dos Acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho em decisões quando apreciadas reclamações pelo reconhecimento do vínculo de emprego e os princípios jurídicos norteadores, além da continuidade, como a subordinação e a pessoalidade –, assim como da intensidade temporal do trabalho que configuraria juridicamente a continuidade.

Com base na concepção majoritária¹¹¹, que preponderou, a partir da regulamentação da Lei Complementar nº 150/2015, passa a imperar, na norma, a aplicação do conceito temporal, em sua precisa delimitação, para a definição jurídica da “empregada doméstica”. Ao descartar a consideração quanto à necessidade permanente, aos empregadores, do trabalho desempenhado pela categoria doméstica, caracterizadora da não eventualidade, a Lei Complementar nº 150/2015 estabelece taxativamente a limitação temporal e consagra uma faceta de caráter excludente, que persiste assim por meio da recente regulamentação, uma vez que à trabalhadora doméstica diarista não estão assegurados quaisquer desses amparos legais.

A jornada de trabalho consiste no segundo aspecto particularmente sensível da discriminação das trabalhadoras domésticas no exercício de sua profissão e a regulamentação manteve a distinção:

¹¹¹ Vejamos a aplicação empírica da jurisprudência a que nos referimos, ainda que mais restritiva na delimitação temporal. Em acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, no julgamento em 15/12/2010 quando discutido o reconhecimento do vínculo de emprego, o ministro-relator registrou, demarcando a distinção quanto à caracterização do empregado regido pela CLT, pela qual é exigida a prestação de serviços de natureza não eventual e que prescinde da continuidade, desde que haja necessidade permanente, daquilo que estabelece a lei nº 5.859/1972, que requer que o empregado doméstico preste serviços de forma contínua: *Serviços de natureza contínua são, em princípio, aqueles que se desenvolvem em todos os dias da semana, com exceção do franqueado ao repouso semanal remunerado, nos termos do art. 7º, inciso XV e parágrafo único, da Constituição Federal. Não se pode menosprezar a diferença do tratamento dado pelo legislador a cada modalidade de trabalhador. São situações distintas, em que os serviços do doméstico corresponderão às necessidades permanentes da família e do bom funcionamento da residência. As atividades desenvolvidas em dois dias da semana, como se verifica no presente caso, apontam para a definição do trabalhador autônomo, identificado como diarista* (PROCESSO Nº TST-RR-192800-38.2008.5.15.0097).

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

(...) Art. 2º *A duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, observado o disposto nesta Lei.*

§ 1º A remuneração da hora extraordinária será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior ao valor da hora normal.

§ 2º O salário-hora normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 220 (duzentas e vinte) horas, salvo se o contrato estipular jornada mensal inferior que resulte em divisor diverso.

§ 3º O salário-dia normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 30 (trinta) e servirá de base para pagamento do repouso remunerado e dos feriados trabalhados.

§ 4º *Poderá ser dispensado o acréscimo de salário e instituído regime de compensação de horas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, se o excesso de horas de um dia for compensado em outro dia.*

§ 5º No regime de compensação previsto no § 4º:

I - *será devido o pagamento, como horas extraordinárias, na forma do § 1º, das primeiras 40 (quarenta) horas mensais excedentes ao horário normal de trabalho;*

II - *das 40 (quarenta) horas referidas no inciso I, poderão ser deduzidas, sem o correspondente pagamento, as horas não trabalhadas, em função de redução do horário normal de trabalho ou de dia útil não trabalhado, durante o mês;*

III - *o saldo de horas que excederem as 40 (quarenta) primeiras horas mensais de que trata o inciso I, com a dedução prevista no inciso II, quando for o caso, será compensado no período máximo de 1 (um) ano*¹¹². (Brasil. Presidência da República. *Grifos meus.*)

Ao normatizar a jornada de trabalho, a Lei Complementar nº 150/2015 estabelece, no artigo 2º, a jornada ordinária de 8 horas diárias e 44 horas semanais, em conformidade com o que está previsto no artigo 58 da CLT¹¹³. Apesar do dispositivo inicial, o parágrafo 5º do referido artigo da recente legislação, que trata do regime de compensação, no inciso I determina o pagamento, em se tratando das horas extraordinárias, somente das primeiras 40 horas mensais excedentes ao horário regular de trabalho, admitindo ainda que o saldo de horas que ultrapasse a estas primeiras 40 horas mensais excedentes venha a ser compensado num período de até um ano, de acordo com o inciso III. A nova legislação porta-se, dessa maneira, de modo benevolente com a tradição nociva e rotineira de jornadas de trabalho extenuantes enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas no país, sem que isso necessariamente acarrete o devido ônus financeiro, ou seja, não implica obrigatoriamente a contrapartida na forma de pagamento frente aos serviços prestados em horas extraordinárias para os beneficiários, os patrões, uma vez que prevê e facilita o prolongamento das horas de trabalho, respaldando a formação do banco de horas para as domésticas. Não limita

¹¹² Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 23/06/2016.

¹¹³ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT). Art. 58 - *A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.* Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm>. Acesso em: 25/09/2018. Texto mantido pela Lei nº 13.467/2017.

expressamente, além disso, o máximo de horas extraordinárias que podem ser desempenhadas diariamente pelas trabalhadoras.

O terceiro aspecto problemático da Lei Complementar nº 150/2015 concerne à ausência de incorporação do inciso XXIII, artigo 7º, da Constituição Federal de 1988. O artigo referido estabelece *adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei*¹¹⁴. Levando-se em consideração a dinâmica particular implicada no exercício das atividades do trabalho doméstico, quanto às solicitações do uso do corpo da trabalhadora nesse desempenho, por exemplo – sem que se atenha nesse momento à violência a que estaria sujeita –, a ausência demonstra-se incoerente em relação ao próprio arcabouço jurídico vigente no país, ao não admitir a aplicabilidade do dispositivo. Essa constatação baseia-se no texto do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que, ao regulamentar no Brasil a Convenção nº 182 da OIT, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil, considera, quanto ao serviço doméstico, os prováveis riscos ocupacionais: esforços físicos intensos; isolamento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; calor; exposição ao fogo, posições anti-ergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível¹¹⁵. E aponta, em decorrência, as prováveis repercussões à saúde:

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008:

(...) Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília-sono; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias.¹¹⁶
(Brasil. Presidência da República.)

É relevante, por fim, analisar o inciso VII do artigo 27 do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2013 – Complementar, decretado pelo Congresso Nacional, sob a relatoria do, à época, senador Romero Jucá, e apreciado pela presidenta Dilma para sanção da Lei Complementar nº 150 de 2015. O artigo, que versa sobre as possibilidades de dispensa por justa causa, incluía como justificativa, para seus efeitos: *Art.27. VII - violação de fato ou de*

¹¹⁴ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 07/07/2016.

¹¹⁵ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 07/07/2016.

¹¹⁶ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 07/07/2016.

*circunstância íntima do empregador doméstico ou de sua família*¹¹⁷. O inciso foi devidamente vetado pela presidenta, que argumentou *contrariedade ao interesse público*¹¹⁸, atendendo à solicitação das Secretarias de Políticas Públicas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ambas da Presidência da República. Apresentando as razões para o veto, Dilma argumentou:

MENSAGEM Nº 197, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

(...) Da forma ampla e imprecisa como prevista, a hipótese de dispensa por justa causa tratada neste inciso daria margem a fraudes e traria insegurança para o trabalhador doméstico. Tal circunstância, além de ser incompatível com regras gerais do direito do trabalho, *não seria condizente com as próprias atividades desempenhadas na execução do contrato de trabalho doméstico*.¹¹⁹ (Brasil. Presidência da República. *Grifos meus.*)

Ao pretender tornar acessível a possibilidade fraudulenta de dispensa por justa causa mediante artil respaldado pela própria lei – correspondendo aos interesses de classe representados no poder político institucional –, o inciso que previa como justificativa a violação da intimidade da família empregadora desnuda o longo autoritarismo que permeia o cotidiano de exercício dos serviços domésticos no Brasil e tenta prevalecer sobre as iniciativas de potencial transformador. É nesse sentido que a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da Central Única dos Trabalhadores (Contracs/CUT) se posicionou (acompanhe no **quadro 1** que segue o posicionamento da confederação sobre este e outros aspectos da nova legislação), apontando o caráter opressor do que estava sendo proposto:

Quadro 1: Os Direitos das Trabalhadoras Domésticas antes e após a regulamentação da Emenda Constitucional e a Avaliação da Contracs-CUT

Aspecto	Como era antes da PEC	Após regulamentação da PEC	Posição da Contracs
Jornada de trabalho	Sem limite prévio	8 horas diárias e 44 horas semanais, sendo obrigatório o registro da jornada seja pelo meio manual, mecânico ou eletrônico	Defende a jornada legal, mas luta por 40 horas semanais. Considera que o registro da jornada deve ser obrigatório
Viagens a trabalho	Não regulamentado	Serão consideradas apenas as horas efetivamente trabalhadas no período. O	Deve ser estabelecido o pagamento do adicional de hora-extra para o caso de

¹¹⁷ Fonte: Brasil. Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=129645&tp=1>>. Acesso em: 07/07/2016.

¹¹⁸ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Msc/VEP-197.htm>. Acesso em: 23/06/2016.

¹¹⁹ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Msc/VEP-197.htm>. Acesso em: 23/06/2016.

		acompanhamento será condicionado à prévia existência de acordo escrito entre as partes. A remuneração por hora do serviço em viagem será, no mínimo, 25% superior ao valor normal, podendo ser revertido em acréscimo ao banco de horas, mediante acordo escrito	jornada excedente à 8ª hora diária ou à 44ª hora semanal, sendo considerado o período de viagem como tempo à disposição do empregador
Idade mínima	O Brasil ratificou a Convenção nº 182 da OIT, que trata das piores formas de trabalho infantil, estabelecendo a proibição para menores de 18 anos. Ao regulamentar a Convenção, pelo Decreto Nº 6.481/2008, o país incluiu o trabalho doméstico	Proibição para menores de 18 anos	Bandeira de luta: erradicação do trabalho doméstico infantil, considerado uma das piores formas de trabalho infantil
Representação sindical	Não regulamentado	Não mencionado	A isenção da contribuição sindical para empregador e empregado inviabiliza o funcionamento dos sindicatos e é discriminatória, pois as demais categorias contam com o dispositivo. A Contracs defende que a contribuição sindical seja estabelecida também ao trabalhador doméstico, conforme prevê a CLT
Contrato por prazo determinado	Aplicada a CLT	Pode ser feito por contrato de experiência e atender necessidades familiares de natureza transitória e para substituição temporária de empregado doméstico com contrato de trabalho interrompido ou suspenso e pode durar até dois anos. Não há direito a aviso-prévio. Destina a poupança forçada de 3,2% de volta ao empregador	Defende que o contrato por prazo determinado seja de no máximo 6 meses
Turno de 12 horas	Não regulamentado	É permitido, por meio de acordo escrito entre as partes, seguido por descanso de 36 horas ininterruptas ou indenização dos intervalos para repouso e alimentação	Para a Contracs, a negociação deveria ser intermediada pelo sindicato em negociação coletiva
Férias	O empregado doméstico terá direito a férias anuais	Permite a divisão das férias em dois períodos, sendo que um deles deve ser de pelo menos	Posiciona-se contra a instituição de regras distintas no caso das férias para os

	remuneradas de 30 dias com, pelo menos, 1/3 a mais que o salário normal, após cada período de 12 meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família	14 dias. Também regulamenta as férias dos trabalhadores em tempo parcial com períodos diferenciados	trabalhadores em tempo parcial
Intervalo intrajornada	Sem limite previsto	Prevê intervalo de uma a duas horas e permite que seja reduzido para 30 minutos em acordo entre empregado e empregador. Caso o empregado resida no mesmo local, o período poderá ser desmembrado em dois períodos e um deles deve ter, no mínimo, uma hora e, no máximo, quatro horas	Afirma que o desmembramento da jornada é prejudicial ao trabalhador e defende que não seja maior do que duas horas. Além disso, a Contracs critica o termo “mediante acordo escrito” e defende a negociação coletiva como forma de acordo entre empregados e empregadores
Demissão por justa causa	Aplicada a CLT	A presidenta Dilma vetou o item que mencionava “ <i>violação de fato ou circunstância íntima do empregador doméstico ou de sua família</i> ”	Defende a retirada dos termos “ <i>embriaguez habitual ou em serviço</i> ”, assim como de “ <i>violação de fato ou circunstância íntima do empregador doméstico ou de sua família</i> ” como motivos de demissão [despedida] por justa causa. Quando o empregado sofrer de alcoolismo, deve ser encaminhado ao INSS e a hipótese de violação da intimidade mostra o caráter opressor da relação entre trabalhador e empregador doméstico
Seguro-desemprego	Previsto apenas em caso de depósito do FGTS, opcional, pelo empregador	Um salário mínimo por 3 meses	Defende a igualdade de direitos e a adoção das mesmas regras aplicadas aos demais trabalhadores – pagamento por até 6 meses e no valor proporcional ao recolhido
FGTS	Não obrigatório	Alíquota de 8% e recolhimento de 3,2% para cobrir a multa de 40% no caso de demissão sem justa causa. Em casos de demissão por justa causa, fim de contrato a pedido do empregado, por tempo determinado ou aposentadoria, o valor será revertido ao empregador	A poupança forçada de 3,2% para pagamento de indenização estimula os empregadores a demitirem por justa causa para reaverem os valores depositados. A proposta é de que o FGTS seja idêntico ao dos demais trabalhadores
Bando de horas	Não previsto, pois inexistia limite de jornada	Banco de horas anual	Instituir o banco de horas é o mesmo que extinguir a jornada semanal de 44 horas, o que afetará a categoria. A Contracs é contra o banco de horas
Hora extra	Não prevista (jornada	Remuneração, no mínimo, 50%	—

não limitada)	superior à hora habitual, com a possibilidade de que sejam compensadas com folgas ou descontos na jornada diária.
---------------	---

Fonte: Contracs-CUT, nº 15, setembro/2015.
Elaboração: Contracs-CUT.

A partir de uma decisão unilateral e subjetiva – afinal o que é sentir-se violado em sua intimidade pela trabalhadora doméstica contratada para desempenhar atividades na privacidade do lar? –, a trabalhadora poderia ser conveniente e subitamente penalizada por participar do convívio na ordem familiar no contexto de sua profissão, que envolve por princípio essa ambiguidade estrutural entre proximidade, enquanto presença solicitada, e distância, em termos da desigualdade social, sobre a qual reflete Kofes (2001). Seria mais apropriada e coerente a abordagem quanto ao respeito à privacidade das trabalhadoras domésticas nas casas dos patrões, particularmente daquelas que moram na casa dos empregadores, mas também das diaristas.

No momento em que realizadas as audiências públicas a propósito da discussão da PEC nº 478/2010, no dia 5 de outubro de 2011, a, à época, coordenadora-geral de fiscalização do trabalho do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Tânia Mara Coelho de Almeida Costa, deu seu parecer à Comissão Especial. Em sua abordagem a respeito do direito das trabalhadoras domésticas a medidas relativas à inspeção do trabalho, com a finalidade de garantir a aplicação das normas e sanções correspondentes – e em conformidade com o artigo 17 da Convenção nº 189 da OIT –, Tânia Costa afirmou a necessidade de incorporar à lei que trata das atividades dos auditores-fiscais do trabalho a permissão para proceder à fiscalização do trabalho doméstico. Na impossibilidade de adentrar o domicílio, outros recursos que permitissem a fiscalização poderiam ser adotados, como a notificação do empregador para que compareça aos órgãos do MTE, em data e horário previamente fixados, apresentando a documentação referente à contratação da relação doméstica.¹²⁰ Em atendimento à proposta, o artigo 44 da Lei Complementar nº 150/2015 estabelece, referindo-se às disposições quanto à Carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho, que:

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

Art. 44. A Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

Art. 11-A. A verificação, pelo Auditor-Fiscal do Trabalho, do cumprimento das normas que regem o trabalho do empregado doméstico, no âmbito do domicílio do

¹²⁰

Fonte: Câmara Federal. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1006246&filename=Tramitacao-PEC+478/2010. Acesso em: 30/06/2016.

empregador, dependerá de agendamento e de entendimento prévios entre a fiscalização e o empregador.

§ 1º *A fiscalização deverá ter natureza prioritariamente orientadora.*

§ 2º *Será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, salvo quando for constatada infração por falta de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.*

§ 3º *Durante a inspeção do trabalho referida no caput, o Auditor-Fiscal do Trabalho far-se-á acompanhar pelo empregador ou por alguém de sua família por este designado.*¹²¹ (Brasil. Presidência da República. *Grifos meus.*)

Diante do que foi exposto acerca da Emenda Constitucional nº 72/2013 e da Lei Complementar nº 150/2015, é possível concluir que, embora tenham proporcionado avanços significativos na regulamentação dos direitos das trabalhadoras domésticas mensalistas (tais como obrigatoriedade do registro em carteira de trabalho, com previsão de multa em caso de descumprimento; regulamentação da jornada de trabalho, com adoção de registro de ponto e pagamento de horas extras; obrigatoriedade da inscrição no FGTS, prevendo indenização rescisória em caso de despedida imotivada, entre outros), as conquistas foram cerceadas por não ter havido de fato a equiparação social da categoria no sentido da igualdade de direitos tão almejada e que ensejou tantos esforços ao longo das últimas décadas.

Em pouco menos de um ano de vigência “plena” da denominada “PEC das Domésticas”, o número de trabalhadoras que contavam com o recolhimento do FGTS havia saltado de 187 mil, referente a dezembro de 2014, para 1,4 milhão em março de 2016. As informações foram apresentadas pelo diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Marcos Mazoni, com base nos registros do *e-Social Doméstico* – programa oficial virtual que hospeda o *Simples Trabalhista*, ferramenta criada a partir da Emenda Constitucional nº 72/2013, que possibilita a arrecadação unificada dos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciários e tributários –, por ocasião do Seminário em alusão ao Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, celebrado em 27 de abril, no evento realizado no auditório do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 2016¹²².

A implementação da Lei nº 13.467/2017, a chamada “reforma” trabalhista, a partir de novembro de 2017, ideologicamente ancorada no pressuposto do “livre encontro” entre as “vontades individuais e autônomas” – obscurecendo as assimetrias e os conflitos da relação entre empregadores e trabalhadores –, agravou, contudo, as dificuldades a serem enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas brasileiras. A rigor, tal legislação tem exercido

¹²¹ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 30/06/2016.

¹²² Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/noticias/3295-seminario-alusivo-ao-dia-da-trabalhadora-domestica-debateu-avancos-e-desafios-da-profissao-em-porto-alegre>>. Acesso em: 25/06/2016.

impacto quanto à incidência concreta dos direitos recém-conquistados pelas trabalhadoras domésticas, assim como afeta o conjunto da classe trabalhadora brasileira, tanto no que se refere àqueles que desfrutavam ou desfrutavam dos direitos quanto àqueles cujas expectativas e anseios estão engajados por usufruir. Entre as medidas introduzidas pela Lei nº 13.467/2017¹²³, a possibilidade de estabelecer um contrato de trabalho intermitente e a rescisão do contrato de trabalho por acordo, por exemplo, podem impedir que trabalhadoras domésticas com o registro na CTPS tenham efetivamente acesso pleno aos direitos previstos na Emenda Constitucional nº 72/2013 e na Lei Complementar nº 150/2015.

O contrato de trabalho intermitente, também conhecido como contrato “zero hora”, possibilita que o trabalhador permaneça subordinado à contratante e que esta utilize de seu trabalho, entretanto, estritamente de acordo com as suas necessidades. Estabelecido por acordo individual, está previsto na Lei nº 13.467, artigo 443 § 3º, de 13 de julho de 2017:

LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017.

“Art. 443. O **contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.**

§ 3º Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, **com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador**, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.” (Fonte: Brasil. Presidência da República¹²⁴. **Grifos meus.**)

Pelo modo como redigido, o texto deixa explícito que não há restrição à adoção do trabalho intermitente, estabelecendo que trabalhadores sejam remunerados tão somente pelas horas trabalhadas, sem assegurar a contrapartida em termos de direitos trabalhistas ou contribuições previdenciárias. Dadas todas as imprevisibilidades envolvidas nesse tipo de contrato – quanto ao período, à jornada e à remuneração – trabalhadores permanecerão à disposição da contratante, sendo que o período de inatividade será simplesmente desconsiderado. Além disso, o contrato intermitente desobriga que a remuneração mínima obedeça ao valor atribuído ao salário mínimo mensal instituído por lei. Pela norma, o trabalhador pode ser convocado pelo empregador para a prestação de serviços com antecedência mínima de três dias corridos e conta com o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se o silêncio como recusa. E o mais absurdo: se o trabalhador

¹²³ A discussão a respeito da Lei nº 13.467/2017 será retomada no último capítulo, quando analisados o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho no Brasil.

¹²⁴ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 25/08/2017.

confirmar a presença mas não comparecer, pode ter de pagar uma multa ao empregador, correspondente a 50% do valor da remuneração acertada¹²⁵ (Lei nº 13.467, art. 452-A § 4º). O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e especificar explicitamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo. No caso dos serviços domésticos, a modalidade passa a ser aplicável sobretudo nos casos de trabalhadoras e trabalhadores domésticos folguistas (que cobrem folgas de trabalhadores regulares), motoristas, piscineiros.

Outra modificação que a Lei nº 13.467/2017 incorpora ao arcabouço legal, com o propósito de promover a redução dos custos da despedida, é a modalidade da rescisão do contrato de “comum acordo” (Lei nº 13.467/2017, art. 484-A) entre empregador e empregado, prevendo o pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, e da indenização pela dispensa (que passa de 40% para 20%) sobre o saldo do FGTS. Além disso, restringe para 80% o montante do FGTS a ser movimentado e desautoriza o ingresso no Programa Seguro-Desemprego¹²⁶.

Em 2018 o Brasil finalmente ratificou a Convenção nº 189 da OIT sobre o Trabalho Decente para as trabalhadoras domésticas. O processo teve início no dia 7 de abril de 2016, quando a presidenta Dilma enviou ao Congresso Nacional a posição oficial do Governo Federal favorável à ratificação da Convenção nº 189 da OIT, último estágio do processo de ratificação. Há, entretanto, aspectos em que a legislação brasileira é mais avançada do que a Convenção nº 189: a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015 superam a norma internacional ao prever o direito à indenização financeira por dispensa sem justa causa, pagamento de salário família, seguro-desemprego, licença-maternidade remunerada, proibição de emprego para menores de 18 anos e de pagamento de salário *in natura* (valores pagos em forma de alimentação, habitação ou outras prestações equivalentes). Conforme assinalou a então Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do governo Dilma, Eleonora Menicucci, a posição do governo dá *continuidade a um compromisso, porque a nossa lei (PL 150) [Lei Complementar nº 150/2015] é maior e mais avançada e deveria servir de exemplo para outros países*¹²⁷. A relevância de ratificá-la deve-

¹²⁵ Fontes: CARTA CAPITAL. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/961/com-temer-a-clt-e-colocada-a-sete-palms>>. Acesso em: 25/08/2017; CESIT/IE/Unicamp. Dossiê Reforma Trabalhista (em construção). Campinas, junho de 2017.

¹²⁶ Para mais, conferir em: CESIT/IE/UNICAMP. Campinas, junho de 2017.

¹²⁷ Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/noticias/3319-convencao-189-da-oit-reforca-compromisso-do-brasil-com-trabalhadoras-domesticas-diz-rossetto>>. Acesso em: 25/06/2016.

se também ao fato de que se trata de fortalecer uma norma de direito internacional, defender a categoria doméstica e igualar o acesso aos direitos sociais no mundo.

3.1. Convenção nº 189 e Recomendação nº 201 da OIT (2011): Trabalho Decente para as trabalhadoras domésticas no Brasil e no mundo

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada no contexto da Conferência de Paz de Paris, em 1919, que celebrou o Tratado de Versalhes após o fim da Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de promover a justiça social pelo engajamento das Nações no combate à crueldade nas relações de trabalho – que culmina em miséria e em revolta –, compromisso indispensável para estabelecer a paz duradoura¹²⁸. O preâmbulo de 1919 elenca princípios relativos ao trabalho e aos trabalhadores, cujo propósito consistia em estabelecer padrões internacionais para o trabalho e constituía o cerne da ação da OIT: regulamentação das horas de trabalho; proteção contra doenças e acidentes de trabalho; pensões de velhice e invalidez; afirmação “a trabalho igual, salário igual”; liberdade sindical etc. Tendo sobrevivido à Segunda Guerra Mundial, adotou revisões constitucionais e, em 1944, pela Conferência de Filadélfia, a OIT reafirmou os princípios sobre os quais se funda: o trabalho não é mercadoria; o compromisso com a liberdade de expressão e de associação; o combate à pobreza; a luta contra a necessidade por representantes de trabalhadores, empregadores e Governos. Além disso, a OIT, que se tornou, em 1946, uma agência afiliada às Nações Unidas, assumiu a responsabilidade de propor recomendações para as políticas sociais do pós-guerra, a serem adotadas pelos Estados-Membros.

Anualmente é realizada uma Conferência Internacional do Trabalho, com o propósito da adoção de convenções internacionais de trabalho e de recomendações, que devem ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos delegados presentes. As convenções internacionais são os instrumentos mais importantes da ação da OIT, pois possibilitam uniformizar os direitos nacionais em relação à determinada matéria (LEITÃO, 2016). Em

¹²⁸ O Tratado de Versalhes foi, contudo, duramente criticado: John Maynard Keynes, membro subalterno da delegação britânica na Conferência, opôs-se ao tratado e apontou que, ao não pretender a restauração da economia alemã, seria impossível reerguer a civilização e a estabilidade da economia na Europa. Ao contrário, o acordo impunha à Alemanha uma “paz punitiva” e contraproducente, pelo argumento de que o país era o único responsável pela guerra e todas as suas consequências (a cláusula da “culpa de guerra”). Além da perda de territórios e de todas as colônias (redistribuídas entre britânicos, franceses e, em menor extensão, aos japoneses), houve uma ocupação militar e a limitação rígida das Forças Armadas alemãs (privadas de uma Marinha e de uma Força Aérea efetivas), sendo imposta uma indenização vaga, “teoricamente infinita”, como reparação pelos custos da guerra às potências vitoriosas – a dívida alemã equivalia a uma vez e meia todo o produto nacional bruto do país em 1929. As “reparações” causaram graves dificuldades econômicas ao país, obrigado a recorrer a empréstimos estadunidenses para pagá-las, e a humilhação e o ressentimento do povo alemão, semeando a ascensão de Hitler e dos ideais do Nazismo, contribuindo para o fracasso do acordo de paz e a eclosão da Segunda Guerra (HOBBSAWM, 1995).

1998 a OIT lançou a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, tendo por objetivo a observância efetiva de normas trabalhistas nucleares relativas a: liberdade de associação e negociação coletiva (Convenções nº 87 e 98), trabalho forçado (Convenções nº 29 e 105), discriminação (Convenções nº 100 e 111) e trabalho infantil (Convenções nº 138 e 182). Trata-se de um esforço pelo combate às piores formas de exploração do trabalho, para assegurar que direitos humanos sejam respeitados, independentemente de ratificação das respectivas convenções pelos países-membros, segundo a premissa de que há direitos básicos universais inerentes aos seres humanos, mesmo que não tenham sido objeto de lei formal (BRITO, 2011).

Em 1999, a OIT adotou a Agenda do Trabalho Decente e formalizou o conceito: o Trabalho Decente consiste num *trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho*. São quatro objetivos estratégicos que convergem na formulação do trabalho decente: I. o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil); II. a promoção do emprego produtivo e de qualidade; III. a ampliação da proteção social e IV. o fortalecimento do diálogo social e o tripartismo¹²⁹. No Brasil, o Governo Federal assumiu, em 2003, o compromisso de promover uma Agenda Nacional do Trabalho Decente, assinando um Memorando de Entendimento com a OIT – celebrado por meio da assinatura pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia –, do qual resultou o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, lançado em 2010, preconizando o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para enfrentar os problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho.

No entanto, a entidade internacional já havia sido severamente criticada, sobretudo nas reuniões realizadas em 1936 pela América Latina, por não estabelecer incisivamente, nos termos de suas convenções, proposições acerca das condições das trabalhadoras domésticas, embora tivessem abordado, genericamente, questões relevantes como a extensão da cobertura do direito à licença-maternidade para todas as mulheres e em

¹²⁹ Nas últimas duas décadas a OIT adotou poucas convenções, dada a dificuldades de obtenção de consensos tripartites (LEITÃO, 2016). O tripartismo é conceito e prática sofisticados, com vistas ao alcance de “consensos”, sem perder de vista a posição de hipossuficiência do trabalhador nas relações laborais, do ponto de vista do poder econômico e do poder político, e, portanto, da importância do princípio protetivo, assim como estabelece o Direito do Trabalho.

todos os empregos (FRACCARO, 2016: 106). Na proposta de defesa e promoção do Trabalho Decente pela OIT, em um compromisso amplo com vistas à superação da pobreza e das desigualdades sociais mundiais, o trabalho doméstico ocupa posição particularmente relevante em função das discriminações de gênero e raça/etnia que persistem na atividade em âmbito internacional – conforme salienta a entidade, para além da própria dimensão de classe –, o que permite a abordagem da temática da igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho. Além disso, como ressalta a OIT:

As trabalhadoras/es domésticas/os seguem, portanto, sendo vítimas frequentes de violação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no trabalho, como o trabalho forçado, o trabalho infantil e a discriminação. (OIT, 2011: 2)

Com o propósito de instigar as reflexões e discussões a respeito do trabalho doméstico e subsidiar o estabelecimento da efetiva proteção aos direitos das trabalhadoras domésticas, a OIT realizou duas Conferências Internacionais do Trabalho, em 2010 e 2011, das quais resultou a adoção da Convenção nº 189 sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, de 2011, acompanhada da Recomendação nº 201 – processo em que as trabalhadoras domésticas e dirigentes sindicais brasileiras contribuíram como protagonistas, como narra Regina Teodoro no preâmbulo deste capítulo. A definição do instrumento internacional de proteção ao trabalho doméstico na forma de uma convenção ocorreu por ocasião da 100ª Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1º a 17 de junho de 2011, na sede da OIT, em Genebra.

O Escritório da OIT no Brasil, a partir de 2009, desenvolveu diversas iniciativas – promovendo a realização de reuniões e oficinas técnicas, bem como a produção de estudos e documentos –, com o apoio da ONU-Mulheres e das Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas do Governo Federal, contando com a participação de representantes das trabalhadoras domésticas, de organizações de trabalhadoras e de empregadores, assim como de outros órgãos do governo brasileiro, como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A Convenção nº 189, assim como a Recomendação nº 201 que a complementa, resultaram portanto dessas discussões em âmbito internacional e, conforme procedimentos adotados pela OIT, a Convenção entrou em vigor após ser ratificada por dois países (o Uruguai foi o precursor). À época das discussões e construção da norma, havia a expectativa de que o Brasil seria, no máximo, o segundo país no mundo a ratificá-la. A ratificação é um

ato soberano, em que uma nação assina a Convenção voluntariamente e compromete-se a implementá-la em seu território, de acordo com o arcabouço de normas e legislação em vigor no país. O **quadro 2** abaixo apresenta um resumo da Convenção nº 189 e da Recomendação nº 201 sobre as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (2011):

Quadro 2: Resumo da Convenção nº 189 e da Recomendação nº 201 da OIT (2011) sobre as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos	
CONVENÇÃO Nº 189 OIT	
Artigos	Conteúdo
1 e 2	<u>Definições e cobertura</u> : Trabalho doméstico: aquele realizado em ou para domicílio(s); trabalhador: (sexo feminino ou masculino) quem realiza o trabalho doméstico no âmbito de uma relação de trabalho, estando excluídos aquelas/es que o fazem de maneira ocasional e sem que seja um meio de subsistência. A convenção se aplica a todas/os trabalhadoras/es domésticas/es. Há possibilidade de exclusão de categorias, desde que justificadas (outra proteção equivalente ou questões substantivas).
3 e 4	<u>Direitos humanos e direitos fundamentais do trabalho</u> : Implementação de medidas efetivas para garantir estes direitos. <u>Trabalho Infantil Doméstico</u> : Estabelecimento de idade mínima, em consonância com convenções associadas ao tema (nº 138 e 182), e adoção de medidas com relação a trabalhadoras/es menores de 18 anos.
5	<u>Proteção contra abusos, assédio e violência</u> : adoção de medidas nestes temas.
6	Condições de emprego equitativas e trabalho decente: adoção de medidas efetivas nestes temas.
7	Informação sobre termos e condições, quando possível em contratos de trabalho.
8	<u>Proteção às/aos trabalhadoras/es domésticas/os migrantes</u> : oferta de emprego por escrito/contrato de trabalho com condições estabelecidas no artigo 7, ainda no país de origem.
9	Liberdade para decidir moradia, se acompanha ou não membros do domicílio em suas férias e quanto a manter em posse seus documentos.
10	<u>Jornada de trabalho</u> : medidas para assegurar jornada, compensação de horas extras e períodos de descanso diários, semanais (24 horas consecutivas) e férias. Tempo em que trabalhadores/as estão à disposição conta como horas de trabalho.
11	Estabelecimento de remuneração mínima.
12	<u>Remunerações e proteção social</u> : pagamentos em dinheiro, em intervalos regulares e pelo menos uma vez ao mês. Possibilidade de pagamento <i>in natura</i> , desde que estabelecidas condições para que não seja desfavorável.
13 e 14	Medidas de saúde e segurança no trabalho; proteção social e proteção à maternidade.
15	<u>Agências de emprego privadas</u> : condições de funcionamento; proteção contra abusos de agências de emprego mediante obrigações jurídicas.
16	Acesso a instâncias de resolução de conflitos.
17	<u>Inspecção do Trabalho</u> : adoção de medidas e possibilidade de acesso ao domicílio, com respeito à privacidade.
18	As disposições da Convenção deverão ser colocadas em prática por meio da legislação nacional, de acordos coletivos e de outras medidas adicionais com relação aos/as trabalhadores/as domésticos/as.
19 a 27	Procedimentos para adoção, ratificação e implementação da convenção.
RECOMENDAÇÃO Nº 201 da OIT	
Artigos	Conteúdo
2	<u>Liberdade de associação e direito à negociação coletiva</u> : revisão da legislação nacional no sentido de tornar efetivos estes direitos. Direito das/os trabalhadoras/es domésticas/os e de

	empregadores/as a terem suas próprias organizações.
3	<u>Exames médicos</u> : princípio da confidencialidade; impedimento de exames de HIV e gravidez e não-discriminação em função de exames.
4	<u>Medidas com relação aos exames médicos</u> : informação sobre saúde pública.
5	<u>Identificação e proibição de trabalho doméstico insalubre para crianças, proteção para trabalhadoras/es domésticas/os jovens</u> : para estes últimos, limitação da jornada; proibição de trabalho noturno; restrição quanto a tarefas penosas e vigilância das condições de trabalho.
6	<u>Informações sobre termos e condições de emprego</u> ; estabelecimento de informações em contratos.
7	<u>Proteção contra abuso, assédio e violência</u> : estabelecimento de mecanismos de queixa; programas de reinserção e readaptação de trabalhadoras/es vítimas.
8 a 13	<u>Jornada de trabalho</u> : registro exato das horas trabalhadas, das horas extras e dos períodos de disponibilidade imediata para o trabalho de fácil acesso para as/os trabalhadoras/es; regulamentação do tempo em que a/o trabalhador/a está disponível para o trabalho; estabelecimento de medidas específicas para trabalho noturno; estabelecimento de pausas durante jornada diária; estabelecimento de descanso semanal de 24 horas, em comum acordo; compensação por trabalho em dia de descanso; acompanhamento dos membros do domicílio nos períodos de férias não deve ser considerado como férias da/o trabalhador/a.
14 e 15	<u>Proteção quanto a remunerações e pagamento in natura</u> : limitação de pagamento <i>in natura</i> ; critérios objetivos para cálculo do valor; considerar somente questão de alimentação e alojamento; proibição de incluir artigos relacionados ao desempenho do trabalho; informações precisas quanto aos valores do pagamento.
17	Condições adequadas de acomodação e alimentação.
18	Prazo para busca de outro emprego e tempo livre durante o trabalho em casos de término do emprego por iniciativa do empregador/a para trabalhadoras/es que moram nas residências.
19	<u>Saúde e segurança</u> : Medidas e dados sobre saúde e segurança no trabalho; estabelecimento de sistema de inspeção.
20	Adoção de medidas para contribuição à previdência social.
21 e 22	<u>Trabalhadoras/es migrantes</u> : sistema de visitas; rede de alojamento de urgência; linha telefônica de assistência; informações quanto às obrigações dos empregadores, legislação e direitos no caso dos trabalhadoras/es nos países de origem e destino; repatriação.
23	<u>Agências de emprego privadas</u> : promoção de boas práticas das agências privadas de emprego com relação ao trabalho doméstico.
24	<u>Inspeção do trabalho</u> : estabelecimento de condições para a inspeção do trabalho.
25	<u>Políticas e programas</u> : para o desenvolvimento continuado de competências e qualificação, incluindo alfabetização; para favorecer o equilíbrio entre trabalho e família; formulação de dados estatísticos sobre trabalhadoras/es domésticas/os.
26	Cooperação internacional para proteção dos trabalhadoras/es domésticas/os.

Fonte: OIT, 2011.
Elaboração própria.

A ratificação da Convenção nº 189 da OIT pelo Brasil ocorreu no dia 31 de janeiro de 2018, quando o Governo Federal depositou no Escritório da entidade, em Genebra, o instrumento formal de ratificação, e passará a vigor depois de transcorrido o prazo de um ano. O país foi o 25º Estado-Membro da OIT e o 14º Estado da região das Américas a ratificar a Convenção¹³⁰. De acordo com a diretora do escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, a

¹³⁰ Até abril de 2019, os seguintes países haviam ratificado a Convenção nº 189 da OIT: África do Sul, Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Finlândia, Granada, Guiana, Guiné, Irlanda, Itália, Jamaica, Maurícia, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Suécia, Suíça e Uruguai. O Uruguai foi o primeiro país do mundo a ratificar a Convenção nº 189 da OIT, em 14 de junho de 2012. Fonte: OIT. Disponível em:

promulgação da Emenda Constitucional, em 2013, já poderia ter favorecido a ratificação da Convenção nº 189 no Brasil. A norma internacional, que prima pelo trabalho decente para as trabalhadoras domésticas no mundo, foi no entanto incorporada ao quadro normativo brasileiro num contexto de devastação da legislação trabalhista, entre outras medidas¹³¹, a partir da aprovação da Lei nº 13.467/2017, o que torna mais complexa a efetividade da conquista em função do rebaixamento generalizado dos direitos sociais acessíveis às classes trabalhadoras no país.

De uma perspectiva global, a OIT (2013: 95) estima que havia ao menos 52,6 milhões de mulheres e homens trabalhando nos serviços domésticos no mundo em 2010, o que representa significativo crescimento se comparado a 1995, quando a categoria abrangia 33,2 milhões de trabalhadores¹³². Na escala mundial, mais de 80% da força de trabalho na atividade são mulheres. A entidade, porém, acredita que algumas das fontes primárias oficiais utilizadas para o cálculo subestimam os dados reais e o número de trabalhadoras e trabalhadores domésticos pelo mundo esteja próximo de 100 milhões. A estimativa não inclui as cifras relativas ao trabalho doméstico infantil: calcula-se que 7,4 milhões de crianças com idade abaixo de 15 anos exerciam trabalho doméstico em 2010. A participação da atividade é significativamente relevante na América Latina e no Caribe, onde 11,9% de todos os trabalhadores remunerados estão nos serviços domésticos, ou no Oriente Médio, compondo em 8,0% a força de trabalho remunerada. O estudo (OIT, 2013) aponta que 78% do total de pessoas ocupadas na atividade em 2010, no mundo, estavam concentradas no bloco que agrega a macrorregião Ásia e Pacífico – onde trabalhavam 21,5 milhões de trabalhadoras, com participação de 41% no contingente mundial – à macrorregião América Latina e Caribe – 19,5 milhões de trabalhadoras e participação de 37%. De acordo com a OIT (2013), 31,8% do total das mulheres que desenvolvem alguma atividade remunerada no Oriente Médio são trabalhadoras domésticas. Veja na **tabela 12**:

<http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::p11300_instrument_id:2551460>.

Acesso em: 10/04/2019.

¹³¹ Como a contenção de gastos públicos, que vigorará no Brasil pelo período de 20 anos, a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em 2016 (resultante da Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 241, aprovada na Câmara, transformada na PEC 55, no Senado, a chamada *PEC do Teto*). A medida impõe um teto de gastos pelo setor público ao determinar o congelamento dos investimentos no país: o reajuste anual será equivalente à reposição da inflação verificada no ano anterior (ou seja, crescimento real nulo), nas áreas de infraestrutura, saneamento básico, saúde, educação, assistência social e previdência, os denominados gastos primários do Governo Federal.

¹³² Fonte: *International Labour Office (ILO). Domestic workers across the world: Global and regional statistics and the extend of legal protection. Geneva, 2013.*

Tabela 12: Estimativas global e regional do número de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, segundo o gênero, em 2010

	Nº de Trabalhadoras/es Domésticas/os	% de Trabalhadora/es domésticas/os no total de trabalhadores remunerados		
		Total	Mulheres	Homens
Países desenvolvidos	3.555.000	0,9	1,4	0,5
Leste Europeu e CEI	595.000	0,4	0,5	0,2
Ásia e Pacífico	21.467.000	3,5	7,8	1,0
China	12.077.000	4,7	11,8	1,7
América Latina e Caribe	19.593.000	11,9	26,6	1,6
África	5.236.000	4,9	13,6	1,8
Oriente Médio	2.107.000	8,0	31,8	3,5
Total	52.553.000	3,6	7,5	1,0

Fonte: Estimativa OIT (2013: 20) baseada em dados de fontes oficiais.
Elaboração: OIT.

Em outro estudo, também divulgado em 2013 pela OIT, realizado em 117 países – com exceção da China, em decorrência de imprecisões metodológicas nas pesquisas demográficas no país –, o Brasil é apontado por apresentar atualmente o maior número de trabalhadoras domésticas no mundo. Como uma das principais atividades profissionais no Brasil para a força de trabalho feminina, ainda nos dias de hoje, o trabalho infantil doméstico também apresenta estatísticas preocupantes. A OIT estima que naquele ano houvesse no Brasil mais de 250 mil crianças envolvidas no trabalho doméstico fora de suas residências e, muitas vezes, em condições perigosas ou análogas à servidão¹³³, sendo 67 mil destas com idade entre 10 e 14 anos e as demais 190 mil, entre 15 e 17 anos¹³⁴.

Gabriela trabalhou dos dez aos vinte e poucos anos, sem direito a salário, nem férias, sem poder ver a família. Não estudou e nas duas vezes que esteve na praia não foi autorizada a entrar no mar. A mãe faleceu e ela só soube um ano depois. O pai, analfabeto e trabalhador na roça, quando ligava para a filha, recebia notícia de que ela estava na praia e não podia falar com ele. O Ministério Público constatou que se tratava de trabalho escravo e cárcere privado. Nosso sindicato está acompanhando isso... Esse caso chegou ao nosso conhecimento, mas muitos outros não chegam. (Creuza Oliveira¹³⁵. Entrevista a RIBEIRO, 2012: 93.)

As trabalhadoras domésticas permanecem, em todo o mundo, relativamente excluídas do arcabouço de proteções legais: até o momento, constituem um dos grupos menos protegidos de trabalhadores pelas legislações trabalhistas nacionais. Quando a OIT discutia e

¹³³ O Capítulo 5 desta tese discutirá acórdãos referentes a recentes flagrantes de exploração do trabalho doméstico infantil em condições análogas à escravidão no Brasil, julgados pelo TST.

¹³⁴ Fonte: *International Labour Office (ILO). Ending Child Labour in Domestic Work*. Geneva, June/2013.

¹³⁵ Creuza Oliveira era, até 2016, a presidenta da Federação Nacional de Trabalhadores Domésticos (FENATRAD). Fonte: RIBEIRO, Matilde (org.). *As Políticas de Igualdade Racial. Reflexões e Perspectivas*. Editora Fundação Perseu Abramo. *Friedrich Ebert Stiftung*. SNCR-PT. São Paulo, 2012.

programava a norma e o relatório sobre o trabalho doméstico para a 99ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 2010, tornou-se evidente, a partir da realidade verificada entre os Estados-Membros, que a legislação trabalhista de um número significativo de países excluem, integral ou parcialmente, as trabalhadoras domésticas de sua cobertura, ou ainda, que as leis nacionais que regulam o trabalho doméstico oferecem patamares inferiores de proteção quando comparados aos demais trabalhadores. As discrepâncias verificadas nas legislações nacionais foram particularmente frequentes no que concerne à cobertura pelo salário mínimo, limitação da jornada de trabalho, inclusão no sistema de seguridade social (como a proteção à maternidade) e medidas para assegurar a saúde e a segurança no trabalho doméstico (ILO, 2013: 46).

Em diferentes momentos da história alguns países incorporaram leis de proteção ao trabalho doméstico – como a Áustria, que adotou, em 1920, a *Act on the Contract of Domestic Helpers*, substituída, em 1962, por um estatuto do trabalho doméstico –, mas as trabalhadoras domésticas beneficiaram-se em grau muito reduzido, quando comparadas às demais categorias profissionais, dos avanços nos direitos sociais e do trabalho. Na Europa Ocidental e nos países Escandinavos, as condições de trabalho doméstico tenderam a ser reguladas por leis trabalhistas especiais, com poucos países, como a França e a Itália, prevendo acordos coletivos para a categoria. No Leste Europeu, por outro lado, a legislação trabalhista não ofereceu normas dedicadas a contemplar as trabalhadoras domésticas. Na América Latina, a regulação do trabalho doméstico, onde existe, frequentemente advém de leis especiais ou capítulos dedicados à categoria nas normas trabalhistas. Nos países africanos que regulam o trabalho doméstico, foram utilizadas variadas abordagens baseadas nas tradições das legislações trabalhistas nacionais. Na Ásia, cujas trabalhadoras domésticas migrantes foram submetidas às telas de proteção legal do trabalho nos países de destino, os países de origem reivindicaram proteção social para as profissionais e negociaram termos consensuais bilaterais. As leis do trabalho nos Estados Árabes majoritariamente excluem as trabalhadoras domésticas – que, preponderantemente, são provenientes da Ásia e da África –, mas alguns países estabeleceram contratos de trabalho padrão para trabalhadoras domésticas migrantes, regulando aspectos básicos da relação de emprego (ILO, 2013: 46-7).

As disparidades entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores são explícitas em todo o mundo. Embora o tempo de trabalho consista num dos aspectos em que o princípio do tratamento igual está previsto na Convenção nº 189, a realidade demonstra-se bastante divergente: mais da metade de todas as trabalhadoras domésticas não têm limitação nas jornadas semanais de trabalho pelas leis nacionais e aproximadamente 45% não

têm instituídos períodos de descanso semanais ou férias anuais remuneradas. Entretanto, os dados também mostram que muitos países na América Latina e no Caribe, na África e nos países industrializados já estenderam as mesmas proteções mínimas que aplicam aos trabalhadores em geral à categoria doméstica. Em contraste, a maioria dos países no Oriente Médio e na Ásia ainda têm de implementar o princípio do tratamento igualitário (*ILO*, 2013: 96). Desde a adoção da Convenção nº 189 e da Recomendação nº 201, muitos países iniciaram o processo de ratificação e têm buscado reformar suas políticas e suas leis específicas, guiados por esses instrumentos. Nas Filipinas, o segundo país a ratificar a Convenção nº 189, em 2012, as duas Casas do Congresso negociaram e aprovaram, em 2013, uma nova legislação (*Republic Act 10361*) que estendeu significativamente a proteção social às trabalhadoras domésticas¹³⁶.

Quanto aos baixos salários auferidos pelas trabalhadoras domésticas, uma das explicações apontadas pela OIT (2013) deve-se à fragilidade de sua posição de barganhar, uma vez que o ambiente de trabalho é um domicílio privado e elas desempenham as tarefas, normalmente, em condição de isolamento em relação a outros trabalhadores, o que se acentua nos casos das domésticas que moram nas casas onde trabalham. A OIT destaca as condições ainda mais vulneráveis enfrentadas por estas, sujeitas a restrições em sua liberdade de ir e vir mesmo quando cumprido o horário de trabalho, o que é gravemente problemático do ponto de vista dos direitos humanos.

Além de frequentemente não terem companheiras de trabalho, as longas jornadas podem dificultar que as trabalhadoras domésticas se encontrem com outras profissionais para trocar experiências e informações sobre a organização coletiva. Somam-se a esses obstáculos práticos, em alguns países, as barreiras institucionais legais que limitam o direito de organização das trabalhadoras domésticas, impedindo-as de desfrutar o direito à sindicalização. Em países onde têm o direito de organizarem-se e formar sindicatos, a despeito das dificuldades, elas têm enfrentado as barreiras práticas, casos de países na América Latina, África e Europa. Já nos países em que não têm o direito à sindicalização, as trabalhadoras domésticas criam outras formas de organização, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e cooperativas (*ILO*, 2013: 70).

¹³⁶ A Lei atinge 1,9 milhões de trabalhadoras domésticas nas Filipinas, prevendo proteção contra os abusos, a servidão por dívidas e as piores formas de trabalho infantil. Institui um salário mínimo, horas e dias de descanso, além de estender a seguridade social e medidas de saúde pública à categoria e promover mecanismos de resposta rápida e meios acessíveis de encaminhamento das queixas. Fonte: *ILO. Philippines enact new law protecting domestic workers, 2013*.

Em todos os continentes há organizações de trabalhadoras domésticas supranacionais e a maior rede internacional é a *International Domestic Workers's Network* (IDWN). A IDWN foi lançada em 2009 com o propósito de coordenar os esforços para elaborações normativas quando das discussões da OIT sobre os novos padrões internacionais preconizados para promover o trabalho decente nos serviços domésticos. No momento em que as elaborações eram redigidas, muitas organizações de trabalhadoras domésticas foram alcançadas, em mais de 50 países. Os membros recrutados, assim, construíram a organização internacional¹³⁷, formada pelas organizações de trabalhadoras domésticas locais, pautando-se em princípios democráticos, e o Congresso de Fundação da IDWN foi realizado em 2013, em Montevideo, no Uruguai.

Conforme exposto, entre os apontamentos da OIT elencados na Convenção nº 189 figuram a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva para as trabalhadoras domésticas: a preocupação da OIT deve-se à baixa sindicalização especialmente verificada nos serviços domésticos em todo o mundo. No ano em que a Convenção nº 189 passou a ser discutida pela OIT com vistas à formalização, em 2009, as mulheres correspondiam a 88% do total de sindicalizados ocupados nos Serviços Domésticos no Brasil. Mulheres e homens empregados nos serviços domésticos representavam, no entanto, apenas 1,03% do total de trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados no Brasil naquele ano – a taxa de sindicalização referente ao total de ocupados no país, no mesmo ano, era de 17,7%¹³⁸ (adiante será retomada a questão dos índices de sindicalização e serão apresentadas informações atualizadas).

Os dados, portanto, confirmam a análise apresentada pela OIT e permitem constatar a acentuada dificuldade de sindicalização enfrentada nos Serviços Domésticos quando comparada a outras categorias, em virtude das características peculiares que envolvem esse tipo de ocupação, tais como a fragmentação, a dispersão e o isolamento. Esta análise também sublinha, na tentativa de compreender os baixos salários, as longas jornadas e a ausência de proteção social em larga escala, entre outros aspectos, os elementos culturais estruturais da sociedade brasileira contemporânea, que derivam do entrelaçamento histórico

¹³⁷ As organizações Membro da IDWN, em maio de 2012, incluíam: África: Burkina Faso, Benin, Gana, Guiné, Quênia, Malawi, Mali, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zanzibar, Zimbabwe. Américas: CONLACTRAHO (abrangendo organizações em 15 países): Argentina, Brasil, Estado Plurinacional da Bolívia, Chile, Colômbia, República Dominicana, Uruguai, Paraguai, República Bolivariana da Venezuela, Peru, México, Guatemala, Costa Rica, Equador, Jamaica, Trinidad & Tobago, Estados Unidos, Canadá. Europa: Bélgica, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Suíça, Reino Unido. Ásia: Bangladesh, Hong Kong, Índia, Indonésia, República da Coreia, Nepal, Cingapura, Sri Lanka, Taiwan (China), Tailândia, Turquia. Fonte: OIT, 2013: 72.

¹³⁸ Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Anuário dos Trabalhadores, 2010-2011. São Paulo, 2011: 192-3.

dinâmico entre as dimensões de classe, gênero e raça, compondo o tecido social onde se desenrolam as relações de trabalho doméstico.

De acordo com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)¹³⁹, em 2013 atuavam no país cerca de 35 a 40 sindicatos da categoria, ligados ou não à entidade¹⁴⁰ e, a despeito das dificuldades enfrentadas, o Brasil é apontado pela OIT como o país onde se destaca a organização sindical das trabalhadoras domésticas. Uma das parceiras do sindicalismo doméstico ressaltada pela, à época, presidenta da FENATRAD, Creuza Maria Oliveira, era a então Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal (SEPPIR), desde a posse de Lula como presidente da República, e que foi extinta com o *impeachment* de 2016. Sobre a sua trajetória pessoal, Creuza Oliveira é militante do Movimento Negro Unificado (MNU), no qual:

Descobri o lado político de ser negra, pude compreender de outra maneira os insultos que recebi em minha vida, na minha infância, onde os xingamentos ouvidos eram do tipo “*nega de cabelo duro, nega feia*”. No MNU, a partir da participação no grupo de mulheres, resgatei minha autoestima e me descobri como uma mulher guerreira e capaz de mudar a própria história. (Creuza Oliveira. Entrevista a RIBEIRO, 2012: 95.)

As entidades de classe representativas da categoria de trabalhadoras domésticas nunca foram contempladas com o repasse do imposto sindical, uma vez que o valor não é descontado das trabalhadoras. O Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticas(os) de Campinas e Região (SINDDOM-Campinas), a fim de superar este desafio e preservar a sustentabilidade da instituição, solicitava em 2013, das trabalhadoras associadas, o pagamento de uma taxa de R\$ 5,00 paga mensalmente, assim como doações espontâneas¹⁴¹. As dirigentes sindicais, que se mantêm trabalhando como domésticas, também realizavam encontros nos bairros sob sua jurisdição e vendiam doces e bolos para incrementar a renda da entidade.

No decorrer das discussões públicas para a elaboração da nova legislação do trabalho doméstico, a Comissão Especial destinada a proferir o parecer à PEC nº 478/2010, com relatoria da deputada Benedita da Silva, ouviu representantes da sociedade civil e do Governo Federal. Na audiência pública realizada no dia 5 de outubro de 2011 foi ouvida a presidenta da FENATRAD, Creuza Oliveira, que lembrou que a luta organizada em

¹³⁹ A FENATRAD foi criada em 1997, tendo, como primeira presidenta, Ana Semião de Lima, até então presidenta do sindicato das trabalhadoras domésticas de Campinas.

¹⁴⁰ Fonte: Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2013/03/creuza-de-oliveira-fala-sobre-aprovacao-da-pec-das-domesticas>.

Acesso em: 07/07/2016.

¹⁴¹ Fonte: Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticas(os) de Campinas, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Hortolândia. Informativo. Junho/2013.

entidades de classe das trabalhadoras domésticas no Brasil teve início nos anos da década de 1930, com o protagonismo de Dona Laudelina de Campos Melo¹⁴², na cidade de Santos, em São Paulo, e já possuía mais de 70 anos de história. Creuza Oliveira ressaltou a ausência de sindicatos patronais para que as negociações coletivas da categoria tenham condições de serem realizadas. Nesse sentido, a luta das trabalhadoras também reafirma a importância da instituição sindical, como um instrumento de organização e defesa dos direitos.

Em contraponto, na mesma ocasião esteve presente o Diretor do *Instituto Doméstica Legal*, uma entidade patronal, Mario Avelino¹⁴³, que registrou a necessidade de que a legislação passasse a permitir a cobrança da contribuição sindical de empregadores e trabalhadoras domésticas e, assim, as entidades da categoria adquirissem sustentabilidade financeira. Em sua fala, Avelino também afirmou que a instituição que representa propunha a manutenção facultativa de inclusão no FGTS e a exclusão da indenização de 40%, assim como questionava o seguro por acidente de trabalho: (...) *pois o empregador já estaria tendo o gasto com o empregado substituto. Como fazer para custear esses gastos?*¹⁴⁴. Interessante o fato de que, embora tenha se apresentado como uma organização que *possui dois lados*, não haja manifestado preocupação semelhante com a manutenção da sobrevivência com dignidade da trabalhadora doméstica e sua família quando, eventualmente, esta estiver em condição de desemprego ou venha a sofrer um acidente, no exercício de seu trabalho, que a torne incapacitada para prosseguir-lo. Com a Campanha *Legalize sua doméstica e pague menos INSS*, o *Instituto Doméstica Legal* comemorou em sua página na internet, após a

¹⁴² Uma personagem imprescindível na história de luta das trabalhadoras domésticas, homenageada já na recepção das instalações do sindicato em Campinas, é Laudelina de Campos Melo, militante em diversas lutas sociais – como no movimento negro, pela conquista de creches e na defesa de menores de idade e portadores de necessidades especiais. Nascida em 1904 em Minas Gerais, Laudelina criou a 1ª Associação de Trabalhadoras Domésticas no país em 1936, na cidade de Santos, em São Paulo. Depois de ter ficado viúva, ela se mudou para Campinas onde trabalhou como governanta e fundou oficialmente, em 1961, a Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas de Campinas, que se tornou sindicato em 1988 (OLIVEIRA, 2007). A sede do sindicato em Campinas funciona atualmente na casa onde Laudelina viveu: ela documentou, antes de falecer, em 1991, o desejo de doar sua casa ao sindicato e é graças a essa doação que o sindicato tem conseguido se manter ao longo do tempo e assistir as trabalhadoras domésticas, mediando diretamente conflitos trabalhistas e prestando orientação jurídica em atendimentos na sede.

¹⁴³ Em sua exposição, Avelino afirmou que *o Instituto Doméstica Legal é uma organização não governamental que luta pela melhoria do emprego doméstico e possui dois lados: o do contratante e o do trabalhador (uma relação capital/trabalho)*. Fonte: Câmara Federal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1006246&filename=Tramitacao-PEC+478/2010>. Acesso em: 30/06/2016. Mario Avelino é fundador e presidente da empresa *Doméstica Legal* e da ONG *Instituto Doméstica Legal*. Incentivando a formalização do emprego doméstico, no sítio da internet o instituto define-se como *O Departamento Pessoal do Empregador Doméstico*. Fonte: Doméstica Legal. Disponível em: <<https://www.domesticalegal.com.br/quem-somos/o-idealizador-mario-avelino/>>. Acesso em: 30/06/2016.

¹⁴⁴ Fonte: Câmara Federal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1006246&filename=Tramitacao-PEC+478/2010>. Acesso em: 30/06/2016.

regulamentação da nova legislação, a *vitória*, em suas palavras, pela redução de 12% para 8% da contribuição ao INSS.

O fato é que nem a Emenda Constitucional nº 72/2013 – que, contudo, ao alterar a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal e ampliar os direitos das trabalhadoras domésticas, também incorporou o inciso XXVI, que trata do *reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho*¹⁴⁵ –, tampouco a Lei Complementar nº 150/2015 – que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico –, ambas não regulamentaram a contribuição sindical da categoria. É importante salientar que a contribuição sindical – equivalente a um dia de salário por ano – deixou ser compulsória com a Lei nº 13.467/2017, cujo desconto passa a ser facultativo, mediante autorização prévia e expressa pelo trabalhador com vínculo de emprego. A contribuição sindical é regulada pela CLT, dispositivo que permanece excludente em se tratando das trabalhadoras domésticas¹⁴⁶.

Prevaleceu, portanto, o entendimento jurídico que define os Serviços Domésticos como atividade não econômica e dotada de especificidades, com a justificativa de que não gera lucro ao empregador. Essa exclusão pela CLT – aplicada do mesmo modo aos trabalhadores rurais e funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios – é estabelecida de modo arbitrário. Além disso, desconsidera que, pela presença da trabalhadora doméstica, é sobremaneira facilitada a liberação de determinadas mulheres e homens de parte significativa do trabalho de reprodução da sociedade – do desempenho das responsabilidades cotidianas de realização dos afazeres domésticos e do cuidado de crianças, pessoas idosas ou adoentadas –, isentando também o Estado, em seu papel na implementação de políticas públicas, assim como empresários industriais e financistas e de rentistas, de obrigações, em termos de salários adequados e direitos coletivos a trabalhadoras e trabalhadores, em contrapartida aos ganhos em lucro e rendimentos possibilitados pelo trabalho. Ancorando o trabalho produtivo, o crescimento econômico e os avanços sociais desigualmente distribuídos

¹⁴⁵ Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30/06/2016.

¹⁴⁶ Antes da alteração introduzida pela Lei nº 13.467/2017, o texto previa: DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. (...) Art. 579 - A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591.* (Fonte: Brasil. Presidência da República. **Grifos meus.**). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 30/06/2016. Com a modificação imposta pela “reforma” trabalhista, a Lei nº 13.467/2017, o texto passou a: “**Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.**” (Fonte: Brasil. Presidência da República. **Grifos meus.**). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 05/09/2018.

na sociedade – realizando atividades essenciais à reprodução da força de trabalho –, por um lado, e favorecendo o *status* social distinto, pessoal e familiar de empregadores, por outro lado, persiste o desvalorizado economicamente e desprestigiado socialmente trabalho doméstico.

Essencialmente desempenhado por mulheres, o trabalho doméstico remunerado prossegue reproduzindo modalidades de trabalho ancoradas em rotineiras relações de superexploração e opressão, com expressivas frações da elite nacional, e seus abusos de autoridade, refratárias ao reconhecimento de que se trata de uma atividade profissional – o que pode inclusive *comprometer as esperanças de qualquer transformação profunda* (HOLANDA, 1995: 181) – e que deve estar amparada pelo que prevê a legislação trabalhista específica (a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015). A própria Constituição Federal oferecia cobertura legal, segundo a interpretação que se tornou majoritária, ao tratamento desigual desse grupo de trabalhadoras, assim como ainda o faz a CLT, o que foi parcialmente revisto, no primeiro caso, pela emenda constitucional analisada. A nova regulamentação efetivamente transformará as jornadas cotidianas desempenhadas pelas trabalhadoras domésticas nos domicílios privados dos empregadores – por princípio constitucional invioláveis, o que tem obstaculizado as inspeções do trabalho pelos órgãos competentes –, simultaneamente espaços de trabalho das domésticas?

As aplicações da Lei nº 13.467/2017 têm provocado profundas e abrangentes alterações nas relações de trabalho no Brasil, sobretudo por legalizar arranjos impostos pelos empregadores beneficiados pelas possibilidades legitimadas a partir da referida lei – como a viabilidade de estabelecer acordos individuais que prevalecem sobre a lei (caso, entre outras, da possibilidade de implementar, para todas as categorias, a jornada de trabalho 12X36, 12 horas diárias de trabalho seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso, já facultado pela lei específica das domésticas). As consequências, a serem enfrentadas pelas classes trabalhadoras, implicam em dismantelamento de direitos e deterioração das condições de trabalho, o que se desdobrará em acentuação da já abissal desigualdade social brasileira e da exclusão social por esta determinada. Reforço robusto de processos nefastos e estruturantes da sociabilidade em nosso país e que se refletem no significativo contingente de mulheres pobres e, em maioria, negras que, a despeito das inúmeras e rotineiras violações de direitos, como será analisado no último capítulo desta tese, se dedicam ao trabalho doméstico remunerado e lutam cotidiana e coletivamente por dignidade nas relações de trabalho.

Nova legislação do trabalho doméstico: uma síntese dos direitos reconhecidos pela Emenda nº 72/2013 e da Lei Complementar nº 150/2015

A **Emenda Constitucional nº 72/2013**, vigente a partir de 3 de abril de 2013, assegura os seguintes novos direitos: 1. recebimento de um salário mínimo ao mês; 2. pagamento garantido por lei; 3. jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais; 4. hora extra (as horas extras serão pagas com adicional de no mínimo 50% e poderão ser compensadas com folgas ou descontos na jornada diária; caso haja acúmulo de mais de 40 horas sem compensação no mês, deverão ser pagas as primeiras 40 horas e as demais, somadas em um banco de horas válido por um ano); 5. direito a trabalhar em local onde sejam observadas todas as normas de higiene, saúde e segurança; 6. respeito pelo empregador às regras e acordos estabelecidos em convenções coletivas; 7. proibição de diferenças de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil; 8. proibição de discriminação em relação ao portador de deficiência.

A **Lei Complementar nº 150/2015**, em vigor a partir de 2 de junho de 2015, determina: 1. adicional noturno de 20% sobre o valor da hora diurna para o período das 22 horas às 5 horas (hora noturna deve ser computada de 52,2 minutos); 2. obrigação de controle de ponto; 3. adicional de viagem de, no mínimo, 25% sobre o valor do salário-hora normal; 4. adicional de sobreaviso¹⁴⁷; 5. banco de horas; 6. proibição de contratação de menores de 18 anos (reforço).

Direitos que entraram em vigor 120 dias após a sanção da Lei Complementar nº 150/2015, em 1º de outubro de 2015: 1. cobertura pelo INSS (contribuição de 8%, sobre o salário bruto, paga pelo empregador e de 8%, pelo empregado doméstico – anteriormente à vigência da nova legislação, a contribuição ao INSS era de 12% paga pelo empregador e de 8%, pelo empregado doméstico); 2. obrigatoriedade do FGTS (contribuição de 8% paga pelo empregador); e a inclusão de direitos até então não previstos: 3. seguro contra acidente de trabalho de 0,8% pago pelo empregador; 4. antecipação do montante previsto para a indenização de 40% do FGTS, com depósito de 3,2% ao mês; 5. seguro-desemprego e 6. salário-família (ambos cobertos pelo INSS).

¹⁴⁷ Pela Súmula 428 do TST, é considerado em sobreaviso o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso. Fonte: TST. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/pmnoticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/2415116>. Acesso em: 25/07/2017.

Quadro 3: Síntese dos Principais Direitos Conquistados pelas Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil, por data de publicação

Data	Norma	Direitos conquistados pelo Trabalho Doméstico
11/12/1972	Lei nº 5.859/72	Anotação na Carteira de Trabalho e inscrição na Previdência Social Férias anuais remuneradas de 20 dias úteis (após 12 meses de trabalho)
09/03/1973	Decreto nº 71.885/73	Aplicação do capítulo da CLT referente a férias
17/11/1987	Decreto nº 95.247/87	Vale-transporte
05/10/1988	Constituição Federal de 1988 (Parágrafo Único, Artigo 7º)	Salário mínimo Irredutibilidade do salário 13º salário Repouso semanal remunerado (preferencialmente aos domingos) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 de acréscimo Licença à gestante com duração de 120 dias Licença-paternidade Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço (mínimo de 30 dias) Aposentadoria Integração à Previdência Social (reforço)
23/03/2001	Lei nº 10.208/01	Inserção voluntária (pelo empregador) ao sistema FGTS Seguro-desemprego (valor do salário mínimo e máximo de 3 parcelas)
20/07/2006	Lei nº 11.324/06	Descanso remunerado em feriados 30 dias corridos de férias Garantia de emprego à gestante desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto Proibição de desconto por alimentação, vestuário, higiene e moradia Incentivo fiscal à formalização (dedução do IR)
12/06/2008	Decreto nº 6.481/08	Classificação na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) Proibição do trabalho de menores de 18 anos
02/04/2013	Emenda Constitucional nº 72/13	Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo (remuneração variável) Proteção do salário (criminalização da retenção dolosa) Jornada de trabalho não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais (Facultada a compensação de horários e redução da jornada mediante acordo individual ou convenção coletiva) Remuneração do trabalho extraordinário superior, no mínimo, em 50% Redução dos riscos: normas de saúde, higiene e segurança Reconhecimento das convenções e acordos coletivos (CCTs e ACTs) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil Proibição de qualquer discriminação quanto a salários e critério de admissão do trabalhador portador de deficiência
01/06/2015	Lei Complementar nº 150/15	Proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa (adicional de 40% sobre saldo do FGTS como indenização) Seguro-desemprego (valor do salário mínimo e máximo de 3 parcelas) FGTS obrigatório Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno Salário-família Assistência gratuita a filhos e dependentes em creches e pré-escolas Seguro contra acidentes de trabalho

Fonte: DELGADO; DELGADO, 2016.
Elaboração própria.

4. O 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em 2016

Introdução: Os Movimentos Feministas de Mulheres Negras no Brasil

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência... (GONZALEZ, Lélia, 1980: 225)

Os movimentos feministas no Brasil são respeitados em todo o mundo e constituem uma referência prestigiada em temas do interesse das mulheres no plano internacional. Protagonistas no processo de redemocratização do Estado brasileiro após o encerramento da ditadura militar, os movimentos de mulheres encaminharam proposições que foram contempladas na Constituição Federal de 1988. Dentre outras propostas inovadoras no campo das políticas públicas, a luta contra a violência doméstica e sexual proporcionou a conquista de um novo paradigma em relação às fronteiras entre as esferas do público e do privado, afinal, *o pessoal é político*: tradicionalmente concebida como uma questão pertencente à dimensão do privado, a violência doméstica foi alçada à dimensão pública e tornou-se objeto de políticas específicas¹⁴⁸.

A emergência do movimento social de mulheres negras, como enfatiza Sueli Carneiro¹⁴⁹ (2003), desencadeou um processo que tem permitido ao feminismo – ainda que, desde sua gênese, esteja identificado com as lutas populares e pelo avanço da democracia no país – superar seu aprisionamento pela concepção eurocêntrica e universalizante das mulheres. Processo classificado como *Enegrecendo o feminismo*, que consiste na *expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro* (CARNEIRO, 2007: 118). Tendo em vista a conformação de sociedades multirraciais e pluriculturais, como a brasileira, o desenvolvimento do feminismo negro engendrou uma agenda específica que tem combatido, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero, apontando a identidade branca e ocidental da

¹⁴⁸ Previsto na Constituição Federal, o combate à violência contra as mulheres no Brasil conquistou um notável instrumento jurídico a partir da sanção da Lei nº 11.340, de 2006, a denominada “Lei Maria da Penha”, em homenagem à luta vitoriosa de vinte anos da mulher que sofreu duas tentativas de assassinato até obter a condenação do marido agressor. A tragédia pessoal enfrentada por Maria da Penha tornou-se símbolo da luta contra os maus-tratos físicos, psicológicos e morais sofridos pelas mulheres nos espaços domésticos, praticados por membros da família.

¹⁴⁹ Sueli Carneiro é filósofa, educadora, militante feminista e antirracista, fundadora e coordenadora-executiva do *Geledés* Instituto da Mulher Negra em São Paulo (SP), criado em 1988.

formulação clássica feminista. Além disso, no combate ao racismo no Brasil, tem sublinhado a produção social de *gêneros subalternizados* e a condição específica do *ser mulher, negra e, em geral, pobre* (CARNEIRO, 2007: 118).

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado as reivindicações das mulheres brasileiras e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. (CARNEIRO, s/d: 2)

Como analisado no primeiro capítulo desta tese, a construção da identidade nacional, no Brasil assim como na América Latina, é indissociável da violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas. A miscigenação, como frisa Carneiro (s/d), resulta dessa violência sexual colonial e tem, ao longo da história, estruturado o *decantado* mito da democracia racial brasileira. Dessa maneira, o que seriam *reminiscências do período colonial*, permanece vivo no imaginário social e *adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática* que, entretanto, *mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão*. A respeito do *mito da fragilidade feminina*, Carneiro (s/d) rebate apontando que as mulheres negras, contingente provavelmente majoritário na sociedade brasileira, nunca se reconheceram nesse mito, trabalhando durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... *Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!* (CARNEIRO, s/d: 1). E continua: *Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exportação* (CARNEIRO, s/d: 1-2).

Dotado de um potencial transformador monumental, capaz de abalar as estruturas mais profundas e arraigadas do *status quo*, o feminismo negro tem forçado a distensão dos movimentos feministas e dos movimentos negros. Confrontando as contingências sociais que envolvem o posicionamento historicamente persistente, no mercado de trabalho, das mulheres negras em ocupações socialmente desvalorizadas, como os serviços domésticos, o feminismo negro atua em uma série de temáticas. Para além da discriminação racial nos processos de seleção para empregos – mesmo quando apresentam o mesmo patamar de educação formal são preteridas pelo critério da “boa aparência”, que impõe o branqueamento –, as lutas abrangem as questões de saúde – como os direitos reprodutivos e as

campanhas contra a esterilização das mulheres pobres no Brasil – e as representações sociais veiculadas pelos meios de comunicação, que constroem, reconstróem e sedimentam no imaginário social os sentidos sobre as mulheres negras, fixando suas imagens em estereótipos, como a mulata e a empregada doméstica (GONZALEZ, 1980; CARNEIRO, 2007).

Analisando o reencenado mito da democracia racial, Lélia Gonzalez¹⁵⁰ afirma que é no momento do rito carnavalesco – a festa cristã de exaltação da cultura “amefricana” que, no “Carnaval Brasileiro”, adquire um aspecto de subversão, quando o dominado exerce o seu breve reinado para ser, na sequência, novamente “recalcado” – que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica¹⁵¹:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 1980: 228. Grifos no original.)

Para Gonzalez¹⁵², que formulou a ideia de uma América africana ou “Amefricana”, em contrapartida a uma evocação de latinidade incapaz de reconhecer as

¹⁵⁰ Intelectual feminista e fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), Lélia Gonzalez (nascida em Belo Horizonte, em 1935, e falecida em 1994, no Rio de Janeiro), batizada como Lélia de Almeida, era a décima sétima de dezoito filhos de uma empregada doméstica e ama de leite de ascendência indígena e de um ferroviário negro getulista. Bacharel em Filosofia, Ciências e Letras, também se graduou em História e aprofundou seus estudos nas áreas de Antropologia, Sociologia, Literatura, Psicanálise, da Teoria da Estética, da Cultura Brasileira, além de dedicar-se à Ciência, Cultura e História Africanas. Escreveu os livros *Lugar de Negro*, editora Marco Zero, 1982, e *Festas Populares no Brasil*, premiado na Feira de Frankfurt. As demais produções incluem *papers*, comunicações, seminários, panfletos político-sociais e partidários. Foi professora no Ensino Médio no Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Universidade do Estado da Guanabara, UEG, atualmente Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ) e eleita chefe do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Além do Movimento Negro Unificado (MNU), criou o Coletivo Nzinga de Mulheres Negras (uma iniciativa com a proposta de articular teoria e intervenção social), o Olodum em Salvador, tendo participado da primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), de 1985 a 1989.

¹⁵¹ Talvez a mais importante expressão da cultura popular brasileira, o Carnaval não admite uma interpretação unívoca. Movimento de resistência, na Bahia desfila o mais antigo bloco afro do país, o Ilê Aiyê, fundado em 1974, com o objetivo de preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira. Homenageando as nações africanas e as revoltas negras brasileiras, o Ilê Aiyê representa um marco no processo de reafricanização do Carnaval da Bahia: *O Mais Belo dos Belos apropriou-se popularmente da história africana para trabalhar a construção da história do negro no Brasil*. Fonte: Ilê Aiyê. Disponível em: <<http://www.ileaiyeoficial.com/bio/>>. Acesso em: 04/03/2019.

¹⁵² Ao lado das noções de mulata e doméstica, enquanto representações sociais da “mulher negra” no imaginário social, Gonzalez envolve a “mãe preta”, como aponta o trecho destacado na epígrafe do capítulo. Sobre ela, figura socialmente retratada em sua positividade: *O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que*

singularidades do continente no que se refere à contribuição africana, a conscientização da opressão tem como ponto de partida a dimensão racial. Embora Gonzalez destaque a sororidade – considerando as iniciativas de aproximação, solidariedade e respeito pelas *companheiras brancas efetivamente comprometidas com a causa feminina*, as *mulheres-exceção* a quem chama de *irmãs* (GONZALEZ, 2011: 12) –, propõe uma reflexão acerca das contradições internas do feminismo latino-americano. Criticando uma abordagem reducionista da temática da divisão sexual do trabalho desarticulada do eixo racial, afirma que tal perspectiva recai *numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco* (GONZALEZ, 2011: 14). Por outro lado, a compreensão dessa realidade completa-se pela constatação da reprodução do patriarcado dominante, por meio de práticas de discriminação sexistas pelos companheiros dos movimentos negros, que excluem as mulheres negras dos espaços de decisão. Ainda assim, entretanto:

(...) o Movimento Negro (MN) – e falemos do caso brasileiro ao explicitar a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder, desmascara as estruturas de dominação de uma sociedade e de um estado que veem como natural o fato de que quatro quintos da força de trabalho negra sejam mantidas aprisionadas em uma espécie de cinturão socioeconômico que lhes “oferece a oportunidade” de trabalho manual e não qualificado. Não é necessário dizer que para o mesmo trabalho exercido por brancos, os rendimentos são sempre menores para trabalhadores negros de qualquer categoria profissional (principalmente nas de maior qualificação). Enquanto isso, a apropriação lucrativa da produção cultural afro-brasileira também é vista como “natural”. (GONZALEZ, 2011: 18. “Grifos no original”.)

Gonzalez afirma que, a partir da experiência histórica da escravização negra, o desenvolvimento de formas político-culturais de resistência no interior da comunidade escravizada foi o que tem permitido, até os nossos dias, dar seguimento a uma *luta plurissecular de liberação* (GONZALEZ, 2011: 18). Desse modo, nos movimentos étnicos (como ela classifica os movimentos sociais negros e indígenas), as mulheres “amefricanas” e “ameríndias” exercem participação ativa e são protagonistas¹⁵³:

amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (GONZALEZ, 1980: 235).

¹⁵³ Símbolo da luta das mulheres negras, Tereza de Benguela foi uma líder quilombola que viveu no século XVIII e tornou-se a “Rainha Tereza” do Quilombo do Quariterê, no Mato Grosso, tendo instalado um sistema de governo semelhante ao que a ciência política tem contemporaneamente designado Parlamento. Sob a liderança de Tereza, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas, até que o quilombo sucumbisse, em 1770, pelas forças enviadas por Luis Pinto de Souza Coutinho, governador da Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso. A população quilombola, 79 negras e negros e 30 índias e índios, foi morta ou aprisionada. Após ser capturada, Tereza faleceu e há uma controvérsia sobre se teria sido executada pelos soldados, cometido suicídio ou acometida por uma doença. Após a morte, teve a cabeça decepada e exposta, em

(...) é a partir do MN [Movimento Negro] que nos organizamos, e não do MM [Movimento de Mulheres]. No caso da dissolução de algum grupo, a tendência é continuar a militância dentro do MN, onde, apesar dos pesares, a nossa rebeldia e espírito crítico se dão num clima de maior familiaridade histórica e cultural. Já no MM, essas nossas manifestações muitas vezes foram caracterizadas como antifeministas e “racistas às avessas” (o que pressupõe um “racismo às direitas”, ou seja, legítimo); daí nossos desencontros e ressentimentos. De qualquer modo, os grupos amefricanos de mulheres foram se organizando pelo país, principalmente nos anos oitenta. (GONZALEZ, 2011: 19. “Grifos no original”.)

Nos anos da década de 1980, a solidariedade e a compreensão dentro dos movimentos de mulheres foram sendo intensificadas: *um novo feminismo se delineava nos nossos horizontes, aumentando nossas esperanças pela ampliação das suas perspectivas* (GONZALEZ, 2011: 19). Um dos marcos dessa inflexão, apontado por Gonzalez, foi o *II Encontro do Taller [Oficina] de Mulheres das Américas*, ocorrido em 1987 no Panamá, experiência da qual ela participou e pode registrar ter havido o *reconhecimento do racismo pelas feministas*, bem como de *preconceitos antifeministas por parte das ameríndias e amefricanas dos setores populares* (GONZALEZ, 2011: 20). As experiências de luta, por ela vivenciadas, pela construção de um feminismo Afro-latino-americano, tornaram-na confiante de que *uma nova era se abria para nós, mulheres da região* (GONZALEZ, 2011: 20).

No plano da luta nacional, o estreitamento da relação entre as mulheres negras e o feminismo estabeleceu-se a partir do III Encontro Feminista Latino-americano, que aconteceu em 1985 em Bertioga, onde, de acordo com Núbia Moreira¹⁵⁴, *emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista* (MOREIRA, 2007: 59). Um acontecimento simbólico dessa tensão, cuja conquista contribuiu para a ressignificação do feminismo, foi a chegada de um ônibus vindo do Rio de Janeiro ao encontro em Bertioga, lotado de mulheres negras que não estavam inscritas mas queriam participar – do total de 850 participantes, 116 mulheres inscritas autodeclararam-se “negras mestiças”. Em decorrência desse processo,

um poste, no meio da praça do quilombo. Fonte: Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroína-negra/>>. Acesso em: 03/10/2018.

¹⁵⁴ MOREIRA, Núbia Regina. O Feminismo Negro Brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação (Metrado em Sociologia) IFCH-UNICAMP, Campinas, 2007.

surgiram os primeiros Coletivos de Mulheres Negras¹⁵⁵, simultaneamente à realização de Encontros Nacionais e Estaduais de Mulheres Negras¹⁵⁶.

A nossa compreensão é que, a partir do encontro ocorrido em Bertoga, se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista, uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista. (MOREIRA, 2007: 60)

Ilustrando as incompreensões e os desentendimentos que se manifestavam entre as mulheres negras e o “feminismo tradicional”, Moreira (2007: 61-2) retoma bandeiras específicas relacionadas a demandas do cotidiano pelas mulheres negras, como a reivindicação de creches. Segundo a perspectiva das feministas convencionais, brancas e de classe média, questões que remetiam à maternidade não constituíam o feminismo. Em contrapartida, as mulheres negras rebatiam afirmando que a banalização da reivindicação de creches devia-se ao fato de que aquelas mulheres usufruíam de condições financeiras que as possibilitavam deixar as suas crianças sob os cuidados de babás.

A autora também sublinha a problematização da diversidade entre as mulheres negras, que tampouco compõem um grupo social homogêneo, tendo em vista a pluralidade decorrente, por exemplo, das distintas posições políticas, das condições materiais de vida, da sexualidade, das crenças religiosas, da formação escolar etc. A agregação estratégica das mulheres negras, a despeito das diferenças entre estas, resulta da resistência ativa diante da experiência comum de enfrentamento à opressão decorrente da discriminação negativa da *negritude* (...) inscrita nos corpos das ativistas (MOREIRA, 2007: 76). A temática das singularidades passou a ser coletivamente abordada a partir do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em Salvador em 1991, que tinha como principal objetivo definir um Projeto Político Nacional que respondesse às situações vivenciadas pelas mulheres negras.

Essa síntese das bandeiras de luta historicamente empunhadas pelos movimentos feministas negros encontra um paradigma vigoroso na situação da “empregada doméstica”, por materializar a condição persistente de marginalização das mulheres negras na

¹⁵⁵ No estado de São Paulo, Moreira (2007: 66) enumera: Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista; Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado (MNU); Comissão das Mulheres Negras do Conselho Estadual da Comissão Feminina de São Paulo, Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Todas essas organizações estiveram presentes nos encontros e seminários nacionais de mulheres negras, realizados entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990.

¹⁵⁶ Dentre os encontros e seminários, Moreira (2007: 59-60) cita: I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988; II Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1991; I Seminário Nacional de Mulheres Negras, em 1993; Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, em 1993; II Seminário Nacional de Mulheres Negras, em 1994, entre outros. Segundo a autora, há registros da participação de mulheres negras em encontros e congressos nacionais de mulheres desde a década de 1970.

sociedade brasileira. A contestação dessa brutal violência racial tem se estruturado a partir da luta coletiva contra a desigualdade histórica no Brasil, seja por meio de instituições políticas formais, como os sindicatos (cuja análise será apresentada na sequência), seja por meio da resistência cotidiana informal¹⁵⁷ caracterizada pela espontaneidade, criatividade e solidariedade das classes populares nas periferias e favelas no país¹⁵⁸ –, além dos conflitos encaminhados à Justiça do Trabalho (tema sobre o qual a tese se debruçará no último capítulo). Nesse sentido, os sindicatos de trabalhadoras domésticas são organizações muito peculiares por conjugar aspectos que envolvem maior informalidade, considerando-se a estrutura sindical brasileira¹⁵⁹, em especial no que se refere à contribuição sindical, que, como

¹⁵⁷ As redes sociais digitais também se constituem como uma plataforma pública utilizada para a contranarrativa de confrontação ao machismo e ao racismo, sobretudo por mulheres negras jovens. Como ressalta bell hooks, a cultura patriarcal capitalista com supremacia branca predominantemente tem negado às mulheres negras a oportunidade de *seguir uma vida da mente* (hooks, 1995: 470), interditando a elas o domínio intelectual e imprimindo na consciência cultural coletiva a ideia de que elas estão *neste planeta principalmente para servir aos outros* (hooks, 1995: 468). No século XXI, contudo, o ativismo político a partir do universo virtual tem possibilitado a produção, a difusão e o debate de ideias e textos, dentre os quais se destacam sites e blogs de instituições como a Organização Não Governamental (ONG) *Geledes* (<http://www.geledes.org.br/>), *Que Nega é Essa?* (<http://www.quenegaessa.com/>) e o *Blogueiras Negras* (<http://blogueirasnegras.org/>). As produções evidenciam as múltiplas formas de opressão, contestam a cristalização do “lugar das mulheres negras” na base da pirâmide social e reivindicam a valorização da estética negra, desenvolvendo atividades como seminários e cursos, promovendo encontros presenciais como *as oficinas de turbante, a contação de histórias africanas, a troca de produtos capilares*, o que contribui no sentido de romper radicalmente com a lógica hegemônica do embranquecimento. Dentre esses encontros, o grupo *Crespas e Cacheadas de Sergipe*, na 3ª edição em 2016; a *Marcha do Empoderamento Crespo em Salvador*, em 2015; a 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, realizada em 2015 em Brasília. Além das campanhas de combate à fragilização da autoestima da população negra, enaltecendo o orgulho pelos traços étnicos da negritude, o ciberativismo também retomou campanhas que surgiram em décadas passadas, como o *Reaja ou Será Morto*, que denunciava, no âmbito do Movimento Negro Unificado (MNU), a violência policial e o extermínio da população negra – segundo o Mapa da Violência 2015, o homicídio de mulheres negras no Brasil, na contramão do observado em relação às mulheres brancas, registrou elevação de 54,2% entre 2003 e 2013. Ao possibilitar a criação de lugares alternativos de sociabilidade e resistência para o movimento de mulheres negras, o espaço virtual, por outro lado, é um campo de embates explícitos, onde são violentamente manifestados o racismo e a misoginia. Para mais, conferir MALTA; OLIVEIRA, 2016.

¹⁵⁸ No dia 21 de julho de 2016 a *rapper* e professora de História Joyce Fernandes, a *Preta-Rara*, tomou as páginas de importantes veículos digitais da imprensa brasileira, ao criar a página *Eu empregada doméstica*, exibindo mais de 20 mil curtidas em cerca de 24 horas. Tendo trabalhado durante sete anos como empregada doméstica em Santos (SP) – cidade onde Laudelina de Campos Melo, militante do movimento negro, criou a 1ª Associação de Trabalhadoras Domésticas no país, em 1936 –, Joyce decidiu postar um episódio retratando uma experiência que vivenciou. Em seu último trabalho, em 2009, ela ouviu de uma ex-patroa: *Joyce, você foi contratada para cozinhar para a minha família e não para você. Por favor, traga marmita e um par de talheres e, se possível, coma antes de nós na mesa da cozinha; não é por nada; só para a gente manter a ordem da casa*. Para Joyce, o emprego doméstico deveria acabar, pois se trata de um “resquício da escravidão”: *Infelizmente, para nós, mulheres negras, ser empregada doméstica é algo hereditário. Minha mãe, minha tia e minha avó foram empregadas domésticas. Não é possível dissociar isso da nossa história de escravidão*. Num dia, quando limpava a estante de livros, foi incentivada por uma ex-patroa a ler um deles, “Olga”, do Fernando Moraes. Para graduar-se, Joyce intercalava turnos de trabalho em *telemarketing* e a rotina como diarista, com o que pagou sua faculdade. Então aos 31 anos, Joyce utiliza a música e a sala de aula como instrumentos de transformação social.

¹⁵⁹ Os três pilares gerais fundamentais que caracterizam a estrutura sindical brasileira, tal como implementada por legislação na década de 1930, no governo Vargas, são: a unicidade sindical, ou seja, somente um sindicato representativo de uma categoria profissional e em uma determinada base territorial; o reconhecimento legal pelo Estado, que realiza o registro oficial das instituições; e a contribuição sindical, que entretanto passou por uma

visto no capítulo anterior, nunca foi regulamentada para a categoria. As dirigentes sindicais trabalhadoras domésticas têm enfrentado com êxito uma realidade complexificada, ao dedicarem-se, de modo não exclusivo – ou seja, quando não estão desempenhando os seus afazeres domésticos nas casas dos empregadores – e sem o prestígio reconhecido a outras categorias profissionais historicamente organizadas, à militância política.

A formação dos sindicatos das trabalhadoras domésticas e os primeiros Congressos

Temos a lei, mas não é cumprida. O que faremos para assegurar nossos direitos?
(Trabalhadora doméstica no IV Congresso, em 1981. KOFES, 2001: 339.)

O percurso histórico da formação dos sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil teve como ponto de partida a década de 1930¹⁶⁰. Naquele contexto, em 1936, Laudelina de Campos Melo fundou, em Santos, a Associação Profissional de Empregados Domésticos, a primeira entidade criada com o propósito de conquistar o *status* jurídico de sindicato e, assim, contar com a possibilidade de negociar o reconhecimento jurídico da categoria, bem como garantir o acesso a direitos trabalhistas. Laudelina, de acordo com Bernadino-Costa (2015), interagiu tanto com o movimento sindical quanto com o movimento negro, em especial a Frente Negra Brasileira – dentre os temas de discussão presentes no I Congresso Negro Brasileiro figurou a regulamentação da profissão das trabalhadoras domésticas. Decorrido um período de suspensão das atividades em função do Estado Novo, as trabalhadoras domésticas retomaram a organização coletiva na década de 1950, no eixo Rio-São Paulo.

Na década de 1960, o movimento das trabalhadoras domésticas adquiriu dimensão nacional, por meio da atuação da Juventude Operária Católica (JOC), com a criação de grupos de trabalhadoras em igrejas distribuídas pelo país. Embora se distinguíssem das demais categorias no que se refere ao reconhecimento jurídico das entidades profissionais e do acesso aos direitos, as trabalhadoras domésticas articulavam-se predominantemente a partir da perspectiva de classe social, empenhadas em modificar essa distinção da concepção jurídica. Nessa confluência com a JOC, Laudelina fundou uma nova associação de domésticas, dessa vez na cidade de Campinas. Mobilizando-se conjuntamente, setores sociais

modificação drástica com a Lei nº 13.467 de 2017, quando deixou de ser compulsória. Sobre os pilares da estrutura sindical brasileira, até a decretação da Lei nº 13.467 de 2017, conferir BOITO (1991).

¹⁶⁰ O resgate e o registro da história da organização política das trabalhadoras domésticas foram realizados por BERNADINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e Interseccionalidade Emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 30, Nº 1, Janeiro/Abril 2015.

vinculados à Igreja Católica, ao movimento sindical e ao movimento negro organizaram o primeiro congresso nacional da categoria doméstica, realizado em 1968 em São Paulo (BERNADINO-COSTA, 2015).

No cenário nacional, no contexto da redemocratização e, a seguir, do processo constituinte, houve a ascensão do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e, posteriormente, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia, cujas atividades tiveram início na década de 1970 e consolidaram-se na década seguinte. Bernadino-Costa (2015) aponta que, enquanto na década de 1960 até meados da década de 1980 sobressaiu uma interpretação classista acerca da condição das trabalhadoras domésticas, no período subsequente as abordagens políticas raciais e feministas tornaram-se mais densas. Essa nova modulação resultava de dois fatores: primeiro, o vínculo histórico entre os sindicatos das trabalhadoras domésticas de Campinas e da Bahia ao movimento negro e, segundo, o estreitamento e fortalecimento do diálogo com o movimento feminista a partir da década de 1980.

Importa ressaltar que as lideranças destes dois sindicatos sempre tiveram um diálogo frutífero com os movimentos negros. Laudelina de Campos Melo, que participa da fundação do movimento das trabalhadoras domésticas em Campinas, tinha ligações fortes com a Frente Negra Brasileira, na década de 1930, com o Teatro Experimental do Negro nas décadas de 1950 e 1960, enquanto Creuza Maria de Oliveira, uma das líderes do movimento em Salvador, sempre sustentou um diálogo muito próximo com o Movimento Negro Unificado. Não somente Laudelina, em Campinas, e Creuza, em Salvador, mas toda liderança destes dois sindicatos dialogou e interagiu com o movimento negro de suas respectivas cidades. (BERNADINO-COSTA, 2015: 158)

Desde a década de 1990 até o atual momento, enfatiza Bernadino-Costa (2015), as alianças entre movimentos negros, movimentos feministas e movimentos classistas consolidaram-se, promovendo articulações em redes com governos e organismos internacionais pela conquista de direitos. Esses movimentos de resistência – dentre os quais os movimentos das trabalhadoras domésticas organizadas, a princípio como associações profissionais e a seguir como sindicatos, *considerados autênticas entidades do movimento feminista negro* (BERNADINO-COSTA, 2015: 154) – são classificados como movimentos decoloniais pelo autor, criados com a finalidade de superar o padrão de poder constitutivo da “modernidade/colonialidade”¹⁶¹.

¹⁶¹ Bernadino-Costa define: *A colonialidade do poder, entendida como padrão de poder que se constitui juntamente com o sistema-mundo moderno/colonial, engendrou simultaneamente lutas e resistências. Em outras palavras, as populações subalternizadas e colonizadas não se sujeitaram passivamente ao padrão de poder que as inferiorizavam, ao contrário, elaboraram projetos de resistência e de ressignificação da vida* (BERNADINO-

No seu estudo, Suely Kofes (2001) analisa e compara os primeiros congressos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Tendo pessoalmente observado o IV Congresso, realizado em Porto Alegre, em 1981, Kofes registra uma ruptura entre os congressos anteriores e o de 1981, quando houve *a retirada das reivindicações das empregadas domésticas do campo da filantropia e do paternalismo, para colocá-las num plano mais estritamente político* (KOFES, 2001: 305). Nas discussões do IV Congresso, esteve em ênfase a reivindicação pelo reconhecimento da categoria doméstica na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, além disso, o encontro demarcou a retirada da participação, nas associações da categoria e nos congressos, das assessorias de instituições filantrópicas e assistenciais.

Realizados o II e o III Congressos, em 1972, no Rio de Janeiro, e em 1976, em Belo Horizonte, respectivamente, tiveram como temas *As empregadas domésticas e a legislação* e *a Previdência Social e as empregadas domésticas*¹⁶². Estes temas também foram abordados no IV Congresso, que incorporou debates sobre o associativismo e a situação da trabalhadora menor de idade. Na abertura e no encerramento do III Congresso, o arcebispo de Belo Horizonte e o então Ministro do Trabalho estiveram presentes, sendo a fala do arcebispo na abertura:

O termo doméstica vem de casa, que supõe lar, que, por sua vez, supõe família. É uma classe de família que trabalha dentro da família. Esta precisa da empregada, assim como a empregada necessita dela, não somente pelo salário, mas também pela realização como pessoa (...). (Arcebispo de Belo Horizonte, na cerimônia de abertura do III Congresso, em 1976. KOFES, 2001: 306.)

Citando passagens bíblicas, o arcebispo ressaltou o “exemplo” oferecido por Cristo, segundo as doutrinas cristãs, de humildade, obediência e servidão, e arrematou: *Servos, obedeçam, sejam solícitos a seus patrões como a Cristo, lembrando-se de que são servos de Cristo. Para ele, não há distinção de um e outro* (Arcebispo de Belo Horizonte, na cerimônia de abertura do III Congresso, em 1976. KOFES, 2001: 306). Nesse empenho, o eclesiástico também se pronunciou para demonstrar *a dignidade e a justiça do ato de “servir”*, referindo-se à cerimônia do lava-pés na Quinta-Feira Santa – quando Jesus teria lavado os pés dos apóstolos – e à figura de João XXIII:

COSTA, 2015: 154). Diante dos processos de desigualdade, vulnerabilidade e opressão, as trabalhadoras domésticas, assim como outros movimentos sociais, *elaboraram projetos decoloniais de resistência e reinvenção do mundo, a partir da articulação dos eixos de poder de classe, raça e gênero, que nomeamos de interseccionalidade emancipadora* (BERNADINO-COSTA, 2015: 149).

¹⁶² Em 1961 foi lançado o “Manifesto às patroas” (KOFES, 2001: 366).

Ele valorizou todos os homens. Me comoveu o choro do porteiro de minha casa quando soube da morte do papa. No mundo de hoje, não se admite tratar o operário como peça. Nós queremos que as pessoas sejam tratadas como gente, sejam porteiros ou lixeiros. Deve-se respeitar a pessoa humana. (Arcebispo de Belo Horizonte, na cerimônia de abertura do III Congresso, em 1976. KOFES, 2001: 307.)

Naquele III Congresso, as trabalhadoras entregaram a Arnaldo Prieto, à época Ministro do Trabalho, um memorial denunciando a não aplicação das leis específicas do emprego doméstico, tais como as dificuldades de inscrição das trabalhadoras nos órgãos previdenciários, a despeito de que a Lei nº 5.859, de 1972, considerada até então a maior conquista da categoria, tenha reconhecido *um mínimo de direitos do trabalho ao empregado doméstico e a ele estendeu os benefícios da Previdência Social* (KOFES, 2001: 308). As reivindicações do III Congresso foram: jornada de trabalho de 10 horas (*considerando-se trabalho todo o tempo que estiver à disposição do empregador*); intervalo mínimo de uma hora e máximo de duas, diariamente; salário-mínimo e 13º salário; contrato de experiência de 30 dias e aviso-prévio; salário-família, descanso semanal, seguro contra acidentes de trabalho; discussão dos litígios na Justiça do Trabalho; definição das atribuições, para que não sejam exercidas tarefas que cabem à família; proteção ao menor; condições de higiene e segurança no trabalho; responsabilidade do empregador pelo desenvolvimento educacional, físico, moral e intelectual do empregado; direito de não lidar com peso superior a 20 quilos; acréscimo salarial de 25% por serviços prestados à noite (KOFES, 2001: 308).

O IV Congresso, realizado em Porto Alegre em 1981, marcou, para Kofes, a *predominância de um discurso político pela construção da identidade da empregada doméstica como trabalhadora* (KOFES, 2001: 310-1). Rejeitando a família empregadora como referência, o interlocutor a ser conquistado era o Parlamento. No evento, 17 delegações estiveram presentes, sendo que o número de representantes por delegações variou de 1 a 4. Destas, somente 2 eram delegadas de associações beneficentes (de Florianópolis e de Curitiba, fundadas na década de 1940); 5 eram grupos e as demais, associações profissionais fundadas nas décadas de 1960 e 1970. Estiveram representadas as associações de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Muitas das trabalhadoras haviam sido militantes políticas na década de 1960 e alguns grupos eram assessorados por assistentes sociais ou por entidades ligadas às comunidades de base da Igreja Católica. Todas as trabalhadoras domésticas que participaram do IV Congresso eram membros de associações, de grupos embrionários e de irmandades, sendo que estas, por não se tratarem de associações profissionais, não tiveram direito ao voto.

No IV Congresso os temas de destaque foram: a profissionalização da trabalhadora doméstica; a organização da categoria, de modo a esclarecer sua posição na relação de trabalho e retirá-la de uma condição *dividida, como sempre acontece, entre ser da família e ser da classe* – ou seja, a recorrência da contraposição entre membro da família e trabalhadora assalariada, coletivamente organizada pela associação profissional –; a relação contratual; o fortalecimento das associações e principalmente o reconhecimento na CLT da trabalhadora doméstica, a fim de que ela também tivesse direito à sindicalização.

Além desses, o valor humano e pessoal da trabalhadora e a conquista do reconhecimento desses valores pela patroa que, embora ausente, era uma presença referida. Assim, as trabalhadoras recusaram a tentativa da televisão de Porto Alegre de filmar o almoço, argumentando: *Eles vão mostrar a gente aqui comendo, rindo, e as patroas vão logo dizer: “É, dizem que vão para o congresso mas tão é fazendo festa”* (KOFES, 2001: 314). Nos grupos de discussão, entre outros temas, foram feitas alusões à escravidão. Comentando a participação reduzida das trabalhadoras domésticas: *A mesma coisa em Belo Horizonte, quando o Congresso foi lá. Isso é ainda a escravidão: patroas não deixam, empregadas têm medo* (KOFES, 2001: 331). A afetividade e o apego à família empregadora também foram debatidos, sendo que o carinho e a valorização da trabalhadora *como pessoa humana* são atributos que contribuem para a permanência na casa dos empregadores.

Sobre a importância de organizarem-se coletivamente, apesar dos desafios que o isolamento rotineiro do trabalho doméstico impõe, ressaltaram a luta política dos metalúrgicos – que se tornaram uma referência na organização sindical por direitos trabalhistas e pela retomada da dignidade nos espaços fabris, bem como na luta pela redemocratização do país a partir do final dos anos da década de 1970, criando órgãos de representação nos locais de trabalho e tendo como marco o movimento grevista de 1978, inicialmente no ABC paulista, berço do denominado “novo sindicalismo”, e que se propagou pelo país¹⁶³ – e de Luís Inácio Lula da Silva:

A gente precisa despertar, as pessoas não vão à Associação, é preciso começar um trabalho de ouvido. Para mostrar a necessidade de participação delas. Lembra o movimento dos metalúrgicos onde a massa estava conscientizada? Daí prendeu Lula e a massa continuou. A gente tem que seguir o exemplo dos metalúrgicos. (Trabalhadora doméstica no IV Congresso, em 1981. KOFES, 2001: 331.)

O 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em 2016

¹⁶³ Conferir em: RODRIGUES (1991, 1997, 1999).

O 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas foi promovido pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e pelo Conselho Nacional dos(as) Trabalhadores(as) Domésticos(as) (CNTD). Realizado no período de 21 a 25 de setembro de 2016 no Jacarepaguá, no Rio de Janeiro (RJ), na sede da Associação dos Antigos Funcionários do BANERJ (ABANERJ), o Congresso teve como lema *Ratificar a 189 é igualar direitos!*. No primeiro dia ocorreu o Seminário Internacional das Trabalhadoras Domésticas, que consistiu na mesa de abertura do evento, quando foi discutida a organização das trabalhadoras domésticas no mundo, e as seguintes instituições estiveram representadas: Federação Internacional dos Trabalhadores Domésticos (FITD); Organização das Nações Unidas, a ONU Mulheres; *Solidarity Center*; Organização Internacional do Trabalho (OIT); Instituto Observatório Social (IOS)¹⁶⁴ e FENATRAD/CNTD, cuja então presidenta, Creuza Maria Oliveira, coordenou a plenária.

Ao longo de todo o evento foram discutidos amplamente temas relevantes na luta das trabalhadoras domésticas no Brasil e no mundo: a organização cotidiana e institucional; a conquista de direitos sociais trabalhistas e previdenciários; as dificuldades da representação sindical da categoria; a Convenção nº 189 da OIT e como é possível incentivar a ratificação nos países; a conjuntura política nacional e internacional; a temática racial; os cenários sobre as mulheres no mercado de trabalho; a Lei Complementar nº 150/2015 – com a presença da ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho –; o sistema virtual disponibilizado pelo Governo Federal brasileiro, o e-Social; a violência doméstica; a multiplicidade de culturas regionais no Brasil; a saúde das mulheres trabalhadoras. Também houve a discussão do Estatuto da FENATRAD/CNTD e a eleição da nova diretoria – para o período de 2016 a 2019, Luiza Batista Pereira, de Recife (Pernambuco) foi eleita Presidenta da FENATRAD, que passou a ter, como Secretária-Geral, Creuza Maria Oliveira, de Salvador (Bahia) –, bem como da filiação da FENATRAD à Federação Internacional dos Trabalhadores Domésticos (FITD). Além disso, foram declamadas poesias, aconteceram apresentações de grupos teatral e musical. No dia do encerramento, domingo, houve um passeio turístico pela cidade do Rio de Janeiro, antes de regressarem a suas cidades de origem.

¹⁶⁴ Agradeço a Lucilene Binsfeld, conhecida como *Tudi*, Secretária-Geral do IOS, onde trabalhei (de 2011 a 2017 como pesquisadora), e dirigente da CUT-Nacional. Ex-presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da Central Única dos Trabalhadores (CONTRACS-CUT), Tudi foi a convidada pela Creuza e, sabendo do meu interesse pela causa das domésticas, gentilmente me concedeu a oportunidade de participar do evento como palestrante, abordando o percurso histórico da conquista de direitos pela categoria no Brasil, momento que aproveitei para realizar uma breve pesquisa com as trabalhadoras domésticas presentes, cujos resultados apresento a seguir.

Dentre as entidades sindicais internacionais que estiveram presentes no 11º Congresso, destacam-se a Confederação Latino-americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO) – fundada em 1988 por representantes de grupos de trabalhadoras domésticas de 11 países latino-americanos, a primeira organização regional de trabalhadoras domésticas no mundo –; o *Sindicato Interempresas de Trabajadoras de Casas Particulares* (SINTRACAP), do Chile – fundado em 1946, em Santiago –; e o *Sindicato Nacional de Trabajadores y Trabajadoras del Hogar* (SINACTRAHO), do México. As entidades sindicais distribuíram materiais institucionais de promoção da Convenção nº 189 da OIT, ratificada no Chile em 10 de junho de 2015, país cujo panfleto estava escrito em língua portuguesa.

O *Sindicato Nacional de Trabajadores y Trabajadoras del Hogar* (SINACTRAHO) foi criado em 30 de agosto de 2015, momento em que reunidos mais de cem “*trabajadores y trabajadoras del hogar*” dos estados de Puebla, Colima, Chiapas, Estado de México, assim como da *Ciudad de México*, sob o lema *Por um trabalho digno*. O SINACTRAHO oferece colocação profissional, por meio de um contrato que assegura direitos e obrigações; capacitação profissional técnica, que também inclui formação sindical e em direitos humanos laborais; assessoria jurídica gratuita, assim como *vinculación*, ou seja, a possibilidade de constituição de unidade política em rede sindical, em âmbitos nacional e internacional. O SINACTRAHO defende, na luta pelo trabalho decente, a promoção e a adoção de uma categoria de classificação digna (*nombre digno*) como referência às trabalhadoras, enquanto sujeitos de direitos: considera ofensivos os termos *servidumbre* (“serviçal”, em português) ou mesmo *doméstica*:

*El término “servidumbre” tiene su origen en el feudalismo (en la Edad Media) y las características que lo distinguen no corresponden con la noción actual de trabajadores y trabajadoras del hogar como sujetos/as de derechos. Tampoco aceptamos que nos llamen “domésticas”, porque alude a creer que somos propiedad de las personas para las que trabajamos. Por lo tanto reivindicamos insistentemente se nos nombre: **trabajador y trabajadora del hogar**. (SINACTRAHO – México, 2016. Grifos no original.)*

O sindicato denuncia que as *trabajadoras del hogar*, no México, trabalham sem contrato estabelecido e fora da abrangência do sistema de seguridade social, enfrentam extensas jornadas de trabalho e discriminação salarial por gênero e nacionalidade. Além disso, há algumas que não recebem salários, trabalhando em troca de moradia e alimentação; sofrem maus tratos como gritos, espancamentos, perseguições e violência sexual. Também enfrentam dispensas injustificadas e são acusadas de furtos com o intuito de expulsá-las do trabalho sem

o devido pagamento. No anseio por um trabalho digno, o SINACTRAHO defende a ratificação da Convenção nº 189 da OIT e, no que se refere à legislação mexicana, aponta a necessidade de modificações na *Ley Federal del Trabajo*, bem como a indispensabilidade de incorporação das *trabajadoras del hogar* ao sistema de seguridade social, que implicaria em promover alterações na *Ley de Seguro Social*, e a regulamentação da possibilidade de celebração de contratos coletivos de trabalho. No panfleto distribuído no evento, o SINACTRAHO orienta, no item que versa sobre as obrigações das *trabajadoras del hogar*:

- *Realizar el trabajo acordado personalmente con su empleador/a con todas sus instrucciones;*
- *Cuidar y conservar el manejo de la casa y sus pertenencias;*
- *Manejar cuidadosamente los utensilios de trabajo, siguiendo las instrucciones de seguridad, especialmente los electrodomésticos. Exija a que su empleador le dé una previa capacitación para el desarrollo de su trabajo;*
- *No llevar a personas ajenas a tu trabajo. Si es un familiar, debes avisar a tus empleadores;*
- ***Desempeñar profesionalmente tu trabajo, con honestidad y buena actitud, no faltar sin justificación ni afectar las relaciones humanas;***
- *Respetar a tus empleadores, a su familia y a las personas que las visitan y **no revelar asuntos personales de la familia;***
- *Acatar las medidas preventivas, de higiene y protección personal;*
- *Al terminar tu relación laboral, deberás avisar con una semana de anticipación y establecer claramente los motivos de su salida. (SINACTRAHO - México, 2016. Grifos meus.)*

No panfleto do SINACTRAHO, os trechos grifados remetem a dimensões reveladoras das relações sociais travadas no desempenho do trabalho doméstico e sobre as quais a análise proposta ao longo deste estudo se atém. No rol das obrigações, indica, no primeiro destaque, que o trabalho deve ser desempenhado profissionalmente, com “honestidade” e “boa atitude”: ou seja, a necessidade de orientação e prevenção contra potenciais e frequentes acusações de furtos, os “roubos”. O segundo destaque, *não afetar as relações humanas*, alude à presença da trabalhadora na intimidade do lar dos empregadores, “a íntima intrusa”, para abordar a característica estruturalmente ambivalente da relação, a estranha ao convívio doméstico familiar, solicitada porém para o trabalho; assim como *não revelar assuntos pessoais da família*, o terceiro destaque, que se refere aos “segredos” da privacidade dos empregadores e ao receio de que sejam tornados públicos.

A realização do evento demarca a notória automobilização e o engajamento político das trabalhadoras domésticas. Em 2015, a taxa de sindicalização no Brasil foi de 19,5% (acompanhe na **tabela 13**), o que representa elevação de 2,6 pontos percentuais no comparativo ao ano de 2014, quando a taxa ficou em 16,9%, de acordo com os dados da

PNAD Contínua¹⁶⁵. Assim, dos 94,4 milhões de trabalhadores de 16 anos ou mais de idade em 2015, 18,4 milhões eram associados a sindicatos. Interessante observar, o que torna mais expressivo esse avanço do contingente de sindicalização, de 11,4%, com acréscimo de 1,9 milhão de filiados, que houve queda na população ocupada, com redução de 3,7 milhões de trabalhadores¹⁶⁶. De 2009 a 2013 havia sido registrada queda contínua da proporção de trabalhadores sindicalizados na população ocupada brasileira, tendência revertida em 2014. Nos Serviços Domésticos a filiação sindical saltou de 189 mil trabalhadoras, em 2014, para 248 mil trabalhadoras em 2015, ou seja, a despeito de que a taxa de sindicalização na atividade seja a menor, segundo os grupamentos de atividade econômica¹⁶⁷, de 2014 para 2015 houve significativo crescimento, de 31,8%, correspondendo à maior variação.

Tabela 13: Brasil - Percentual de pessoas sindicalizadas, na população de 16 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, Total e nos Serviços Domésticos, de 2004 a 2015

Atividade do trabalho principal	Ano										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Total	18,5	18,9	19,1	18,2	18,6	18,1	17,5	16,9	16,2	16,9	19,5
Serviços domésticos	1,5	1,8	2,0	1,9	2,0	2,2	2,7	2,6	2,8	2,9	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2015. Elaboração: IBGE (2015).

As trabalhadoras domésticas no 11º Congresso

¹⁶⁵ Fonte: Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2015), IBGE. “Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização”. Realizada em parceria com o então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

¹⁶⁶ O crescimento do associativismo sindical no Brasil captado na pesquisa, no cenário de avanço do desemprego e da corrosão orquestrada de direitos sociais trabalhistas e de cidadania, é efeito de um duplo movimento convergente e de contraposição à hegemonia neoliberal que se fundamenta na ficção da máxima eficiência do mercado autorregulado. De um lado, o empenho reforçado das entidades sindicais no sentido da ampliação de sua representatividade perante as bases, com a intensificação de campanhas visando à filiação e participação de trabalhadores, bem como à mobilização para atos nas ruas pela resistência e reação contra as investidas antidemocráticas. Simultaneamente, resulta do impulsionamento do engajamento político de trabalhadoras e trabalhadores em defesa dos seus interesses de classe, confiando nas instituições sindicais ao reconhecer que são um instrumento organizado do qual devem se apropriar na luta coletiva contra o aprofundamento da desigualdade social pela precarização aguda das condições de trabalho e da vida em sociedade.

¹⁶⁷ Analisando a densidade sindical por grupamentos de atividade econômica é possível verificar que, historicamente, a atividade agrícola apresenta o maior contingente de trabalhadores sindicalizados: em 2015, eram 3.738 mil trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados na agricultura, 28,7% do total na atividade. A indústria, contudo, foi a atividade em que verificada a maior proporção de sindicalização, considerando o total de ocupados na atividade, 36,8%. Na sequência, a atividade de “Educação, saúde e serviços sociais”, registrou a taxa de 30,2%. De 2014 para 2015, em todos os grupamentos de atividade houve ampliação da proporção de sindicalizados. Fonte: PNAD-IBGE. Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

Dentre o público do 11º Congresso, estimado pela organização em 80 pessoas que participaram no decorrer do evento¹⁶⁸, havia trabalhadoras (mensalistas ou diaristas) e dirigentes sindicais domésticas de diversos estados brasileiros: Acre, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A partir do questionário autoaplicável (confira o questionário no **ANEXO A**) ao longo da manhã do primeiro dia do evento (em 21 de setembro de 2016), quando 58 profissionais da categoria estiveram presentes, foi possível compor um perfil geral sobre as trabalhadoras domésticas no 11º Congresso, sistematizado na seguinte **tabela 14**.

Seis das 23 trabalhadoras domésticas respondentes ao questionário eram provenientes de São Luís, no Maranhão; 14 afirmaram terem concluído o Ensino Médio; 12 eram mensalistas, sendo que 14 possuíam registro na carteira de trabalho; 11 desempenhavam jornadas de 8 horas diárias e 16 auferiam rendimentos mensais equivalentes a, pelo menos, um Salário Mínimo Nacional (SMN). Essas informações gerais sinalizam, quanto à composição das profissionais presentes no evento, que é significativa a participação sindical de trabalhadoras domésticas – militantes e dirigentes nos sindicatos e demais entidades representativas de classe de sua categoria profissional – que apresentam formação educacional formal básica, são mensalistas e trabalham com registro em carteira, características que poderiam ser, nesse caso, condições facilitadoras da participação política. Além disso, é relevante sublinhar a aguerrida atividade na luta sindical de trabalhadoras domésticas de estados das regiões Norte e Nordeste do país.

¹⁶⁸ As estimativas iniciais previam a presença de 160 trabalhadoras domésticas, contudo, em função das diversas dificuldades que afetam sua organização e mobilização, estiveram presentes 80 trabalhadoras. No primeiro dia havia 58 profissionais, sendo 57 mulheres e 1 homem, e tivemos o retorno de 23 questionários respondidos, o que representa um retorno de 40%. O resultado é considerado relativamente satisfatório, uma vez que o questionário foi autoaplicável, ao longo de apenas uma manhã, tendo no entanto possibilitado respostas significativas conforme será analisado.

**Tabela 14 - Perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras respondentes e participantes do
11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, no Rio de Janeiro, em 2016**

Origem		Escolarização		Diarista/Mensalista		Registro em carteira		Jornada de trabalho		Rendimento	
Cidade (UF)	Nº	Grau	Nº	Situação	Nº	Situação	Nº	Situação	Nº	Classes de SMN	Nº
Rio Branco (AC)	4	Ensino fundamental incompleto	3	Diarista	8	Com registro	14	Menos de 8h/dia	4	Menos de 1 SMN	6
São Luís (MA)	6	Ensino fundamental completo	3	Mensalista	12	Sem registro	6	8h/dia	11	1 SMN	8
Recife (PE)	2	Ensino médio completo	14	Aposentada	3	Aposentada	3	Mais de 8h/dia	3	Mais de 1 SMN	8
Salvador (BA)	4	Curso técnico	2	—	—	—	—	Indeterminada	2	Variável	1
Campos (RJ)	1	Ensino Superior	1	—	—	—	—	Aposentada	3	—	—
Pirai (RJ)	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pelotas (RS)	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Lourenço do Sul (RS)	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	23	Total	23	Total	23	Total	23	Total	23	Total	23

Elaboração própria. Questionário autoaplicável em 21 de setembro de 2016.

As perguntas elaboradas para a pesquisa proposta no 11º Congresso versaram sobre três temas: um deles, na primeira questão, mais abrangente, solicitava que a trabalhadora descrevesse aspectos gerais de sua experiência profissional pessoal; a segunda questão referia-se ao conflito no trabalho e à possibilidade de judicialização, focando tanto na trabalhadora respondente como em alguma outra doméstica de seu convívio; por último, a terceira questão teve como objetivo esclarecer se a então denominada *PEC das domésticas* (Proposta de Emenda à Constituição nº 478/2010, transformada na Emenda Constitucional nº 72/2013) tornou-se mais amplamente conhecida e se, após ter sido implementada, provocou repercussões sensíveis no cotidiano do trabalho da respondente. Precisamente, o questionário foi composto pelas seguintes perguntas:

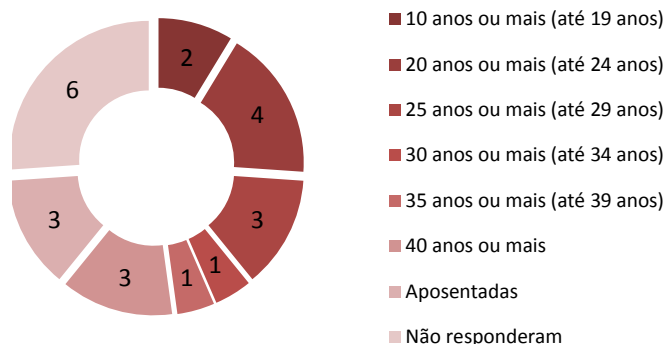
1. Há quanto tempo você trabalha como doméstica? Comente sobre a sua experiência, os pontos positivos e negativos de sua profissão.
2. Você (ou alguma conhecida) já entrou com processo na Justiça contra uma patroa ou patrão? Se não, já teve vontade? Pode comentar?
3. Você já ouviu falar sobre a nova lei, a “PEC das domésticas”? Mudou algo no seu trabalho? Pode comentar?

A partir da primeira pergunta, verifica-se que as trabalhadoras presentes no 11º Congresso possuem longas experiências na profissão: quatro informaram que trabalham há 20 anos ou mais (até 24 anos); três trabalham há 25 anos ou mais (até 29 anos); e três estão há 40 anos ou mais na profissão de doméstica (veja na **tabela 15** e **gráfico 2** na sequência). A questão também permitiu captar o trabalho doméstico infantil: duas das participantes respondentes afirmaram ter iniciado seu trabalho aos 13 anos de idade; duas, aos 10 anos de idade; duas, aos 9 anos de idade e uma, com o ingresso mais precoce, aos 8 anos de idade.

Foi meu primeiro trabalho aos 13 anos. Hoje tenho 42 anos e é a minha profissão, que eu tenho muito orgulho, sou digna do meu trabalho. Trabalho com uma família há 20 anos, na mesma casa, e tenho todos os meus direitos. (Trabalhadora doméstica de Rio Branco/AC, no 11º Congresso, em 2016. **Grifos meus.**)

Tabela 15 e Gráfico 2: Experiência profissional (em anos de trabalho) das trabalhadoras domésticas brasileiras respondentes e participantes do 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, no Rio de Janeiro, em 2016:

Anos de trabalho	Nº
10 anos ou mais (até 19 anos)	2
20 anos ou mais (até 24 anos)	4
25 anos ou mais (até 29 anos)	3
30 anos ou mais (até 34 anos)	1
35 anos ou mais (até 39 anos)	1
40 anos ou mais	3
Aposentadas	3
Não responderam	6
Total	23



Elaboração própria. Questionário autoaplicável em 21 de setembro de 2016.

Relatando os aspectos positivos de sua experiência profissional, algumas trabalhadoras domésticas mencionaram:

- Bom tratamento (*atitudes humanas*) nos lares das famílias para as quais trabalham;
- Surgimento dos sindicatos (*organizações para o empoderamento*) das trabalhadoras;
- Conquista (*com muita luta*) de novos direitos sociais trabalhistas, como o registro na carteira de trabalho;
- Regulação do salário (*hoje temos salário definido*);
- Apoio dos patrões para estudar;
- Respeito aos direitos;
- Estabilidade: permanência por longo tempo numa mesma casa de empregadores;
- Conquista da casa própria;
- Participação da política sindical;
- Realização de curso para capacitação profissional¹⁶⁹;
- Conhecimento acerca de seus direitos.

No início foi muito sofrimento porque eu, muito nova, não sabia fazer nada, então tomava muita porrada, puxava meus cabelos, foi muito

¹⁶⁹ Implementado em 2005 como uma política pública, o projeto “Trabalho Doméstico Cidadão” foi coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, abrangendo um programa de elevação da escolaridade, formação política e qualificação profissional das trabalhadoras domésticas. Em 2007, participaram do programa piloto as cidades de Aracaju (Sergipe), Belo Horizonte (Minas Gerais), Campinas (São Paulo), Recife (Pernambuco), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Salvador (Bahia), São Luís (Maranhão) e São Paulo (São Paulo). Fonte: SEPPIR. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2008/04/tdc>. Acesso em: 18/10/2018.

difícil mas sobrevivi. Hoje estou ~~muito~~ [riscado] bem, graças a Deus. (Trabalhadora doméstica de Salvador/BA, no 11º Congresso, em 2016. **Grifos meus.**)

Enunciando os aspectos negativos enfrentados na profissão de doméstica, apontaram:

- Desrespeito *da sociedade* em relação às trabalhadoras domésticas;
- Violência física cometida pelos empregadores;
- Inexperiência no trabalho ao iniciar a atividade;
- Anos trabalhados sem gozar de direitos trabalhistas;
- Direitos que ainda deveriam ser regulamentados;
- Dificuldade de fiscalização, pelo poder público, do espaço de trabalho;
- Recusa, de empregadores, a assinar a carteira de trabalho;
- Humilhações e preconceitos – *somos chamadas de piniqueira ou chamadas de motorista de fogão* (Trabalhadora doméstica de Recife/PE, no 11º Congresso, em 2016);
- Isolamento no local de trabalho;
- Tardio reconhecimento como profissionais;
- Trabalho exercido sem remuneração;
- Impossibilidade de acompanhar o crescimento dos filhos;
- Rigidez no controle dos horários de entrada e saída;
- Necessidade de ocultar de patrões que estava estudando – *nunca pude dizer que estudava porque sabia que, para os patrões, doméstica tem e deve ser sempre doméstica* (Trabalhadora doméstica de Pelotas/RS, no 11º Congresso, em 2016);
- Nunca ter contado com o devido registro na carteira de trabalho;
- Desconhecimento, ao iniciar, e quando morava na casa do empregador, de direitos trabalhistas – *no começo ter que morar no serviço e não saber que tinha direitos como trabalhadora* (Trabalhadora doméstica de São Luís/MA, no 11º Congresso, em 2016);
- Tratamento discriminatório – (...) *as coisas que separavam, o copo e o prato que eu usava. Teve uma casa que eu trabalhei e não podia colocar as minhas roupas para secar na mesma secadora* (Trabalhadora doméstica de Salvador/BA, no 11º Congresso, em 2016);
- Assédio moral;
- Desrespeito à legislação.

Em se tratando de demandas na Justiça do Trabalho, questionadas se já haviam iniciado um processo de reclamação trabalhista:

Sim, já entrei porque meu patrão descontava o INSS e quando eu precisei recorrer ao INSS, descobri que ele nunca havia feito nenhum repasse. (Trabalhadora doméstica de Rio Branco/AC, no 11º Congresso, em 2016.)

Sim. Eu trabalhei 5 anos e quando fui mandada embora, ela me deu R\$100,00 como indenização. Fui para meu sindicato das domésticas (Recife) e entrei com um processo na Justiça, de R\$100,00 foi para R\$2.500,00. (Trabalhadora doméstica de Recife/PE, no 11º Congresso, em 2016.)

Sim, contra um patrão por racismo e não pagar meus direitos. (Trabalhadora doméstica de Pelotas/RS, no 11º Congresso, em 2016.)

A judicialização do conflito nas relações de trabalho foi conduzida por sete das 23 participantes do Congresso respondentes ao questionário, o que representa quase um terço das trabalhadoras domésticas envolvidas. Além destas, que entraram pessoalmente contra seus patrões na Justiça, outras três já acreditaram ter motivos para dar início a um processo judicial, embora até o momento da realização do congresso não tenham movido qualquer ação (acompanhe na **tabela 16**).

Não, mas tive motivos para ter entrado na Justiça sim. Por exemplo, minha carteira de trabalho contém apenas 13 anos de assinatura de trabalho! (Dirigente sindical, trabalhadora doméstica aposentada por motivo de doença, de Pelotas/RS, no 11º Congresso, em 2016.)

Tenho vontade de, nesse momento, entrar, porque trabalhei aos sábados de fevereiro e março deste ano. Quando pedi a importância que tinha direito, eles me disseram que não tinha nada que justificasse o meu trabalho nesses meses. (Trabalhadora doméstica de Pelotas/RS, no 11º Congresso, em 2016.)

Não, já tive vontade. Conheço várias companheiras [que ajuizaram reclamação trabalhista] pelo sindicato. (Trabalhadora doméstica de São Luís/MA, no 11º Congresso, em 2016.)

Três respondentes também afirmaram ter alguma conhecida ou familiar trabalhadora doméstica que tenha ajuizado reclamação na Justiça do Trabalho. Dentre as dirigentes sindicais respondentes, seis mencionaram os casos judiciais assessorados diretamente pelo sindicato:

Eu nunca coloquei nenhum patrão na justiça mas, toda semana, o sindicato onde sou diretora encaminha de 3 a 4 trabalhadoras domésticas ao advogado do sindicato para entrar com ação na Justiça por [empregador] não cumprir com as obrigações que a lei determina. (Trabalhadora doméstica e dirigente sindical de Recife/PE, no 11º Congresso, em 2016.)

Tabela 16: Reclamações na Justiça do Trabalho entre as trabalhadoras domésticas brasileiras respondentes e participantes do 11º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, no Rio de Janeiro, em 2016

Situação das trabalhadoras domésticas em relação à Justiça do Trabalho	Frequência
Já moveram ação trabalhista	7
Avaliam ter motivo para ingressar com ação	3
Conhecem alguma reclamante	3
Casos assessorados pelo sindicato	6
Não entraram na Justiça nem tiveram intenção	5

Elaboração própria. Questionário autoaplicável em 21 de setembro de 2016. Obs.: o total extrapola 23 porque uma das dirigentes mencionou os casos acompanhados pelo sindicato e também avaliou ter pessoalmente motivos para ingressar com uma ação judicial.

A respeito da nova legislação do trabalho doméstico, referida no questionário por *PEC das domésticas*, expressão que a popularizou, todas as respondentes afirmaram ter ouvido falar sobre a norma. Para 16 das trabalhadoras domésticas respondentes, a recente normatização provocou mudanças concretas na rotina do trabalho: uma delas afirmou sentir-se mais valorizada, outra apontou a conquista da ampliação de direitos, duas dirigentes sindicais da FENATRAD (uma de Rio Branco/AC e a outra de Recife/PE) comentaram ter participado da dinâmica de discussão e construção da proposta inicial (Proposta de Emenda à Constituição nº 478/2010). Entretanto, uma trabalhadora doméstica ressaltou que muitas trabalhadoras que eram mensalistas foram despedidas.

Mudou sim, muitas foram demitidas. Mas para aquelas que não foram demitidas, assinaram a carteira de trabalho e estão trabalhando com todos os direitos garantidos. (Trabalhadora doméstica de Rio Branco/AC, no 11º Congresso, em 2016.)

Sim, mudou, as 40 horas semanais, INSS, hoje me sinto mais amparada pela lei. Antes eu não tinha hora para sair do trabalho, não tinha direito a feriados¹⁷⁰, não tinha uma hora de descanso. (Trabalhadora doméstica de Rio Branco/AC, no 11º Congresso, em 2016.)

¹⁷⁰ O direito ao descanso remunerado em feriados foi formalmente reconhecido pela Lei nº 11.324 de 2006.

*Não só ouvi como participo dessa luta há 8 anos. Essas novas conquistas não me beneficiaram, mas fico feliz por poder estar sendo útil na luta que está ampliando as conquistas e os direitos de uma categoria que historicamente sempre foi invisibilizada pela sociedade que vê o trabalho doméstico como de menor valor. Esquece que o trabalho doméstico é a base da organização da sociedade, seja o trabalho das donas de casa ou o trabalho remunerado. Também precisamos desconstruir a fala que o trabalho doméstico não aufera lucro ao empregador, pois sendo o trabalho doméstico a base de organização da sociedade, como a mesma poderia exercer o trabalho em suas respectivas profissões se não contasse com uma pessoa que organiza a casa? A dona de casa não tem remuneração mas o lucro da família existe. Mas se esse trabalho é realizado por uma trabalhadora doméstica, a sociedade diz que não traz lucro para o empregador. Nós, trabalhadoras domésticas, proporcionamos o lucro indiretamente mas, infelizmente, o entendimento é errado e isso dificulta o respeito às nossas lutas, nossos direitos e nossas conquistas.*¹⁷¹ (Dirigente sindical, trabalhadora doméstica aposentada por invalidez, de Recife/PE, no 11º Congresso, em 2016.)

Sim, hoje, conhecendo os direitos, não deixamos nos enganar e nos escravizar. (Trabalhadora doméstica de Pirai/RJ, no 11º Congresso, em 2016.)

Claro que mudou, não foi como queriam mas já melhorou bastante a qualidade de vida das trabalhadoras. Já tem o que receber na sua dispensa, direitos como FGTS, seguro-desemprego. Começou a melhorar. (Trabalhadora doméstica de São Luís/MA, no 11º Congresso, em 2016.)

Sim, pude dormir na minha casa e tentar cursar a universidade. (Trabalhadora doméstica de São Lourenço do Sul/RS, no 11º Congresso, em 2016.)

Seis entrevistadas, no entanto, afirmaram que a nova legislação não acarretou mudanças significativas, seja em sua vida pessoal – uma dessas, que relatou ter um juiz como patrão, já tinha a assinatura na carteira de trabalho – ou para o conjunto das mulheres ocupadas nos Serviços Domésticos: para a dirigente sindical já aposentada (de Pelotas/RS), que também questionou a efetividade da redução da jornada de trabalho; para duas trabalhadoras que exercem a profissão como diaristas; para uma trabalhadora mensalista que

¹⁷¹ Fala muito interessante em sua crítica: a dirigente questiona o conceito jurídico adotado para a definição de “empregada doméstica”, que assume o pressuposto de que se trata de uma atividade não lucrativa. Tal entendimento oportunamente ignora que, recorrendo a trabalhadoras domésticas, empregadores são liberados do trabalho reprodutivo para obterem rendimentos no mercado de trabalho e, além disso, como cuidadoras de filhos, elas atuam na geração de lucros ao produzir, criando e educando, a força de trabalho futuro. Desse modo, a campanha organizativa pelo reconhecimento da categoria como trabalhadoras amparadas pelas leis trabalhistas aponta para a conexão entre produção e reprodução, para um trabalho que representa um suporte ao sistema, como propõe a perspectiva de Boris (2014: 105 e 107-8).

não conta com o registro na carteira de trabalho (de Salvador/BA); assim como para outra dirigente sindical (de Salvador/BA), que trabalha como diarista e expressou sua insatisfação com a não regulamentação das entidades sindicais e do imposto sindical da categoria:

*Sou da direção do SINDOMÉSTICA-BA e já conheço a PEC de cabo a rabo. Já li a lei e já marquei todos os pontos polêmicos. Ela **não mudou a vida das dirigentes que trabalham no sindicato atendendo ao público pois não vai o imposto sindical e continuamos em condições sub-humanas.*** (Trabalhadora doméstica de Salvador/BA, no 11º Congresso, em 2016.)

A “linguagem dos direitos”¹⁷², como pode ser observado, esteve presente desde os primeiros Congressos realizados pelas trabalhadoras domésticas. A partir de 1972 – ano em que realizado o II Congresso das Trabalhadoras Domésticas, no Rio de Janeiro –, as conquistas formalizadas na legislação específica do mesmo ano (Lei nº 5.859/1972) passaram a ser coletivamente discutidas pela categoria que constatou, em 1981, no IV Congresso em Porto Alegre: *Temos a lei, mas não é cumprida*, e questionou-se: *O que faremos para assegurar nossos direitos?* (KOFES, 2001: 339). Com os recentes avanços incorporados pela Emenda Constitucional nº 72/2013 e pela Lei Complementar nº 150/2015 – além, no âmbito internacional, da Convenção nº 189 da OIT –, a extensão dos direitos previstos às trabalhadoras domésticas no Brasil foi, em outra parte, acompanhada de uma brecha jurídica que abre amplamente a possibilidade de burla à legislação ao manter desabrigado do plano normativo o contingente crescente de trabalhadoras diaristas. Este e outros problemas enfrentados, como a mesma recusa dos empregadores a cumprirem a legislação, foram debatidos no 11º Congresso, em 2016. Assim, a pergunta *O que faremos para assegurar nossos direitos?* permanece atual.

A concepção universalista de direitos sociais foi incorporada muito tardiamente no Brasil, somente na Constituição de 1988. Contestada a Carta Magna, contudo, sobretudo nos tempos sombrios em que celebra 30 anos, sofre desde a década de 1990 o estreitamento do horizonte de legitimidade dos direitos instituídos com a finalidade de combater a longa e amarga história de desigualdades e exclusões sociais no país. A respeito dos direitos, Telles (1999) afirma que, inscritos na lei, ainda que haja *a brutal defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade das desigualdades e exclusões*, os direitos *fizeram parte dos debates e embates que mobilizaram homens e mulheres por parâmetros mais justos e mais*

¹⁷² A expressão é utilizada por Vera Telles no texto *Direitos Sociais: afinal do que se trata?*, publicado em: *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo horizonte: Editora da UFMG, 1999.

igualitários no ordenamento do mundo (TELLES, 1999: 2). Além disso, deter a análise numa perspectiva que se atém à impotência dos direitos sociais em alterar a ordem do mundo – *impotência que se arma no descompasso entre a grandiosidade dos ideais e a realidade bruta das discriminações, exclusões e violências que atingem as maiorias* (TELLES, 1999: 2) – seria como montar uma armadilha para o pensamento e a ação, condenados ao *aprisionamento no próprio presente, sem abertura para um campo de possíveis* (TELLES, 1999: 2).

A superação do sentimento de indignação contra a miséria do mundo pode, segundo Telles (1999), passar por repensar os direitos sociais como uma herança da modernidade que abriu um leque de questões e instaurou a promessa de igualdade e justiça. Referindo-se, no momento em que escrevia, aos problemas característicos da década de 1990 – tornados ainda mais agudos e devastadores desde o final da primeira década do século XXI –, ela propõe: *ao invés de tomar isso como dado da história agora superado ou negado pela fase atual de reestruturação do capitalismo mundial, trata-se de tomar os direitos sociais como cifra pela qual problematizar os tempos que correm* (TELLES, 1999: 3). Dotada de sentido crítico e questionador, a “linguagem dos direitos” constitui *um modo de descrever e nomear a (des)ordem do mundo que põe em cena as aporias das sociedades modernas* (TELLES, 1999: 3).

A demolição dos modelos de proteção social – que, no Brasil, não foram (como esta tese tem insistido em apontar) tornados abrangentes a ponto de abarcar a maioria da força de trabalho, na qual se inserem e se destacam, pelo número expressivo de mulheres envolvidas, as trabalhadoras domésticas – desferiu outro golpe contra a classe trabalhadora neste país com a Lei nº 13.467/2017 (conforme analisado no capítulo anterior). Dentre os impactos da assim chamada “reforma trabalhista”, a tentativa de ceifar, no nascedouro, a eficácia da luta renovada, em um episódio exitoso, ainda que restrito, pela conquista da ampliação dos direitos sociais trabalhistas. Esses conflitos, no entanto, reatualizam a exigência de direitos, *reabrindo a antinomia entre as esperanças de um mundo que valha a pena ser vivido e a lógica excludente de modernizações que desestruturam formas de vida e bloqueiam perspectivas de futuro* (TELLES, 1999: 3).

A resistente reativação do sentido político inscrito nos direitos sociais deve-se à temporalidade dos conflitos relacionados às desigualdades de classe, gênero, raça, etnia, enfim, a partir do pronunciamento público dos sujeitos que se reconhecem e se impõem nos direitos reivindicados. Ao dizer o “justo” e o “injusto”, esse pronunciamento é positividade – em oposição à impotência –, reafirmando e revigorando os princípios universais da cidadania,

e cujos direitos conquistados apresentam o sentido da *invenção das regras da civilidade e da sociabilidade democrática* (TELLES, 1999: 4). Enquanto princípios reguladores da vida social, *para além das garantias formais inscritas na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça* (TELLES, 1999: 4). A exigência manifesta por meio dessa palavra pública provoca a desestabilização e subverte as hierarquias simbólicas que pretendem (re)fixar a subalternidade. Dotados, dessa maneira, de uma dimensão transgressora, os direitos constituem a gramática pela qual as disputas e os antagonismos sociais adquirem inteligibilidade e visibilidade na cena pública democrática.

Mais do que isso, ao denunciar as arbitrariedades, a palavra que reivindica direitos e desestabiliza os “lugares” estabelecidos, amplia os horizontes da invenção política e alarga os campos de experiências possíveis: abre caminhos para mundos alternativos. Ao construir a figura do cidadão, a palavra do direito que define a igualdade e a justiça abala a figuração da carência e a figura do pobre. A luta plurissecular, e retomando a expressão enfatizada por Gonzalez (2011), das trabalhadoras domésticas por dignidade insere-se nesse dissenso e na disputa pela reinvenção do bem comum, cujas perplexidades, que *compartilhamos com nossos semelhantes*, fazem apelo à

imaginação sem a qual não conseguiríamos sair dos limites que o nosso presente nos impõe (...). Talvez seja nisso que possamos encontrar a convergência entre a atividade do pensamento e os direitos como palavra que introduz fissuras na ordem das coisas, acenando com outros mundos possíveis – mundos que valham a pena ser vividos. (TELLES, 1999: 11)

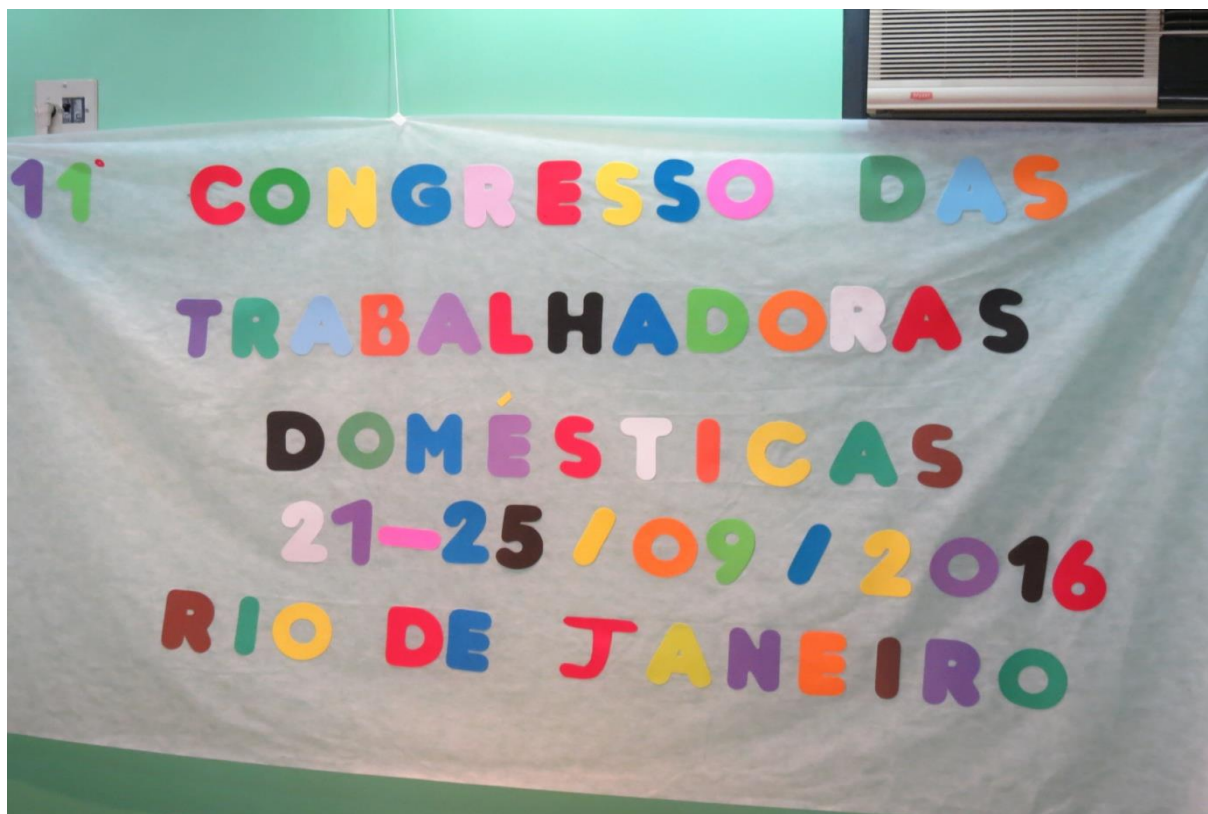
A construção desses novos mundos que valham a pena ser vividos tem sido batalhada de modo organizado por meio de práticas de ação e reflexão coletivas, pelos múltiplos movimentos sociais, e em rebeldia cotidianamente, pelos trabalhadores. Contra a corrosão dos direitos, sob o imperativo atroz e implacável do mercado, o empenho em recriar a possibilidade de efetiva participação democrática não se esgotou na década de 1980, pois inexisteu, no Brasil, uma experiência ampliada de participação civil e a negociação política tem ocorrido de modo extremamente excludente (PAOLI, 1989; 1991). Ao contrário, a necessidade de constituir um espaço público democrático e restabelecer a noção de cidadania – como *tentativa de desenvolver este mundo possível de representação de interesses plurais* (PAOLI, 1989: 43) – impõe-se na atualidade, de maneira vigorosa e assustadora, para desconstruir o sentido dos direitos como privilégios, prerrogativas das classes dominantes. No

contexto da transição democrática, os movimentos sociais exerceram papel fundamental no processo constituinte pela instauração de novas formas de sociabilidade política:

Estes desdobramentos podem hoje ser vistos, por exemplo, na rica tematização do espaço jurídico, onde se articula a construção legal e legítima dos novos direitos, dando outro significado ao espaço da lei e da justiça como espaços de construção de cidadania negociada, coletiva e plural. (PAOLI, 1991: 111)

Como afirma Paoli (1991), em sociedades como a brasileira, ou outras da América Latina, a gênese dos movimentos populares está quase sempre ligada às experiências de repressão, desmobilização e privatização da vida social e política produzidas pelas ditaduras e por regimes mais autoritários ou antidemocráticos. Entre essas entidades que reivindicam a descentralização do poder, os movimentos de mulheres e os movimentos negros, além dos movimentos sociais mais tradicionais, como os partidos e os sindicatos. Sobre a construção de uma unidade política de luta, o esforço exigiria horizontalidade organizativa e programática como forma de obter vitalidade para enfrentar a política persistente de exclusão. Exceção a um quadro de dificuldades nas alianças, o movimento sindical da categoria doméstica que, como visto, articula-se envolvendo entidades feministas e antirracistas. Ao longo das últimas décadas, a violação de direitos nas relações de trabalho no Brasil, prática frequente, tem levado trabalhadoras e trabalhadores a exigirem nos tribunais de Justiça os direitos sonegados, questão que será analisada, no caso específico das trabalhadoras domésticas, no capítulo que segue.

O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas em imagens:



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Cartaz do evento. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Em destaque: Creuza Oliveira. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Primeira à esquerda: Jurema Brittes. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016)



O 11º Congresso das Trabalhadoras Domésticas. Foto: Juliana Sousa (2016).

5. Os Conflitos do Trabalho Doméstico nos Tribunais da Justiça do Trabalho

5.1. O processo de construção da Justiça do Trabalho

A quebra da Bolsa de Nova Iorque em 29 de outubro de 1929 levou a economia mundial à bancarrota, o desemprego escalando patamares astronômicos, e as respostas à Grande Depressão que se instalou destruíram o liberalismo econômico por quase meio século (HOBSEAWM, 1995). Irradiada a partir da especulação financeira desenfreada nos EUA para a economia industrial estadunidense, passando pelo núcleo industrial alemão e a indústria da seda japonesa, atingiu os países produtores de alimentos e matérias-primas, onde os agricultores dependentes do mercado de exportação encontraram-se em ruínas e os camponeses recuaram para o tradicional reduto da produção de subsistência, o que se verificou em países africanos, asiáticos do Sul e do Leste e latino-americanos:

O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (Entre dois terços e três quartos do café vendido no mundo vinham desse país.) Apesar disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos da década de 1980; sobretudo porque as expectativas das pessoas pobres quanto ao que podiam receber de uma economia ainda eram extremamente modestas. Ainda assim, mesmo em países camponeses coloniais as pessoas sofreram (...). (HOBSEAWM, 1995: 96-7)

Diante da crise monumental da Grande Depressão que eclodiu no período entreguerras, os governos ocidentais atribuíram prioridade às questões sociais nas políticas de Estado, sob o risco ameaçador e explosivo de radicalizações à esquerda e à direita. Com o abalo da democracia liberal representativa, o fascismo avançou e regimes autoritários instalaram-se, salvando-se a democracia, no enfrentamento vitorioso sobre a Alemanha nazista, pela aliança entre capitalismo e comunismo durante a Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos trabalhadores que compunham o Exército Vermelho da ex-União Soviética:

Uma das ironias deste estranho século [XX] é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo – o medo – para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma. (HOBSEAWM, 1995: 16)

Ao longo do período compreendido entre a Primeira Guerra Mundial e a vitória das forças aliadas, a desregulamentação dos mercados havia posto em risco a ordem social e econômica. As instabilidades monetárias e cambiais propagaram-se pelos circuitos financeiros

mundiais, as disputas comerciais acirraram-se e promoveram a contração do comércio internacional. Com a intensificação dos conflitos sociais, as lutas políticas radicalizaram-se entre a ultradireita e a extrema-esquerda, culminando nas experiências nazifascistas. Nesse contexto, fortaleceu-se a convicção de que a selvageria do capitalismo representava uma ameaça à vida civilizada. No pós-guerra, as recentes experiências do desastre propiciaram a constituição de uma ordem econômica internacional erigida sobre o propósito de fomentar as políticas nacionais de desenvolvimento, a manutenção do pleno emprego, a industrialização e o progresso social (BELLUZZO, 2013).

A multiplicidade das respostas, a partir de matrizes ideológicas antagônicas, às turbulências causadas pela crise estrutural das sociedades capitalistas, e que resultaram na depressão econômica, possuiu como denominador comum a condenação do liberalismo econômico. Nesse sentido, a Revolução Russa de 1917; o fortalecimento, nas décadas seguintes, de Estados de Bem-Estar Social em países da Europa Ocidental, sobretudo escandinavos, com destaque para a Suécia, onde triunfou a socialdemocracia e o sistema de proteção social universalista; o *New Deal* do presidente Franklin Roosevelt nos Estados Unidos, entre 1933 e 1937, inspirado pelas diretrizes econômicas estabelecidas por John Maynard Keynes, assim como, no espectro político totalitário, a Itália fascista sob Mussolini e a Alemanha nazista governada por Hitler coroavam a planificação da economia e a regulamentação dos negócios pelo Estado. Foi no contexto internacional dessas complexas e distintas experiências antiliberais que, no Brasil, durante a *Era Vargas* (1930 a 1945), quando o Estado passou a coordenar o processo de industrialização e a regular as desiguais relações entre a classe operária e a burguesia industrial que se ampliavam, o tema da construção do Direito do Trabalho se desenrolou (BIAVASCHI, 2005; 2007; 2011; 2016), não tendo sido esse, no entanto, o momento inaugural quanto ao reconhecimento da necessidade da legislação social, já expresso na sociedade pré-abolicionista.

Biavaschi (2005), ao debruçar-se sobre o processo, e sua não linearidade, de construção (e desconstrução, em tempos atuais de avanço do neoliberalismo, quando se reforça o primado da autonomia das vontades e pretende-se atribuir a supremacia das normas acordadas ante as legisladas) do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil, focando a análise no período de 1930 a 1942, rebate a tese, fundamentada em certo senso comum mas presente tanto em setores do campo jurídico como acadêmico, que sustenta a equivocada afirmação de que a CLT seria cópia da *Carta del Lavoro*, de Mussolini¹⁷³. Biavaschi (2005) ressalta que,

¹⁷³ A tese da “cópia fascista” atribui a um Estado populista o que seria a “concessão” desse regramento normativo, ocultando os embates sociais e a efetiva dinâmica de atuação da classe trabalhadora ao longo da

instalado o Governo Provisório – após a derrota nas urnas da Aliança Liberal, no pleito de 1930, acusado de fraudulento, e que perdurou até 1934, quando Vargas foi indiretamente eleito presidente pelos parlamentares constituintes –, um dos primeiros atos foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), destinado a ocupar-se da questão social – até então tratada como questão de polícia –, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural:

A partir desse momento o Brasil passaria a lutar pela superação das características que, até então, marcavam sua estrutura econômica, social e política: os resquícios de uma ordem escravocrata, patriarcal e monocultora herdada dos tempos coloniais; uma sociedade eminentemente agrária; uma economia subordinada a um modelo primário exportador; um operariado urbano esparso e não organizado; uma política “café com leite”, com domínio dos proprietários rurais do eixo Minas/São Paulo; o sufrágio não universal e não secreto, sem participação feminina; a Questão Social, tratada genericamente como questão de polícia. (BIAVASCHI, 2005: 97)

A gênese da Justiça do Trabalho está atrelada ao processo que culminou na aprovação do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, pelo qual foi regulamentada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹⁷⁴. A criação da Justiça do Trabalho, oficialmente instalada em 1941, e a instituição da CLT foram momentos sublinhados do processo que teve início na década de 1930, completando-se com a Constituição Federal de 1988, de construção do arcabouço jurídico-institucional de proteção ao trabalho no Brasil (BIAVASCHI, 2005; 2007; 2011; 2016).

No período de 1930 a 1942, no Estado brasileiro foram impulsionados a normalização tendo em vista a seguridade social e em resposta às ocorrências de acidentes de trabalho; a institucionalização de regras de proteção ao trabalho, visando à nacionalização da força de trabalho¹⁷⁵; às mulheres¹⁷⁶, aos menores de idade, assim como às categorias

história no processo de construção e institucionalização dessas regras e da conquista da tela de direitos que viabiliza a cidadania (BIAVASCHI, 2005: 76-88), em uma conjuntura internacional de ampliação do papel do Estado no planejamento econômico.

¹⁷⁴ Sobre o processo histórico de formação do Direito do Trabalho, conferir em BIAVASCHI, 2005; 2007. A respeito da CLT, Biavaschi observa que uma das fontes materiais do processo de sua elaboração consistiu nos pareceres manifestos nas reclamações trabalhistas apresentadas às antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, e especialmente pela via da “Avocatória” ao MTIC, que fundavam uma doutrina e uma jurisprudência fontes do então novo ramo do Direito. A “Avocatória” tratava-se de um procedimento excepcional de discussão das decisões únicas proferidas pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, encaminhada ao Ministro do Trabalho, que poderia avocar o processo em casos de parcialidade dos julgadores ou flagrante violação às leis sociais.

¹⁷⁵ Decreto nº 19.482, de 12/12/1930, que instituiu a Lei dos Dois Terços.

¹⁷⁶ Foi durante o Governo Provisório que às mulheres o Estado reconheceu o *status* de cidadãs. Instituído o sufrágio secreto e universal (Decreto nº 21.076, de 24/02/1932), o movimento feminista sufragista brasileiro comemorou uma vitória: em 1932, as mulheres conquistaram o direito de votar – posicionando o Brasil como o 4º país do Ocidente a assegurar o direito de voto às mulheres, depois do Canadá, EUA e Equador –, tendo a legislação também previsto salário igual para trabalho de igual valor, sem discriminação de sexo, bem como normas de proteção às gestantes e regulando as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos

profissionais (comerciários, industriários, marítimos, mineiros, ferroviários, bancários); à promoção da estabilidade e à instituição do salário mínimo; à positivação de normas destinadas a assegurar a organização classista dos trabalhadores, pela participação sindical; à estruturação de aparelhos de Estado tendo em vista a fiscalização e a garantia de aplicação das regras. Assim, foram criadas as Inspetorias do Trabalho – que atuavam quando constatadas infrações –, as Comissões Mistas de Conciliação – embrião das atuais Seções de Dissídios Coletivos dos Tribunais do Trabalho – e as Juntas de Conciliação e Julgamento – para os litígios individuais das relações de trabalho –, em 1932. Desse processo decorreu a constituição da CLT (BIAVASCHI, 2005; 2011; 2016).

Marco das relações estabelecidas entre trabalho e capital no Brasil, a Justiça do Trabalho teve sua criação prevista pela Constituição Federal de 1934, com a finalidade de assegurar a regulação pública do trabalho (BIAVASCHI, 2005: 124) e dirimir conflitos trabalhistas, institucionalizando as negociações entre empregados e patrões, conforme os princípios da legislação trabalhista. Criada em 1939, quando definidas suas atribuições e seus órgãos – as referidas Juntas de Conciliação e Julgamento, os Conselhos Regionais do Trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho (futuramente Tribunal Superior do Trabalho) –, foi regulamentada em 1940 e oficialmente instalada em 1941. A princípio vinculada ao Poder Executivo, desde a implantação das primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento, a partir da Constituição de 1946 a Justiça do Trabalho foi incorporada ao Poder Judiciário (BIAVASCHI, 2016: 82).

Assim, de um lado, é possível caracterizar o modelo varguista de relações de trabalho, considerando que ele não só respondia a demandas sociais já existentes, mas também estava referido ao que pode ser entendido como um “consenso antiliberal”, apoiado numa verdadeira concordância entre as correntes: socialistas, católicos e corporativistas, todos comprometidos, embora com objetivos e estratégias diferenciados, com a correção das desigualdades sociais da ordem capitalista por meio da ação do Estado. (MOREL; PESSANHA, 2007: 89)

Introduzida a Justiça do Trabalho ao arcabouço institucional pela Constituição Federal de 1934, os constituintes ingressaram nas discussões acerca da definição de sua natureza jurídica, sendo finalmente incluída nos preceitos da Ordem Econômica e Social – capítulo em que foi mantida na Constituição de 1937. Em 1935, Oliveira Viana (à época consultor do MTIC) encaminhou à Câmara dos Deputados um projeto de organização da

industriais e comerciais (decreto nº 21.417-A, de 17/05/1932). As trabalhadoras no mercado de trabalho também acessaram o direito a propor reclamações trabalhistas independentemente da outorga do marido (BIAVASCHI, 2005).

Justiça do Trabalho, que, elaborado por uma comissão de técnicos do Ministério, foi duramente criticado na Comissão de Constituição e Justiça pelo Relator, o Deputado Waldemar Ferreira (Catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). A divergência, retratada por Biavaschi (2005), centrava-se na possibilidade de a Justiça do Trabalho, via poder normativo, criar normas gerais reguladoras e determinar as condições de trabalho no julgamento de dissídios coletivos: na perspectiva do deputado Waldemar Ferreira, o Legislativo não poderia delegar a sua *competência de legislar*.

Rebatendo tal afirmação, Oliveira Viana escreveu uma série de artigos, publicados no Jornal do Comércio, em que defendeu a competência normativa da Justiça do Trabalho, tendo por princípio fundamental o interesse público (BIAVASCHI, 2011: 99). Esse embate entre os dois juristas, que expôs as fortes disputas políticas e ideológicas acerca do caráter da instituição¹⁷⁷, foi o momento em que anunciada a acusação de fascista à proposta. Em contraponto ao argumento, Viana enfatizou que a legislação social, a partir da *Revolução de 1930*, demarcou uma *nova fase na história do direito positivo do País, com regras informadas por princípios distintos dos que cimentam o Direito Privado* (BIAVASCHI, 2011: 99). Instituída por decreto-lei na sequência, em 1939, a Justiça do Trabalho fundamentava-se pelos seguintes princípios: composição paritária, identidade do juiz, processo oral, prova imediata, concentração dos atos processuais, gratuidade, execução das suas decisões e Poder Normativo.

Silva (2016) salienta que a instalação de aparatos legais capacitados para arbitrar os conflitos das relações de trabalho no mundo foi invenção que data do final do século XIX, logo, anteriormente à instalação de sistemas judiciários tipicamente corporativistas em determinados países, e em forma de recusa a acordos coletivos voluntários, sem força de lei. O poder normativo, além do Brasil, também esteve previsto na Alemanha de Weimar, no México, na Bélgica e em Portugal. Além destes, na Austrália o sistema judicial trabalhista era formalmente bastante próximo ao mecanismo da arbitragem compulsória praticada no caso brasileiro, tendo como objetivo central, via interferência estatal, *reduzir ou anular a incidência dos conflitos de trabalho* (SILVA, 2016: 97). Os conflitos coletivos também poderiam ser encaminhados aos tribunais por

¹⁷⁷ Esse antagonismo político, de certo modo obscurecido por argumentos técnicos e doutrinários, também foi abordado por Fernando Teixeira da Silva (2016). Deputados paulistas, de um lado, lideravam a oposição ao governo Vargas, a quem acusavam de sobrepor-se às prerrogativas do Poder Legislativo. Instituída, dessa maneira, por meio de um decreto do Estado Novo, anunciado no dia 1º de maio de 1939, caso houvesse prevalecido a ordem constitucional, *o que os debates parlamentares sugerem é que a Justiça do Trabalho poderia ter se tornado uma instituição bastante diferenciada, com o predomínio da arbitragem voluntária dos dissídios coletivos* (SILVA, 2016: 25. **Grifos meus**).

somente uma das partes, estando a outra obrigada a participar do processo judicial, e a sentença proferida, com força de lei, deveria ser obedecida por ambos os litigantes, sob o risco de sofrer as previstas sanções.

Vale dizer que a Justiça do Trabalho foi criada com o objetivo de desempenhar função eminentemente conciliatória, mas, quando as partes não entravam em acordo, os juízes definiam os termos das cláusulas dos dissídios coletivos, em geral acionados uma vez por ano pelos sindicatos dos trabalhadores e pelos patrões ou suas entidades de classe. Configurava-se, assim, a *arbitragem compulsória* dos conflitos. Em síntese, baldados todos os esforços de conciliação entre trabalhadores e patrões, os tribunais, quando fixavam a sentença, estavam exercendo o *poder normativo*. Em caso de greve ou de sua iminência, os magistrados também podiam instaurar dissídio coletivo. (SILVA, 2016: 24. *Grifos no original.*)

Como justiça especial, em virtude da matéria sobre a qual versa, a Justiça do Trabalho entrou em vigor com a finalidade de assegurar a aplicação efetiva das leis do trabalho e proteger o trabalhador, definido como “economicamente mais fraco”. Como ressalta Gomes (2007), a Justiça do Trabalho surgiu para ocupar-se de:

(...) dissídios individuais e coletivos entre “empregados e empregadores”, na nomenclatura então consagrada. Vale dizer, ela se volta, fundamentalmente, para o atendimento do cidadão comum, consagrando, por isso, uma dimensão intervencionista e protecionista do Estado em relação ao trabalhador, definido como “economicamente mais fraco”. Exatamente devido a esta concepção, devia ser uma justiça de fácil acesso, donde as orientações de gratuidade dos custos, de dispensa de advogados, da oralidade e da maior informalidade no julgamento dos processos. (GOMES, 2007: 21)

Criados o cargo de Procurador Geral do Trabalho e as Procuradorias Regionais do Trabalho – que funcionavam junto aos Conselhos Regionais, posteriormente denominados Tribunais Regionais do Trabalho –, na Constituição de 1937, os procuradores tinham a atribuição de garantir o cumprimento da legislação do trabalho, *representando os “fracos e hipossuficientes” e atuando, junto com os magistrados, para o fortalecimento da justiça social* (GOMES, 2007: 21). A partir do desempenho desta tarefa foi sendo gerado o reconhecimento, entre estudiosos e a população trabalhadora, de que magistrados e procuradores da Justiça do Trabalho atuavam como os *guardiões da justiça social* (GOMES, 2007: 21).

A maior simplicidade dos procedimentos, transfigurada em desprestígio¹⁷⁸, também se manifestava no mobiliário e no próprio arranjo espacial das salas de audiência

¹⁷⁸ Ao adotar os princípios originais da oralidade, da gratuidade e da informalidade, que conferem maior simplicidade às formas processuais, além de preconizar a maior acessibilidade – e em um país de acentuada

onde a Justiça do Trabalho era pronunciada (SILVA, 2016). Em depoimento concedido em 2006, ao Arquivo da Justiça do Trabalho em Fortaleza (Ceará), uma antiga escriturária da Junta de Conciliação e Julgamento da cidade, Olga Nunes da Silva, funcionária no período de sua instalação, frisou que as mesas, tanto as destinadas a acomodar os juízes quanto os empregadores bem como os trabalhadores, todas tinham a mesma altura: *era como se fosse igual*¹⁷⁹.

Como espaço de confronto e alvo de disputa, as Cortes trabalhistas foram mobilizadas também, e assiduamente, pelos trabalhadores para o reconhecimento e a conquista concreta de direitos, o que afasta a concepção unidimensional, rejeitada por Silva (2016), do Direito como mero aparelho de dominação do Estado em salvaguarda dos interesses da classe capitalista. Nesse sentido, o combate ampliava-se e extravasava os locais de trabalho propriamente, estendendo-se aos tribunais trabalhistas. Como um campo institucionalizado que abrigava forças polarizadas, a interpretação do sistema das leis e a atuação da Justiça do Trabalho¹⁸⁰ foram disputadas pelos sujeitos sociais:

Assim, se a Justiça do Trabalho significou, no campo simbólico da representação do poder, a tentativa de criar entre os trabalhadores uma imagem protetora do Estado, ela não poderia ser invariavelmente arbitrária, negligenciar testemunhas convincentes e favoráveis aos trabalhadores, desrespeitar as formas legais instituídas ou apenas reforçar ideais de consenso. Várias pesquisas (...) revelam que, em diferentes conjunturas, as sentenças foram amplamente favoráveis aos trabalhadores que, por sua vez, instrumentalizavam os recursos legais destinados a proteger seus direitos. Mesmo em tempos políticos opressivos, como o Estado Novo, quando algumas leis foram formuladas para

desigualdade socioeconômica demarcada pelos ritos da distinção –, em salvaguarda a causas que envolvem baixos valores monetários e questões de direitos coletivos, a Justiça do Trabalho e o próprio Direito do Trabalho também passaram a sofrer certo desprestígio como campo do Poder Judiciário, pelo qual representaria algo como uma “justiça menor”: *Uma justiça que não tinha o charme teatral do direito penal, nem a importância “financeira” do direito tributário ou administrativo* (GOMES, 2007: 28).

¹⁷⁹ Olga Nunes da Silva trabalhou de 1948 a 1995 na I Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza; nomeada escriturária, tornou-se secretária e diretora de secretaria. Sua entrevista está arquivada no acervo do memorial do TRT-7, em Fortaleza. Sobre a perspectiva de igualdade entre trabalhador, empregador e juiz – destoando do rigor característico do rito processual da Justiça comum –, Olga relatou: *Quando era só uma junta, todos aqueles móveis vinham do sul, tudo encaixotado. Interessante que quando vinham as coisas era pra ser tudo igual, a mesa onde ficava o empregador e o empregado, e a mesa onde ficava o juiz era tudo da mesma altura, não era pra ser alto não, era como se fosse igual, então tinha os dois juízes classistas* (SILVA, 2012: 124).

¹⁸⁰ Contestando o “lugar-comum” pelo qual a constituição da Justiça do Trabalho no Brasil seria resultado da reprodução da *Magistratura del Lavoro*, instituída em 1926 pela Carta fascista, Silva (2016) afirma que a elucidação da questão abrange as dimensões jurídicas e historiográficas, assim como a dimensão eminentemente política. Tal qual o empreendimento de Biavaschi, Silva (2016) desconstrói a associação ao modelo implementado por Mussolini, estabelecendo uma comparação sistemática entre as distintas instituições, enfatizando que houve uma série de outras inspirações internacionais para a criação do Direito do Trabalho no Brasil. *As origens dos tribunais do trabalho no Brasil fincam-se, sem dúvida, no terreno autoritário do projeto corporativista do governo Vargas. Entretanto, seu arranjo institucional parece ter sido mais flexível e adaptável a diferentes tempos políticos, tornando-se, na prática, uma arena de conflitos e de representação de interesses, além de um espaço no qual as leis eram objeto de diferentes interpretações e apropriações entre os representantes dos patrões e dos trabalhadores* (SILVA, 2016: 106).

beneficiar os patrões, punir os trabalhadores e suspender direitos conquistados, os tribunais trabalhistas foram uma arena de disputas em que nem sempre os trabalhadores saíram derrotados e os patrões vitoriosos. (SILVA, 2016: 46)

A classe trabalhadora aprendeu as regras do jogo e obteve resultados judiciais favoráveis a suas demandas por direitos, embora, como destaca Silva (2016), as decisões oficiais concedessem frequentemente patamares inferiores ao solicitado. Ao longo da história, o operariado, suas lideranças e organizações foram apropriando-se coletivamente dos mecanismos jurídico-políticos existentes, sendo que o processo de judicialização das relações de trabalho constituiu um fator político formativo da classe trabalhadora no país, contribuindo para a narrativa da defesa de direitos e da aplicação das leis. Em alguns momentos de forma mais eficiente, como no período que precedeu imediatamente o golpe de 1964¹⁸¹, o que consistiria no cerne do cenário que culminou com o golpe. Certamente, postula Silva (2016), a conquista, mesmo que parcial – uma vez constatada a limitação da legislação trabalhista, que naquele momento não abarcava, além de trabalhadores informais e desocupados, tal como atualmente, trabalhadores rurais¹⁸² e domésticos, a respeito dos quais vem assumindo maior incidência, contudo mais restrita ao plano essencialmente formal e demasiado lentamente –, reforçou as conspirações golpistas, empenhadas em conter o alargamento dos direitos e da cidadania legitimados pelos canais institucionais, que se sobrepunham às prerrogativas autoritárias patronais, os financiadores e beneficiários do golpe (SILVA, 2016: 274-8).

Após sobreviver aos autoritarismos do Estado no qual teve origem e, posteriormente, ao regime de ditadura militar (1964 a 1984) – a estrutura da Justiça do Trabalho não sofreu modificações na Constituição de 1967 e não foi alterada pela Emenda Constitucional de 1969, tendo representado, naquele período, um dos poucos espaços de defesa de direitos sociais –, nos anos das décadas de 1980 e 1990, a Justiça do Trabalho brasileira esteve na berlinda. Os trabalhadores que protagonizaram o “novo sindicalismo”, por

¹⁸¹ Silva (2016) analisa as repercussões do poder normativo da Justiça do Trabalho às vésperas do golpe de 1964 – pelo exame de mais de 500 processos coletivos do Tribunal Regional do Trabalho na 2ª Região, com sede na cidade de São Paulo –, abordando o modo pelo qual a Corte Regional e, quando houve recursos, o TST decidiram em relação às reclamações apresentadas por trabalhadores urbanos e rurais, entre janeiro de 1963 e março de 1964. O período abarcado no estudo destaca-se pela aguda mobilização dos trabalhadores no Brasil e, nesse cenário, a Justiça do Trabalho consolidou-se como referência nas relações e nos conflitos estabelecidos entre capital e trabalho. Trabalhadores, empresários e respectivos sindicatos disputaram os tribunais dessa instituição no período que precedeu a deflagração do golpe: *Isso porque a justiça trabalhista cumpria papel estratégico nas políticas e nos projetos que tentavam domar o avanço do processo inflacionário, controlar um movimento grevista até então sem paralelos no período republicano e estancar uma bem articulada luta dos trabalhadores rurais por ampliação de direitos* (SILVA, 2016: 24).

¹⁸² Inspirado na CLT, o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 1963) dispôs sobre as condições do contrato de trabalho na agricultura brasileira. Fonte: FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>>. Acesso em: 21/03/2019.

sua vez, lideraram, na segunda metade da década de 1980, uma fase de multiplicação das demandas trabalhistas, associadas à instauração de greves, a negociações diretas com o patronato e à organização nos locais de trabalho (MOREL; PESSANHA, 2007: 91).

Quando a reestruturação produtiva avançou pelo país, tendo o ideário e as práticas neoliberais se reforçado internacionalmente, a desregulamentação das relações de trabalho agravou os quadros do desemprego e do subemprego (no qual se inserem os Serviços Domésticos) e as pressões às cortes trabalhistas. Nesse contexto, a Justiça do Trabalho foi diretamente afetada, tendo sido proposta pelo Congresso Nacional, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), a sua extinção, com o objetivo de esfacelar toda a legislação trabalhista brasileira.

Vitoriosa naquela batalha, a Justiça do Trabalho saiu-se fortalecida, por meio da aprovação da chamada Reforma do Judiciário, com a publicação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que ampliou sua competência para julgar as relações de trabalho (GOMES, 2007: 22), não mais restrita às relações de emprego, formalizadas pelo registro na carteira de trabalho e regidas pela CLT. A Emenda 45 também elevou o número de ministros do TST, de 17 para 27 ministros. Mantendo a competência da Justiça do Trabalho e do seu poder normativo de intervir nos conflitos trabalhistas coletivos, a Emenda 45, entretanto, completa Biavaschi (2005), condicionou a atuação da Justiça do Trabalho à provocação das partes (patronal e profissional), em tese de comum acordo¹⁸³, que, sem êxito na negociação coletiva, podem ajuizar dissídio coletivo. Embora tenha havido mitigação do poder normativo, nos casos de dissídios coletivos, quando frustrada a conciliação, prevalece a arbitragem compulsória do conflito e a sentença judicial possui caráter normativo, detendo o poder de criar normas relativas a salários e condições de trabalho.

Enquanto processo de construção social, a Justiça do Trabalho e o direito por ela resguardado estão sujeitos à roda da história. Com as antirreformas liberalizantes – que se precipitaram pelo mundo desde o *crepúsculo* dos anos da década de 1970 –, reforçadas no

¹⁸³ *Inicialmente, chegou-se a afirmar que, na prática, estava dado o fim do Poder Normativo, já que o **comum acordo** seria inviável de ser obtido. Dessa forma, pensava-se, desconstituíam-se mais um dos pilares da Justiça do Trabalho, tal como concebida em 1930: paritária, especializada e com poder para criar normas e condições de trabalho. O primeiro, deixou de existir quando extinta a representação classista. O segundo, está na dependência das decisões que serão proferidas pelos Tribunais do país sobre o alcance da ampliação da competência. Quanto ao terceiro, Poder Normativo, diferentemente do que antes se imaginou, percebe-se, nas primeiras decisões dos Regionais e, também, do Tribunal Superior do Trabalho, TST, um reforço ao instituto, tanto na interpretação do **em comum acordo**, quanto na manutenção das conquistas anteriores da categoria. Isso porque, de uma forma geral, as decisões têm afirmado que a Emenda 45, quando dispôs sobre a intervenção da Justiça do Trabalho nos conflitos coletivos, contemplou o princípio da regra da condição mais benéfica. Ou seja, as condições legais ou convencionais pré-existentes devem ser mantidas na sentença normativa (BIAVASCHI, 2005: 312. **Grifos no original**).*

Brasil com a guinada neoliberal adotada a partir de 2013 e de modo impetuoso após 2016, as políticas anticíclicas são encerradas, substituídas pela austeridade fiscal. Com o apoio decisivo do Estado, as corporações oligopolistas e financistas avançam agressivamente contra as garantias sociais e o Estado Democrático de Direito, impulsionando o ideário neoliberal e as promessas de maior autonomia. Celebrando o individualismo, às *portas das barbárie* (BELLUZZO, 2013).

5.2. O Direito e a Justiça do Trabalho no Brasil em Tempos Sombrios

A Justiça do Trabalho não deveria nem existir.
(Rodrigo Maia, DEM-RJ, presidente da Câmara dos Deputados, 08/03/2017¹⁸⁴.)

O Senado vai avançar [na aprovação da “reforma” trabalhista] e teremos a lei trabalhista mais moderna do mundo.

(Rodrigo Maia, DEM-RJ, presidente da Câmara dos Deputados, na cerimônia de celebração de um ano do governo de Michel Temer, no Palácio do Planalto, 12/05/2017¹⁸⁵.)

(...) se com a abolição da escravatura introduzira-se no ordenamento jurídico brasileiro a tutela do direito de ir embora, com a Lei nº 62/1935 [a Lei da Despedida] introduzia-se no sistema jurídico trabalhista a tutela ao direito de ficar, de pertencer. Construções que se relacionam com a concretização dos princípios da dignidade humana e da continuidade da relação de emprego, pontos de partida e fundamentos do novo Direito Social, mais tarde Direito do Trabalho. Talvez nenhum outro ramo do direito se apresentasse com tal fisionomia, procurando fazer da **necessidade** [do que é necessário] a **liberdade**, ao garantir direitos aos que vendem sua força de trabalho, a partir de necessidades internalizadas como princípios. Não à toa, esse Direito e as instituições aptas a dizê-lo têm sofrido duros golpes a partir da ação de setores mais conservadores da sociedade brasileira. (Magda Biavaschi, 2011: 85-6. **Grifos no original**¹⁸⁶.)

No Brasil pós-*impeachment* de 2016, avançou avassaladora a chamada “Reforma” Trabalhista¹⁸⁷ (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, resultante da aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 6.787/2016, do Poder Executivo). O texto desestrutura o arcabouço legal de proteção aos trabalhadores, ao promover alterações em 117 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – ancoradas no falacioso discurso da “modernização”, posto que supostamente a legislação trabalhista no país seria rígida e arcaica, bem como em pressupostos, tais como a flexibilização dos direitos sociais do trabalho, que ficcionalmente repercutiriam em alavancagem da competitividade e resultariam em crescimento econômico – com a finalidade de estabelecer, entre outras medidas, a prevalência

¹⁸⁴ Fonte: *Carta Capital*. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/03/08/rodrigo-maia-diz-que-justica-do-trabalho-nao-deveria-nem-existir/>>. Acesso em: 01/06/2017.

¹⁸⁵ Fonte: *Valor Econômico*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4967004/aprovacao-das-reformas-deve-ser-rapida-apostam-aliados-de-temer>>. Acesso em: 01/06/2017.

¹⁸⁶ Fonte: BIAVASCHI, Magda. “Direito e Justiça do Trabalho no Brasil: notas sobre uma trajetória com bem mais de 70 anos”. Revista TST, Brasília, vol. 77, nº 2, abr/jun 2011.

¹⁸⁷ A respeito do tema, conferir GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Dossiê Reforma Trabalhista (em construção). CESIT/IE/UNICAMP. Campinas, junho de 2017.

do acordado sobre o negociado e deste, sobre o legislado, pela qual os acordos diretos se sobressaem à legislação; o trabalho intermitente e a extinção da contribuição sindical obrigatória. No que concerne à terceirização, a nova lei complementa a legislação específica (Lei nº 13.429/2017), ratificando a liberalização irrestrita, inclusive à atividade principal das empresas, e a responsabilidade subsidiária da contratante.

A presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Luiza Pereira – na mesa de abertura da Oficina *Trabalho Decente para as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os): construindo estratégias e fortalecendo a organização*, na sede da Confederação Sindical das Américas (CSA)¹⁸⁸, em São Paulo, em 10 e 11 de maio de 2017 –, no breve lapso de tempo em que o turbilhão dos desmontes era anunciado, demonstrou preocupação, quanto aos efeitos da atmosfera que se instalava, sobre a categoria. Luiza afirmou que o sindicato de Pernambuco estava recebendo muitas denúncias de trabalhadoras domésticas, cujos empregadores recusavam-se a cumprir a legislação conquistada (a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015): *as trabalhadoras domésticas estão ouvindo dos empregadores que “é hora de acabar com essa farra das trabalhadoras exigirem jornada de trabalho. Quem manda na minha casa sou eu”*.

Outro recurso autoritário adotado por empregadores para desvencilharem-se dos encargos trabalhistas, também denunciado nos sindicatos da categoria, consiste em pressionar a trabalhadora doméstica a tornar-se uma Microempreendedora Individual (MEI), burlando assim o vínculo de trabalho. Num ambiente em que parte da classe política e empresários estavam empenhados em legitimar a supremacia do acordado sobre o legislado, empregadores domésticos já se sentiam encorajados a violar a legislação (e enfatizando que não se trata de um encontro livre entre vontades iguais mas sim de uma relação de classes e seus conflitos inerentes, com a coação, mais ou menos sutil, de trabalhadores a renunciar a direitos).

Em ressonância, no esforço de legitimar a alteração, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) à época do lançamento da proposta, Ives Gandra Martins Filho, vinha publicamente afirmando que há um modelo de *ultraprotecionismo* do trabalho no país. Defendendo a norma que estabelece o negociado com supremacia sobre o legislado, num seminário na Fundação Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, Gandra também ressaltou que, com a crise econômica, *o trabalhador está fragilizado, mas as empresas também*

¹⁸⁸ O evento foi promovido em parceria pela Fundação Friedrich Ebert (FES) no Brasil e a Confederação Sindical Internacional (CSI).

*estão*¹⁸⁹. No artigo em que discute a reforma trabalhista e discorre sobre a autoindagação *Mas, afinal, não se pode chegar a um ponto de equilíbrio, promotor do Estado de Bem-Estar Social, sem quebrar as empresas e o país?* [sic], o magistrado enumera os 8 princípios básicos da *Doutrina Social Cristã*¹⁹⁰ que consistiriam, no seu ponto de vista, na solução para o problema do Brasil, nos moldes e palavras em que ele o situa. E completa:

O protecionismo exacerbado que atualmente se verifica na Justiça do Trabalho, quer pela anulação sistemática de cláusulas de acordos e convenções coletivas, quer pela rejeição da arbitragem em dissídios individuais, quer ainda pelo ativismo judiciário criador de direitos, decorre da não conjugação de todos esses princípios [da Doutrina Social Cristã]. (...) Depois da queda do muro de Berlim, é anacrônico se pensar nas relações de trabalho como uma constante luta de classes, entre a classe oprimida dos trabalhadores e a classe opressora dos empresários. O princípio da solidariedade convoca patrões e empregados a se unirem no empreendimento comum produtivo, que trará bens e serviços para a sociedade, renda para os trabalhadores e lucros para os empregadores. (...) Enfim, o que venho sustentando, vendo a deterioração das relações laborais, o aumento do desemprego e o fechamento de tantas empresas em face do superlativo protecionismo com que se vem havendo a Justiça do Trabalho, é que a reforma e a modernização da legislação trabalhista é imprescindível, e que, como sinalização mais geral, se queremos um Brasil Maior, precisamos de um Estado menor! (GANDRA FILHO, 2017¹⁹¹)

Em contrapartida à perspectiva adotada por Gandra Filho, a magistrada Magda Biavaschi (desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região) ressalta que é a tela de proteção social brasileira, *conquistada a ferro e fogo neste país de mil e tantas misérias*¹⁹², que vem sendo esfacelada pela concepção e prática que pretendem dissimular o conflito inerente à relação entre trabalho e capital. Em artigo publicado logo após a autorização da instauração, pela Comissão Especial da Câmara, do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 11 de abril de 2016, Biavaschi comentou aspectos previstos no documento “Uma Ponte para o Futuro”, lançado em 2015 pelo então

¹⁸⁹ Fonte: *Valor Econômico*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4865426/ha-um-ultra-protecionismo-do-trabalho-no-brasil-diz-gandra-filho>>. Acesso em: 23/05/2017.

¹⁹⁰ Os princípios básicos da Doutrina Social Cristã, expressos pelo Papa Leão XIII na Carta Magna do Trabalhador, são: 1. *Princípio da Destinação Universal dos Bens*, 2. *Princípio do Bem Comum*, 3. *Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*, 4. *Princípio da Primazia do Trabalho sobre o Capital*, 5. *Princípio da Dignidade do Trabalhador*, 6. *Princípio da Solidariedade*, 7. *Princípio da Proteção*, 8. *Princípio da Subsidiariedade*. Fonte: GANDRA FILHO, Ives. Reforma Trabalhista: resultado de soma zero ou de soma positiva? *Poder 360*, 21 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.poder360.com.br/opiniaio/opiniaio/tribunais-refratarios-a-negociacao-justificam-eixo-da-reforma-trabalhista/>>. Acesso em: 23/05/2017.

¹⁹¹ Fonte: GANDRA FILHO, Ives. Reforma Trabalhista: resultado de soma zero ou de soma positiva? *Poder 360*, 21 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.poder360.com.br/opiniaio/opiniaio/tribunais-refratarios-a-negociacao-justificam-eixo-da-reforma-trabalhista/>>. Acesso em: 23/05/2017.

¹⁹² Fonte: BIAVASCHI, Magda Barros. O *impeachment* e os direitos sociais do trabalhador: caminhos de uma ordem mais desigual. *Carta Maior*, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-impeachment-e-os-direitos-sociais-do-trabalhador-caminhos-de-uma-ordem-mais-desigual/4/35968>>. Acesso em: 23/05/2017.

vice-presidente Michel Temer¹⁹³. Entre os temas, a intensificação das políticas de ajuste fiscal, com a adoção de um teto austero para os gastos do governo com políticas sociais; a desvinculação do valor de benefícios previdenciários ao salário mínimo; a definição da idade mínima para aposentadoria, assim como a elevação do período de contribuição; a liberalização da terceirização, entre outros, e a adoção do “negociado sobre o legislado”. A rigor, um conjunto de medidas fundamentadas no ideário neoliberal, revigoradas no Brasil e no mundo, sobretudo a partir da crise econômica de 2008.

Dentre os principais pontos da chamada “reforma” trabalhista, a Justiça do Trabalho e o arbitramento de conflitos entre empregadores e trabalhadores também têm sofrido modificações¹⁹⁴. Nesse sentido, passa a haver um enquadramento mais rigoroso para a interposição de uma ação trabalhista, a limitação do poder dos tribunais de interpretar a lei e a oneração do trabalhador que ingressar com reclamação judicial em caso de atribuição de má-fé, entre outros. A criação e alteração de súmulas nos tribunais passarão a exigir a aprovação de ao menos dois terços dos ministros do TST e a matéria terá de ter sido decidida de modo idêntico, por unanimidade, em pelo menos dois terços das turmas, em ao menos dez sessões diferentes. Nas ações trabalhistas, o trabalhador passa a ser obrigado a comparecer às audiências – até então, o trabalhador poderia faltar a até três audiências judiciais – e arcar com as custas do processo, caso venha a perder a ação.¹⁹⁵

Acompanhe no **Quadro 4** a seguir uma síntese das modificações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017:

¹⁹³ O programa de governo de Michel Temer, nomeado “Travessia Social” ponderava que as políticas sociais deveriam ser focalizadas nos 5% mais pobres da população brasileira, que representa cerca de 10 milhões de brasileiros, argumentando que os demais estão inseridos no mercado de trabalho e, nessa visão mítica, estariam em iguais condições de competir por oportunidades e renda, pois a despeito da informalidade, rotatividade, discriminações de gênero, raciais, regionais e geracionais. Fonte: OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. “Os riscos da travessia social de Temer”. *Notas FPA* (Fundação Perseu Abramo). Boletim de Política Social 309. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/notas-fpa-pol%C3%ADtica-social-309>>. Acesso em: 27/07/2016.

¹⁹⁴ Alguns aspectos da Lei nº 13.467/2017 a ressaltar: quanto à Justiça do Trabalho (Art. 790 e Art. 793-A), a legislação estabelece a assistência judiciária gratuita apenas para quem recebe menos de 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); impõe pagamento de honorários periciais, mesmo na assistência gratuita; dificulta a criação de Súmulas pelo TST; em relação aos honorários advocatícios, determina a sucumbência (parte derrotada paga à vencedora) recíproca; torna a reclamante passível à condenação por litigância de má-fé. Além disso, acentua a fragilização sindical (Art. 477-A e B, Art. 510-A, Art. 579, Art. 614 § 3º), impondo regramentos como o fim da ultratividade (garantia de continuidade da validade de cláusulas pactuadas em convenções e acordos coletivos mesmo após o fim de sua vigência, até a assinatura de um novo acordo); a contribuição sindical passa a ser facultativa; permite a negociação por representantes no local de trabalho não vinculados ao sindicato e a homologação da rescisão na entidade de classe deixa de ser obrigatória. Fonte: GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Dossiê Reforma Trabalhista (em construção). CESIT/IE/UNICAMP. Campinas, junho de 2017.

¹⁹⁵ Sobre o texto da “reforma” trabalhista, conferir: Câmara aprova projeto da reforma trabalhista. *Câmara dos Deputados*, 24 abr. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/531607-CAMARA-APROVA-PROJETO-DA-REFORMA-TRABALHISTA.html>>. Acesso em: 23/05/2017.

Quadro 4: Aspectos da Lei nº 13.467/2017, que altera a CLT, de 1943, e promove a [Antir]“Reforma” Trabalhista (Parte I/III)

Como era	Aspecto da Lei nº 13.467/2017	Como ficou
Restrita a atividades-meio e serviços de vigilância, conservação e limpeza; Responsabilidade subsidiária da contratante (Súmula 331 TST, de 1993). Não previsto.	Terceirização	Liberalização irrestrita, inclusive à atividade principal; Responsabilidade subsidiária da contratante (complemento à Lei nº 13.429/2017).
	Contrato intermitente (Art. 443)	Estabelecido por acordo individual; oscila períodos de atividade e inatividade e remuneração restrita às horas trabalhadas (não garante salário mínimo mensal). Trabalhador convocado até 3 dias antes da prestação e, se aceito, o não comparecimento implica em multa de 50% do valor acertado.
Máximo de 25 horas semanais.	Tempo parcial (Art. 58-A)	Máximo de 30 horas semanais.
Considerado empregado o trabalhador não eventual (na atividade principal). Afastadas do trabalho, com garantia da estabilidade.	Trabalho autônomo (Art. 442-B)	Pode ser exclusivo, de forma contínua, sem estabelecimento de vínculo.
	Gestantes e lactantes (art. 394-A)	<u>Gestantes</u> : afastadas quando grau máximo de insalubridade; em graus médio ou mínimo, afastamento se atestado médico recomendar. <u>Lactantes</u> : afastadas quando, em qualquer grau de insalubridade, atestado médico recomendar.
Avaliações e parâmetros estabelecidos por autoridades sanitárias do Estado. Considera insalubres atividades que expõem empregados a agentes nocivos à saúde, em razão da natureza, da intensidade e do tempo de exposição. Não previsto.	Saúde e segurança do trabalho (Art. 611)	Define que regras sobre duração da jornada e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho. As negociações prevalecem sobre a lei quando dispõem sobre jornada, banco de horas, grau de insalubridade e prorrogação de jornada em ambientes insalubres.
	Rescisão por “acordo” (Art. 484-A)	Em “comum acordo”, empregado e empregador concordam com rescisão, sendo pago metade do aviso prévio e da indenização sobre o saldo do FGTS. Permitida movimentação de até 80% do FGTS e não concede direito ao Seguro-Desemprego.
Não previsto.	Quitação anual (Art. 507-B)	Criado termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, assinado por empregado, na presença do sindicato, com declaração de recebimento de todas as parcelas devidas, com horas extras e adicionais. Extingue a possibilidade da reclamação de verbas na Justiça do Trabalho.
Restrita a categorias das áreas de vigilância, enfermagem e medicina.	Jornada 12 X 36 (Art. 59-A)	Facultado, também por acordo individual escrito, estabelecer horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso, prevendo indenização de intervalos para repouso e alimentação.
30 dias por ano.	Férias (Art. 134)	Divididas em até 3 períodos, sendo que um não pode ser inferior a 14 dias corridos e os demais não podem ser inferiores a 5 dias corridos cada.

Quadro 4: Aspectos da Lei nº 13.467/2017, que altera a CLT, de 1943, e promove a [Antir]“Reforma” Trabalhista (Parte II/III)

Como era	Aspecto da Lei nº 13.467/2017	Como ficou
Não previsto.	Negociado sobre legislado (Art. 611-A e B, Art. 620)	<p>Autorizada a prevalência da convenção coletiva e do acordo coletivo sobre a lei quanto aos termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - jornada de trabalho (observados os limites constitucionais); - banco de horas anual; - intervalo intrajornada (mínimo de 30 minutos para jornadas superiores a 6 horas); - plano de cargos, salários e funções compatíveis; - representante dos trabalhadores no local de trabalho; - teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente; - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas; - troca do dia do feriado; - enquadramento do grau de insalubridade; - prorrogação da jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades do Ministério do Trabalho; - Participação nos Lucros e Resultados. <p>Acordos coletivos sempre prevalecem sobre a convenção coletiva.</p> <p><u>Fora de abrangência da negociação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - FGTS; - 13º salário; - seguro-desemprego e Salário-família (benefícios previdenciários); - remuneração das horas extras com adicional de 50%; - licença-maternidade de 120 dias; - aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço (mínimo de 30 dias); - adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas; - aposentadoria; - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador etc.
Obrigatória concessão de intervalo mínimo de uma hora.		Prevê mínimo de 30 minutos para jornadas superiores a 6 horas.
Negociado pelo sindicato.		Pode ser pactuado por acordo individual, com compensação no período máximo de 6 meses.
Não definido expressamente.		Fixa limites para o valor da indenização de acordo com o salário do prejudicado, de 3 a 50 vezes o salário.

Quadro 4: Aspectos da Lei nº 13.467/2017, que altera a CLT, de 1943, e promove a [Antir]“Reforma” Trabalhista (Parte III/III)

Não recomendada para dissídios trabalhistas individuais.	Arbitragem (Art. 507-A)	Autorizada para quem ganha a partir de 2 vezes o limite máximo para benefícios do RGPS (R\$ 11.062,62).
	Justiça do Trabalho (Art. 790 e Art. 793-A)	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência judiciária gratuita apenas para quem ganha até 40% do limite máximo dos benefícios do RGPS; - impõe pagamento de honorários periciais, mesmo na assistência gratuita; - dificulta a criação de Súmulas pelo TST; - honorários advocatícios: sucumbência recíproca; - reclamante passível à condenação por litigância de má-fé.
Obrigatório o pagamento do tempo de deslocamento até a ocupação do posto de trabalho e para o retorno, se transporte fornecido pelo empregador (hora <i>in itinere</i>). Não previsto.	Horas de deslocamento (Art. 58 § 2º)	Definido que não se trata de tempo à disposição do empregador.
	Teletrabalho (Art. 75)	Regulamentado, com previsão de contrato por escrito dispondo sobre as responsabilidades quanto a equipamentos tecnológicos e infraestrutura para a prestação do trabalho. Jornada não limitada.
Integram o salário as comissões, percentagens, gratificações, diárias para viagens (se superiores a 50% do salário percebido) e abonos.	Salários (Art. 457 § 2º)	Ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração e não constituem base de encargo trabalhista e previdenciário.
<ul style="list-style-type: none"> - Proibida alteração unilateral de parcela regularmente negociada das normas coletivas, até que novo acordo ou convenção estabeleça de forma diversa; - contribuição sindical compulsória (desconto equivalente a um dia de salário por ano). 	Fragilização sindical (Art. 477-A e B, Art. 510-A, Art. 579, Art. 614 § 3º)	<ul style="list-style-type: none"> - Fim da ultratividade; - contribuição sindical facultativa; - permite negociação por representantes no local de trabalho não vinculados ao sindicato; - homologação da rescisão na entidade de classe deixa de ser obrigatória.

Elaboração própria.

Fonte: IOS-RedLat (2017).

Em análise, o Ministério Público do Trabalho (MPT) indicou que as alterações promovidas pela dita reforma trabalhista são inconstitucionais, violando também as convenções internacionais firmadas pelo Brasil. Além do MPT, rechaçaram as modificações uma série de instituições, dentre as quais: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Para 17 Ministros do TST – que encaminharam, em 18 de maio de 2017, um documento ao presidente do Senado Federal, apontando especificamente as regras prejudiciais previstas no então Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38/2017 (transformada em norma jurídica ao gerar a Lei nº 13.467/2017) –, a “reforma” trabalhista enfraquece os direitos sociais dos trabalhadores, cria regras restritivas na esfera do Direito Processual do Trabalho e dificulta o acesso à justiça por pessoas mais pobres¹⁹⁶.

Após a aprovação da legislação que estabeleceu as mudanças na CLT, o Pleno do TST criou, em fevereiro de 2018, uma comissão interna, composta por nove ministros do tribunal, para estudar a aplicação das normas aos contratos de trabalho. Elaborado, o parecer foi entregue ao ministro Brito Pereira, que assumiu a presidência da Corte em 2018, recomendando a edição de uma Instrução Normativa para regulamentar as questões relacionadas ao direito processual. A Comissão, dessa maneira, absteve-se de dispor sobre a interpretação do conteúdo das normas previstas na Lei nº 13.467/2017, restringindo-se à elucidação do marco temporal inicial para a aplicação das modificações preconizadas pela referida lei. O propósito, de acordo com o documento, consiste em assegurar o direito adquirido processual, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Quanto ao direito material, os ministros concluíram que haverá a construção jurisprudencial a respeito das alterações a partir do julgamento de casos concretos.¹⁹⁷

Em junho de 2018, o Pleno do TST aprovou a Instrução Normativa nº 41/2018, que explicitou as normas de direito processual relativas à Lei nº 13.467/2017. O texto determina que a aplicação das normas previstas pela “reforma” trabalhista é imediata, contudo, não deve atingir situações iniciadas ou consolidadas na vigência da lei revogada: a maioria das alterações processuais não se aplica aos processos iniciados no período anterior à data em que a referida lei entrou em vigor (11 de novembro de 2017). As questões abordadas pelo documento tratam de temas como honorários periciais e sucumbenciais, aplicação de

¹⁹⁶ Fonte: *Consultor Jurídico*, 25 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-25/17-ministros-tst-assinam-documento-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 28/06/2017.

¹⁹⁷ Fonte: TST. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset_publisher/NGo1/content/id/24581032>. Acesso em: 23/08/2018.

multa a testemunhas que prestarem falsas informações, condenação em razão do não comparecimento à audiência, entre outros.¹⁹⁸

A Resolução nº 21, de 21 de junho de 2018, que edita a instrução Normativa nº 41, considera, na introdução, a existência de pendências no que se refere à arguição de inconstitucionalidade. Ainda estão pendentes de apreciação, pelo Pleno do TST, o art. 702, I, “f”, da CLT e, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os art. 790-B e 791-A da CLT na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.766. O art. 702 da CLT versa sobre as competências do Tribunal Pleno do TST e o inciso I, “f”, segundo a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, dispõe sobre a criação de súmulas e outros enunciados pela Corte¹⁹⁹. A ADI nº 5.766 foi ajuizada pela Procuradoria-Geral da República contra dispositivos da Lei nº 13.467/2017 que alteram as regras de gratuidade jurídica para trabalhadores que comprovem insuficiência de recursos²⁰⁰.

No contexto devastador em que a legislação trabalhista nacional veio a ser privada de sua condição de patamar civilizatório, a ratificação de uma norma de proteção internacional, como a Convenção nº 189 da OIT, em 2018, em tese, atuaria como uma garantia social adicional de que certas conquistas deverão ser preservadas. No entanto, é relevante salientar, tendo em vista as limitações características das normativas internacionais, que resguardam a soberania nacional, “para o bem e para o mal”, a aplicação dos artigos previstos submete-se à legislação e às práticas nacionais.

A concepção que deu origem ao Direito do Trabalho e às instituições do Estado responsáveis por assegurá-lo no Brasil teve como cerne a compreensão das contradições do modelo econômico capitalista e da dinâmica das relações econômicas e sociais instauradas em escala internacional nesse marco, a partir do século XIX, conforme discutido na seção anterior. Assim, a emergência do Direito do Trabalho deu-se *pari passu* à constatação da profunda desigualdade, e portanto das intrínsecas tensões e conflitos, que caracterizam as relações entre capital e trabalho. Esse ramo do direito, por princípio inaugural, atinha-se à

¹⁹⁸ Fonte: TST. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/24604377>. Acesso em: 23/08/2018.

¹⁹⁹ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO: Art. 702 - Ao Tribunal Pleno compete: I - em única instância (...) f) estabelecer ou alterar súmulas e outros enunciados de jurisprudência uniforme, pelo voto de pelo menos dois terços de seus membros, caso a mesma matéria já tenha sido decidida de forma idêntica por unanimidade em, no mínimo, dois terços das turmas em pelo menos dez sessões diferentes em cada uma delas, podendo, ainda, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial; (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017). Fonte: BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 23/08/2018.

²⁰⁰ Fonte: ANAMATRA. Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/26515-reforma-trabalhista-anamatra-mantem-audiencias-no-stf-para-tratar-da-adi-5766>>. Acesso em: 23/08/2017.

preocupação em estabelecer mecanismos legais de proteção à classe trabalhadora, à qual era flagrante a sonegação de direitos (recurso perverso que, longe de estar ultrapassado, mostra-se robusto atualmente, o que justifica a razão de ser desse campo do Direito e de sua efetiva aplicação, afinal exploração e opressão são inerentes ao modo de produção capitalista, assim como os movimentos de resistência, e da respectiva luta de classes).

O Direito do Trabalho contrapõe-se, em seus princípios²⁰¹, ao pressuposto da autonomia das vontades individuais, posto que assimétricas, a serem disciplinadas por força das normas de caráter imperativo e irrenunciável. Constituído pela diretriz nuclear da proteção ou tutela, tem por finalidade oferecer mecanismos com vistas a conter, por meio da ação do Estado, as desigualdades sociais da ordem capitalista:

Quando se compreende o Direito do Trabalho como um estatuto nascido, basicamente, das lutas sociais a partir da segunda revolução industrial pressionando o Estado a introduzir mecanismos extramercado de compensação das desigualdades criadas pelo processo de acumulação capitalista, percebe-se que o princípio que o cimenta, imbricando-se com essa realidade viva, é o da proteção, do qual são expressões todos os demais. (BIAVASCHI, 2005: 68)

A respeito do princípio da proteção é relevante enfatizar que se trata do critério basilar que orienta o Direito do Trabalho. Haja vista que diante de inspiração em contexto social avesso à igualdade, norteia-se pelo objetivo de proporcionar um amparo preferencial a uma das partes especificamente, o trabalhador. Difere, dessa maneira, do direito comum e da orientação de assegurar a igualdade jurídica dos contratantes (RODRIGUEZ, 1978). A rigor, quanto ao princípio da proteção:

O fundamento deste princípio está ligado à própria razão de ser do Direito do Trabalho. Historicamente, o Direito do Trabalho surgiu como consequência de que a liberdade de contrato entre pessoas com poder e capacidade econômica desiguais conduzia a diferentes formas de exploração. Inclusive, mais abusivas e iníquas. O legislador não pôde mais manter a ficção de igualdade existente entre as partes do contrato de trabalho e inclinou-se para uma compensação dessa desigualdade econômica desfavorável ao trabalhador com uma proteção jurídica a ele favorável. O Direito do Trabalho responde fundamentalmente ao propósito de nivelar desigualdades. (RODRIGUEZ, 1978: 36)

²⁰¹ Regendo o Direito do Trabalho situam-se os seguintes princípios, que emergem como construções históricas, abordados por RODRIGUEZ, 1978: 1) o princípio da proteção ou da tutela – que se desdobra em três concepções: i. em caso de dúvida, deve-se decidir em favor do trabalhador, ii. aplica-se a norma mais favorável e iii. a regra da condição mais benéfica ao trabalhador –; 2) a irrenunciabilidade dos direitos, garantidos pela ordem pública em normas imperativas e inafastáveis pela vontade das partes; 3) a continuidade da relação de emprego; 4) a primazia da realidade; 5) a razoabilidade; 6) a boa-fé; e 7) a não-discriminação, pelo qual se pretende inibir tratamentos discriminatórios em função de sexo, idade, cor ou estado civil, deficiência física ou tipo de trabalho (manual ou intelectual), na admissão, no exercício de atividades ou quanto ao salário.

Entretanto, Biavaschi (2005) ressalta que esse não é um entendimento pacífico e que a interpretação do pressuposto da autonomia das vontades de forma absoluta, ao não o considerar como expressão do princípio da proteção, dá guarida, por exemplo, às teses propagadoras da supremacia do acordado individualmente sobre o legislado e viola o princípio que estabelece o dever de aplicação da norma mais benéfica ao trabalhador – uma vez que consiste na parte hipossuficiente da relação de trabalho em nossas sociedades. Assim, a correlação de forças que atuam no campo interpretativo do direito ressoa o conflito entre posições de classes que perpassa as sociedades capitalistas contemporâneas.

5.3. Os Julgamentos das Reclamações Trabalhistas Domésticas: os Acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Juliana: Você alguma vez já entrou na justiça contra alguma patroa?

Rosângela: Já. Eu era diarista, trabalhava muito, quase a semana toda e a patroa não me pagava. Aí eu falei pro meu esposo e a gente tomou providência. (...) Trabalhei 3 anos pra ela. Ela não me deixava o dinheiro, às vezes me enrolava. (...) Eu precisava do dinheiro, pedia a ela e ela não deixava. Chegava cedo. O marido dela era muito enjoado também. Às vezes eu não comia e ela era meio chata, sabe. Foi quando eu cheguei e meti no pau.(...) Não é porque veio de lá do Norte que o povo quer fazer a gente de escrava! Não é assim! Eu fazia tudo, passava roupa, às vezes deixava um arroz pronto, fazia tudo! Eu achava injusto o que ela fazia. (...) Teve a audiência no Fórum da Barra Funda e ela pagou tudo. (Rosângela, entrevistada em 07/01/2017.)

Tendo a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, ampliado a competência da Justiça do Trabalho sobre todas as relações trabalhistas – abarcando, a partir daquele momento, o trabalho desenvolvido nos âmbitos da informalidade –, os conflitos relacionados ao trabalho doméstico foram mais incisivamente resguardados quanto à aplicação da legislação prevista. De fato, somente após a publicação da Emenda 45 foi viabilizada a possibilidade de que as trabalhadoras domésticas que não possuíam a carteira de trabalho assinada, bem como boa parte da classe trabalhadora brasileira, tivessem acesso à Justiça do Trabalho. Nesta seção será apresentada uma análise dos conflitos encaminhados à terceira e última instância da Justiça do Trabalho, levados ao julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) entre os anos de 2006 e 2017, para solucionar os litígios trabalhistas domésticos ajuizados pelo Brasil.

Como mencionado desde o início desta tese, o Direito do Trabalho no Brasil somente estabeleceu normativas específicas com o propósito de regulamentar as relações de trabalho doméstico a partir de 1972. O acervo digital do TST, contudo, disponibiliza para consultas 3.586 acórdãos com a palavra-chave “doméstica”, com decisões apresentadas em julgamentos realizados entre 1999 e 2017: o acórdão mais antigo sobre o conflito trabalhista

doméstico – que trata da discussão da estabilidade provisória da gestante e obteve decisão favorável –, localizado pela ferramenta, foi julgado em 14 de dezembro de 1999.

Para o período completo a ser abrangido no estudo (ações julgadas entre 1º de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2017), foram localizados, por meio da palavra-chave “doméstica”, no sítio oficial do TST na internet, um total de 3.127 acórdãos²⁰². Está armazenado nesse banco de dados digital para consultas *on-line* um universo de 1.585.373 acórdãos, que versam sobre reclamações trabalhistas em geral, compreendidos no mesmo lapso temporal, e tendo sido selecionadas as mesmas classes processuais. No recorte metodológico estabelecido, dos 3.127 acórdãos localizados, 962 (o que equivale a 30,76% do total localizado na busca *on-line*) referem-se efetivamente a ações judiciais movidas por trabalhadoras domésticas pelo reconhecimento de direitos que foram a elas negados. As decisões proferidas em apreciação judicial de questões de natureza doméstica nas relações de trabalho no Brasil representam, portanto, cerca de 0,06% do total geral de acórdãos do TST disponibilizados para consulta e localizados nesta pesquisa.

Além destes, a pesquisa também possibilitou a identificação de 32 acórdãos do TST que envolvem ações movidas pela União, em busca do recolhimento das contribuições previdenciárias (e que serão comentadas no anexo ao capítulo), e uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), no estado da Bahia, em decorrência do flagrante de exploração de trabalho doméstico infantil e submissão a condições análogas à escravidão, levada a julgamento pelo TST em 2017. Acompanhe a sistematização dessas informações na **tabela 17**:

²⁰² Disponíveis em: <<http://www.tst.jus.br/consulta-unificada>>. Acesso em: 23/07/2018.

Tabela 17: Total de Acórdãos do TST localizados e efetivamente referentes à reclamação trabalhista doméstica, julgados no período de 2006 a 2017

Ano	Localizados	Efetivos	INSS ²	MPT	Total (lidos)
2006	95	50	3	0	53
2007	146	72	1	0	73
2008	209	112	9	0	121
2009	492	101	7	0	108
2010	30	81	5	0	86
2011	240	74	0	0	74
2012	281	82	3	0	85
2013	305	90	0	0	90
2014	298	89	2	0	91
2015	320	92	2	0	94
2016	238	68	0	0	68
2017	197	51	0	1	52
TOTAL	3.127¹	962	32	1	995

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados entre 2006 e 2017). Disponíveis em:

<<http://www.tst.jus.br/consulta-unificada>>. Acesso em: 23/07/2018.

Elaboração própria.

Nota 1: Entre Recursos de Revista, Agravos de Instrumento e Embargos à Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI).

Nota 2: Recursos interpostos pela União para requer as contribuições previdenciárias devidas ao INSS de partes em ações em que julgadas reclamações trabalhistas domésticas.

A leitura dos acórdãos revelou informações relevantes a respeito de como a Justiça do Trabalho brasileira tem estendido ou recusado direitos trabalhistas à categoria que engloba mais de 6 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos em todo o Brasil. Os dados também denotam as pressões que as trabalhadoras exercem, ao encaminhar seus conflitos ao arbitramento judicial, pelo acesso efetivo aos direitos e pela ampliação dos direitos formalmente previstos, assim como pela cobertura da categoria pelo campo de proteção social. Além disso, o fato de que as trabalhadoras domésticas movam ações judiciais demonstra, pelo menos, duas características do mercado de trabalho brasileiro, acentuadas em se tratando do trabalho desempenhado em âmbito doméstico: primeiro, que há significativas e contínuas violações a direitos previstos em lei e, segundo, que a despeito dessas violações, que são conhecidas pelas trabalhadoras na vigência da relação de trabalho, o autoritarismo que enfrentam – e que engendra essas violações – posterga a solução a ser buscada na Justiça do Trabalho ao término do contrato (seja formal ou informalmente estabelecido).

Os temas das reclamações presentes nos acórdãos do TST analisados no período completo estão agrupados na **tabela 18**: reconhecimento do vínculo de emprego, direito a férias, estabilidade da gestante doméstica e salário-maternidade, verbas salariais, multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias, 13º salário, repouso semanal

remunerado, vale-transporte, entre outros. Adicionalmente, o direito a receber o pagamento pelas horas extras de trabalho e o adicional noturno, por exemplo, assim como à estabilidade em caso de acidente de trabalho, que somente foram tornados formalmente obrigatórios e estendidos à categoria doméstica pela Emenda Constitucional nº 72 de 2013 e pela Lei Complementar nº 150 de 2015, mas vinham sendo exigidos anteriormente perante a máxima instância da Justiça do Trabalho. Entre os temas das reclamações foi contabilizada também a requisição do adicional de insalubridade (previsto no artigo XXIII da Constituição Federal de 1988) que, entretanto, conforme analisado no capítulo 3, não foi inserido na regulamentação normativa do serviço doméstico. Na íntegra, foram 1.617 reclamações trabalhistas domésticas apontadas nos 962 acórdãos estudados.

Tabela 18: Total dos temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados no período de 2006 a 2017 (Nº e %)

Reclamação trabalhista doméstica	TOTAL	
	Nº	%
Reconhecimento do vínculo de emprego (e período do registro na CTPS)	445	27,52%
Natureza do vínculo (e demais verbas trabalhistas pertinentes) ¹	188	11,63%
Estabilidade da gestante e salário-maternidade (indenização substitutiva)	102	6,31%
Dano moral (acusação de furto, assédio sexual, assédio moral e agressão física)	103	6,37%
Férias (30 dias, proporcional, em dobro e acréscimo de 1/3)	149	9,21%
Multas art. 467 e 477 CLT (mora no pagamento das verbas rescisórias)	68	4,21%
Penhora – execução	11	0,68%
Repouso semanal remunerado	21	1,30%
13º salário	52	3,22%
Salário	95	5,88%
Ruptura contratual (iniciativa)	66	4,08%
Feriado	14	0,87%
Aviso-prévio	46	2,84%
Vale-transporte	14	0,87%
Hora-extra	21	1,30%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	23	1,42%
Recolhimentos previdenciários	39	2,41%
Parcelas rescisórias	56	3,46%
Dano material	19	1,18%
Estabilidade acidente de trabalho	8	0,49%
Seguro-desemprego (guia para solicitação ao MTE ou indenização)	5	0,31%
Adicional noturno	3	0,19%
Intervalo intrajornada	5	0,31%
Reintegração	5	0,31%
Descaracterização de contrato de experiência	4	0,25%
Adicional de insalubridade	3	0,19%
Cesta básica	3	0,19%
Gratificações natalinas	5	0,31%
Outras (não identificada, pedido de Indenização pelo empregador)	44	2,72%
TOTAL	1.617	100,00%
<i>Contribuições previdenciárias (recurso interposto pelo INSS/União)</i>	32	1,94%
Total'	1.649	100,00%

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Nota 2: *Outras*: Inclui: Reclamação não identificada; requisição de responsabilidade solidária de membro da família empregadora; indenização por dano estético; indenização substitutiva de auxílio-doença; adicional de dupla função; indenização do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS); juros; ajuizamento da ação em município de residência (quando o local da prestação laboral ocorreu em município diverso); dano moral coletivo (interposto pelo Ministério Público do Trabalho); pedido de indenização pelo empregador, assim como demais reclamações das partes reclamadas: Justiça gratuita, isenção de depósitos recursais e de honorários periciais, arguição de prescrição, acusação de litigância de má-fé etc.: classificadas como *Outras*, devido à ínfima frequência diante do total de reclamações apresentadas pelas reclamantes.

As **tabelas 19-A e 19-B (partes I e II)** sistematizam os dados agrupados segundo o ano do julgamento. Observando as informações correspondentes aos anos de 2013

e 2015, verificamos que foram apresentadas, respectivamente, 195 e 197 reclamações domésticas ao TST, que equivalem, somadas, a 24,24% do total das reclamações localizadas no período na íntegra. Dito de outra maneira, uma em cada 4 reclamações trabalhistas domésticas registradas em todo o período abarcado pelo estudo foram julgadas em 2013 e em 2015, anos em que promulgados os novos referenciais normativos (a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015). É interessante salientar que, em 2017, foram encaminhadas à máxima instância da Justiça do Trabalho 131 reclamações, distribuídas, entretanto, em 51 acórdãos julgados (**tabela 17**), número bastante inferior aos de 2013 e 2015, quando o TST julgou 90 e 92 acórdãos, respectivamente. Assim, o número de acórdãos julgados em 2017 acentuou uma retração que já se observava no ano precedente, aproximando-se do patamar de 2006, quando houve o julgamento de 50 acórdãos.

Uma possível explicação para esse declínio em 2017 poderia ser atribuída à recente regulamentação da legislação que rege o contrato de trabalho doméstico, que definiu aspectos cruciais até então tidos como controversos, passíveis a distintas interpretações nas instâncias judiciais, “pacificando” o entendimento, inclusive entre os agentes da relação de trabalho. Esse argumento, porém, necessita de ressalvas: a expectativa das trabalhadoras de obterem o reconhecimento de direitos sonegados poderia provocar o reverso, com a elevação do número de ações ajuizadas nos anos subsequentes (e conforme é possível apurar na **tabela 17**, homologamente ao que se refere aos anos de 2007 e 2008, e que mantiveram uma tendência mais elevada de apresentação de recursos que se expressaria no maior número de acórdãos do TST, na esteira da aprovação da Lei nº 11.324 em 2006). Tais reclamações, por outro lado, poderiam ser decididas e obter trânsito em julgado nas instâncias inferiores ao aplicarem o novo quadro normativo, o que repercutiria em queda do número de acórdãos julgados pelo TST sobre as questões domésticas.

A leitura dos acórdãos do TST revelou 21 menções à Lei Complementar nº 150/2015 nos julgamentos de 2017²⁰³, contudo, apenas em quatro²⁰⁴ decisões a referida lei foi aplicada: uma que reconheceu o vínculo de emprego no caso de trabalho exercido por 3 dias na semana; outra que determinou o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com acréscimo de 40%, quando, no término do pacto laboral em data correspondente ao encerramento do período estável da gestante, a Lei Complementar nº 150/2015 já

²⁰³ Em 2017, o tempo médio de tramitação na Corte Superior foi de 601 dias: 377 dias na classe Agravo de Instrumento e 846 dias considerando os Recursos de Revista. Fonte: TST. “*Movimentação Processual do TST*”, 2017. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/18640430/24361510/MP+TST+2017.pdf/7bb83da2-504c-f8c4-8c9e-a30e7f714735>>. Acesso em: 27/08/2018.

²⁰⁴ PROCESSO Nº TST-AIRR-497-93.2015.5.12.0045, PROCESSO Nº TST-RR-10356-16.2015.5.03.0165, PROCESSO Nº TST-RR-878-70.2014.5.10.0020 e PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038.

estava em vigor; uma decisão em que restabelecida a sentença que legitimou a justa causa por “quebra de confiança” e, por fim, uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho reclamando indenização por dano moral coletivo. Quanto aos dois últimos destes acórdãos mencionados, serão retomados adiante e a análise será aprofundada. Nos demais 17 acórdãos a Lei Complementar nº 150/2015 foi citada mas não aplicada, tendo sido avaliada a data de encerramento do contrato em período anterior ao da vigência da referida lei²⁰⁵.

A hipótese significativa para explicar a expressiva redução do número de acórdãos do TST verificada em 2017 remete impreterivelmente à discussão instaurada e à posterior aprovação da chamada “reforma” trabalhista, imposta pela Lei nº 13.467 sancionada em 13 de julho de 2017, com entrada em vigor depois de transcorridos 120 dias de sua publicação oficial. A lei prevê a introdução de drásticas alterações, já mencionadas anteriormente, restringindo o acesso à Justiça do Trabalho: por meio dos artigos nº 790 e nº 793-A, estabelece o provimento de assistência judiciária gratuita apenas para quem ganha menos de 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (pondo fim à presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência financeira); determina o pagamento de honorários periciais, mesmo em casos de assistência gratuita; impõe a sucumbência recíproca quanto aos honorários advocatícios e torna a parte reclamante passível à condenação por litigância de má-fé²⁰⁶.

²⁰⁵ Quanto ao princípio da irretroatividade da lei, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, estabelece: Art. 5º, inciso XXXVI, *a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01/08/2018.

²⁰⁶ A Lei nº 13.467/2017 conduz ao desmonte dos direitos sociais e da estrutura estatal responsável pela proteção destes direitos lesados ou ameaçados no Brasil. A lei fundamenta-se na concepção falaciosa segundo a qual a relação entre patrão e trabalhador consiste no encontro livre entre vontades iguais, dissimulando as assimetrias e os conflitos históricos inerentes à relação de trabalho na ordem econômica e social capitalista. Textualmente: LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. “Art. 8º § 3º No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no [art. 104 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), e **balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva**.” (NR). (Fonte: Brasil. Presidência da República. **Grifos meus**.) A lei cria obstáculos ao acesso à Justiça e limita a atuação dos juízes nos tribunais do trabalho. Quanto ao primeiro aspecto, a lei sujeita o trabalhador à determinação ao pagamento de honorários periciais, honorários advocatícios e custas processuais, o que inibirá ou mesmo inviabilizará litígios em juízo em função do custo extremamente elevado. Esse regramento é, aliás, inconstitucional, por afrontar direitos fundamentais de acesso à justiça e à gratuidade judiciária, estabelecidos na Constituição Federal (art. 5º Incisos XXXV e LXXIV). Além disso, pelo art. 793-C, sujeita o trabalhador a ser condenado por litigância de má-fé, por meio do qual deverá arcar com o pagamento de uma multa, no valor de até 10% da causa, como indenização à parte contrária, o empregador, pelos “prejuízos que esta sofreu”. O art. 790, que versa sobre o benefício da justiça gratuita, faculta o seu requerimento, bem como a sua concessão por juízes, àqueles que recebem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (fixado, em 2018, em R\$ 5.531,31). Autoriza, no entanto, a atribuição à parte sucumbente na pretensão a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais (quando em discussão do pagamento de adicional de insalubridade, por exemplo), ainda que beneficiária da justiça gratuita. No tribunal, a ausência da parte reclamante resultará em sua condenação ao pagamento das custas, mesmo que beneficiária da justiça gratuita. Para mais, conferir a análise do CESIT/IE/Unicamp, 2017.

O direito à estabilidade da gestante e o direito à indenização substitutiva do salário-maternidade foram reagrupados e somados a partir de 2009, conforme mostram as **tabelas 19-A e 19-B (partes I e II)**. Essa alteração obedeceu à mudança observada pela leitura dos acórdãos: até 2008 a distinção, em reclamações e decisões, entre a reivindicação da estabilidade pela gestante e à indenização do salário-maternidade estava mais nítida. Como será retomado adiante, em decorrência da aplicação da Lei nº 11.324 de 2006, o emprego da doméstica gestante passou a ser definitivamente assegurado em norma²⁰⁷, vetando a dispensa arbitrária ou sem justa causa, e conferindo estabilidade à trabalhadora doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

²⁰⁷ A aplicação das leis, no entanto, como já observado, está sujeita às divergentes interpretações dos magistrados. Nesse sentido, despertou especial interesse uma decisão, em julgamento pelo Tribunal da 3ª Região, em Minas Gerais, ocasião em que foi apreciada a reclamação de estabilidade da gestante doméstica. A decisão apontou que a Lei nº 11.324/2006, que incorporou o art. 4º-A à Lei nº 5.859/1972, *não tem natureza de lei complementar, mas ordinária*, e segundo o trecho do acórdão regional, a garantia do emprego somente seria devida quando decorrente de lei complementar, *diploma este inexistente no mundo jurídico pátrio como meio apto a amparar a pretensão da reclamante*. Para justificar a recusa do direito à trabalhadora, assim, foi apresentado o argumento de inconstitucionalidade da Lei nº 11.324/2006, por tratar-se de uma lei ordinária. Citando o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, o desembargador da segunda instância afirmou que o inciso I do referido dispositivo normativo garante o direito à relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, *nos termos de lei complementar*, e que embora no art. 10, II, b, do ADCT tenha sido estipulada a estabilidade provisória da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, foi reforçada a condicionalidade de sua incidência à edição de lei complementar prevista no inciso constitucional. Ponderando que tais dispositivos não se aplicariam à empregada doméstica, haja vista que, nas palavras do ministro-relator, o mencionado inciso I do art. 7º da CF *não se destina a essa categoria, eis que não mencionado no parágrafo único do mesmo dispositivo*, o desembargador acrescentou que a garantia de emprego *somente será devida quando vier por lei complementar*, assim como para os *trabalhadores comuns*. Na conclusão do acórdão, a reclamada foi absolvida da condenação imposta na sentença de primeira instância e a reclamação foi julgada improcedente, à *falta de embasamento jurídico idôneo* (PROCESSO Nº TST-AIRR-1577/2006-041-03-40.6). No julgamento do recurso pelo TST, realizado em 24 de outubro de 2007, a decisão negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela reclamante, mantendo o desfecho desfavorável ao pleito da trabalhadora. A causa estava sujeita ao rito sumaríssimo (procedimento possível em causas que envolvem menores recursos financeiros), em que a admissão do recurso somente se daria por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme da Corte Superior ou por demonstrada violação direta à Constituição da República, conforme previsto no § 6º do art. 896 da CLT – um pré-requisito processual indispensável para o conhecimento do recurso pelo TST, até ser revogado pela Lei nº 13.467/2017. A Lei nº 11.324/2006 encontrou outra oposição em acórdão julgado pelo TST em 2011, quando a decisão regional proferida em São Paulo, e reformada em julgamento da terceira instância, afirmou que a referida lei era *inexequível*. Ao fundamentar a recusa ao direito à estabilidade da gestante doméstica, despedida em janeiro de 2010, relator do TRT da 2ª Região argumentou a *falta de respaldo legal do pedido*, pois, de acordo com a sua interpretação, embora a Lei nº 11.324/2006 proíba a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, *não fez menção expressa sobre garantia de emprego ou estabilidade*. Ao proibir a despedida arbitrária, ainda segundo o relator da segunda instância, não foi imposta qualquer sanção em caso de descumprimento da regra: *Norma em branco, inexequível, pois, e à qual não se pode invocar os subsídios das normas protetoras da CLT, face ao disposto no artigo T (sic) [art. 7º, a] deste último estatuto legal mencionado, que dispõe que não se aplica (sic) aos empregados domésticos as disposições consolidadas, exceto quando expressamente determinado em contrário* (PROCESSO Nº TST-RR-78800-19.2010.5.02.0064). No julgamento do recurso pelo TST, em 2011, o ministro-relator, contudo, apontou contrariedade da decisão do tribunal regional: *Após a edição da Lei nº 11.324/2006, que acresceu à Lei nº 5.859/72 o art. 4º-A, não há mais dúvidas acerca do reconhecimento do direito à estabilidade provisória, previsto no art. 10, II, “b”, do ADCT, às empregadas domésticas*. Assim, deu provimento ao recurso, concedendo a indenização substitutiva no valor equivalente ao salário da reclamante, desde a data em que confirmada a gestação até cinco meses após o parto, fixando à condenação o valor de R\$ 10.000,00 (PROCESSO Nº TST-RR-78800-19.2010.5.02.0064).

Tabela 19-A: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados nos anos de 2006 a 2017 (I/II)

Parte A (2006 a 2011)		2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	Reconhecimento do vínculo de emprego (e período do registro na CTPS)	11	30	44	40	37	42
2	Natureza do vínculo (e demais verbas trabalhistas pertinentes) ¹	14	13	26	21	14	11
3	Estabilidade gestante (a partir de 2009: SOMA com salário-maternidade/indenização substitutiva)	8	3	9	15	5	3
4	Salário-maternidade (indenização substitutiva)	10	6	13			
5	Dano moral (acusação de furto, assédio sexual, assédio moral e agressão física)	2	0	7	4	7	11
6	Férias (30 dias, proporcional, em dobro e acréscimo de 1/3)	8	17	14	23	19	7
7	Multas art. 467 e 477 CLT (mora no pagamento das verbas rescisórias)	2	3	8	4	6	3
8	Penhora – execução	1	0	0	2	1	1
9	Repouso semanal remunerado	2	0	6	1	3	1
10	13º salário	2	4	6	4	5	4
11	Salário	2	9	4	12	11	7
12	Ruptura contratual (iniciativa)	1	4	3	3	9	3
13	Feriado	0	0	3	1	1	0
14	Aviso-prévio	0	6	1	2	4	3
15	Vale-transporte	0	2	2	0	2	0
16	Hora-extra	0	0	1	1	0	2
17	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	0	0	2	2	1	1
18	Recolhimentos previdenciários	0	4	1	7	2	7
19	Parcelas rescisórias	0	3	3	5	2	2
20	Dano material	0	0	1	0	1	2
21	Estabilidade acidente de trabalho	0	1	0	0	1	1
22	Seguro-desemprego (guia para solicitação ao MTE ou indenização)	0	0	0	0	1	0
23	Adicional noturno	0	0	0	1	0	0
24	Intervalo intrajornada	0	0	0	0	0	0
25	Reintegração	0	0	0	0	0	1
26	Descaracterização de contrato de experiência	0	0	0	0	0	0
27	Adicional de insalubridade	0	0	0	1	0	0

Tabela 19-A: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados nos anos de 2006 a 2017 (II/II)

Parte A (2006 a 2011)		2006	2007	2008	2009	2010	2011
28	Cesta básica	0	0	0	0	0	1
29	Gratificações natalinas	0	0	0	1	0	0
30	Outras ²	0	7	0	7	2	3
TOTAL		63	112	154	157	134	116
<i>Contribuições previdenciárias (recurso interposto pelo INSS/União)</i>		<i>3</i>	<i>1</i>	<i>9</i>	<i>7</i>	<i>5</i>	<i>0</i>
Total'		66	113	163	164	139	116

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Nota 2: *Outras*: Inclui: Reclamação não identificada; requisição de responsabilidade solidária de membro da família empregadora; indenização por dano estético; indenização substitutiva de auxílio-doença; adicional de dupla função; indenização do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS); juro; ajuizamento da ação em município de residência (quando o local da prestação laboral ocorreu em município diverso); dano moral coletivo (interposto pelo Ministério Público do Trabalho); pedido de indenização pelo empregador, assim como demais reclamações das partes reclamadas: Justiça gratuita, isenção de depósitos recursais e de honorários periciais, arguição de prescrição, acusação de litigância de má-fé etc.: classificadas como *Outras*, devido ínfima frequência diante do total de reclamações apresentadas pelas reclamantes.

Tabela 19-B: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados nos anos de 2006 a 2017 (I/II)

Parte B (2012 a 2017)		2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Reconhecimento do vínculo de emprego (e período do registro na CTPS)	31	48	48	45	38	31
2	Natureza do vínculo (e demais verbas trabalhistas pertinentes) ¹	23	16	10	17	18	5
3	Estabilidade gestante (a partir de 2009: SOMA com salário-maternidade/indenização substitutiva)	6	7	8	4	1	4
4	Salário-maternidade (indenização substitutiva)						
5	Dano moral (acusação de furto, assédio sexual, assédio moral e agressão física)	5	9	15	25	8	10
6	Férias (30 dias, proporcional, em dobro e acréscimo de 1/3)	13	19	3	11	3	12
7	Multas art. 467 e 477 CLT (mora no pagamento das verbas rescisórias)	7	10	7	7	2	9
8	Penhora – execução	1	1	0	3	1	0
9	Repouso semanal remunerado	1	2	2	1	1	1
10	13º salário	1	9	1	6	2	8
11	Salário	6	14	7	14	5	4
12	Ruptura contratual (iniciativa)	8	8	3	11	6	7
13	Feriado	1	2	2	1	1	2
14	Aviso-prévio	3	10	2	5	1	9
15	Vale-transporte	2	3	1	2	0	0
16	Hora-extra	0	1	4	2	2	8
17	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	0	6	0	7	2	2
18	Recolhimentos previdenciários	3	5	2	4	1	3
19	Parcelas rescisórias	8	9	2	14	2	6
20	Dano material	0	4	2	5	1	3
21	Estabilidade acidente de trabalho	1	0	2	2	0	0
22	Seguro-desemprego (guia para solicitação ao MTE ou indenização)	0	1	1	1	1	0
23	Adicional noturno	0	0	0	0	1	1
24	Intervalo intrajornada	0	0	1	1	1	2
25	Reintegração	0	0	0	1	2	1
26	Descaracterização de contrato de experiência	1	0	1	1	1	0
27	Adicional de insalubridade	0	0	1	0	0	1

Tabela 19-B: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados nos anos de 2006 a 2017 (II/II)

Parte B (2012 a 2017)		2012	2013	2014	2015	2016	2017
28	Cesta básica	1	1	0	0	0	0
29	Gratificações natalinas	0	3	0	0	0	1
30	Outras ²	1	7	5	7	4	1
TOTAL		123	195	130	197	105	131
<i>Contribuições previdenciárias (recurso interposto pelo INSS/União)</i>		<i>3</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
Total'		126	195	132	199	105	131

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Nota 2: *Outras*: Inclui: Reclamação não identificada; requisição de responsabilidade solidária de membro da família empregadora; indenização por dano estético; indenização substitutiva de auxílio-doença; adicional de dupla função; indenização do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS); juro; ajuizamento da ação em município de residência (quando o local da prestação laboral ocorreu em município diverso); dano moral coletivo (interposto pelo Ministério Público do Trabalho); pedido de indenização pelo empregador, assim como demais reclamações das partes reclamadas: Justiça gratuita, isenção de depósitos recursais e de honorários periciais, arguição de prescrição, acusação de litigância de má-fé etc.: classificadas como *Outras*, devido ínfima frequência diante do total de reclamações apresentadas pelas reclamantes.

Acórdãos em que houve discussão da natureza do vínculo de trabalho (se integralmente regido pela CLT ou se vínculo doméstico) e demais verbas pertinentes abrangeram 11,63% do total das reclamações verificadas no período (**tabela 18**). Esses acórdãos põem em evidência a tentativa de empregadores de fraudar a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, ao sonegar encargos previstos, e provocar o rebaixamento dos direitos a serem usufruídos ao pretender enquadrar a relação de trabalho, seja urbana ou rural, como doméstica. Após terem sido encaminhadas ao TST 26 reclamações em 2008 e 23, em 2012, o questionamento da natureza do vínculo de emprego constou em 18 reclamações em 2016, o que indica que o movimento no sentido da aproximação, em termos da maior equiparação jurídica entre as trabalhadoras domésticas e as demais categorias profissionais regidas pela CLT, retira “vantagens” perversas decorrentes da possibilidade do enquadramento em classificações profissionais rebaixadas do ponto de vista do acesso a direitos previstos em lei. Essa constatação permite concluir que discriminar uma categoria profissional e conferir status desigual em termos de direitos é prejudicial ao mercado de trabalho e à classe trabalhadora em geral, favorecendo a tentativa de burla. Conforme demonstra adiante a **tabela 21**, em 48,11% dessas ações judiciais, no período completo analisado, a decisão do TST foi favorável à demanda trabalhista, reconhecendo a natureza do vínculo como integralmente regido pela CLT.

Ilustra essa discussão o acórdão de número TST-RR-426/2005-056-01-40.0, julgado em 2008, quando o TST manteve a decisão do Tribunal da 1ª Região (sediado na cidade do Rio de Janeiro), reconhecendo o regime regulado pela CLT da relação de trabalho apreciada. Mesmo tendo sido celebrado contrato de trabalho sob a égide da CLT e a empresa, do ramo administrativo, pagado os salários ao longo de todo o período em que este vigorou, a reclamada alegou *contrato realidade*, argumentando que a reclamante prestava serviços na função de copeira na residência do diretor da empresa, para a qual seu trabalho foi deslocado a partir de determinado momento e de forma unilateral. Na decisão do acórdão: *Esta Corte Superior tem primado pela proteção ao trabalhador, por ser este o mais frágil na relação de trabalho, levando em conta o direito do empregado à condição mais benéfica* (PROCESSO Nº TST-RR-426/2005-056-01-40.0). A ação também julgou o pagamento de horas extras e a justa causa, com alegação pela reclamada de abandono do emprego, integralmente decidida em favor da trabalhadora doméstica.

Em 2011 o TST julgou uma ação²⁰⁸ em que também foi discutida a controvérsia atinente à natureza da relação de trabalho, envolvendo uma renomada empresa do ramo financeiro – pertencente à *holding* de uma companhia de controle familiar criada no interior de São Paulo, a partir de uma fábrica de tecidos, abrangendo pouco depois a produção de cimento, com um século de história no país. Trabalhando no âmbito de uma suposta empresa terceirizada – coordenada conjuntamente por um correspondente bancário do qual recebia ordens, no estado do Espírito Santo –, a reclamante ajuizou a ação contra a primeira e a segunda reclamadas, esta a tomadora dos serviços em favor da qual efetivamente trabalhava, apresentando declarações de uma testemunha. Transcorrido um longo período do exercício laboral, a trabalhadora teve sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) anotada como “babá”, embora desempenhasse a função de secretária. Além disso, aos 17 anos de idade e em avançado estado de gravidez, a reclamante foi despedida. Ao dirigir-se ao Instituto Social de Seguridade Social (INSS) para obter o benefício do salário-maternidade, foi informada de que não estava apta ao recebimento do benefício, pois não havia sido realizada qualquer contribuição em seu nome, e foi orientada a procurar a polícia.

À Justiça do Trabalho, a autora requereu o reconhecimento do vínculo de emprego com a retificação da CTPS e o pagamento das verbas pertinentes. O juízo de origem, apoiando-se no depoimento pessoal da reclamante, quanto à função e ao salário – assertivas aliás não impugnadas pelas rés – acolheu a reclamação, afirmando que as anotações procedidas na CTPS tiveram por objetivo, tão somente, *maskarar a realidade fática revelada* nos autos. O procedimento consistia, conforme a sentença, em violação à legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, resvalando inclusive na esfera penal, pelo crime de corrupção de menores. A primeira instância, enfim, condenou a segunda reclamada à responsabilidade solidária pelo pagamento de todas as verbas deferidas, observando que os representantes da primeira e da segunda reclamadas foram os responsáveis pela admissão, dispensa e pagamento dos salários da trabalhadora. À sentença, a Corte regional acrescentou o pagamento de indenização por danos morais, uma vez constatada a fraude que desencadeou os *infortúnios vividos pela reclamante* (PROCESSO Nº TST-AIRR-36040-50.2007.5.17.0191), caracterizando o nexo causal, e cuja decisão foi mantida pelo TST.

O mesmo desfecho não acompanhou o caso do trabalhador em julgamento realizado pelo TST em 2012, que manteve a decisão, proferida desde a sentença, de enquadramento do reclamante enquanto empregado doméstico²⁰⁹. O autor, declarando vínculo

²⁰⁸ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-36040-50.2007.5.17.0191, julgado em 2011.

²⁰⁹ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-384-38.2010.5.03.0087, julgado em 2012.

de 1997 a 2010, trabalhava no sítio do reclamado, localizado no estado de Minas Gerais, desempenhando atividades como a manutenção de cercas de arame farpado, alimentação de gado, ordenha e tratamento de porcos e galinhas. O demandado, em depoimento, pretendendo o afastamento do vínculo de emprego, admitiu que *às vezes pagava para o reclamante uma ajuda de custo pelos serviços prestados*, embora não soubesse precisar o valor. Sustentando-se em prova testemunhal patronal, a sentença registrou que se tratava de trabalho prestado por típico caseiro e que o fato de o réu possuir e, *eventualmente*, vender algumas cabeças de gado não era o suficiente para caracterizar a atividade econômica agropecuária, *haja vista a ausência de regularidade e de um propósito efetivamente empresarial* (PROCESSO Nº TST-AIRR-384-38.2010.5.03.008), entendimento que impossibilitava o reconhecimento da condição de empregado rural.

Houve uma reclamação que incorporou, no polo passivo da demanda, o Banco Central do Brasil (BCB)²¹⁰. O autor da ação, que afirmou trabalhar portando uma arma como segurança pessoal do primeiro reclamado – um célebre ex-Ministro da Fazenda e candidato à presidência da República em 2018, que já presidiu o BCB –, prestava serviços na sede do segundo reclamado e almejava o enquadramento na função de vigilante. O primeiro reclamado, contudo, declarou que o trabalhador era um *assessor para o atendimento de suas necessidades e de seus familiares* e o segundo reclamado impugnou a pretensão de responsabilidade subsidiária, *ante a inexistência do eleito labor em seu proveito, e, muito menos como de treinamento ou comando de seus servidores*. Na sentença, mantida pelas instâncias superiores, em acórdão julgado pelo TST em 2013, o juiz concluiu pela improcedência dos pedidos formulados e a decisão regional observou que *o mero porte de arma não afasta a sua condição de empregado doméstico* (PROCESSO Nº TST-AIRR-1274-13.2010.5.10.0012).

A queixa judicial pelo reconhecimento do vínculo de emprego, como é possível observar na **tabela 20** e no **gráfico 3** a seguir, foi a principal reclamação apresentada pelas domésticas no período, abarcando 27,52% do total de reclamações que constam nos 962 acórdãos analisados (foram 445 solicitações de reconhecimento do vínculo dentre as 1.617 reclamações que compõem o total nos 12 anos, conforme mostra a **tabela 18**). Portanto, mais de uma em cada 4 reclamações nos acórdãos do TST localizados referem-se à demanda pela devida anotação na carteira de trabalho, o que possibilitaria que a trabalhadora doméstica tivesse acesso – ainda que tardio e compensatório – aos direitos sociais trabalhistas e

²¹⁰ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-1274-13.2010.5.10.0012, julgado em 2013.

previdenciários subtraídos por seus empregadores que se esquivaram de suas atribuições na relação de trabalho. Menos da metade dessas ações pelo reconhecimento do vínculo, entretanto, foram julgadas no TST favoravelmente à trabalhadora doméstica: em apenas 40,27% dos casos (conforme expresso na **tabela 21**, na sequência) a justiça formalizou a relação de trabalho.

Na apreciação dessas causas, os juízes relatores dos acórdãos consideraram aspectos como a duração da relação de trabalho, o número de dias trabalhados na semana (princípio jurídico da continuidade), obediência a ordens e horários (princípio jurídico da subordinação), se a trabalhadora havia se feito substituir ocasionalmente (princípio jurídico da pessoalidade) e se o pagamento era ordinariamente feito ao final da jornada diária ou ao término do mês. Normativamente, a decisão era alicerçada na interpretação dos magistrados acerca do artigo 1º da Lei nº 5.859/1972, que define o “empregado doméstico”, *assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família no âmbito residencial destas*.

Tabela 20: Principais temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados no período de 2006 a 2017

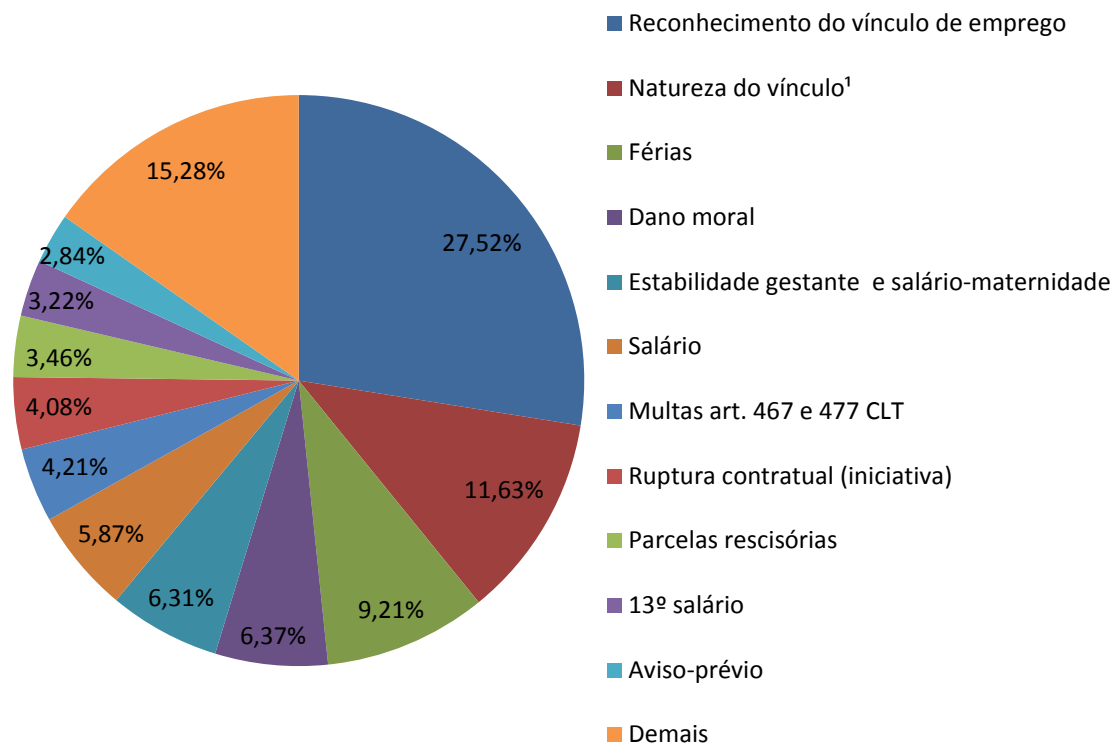
	Reclamação trabalhista doméstica	%
1º	Reconhecimento do vínculo de emprego (e período do registro na CTPS)	27,52%
2º	Natureza do vínculo (e demais verbas trabalhistas pertinentes) ¹	11,63%
3º	Férias (30 dias, proporcional, em dobro e acréscimo de 1/3)	9,21%
4º	Dano moral (acusação de furto, assédio sexual, assédio moral e agressão física)	6,37%
5º	Estabilidade gestante e salário-maternidade (indenização substitutiva)	6,31%
6º	Salário	5,88%
7º	Multas art. 467 e 477 CLT (mora no pagamento das verbas rescisórias)	4,21%
8º	Ruptura contratual (iniciativa)	4,08%
9º	Parcelas rescisórias	3,46%
10º	13º salário	3,22%
11º	Aviso-prévio	2,84%
12º	Demais	15,28%
	TOTAL	100,00%

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Gráfico 3: Principais temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, julgados no período de 2006 a 2017



Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Em ação julgada em 2008 pelo reconhecimento do vínculo de emprego, a trabalhadora doméstica, que exercia seu trabalho por 3 dias na semana, recorreu ao TST da decisão desfavorável proferida em segundo grau, no entanto mantida pela ministra-relatora, justificando que o acórdão regional estava em conformidade à jurisprudência do TST. Registrou a Corte Regional:

A reclamante alegou na inicial que foi admitida na residência dos reclamados na função de doméstica.

Na contestação, os Reclamados alegaram que a Reclamante era diarista, trabalhando três vezes por semana.

Em depoimento a reclamante declarou que trabalhava três dias por semana (fl. 23).

As três testemunhas conduzidas a juízo declararam que a reclamante trabalhava como diarista (fls. 23-4).

Diversamente do que ocorre no vínculo de emprego urbano, que tem como um dos requisitos a habitualidade, a caracterização como doméstico exige continuidade. (...) Assim, entendo que o labor por três dias na semana não configura continuidade necessária à caracterização do trabalho doméstico. (...)

De se ressaltar, ainda, que o fato de o pagamento das diárias ter sido realizado mensalmente, por si só, não caracteriza a relação de emprego. O que importa é a

forma como se deu a contratação, na condição de diarista, sendo que o pagamento englobado dos dias trabalhados não transmuda o ajuste realizado inicialmente. Nego provimento. (PROCESSO Nº TST-RR-2.111/2006-006-18-00.4)

Da leitura do acórdão depreende-se que, ainda que o trabalho tenha sido desempenhado por três dias na semana – o que pela legislação estabelecida em 2015 configuraria vínculo – e que o pagamento tenha sido realizado mensalmente, sobressaiu a interpretação segundo a qual o que deveria prevalecer é *a forma como se deu a contratação, na condição de diarista* (PROCESSO Nº TST-RR-2.111/2006-006-18-00.4). Quanto a elementos comprobatórios da forma contratual, o acórdão mencionou exclusivamente a declaração em juízo de três testemunhas. Fundamentando o seu parecer, a ministra-relatora da Corte Superior, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, citou o seguinte precedente, em acórdão de 2004 e cujo ministro, Ives Gandra Martins Filho, assim relatou:

DIARISTA QUE PRESTA SERVIÇOS EM RESIDÊNCIA APENAS EM TRÊS DIAS DA SEMANA - INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. O reconhecimento do vínculo empregatício do doméstico está condicionado à continuidade na prestação dos serviços, não se prestando ao reconhecimento do liame a realização de trabalho durante alguns dias da semana (in casu três), **considerando-se que, para o doméstico com vínculo de emprego permanente, a sua jornada de trabalho, geral e normalmente, é executada de segunda-feira a sábado, ou seja, seis dias na semana, até porque foi assegurado ao doméstico o descanso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos** (CF, art. 7º, XV, parágrafo único). No caso, é incontroverso que a Reclamante somente trabalhava três vezes por semana para a Reclamada, não havendo como reconhecer-lhe o vínculo empregatício com a ora Recorrida, pois, nessa hipótese, estamos diante de serviço prestado na modalidade de empregado diarista. O caráter de eventualidade do qual se reveste o trabalho do diarista decorre da inexistência de garantia de continuidade da relação. O diarista presta serviço e recebe no mesmo dia a remuneração do seu labor, geralmente superior àquilo que faria jus se laborasse continuamente para o mesmo empregador, pois nele restam englobados e pagos diretamente ao trabalhador os encargos sociais que seriam recolhidos a terceiros. **Se não quiser mais prestar serviços para este ou aquele tomador dos seus serviços não precisará avisá-lo com antecedência ou submeter-se a nenhuma formalidade, já que é de sua conveniência, pela flexibilidade de que goza, não manter um vínculo estável e permanente com um único empregador, pois tem variadas fontes de renda, provenientes dos vários postos de serviços que mantém.** Recurso de revista conhecido e desprovido. (RR-776.500/2001, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJ-2/4/2004). (PROCESSO Nº TST-RR-2.111/2006-006-18-00.4. **Grifos meus.**)

Bastante interessante a linha argumentativa do acórdão que orientou a decisão do caso analisado. De acordo com o ponto de vista adotado pelo ministro-relator do precedente acima, para que seja considerado trabalhador doméstico com *vínculo de emprego permanente*, a jornada de trabalho *geral e normalmente*, deve ser desempenhada ao longo de seis dias na semana, de segunda-feira a sábado, *até porque foi assegurado ao doméstico o*

descanso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos (PROCESSO Nº TST-RR-776.500/2001). Trata-se, é possível apontar, de uma interpretação extremamente restritiva para a configuração do vínculo de emprego, algo que foi descartado na elaboração da legislação atual.

Além disso, a liberalidade contratual que a trabalhadora doméstica autônoma usufruiria – ponderando a escolha do *tomador* dos seus serviços, as *variadas fontes de renda, provenientes dos vários postos de serviços que mantém* e a opção de *não manter vínculo estável e permanente com um único empregador* –, à qual o precedente faz referência no trecho final destacado, é, no mínimo, algo controverso. Pode-se ressaltar que pouco condiz com a realidade quando confrontada ao que de fato é vivenciado pelas trabalhadoras. *Rosângela*, a trabalhadora doméstica diarista entrevistada, dispensada quando a nova lei foi regulamentada, afirmou que suas patroas, uma das quais a mesma para quem trabalhava anteriormente como mensalista, definem o dia em que ela deve comparecer ao trabalho, determinam seu horário de chegada e de saída, ou seja, exigem a permanência dela independentemente de que já tenha finalizado o serviço combinado, e nem sempre a remuneram ao final da jornada.

Quando ela tinha viagem, as passagens dela, eu que ia buscar. Remédio na farmácia, eu que ia comprar. Eu que ia resolver, os papeis, mandava *pra* manipulação. Fazia mais do quê..., pintava o cabelo dela, fazia a unha, o pé. Era, *fia*, eu fazia de tudo! Tudo! Só quebrei a cara e fiquei muito triste com isso. Mas, mesmo assim, quando ela precisa de mim, eu ainda vou. Fazer o quê, *né*, a gente precisa. Mas também não pode abusar! [Quanto a ser diarista] A gente não trabalha porque quer, é porque precisa! (...) Eu gosto de fazer bem feito e gosto de receber pelo meu trabalho. E eu acho injusto quando é diarista e a patroa quer que você faça de tudo sendo que você é diarista! Quando faz tudo assim, é empregada doméstica! Que a gente só está ali *pra* limpar e pronto, ir embora. Tem gente que gosta que a gente faça 8 horas, não tem nada a ver! Diarista, já se fala, terminou o serviço, vai embora! (*Rosângela*, entrevistada em 07/01/2017.)

Tabela 21: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados no período de 2006 a 2017

Reclamação trabalhista doméstica	Favorável	Desfavorável	Total	Favorável	Desfavorável	Total
	Nº	Nº	Nº	%	%	%
Reconhecimento do vínculo de emprego	178	264	442	40,27%	59,73%	100,00%
Natureza do vínculo ¹	89	96	185	48,11%	51,89%	100,00%
Estabilidade da gestante e salário-maternidade	57	43	100	57,00%	43,00%	100,00%
Dano moral	38	64	102	37,25%	62,75%	100,00%
Férias	105	44	149	70,47%	29,53%	100,00%
Multas art. 467 e 477 CLT	13	55	68	19,12%	80,88%	100,00%
Penhora - execução	9	2	11	81,82%	18,18%	100,00%
Repouso semanal remunerado	9	12	21	42,86%	57,14%	100,00%
13º salário	31	21	52	59,62%	40,38%	100,00%
Salário	50	44	94	53,19%	46,81%	100,00%
Ruptura contratual (iniciativa)	42	23	65	64,62%	35,38%	100,00%
Feriado	7	7	14	50,00%	50,00%	100,00%
Aviso-prévio	26	19	45	57,78%	42,22%	100,00%
Vale-transporte	7	7	14	50,00%	50,00%	100,00%
Hora-extra	7	14	21	33,33%	66,67%	100,00%
FGTS	9	14	23	39,13%	60,87%	100,00%
Recolhimentos previdenciários	14	25	39	35,90%	64,10%	100,00%
Parcelas rescisórias	29	25	54	53,70%	46,30%	100,00%
Dano material	8	11	19	42,11%	57,89%	100,00%
Estabilidade acidente de trabalho	0	8	8	0,00%	100,00%	100,00%
Seguro-desemprego	1	4	5	20,00%	80,00%	100,00%
Adicional noturno	0	3	3	0,00%	100,00%	100,00%
Intervalo intrajornada	1	4	5	20,00%	80,00%	100,00%
Reintegração	0	5	5	0,00%	100,00%	100,00%
Descaracterização de contrato de experiência	3	1	4	75,00%	25,00%	100,00%
Adicional de insalubridade	0	3	3	0,00%	100,00%	100,00%
Cesta básica	1	2	3	33,33%	66,67%	100,00%
Gratificações Natalinas	0	5	5	0,00%	100,00%	100,00%
Outras ²	26	14	40	65,00%	35,00%	100,00%
TOTAL	760	839	1.599	47,53%	52,47%	100,00%

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Nota 2: *Outras*: Inclui: Reclamação não identificada; requisição de responsabilidade solidária de membro da família empregadora; indenização por dano estético; indenização substitutiva de auxílio-doença; adicional de dupla função; indenização do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS); juros; ajuizamento da ação em município de residência (quando o local da prestação laboral ocorreu em município diverso); dano moral coletivo (interposto pelo Ministério Público do Trabalho); pedido de indenização pelo empregador, assim como demais reclamações das partes reclamadas: Justiça gratuita, isenção de depósitos recursais e de honorários periciais, arguição de prescrição, acusação de litigância de má-fé etc.: classificadas como *Outras*, devido ínfima frequência diante do total de reclamações apresentadas pelas reclamantes.

Tabela 22-A: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados nos anos de 2006 a 2017 (II/II)

Parte A (2006 a 2008)	2006						2007						2008					
	Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Descaracterização de contrato de experiência	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Adicional de insalubridade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Cesta básica	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gratificações Natalinas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	14,29	6	85,71	7	6,25	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	36	57,14	27	42,86	63	100,00	51	45,54	60	53,57	112	100,00	79	51,30	75	48,70	154	100,00

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Nota 2: **2007**: Em uma das reclamações, referente à controvérsia quanto à natureza do vínculo (PROC. Nº TST-AIRR-1.327/2006-031-23-40.0), não houve decisão, com determinação de retorno à Vara de Origem para a oitiva de testemunha - trabalhadora alegou vínculo rural e não doméstico. Total sem decisão em 2007: 1 (0,89% do total de reclamações no ano).

Tabela 22-B: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados nos anos de 2006 a 2017 (I/II)

Parte B (2009 a 2011)	2009						2010						2011					
	Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Reconhecimento do vínculo de emprego	19	47,50	21	52,50	40	25,48	21	56,76	16	43,24	37	27,61	14	33,33	28	66,67	42	36,21
Natureza do vínculo ¹	12	57,14	9	42,86	21	13,38	5	35,71	9	64,29	14	10,45	9	81,82	2	18,18	11	9,48
Estab. gestante e salário-maternidade	7	33,33	6	55,56	15	9,55	3	50,00	2	50,00	5	3,73	3	100,00	0	0,00	3	2,59
Dano moral	3	75,00	1	25,00	4	2,55	2	28,57	5	71,43	7	5,22	4	36,36	7	63,64	11	9,48
Férias	18	78,26	5	21,74	23	14,65	13	68,42	6	31,58	19	14,18	5	71,43	2	28,57	7	6,03
Multas art. 467 e 477 CLT	2	50,00	2	50,00	4	2,55	1	16,67	5	83,33	6	4,48	0	0,00	3	100,00	3	2,59
Penhora - execução	2	100,00	0	0,00	2	1,27	0	0,00	1	100,00	1	0,75	1	100,00	0	0,00	1	0,86
Repouso semanal remunerado	0	0,00	1	100,00	1	0,64	1	33,33	2	66,67	3	2,24	1	100,00	0	0,00	1	0,86
13º salário	2	50,00	2	50,00	4	2,55	3	60,00	2	40,00	5	3,73	2	50,00	2	50,00	4	3,45
Salário	8	66,67	4	33,33	12	7,64	7	63,64	4	36,36	11	8,21	5	71,43	2	28,57	7	6,03
Ruptura contratual (iniciativa)	3	100,00	0	0,00	3	1,91	7	77,78	2	22,22	9	6,72	1	33,33	2	66,67	3	2,59
Feriado	0	0,00	1	100,00	1	0,64	1	100,00	0	0,00	1	0,75	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aviso-prévio	1	50,00	1	50,00	2	1,27	3	75,00	1	25,00	4	2,99	2	66,67	1	33,33	3	2,59
Vale-transporte	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	2	1,49	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Hora-extra	1	100,00	0	0,00	1	0,64	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	50,00	1	50,00	2	1,72
FGTS	0	0,00	2	100,00	2	1,27	0	0,00	1	100,00	1	0,75	1	100,00	0	0,00	1	0,86
Recolhimentos previdenciários	4	57,14	3	42,86	7	4,46	0	0,00	2	100,00	2	1,49	4	57,14	3	42,86	7	6,03
Parcelas rescisórias	4	80,00	1	20,00	5	3,18	1	50,00	1	50,00	2	1,49	1	50,00	1	50,00	2	1,72
Dano material	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,75	1	50,00	1	50,00	2	1,72
Estabilidade acidente de trabalho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,75	0	0,00	1	100,00	1	0,86
Seguro-desemprego	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,75	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Adicional noturno	0	0,00	1	100,00	1	0,64	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Intervalo intrajornada	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reintegração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,86

Tabela 22-B: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados nos anos de 2006 a 2017 (II/II)

Parte B (2009 a 2011)	2009						2010						2011					
	Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Descaracterização de contrato de experiência	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Adicional de insalubridade	0	0,00	1	100,00	1	0,64	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Cesta básica	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	0,86
Gratificações Natalinas	0	0,00	1	100,00	1	0,64	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras	6	66,67	1	33,33	7	4,46	2	100,00	0	0,00	2	1,49	2	66,67	1	33,33	3	2,59
TOTAL	92	58,60	63	40,13	157	100,00	72	53,73	62	46,27	134	100,00	58	50,00	58	50,00	116	100,00

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Nota 2: **2009**: Não houve decisão na íntegra (PROC. Nº TST-RR-1.192/2002-065-02-00.6): TST manteve vínculo e deferiu verbas salariais solicitadas, mas determinou retorno ao Regional para a apreciação do período do vínculo e definição quanto à estabilidade da gestante e à licença-maternidade. Total sem decisão em 2009: 2 (1,27% do total de reclamações no ano).

Tabela 22-C: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados nos anos de 2006 a 2017 (II/II)

Parte C (2012 a 2014)	2012						2013						2014					
	Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Descaracterização de contrato de experiência	0	0,00	1	100,00	1	0,81	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	0,77
Adicional de insalubridade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,77
Cesta básica	0	0,00	1	100,00	1	0,81	0	0,00	1	100,00	1	0,51	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gratificações Natalinas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	100,00	3	1,54	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras	1	100,00	0	0,00	1	0,81	2	18,18	3	63,64	7	3,59	4	80,00	1	20,00	5	3,85
TOTAL	63	51,22	59	47,97	123	100,00	72	36,92	119	61,03	195	100,00	46	35,38	84	64,62	130	100,00

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Nota 2: **2012:** Em um dos acórdãos não houve decisão. TST determinou retorno à Vara de Origem para novo julgamento, "com observância da confissão ficta da reclamada", por revelia (PROCESSO Nº TST-RR-954200-98.2009.5.09.0014). Uma reclamação não identificada (PROCESSO Nº TST-AIRR-266700-37.2009.5.02.0079), porém, a decisão foi presumida favorável à trabalhadora pois o recurso, denegado, foi interposto pela reclamada. Total sem decisão em 2012: 1 (0,81% do total de reclamações no ano).

Nota 3: **2013:** Não houve decisão em um pedido de reconhecimento de vínculo (PROCESSO Nº TST-RR-25-93.2010.5.15.0042), tendo o TST determinado o retorno à Vara de Origem, assim como em questionamento da natureza (PROCESSO Nº TST-RR-602-23.2010.5.09.0015), ocasião em que o TST determinou o retorno dos autos ao Regional; além de duas reclamações e decisões não identificadas (PROCESSO Nº TST-AIRR-2310-84.2012.5.18.0081 e PROCESSO Nº TST-RR-38700-25.2009.5.06.0103). Total sem decisão em 2013: 4 (2,05% do total de reclamações no ano).

Tabela 22-D: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados nos anos de 2006 a 2017 (I/II)

Parte D (2015 a 2017)	2015						2016						2017					
	Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Reconhecimento do vínculo de emprego	20	44,44	25	55,56	45	22,84	15	39,47	23	60,53	38	36,19	14	48,28	15	51,72	31	23,66
Natureza do vínculo ¹	7	41,18	10	58,82	17	8,63	10	55,56	8	44,44	18	17,14	2	40,00	3	60,00	5	3,82
Estab. gestante e salário-maternidade	2	50,00	2	50,00	4	2,03	1	100,00	0	0,00	1	0,95	1	25,00	3	75,00	4	3,05
Dano moral	9	36,00	15	60,00	25	12,69	2	25,00	6	75,00	8	7,62	3	30,00	7	70,00	10	7,63
Férias	8	72,73	3	27,27	11	5,58	2	66,67	1	33,33	3	2,86	9	75,00	3	25,00	12	9,16
Multas art. 467 e 477 CLT	0	0,00	7	100,00	7	3,55	0	0,00	2	100,00	2	1,90	2	22,22	7	77,78	9	6,87
Penhora - execução	2	66,67	1	33,33	3	1,52	1	100,00	0	0,00	1	0,95	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Repouso semanal remunerado	0	0,00	1	100,00	1	0,51	0	0,00	1	100,00	1	0,95	0	0,00	1	100,00	1	0,76
13º salário	4	66,67	2	33,33	6	3,05	2	100,00	0	0,00	2	1,90	5	62,50	3	37,50	8	6,11
Salário	6	46,15	7	53,85	14	7,11	3	60,00	2	40,00	5	4,76	2	50,00	2	50,00	4	3,05
Ruptura contratual (iniciativa)	6	54,55	5	45,45	11	5,58	3	50,00	2	33,33	6	5,71	4	57,14	3	42,86	7	5,34
Feriado	1	100,00	0	0,00	1	0,51	1	100,00	0	0,00	1	0,95	1	50,00	1	50,00	2	1,53
Aviso-prévio	4	80,00	1	20,00	5	2,54	1	100,00	0	0,00	1	0,95	3	37,50	5	62,50	9	6,87
Vale-transporte	1	50,00	1	50,00	2	1,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Hora-extra	0	0,00	2	100,00	2	1,02	1	50,00	1	50,00	2	1,90	3	37,50	5	62,50	8	6,11
FGTS	1	14,29	6	85,71	7	3,55	2	100,00	0	0,00	2	1,90	1	50,00	1	50,00	2	1,53
Recolhimentos previdenciários	0	0,00	4	100,00	4	2,03	0	0,00	1	100,00	1	0,95	0	0,00	3	100,00	3	2,29
Parcelas rescisórias	6	46,15	7	53,85	14	7,11	1	50,00	0	0,00	2	1,90	2	33,33	4	66,67	6	4,58
Dano material	3	60,00	2	40,00	5	2,54	1	100,00	0	0,00	1	0,95	1	33,33	2	66,67	3	2,29
Estabilidade acidente de trabalho	0	0,00	2	100,00	2	1,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Seguro-desemprego	0	0,00	1	100,00	1	0,51	1	100,00	0	0,00	1	0,95	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Adicional noturno	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,95	0	0,00	1	100,00	1	0,76
Intervalo intrajornada	0	0,00	1	100,00	1	0,51	1	100,00	0	0,00	1	0,95	0	0,00	2	100,00	2	1,53
Reintegração	0	0,00	1	100,00	1	0,51	0	0,00	2	100,00	2	1,90	0	0,00	1	100,00	1	0,76

Tabela 22-D: Temas das reclamações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST, cujas decisões foram classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados nos anos de 2006 a 2017 (II/II)

Parte D (2015 a 2017)	2015						2016						2017					
	Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total		Favorável		Desfavorável		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Descaracterização de contrato de experiência	1	100,00	0	0,00	1	0,51	1	100,00	0	0,00	1	0,95	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Adicional de insalubridade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,76
Cesta básica	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gratificações Natalinas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,76
Outras	3	60,00	2	40,00	7	3,55	4	100,00	0	0,00	4	3,81	1	100,00	0	0,00	1	0,76
TOTAL	84	42,64	108	54,82	197	100,00	53	50,48	50	47,62	105	100,00	54	41,22	74	56,49	131	100,00

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: Questionamento sobre a natureza do vínculo: doméstico ou integralmente regido pela CLT.

Nota 2: **2015**: TST reconheceu o vínculo de emprego e determinou o retorno à Vara de Origem para prosseguimento do exame dos demais pedidos – remuneração, verbas rescisórias e danos morais (PROCESSO Nº TST-RR-2487-29.2010.5.02.0060). Dois acórdãos não possibilitaram identificar as reclamações (PROCESSO Nº TST-RR-1293-33.2010.5.01.0056 e PROCESSO Nº TST-AIRR-589-55.2013.5.05.0039). Total sem decisão em 2015: 5 (2,54% do total de reclamações no ano).

Nota 3: **2016**: Em um dos acórdãos (TST-RR-199-75.2013.5.01.0531), que reconheceu o vínculo de emprego, não houve, contudo, decisão integral, pois o TST determinou o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem, para o julgamento das 2 demais pretensões, quanto à iniciativa da ruptura contratual e às parcelas rescisórias. Total sem decisão em 2016: 2 (1,90% do total).

Nota 4: **2017**: Em uma reclamação referente ao vínculo de emprego (PROCESSO Nº TST-RR-482-17.2012.5.01.0343) não houve decisão quanto mérito e o TST determinou o retorno à Vara de Origem para oitiva da testemunha da trabalhadora. Em outro acórdão (PROCESSO Nº TST-RR-10038-84.2013.5.14.0007), o TST afastou a prescrição biennial e determinou o retorno ao TRT de origem para apreciação do RO da reclamada, quanto aos temas vínculo de emprego e aviso-prévio. Total sem decisão em 2017: 3 (2,29% do total).

Ainda no que se refere à discussão judicial quanto ao reconhecimento do vínculo na relação de trabalho doméstico, outra situação vale ser mencionada, tendo se desenrolado no TST, em julgamento de 2008. O caso passou-se no Ceará, onde reclamante e reclamada divergiram nos tribunais quanto à natureza dos laços que as uniam, iniciados quando a reclamante tinha tão somente 11 anos de idade: se profissionais ou familiares. Em sua defesa, a parte reclamada afirmava que a interlocutora *era uma empregada doméstica, que pelo decurso do tempo tornou-se agregada à família, com a deferência de participar dos eventos*, o que seria comprovado por meio de fotos de reuniões familiares. A única testemunha ouvida, levada à Corte pela reclamante, reforçou que a trabalhadora, grávida quando do rompimento da relação entre as partes litigantes, havia sido *forçada a deixar o emprego, porque a reclamada exigia que fizesse um aborto, ou desse a criança para alguém criar*. Esse caso foi apreciado no TST por meio de dois recursos²¹¹, em que a trabalhadora e a ex-patroa, acompanhada nos autos pelo irmão com quem residia, recorreram da decisão de segunda instância, quando foi reconhecido o vínculo de emprego mas atribuída à trabalhadora a iniciativa de encerrar a relação. Na decisão Regional:

Apesar da reclamante não ter apresentado a prova oral no que tange aos requisitos do artigo 3º da CLT, vejo pelo documento de fls. 21, passado em 20 de setembro/2002, o pagamento de saldo salarial, férias, diferença salarial e de 13ºs salários, que são próprios de uma relação de vínculo empregatício. Assim, há de manter-se o entendimento de que a reclamante era uma empregada doméstica, que pelo decurso do tempo, tornou-se agregada à família, com a deferência de participar dos eventos como mostram as fotos trazidas à colação.

Não ficou provado pela reclamante de que tenha sido demitida. A única testemunha apresentada trouxe a história de que a reclamante foi forçada a deixar o emprego, porque a reclamada exigia que fizesse um aborto, ou desse a criança para alguém criar.

Não posso tomar tais afirmações como prova de convencimento: a) porque a testemunha soube disso por intermédio do companheiro da reclamante; b) sabe-se que aborto seria crime previsto em lei penal, nele envolvido o mandante. Tais fatos não foram robustamente provados para concluir-se de que houve coação para a reclamante deixar o emprego. Assim, a ilação que se tira dos autos é a de que a reclamante, empregada doméstica, solteira, engravidou do companheiro e deixou o emprego. (fls. 84/87). (PROCESSO Nº TST-AIRR-709/2004-012-07-40.3)

Na decisão de segundo grau, dessa maneira, ao deparar-se com o que seria a denúncia de um crime – tipificado em lei penal²¹² – cogitado e com a tentativa de sua imposição, e seu mandante, o ministro-relator optou por desconsiderá-la enquanto prova de

²¹¹ Documentados nos acórdãos: PROCESSO Nº TST-AIRR-709/2004-012-07-40.3, Agravo de Instrumento da Reclamada, e PROCESSO Nº TST-RR-709/2004-012-07-00.9, Recurso de Revista interposto pela Reclamante.

²¹² Avalio que seja oportuno esclarecer o meu posicionamento pessoal a respeito do aborto, sobre o que defendo o direito pleno e soberano das mulheres sobre seus corpos e, em consequência, a que tenham respeitados, pelo Estado e pela sociedade, seu desejo e sua escolha.

que teria havido coação no sentido de que a trabalhadora, caso não se submetesse à imposição, arcaria com o encerramento, pelos empregadores, da prestação de seus serviços e teria de abandonar o local de trabalho onde também residia. Adiante, no recurso ao tribunal superior, foi acrescentado o argumento segundo o qual a reclamante reconhecia os reclamados como seus pais adotivos, o que, pela defesa dos réus, salientavam, afastava os requisitos *ensejadores da relação de empregado*, restando comprovado que a reclamante faria parte das relações familiares, *integrada à intimidade da família*. A causa, a despeito dos argumentos (controversos) e da estratégia dos empregadores, foi ganha pela trabalhadora doméstica. Assim fundamentou o ministro-relator no acórdão do TST:

Registre-se, apenas como ilustração, já que se trata de tema não prequestionado [no recurso apresentado ao tribunal regional], ser repudiável a pretensão dos reclamados em buscar benefício de sua própria torpeza, arguindo o fato de terem contratado criança como empregada doméstica, em sua defesa, com o fim de afastar o reconhecimento de vínculo de emprego. (PROCESSO Nº TST-AIRR-709/2004-012-07-40.3)

Mantida a decisão regional que considerou e formalizou a existência de vínculo contratual, no TST a decisão foi além, tendo o princípio da continuidade da relação de emprego sido aplicado para evidenciar presunção favorável à trabalhadora, pelo qual se assume que, de modo geral, trabalhadores pretendam preservar seu posto de trabalho, sobretudo em se tratando de uma trabalhadora doméstica gestante, que certamente enfrentaria acentuadas dificuldades em conseguir um novo trabalho. Retomando o acórdão do TST, foi contrariada a tese da instância anterior que determinava que fosse atribuição da trabalhadora a comprovação de que teria sido despedida:

Não é possível atribuir-se à empregada o ônus de comprovação de pedido de demissão, ainda mais quando se trata de empregada doméstica, cuja relação contratual, inclusive, não constitui ambiente empresarial onde é possível a oitiva de várias testemunhas, com o fim de comprovação do fato.

Restou expressamente consignado pelo v. acórdão que a reclamante comprovou a existência de vínculo empregatício. Assim, uma vez tendo sido extinto o contrato, a presunção é a de que o empregador tenha mandado a empregada embora, porque a regra geral é a que o empregado não quer se desligar, principalmente, como no presente caso, encontrando-se grávida.

Em função do exposto, seria ônus do empregador provar o fim e o motivo do fim do contrato de trabalho. Aplicação do princípio da continuidade da relação de emprego disposto na Súmula 212 do C. TST.

Dou provimento ao recurso de revista da reclamante, para restabelecer a r. sentença. (PROCESSO Nº TST-RR-709/2004-012-07-00.9)

Em outro recurso apresentado pela parte reclamada ao TST, levada a julgamento em 2012, foi analisado o reconhecimento do vínculo de emprego, o direito às

férias e ao 13º salário, assim como a modalidade da ruptura contratual. Na reclamação²¹³, o caseiro havia sido contratado em 1996 para a zeladoria de uma propriedade de 9.600 m², localizada no nobre bairro de Tristeza, em Porto Alegre (RS). Em 2002, após a morte do empregador, o reclamante ajuizou uma ação de usucapião visando a se apropriar do imóvel, julgada, entretanto, improcedente. Os herdeiros, residentes no Rio de Janeiro, pediram então a desocupação do imóvel, tendo unilateralmente assumido por extinto o contrato de trabalho em 2002 e, uma vez que a reclamação trabalhista foi ajuizada em 2008, alegaram a prescrição total da causa, observado o prazo bienal. A desocupação do imóvel pelo autor ocorreu efetivamente em 2007, persistindo até aquela data, segundo a decisão regional, a relação contratual, pelo fato de que *a residência no imóvel da empregadora constitui a própria prestação de serviço* (PROCESSO Nº TST-AIRR-92100-82.2008.5.04.0025), do qual a ré se beneficiou, descaracterizando assim a prescrição pretendida.

A reclamada, no pleito trabalhista, argumentou que a propositura de usucapião consistiu na justificativa para a justa causa, por romper a *boa-fé* e a *confiança* necessárias à continuidade do vínculo de emprego, eliminando a subordinação entre as partes. O acórdão do TRT da 4ª Região, porém, rejeitou o argumento da defesa, apontando a constitucionalidade do direito de ação pelo empregado (art. 5º, XXXV, Constituição Federal²¹⁴). A referida decisão também afirmou que não prevalece o argumento de quebra da confiança proveniente da propositura de ação judicial, tendo em vista que o próprio ajuizamento da ação, *em virtude de uma possível lesão a direito do empregado causada pelo empregador, pode refletir uma quebra de confiança anterior a essa medida judicial, de iniciativa do próprio patrão* (PROCESSO Nº TST-AIRR-92100-82.2008.5.04.0025). Ao recurso, o TST negou provimento, mantendo a decisão integralmente favorável à reclamação trabalhista.

As reclamações concernentes ao direito às férias, em suas diversas modalidades (20 dias úteis, 30 dias corridos, acréscimo de um terço de férias, férias proporcionais e férias em dobro), consistiram na terceira principal reclamação apresentada ao TST pelas trabalhadoras domésticas brasileiras, correspondendo a 9,21% do total de temas reclamados, no período de 2006 a 2017 (**tabela 20 e gráfico 3**). As decisões da Corte Superior foram expressivamente favoráveis ao pleito, determinando o devido pagamento em 70,47% dos casos. Em um desses julgamentos, a trabalhadora requereu o pagamento em

²¹³ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-92100-82.2008.5.04.0025, julgado em 2012.

²¹⁴ A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 1988, estabelece: Art. 5º, inciso XXXV - *a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08/08/2018.

dobro de cinco períodos de férias, tendo a reclamada alegado, em defesa, que o trabalho prestado em tais períodos havia decorrido de *acordo tácito* entre as partes²¹⁵. Citando o art. 3º da Lei nº 5.859/1972 (com a redação dada pela Lei nº 11.324/2006), o Decreto nº 71.885/1973 e o art. 7º, XVII da Constituição Federal²¹⁶, o acórdão do tribunal regional salientou que a norma possui *natureza cogente protetiva da saúde e segurança laborais* (PROCESSO Nº TST-RR-666/2008-153-03-00.0), ou seja, o descanso anual está previsto como uma determinação coercitiva, mantendo a sentença que havia condenado a ré ao pagamento das férias em dobro e de indenização a título de danos morais.

A condenação por danos morais, arbitrada no valor de R\$ 2.000,00, decorreu da constatação, a partir de prova documental (registrada em CD), de que foram desferidas ofensas contra a trabalhadora quando esta manifestou a iniciativa de recorrer à Justiça do Trabalho a fim de postular o direito violado às férias²¹⁷. Na página da rede social digital *Orkut*, a filha da reclamada, dirigindo-se diretamente à trabalhadora doméstica, que foi nominada, afirmou que haviam levado uma *punhalada suas pelas costas*, por terem atendido, *de grande coração*, a um pedido: *Agora vc vem com essa de direitos, td o q vc tinha q receber de verdade já recebeu... Agora por malandragem, vc conseguiu acabar com td de bom q sentíamos por vc* (PROCESSO Nº TST-RR-666/2008-153-03-00.0). Por permanecer inconformada com a decisão, a reclamada apresentou recurso ao TST, julgado em 2009, alegando o direito à livre manifestação do pensamento, na forma dos art. 5º, IV, e 220, da Constituição Federal²¹⁸.

²¹⁵ Fonte: PROCESSO Nº TST-RR-666/2008-153-03-00.0, julgado em 2009.

²¹⁶ A Lei nº 11.324/2006 estabelece: Art. 4º - A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 3º O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família.” (NR - Nova Redação). O Decreto nº 71.885/1973 determina que: **Art. 2º.** *Excetuando o Capítulo referente a férias, não se aplicam aos empregados domésticos as demais disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.* A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 1988, estabelece: Art. 7º, XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal. Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111324.htm>; <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71885-9-marco-1973-420205-publicacaooriginal-1-pe.html>> e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07/08/2018.

²¹⁷ Assim estabeleceu a decisão regional: *O dano moral, entendido como o sofrimento físico e mental, o sentimento de dor e desânimo, angústia, indignação e de menos-valia, conquanto intangível, não-mensurável por critérios objetivos, enseja uma reparação que dê à vítima o conforto e a esperança de ver mitigado o sofrimento, a humilhação que lhe é impingida e o sentimento de descrença, consistindo em justa medida que funcionará como lenitivo da angústia e da indignação suportadas pela vítima* (PROCESSO Nº TST-RR-666/2008-153-03-00.0).

²¹⁸ A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 1988, estabelece: Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Art. 220 - A

A decisão da Corte Superior manteve a condenação integralmente, observando que a liberdade de pensamento e de expressão deve coexistir harmonicamente com os demais preceitos tutelados pelo Estado, citando a vedação ao anonimato, a inviolabilidade aos direitos da personalidade, o direito de resposta e o direito à indenização por dano material ou moral. Dessa maneira, a decisão expressa no acórdão do TST assinalou que os abusos *que porventura* venham a ocorrer no exercício da livre manifestação do pensamento podem ser submetidos à apreciação do Poder Judiciário, com responsabilização, *inclusive na esfera penal*, daquele que, *a pretexto de exercer direito constitucionalmente tutelado, acabe por lesar a esfera jurídica de outrem, com prejuízos à sua intimidade, vida privada, honra ou imagem* (PROCESSO Nº TST-RR-666/2008-153-03-00.0).

Em pleito apreciado pelo TST em 2012, oriundo de uma reclamação por férias em dobro e férias proporcionais, foi retomada a decisão proferida pelo TRT da 15ª Região, em Campinas (SP). No acórdão regional, diante da ausência de recibos que comprovassem a fruição das férias, o ministro-relator assumiu que *não é crível que a reclamante tenha trabalhado oito anos seguidos sem descanso* (PROCESSO Nº TST-RR-168700-81.2006.5.15.0002), argumentando que anualmente, quando o reclamado viajava, o trabalho dela não era necessário, períodos nos quais gozava as férias. Conforme informado pela defesa, concluiu o ministro-relator da segunda instância que *certamente*, tendo em vista que a reclamante trabalhava três dias por semana, *não era a responsável pelo tratamento dos cachorros, que demandam trato diário*.

Para sustentar a decisão, a relatoria citou a Constituição Federal, cujo parágrafo único do artigo 7º não teria revogado as disposições específicas da Lei nº 5.589/1972, que previa o direito a 20 dias de férias após decorridos 12 meses trabalhados. Além disso, avaliou que o Decreto nº 71.885/1973, ao referir a aplicação do capítulo da CLT referente a férias aos trabalhadores domésticos, *evidentemente afastou-se do seu intuito, indo além dos limites da lei que deveria apenas regulamentar* (PROCESSO Nº TST-RR-168700-81.2006.5.15.0002), e indeferiu as férias dobradas e as férias proporcionais. A Corte Superior, que manteve a decisão quanto às férias em dobro, divergiu, contudo, quanto às férias proporcionais, salientando que *a intenção do constituinte originário foi de conceder isonomia entre trabalhadores regidos pela CLT e os empregados domésticos no que tange ao direito às férias*,

manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07/08/2018.

dando, portanto, parcial provimento ao recurso para condenar o reclamado ao pagamento das férias proporcionais acrescidas do abono constitucional de 1/3.

Dentre as cinco mais frequentes reclamações das trabalhadoras domésticas estão o direito à indenização substitutiva do salário-maternidade e à estabilidade pela gestante, que somadas corresponderam a 6,31% do total de temas reclamados: no período estudado, foi apresentado ao TST o total de 102 reivindicações (veja na **tabela 20** e na **tabela 18**, respectivamente). No triênio de 2006 a 2008, em que foi possível desagregar a reclamação pelo direito à garantia do emprego no período gestacional da trabalhadora doméstica (**tabela 22-A**), foram contabilizadas 20 solicitações, sendo 8 (40,00%) em 2006, 3 (15,00%) em 2007 e 9 (45,00%) em 2008. Interessante ressaltar que o artigo 7º da Constituição Federal brasileira, no parágrafo único, havia assegurado, em 1988, o direito ao salário-maternidade da trabalhadora doméstica (com duração de 120 dias), mas calava acerca do período de estabilidade durante a gestação, conforme garantido às demais categorias profissionais (pelo artigo 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante).

Diante da lacuna, havia jurisprudência nos dois sentidos, até que a Lei nº 11.324 de 2006²¹⁹ estendeu às trabalhadoras domésticas gestantes o direito à garantia do emprego, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Em 2006 e em 2007, 100% das decisões do TST em apreciação do direito reivindicado à estabilidade da gestante doméstica foram desfavoráveis às trabalhadoras e à equidade social: todos os acórdãos apresentaram decisões que rejeitaram o direito da trabalhadora doméstica grávida a ter preservado, contra a dispensa arbitrária, o seu emprego durante a gravidez (**tabela 22-A**). Em 2008, a recusa passou a 77,78% das decisões. As decisões que não concederam o acesso a tal estabilidade, nos julgamentos do TST, puseram em relevo que as relações de emprego apreciadas foram travadas em período anterior à vigência da Lei nº 11.324/2006, tecendo uma interpretação taxativa à redação dada ao parágrafo único da Constituição Federal de 1988 e restringindo os direitos da categoria. No total do triênio de 2006 a 2008, 90,00% das decisões do TST foram desfavoráveis às trabalhadoras quanto ao tema (um dos maiores índices de rejeição), cerceando o acesso pela categoria à estabilidade da gestante.

No que concerne ao direito ao salário-maternidade requerido na Justiça, no mesmo triênio, 68,97% das decisões foram favoráveis às reclamantes, condenando os

²¹⁹ A Lei nº 11.324/2006, publicada em 19 de julho de 2006, determinava, no art. 8º, a entrada em vigor na data de sua publicação *produzindo efeitos em relação às contribuições patronais pagas a partir do mês de janeiro de 2006*. Fonte: Brasil, Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111324.htm>. Acesso em: 29/06/2017.

empregadores reclamados ao pagamento, a título de indenização, do valor equivalente ao salário-maternidade, tendo em vista que a rescisão contratual obstaculizou o gozo da licença remunerada a que teriam direito (**tabela 22-A**). Em julgamento de 2010, a decisão do ministro-relator do TST, que, negando contudo o direito à estabilidade – garantida *somente com o advento da Lei nº 11.324/2006* –, concedeu a indenização substitutiva do salário-maternidade:

O empregador, ao dispensar imotivadamente a obreira, durante seu período gestacional, obstou-lhe o gozo da licença-maternidade e, conseqüentemente, a percepção do salário-maternidade, razão pela qual deve arcar com indenização substitutiva. (TST-RR-79440-78.2005.5.02.0005)

A questão salarial foi a 6ª principal reclamação apresentada no período completo analisado (5,88% do total de reclamações verificadas, conforme a **tabela 20** e o **gráfico 3**), das quais 53,19% obtiveram julgamento favorável pelo TST (**tabela 21**). A desigualdade salarial em função do gênero deu origem a uma reclamação pelas diferenças salariais²²⁰, julgada em 2007 favoravelmente à trabalhadora doméstica. A autora e seu marido, caseiros sob a jurisdição do TRT da 12ª Região, no estado de Santa Catarina, desempenhavam as mesmas funções na propriedade do reclamado, contudo, a despeito do exercício das mesmas funções, a trabalhadora auferia rendimento inferior ao do marido, o que a levou a exigir, na Justiça, a equiparação salarial. A decisão, em que mantida a perspectiva adotada no tribunal regional, foi balizada pelo princípio constitucional da igualdade, uma vez que, do contrário, ao *não admitir-se a equiparação salarial estar-se-ia procedendo de forma preconceituosa, estabelecendo discriminação em razão do sexo* (PROCESSO Nº TST-AIRR-45/2005-043-12-40.4), sendo violado o artigo 5º, caput, da Constituição Federal²²¹.

Reclamando pelo trabalho desempenhado aos domingos e pelas diferenças salariais²²², em outra situação uma trabalhadora doméstica apresentou aos tribunais, como prova de que recebia pagamento superior ao salário mínimo nacional, os canhotos de cheques de sua falecida empregadora, para quem havia trabalhado de 1996 a 2007. Os herdeiros reclamados contestaram a alegação e, por sua vez, apresentaram os recibos acostados aos

²²⁰ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-45/2005-043-12-40.4, julgado em 2007.

²²¹ A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 1988, estabelece: Art. 5º - *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07/08/2018.

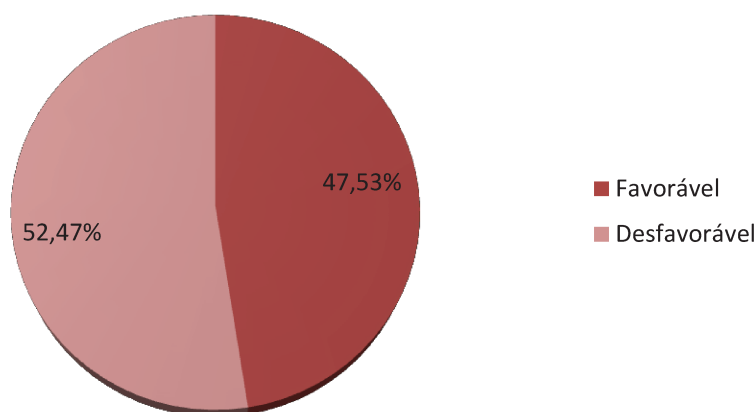
²²² Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-13200-21.2009.5.05.0026, julgado em 2013.

autos, acusando a reclamante de abuso da confiança depositada por sua empregadora e de ter confeccionado os canhotos de cheques para comprovar o suposto pagamento. A partir do laudo pericial grafotécnico, a sentença de origem deferiu o pedido, apoiando-se na conclusão de que os canhotos de cheques efetivamente haviam sido escritos pela empregadora.

A Corte Regional, o TRT da 5ª Região, no estado da Bahia, apreciando o recurso, acolheu contudo o argumento dos réus de *fragilidade da prova pericial*, apontando que os documentos apresentados pela reclamante haviam sido obtidos ilicitamente, sendo portanto ilegítimos, e invalidou a prova. A trabalhadora, que assumiu ter recolhido e guardado as evidências que haviam sido jogadas no lixo pelos reclamados, ainda recorreu ao TST, defendendo a licitude da prova, pois haviam sido *abandonados no lixo* pelos reclamados e consistiam na *única prova de que dispunha para demonstrar o seu real salário*. O ministro-relator da Corte Superior, no acórdão de 2013, concluiu que mesmo ao considerar lícita a prova produzida pela reclamante, *por não ofender qualquer regra jurídica*, a decisão regional estava fundamentada nos recibos demonstrados pelos recorridos, que demonstravam o pagamento do salário mínimo legal. Ressaltando, finalmente, que a valoração dos meios de prova ofertados pelas partes constitui *prerrogativa do julgador, pelo princípio da persuasão racional* (PROCESSO Nº TST-AIRR-13200-21.2009.5.05.0026), negou provimento ao recurso.

Do total das reclamações julgadas no TST entre 2006 e 2017, envolvendo as relações de trabalho doméstico, 47,53% das decisões dos magistrados foram favoráveis às demandas das trabalhadoras, considerando o atendimento às reivindicações apresentadas nos acórdãos, ao passo que 52,47% dos direitos reivindicados pelas trabalhadoras tenham sido rejeitados, haja vista o fato de que os temas apresentados nos recursos não tenham sido concedidos pela Justiça (conforme expresso no **gráfico 4**). Por uma diferença de 4,94 pontos percentuais (p.p.) é possível, nessa análise, apontar que, majoritariamente, nos conflitos conduzidos à avaliação judicial, o TST recusou, no período considerado, o atendimento às reclamações das trabalhadoras domésticas.

Gráfico 4: Decisões proferidas nos Acórdãos do TST classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, julgados no período de 2006 a 2017(%)



Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).
Elaboração própria.

O ano de 2009 registrou a mais elevada porção de desfechos favoráveis às demandas das trabalhadoras domésticas no TST, com 58,60% das reclamações acolhidas pela instância superior. No entanto, a comparação interanual, a partir da **tabela 23**, permite analisar que, na medida em que foi sendo apresentado um número crescente de reclamações ao julgamento no TST, houve, em correspondência, uma tendência ascendente do índice de recusa. A partir de 2013 torna-se saliente um patamar superior de rejeição: naquele ano foi registrado o segundo maior número de reclamações, 195, e a segunda maior proporção de definições desfavoráveis, 61,03%; o percentual desfavorável mais elevado foi verificado para o ano de 2014, quando 64,62% das 130 reclamações obtiveram decisão desfavorável nos acórdãos do TST. As rejeições, no último quinquênio analisado, superaram as decisões favoráveis, excetuando o ano de 2016, quando mais da metade das reclamações foi provida, tendo havido o menor número de solicitações apresentadas no período, 105, ante as 197 reclamações contabilizadas para o ano de 2015.

Uma possível explicação para tal movimento, do ponto de vista do incremento da apresentação de reclamações domésticas ao TST, pode ser associada à atmosfera progressista instalada no Brasil, sobretudo a partir de 2008, em torno das amplas discussões que encaminharam, e onde foram impulsionadas, ao Poder Executivo, uma proposta de Emenda à Constituição que instaurasse um regramento que viesse a estabelecer maior isonomia formal em termos dos direitos trabalhistas domésticos perante o arcabouço

normativo previsto às categorias profissionais resguardadas pelo regime da CLT. Associadas a esse fator, as discussões, pelo Escritório da OIT no Brasil e internacionalmente, a partir de 2009, junto às entidades sindicais brasileiras, que culminaram na adoção da Convenção nº 189 da OIT, que podem ter encorajado o ajuizamento de reclamações trabalhistas domésticas. As interpretações dos magistrados e suas decisões na Corte Superior, por sua vez, demonstraram maior relutância, vedando a incidência, quanto ao marco temporal inicial das regulamentações, sobre os conflitos transcorridos em período contratual anterior aos novos marcos jurídicos, ainda que os pedidos solicitassem a aplicação da nova legislação em vigor.

Adicionalmente, é provável, conforme extraído pela leitura dos acórdãos, que haja uma tendência de ajustamento, no sentido de que as queixas das trabalhadoras domésticas acompanhem, em maior correspondência, as novas interpretações e as jurisprudências que sejam estabelecidas na máxima instância da Justiça do Trabalho, e vice-versa. Isso explicaria o incremento das decisões favoráveis em 2008 e 2009, quando as decisões passaram a aplicar, com maior frequência, a Lei nº 11.324 de 2006 – como se observa, nas **tabelas 22-A e 22-B** quanto ao tema das férias. A complexidade da análise acentua-se em relação ao ano de 2017, quanto à restrição da aplicação da Lei Complementar nº 150/2015 sobre a qual já foi ponderado, no contexto da aprovação da chamada “reforma” trabalhista, a Lei nº 13.467/2017, que acirrou polarizações entre os ministros da Corte, tendo sido pública e efusivamente defendida pelo então presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho, embora 17 dos 27 ministros do tribunal tenham enviado um documento à Presidência do Senado criticando a reforma quando de sua tramitação²²³.

Em 2017 foi estabelecida em Recurso de Embargos, no julgamento realizado em 2 de fevereiro pelos ministros da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) do TST²²⁴, uma decisão paradigmática, que consolidou um entendimento jurisprudencial – não vinculante – ao, analisando o requisito da continuidade, reconhecer a existência de vínculo de emprego em casos de trabalho doméstico desempenhado por três dias

²²³ Como apontado anteriormente, para 17 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho – que entregaram, em 18 de maio de 2017, um documento ao presidente do Senado Federal, apontando especificamente as regras prejudiciais no então Projeto de Lei –, a “reforma” trabalhista elimina ou restringe os direitos sociais dos trabalhadores e cria regras constitutivas na esfera do Direito Processual do Trabalho. Fonte: Consultor Jurídico. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-25/17-ministros-tst-assinam-documento-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 28/06/2017.

²²⁴ Dividida em duas subseções, a Seção especializada em Dissídios Individuais (SDI) tem a função de uniformizar a jurisprudência do TST, à qual cabem Embargos que apontam, nos Acórdãos, interpretações divergentes entre as Turmas da Corte Superior.

na semana. Essa concepção passou a ser aplicada em alguns acórdãos²²⁵ em que os ministros sublinhavam que a Lei Complementar nº 150/2015 não era praticável ao caso concreto controvertido nos autos, uma vez que incorporada ao ordenamento posteriormente à data de término da prestação dos serviços. Mantendo a decisão da 4ª Turma do TST:

No caso dos autos, como já referido, a discussão é exclusivamente quanto ao requisito da continuidade, para efeito de reconhecimento do vínculo de emprego de trabalhadora doméstica que prestou serviços três vezes por semana no âmbito residencial do reclamado, pessoa física, em contrato iniciado e acabado sob a égide da Lei 5.859/72, cujo período reconhecido foi de 21/07/2011 a 02/04/2014 (fl. 64, sentença), ou seja, dois anos e nove meses.

Considerando que a intermitência de três vezes por semana se deu por quase três anos, resta sobejamente configurada a continuidade da prestação de serviços domésticos, a atrair o art. 1º da Lei 5.859/72, como mantido pela Eg. Turma. (...)

Nada obstante a situação jurídica tenha sido regida pela antiga lei do trabalho doméstico, a nova lei do contrato de trabalho doméstico já estabelece que a continuidade superior a dois dias por semana configura o vínculo, nos exatos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 150/2016 (sic). (PROCESSO Nº TST-E-RR-10933-98.2014.5.03.0077. Grifos meus.)

Houve, dessa maneira, uma adequação no sentido de orientar nos julgamentos a aproximação, a iniciar-se a partir de 2017, e nas decisões concernentes a períodos contratuais prévios à vigência da Lei Complementar nº 150/2015, das decisões da Corte à referida nova lei. Interpretando a Lei nº 5.589/1972, quanto ao princípio jurídico da continuidade, o entendimento sedimentado pela SBDI-1 na decisão em relevo ordenou uma interpretação à legislação adotada em 1972 que demarcou uma jurisprudência, ainda que a aplicação não tenha sido unânime²²⁶, em concordância ao novo marco regulamentar. Em 2017, 48,28% das reclamações que demandaram o reconhecimento do vínculo de emprego obtiveram desfecho favorável pelo TST, ante 39,47% de decisões favoráveis em 2016 (**tabela 22-D**).

²²⁵ A rigor, houve referência textual à decisão paradigmática em outros quatro acórdãos: PROCESSO Nº TST-AIRR-2094-43.2014.5.09.0069; PROCESSO Nº TST-RR-58800-63.2008.5.01.0074; PROCESSO Nº TST-E-ED-RR-1502-44.2011.5.01.0063 e PROCESSO Nº TST-E-ED-RR-137800-73.2007.5.05.0030.

²²⁶ Em julgamento no dia 15 de fevereiro de 2017 a decisão afirmou: *Ressalte-se, ademais, que a jurisprudência majoritária deste Tribunal Superior orienta no sentido de que não preenche o requisito da continuidade previsto no artigo 1º da Lei nº 5.859/72 o labor exercido pela diarista em dois ou três dias da semana* (PROCESSO Nº TST-RR-147800-09.2009.5.01.0343), ainda que, no caso, o trabalho tenha sido desempenhado ao longo de mais de 10 anos.

Tabela 23: Número de reclamações e total das decisões proferidas nos Acórdãos do TST classificadas como Favorável ou Desfavorável à trabalhadora doméstica, e total de Acórdãos do TST que não apresentaram solução (Sem Decisão - S/D), julgados nos anos de 2006 a 2017

Ano	Favorável	Desfavorável	Total	S/D	TOTAL	Favorável	Desfavorável	S/D	Total
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%	%	%	%
2006	36	27	63	0	63	57,14%	42,86%	0,00%	100,00%
2007	51	60	111	1	112	45,54%	53,57%	0,89%	100,00%
2008	79	75	154	0	154	51,30%	48,70%	0,00%	100,00%
2009	92	63	155	2	157	58,60%	40,13%	1,27%	100,00%
2010	72	62	134	0	134	53,73%	46,27%	0,00%	100,00%
2011	58	58	116	0	116	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
2012	63	59	122	1	123	51,22%	47,97%	0,81%	100,00%
2013	72	119	191	4	195	36,92%	61,03%	2,05%	100,00%
2014	46	84	130	0	130	35,38%	64,62%	0,00%	100,00%
2015	84	108	192	5	197	42,64%	54,82%	2,54%	100,00%
2016	53	50	103	2	105	50,48%	47,62%	1,90%	100,00%
2017	54	74	128	3	131	41,22%	56,49%	2,29%	100,00%
TOTAL	760	839	1.599	18	1.617	47,00%	51,89%	1,11%	100,00%

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Muitas foram as situações relevantes e merecedoras de destaque descritas nos acórdãos do TST analisados: a reivindicação do direito, pela trabalhadora doméstica gestante, à estabilidade no emprego, à qual uma ministra-relatora posicionou-se, considerando o princípio constitucional da isonomia, referindo que, em sua interpretação, a categoria *sempre fez jus a essa garantia provisória no emprego*²²⁷. Decisão que ressaltou o *estado de necessidade social da empregadora*²²⁸, dona de um boteco no estado do Alagoas, e contra a qual a reclamante questionou a natureza de sua relação de trabalho, que ela defendeu ser comercial e não doméstica, assim como o vínculo propriamente dessa relação. Com aspectos semelhantes, a situação que se passou no estado de Pernambuco, mas que teve desfecho integralmente favorável à reclamação trabalhista, envolvendo uma empregadora idosa que recebia aposentadoria de baixo valor e declarada *pobre na forma da lei*: pretendendo afastar o vínculo de emprego, a ex-patroa também pedia a compensação de benefícios concedidos à reclamante – moradia, alimentação, vestuário e produtos de higiene –, cuja decisão regional assim pontuou: *Em que pese reconhecer-se a existência de problemas sociais ou a*

²²⁷ Fonte: PROCESSO Nº TST-RR-20.228/2005-009-09-00.7, julgado em 2008.

²²⁸ Fonte: PROCESSO Nº TST-RR-547/2005-003-19-00.3, julgado em 2008.

*insuficiência de atuação do Estado, o certo é que esses motivos não se constituem hábeis a descaracterizar o vínculo de emprego havido*²²⁹. Denúncias de assédio moral e assédio sexual.

Outra decisão, quando apreciada a configuração de vínculo em caso de trabalho exercido por três dias na semana, cuja fundamentação na Corte Regional, no estado de São Paulo, foi favorável ao reconhecimento do vínculo e aludiu ao *autoritarismo, ranço das servidões, a se imiscuir na moderna relação patronal*²³⁰ dos serviços domésticos. A ocasião em que uma trabalhadora, no sexto mês de gestação, foi *enxotada com vassoura da residência pela empregadora*²³¹. Outra em que a empregadora, que a havia despedido por justa causa no dia anterior, registrou Boletim de Ocorrência por ter sido ameaçada com faca pela reclamante inconformada com a dispensa, mas nos tribunais do trabalho inverteu a ordem temporal dos fatos, tentando justificar a dispensa, comprovada em documento rescisório datado e redigido por ela, argumentando como motivadora a agressão que sofrera, porém, no dia seguinte²³². Um acidente fatal que vitimou uma trabalhadora doméstica, enquanto varria, ao cair sobre uma cerca elétrica instalada no chão, na passagem do jardim – *situada em altura e local completamente impróprios*²³³ –, e pelo qual os reclamados foram condenados a pagar indenização de R\$ 150.000,00 às três filhas da trabalhadora.

O caso envolvendo um grave acidente de trabalho, acontecido em 2013 em um sítio no estado de Minas Gerais, que culminou na perda parcial, de dois terços, do dedo indicador da mão direita de um trabalhador jardineiro²³⁴. Enquanto lidava nas funções de capina, limpeza e cultivo de hortaliças, o trabalhador doméstico foi mordido por uma cobra jararaca que estava atrás de um vaso de plantas. O jardineiro não estava usando o Equipamento de Proteção Individual (EPI) apropriado para a sua atividade e o magistrado de origem atribuiu a culpa ao reclamado, observando que, de fato, a ficha de EPI – um documento para o controle da distribuição do material – não apresentava a assinatura do reclamante e que cabe *ao empregador o fornecimento dos equipamentos de proteção, bem como a efetiva fiscalização do uso deles* (PROCESSO Nº TST-AIRR-2641-63.2013.5.03.0044), conforme dispõe a Norma Regulamentadora (NR) 6 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego²³⁵. Nos laudos médicos periciais elaborados pela Previdência Social constava o seguinte histórico: *Evoluiu com necrose do dedo indicador*

²²⁹ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-328-82.2010.5.06.0002, julgado em 2012.

²³⁰ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-1123/2005-421-02-40.8, julgado em 2008.

²³¹ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-507/2003-017-02-40.0, julgado em 2008.

²³² Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-1338/2006-030-05-40.1, julgado em 2008.

²³³ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-199-46.2010.5.02.0016, julgado em 2015.

²³⁴ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-2641-63.2013.5.03.0044, julgado em 2015.

²³⁵ Para informações completas sobre a Norma Regulamentadora – NR 6 - Equipamento de Proteção Individual, consultar: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/05/mtb/6.htm>>. Acesso em: 13/08/2018.

da mão e amputação da falange distal (...), atualmente refere “sensação de choque”. A sentença condenou o réu ao pagamento de indenização por danos morais, estéticos e materiais, nos valores, respectivamente, de R\$ 5.000,00, R\$ 5.000,00 e R\$ 30.000,00. A decisão foi mantida pelo TST, que salientou não terem sido adotadas as medidas de segurança suficientes para inibir a ocorrência de infortúnio como o que experimentou o reclamante (PROCESSO Nº TST-AIRR-2641-63.2013.5.03.0044).

Por ter sido jogada contra a parede em seu local de trabalho, na região de Campinas (SP), uma trabalhadora doméstica obteve, em sentença confirmada pela segunda instância, a condenação do ex-empregador ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00²³⁶. Diante da revelia e confissão do reclamado, bem como pelo descrito no Boletim de Ocorrência anexado aos autos, o juízo de origem constatou ato de *verdadeiro desrespeito à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho*. A trabalhadora, tendo sofrido lesões pelo pescoço, braço e abdômen, recorreu ao TST para a majoração da pena. No acórdão, julgado em 2014, o ministro-relator considerou as razões de recurso sustentadas pela trabalhadora, aludindo à *incontroversa e brutal agressão física* que sofrera face à manutenção do *ínfimo “quantum” indenizatório* estipulado pela sentença. A decisão superior, reconhecendo que o valor arbitrado não era condizente com os danos, tendo em vista a gravidade da atitude do reclamado e os prejuízos causados à integridade física e psicológica da reclamante, deu provimento ao recurso para arbitrar a indenização por danos morais em R\$ 10.000,00²³⁷.

Outra situação a ser sublinhada ocorreu no estado do Sergipe, em que o trabalhador, que desempenhava atividades sazonais, ao longo de 15 anos, em duas propriedades destinadas à produção e comercialização de cocos, pretendia o reconhecimento da relação de emprego rural, mas foi enquadrado na condição de empregado doméstico. O trabalhador afirmou em juízo ser “analfabeto” e que teve sua assinatura falsificada no Termo

²³⁶ Dessa maneira argumentou o juízo de primeiro grau: ***O dano moral deve ser compreendido como o dano causado a outrem, que não tenha natureza patrimonial. É o sofrimento humano provocado por determinado ato ilícito de terceiro que molesta bens imateriais ou magoa valores íntimos da pessoa. Trata-se da dor oriunda da violação de um bem juridicamente tutelado sem repercussão patrimonial. Assim, em razão de um ato ilícito, sobrevindo perturbação nas relações psíquicas, na tranquilidade, nos entendimentos e nos afetos de uma pessoa, configura-se o dano moral, perfeitamente passível de indenização. Entende-se por ato ilícito toda ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, que viole direito alheio ou cause prejuízo a outrem, por dolo ou culpa. É, assim, a violação dolosa ou culposa do direito de outra pessoa, do qual decorra dano a seu titular. Ainda, é cediço que, na responsabilidade subjetiva só caberá a indenização se estiverem presentes o dano, o nexo de causalidade do evento com o trabalho e a culpa do empregador. Esses pressupostos estão indicados no art. 186 do Código Civil e a indenização correspondente no art. 927 do mesmo diploma legal, com apoio maior no art. 7º, XXVIII, da Constituição da República. Se não restar comprovada a presença simultânea dos pressupostos mencionados, não vinga a pretensão indenizatória*** (Fonte: PROCESSO Nº TST-RR-1793-20.2011.5.15.0042. **Grifos meus.**)

²³⁷ Fonte: PROCESSO Nº TST-RR-1793-20.2011.5.15.0042, julgado em 2014.

de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT)²³⁸. Em outro acórdão, a determinação judicial da execução de penhora de bens móveis, um conjunto de dois sofás, sendo o crédito decorrente do exercício de trabalho doméstico, e cuja decisão regional afirmou que, ao contrário do alegado pela defesa, os bens penhorados *não se mostram, sequer, indispensáveis à vida cotidiana de um lar, não havendo que se falar, portanto, em ofensa ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana*²³⁹.

Em uma reclamação pelo reconhecimento do vínculo de emprego e ressarcimento das despesas referentes ao vale-transporte, bem como pela indenização por danos morais, uma trabalhadora doméstica apresentou em juízo cópias de cartazes e outros bilhetes deixados pela primeira reclamada às cuidadoras e enfermeiras responsáveis pela assistência diária ao marido enfermo²⁴⁰. Com tal acervo, a reclamante pretendia comprovar que a gestão do trabalho se dava com o emprego de rigor excessivo, agressividade e insinuação de extravio de objetos. Num desses cartazes afixados, havia a seguinte mensagem: *leque quebrado, ninguém assumiu a culpa, alguém foi*; no armário da cozinha, também estava afixado o número de talheres. A reclamante também alegou terem sofrido, ela e as demais enfermeiras, a acusação de terem dopado o paciente sob seus cuidados. A decisão da Corte de origem, mantida pelo julgamento no TST em 2015, entendeu que a reclamante não comprovou a existência de atitudes praticadas pela reclamada que tenham gerado assédio moral, reconhecendo, por outro lado, o vínculo de emprego – tendo o trabalho sido exercido por mais de três anos e meio – e concedendo o pagamento relativo ao vale-transporte.

Vale mencionar ainda o caso de uma babá²⁴¹, despedida por justa causa, que afirmou em juízo ter sido acusada pela patroa de ter uma conduta libidinoso com a criança de quem cuidava e de ter ameaçado sequestrar os filhos do casal empregador, o que foi apresentado como justificativa para a dispensa pelo reclamado. A reclamante afirmou, no interrogatório, que levava a criança para brincar num terreno em obras, na residência dos reclamados, especificamente no local destinado ao pouso de helicópteros. A autora estava grávida de outro empregado da casa, que trabalhava nos serviços da obra, e na decisão arbitrada em segunda instância pelo TRT da 3ª Região, em Minas Gerais, ficou registrado, a partir da prova testemunhal, ter havido *incontinência de conduta, pois a autora não conseguiu controlar seus impulsos sexuais em relação ao empregado* (PROCESSO Nº TST-AIRR-10092-34.2015.5.03.0024).

²³⁸ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-197500-35.2007.5.20.0006, julgado em 2013.

²³⁹ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-113100-84.2009.5.06.0143, julgado em 2013.

²⁴⁰ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-1166-73.2010.5.03.0110, julgado em 2015.

²⁴¹ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-10092-34.2015.5.03.0024, julgado em 2017.

A reclamante pleiteava a reversão da justa causa e a indenização do período de estabilidade da gestante, assim como o pagamento de horas extras, verbas rescisórias e danos morais. No recurso de revista, a trabalhadora argumentou que o fato de levar os filhos do reclamado à obra não constituía *mau procedimento*, uma vez que o próprio reclamado também os levava ao local, na companhia dela, sustentando que a dispensa por justa causa se tratava, na realidade, de um artifício para *burlar a garantia provisória da gestante*. A decisão, contudo, mantida pelo TST em julgamento de 2017, foi favorável aos réus e a trabalhadora ainda foi condenada a pagar ao reclamado uma indenização no valor de R\$ 1.000,00 por danos morais. Retomando os argumentos da Corte de origem para fundamentar a decisão, o ministro-relator do acórdão no TST frisou que a reclamante frequentava a referida obra com o intuito de observar o outro empregado, *com quem tinha relacionamento amoroso, não dispensando os devidos cuidados à criança, restando caracterizada a desídia da empregada* (PROCESSO Nº TST-AIRR-10092-34.2015.5.03.0024).

Como mencionado no início desta seção, um dos acórdãos julgados em 2017 pelo TST, em que foi verificada a aplicação da Lei Complementar nº 150/2015, apreciou o recurso da parte reclamada, defendendo-se com a alegação de “quebra de confiança” para afastar as reclamações de reversão da justa causa, indenização do período de estabilidade da gestante e pagamento das verbas rescisórias, entre outras. De acordo com a fundamentação presente no acórdão, a trabalhadora havia sido filmada no banheiro (sem que tivesse sido alertada sobre a instalação da câmera de vigilância) usando produtos cosméticos da reclamada. A decisão do tribunal superior restabeleceu a sentença, integralmente desfavorável, salientando que houve *flagrante ato de quebra de confiança entre as partes, em afronta à privacidade e à intimidade da reclamada*:

O equacionamento de tal questão **remete-nos**, necessariamente, à análise da **gravidade** dos atos praticados pela Reclamante sob a ótica das condutas previstas no art. 482 da CLT, reprisadas e ampliadas, a partir de 2/6/2015, pelo art. 27 da Lei Complementar nº 150/2015.

Em relação à conduta da Reclamante, depreende-se do v. acórdão regional:

“As fotos colacionadas a fls. 65/66 (documentos 39 a 46), cuja cópia digital está contida no *pen drive* juntado à fls. 67, demonstram que **a autora tinha por hábito ingressar na suíte da empregadora para o fim de utilizar seus produtos de uso pessoal como acetona, creme e pó facial, desodorante, batom, perfume, pincéis de maquiagem e escova de cabelo**. Além disso, a mídia colacionada à fls. 68, integralmente assistida por este Relator, traz vídeos que aludem àquela prática, razão pela qual o ato imputado à reclamante, com efeito, está comprovado nos autos. (...)

Inarredável, desse modo, na atual fase em que se encontra o processo (Súmula nº 126 do TST), a constatação de que a Reclamante **usou, sem autorização, produtos cosméticos e de higiene pessoal da Reclamada**.

Absolutamente clara, nesse contexto, a justa causa praticada pela Reclamante, devidamente caracterizada pela MM. Vara do Trabalho como **mau procedimento**.

(...) Desarrazoado, desse modo, exigir-se a continuidade do vínculo de emprego após a prática de conduta grave, apta a **quebrar a fidúcia** especial que informa o contrato de trabalho doméstico.

Reputo presente, desse modo, a proporcionalidade na rescisão do contrato de trabalho levada a efeito pela Reclamada, pois, conforme referido pelo Eg. TRT de origem, a Reclamante “**tinha por hábito** ingressar na suíte da empregadora para o fim de utilizar seus produtos de uso pessoal”, mesmo ciente de que praticava ato não autorizado.

É certo que a proteção à empregada gestante conferida pelo art. 10, II, “b”, do ADCT traduz-se em direito fundamental que visa a proteger precipuamente o nascituro.

Tal escopo da lei, entretanto, **não** constitui salvo conduto para a prática “faltas graves” pela empregada gestante.

Reconhecida a quebra de fidúcia contratual, decorrente da prática de conduta grave, deixa de subsistir a garantia provisória de emprego prevista no art. 10, II, “b”, do ADCT. (...) Não se trata, aqui, da necessidade de “resguardar produtos cosméticos”, mas de flagrante ato de **quebra de confiança** entre as partes, em afronta à privacidade e à intimidade da Reclamada. (...)

Como corolário do reconhecimento da violação do art. 10, II, “b”, do ADCT, **dou provimento** ao recurso de revista da Reclamada para estabelecer a sentença, que julgou **improcedentes** os pedidos. (PROCESSO Nº TST-RR-878-70.2014.5.10.0020. **Grifos no original.**)

Sobressaiu-se, na decisão, a “gravidade” da atribuída “conduta faltosa” cometida pela trabalhadora doméstica em utilizar, sem permissão, produtos cosméticos e de higiene pessoal da patroa – como acetona, creme e pó facial, desodorante, batom, perfume, pincéis de maquiagem e escova de cabelo –, em detrimento de seus direitos à estabilidade no período gestacional, assim como às verbas rescisórias. A revertida decisão de segunda instância, no entanto, havia observado o “espanto” que haveria de causar a legitimação judicial da dispensa por justa causa de uma empregada doméstica gestante sob o argumento, que sequer foi apresentado à trabalhadora no momento de sua despedida, de que tenha utilizado produtos de beleza e higiene da empregadora sem o consentimento desta:

Ora, em tal contexto, é preciso dimensionar a relevância ou não do uso de um perfume ou de outro cosmético da empregadora, pela empregada doméstica.

Por mais caros sejam os cosméticos, o que apenas atesta a capacidade financeira da Reclamada em comprá-los, não é razoável aplicar a pena de justa causa a uma trabalhadora grávida que deles fez uso uma vez ou outra, sem que a Reclamada tenha mantido com a obreira uma conversa prévia sobre o assunto ou aplicado qualquer penalidade intermediária.

A reclamante não subtraiu qualquer perfume da Reclamada, muito menos com a finalidade de extrair vantagem financeira. **Quis a obreira experimentar os cosméticos utilizados pela sua patroa, cuja relação de emprego marcadamente desigual jamais pode punir tão severamente quem “ousou” atingir uma singular igualdade, qual seja, àquela relativa ao acesso a produtos de beleza os quais emprestam certa imaterialidade ao gesto**, ao menos do ponto de vista do vigor da alma humana da pessoa que se sente bem fazendo uso de cosméticos.

Também é necessário destacar que a Reclamante sequer teve oportunidade de justificar o seu ato no curso do contrato de trabalho, **dada a dispensa patronal sem a apresentação do correspondente motivo.** (...)

Se validarmos a dispensa da reclamante, empregada grávida, por justa causa, pelo fato de ter ela usado cosméticos da patroa, a nossa decisão judicial, não sei

quanto tempo depois, mas uma dia será objeto de espanto por parte de uma sociedade pautada pelo humanismo e pela efetiva busca da igualdade, material e imaterial, entre seres humanos.

A reclamante jamais praticou qualquer ato de improbidade.

A reclamante, repita-se, ousou fazer uso do perfume de sua patroa, cuja solução do pequeno incidente seria melhor resolvido por intermédio do diálogo franco e aberto entre as partes. A utilização de cosméticos da empregadora pela empregada não deve ser encarado como ato capaz de atrair a aplicação da penalidade mais severa admitida no contrato de trabalho.

Declaro, pois, a nulidade da dispensa promovida e dou parcial provimento ao recurso da Reclamante para, com fundamento no artigo 10, II, 'b', do ADCT, reconhecer a sua estabilidade provisória no emprego até 5 meses após o parto. (PROCESSO Nº TST-RR-878-70.2014.5.10.0020. **Grifos meus.**)

A decisão do TST tem muito a elucidar sobre a interação entre as classes dominantes e as classes populares, bem como à possibilidade de atuação do Estado e sua autoridade legitimadora pautada na violência simbólica. Prevaleceu a superior relevância atribuída ao resguardo da propriedade privada – ainda que, no caso, fossem irrisórios produtos de beleza e higiene pessoal – sobre direitos fundamentais garantidores da dignidade humana, como o direito à própria imagem (a trabalhadora foi filmada por uma câmera oculta em um espaço íntimo), ao emprego e ao amparo elementar àquele por nascer.

As acusações de furto e de roubo – que consistiram em tema ao qual foi reservada uma seção deste estudo – resultaram na interposição de 12 recursos²⁴² apresentados ao TST, no período de 2006 a 2017, reclamando indenização por danos morais. Nos julgamentos, 5 das 12 decisões obtiveram desfecho favorável à reclamação da trabalhadora doméstica, reconhecendo o dano moral e condenando os empregadores ao pagamento da indenização. As demais 7 decisões não reconheceram que tivesse havido dano moral.

Em uma das decisões desfavoráveis, em julgamento de 2013, a reclamante interpôs Agravo de Instrumento em face do despacho denegatório do recebimento do Recurso de Revista²⁴³. O empregador recorreu da sentença que havia deferido o pedido de pagamento de indenização por danos morais: a trabalhadora doméstica, contratada no início de dezembro de 2008, foi acusada pelo reclamado, no final de janeiro de 2009, de ter furtado dinheiro de sua residência. Na inicial, a trabalhadora narrou ter sido encaminhada de viatura ao Segundo Distrito Policial de Alphaville (bairro nobre localizado em Barueri, no estado de São Paulo,

²⁴² Os 12 recursos foram julgados nos seguintes acórdãos: PROCESSO Nº TST-AIRR-1496-47.2010.5.15.0042, julgado em 2017; PROCESSO Nº TST-AIRR-11001-31.2015.5.18.0001 e PROCESSO Nº TST-RR-3270-43.2012.5.12.0037, ambos julgados em 2016; PROCESSO Nº TST-AIRR-16-34.2012.5.09.0041 e PROCESSO Nº TST-AIRR-1429-17.2012.5.15.0041, ambos julgados em 2015; PROCESSO Nº TST-RR-1308-66.2011.5.09.0016, PROCESSO Nº TST-RR-33640-47.2009.5.17.0012 e PROCESSO Nº TST-AIRR-588-32.2012.5.15.0070, julgados em 2014; PROCESSO Nº TST-AIRR-208400-26.2009.5.02.0421, julgado em 2013; PROCESSO Nº TST-RR-225-57.2011.5.24.0061, julgado em 212; PROCESSO Nº TST-AIRR-55740-49.2007.5.15.0132, julgado em 2010, e PROCESSO Nº TST-AIRR-1.504/2005-003-15-40.1, julgado em 2008.

²⁴³ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-208400-26.2009.5.02.0421.

considerado uma “espécie de *Beverly Hills* brasileira”, “reduto de celebridades”, segundo revista de grande circulação em São Paulo²⁴⁴), onde permaneceu na cela por três horas e tendo sofrido “tortura psicológica”, por parte do reclamado, na tentativa de coagi-la a confessar ter cometido o suposto furto. Decorridas as três horas, a trabalhadora foi liberada e o empregador dispensou-a na própria delegacia. No dia seguinte, a reclamante recebeu um telefonema, informando que ela não precisaria depor, pois o caso *havia sido esclarecido*.

À Justiça do Trabalho, a trabalhadora também denunciou que vinha sofrendo humilhações diariamente, passando por revista em seus pertences. Em defesa, o réu negou as acusações e afirmou que o comparecimento da reclamante à delegacia teria sido “espontâneo”, no intuito de prestar esclarecimentos acerca do furto ocorrido em sua residência. Diante da denúncia, o juiz de primeira instância entendeu que o registro da ocorrência *não dá ensejo a dano moral*, tendo em vista que, na sua perspectiva, representa *exercício regular de direito*. Avaliou ainda que não houve comprovação, pela trabalhadora, de que tenha sofrido *tortura psicológica*. Salientando, na sentença, que o *dever de indenizar* por danos morais decorre de ato danoso que se constitua de ato ilícito, a decisão de primeiro grau orientou-se, contudo, pelo depoimento da testemunha da parte reclamante quanto a aspecto diverso para conceder a indenização por danos morais:

Entretanto, do depoimento da 1ª testemunha, verifica-se que o Reclamado ofendeu e atingiu a idoneidade moral da obreira ao dispender palavriados (*sic*) tais como “que as duas iriam morrer como SAPATONAS e que iriam ver como é bom mexer no que era dos outros” (grifei). Ora, as injúrias e difamações perpetradas, comprometem sim, a reputação da Reclamante perante a sociedade. Importante ressaltar, que não há nos autos, nada que retire a credibilidade do depoimento da testemunha trazida pela reclamante, tal como pretende o Reclamado em suas alegações finais. Em assim sendo, restou caracterizado os danos morais. (PROCESSO Nº TST-AIRR-208400-26.2009.5.02.0421. Grifos no original.)

O Tribunal Regional, por sua vez, reformou a sentença por entendê-la equivocada, concluindo não ter sido constatado o assédio moral²⁴⁵ – as ofensas homofóbicas

²⁴⁴ Fonte: Veja São Paulo. Disponível em: <<https://veja.sp.abril.com.br/cidades/alphaville-famosos/>>. Acesso em: 31/07/2018.

²⁴⁵ Desenvolvendo o conceito de assédio moral, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) define: *Entende-se por assédio moral toda conduta abusiva, a exemplo de gestos, palavras e atitudes que se repitam de forma sistemática, atingindo a dignidade ou integridade psíquica ou física de um trabalhador. Na maioria das vezes, há constantes ameaças ao emprego e o ambiente de trabalho é degradado. No entanto, o assédio moral não é sinônimo de humilhação e, para ser configurado, é necessário que se prove que a conduta desumana e antiética do empregador tenha sido realizada com frequência, de forma sistemática. Dessa forma, uma desavença esporádica no ambiente de trabalho não caracteriza assédio moral*. Fonte: CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84036-cnj-servico-o-que-e-assedio-moral-e-o-que-fazer>>. Acesso em: 31/07/2018. O CNJ também esclarece que, na Justiça do Trabalho, a conduta de assédio moral, se caracterizada,

não teriam ocorrido repetitivamente, consistindo num evento isolado –, e tampouco tal acusação constou na peça inaugural, assim como salientando que as afirmações da autora mostraram-se contraditórias:

As ofensas narradas pela primeira testemunha da autora não foram narradas na peça inaugural, pois o pleito baseia-se na imerecida acusação de furto e nas humilhações diárias. No entanto, as ofensas narradas pela testemunha teriam ocorrido em um dia específico, 05/01/2009, data em que teria sido levada à delegacia. Não converge com a figura do assédio cotidiano.

Em declaração prestada no dia 13 de janeiro de 2009 junto à Delegacia de Polícia (*sic*) (fl. 41/43), a autora informou que ficou sabendo do furto da casa de seus patrões “através do investigador, pois seus patrões não comentaram nada e nem fizeram acusações”; ou seja, **tal depoimento contradiz o referido testemunho.** (...) Dessarte, merece reforma a sentença, para o fim de negar a indenização por danos morais e consequentemente julgar IMPROCEDENTE a ação, absolvendo o Reclamado... (PROCESSO Nº TST-AIRR-208400-26.2009.5.02.0421. **Grifos meus.**)

A trabalhadora recorreu dessa decisão ao TST pela via do Recurso de Revista mas, como não houve recebimento, interpôs Agravo de Instrumento, o que levou o feito para exame da Corte máxima trabalhista. No TST, contudo, no juízo de admissibilidade o recurso não foi conhecido, por questão processual, e a decisão regional foi mantida. A ministra-relatora observou que a admissão do recurso exigiria o reexame do *conjunto fático-probatório*, o que é vedado na instância superior, e apontou obstáculo segundo a Súmula nº 422 do TST, que proíbe o conhecimento de *Apelo que não ataca os fundamentos da decisão recorrida*, haja vista que a agravante *limitou-se a transcrever, em sua integralidade, as razões do Recurso de Revista* (PROCESSO Nº TST-AIRR-208400-26.2009.5.02.0421).

A acusação de furto julgada em pelo TRT da 9ª Região, no Paraná, deu parcial provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamante, pelo qual condenou o réu ao pagamento de indenização por danos morais, no montante de R\$ 2.000,00²⁴⁶. A trabalhadora doméstica, no entanto, não se contentou com o valor atribuído à indenização e recorreu ao TST almejando a majoração do montante, tendo o recurso sido julgado em 2014. Acusada de ter furtado R\$ 6,00 da parte empregadora, a reclamante relatou ter sido conduzida “algemada” à delegacia, onde sofreu humilhações diante de membros da sua família e queixou-se de ter-lhe restado a “*fama de ‘ladra’*”. No recurso, ressaltou que *não foi levada em consideração a condição financeira do recorrido, que ostenta cargo público, nem tampouco a situação humilhante a que foi submetida* (PROCESSO Nº TST-RR-1308-66.2011.5.09.0016).

gera indenização por danos morais e físicos, autorizando o empregado a deixar o emprego e a pleitear a rescisão indireta do contrato.

²⁴⁶ Fonte: PROCESSO Nº TST-RR-1308-66.2011.5.09.0016, julgado em 2014.

Ao juízo de primeiro grau a reclamante informou ter trabalhado como empregada doméstica a partir de janeiro de 1998 e que, em agosto do ano de 2000, foi acusada pelo reclamado, perante a autoridade policial, de ter se apropriado dos R\$ 6,00. Teve a bolsa revistada pelo réu que localizou o dinheiro supostamente furtado, mas que, na verdade, segundo afirmou, foi colocado por ele próprio em seus pertences, *a fim de incriminá-la e forjar uma justa causa*. Defendendo-se, o réu sustentou que vinha percebendo o sumiço de valores e pequenos objetos de sua residência e, desconfiado da autora, resolveu marcar algumas cédulas, deixadas por ele em determinado móvel. Ao notar o sumiço do dinheiro marcado, narrou, a autoridade policial foi acionada e, já na delegacia, *o numerário marcado foi localizado*, dentro da bolsa da reclamante.

Embora tenha havido o registro do Boletim de Ocorrência, a trabalhadora não foi indiciada. Na apreciação, ainda na primeira instância, o magistrado passou a analisar se teria havido *imputação caluniosa*:

Não reputo possível reconhecer que o réu tenha forjado provas, a fim de incriminar indevidamente a autora. Isso porque, em depoimento pessoal, a reclamante apresentou versão completamente distinta daquela que consta da exordial, pois declarou, taxativamente, que em sua bolsa não havia dinheiro algum. Ora, na petição inicial a reclamante já havia confessado que, em sua bolsa, foi localizada a importância de R\$ 6,00, bem como que tal dinheiro não lhe pertencia. Assim, não é crível a versão por ela apresentada em depoimento pessoal, ao afirmar que não havia dinheiro algum em sua bolsa. (PROCESSO Nº TST-RR-1308-66.2011.5.09.0016)

Com esse entendimento, a sentença concluiu não ter havido prática de conduta ilícita pelo réu e rejeitou a reclamação. No recurso ordinário, a reclamante doméstica afirmou que a decisão de primeira instância havia partido de *premissa equivocada*:

Aduz que “por óbvio que a recorrente aduziu que não havia dinheiro, pois o mesmo ‘foi plantado’ em sua bolsa na tentativa de imputá-la falso crime”. Ademais, afirma que “não cabia a recorrente provar que não furtou, mas sim ao recorrido de provar que ela furtou”. Deste modo, tem-se que a Reclamante foi acusada de furto injustamente pelo Reclamado. (PROCESSO Nº TST-RR-1308-66.2011.5.09.0016)

O acórdão do tribunal regional, a respeito da fundamentação legal que prevê a indenização por dano moral, apontou os artigos nº 186 e nº 927 do Código Civil Brasileiro²⁴⁷ e o artigo 5º, inciso X, da Carta Magna de 1988²⁴⁸, observando o artigo 8º da CLT²⁴⁹:

²⁴⁷ Institui o CÓDIGO CIVIL: Art. 186 - *Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito*. Art. 927 - *Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*. Fonte: Brasil.

No caso em questão, é incontroverso o fato de que houve uma acusação sem provas em face da Reclamante por seu empregador e no seu ambiente de trabalho, o que se comprova pelos relatos colhidos, bem como pelo boletim de ocorrência de fl. 19.

Efetivamente, os elementos dos autos dão guarida à versão apresentada pela parte autora, acerca da imputação de ato criminoso contra si, o que acarretou na sua condução de modo coercitivo à delegacia de polícia, para prestar esclarecimentos.

Conclui-se, assim, que as ações do empregador acarretaram diversas formas de dano ao patrimônio da trabalhadora, destacando-se o agravo e a preocupação decorrente de ser conduzida perante a autoridade policial em face da imputação do crime de furto.

A culpa do empregador decorre da inobservância do dever de cuidado; poderia ter narrado os fatos à autoridade policial, sem apontar diretamente à trabalhadora a responsabilidade pela subtração de valores. Desta forma, faltando o réu com o dever geral de cautela, entendo clara a ofensa à honra íntima da autora (art. 5º, X da CF e artigos 186 e 927 do CC, observada a disposição do art. 8º da CLT). O dano moral hábil a ensejar o direito à indenização decorre da situação vexatória em si. A ofensa à dignidade e à intimidade da reclamante ocorreu quando apontada como criminosa pelo reclamado, sem qualquer prova nesse sentido.

Nesses termos, tem-se que a solução dada pela sentença para a pretensão de danos morais não se revela acertada, de modo que merece reforma.

Quanto ao valor a ser arbitrado, entendo que o dano moral deve ser avaliado com relação à pessoa que causou o dano, ou seja, não se trata de compensação financeira por absoluta impossibilidade de mensurar o dano moral, e sim pena ao agente causador. A indenização em referência não repara concretamente o dano em discussão, haja vista a natureza imaterial do mesmo, bem como não objetiva o enriquecimento da ofendida. A função pedagógica da condenação dessa espécie é que melhor atua na satisfação do direito do ofendido, ou seja, mais pela sanção imposta ao ofensor, que pelo valor fixado, é que a ofendida tem seus valores morais recompensados. É certo, por outro lado, que o valor em discussão não deve ser irrisório, a ponto de não atender a uma efetiva sanção ao ofensor e uma satisfação pecuniária ao ofendido, assim como não deve ser excessivo, respeitando-se capacidade econômica do ofensor. Assim, concluo que a fixação de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) atende aos fins preconizados. (PROCESSO Nº TST-RR-1308-66.2011.5.09.0016. **Grifos meus.**)

Reformando, dessa maneira, a decisão de primeiro grau, o tribunal regional condenou o réu ao pagamento de indenização por dano moral à trabalhadora doméstica no valor de R\$ 2.000,00. O montante, cuja majoração era almejada pela reclamante em Recurso de Revista, contudo, foi mantido pelo julgamento no TST: de acordo com o acórdão, que não

Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 31/07/2018.

²⁴⁸ A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 1988, estabelece: Art. 5º - *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) X. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.* Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31/07/2018.

²⁴⁹ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO: Art. 8º - *As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.* Fonte: BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 31/07/2018.

conheceu do recurso de revista da trabalhadora, *a indenização foi fixada em valor proporcional à extensão do dano, considerando-se o caráter pedagógico da medida e a capacidade econômica do reclamado* (PROCESSO Nº TST-RR-1308-66.2011.5.09.0016).

Além desses casos em que houve a apreciação judicial de ofensa à honra²⁵⁰ derivada da acusação de furto a trabalhadoras domésticas, outra situação deve ser comentada e salientada. O caso passou-se na região de Campinas, no estado de São Paulo, onde a trabalhadora doméstica em questão foi despedida por justa causa segundo o argumento de que teria participado de um assalto ocorrido na residência dos reclamados. Após sofrer detenção por um ano e quatro meses, a reclamante foi absolvida da acusação de roubo por ausência de provas. Na Justiça do Trabalho, o juízo de origem converteu a dispensa para rescisão imotivada, à qual incidiram as verbas legais pertinentes, condenando adicionalmente os empregadores ao pagamento de indenização por danos morais, arbitrada em R\$ 8.000,00. A decisão, que já havia sido preservada pela segunda instância, foi mantida no julgamento realizado, em 2015, pelo TST²⁵¹.

A pesquisa possibilitou a localização de uma denúncia de assédio sexual²⁵² encaminhada ao TST por uma trabalhadora doméstica no período estudado, que requereu aos tribunais trabalhistas a indenização por danos morais, bem como o pagamento em dobro dos feriados e domingos trabalhados. A sentença havia recusado o pedido de reconhecimento da existência de dano moral e ficou registrada, nos autos do processo, a *declaração de existência de relacionamento de cunho íntimo e consentido entre as partes* (PROCESSO Nº TST-RR-249/2002-016-04-40.3). A autora viajava com o reclamado e a esposa dele nas férias do casal, e na companhia de outros empregados, trabalhando aos finais de semana, na praia ou, no inverno, na cidade de Gramado. Sustentando-se em provas testemunhais, o TRT da 4ª Região, no Rio Grande do Sul, deu provimento ao recurso ordinário do reclamado para absolvê-lo do pagamento em dobro dos feriados e limitar a condenação do pagamento em dobro dos domingos ao período em que a autora prestava serviços na praia.

²⁵⁰ Tipificados no Código Penal, existem três crimes de ofensa à honra: calúnia, difamação ou injúria. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a calúnia e a difamação constituem crimes contra a honra objetiva, atingindo a reputação do indivíduo perante a sociedade. A injúria, por sua vez, afeta a honra subjetiva, ou seja, o sentimento de respeito pessoal. O crime de calúnia, previsto no artigo 138 do Código Penal, consiste em atribuir falsamente a alguém, em público, a autoria de um crime. A difamação, prevista no artigo 139 do Código Penal, envolve a imputação de um fato ofensivo à reputação de alguém, embora o fato não constitua crime. Previsto no artigo 140 do Código Penal, o crime de injúria caracteriza-se pela atribuição de algo desonroso e que ofende a dignidade de uma pessoa. Fonte: CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86990-cnj-servico-diferenca-entre-calunia-injuria-e-difamacao>>. Acesso em: 01/08/2018.

²⁵¹ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-1429-17.2012.5.15.0041, julgado em 2015.

²⁵² Fonte: PROCESSO Nº TST-RR-249/2002-016-04-40.3, julgado em 2008.

Além disso, a decisão regional acolheu o pedido do reclamado para excluir a declaração de que teria havido “relacionamento íntimo” e “consentido” entre as partes. A rejeição do recurso adesivo interposto pela reclamante, cuja decisão afirmou não ter havido a constatação de assédio sexual, segundo a interpretação dos magistrados da mesma Corte, ensejou a apresentação de recurso ao TST. A autora reafirmou ter sido pressionada pelo réu a manter com ele relações sexuais e reforçou que as provas testemunhais se mostraram suficientes à comprovação do assédio sexual que havia sofrido. Duas testemunhas mencionaram o fato. Uma delas narrou ter presenciado uma cena que teria acontecido às 23 horas na praia, na temporada da passagem do ano de 1999 a 2000, quando foi levar o copo d’água que havia sido solicitado pelo reclamado: *foi levar água para o reclamado no quarto deste e presenciou o mesmo agarrando a reclamante contra a porta e a empurrando em direção ao quarto desta* (PROCESSO Nº TST-RR-249/2002-016-04-40.3. **Grifos meus.**). A testemunha completou afirmando não ter conversado sobre o fato com a autora e que nunca ouviu comentários dentro da residência referindo a assédio do reclamado à reclamante ou sobre a possibilidade de que tivessem um *caso amoroso*. No acórdão regional, o ministro-relator assim avaliou o primeiro testemunho: *a situação descrita pela testemunha foge ao razoável*. E acrescentou:

Presume-se que o reclamado tenha pedido a tal testemunha, então sua empregada, o referido copo d’água. Ora, não seria crível que, sabendo que a mesma retornaria em breve, tentasse assediar a autora, inclusive tentando adentrar ao quarto desta. Ainda, foge ao razoável entender que, tendo presenciado tal fato, não teria a testemunha comentado com a autora ou qualquer outro funcionário da casa. (PROCESSO Nº TST-RR-249/2002-016-04-40.3)

A segunda testemunha mencionou que *às vezes notava que havia problemas de relacionamento* entre a reclamante e o reclamado e que havia presenciado uma ocasião quando o reclamado *falou na frente de todos os empregados* que: *“a guria era uma pessoa bacana, que ele até já tinha querido ela, mas ela não quis ele”* (PROCESSO Nº TST-RR-249/2002-016-04-40.3. **Grifos meus.**). Afirmou que tal declaração do réu tinha sido pronunciada em tom *sério*, com o propósito de justificar o motivo de não concordar que a reclamante fosse despedida; a testemunha incorporou ao depoimento que tinha ouvido pessoas da família do reclamado, a filha e a esposa, fazerem comentários no sentido de que a autora *tivesse um caso com este* – a esposa do reclamado estava mesmo *irritada com a proteção dada à reclamante*. Entretanto, o depoente *nunca* tinha presenciado o reclamado assediando a

trabalhadora e observou que o patrão *costumava fazer brincadeiras* com os empregados (PROCESSO Nº TST-RR-249/2002-016-04-40.3).

Desqualificando a narrativa da primeira testemunha e descartando evidências contidas no depoimento da segunda testemunha, no acórdão do regional foi considerado que ambos os testemunhos apresentavam, *no máximo*, apenas *alguns pequenos indícios quanto ao alegado* pela trabalhadora na inicial: *o que não chega a dar suporte à conclusão de que houvesse relacionamento de cunho íntimo e consentido entre a autora e o reclamado, assim como não comprovado o assédio sexual informado* (PROCESSO Nº TST-RR-249/2002-016-04-40.3). No acórdão do TST, pelo julgamento realizado em 2008, a decisão regional foi integralmente preservada, apontando a inexistência de dispositivo constitucional ou de lei ordinária que autorizasse o descanso pelos trabalhadores domésticos em dias de feriados. Quanto à denúncia de assédio sexual, a Corte Superior observou que uma decisão contrária à expressa pelo colegiado regional implicaria *o revolvimento do conjunto fático-probatório* dos autos, cujo reexame é impossível face ao disposto na Súmula nº 126 do TST.

Outro tema particularmente sensível analisado refere-se à exploração de trabalho doméstico infantil e em regime análogo ao de escravidão²⁵³. Em ação julgada pelo TST em 2014, o Ministério Público do Trabalho (MPT)²⁵⁴, assistindo duas menores de idade, *Roberta e Aline*²⁵⁵, em Teresina, no estado do Piauí, havia ajuizado uma reclamação trabalhista²⁵⁶ alegando que as meninas estavam exercendo trabalho doméstico, entre 2005 e 2009, submetidas a cárcere privado e a maus tratos, sofrendo agressões físicas e psicológicas. Os reclamados, em defesa, negaram a existência do propósito relacionado a trabalho,

²⁵³ Sobre o trabalho escravo contemporâneo, entre 1996 e 2013, mais de 50 mil trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão foram libertados no Brasil. Fonte: FREITAS, Ana. O trabalho escravo é uma realidade. Mas as punições, não. *Nexo Jornal*, 12 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/25/Como-a-falta-de-verbas-amea%C3%A7a-o-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em: 28/07/2017. Segundo o Código Penal Brasileiro, é considerado trabalho escravo qualquer atividade cujas condições do trabalhador atentem contra a dignidade humana. De acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, *é crime submeter o trabalhador a condições degradantes, jornada exaustiva, servidão por dívida ou qualquer tipo de trabalho forçado*.

²⁵⁴ De acordo com o site oficial da entidade na internet, o Ministério Público do Trabalho (MPT) *é o ramo do MPU [Ministério Público da União] que tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores. Também pode manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, quando entender existente interesse público que justifique. O MPT pode ser árbitro ou mediador em dissídios coletivos e pode fiscalizar o direito de greve nas atividades essenciais. Compete, ainda, ao MPT propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes de relações de trabalho, além de recorrer das decisões da Justiça do Trabalho tanto nos processos em que for parte como naqueles em que oficie como fiscal da lei*. Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/ompt/mpt/>. Acesso em: 02/08/2018.

²⁵⁵ Nomes fictícios.

²⁵⁶ Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001, julgado em 2014.

afirmando terem acolhido as menores, com a aprovação de seus responsáveis, em função de que elas viviam em condições de necessidade. Contestaram que houvesse, por elas, o desempenho de qualquer tipo de trabalho, *muito menos trabalho forçado*, e também afirmaram que não eram maltratadas e não haviam sido agredidas física nem psicologicamente. Alegaram, quanto ao fato de que não frequentavam a escola, que *Roberta* não estudava *porque não tinha interesse* e *Aline*, por não ter certidão de nascimento.

Em depoimento, a ré afirmou que trabalhava em dois expedientes e estava cansada por ter de cuidar também dos serviços domésticos – o acórdão descreve que a residência dos reclamados era uma *grande casa, com quintal e piscina*, na qual habitavam dez pessoas –, reconhecendo estar à procura de uma empregada doméstica quando a avó de *Roberta* indicou a neta. O mesmo teria acontecido em relação a *Aline*, recomendada pela mãe. Os reclamados, contudo, afirmaram que tratavam as menores da mesma forma com que tratavam as suas filhas e completaram terem levado as meninas para a casa deles com o propósito de que elas estudassem. As duas filhas do casal, de 14 e 15 anos, frequentavam o ensino básico e o filho estava na faculdade, estudante da Universidade Federal do Piauí (UFPI). *Roberta* contava 9 anos de idade quando da sentença primária e *Aline* estava cursando a 3ª série do Ensino Fundamental, no município de Miguel Alves, quando foi retirada da casa de sua mãe, conforme informou em depoimento. Nos autos, o magistrado observou:

A alegação de amparo e educação das vítimas também cai por terra, quando se analisa o inquérito policial e percebe-se que nele consta que [nome ocultado], em um depoimento chocante, comunicou que fugiu da residência da acusada, onde era mantida em cativeiro e onde era agredida física e psicologicamente, tendo relatado que não comia há três dias, tendo sido alimentada logo que chegou à Unidade Policial. (PROCESSO Nº TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001)

Ao chegar à Delegacia de Polícia, *Aline* apresentava inúmeros hematomas, escoriações e cicatrizes pelo corpo, descrita como *descabelada e maltrapilha*, tendo sido acionado o Conselho Tutelar para o acompanhamento do caso. Em relato, a menor afirmou que era a responsável por cozinhar, passar e lavar na casa da acusada. Quando não desempenhava as funções em conformidade ao que era exigido, sofria castigos, sendo fisicamente agredida, *utilizando-se a acusada de facas, fio de carregador de celular, cinturão, cabides, dentre outros objetos para espancá-la, além de fazê-la dormir no chão e deixá-la sem comida por dias e chutá-la na barriga* (PROCESSO Nº TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001).

Informados por *Aline* sobre a presença de outra menina na casa, vivendo nas mesmas condições, o Conselho Tutelar, acompanhado pelos policiais do Departamento de Proteção à Criança e ao Adolescente, dirigiram-se à casa dos réus. Lá chegando, encontraram *Roberta*, com aspecto semelhante ao de *Aline*, apresentando sérias queimaduras nos pés, o que dificultava a sua locomoção. Retirada do cárcere, *Roberta* foi colocada sob a responsabilidade do Conselho Tutelar. Nos autos, de acordo com o depoimento narrado pela menor:

(...) sempre que quando não fazia as coisas direito era agredida pela acusada com fios de carregador de celular, cabo de vassoura, faca, espaguete de cadeira, cinturão e fio de computador, algo digno de um filme de terror ou de drama baseados em fatos verídicos. A menor relatou outros tipos de agressão, bem como que era impedida de sair de casa. O inquérito policial conclui pelo indiciamento de [nome oculto] pela prática de cárcere privado, lesão corporal e trabalho em condições análogas a de escravo, tendo inclusive sido emitido Mandado de prisão em seu desfavor, com base na comprovação das monstruosidades praticadas contra essas crianças. (PROCESSO Nº TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001)

Uma vizinha dos réus, levada a juízo como testemunha, disse que nunca tinha visto as meninas circulando dentro da casa – o portão, gradeado, possibilitava a visualização de parte do interior –, mas sustentou já ter encontrado *Aline* pelas ruas e que a menina, relatando sofrer agressões, já havia pedido ajuda, afirmando que precisava fugir. Fundamentando-se principalmente nos depoimentos das menores e nos acervos probatórios documental (inquérito policial e inquérito civil) e testemunhal, o juízo primário foi desfavorável à tese dos réus, rejeitando o argumento de que as crianças teriam sido acolhidas em sua residência com o propósito de *criá-las e educá-las*.

Citando a Constituição Federal de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, que veda o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, o TRT da 22ª Região manteve a decisão primária que reconheceu a relação de emprego e determinou a anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social das menores *Roberta* e *Aline*, justificando:

Muito embora haja vedação constitucional em relação ao trabalho do menor, tal fato não impede que seja reconhecido o vínculo empregatício, quando comprovada a realização de trabalho infantil doméstico, pois as regras contidas no texto constitucional foram editadas para proteger o menor. Porém, **se as regras de proteção forem desrespeitadas, não deve o menor ser ainda mais prejudicado**. Assim, correta a decisão primária que reconheceu a relação de emprego e determinou a notação da CTPS, nos períodos reconhecidos, uma vez que caracterizada a existência de um trabalho de natureza pessoal, não eventual e com subordinação, sem finalidade lucrativa e no âmbito residencial da família, nos termos dos art. 1º da Lei n.º 5.859/1972, **ao arrepio dos dispositivos constitucionais retrocitados, não havendo como fugir da relação de emprego doméstico, pois, negar efeito a essa realidade resultaria em dupla ofensa às**

normas e princípios constitucionais e trabalhistas protetivos do trabalho humano, principalmente da criança e do adolescente, violando o direito dos menores em questão e causando-lhes mais prejuízos do que já suportaram até agora. (PROCESSO Nº TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001. Grifos meus.)

Insurgindo-se contra a decisão que reconheceu o vínculo de emprego e condenou-os ao pagamento de indenização por danos morais, os reclamados recorreram ao TST. Contestaram as provas apresentadas pelo Ministério Público do Trabalho e declararam que a conselheira tutelar e a delegada de Polícia, cujos depoimentos foram utilizados para embasar a condenação, ouvidas em juízo como informantes, não haviam presenciado nada:

[Os réus] Afirmam que o depoimento da primeira [conselheira tutelar] deveria ter sido apreciado com reserva, pois foi quem provocou a iniciativa do Ministério Público do Trabalho, no sentido de que ajuizasse a reclamação trabalhista.

Destacam que a Delegada de Polícia da DPCA, que presidiu o inquérito policial prestou depoimento em juízo, somente afirmando o que lhe foi relatado pelas menores, pois nada presenciou e nem ouviu e nem quem, porventura, tenha presenciado tal fato ou que dele tenha tomado conhecimento, vale dizer, que nada apurou concretamente sobre a existência de prestação de serviços domésticos pelas crianças.

Aduzem que as lesões a que se reporta a peça inicial são marcas antigas visualizadas pela autoridade policial, não se sabendo dizer se têm mais ou menos de quatro anos e nem quem sejam os autores, pois não há nos autos nenhuma prova nesse sentido. Questionam se vestígios de lesão corporais são suficientes para incriminar alguém sem se indagar a autoria de tais escoriações. Finalizam, dizendo que “os fatos mencionados no inquérito constituem uma versão do Ministério Público do Trabalho e das reclamantes desacompanhadas de lastro probatório”.

Alegam que as testemunhas por eles arroladas bem como as fotos apresentadas demonstraram a inexistência de vínculo laboral bem como a inserção das menores no contexto familiar como “pessoas da família” e não como doméstica escrava. (PROCESSO Nº TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001. Grifos meus.)

Mais uma vez o contexto familiar e o oportuno argumento de que se trata de “pessoas da família” utilizados como pretexto para contestar uma relação de trabalho doméstica, situação agravada pela exploração de trabalho infantil em cárcere privado, em condições análogas à de escravidão. A ministra-relatora do TST, Delaíde Miranda Arantes, no acórdão que negou provimento ao Agravo de Instrumento, acrescentou que, diante do quadro fático delimitado pela Corte de Origem, não esteve configurado um caso de *acolhimento de criança carente*, tendo os elementos evidenciado o trabalho das menores, bem como *o total descaso e o assédio moral a que estavam submetidas* (PROCESSO Nº TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001). A ministra-relatora ressaltou que o trabalho doméstico infantil é incompatível com o ordenamento jurídico constitucional vigente e impossibilita o exercício do *direito à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à*

liberdade e à convivência familiar e comunitária (PROCESSO N° TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001).

Mantida, enfim, a condenação, a decisão frisou a responsabilidade do Estado haja vista a hipossuficiência do trabalhador e também registrou as particularidades envolvidas nas relações de trabalho doméstico, desempenhado em âmbito privado:

O empregado doméstico possui direitos e deveres sociais, como qualquer outro trabalhador, e quanto maior a hipossuficiência, maior deverá ser a tutela estatal de proteção.

Não é tarefa fácil a prova do trabalho infantil doméstico bem como a comprovação de eventual dano moral nesse tipo de trabalho, sobretudo porque o trabalhador doméstico, na maioria das vezes, encontra-se sozinho com [o] empregador e, no momento do dano, não há testemunhas para relatar a lesão e, se há, geralmente são pessoas íntimas do empregador. Daí resulta a dificuldade de tais trabalhadores, no que concerne à comprovação dos fatos. (PROCESSO N° TST-AIRR-891-35.2010.5.22.0001)

Uma concepção mais abrangente e contundente pelo Estado, acerca dos efeitos sobre a sociedade da prática de exploração do trabalho infantil, em condições degradantes análogas à de trabalho escravo, foi exigida pelo Ministério Público do Trabalho em Ação Civil Pública julgada em 2017 pelo TST²⁵⁷. Os acontecimentos foram flagrados no estado da Bahia. A sentença de primeiro grau, a despeito de ter reconhecido que os réus exploraram, por mais de 10 anos, o trabalho doméstico infantil, submetendo *Mariana*²⁵⁸, então com a idade de 13 anos, a condições de trabalho análogas à de escravo, e de ter imposto a *abstenção de tais práticas*, indeferiu o pleito de indenização por danos morais coletivos. O TRT da 5ª Região, apreciando o recurso, manteve a decisão, assim argumentando:

No caso vertente, embora comprovada a intolerável prática perpetrada pelos recorridos, ao submeter por mais de dez anos, [nome ocultado], então com treze anos, ao trabalho doméstico, reduzindo-a à condição análoga a de escravo, não vislumbro tenha havido vilipêndio à esfera extrapatrimonial de um grupo, classe ou comunidade de pessoas, não emergindo, pois, daquela prática a existência de um sentimento coletivo de indignação, de desagrado e de vergonha capaz de ferir a "moral" da coletividade inserida nesse contexto.

A configuração do dano moral coletivo impõe que o ilícito e sua repercussão sejam de tal monta que provoquem a repulsa social imediata e que extrapole aquela relativa ao descumprimento pelo agente de determinadas normas de conduta trabalhista, não configurado *in casu*.

Como bem posto pela origem; *No presente caso, porém, os danos morais efetivamente produzidos pelos réus foram sofridos por uma única vítima, [nome ocultado], a qual moveu ação individual contra os reclamados no bojo do qual obteve a reparação pelos prejuízos morais sofridos*, fl. 1042.

Destarte, pelos motivos supra delineados, não há como ser reconhecido o pleito de condenação dos recorridos no pagamento de indenização por danos morais

²⁵⁷ Fonte: PROCESSO N° TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038.

²⁵⁸ Nome fictício.

coletivos, pelo que, nego provimento ao apelo do *Parquet*. (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038. *Grifos no original*.)

A decisão do tribunal regional, que desnuda a ampla naturalização da violência na sociedade brasileira, enfatiza não ter sido constatada *repulsa social*, pois não teria emergido, da prática, um *sentimento coletivo de indignação, de desagrado e de vergonha*, não tendo sido a conduta *capaz de ferir a "moral" da coletividade inserida nesse contexto*. Inconformado, o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso de revista ao TST, assinalando a prática *desumana* da exploração do trabalho infantil doméstico e escravo, bem como os reflexos sobre a coletividade, pois ainda que *somente atingindo, por enquanto, uma única trabalhadora, afronta toda a sociedade* (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038). Persistindo, desse modo, na condenação dos reclamados ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, diante dos

(...) malefícios causados com o reiterado e constante descumprimento, durante longos anos, de diversas normas jurídicas, de âmbito internacional, constitucional e infraconstitucional, agravada pela conduta de total descaso com a dignidade da jovem [nome ocultado]. (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038)

Na relatoria do caso encaminhado ao TST, o ministro-relator, Barros Levenhagen, teceu suas considerações, argumentado que, por meio da ação civil pública, são tuteláveis os interesses de grupos, assegurados pelos direitos coletivos. Completando, citou o inciso X do artigo 5º da Constituição:

É certo, ainda, que o inciso X do artigo 5º da Constituição elege como bens invioláveis, sujeitos à indenização reparatória, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Encontra-se aí claramente subentendida a preservação da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, por eles terem sido erigidos como fundamentos da República Federativa do Brasil, a teor do artigo 1º, inciso III e IV, da Constituição.

Nessa perspectiva, a conjugação entre o dano moral e a salvaguarda dos direitos da personalidade, abre espaço para inúmeras reflexões quanto à possibilidade de extensão da lesão de forma difusa, ou seja, de tutela geral da personalidade humana reconhecida dentro de uma dimensão supraindividual.

Para tanto, a referida norma do inciso X do artigo 5º da Constituição deve merecer interpretação mais elástica a fim de se incluir entre os bens ali protegidos não só a honra e a imagem no seu sentido mais estrito, mas também sequelas psicológicas oriundas de ato ilícito, em razão de elas, ao fim e ao cabo, terem repercussões negativas tanto na vida pessoal, social e profissional do ofendido como, inclusive, na possibilidade da lesão refletir em toda a coletividade. (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038)

Ao avaliar se a conduta de exploração do trabalho doméstico infantil e em condições degradantes, com a submissão da menor à condição similar ao regime de escravidão, implica em lesão de ordem coletiva a ser reparada, o ministro expôs:

Nessa diretriz, malgrado se cogite de interpretação restritiva quanto à caracterização do dano moral coletivo, o certo é que não se pode analisar o indivíduo em sua concepção singular, mas sim, enquanto integrante de uma coletividade. Isso quer dizer que o reconhecimento do direito coletivo também se relaciona a vítimas singulares e identificáveis, desde que a lesão sofrida tenha repercussão difusa e não meramente individual, a justificar a tutela pelo ordenamento jurídico. (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038)

Estabelecendo o quadro normativo que embasa a decisão, o acórdão remontou à Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho – que proíbe aos menores de 18 anos as piores formas de trabalho infantil²⁵⁹ –, ratificada pelo Brasil no ano de 2000, e, a respeito da legislação específica que versa sobre o trabalho doméstico, foi citada a Lei Complementar nº 150/2015. A regulamentação da legislação que ampliou os direitos e as garantias previstas à categoria profissional doméstica, que, nas palavras do ministro-relator, *durante muitos anos esteve à margem das proteções conferidas aos trabalhadores em geral*, teve como finalidade a *valorização do trabalho doméstico* (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038).

Dessa forma, a prática de trabalho infantil doméstico aliada à condição degradante e análoga ao trabalho escravo, ainda que direcionada a uma vítima em particular, representa nítido dano moral coletivo, na medida em que a lesão sofrida se irradia de forma difusa e generalizada para toda a categoria dos trabalhadores domésticos. Trata-se, pois, de interesse metaindividual, de indiscutível relevância social, na medida em que a prática do empregador, consistente em contratar menor para a prestação de trabalhos domésticos, sem contraprestação salarial e submissão aos maus tratos e regime de escravidão gera graves prejuízos à sociedade de uma forma generalizada. (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038)

Concluindo, portanto, pela existência de dano moral que se propaga por toda a sociedade, decorrente da exploração de trabalho doméstico infantil e análogo ao de escravo, a decisão do TST reverteu a sentença que havia sido mantida pelo tribunal regional. Ao prover o recurso interposto pelo Ministério Público do Trabalho, a condenação dos réus na Corte Superior não definiu, no entanto, o valor da indenização pelo dano imaterial e impôs o retorno dos autos à vara do trabalho de origem para que a fixação do montante fosse arbitrada.

²⁵⁹ Vale reprimir o Decreto nº 6.481 de 2008, que aprovou a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), proibindo o trabalho de menores de 18 anos nas atividades relacionadas, dentre as quais está classificado o serviço doméstico. Fonte: Brasil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 02/08/2017.

Para encerrar esta análise que já se prolonga excessivamente – resultante do esforço de selecionar, dentre quase um mil acórdãos do TST estudados, alguns processos emblemáticos do conflito judicial envolvendo as relações de trabalho doméstico remunerado contemporâneo –, será abordado o caso da trabalhadora *Maria dos Anjos*²⁶⁰. O trabalho de Dona *Maria dos Anjos*, que morava na residência da reclamada localizada no estado do Rio Grande do Norte, teve início em 1963. Embora tenha sido contratada como cuidadora²⁶¹ de uma idosa, a reclamada contestou o vínculo de emprego e sustentou ter sido estabelecido um relacionamento familiar – novamente o comovente e manjado argumento da relação familiar. Considerada como *membro da família e não como empregada doméstica*, defendendo-se a ré alegou que à reclamante foi *oferecido abrigo, alimentação e a possibilidade de ter acesso à educação e que, por óbvio, a autora ajudava nas tarefas domésticas* (PROCESSO Nº TST-AIRR-616-59.2014.5.21.0006).

A ré também afirmou que não havia pagamento de remuneração fixa e negou que tivesse havido despedida sem justa causa: a autora era quem havia tomado a decisão de deixar a sua residência após *desentendimentos familiares*. Na primeira instância, a julgadora acolheu a tese de *colaboração mútua* e considerou a relação de natureza familiar, apontando o *direito da reclamante de viajar para ficar com seus parentes*. Apreciando o recurso, a Corte regional, no entanto, avaliou que a caracterização de uma relação de cooperação e de vínculo familiar exigiria o intuito motivador centrado numa relação familiar, completando que o compadrio constitui um *resquício da tradição paternalista e do sistema da casa grande* (PROCESSO Nº TST-AIRR-616-59.2014.5.21.0006). Os pagamentos realizados em benefício da reclamante, conforme a decisão regional, denotavam a contraprestação e o fato de que a autora houvesse viajado ao Município de Mossoró, o que não ocorria frequentemente e, quando ocorria, era aos finais de semana, não implicava em ausência de continuidade na prestação dos serviços. Ademais, foi constatado que a reclamante era a responsável pela

²⁶⁰ Nome fictício adaptado. Fonte: PROCESSO Nº TST-AIRR-616-59.2014.5.21.0006, julgado em 2016.

²⁶¹ Tramita no Senado brasileiro uma proposta de lei que visa regulamentar a profissão de cuidador, o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016. O projeto define como cuidador o profissional que acompanha e dá assistência a idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doença rara, em residências, comunidades ou instituições e determina que, quando o cuidador for pessoa física, e trabalhe por mais de dois dias na semana, atuando no domicílio ou no acompanhamento de atividades da pessoa cuidada, terá contrato regido pelas mesmas regras dos empregados domésticos. Fonte: Senado Federal. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/28/regulamentacao-da-profissao-de-cuidador-sera-analisada-na-comissao-de-assuntos-sociais>>. Acesso em: 22/06/2017. A medida já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais e segue para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fonte: Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125798>>. Acesso em: 03/09/2018.

distribuição das funções aos demais empregados na residência, sendo a empregada *mais antiga na casa*.

Quanto à interação com a família empregadora, a presença da reclamante em *eventos sociais* promovidos pela família da reclamada, como casamento, primeira comunhão e outras comemorações, registradas em fotografias juntadas à inicial, demonstravam o longo convívio entre as partes, não descaracterizando, ainda segundo a decisão do tribunal regional, o vínculo de emprego. Configurada a relação de emprego, foi determinada a anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) da autora. Inconformada com a decisão, a ré recorreu à Corte Superior que, no julgamento em 2016, manteve contudo a solução regional, favorável à reclamação de Dona *Maria dos Anjos* que, após quase 50 anos de trabalho prestado, teve enfim seus direitos trabalhistas reconhecidos.

O percurso das Reclamações na Justiça

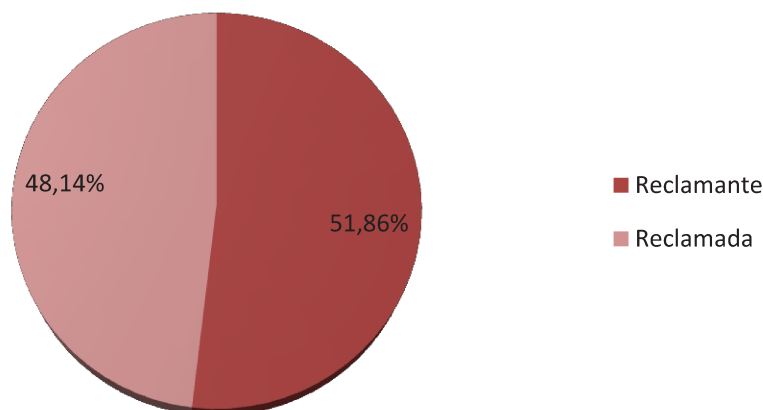
Conforme verificado, há uma margem superior, relativamente expressiva (4,94 pontos percentuais), de decisões que, para o período integral pesquisado, esta análise tem denominado “desfavoráveis” às reclamações trabalhistas domésticas. A rigor, sinalizam que, no TST – de acordo com os critérios metodológicos estabelecidos nesta pesquisa –, parte majoritária das reivindicações (52,47%) apresentadas pelas trabalhadoras em busca de alguma reparação por prejuízos e danos sofridos, não foi contemplada. Avançando nas investigações, é possível analisar quem conduziu o embate ao TST, ou seja, qual das partes do litígio, inconformada com a decisão de segunda instância, recorreu da decisão.

Do total dos acórdãos do TST analisados, 51,86% resultaram de recursos interpostos pelas reclamantes e os demais 48,14%, pelas reclamadas (**gráfico 5** a seguir). Isso permitiria a formulação de duas hipóteses não excludentes: a primeira, que os Tribunais Regionais do Trabalho brasileiros, de um modo geral, estabelecem decisões mais conservadoras ou avessas à ampliação da cobertura dos direitos sociais trabalhistas, recusando a extensão à categoria doméstica, o que causaria maior contestação na Corte Superior, pelas trabalhadoras; segunda, por lado não se pode desprezar que o desgaste do prolongamento judicial da demanda afetaria mais incisivamente as trabalhadoras, que dispõem de menos recursos, como capital econômico e capital social (rede de relações sociais que propiciariam o acesso à Justiça), para sustentar a reclamação judicial por mais tempo.

A **tabela 24** apresenta as informações segundo o ano da interposição do recurso ao TST. Nos anos de 2006, 2007, 2009, 2010 e 2012, as partes reclamadas superaram

as reclamantes quanto ao encaminhamento das ações ao Tribunal Superior. Em 2009, 61,39% dos acórdãos resultaram de recursos interpostos pelos empregadores; já em relação ao ano de 2013, 61,11% das ações julgadas pelo TST foram encaminhadas pelas trabalhadoras domésticas. As reclamantes, desse modo, superaram as reclamadas na apresentação de recursos à Corte Superior nos anos de 2008, 2011 e de 2013 a 2017. Para explicar esse incremento da confiança, nos anos apontados, que instigou as trabalhadoras a encaminharem à última instância da Justiça do Trabalho as suas reclamações, devem ser retomados os argumentos já mencionados anteriormente: o processo coletivo de discussão e aprovação da Lei nº 11.324 de 2006, da Emenda Constitucional nº 72 de 2013 e da Lei Complementar nº 150 de 2015 no país, bem como o processo de discussão protagonizado por representantes da categoria e lideranças sindicais brasileiras na elaboração da Convenção nº 189 da OIT, adotada em 2011 pelo organismo internacional e ratificada pelo Brasil em 2018 (conforme analisado no capítulo 3).

Gráfico 5: Parte que recorreu ao TST para a solução da reclamação trabalhista doméstica, nos Acórdãos julgados no período de 2006 a 2017



Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).
Elaboração própria.

Tabela 24: Parte que recorreu ao TST para a solução da reclamação trabalhista doméstica, nos Acórdãos julgados nos anos de 2006 a 2017

Ano	Reclamante	Reclamada	Total	Reclamante	Reclamada	Total	União	MPT	Total'
	Nº	Nº	Nº	%	%	%	Nº	Nº	Nº
2006	20	30	50	40,00%	60,00%	100,00%	3	0	53
2007	30	42	72	41,67%	58,33%	100,00%	1	0	73
2008	60	52	112	53,57%	46,43%	100,00%	9	0	121
2009	39	62	101	38,61%	61,39%	100,00%	7	0	108
2010	36	45	81	44,44%	55,56%	100,00%	5	0	86
2011	39	35	74	52,70%	47,30%	100,00%	0	0	74
2012	40	42	82	48,78%	51,22%	100,00%	3	0	85
2013	55	35	90	61,11%	38,89%	100,00%	0	0	90
2014	58	32	90	64,44%	35,56%	100,00%	2	0	92
2015	56	37	93	60,22%	39,78%	100,00%	2	0	95
2016	40	29	69	57,97%	42,03%	100,00%	0	0	69
2017	28	24	52	53,85%	46,15%	100,00%	0	1	53
TOTAL	501	465	966	51,86%	48,14%	100,00%	32	1	999

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: 2014: PROCESSO Nº TST-RR-466600-36.2009.5.09.0651, interposto pelas partes reclamante e reclamada.

Nota 2: 2015: 2 recursos interpostos pelas partes reclamante e reclamada (PROCESSO Nº TST-RR-521-74.2012.5.02.0023 e PROCESSO Nº TST-AIRR-1166-73.2010.5.03.0110).

Nota 3: 2016: PROCESSO Nº TST-AIRR-716-18.2011.5.09.0664, interposto pelas partes reclamante e reclamada.

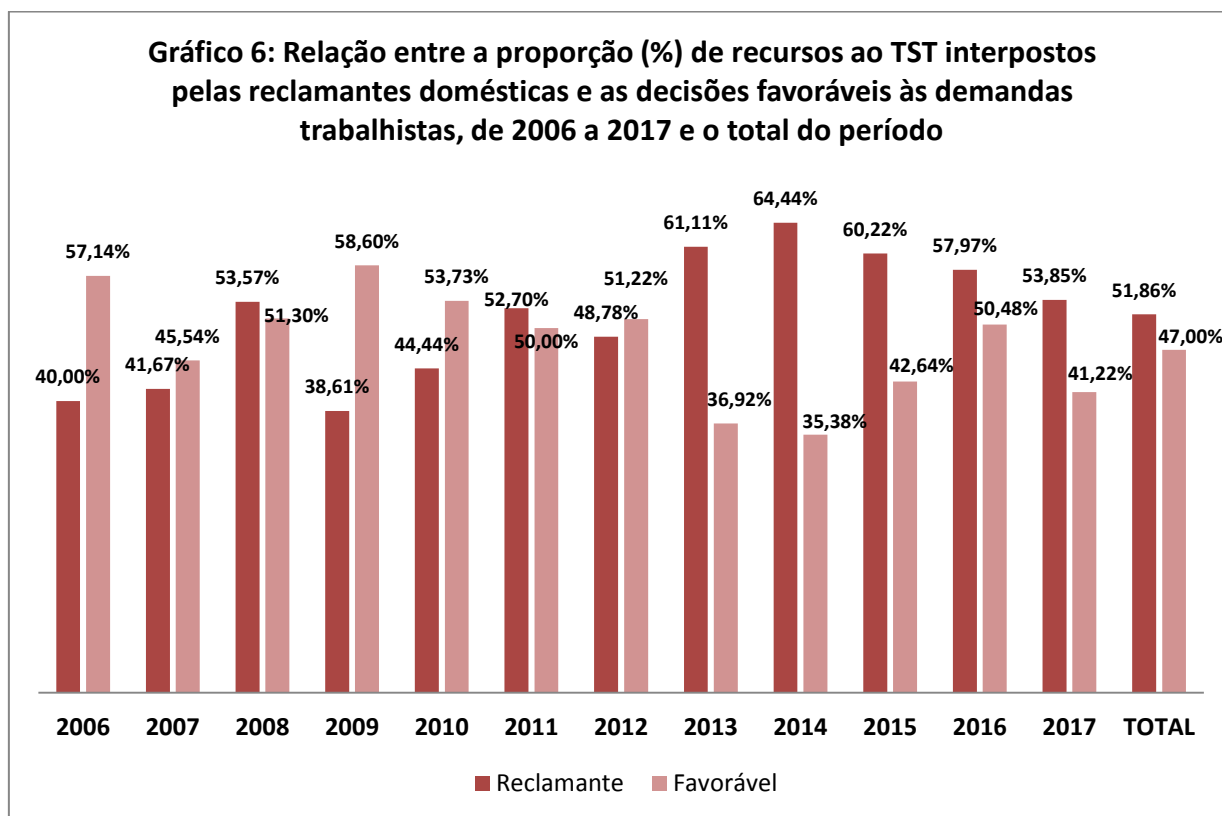
Nota 4: 2017: Nota: 1 Acórdão decorrente de processo movido pelo MPT em requisição a dano moral coletivo, por flagrante de trabalho infantil e análogo ao de escravo, por mais de 10 anos (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038). Dois acórdãos implicando as mesmas partes (PROCESSO Nº TST-RR-134000-76.2007.5.04.0026 C/J PROC. Nº TST-AIRR-16633-07.2010.5.04.0000) e um acórdão (PROCESSO Nº TST-AIRR-911-15.2011.5.03.0035) resultante de recursos interpostos por ambas as partes.

NOTA: Total 999: Inclusive os 5 acórdãos oriundos de recursos apresentados pelas partes reclamante e reclamada, inclusive 2 acórdãos de 2008 que não possibilitam a identificação do TRT de origem e exclusive acórdão de leiloeiro de 2015 (PROCESSO Nº TST-AIRR-166500-46.2010.5.17.0151), sendo que a reclamação pedia a penhora de bem imóvel.

Em contrapartida, o acolhimento dessas demandas pelo TST não acompanhou a expectativa das trabalhadoras. Acompanhe no **gráfico 6** a relação entre o percentual de recursos interpostos pelas reclamantes ao TST e as decisões favoráveis às reclamações domésticas. A rigor, em 2014, quando 64,44% dos recursos que chegaram ao TST foram encaminhados pelas reclamantes – percentual que representa o maior patamar verificado no período de 2006 a 2017 –, apenas 35,38% das decisões da Corte Superior foram favoráveis às reclamações das trabalhadoras domésticas – consistindo no menor percentual observado no estudo²⁶². Em 2015 e 2016, o decréscimo na interposição de recursos pelas reclamantes foi, no entanto, acompanhado pela elevação do número de decisões favoráveis. Em 2016, sobretudo por influência da aplicação da Emenda Constitucional nº 72/2013, houve elevação de decisões favoráveis quanto a temas como horas extras e intervalo intrajornada, além das decisões que acolheram as reclamações pelo seguro-desemprego (emissão da guia para a solicitação ao

²⁶² Questões processuais também podem explicar o não conhecimento dos recursos pelo TST – que não revê, por exemplo, o arcabouço probatório –, o que resulta na manutenção da decisão do segundo grau de jurisdição.

Ministério do Trabalho ou a indenização correspondente) e pelo direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como pode ser revisto na **tabela 22-D**.



Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota: Descontando o número de acórdãos que não tiveram solução apresentada (S/D).

A **tabela 25** sistematiza os dados, desagregando as informações segundo o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de origem dos recursos apresentados pelas partes à terceira instância: no total, foram analisadas 964²⁶³ ações trabalhistas domésticas julgadas pelo TST no período de 2006 a 2017 e oriundas dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho existentes no Brasil. Na sequência, a **tabela 26** e o **gráfico 7** dispõem a classificação dos tribunais regionais brasileiros de acordo com o número, absoluto e relativo, referente ao total de ações posteriormente encaminhadas ao julgamento na Corte Superior.

A principal origem dos acórdãos do TST analisados foi o TRT da 2ª Região, localizado em São Paulo (São Paulo), de onde foram provenientes 22,20% (214) – o que

²⁶³ O total, 964 ações, resultam do cálculo entre os 962 acórdãos efetivos (conforme aponta a tabela 1) correspondentes ao período de 2006 a 2017, inclusive os 5 acórdãos de recursos interpostos por ambas as partes, reclamantes e reclamadas (2 referentes ao TRT-9, julgados em 2014 e 2016, 2 referentes ao TRT-3, julgados em 2015 e 2017, e 1 referente ao TRT-2, julgado em 2015), exclusive o acórdão interposto pelo leiloeiro, julgado em 2015 pelo TRT-17, e exclusive os dois acórdãos, julgados em 2008, cujos tribunais regionais de origem não é possível identificar. (Ou: 962 efetivos - 1 leiloeiro e - 2 N.I. TRT = 959 + 5 Reclamante e reclamada = 964.)

equivale a aproximadamente um em cada cinco – do total de recursos apreciados pela Corte. Na segunda posição, o TRT da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com 11,41% (110) do total de recursos apresentados ao TST. Na terceira posição, empatados, com 11,10% (107) das ações cada, foram classificados o TRT da 9ª Região, em Curitiba, no Paraná, e o TRT da 15ª Região, em Campinas, no estado de São Paulo. Somando a estas três primeiras colocações, de acordo com o total de demandas trabalhistas domésticas apresentadas ao TST, os Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), e da 3ª Região, sediado em Belo Horizonte (Minas Gerais), respectivamente, 10,79% (104) e 9,96% (96), os seis tribunais regionais de origem com o maior número de recursos levados à terceira instância responderam por 76,56% do total.

Na outra ponta, dentre as menores proporções de acórdãos referentes à reclamação trabalhista doméstica encaminhados à Corte Superior, ficou posicionado o TRT da 19ª Região, em Maceió, no Alagoas, de onde 4 recursos foram provenientes, ou 0,41% do total. Na sequência, os Tribunais Regionais do Trabalho da 14ª Região, sediado em Porto Velho, responsável pelos estados de Rondônia e Acre; da 16ª Região, em São Luís, no Maranhão; e da 23ª Região, em Cuiabá, no Mato Grosso, onde 3 recursos tiveram origem, cada um, ou 0,31% do total. Na 18ª e última posição, o TRT da 22ª Região, em Teresina, no Piauí, de onde foram oriundos somente 2, correspondendo a 0,21%, do total dos recursos analisados pelo TST no período abrangido.

Tabela 25: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem, julgados no período de 2006 a 2017

Tribunal Regional de Origem	Nº	%
TRT-1ª Região: Rio de Janeiro (RJ)	104	10,79%
TRT-2ª Região: São Paulo (SP)	214	22,20%
TRT-3ª Região: Minas Gerais (MG)	96	9,96%
TRT-4ª Região: Rio Grande do Sul (RS)	110	11,41%
TRT-5ª Região: Bahia (BA)	41	4,25%
TRT-6ª Região: Pernambuco (PE)	26	2,70%
TRT-7ª Região: Ceará (CE)	9	0,93%
TRT-8ª Região: Pará e Amapá (PA) e (AP)	9	0,93%
TRT-9ª Região: Paraná (PR)	107	11,10%
TRT-10ª Região: Distrito Federal e Tocantins (DF e TO)	14	1,45%
TRT-11ª Região: Roraima e Amazonas (AM e RR)	7	0,73%
TRT-12ª Região: Santa Catarina (SC)	33	3,42%
TRT-13ª Região: Paraíba (PB)	11	1,14%
TRT-14ª Região: Acre e Rondônia (AC e RO)	3	0,31%
TRT-15ª Região: Campinas (SP)	107	11,10%
TRT-16ª Região: Maranhão (MA)	3	0,31%
TRT-17ª Região: Espírito Santo (ES)	19	1,97%
TRT-18ª Região: Goiás (GO)	15	1,56%
TRT-19ª Região: Alagoas (AL)	4	0,41%
TRT-20ª Região: Sergipe (SE)	6	0,62%
TRT-21ª Região: Rio Grande do Norte (RN)	7	0,73%
TRT-22ª Região: Piauí (PI)	2	0,21%
TRT-23ª Região: Mato Grosso (MT)	3	0,31%
TRT-24ª Região: Mato Grosso do Sul (MS)	14	1,45%
TOTAL	964	100,00%

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota 1: 2008: Dentre os Acórdãos julgados em 2008, dois não possibilitaram a identificação da Corte Regional de origem, tendo um destes sido recurso interposto pela reclamante e o outro, pela parte reclamada (PROCESSO Nº TST-AIRR-760892/2001.6 e PROCESSO Nº TST-ED-RR-746.828/2001.0).

Nota 2: 2014: Inclusive acórdão PROCESSO Nº TST-RR-466600-36.2009.5.09.0651, interposto pelas partes reclamante e reclamada.

Nota 3: 2015: Inclusive 2 recursos interpostos pelas partes reclamante e reclamada (PROCESSO Nº TST-RR-521-74.2012.5.02.0023 e PROCESSO Nº TST-AIRR-1166-73.2010.5.03.0110).

Nota 4: 2016: Inclusive acórdão PROCESSO Nº TST-AIRR-716-18.2011.5.09.0664, interposto pelas partes reclamante e reclamada.

Nota 5: 2017: Inclusive acórdão (PROCESSO Nº TST-AIRR-911-15.2011.5.03.0035) resultante de recursos interpostos por ambas as partes.

Exclusive o recurso apresentado pelo MPT ao TRT5 (PROCESSO Nº TST-RR-64100-69.2009.5.05.0038).

Portanto: O total, 964 ações, resultam do cálculo entre os 962 acórdãos efetivos (conforme aponta a tabela 1) correspondentes ao período de 2006 a 2017, inclusive os 5 acórdãos de recursos interpostos por ambas as partes, reclamantes e reclamadas (2 referentes ao TRT-9, julgados em 2014 e 2016, 2 referentes ao TRT-3, julgados em 2015 e 2017, e 1 referente ao TRT-2, julgado em 2015), exclusive o acórdão interposto pelo leiloeiro, julgado em 2015 pelo TRT-17, e exclusive os dois acórdãos, julgados em 2008, cujos tribunais regionais de origem não é possível identificar. (Ou: 962 efetivos - 1 leiloeiro e - 2 N.I. TRT = 959 + 5 Reclamante e reclamada = 964.)

Tabela 26: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, classificadas segundo o Tribunal Regional de origem, julgados no período de 2006 a 2017

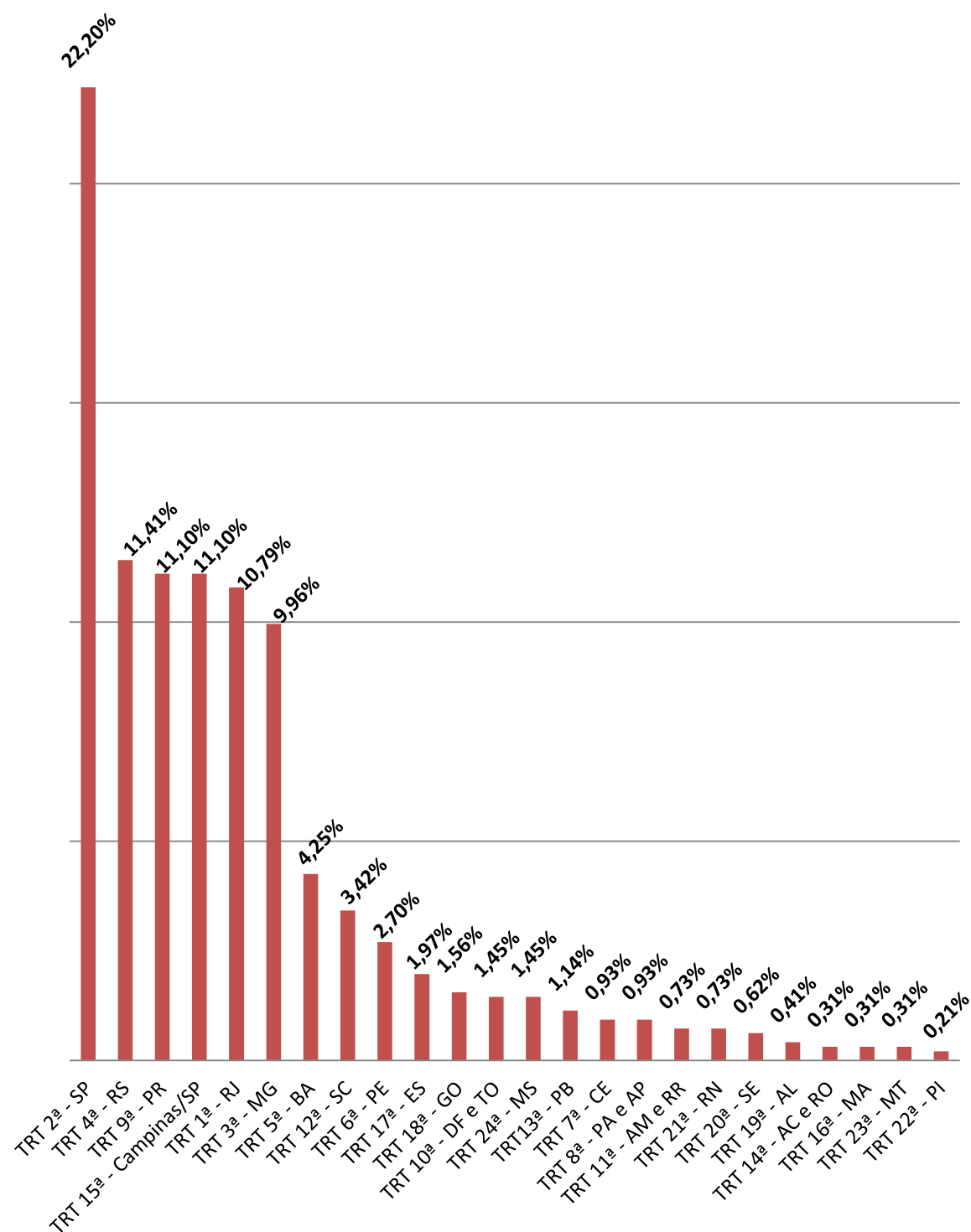
Posição	TRT	Nº	%
1ª	TRT 2ª - São Paulo/SP	214	22,20%
2ª	TRT 4ª - RS	110	11,41%
3ª	TRT 9ª - PR	107	11,10%
	TRT 15ª - Campinas/SP		
4ª	TRT 1ª - RJ	104	10,79%
5ª	TRT 3ª - MG	96	9,96%
6ª	TRT 5ª - BA	41	4,25%
7ª	TRT 12ª - SC	33	3,42%
8ª	TRT 6ª - PE	26	2,70%
9ª	TRT 17ª - ES	19	1,97%
10ª	TRT 18ª - GO	15	1,56%
11ª	TRT 10ª - DF e TO	14	1,45%
	TRT 24ª - MS		
12ª	TRT 13ª - PB	11	1,14%
13ª	TRT 7ª - CE	9	0,93%
	TRT 8ª - PA e AP		
14ª	TRT 11ª - AM e RR	7	0,73%
	TRT 21ª - RN		
15ª	TRT 20ª - SE	6	0,62%
16ª	TRT 19ª - AL	4	0,41%
17ª	TRT 14ª - AC e RO	3	0,31%
	TRT 16ª - MA		
	TRT 23ª - MT		
18ª	TRT 22ª - PI	2	0,21%
TOTAL		964	100,00%

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Portanto: O total, 964 ações, resultam do cálculo entre os 962 acórdãos efetivos (conforme aponta a tabela 1) correspondentes ao período de 2006 a 2017, inclusive os 5 acórdãos de recursos interpostos por ambas as partes, reclamantes e reclamadas (2 referentes ao TRT-9, julgados em 2014 e 2016, 2 referentes ao TRT-3, julgados em 2015 e 2017, e 1 referente ao TRT-2, julgado em 2015), exclusive o acórdão interposto pelo leiloeiro, julgado em 2015 pelo TRT-17, e exclusive os dois acórdãos, julgados em 2008, cujos tribunais regionais de origem não é possível identificar. (Ou: 962 efetivos - 1 leiloeiro e - 2 N.I. TRT = 959 + 5 Reclamante e reclamada = 964.)

Gráfico 7: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, classificadas segundo o Tribunal Regional de origem, julgados no período de 2006 a 2017



Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).
Elaboração própria.

Investigando ainda as decisões da Justiça do Trabalho brasileira em âmbito regional, conforme ilustra a **tabela 27** que segue, é possível aprofundar a análise acerca do modo pelo qual os conflitos trabalhistas domésticos têm sido solucionados nas segundas instâncias, a partir da análise quanto à parte que contesta tal solução. Pouco mais da metade das decisões nos acórdãos do TST estudados e que tiveram por origem o TRT da 9ª Região (PR), 52,34%, resultaram de recursos encaminhados pelas reclamantes, insatisfeitas com a decisão do colegiado local. Quanto aos Tribunais da 2ª Região (São Paulo/SP) e da 1ª Região (RJ), 64,02% e 63,46%, respectivamente, dos recursos ao TST foram apresentados pelas reclamantes; no mesmo sentido revelam os dados verificados para o TRT da 15ª Região (Campinas/SP), 57,01%. Inversamente, as decisões dos Tribunais da 4ª Região (RS) e da 3ª Região (MG) tiveram suas decisões, em maior proporção, contestadas em recursos para o TST pelas reclamadas, 68,18% e 60,42%, respectivamente. Isso significa que, nesses regionais, as trabalhadoras domésticas tiveram acolhidas suas demandas em percentual maior do que na 2ª e 15ª Regiões (respectivamente, São Paulo/SP e Campinas/SP).

As **tabelas 28-A a 28-D** apresentam o total de ações, ainda segundo o TRT de origem e a parte recorrente, de acordo com o ano do julgamento pelo TST. Em 2006 a maior parte das ações trabalhistas domésticas, cujo desfecho foi analisado a partir dos acórdãos do TST localizados, havia sido proveniente do TRT da 3ª Região (MG), respondendo por 20,00% do total de ações e das quais 80,00% foram interpostas pelas reclamadas, insatisfeitas, portanto, com a decisão do regional. Em 2007 foi o TRT da 4ª Região (RS) o principal Tribunal de origem, com 18,05% do total, sendo que 61,54% decorreram de recursos das reclamadas. Já entre 2008 a 2016, o TRT da 2ª Região (São Paulo/SP) havia sido a principal origem das reclamações julgadas na Corte Superior, com cerca de 20,00% no cálculo anual para todo o período e destaque para o ano de 2015, quando praticamente um em cada três recursos (31,18%), apreciados pelo TST, foram oriundos daquele tribunal regional e dos quais 65,52% foram interpostos pelas reclamantes. Em 2017 o TRT da 4ª Região (RS) voltou a liderar como a principal origem dos recursos, abarcando 15,38% do total e dos quais 62,50% foram encaminhados pelas reclamantes. Naquele mesmo ano, o TRT da 2ª Região (São Paulo/SP) respondeu por 11,54% dos recursos julgados no TST, sendo que 66,67% resultaram de recursos encaminhados pelas partes reclamadas.

Tabela 27: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem e a parte recorrente, inclusive União e MPT, julgados no período de 2006 a 2017

Tribunal Regional de Origem	Reclamante	Reclamada	Total	Reclamante	Reclamada	Total	União	MPT	Total'
	Nº	Nº	Nº	%	%	%	Nº	Nº	
TRT 1ª - RJ	66	38	104	63,46	36,54	100,00	0	0	104
TRT 2ª - São Paulo/SP	137	77	214	64,02	35,98	100,00	6	0	220
TRT 3ª - MG	38	58	96	39,58	60,42	100,00	4	0	100
TRT 4ª - RS	35	75	110	31,82	68,18	100,00	4	0	114
TRT 5ª - BA	18	23	41	43,90	56,10	100,00	0	1	42
TRT 6ª - PE	9	17	26	34,62	65,38	100,00	3	0	29
TRT 7ª - CE	5	4	9	55,56	44,44	100,00	0	0	9
TRT 8ª - PA e AP	3	6	9	33,33	66,67	100,00	0	0	9
TRT 9ª - PR	56	51	107	52,34	47,66	100,00	1	0	108
TRT 10ª - DF e TO	6	8	14	42,86	57,14	100,00	6	0	20
TRT 11ª - AM e RR	4	3	7	57,14	42,86	100,00	0	0	7
TRT 12ª - SC	17	16	33	51,52	48,48	100,00	1	0	34
TRT 13ª - PB	6	5	11	54,55	45,45	100,00	0	0	11
TRT 14ª - AC e RO	1	2	3	33,33	66,67	100,00	0	0	3
TRT 15ª - Campinas/SP	61	46	107	57,01	42,99	100,00	3	0	110
TRT 16ª - MA	0	3	3	0,00	100,00	100,00	0	0	3
TRT 17ª - ES	6	13	19	31,58	68,42	100,00	1	0	20
TRT 18ª - GO	8	7	15	53,33	46,67	100,00	0	0	15
TRT 19ª - AL	2	2	4	50,00	50,00	100,00	0	0	4
TRT 20ª - SE	5	1	6	83,33	16,67	100,00	0	0	6
TRT 21ª - RN	4	3	7	57,14	42,86	100,00	1	0	8
TRT 22ª - PI	0	2	2	0,00	100,00	100,00	0	0	2
TRT 23ª - MT	2	1	3	66,67	33,33	100,00	2	0	5
TRT 24ª - MS	11	3	14	78,57	21,43	100,00	0	0	14
TOTAL	500	464	964	51,87%	48,13%	100,00%	32	1	997

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017).

Elaboração própria.

Nota: Dentre os Acórdãos julgados em 2008, dois não possibilitaram a identificação da Corte Regional de origem, tendo um destes sido recurso interposto pela reclamante e o outro, pela parte reclamada (PROCESSO Nº TST-AIRR-760892/2001.6 e PROCESSO Nº TST-E-ED-RR-746.828/2001.0).

NOTA: Total 997: exclusive leiloeiro e exclusive 2 acórdãos julgados em 2008 que não possibilitam identificar o TRT de origem.

Tabela 28-A: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem e a parte recorrente, julgados nos anos de 2006 a 2017

Parte A (2006 a 2008)	2006						2007						2008					
	Reclamante		Reclamada		Total		Reclamante		Reclamada		Total		Reclamante		Reclamada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TRT 1ª - RJ	3	75,00	1	25,00	4	100,00	3	30,00	7	70,00	10	100,00	10	62,50	6	37,50	16	100,00
TRT 2ª - São Paulo/SP	5	83,33	1	16,67	6	100,00	6	75,00	2	25,00	8	100,00	13	54,17	11	45,83	24	100,00
TRT 3ª - MG	2	20,00	8	80,00	10	100,00	3	33,33	6	66,67	9	100,00	3	30,00	7	70,00	10	100,00
TRT 4ª - RS	1	14,29	6	85,71	7	100,00	5	38,46	8	61,54	13	100,00	5	50,00	5	50,00	10	100,00
TRT 5ª - BA	2	33,33	4	66,67	6	100,00	0	0,00	2	100,00	2	100,00	2	50,00	2	50,00	4	100,00
TRT 6ª - PE	0	0,00	3	100,00	3	100,00	3	60,00	2	40,00	5	100,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00
TRT 7ª - CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	50,00	2	50,00	4	100,00
TRT 8ª - PA e AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00	1	25,00	3	75,00	4	100,00
TRT 9ª - PR	1	50,00	1	50,00	2	100,00	3	37,50	5	62,50	8	100,00	4	36,36	7	63,64	11	100,00
TRT 10ª - DF e TO	1	100,00	0	0,00	1	100,00	2	40,00	3	60,00	5	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 11ª - AM e RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TRT 12ª - SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	4	100,00	4	100,00
TRT 13ª - PB	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 14ª - AC e RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 15ª - Campinas/SP	4	57,14	3	42,86	7	100,00	3	75,00	1	25,00	4	100,00	10	83,33	2	16,67	12	100,00
TRT 16ª - MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 17ª - ES	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TRT 18ª - GO	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00	3	100,00	0	0,00	3	100,00
TRT 19ª - AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TRT 20ª - SE	1	50,00	1	50,00	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TRT 21ª - RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 22ª - PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 23ª - MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 24ª - MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TOTAL	20	40,00	30	60,00	50	100,00	30	41,67	42	58,33	72	100,00	59	53,64	51	46,36	110	100,00

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017). Elaboração própria. Nota: Não é possível identificar o Tribunal Regional em 2 acórdãos de 2008.

Tabela 28-B: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem e a parte recorrente, julgados nos anos de 2006 a 2017

Parte B (2009 a 2011)	2009						2010						2011					
	Reclamante		Reclamada		Total		Reclamante		Reclamada		Total		Reclamante		Reclamada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TRT 1ª - RJ	4	44,44	5	55,56	9	100,00	8	66,67	4	33,33	12	100,00	8	100,00	0	0,00	8	100,00
TRT 2ª - São Paulo/SP	12	48,00	13	52,00	25	100,00	12	57,14	9	42,86	21	100,00	8	53,33	7	46,67	15	100,00
TRT 3ª - MG	3	33,33	6	66,67	9	100,00	2	33,33	4	66,67	6	100,00	1	20,00	4	80,00	5	100,00
TRT 4ª - RS	1	11,11	8	88,89	9	100,00	2	20,00	8	80,00	10	100,00	3	25,00	9	75,00	12	100,00
TRT 5ª - BA	2	66,67	1	33,33	3	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	4	80,00	1	20,00	5	100,00
TRT 6ª - PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 7ª - CE	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 8ª - PA e AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 9ª - PR	9	39,13	14	60,87	23	100,00	4	40,00	6	60,00	10	100,00	6	75,00	2	25,00	8	100,00
TRT 10ª - DF e TO	1	50,00	1	50,00	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 11ª - AM e RR	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 12ª - SC	3	60,00	2	40,00	5	100,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 13ª - PB	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00
TRT 14ª - AC e RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 15ª - Campinas/SP	2	25,00	6	75,00	8	100,00	3	30,00	7	70,00	10	100,00	2	33,33	4	66,67	6	100,00
TRT 16ª - MA	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 17ª - ES	0	0,00	3	100,00	3	100,00	1	25,00	3	75,00	4	100,00	0	0,00	3	100,00	3	100,00
TRT 18ª - GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TRT 19ª - AL	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 20ª - SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 21ª - RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 22ª - PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 23ª - MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 24ª - MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	100,00	0	0,00	5	100,00
TOTAL	39	38,61	62	61,39	101	100,00	36	44,44	45	55,56	81	100,00	39	52,70	35	47,30	74	100,00

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017). Elaboração própria.

Tabela 28-C: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem e a parte recorrente, julgados nos anos de 2006 a 2017

Parte C (2012 a 2014)	2012						2013						2014					
	Reclamante		Reclamada		Total		Reclamante		Reclamada		Total		Reclamante		Reclamada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TRT 1ª - RJ	3	75,00	1	25,00	4	100,00	3	50,00	3	50,00	6	100,00	9	69,23	4	30,77	13	100,00
TRT 2ª - São Paulo/SP	15	78,95	4	21,05	19	100,00	19	79,17	5	20,83	24	100,00	18	72,00	7	28,00	25	100,00
TRT 3ª - MG	4	33,33	8	66,67	12	100,00	5	55,56	4	44,44	9	100,00	4	57,14	3	42,86	7	100,00
TRT 4ª - RS	2	25,00	6	75,00	8	100,00	3	37,50	5	62,50	8	100,00	4	57,14	3	42,86	7	100,00
TRT 5ª - BA	2	66,67	1	33,33	3	100,00	3	75,00	1	25,00	4	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 6ª - PE	1	33,33	2	66,67	3	100,00	1	25,00	3	75,00	4	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 7ª - CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 8ª - PA e AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 9ª - PR	2	25,00	6	75,00	8	100,00	6	75,00	2	25,00	8	100,00	7	63,64	4	36,36	11	100,00
TRT 10ª - DF e TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 11ª - AM e RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 12ª - SC	1	50,00	1	50,00	2	100,00	2	50,00	2	50,00	4	100,00	3	100,00	0	0,00	3	100,00
TRT 13ª - PB	1	50,00	1	50,00	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 14ª - AC e RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 15ª - Campinas/SP	5	35,71	9	64,29	14	100,00	6	66,67	3	33,33	9	100,00	8	72,73	3	27,27	11	100,00
TRT 16ª - MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	100,00	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 17ª - ES	1	50,00	1	50,00	2	100,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TRT 18ª - GO	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	33,33	2	66,67	3	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 19ª - AL	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 20ª - SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 21ª - RN	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	2	100,00
TRT 22ª - PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 23ª - MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 24ª - MS	2	100,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	50,00	2	50,00	4	100,00
TOTAL	40	48,78	42	51,22	82	100,00	55	61,11	35	38,89	90	100,00	58	64,44	32	35,56	90	100,00

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017). Elaboração própria.

Tabela 28-D: Total de ações trabalhistas domésticas abrangidas nos Acórdãos do TST analisados, segundo o Tribunal Regional de origem e a parte recorrente, julgados nos anos de 2006 a 2017

Parte D (2015 a 2017)	2015						2016						2017					
	Reclamante		Reclamada		Total		Reclamante		Reclamada		Total		Reclamante		Reclamada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TRT 1ª - RJ	6	75,00	2	25,00	8	100,00	5	71,43	2	28,57	7	100,00	4	57,14	3	42,86	7	100,00
TRT 2ª - São Paulo/SP	19	65,52	10	34,48	29	100,00	8	66,67	4	33,33	12	100,00	2	33,33	4	66,67	6	100,00
TRT 3ª - MG	5	71,43	2	28,57	7	100,00	2	40,00	3	60,00	5	100,00	4	57,14	3	42,86	7	100,00
TRT 4ª - RS	3	33,33	6	66,67	9	100,00	1	11,11	8	88,89	9	100,00	5	62,50	3	37,50	8	100,00
TRT 5ª - BA	1	16,67	5	83,33	6	100,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00	1	25,00	3	75,00	4	100,00
TRT 6ª - PE	1	25,00	3	75,00	4	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	50,00	1	50,00	2	100,00
TRT 7ª - CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	33,33	2	66,67	3	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 8ª - PA e AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TRT 9ª - PR	9	100,00	0	0,00	9	100,00	1	25,00	3	75,00	4	100,00	4	80,00	1	20,00	5	100,00
TRT 10ª - DF e TO	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 11ª - AM e RR	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 12ª - SC	2	100,00	0	0,00	2	100,00	5	100,00	0	0,00	5	100,00	0	0,00	4	100,00	4	100,00
TRT 13ª - PB	1	100,00	0	0,00	1	100,00	2	100,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 14ª - AC e RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00
TRT 15ª - Campinas/SP	5	45,45	6	54,55	11	100,00	8	80,00	2	20,00	10	100,00	5	100,00	0	0,00	5	100,00
TRT 16ª - MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 17ª - ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 18ª - GO	0	0,00	1	100,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00
TRT 19ª - AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 20ª - SE	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 21ª - RN	2	100,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 22ª - PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 23ª - MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	2	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRT 24ª - MS	1	100,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	56	60,22	37	39,78	93	100,00	40	57,97	29	42,03	69	100,00	28	53,85	24	46,15	52	100,00

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados nos anos de 2006 a 2017). Elaboração própria.

Portanto, os dados apontam que as decisões regionais proferidas nos tribunais da 2ª Região (São Paulo/SP), da 1ª Região (Rio de Janeiro) e da 15ª Região (Campinas/SP) – a partir dos acórdãos do TST localizados e estudados nos limites desta investigação, em julgamentos realizados na Corte Superior entre 2006 e 2017 –, foram mais avessas à ampliação da cobertura do campo de proteção social às trabalhadoras domésticas, oferecendo interpretações do arcabouço normativo legal (mais especificamente o que estabelecem a Lei nº 5.859/1972, o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 11.324/2006, a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015) majoritariamente desfavoráveis ao atendimento de direitos demandados judicialmente pelas trabalhadoras domésticas.

Na contramão, os tribunais regionais da 4ª Região (Rio Grande do Sul) e da 3ª Região (Minas Gerais) formalizaram decisões fundamentadas em interpretações mais extensivas quanto aos direitos sociais trabalhistas, de maneira a promover o acesso pelas trabalhadoras domésticas. As decisões desses tribunais expressam, preponderantemente, leituras da lei fundamentadas em posicionamentos políticos do julgador que têm como cerne, em tendência, a promoção da igualdade jurídica na sociedade brasileira, procurando romper com um status de trabalhadoras de segunda categoria socialmente conferido às domésticas, e no sentido do que foi possível avançar, ainda que no plano normativo, por meio da conquista da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, da Lei Complementar nº 150, de 2015.

Por outro lado, em casos extremos tais como os expressos a partir das informações coletadas na pesquisa em se tratando dos tribunais da 16ª Região (Maranhão) e da 22ª Região (Piauí), para os quais 100% dos recursos encaminhados ao TST foram interpostos pelas partes reclamadas, não é possível afirmar que absolutamente sejam indicativos de decisões menos conservadoras ou que visam a ampliar a cobertura pelos direitos sociais trabalhistas às domésticas, em função do baixíssimo número de recursos (3 e 2, respectivamente) interpostos à terceira instância. Indicam, na realidade, o ínfimo acesso à Justiça do Trabalho, sobretudo em estados brasileiros que enfrentam acentuada desigualdade social e, em decorrência, patamares elevados de pobreza e vulnerabilidade social. O Piauí é a Unidade da Federação brasileira onde foi observado o menor rendimento médio real recebido pelas trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada (conforme **ANEXO B'**), de acordo com a PNAD Contínua do IBGE – junto com o Maranhão e a Paraíba, compõem os três estados onde são auferidos os rendimentos inferiores. Além disso, como visto a partir do levantamento desta pesquisa, o Piauí foi um dos estados onde duas crianças foram resgatadas

do trabalho doméstico desempenhado em condições análogas à escravidão, em ação assistida pelo Ministério Público do Trabalho e levada a julgamento pelo TST em 2014.

5.4. As Audiências no Fórum Ruy Barbosa

Tendo perscrutado os recentes conflitos trabalhistas domésticos judicializados no Brasil por meio de documentos institucionais e debruçado-se sobre as distintas interpretações das leis e as decisões nas instâncias da Justiça do Trabalho a partir dos acórdãos do TST, a análise aproximará o foco. Nesta última seção, será apresentada uma análise de três audiências em varas do trabalho em São Paulo, acompanhadas no período de 2016 a 2018. Os meandros da primeira instância foram presencialmente sondados e a narrativa – que se torna observadora, passando à primeira pessoa – tecida em contato com as disputas descortinadas entre os agentes da relação de trabalho.

Descobrendo a Justiça

Identificar onde e quando viria a ser realizada uma audiência de julgamento de uma reclamação trabalhista doméstica foi realmente uma “descoberta”. Minha primeira tentativa foi buscar orientação na Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, de São Paulo. Pelo telefone, um gentil rapaz me recomendou procurar diretamente uma vara do trabalho. Somente na região central de São Paulo existem 90 varas do trabalho, agrupadas no Fórum Ruy Barbosa. Em minha saga, que durou semanas, após algumas dezenas de ligações telefônicas e transferências para ramais de seções do fórum, uma moça servidora me apontou que eu dificilmente conseguiria saber com antecedência se a causa a ser julgada, em determinado dia, envolvia uma queixa doméstica, pela maneira como são propriamente organizadas e sistematizadas as informações processuais na agenda das ações em andamento. Eu também tive imensa dificuldade para compreender o que exatamente isso significava, tanto em termos da lógica de planejamento institucional quanto dos caminhos que poderia adotar para realizar o meu objetivo. A servidora solícita então me fez a sugestão que mais me soou promissora: entrar em contato com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e solicitar a indicação de um caso que estivesse sendo acompanhado pela instituição.

Primeiramente telefonei para a secretaria do sindicato, mas a recepcionista me informou que não havia nenhuma dirigente presente naquele momento. Perguntei qual seria o horário mais oportuno para encontrá-las, mas ouvi que não era possível prever; sugeriu-me enviar um e-mail para o endereço eletrônico de atendimento ao público do sindicato. Enviei-o,

solenemente, explicando o meu interesse, ao que complementei com o resumo do meu projeto. Naquela primeira tentativa, infelizmente, não obtive qualquer retorno. Mas a teimosia é uma de minhas principais características, em seus aspectos positivos e negativos.

Diante do silêncio perturbador, recorri ao amigo de um colega de trabalho, auditor fiscal do trabalho, *Renato*, que, enfim, encaminhou-me um *link* da página do TRT-2, pelo qual eu teria acesso a uma ferramenta para consulta das pautas de julgamento de primeira instância judiciária, disponibilizadas *on-line*. Para tanto, eu precisaria indicar a data e a vara trabalhista. Entretanto, enfatizou que desconhecia, por esse recurso digital, uma busca por assunto; a alternativa seria *ir a alguma vara da Barra Funda e perguntar em cada vara quando ocorreria uma audiência de doméstica e explicar a situação... quando um funcionário atencioso atendê-la, talvez ache uma pauta de doméstica*.

Bem, optei pela busca no sítio digital do TRT. Dentre as 90 Varas do Trabalho situadas na região central da capital paulista, resolvi iniciar pela correspondente às proximidades da mediana, vara 45. Estávamos no início do mês de novembro de 2016. Esgotadas as sessões disponíveis na pauta, agendadas até o final do ano, passei para a vara 43 e, na sequência, a vara 44. Os itens da pauta de julgamento informavam, numa tabela, a partir do dia selecionado, apenas o horário, o número do processo, o tipo de audiência e a descrição do processo – essa descrição, em geral, mencionava *Ação trabalhista (Ordinário)*. Assim, pesquisando vara a vara, dia a dia, dentre os horários correspondentes às sessões, pelo número do processo relacionado era possível acessar outras informações gerais: autor, réu, advogados, juízes responsáveis, datas das audiências e demais trâmites. Porém, ainda assim, mesmo com as informações adicionais correspondentes a cada processo, nada sinalizava qual seria uma reclamação doméstica.

Acessando um a um cada processo pautado, o procedimento adotado foi de eliminação: quando o réu relacionado era uma empresa, descartava-o. Até que acessei uma descrição que apontava duas pessoas físicas, mulheres, em litígio judicial trabalhista, a ser apreciado na semana seguinte. Na tentativa de me certificar, novamente liguei para o fórum e perguntei se desta vez, com o número do processo, seria possível confirmar minha suposição de que se tratava de uma demanda doméstica. Recebi outro “não” gentil: mesmo com o número do processo ainda não havia como identificar previamente quaisquer informações mais precisas. Com o nome do advogado da reclamante, localizei na internet o escritório, no município de Taboão da Serra, Zona Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, limítrofe do bairro paulistano Campo Limpo, na periferia da cidade. Com o número de telefone deste, fui diretamente atendida pelo advogado: identifiquei-me e expliquei o meu

interesse como doutoranda pesquisadora das relações de trabalho doméstico. Ele confirmou que sua cliente era uma trabalhadora doméstica, despedida quando gestante. Contudo, esclareceu que a audiência pautada se tratava já da sessão de julgamento, quando as partes não estão presentes.

Continuada a busca, finalmente localizei outro processo relacionando duas pessoas físicas, mulheres, uma de nome Maria e outra de sobrenome tradicional de origem italiana, assessorada por uma advogada cujo escritório localizava-se no Itaim Bibi. Desta vez não consegui localizar os advogados das partes. A solução seria solicitar uma dispensa no meu emprego e arriscar a ida ao Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda.

Nas Audiências

Caso 1 (Processo nº 00013961020145020044)

Audiência de Instrução

Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, 44ª Vara, 18º Andar, Bloco A

Data: 02 de dezembro de 2016 (11h10)

Eu nunca havia entrado em um Fórum antes. As dimensões surpreenderam-me. A entrada imensa, diversas passagens com detectores de metal, um pátio bastante amplo e, à esquerda, os elevadores. Peguei o primeiro elevador, errado, porque se deslocava apenas entre os andares de números ímpares. Cheguei um pouco antes do horário previsto para o início da sessão (umas 10h30) e me dispus a observar, tentando “adivinhar” quem seriam os motivadores da minha presença. Dentre as inúmeras mulheres e homens, sentadas e em pé, me pus a indagar aos meus botões quais deveriam ser advogados, quais representantes das empresas e qual seria a trabalhadora doméstica. Do lado de fora da sala onde pessoas aguardavam, em frente à sala de audiências, nos bancos estofados em duas fileiras posicionadas uma em frente à outra, as demais aguardavam em pé, conversando em grupos – elegantes homens de ternos e mulheres de saltos altos e *tailleurs*... alguns bem jovens.

Encostada em um balcão (onde se lia: *Horário de atendimento: das 11h30 às 18h*), ouvi uma jovem senhora comentar, ao meu lado, sobre os tapumes colocados no parapeito do Fórum para impedir os suicídios... Perguntei, para iniciar um diálogo, se havia outras salas onde juízes realizavam as audiências e ela me apontou as duas varas, 44 e 45, além da vara 43, mais adiante, daquele andar. Sessões atrasadas, às 11 horas ela foi chamada (preposta de uma empresa), haveria mais uma na sequência e, então, a audiência que eu esperava. Outra jovem senhora, cabelos loiros, de óculos, também em pé, do outro lado do balcão, perguntou-me se eu já seria logo chamada para uma das salas e respondi que eu não,

estava apenas para assistir a uma audiência... Reclamando do atraso, ela parecia estar um pouco irritada.

Com o “radar” de pesquisadora ligado, resolvi me sentar, havia duas mulheres negras sentadas na ponta, lado esquerdo, e aproximou-se um homem, também negro, e sentou-se ao lado delas. Eu, ao lado dele (meio banco adiante). Atenta à conversação, ouvi o senhor lamentar-se pela morte do filho mais velho, que havia se submetido a uma cirurgia, no início de novembro. Eu pouco podia escutar o que as duas mulheres falavam, com vozes bem baixinhas. Compartilhando sua tristeza pela recente perda do primogênito, foi acolhido com palavras solidárias pelas mulheres. Nesse momento, dispensada, a preposta da empresa passou por mim, sem se despedir, e a próxima sessão teve início, convocadas as respectivas partes para adentrar a sala. Ao meu lado, os três conversaram algo sobre a sua religiosidade, eram Testemunhas de Jeová.

Com a sala um pouco mais vazia, pude ouvir a senhora comentar que o “doutor” sempre havia sido *bem atencioso*. O advogado passou então a comentar diretamente sobre o caso que ensejou a reclamação trabalhista, afirmando-se esperançoso quanto ao processo após avaliar que o laudo médico era favorável, ao comprovar que o acidente de trabalho sofrido afetou a estética e a mobilidade na mão da trabalhadora, que sofreu perda de certas habilidades, como força e capacidade de segurar objetos. Comentando que havia trabalhado sem o registro na carteira (e eu ia confirmando que estava mesmo diante de uma demanda trabalhista doméstica), a senhora mais velha, dona *Maria Auxiliadora* (nome fictício) que vinha acompanhada de sua filha, queixou-se da demora do processo, tendo já se passado três anos, e expressou o receio de que o estabelecimento de um acordo indenizatório não viesse acompanhado do reconhecimento do vínculo formalizador do trabalho. Em um novo emprego, havia dois meses e com o registro na carteira, ela afirmou comprovar entre 9 e 10 anos de contribuição à Previdência Social.

Decidi não me aproximar diretamente por avaliar que poderia ser inconveniente, dada a ocasião. Preferi apenas registrar à distância e anonimamente o que observava. Na tentativa de pelo menos demonstrar a minha intenção, perguntei ao advogado, que ainda estava ao meu lado, se havia algum tipo de formalização para assistir à audiência. Perguntou-me então se eu era estagiária e, ao saber do meu estudo da relação doméstica, respondeu que não era necessário e que dificilmente um juiz se oporia à presença de interessados. Quando se levantaram para entrar na sala, eu os segui.

Dentro da sessão, aguardando o início, novamente me posicionei à esquerda da entrada, em frente à dona *Maria Auxiliadora* e o seu advogado. A jovem senhora, de cabelos

loiros, acompanhada de sua advogada, também se apresentou: era a ré, preposta no caso da doméstica. Convocados à mesa pela juíza para a discussão do processo, a *doutora* e o *doutor* cumprimentaram-se formalmente entre si e a *Excelência*; a reclamante, bastante séria, e a ré não se cumprimentaram, sequer se olharam. Passaram a apreciar a proposta de indenização: a reclamada havia oferecido R\$ 1.000,00, a serem pagos em duas parcelas de R\$ 500,00. O advogado da reclamante rejeitou a tal proposta, argumentando que o salário mensal da trabalhadora era de R\$ 1.600,00 e, além disso, pela ausência do registro na carteira, a doméstica havia estado desamparada da Previdência Social. A juíza então propôs o valor de R\$ 5.000,00, ao que a advogada da reclamada não concordou e a preposta, com sua postura bastante sóbria, registrou que não dispunha de condições para pagar.

Considerando o laudo pericial, comentaram rapidamente o descumprimento do procedimento documental que possibilitaria o pleno esclarecimento técnico das consequências do acidente de trabalho: os exames complementares não foram avaliados pelo perito responsável pelo caso e a juíza, diante da ausência do que denominou por conclusão pericial, determinou a convocação do perito para que juntasse aos autos os exames indicados, no prazo de 10 dias, especificando “*o eventual*”, segundo as palavras agregadas pela advogada da reclamada, grau de perda da capacidade funcional da mão.

Indagada pela juíza, dona *Maria Auxiliadora* contou que morava na casa da patroa e nunca havia anotado formalmente os horários de início e término das jornadas de trabalho. Habitualmente trabalhava das 8 horas até as 21 horas ou 21 horas e 30 minutos, de segunda-feira a segunda-feira, com folgas a cada 15 dias, quando saía à *tardinha* na sexta-feira e retornava na segunda-feira pela manhã. *O que a senhora fazia?*, indagou a juíza. *Tudo*, respondeu. Cozinhar era a atividade principal, mas também lavava a louça, limpava a casa, varria o quintal, limpava o jardim, ocasionalmente substituía a copeira (que folgava um dia na semana, também a cada 15 dias) e prestava assistência à *senhora*, sua patroa. Sobre os intervalos para refeição: não tinha, almoçava em 15 a 20 minutos. A juíza então questionou se ela poderia sair mais cedo, sem comunicar a patroa: *Sim, mas tinha de servir a janta*.

Dona *Maria Auxiliadora* também comentou que devia permanecer na casa, uma vez que a patroa apresentava problemas de saúde. Em 2013, de janeiro a março, haviam sido contratados enfermeiros para os cuidados especiais com a patroa, e a doméstica auxiliava-os nas tarefas de banho, troca de roupas, enfim, até que a senhora veio a falecer. Também trabalhavam na casa, além dela, ao menos outra trabalhadora, a mais antiga – completando, interrogada pela advogada da ré, que esta era a principal responsável por cuidar da patroa –, e um segurança. A juíza perguntou simplesmente: *a senhora* [referindo-se à

patroa] *morava sozinha?*, obtendo um *sim* como resposta (e que acentuou a minha sensação de discordância dos termos).

Despedida, a trabalhadora conseguiu um novo emprego em uma semana, onde permaneceu por um mês e poucos dias, pois o dedo doía intensamente. A partir daí, fez alguns *bicos*. No momento tinha um emprego fixo, com carteira assinada. Comentado sobre as funções que vinha exercendo, ela mencionou realizar serviços gerais e, inclusive, cozinhar, confirmando a sugestão da juíza, que encerrou o depoimento de dona *Maria Auxiliadora*.

A advogada da reclamada apresentou uma segunda proposta: R\$ 1.600,00, o valor nominal do salário que a trabalhadora auferia mensalmente à época, para a qual obteve nova recusa, expressa pelo advogado da trabalhadora. O mais interessante, no entanto, aguardava-me ao final da audiência, quando a juíza já havia dispensado as partes. Sentada bem ao lado, no primeiro banco, a cerca de um metro de distância, em perspectiva privilegiada, pude observar: primeira a levantar-se para sair, dona *Maria Auxiliadora* tentou abrir a porta, mas não conseguiu. Tentou, tentou, tentou até indagar: *Está trancada?!; Não! Está aberta!*, exclamou sorrindo a advogada da preposta, que rapidamente abriu a porta. Somente eu constatee que o acidente de trabalho de dona *Maria Auxiliadora* se manifestou em sua gravidade ali mesmo, em frente à juíza que analisou o caso?

Ao lado de fora, na sala de espera, dona *Maria Auxiliadora* e o seu advogado juntaram-se à filha que a aguardava. Comentando sobre a sessão, o advogado demonstrou não ter ficado satisfeito (estava com o *coração partido*, em suas palavras): a resposta dada pela doméstica à juíza, afirmando que ainda realizava a atividade de cozinhar *como antes*, poderia ser interpretada pela magistrada, na avaliação do advogado, como uma indicação de que o acidente de trabalho efetivamente não tivesse exercido tanto impacto e causado perda em suas habilidades da mão. Desanimada, dona *Maria Auxiliadora* manifestou descrença: *Vou deixar pra lá. Não vou vir mais aqui não!*. Ouviu do advogado que não desistiria, pois o laudo pericial havia atestado sequelas no dedo, o que comprovaria tecnicamente a redução da capacidade de trabalhar. Rememorando o dia da perícia, a trabalhadora relatou que o irmão da ré, que é médico, estava presente e havia permanecido quando ela, também acompanhada pela filha, deixou o prédio. Sentiu-se intimidada.

A filha de dona *Maria Auxiliadora* completou que, em todo caso, o que deveria ser a indenização paga à mãe, poderia *ficar pra ela de esmola*. Indignada e irônica, afirmou que a preposta havia recentemente vendido a mansão, por R\$ 8 milhões, ao passo que alegava não ter condições financeiras de arcar com a proposta de R\$ 5.000,00 estipulada pela juíza para o acordo indenizatório. Ainda assim, a proposta não considerava, segundo a doméstica, a

forma como ela havia sido despedida e a ausência de anotação em sua carteira de trabalho. O advogado finalizou: a audiência foi um *desastre, estou arrasado!*. O próximo passo seria a audiência de julgamento, marcada para o dia 13 de fevereiro de 2017.²⁶⁴

Caso 2 (Processo 00011999320115020033)

Audiência de Conciliação/Execução

Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, 33ª Vara, 14º Andar, Bloco A

Data: 16 de outubro de 2017 (12h20min)

Depois de esmaecer no rotineiro e massacrante trânsito de São Paulo, cheguei um tanto esbaforida ao Fórum, imaginando que a audiência já pudesse ter sido iniciada e a Meritíssima se opusesse à minha entrada na sala. Com quase 10 minutos passados do horário previsto para o princípio da audiência que eu acompanharia, no entanto, deparei-me com a antessala superlotada. Aproximei-me da porta onde li “Segredo de Justiça”, enquanto ouvia, dentre as dezenas de pessoas que aguardavam, reclamações em função da demora do julgamento que, tendo começado às 11h10min, ainda estava em andamento.

Sentada, observei duas jovens mulheres saírem quase juntas da sala de audiência: a primeira, chorando comedido, encostou-se ao canto do pequeno corredor lateral contíguo à sala, seguida pela segunda mulher, cuja postura sugeria ser sua advogada, e que tentava consolá-la pedindo que se acalmasse. Permaneceram assim durante cerca de dois minutos, quando juntas retornaram à sala de audiências. Pude testemunhar, entre insensíveis deboches de alguns dos presentes sentados ao meu lado, inclusive com a expressão de insultos condenando a fragilidade exposta da possível vítima no caso trabalhista, outras manifestações de irritação pelo atraso. Pelo aparelho de televisão que entretém, socializa e informa os presentes na sala de espera, no Programa *TV Justiça*, soube que há a possibilidade de que uma parte envolvida num processo trabalhista requeira expressamente o sigilo²⁶⁵, cuja solicitação

²⁶⁴ Por meio da ferramenta “Acompanhamento processual em primeira instância”, recebi e-mails sobre o processo informando o trâmite. No dia 18/07/2017 foi anexado um Protocolo de Petição de Impugnação de laudo pericial pela advogada da ré e, em 31/07/2017, encaminhado um Protocolo de Petição de Embargos de Declaração, pela mesma advogada. Em 08/08/2017 foram acolhidos em parte os Embargos de Declaração pela juíza da primeira instância e, em 21/08/2017, foi anexado protocolo de petição de Recurso Ordinário pela advogada da ré. Em 30/08/2018 foi registrado trânsito em julgado da ação após, em 25/09/2018, ter sido recebida, do TRT, a reforma da sentença pela segunda instância.

²⁶⁵ O Tribunal Superior do Trabalho (TST) regulamentou a tramitação de processos em segredo de justiça pelo Ato nº 589/SEGJUD.GP. Garantido pela Constituição da República, artigo 93, inciso IX, o sigilo é concedido *somente nos casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação*, e pelo Código de Processo Civil, artigo 155, *nos casos em que o exigir o interesse público e aqueles que dizem respeito a direito de família*. De acordo com a regulamentação, nas ações originárias, tendo havido pedido expresso nesse sentido, a autuação deve ser feita com tal indicador e as partes cadastradas apenas com as iniciais dos nomes ou razão social. No âmbito da Corte Superior, se o relator

será avaliada pelo magistrado, e pode se tratar de casos de queixa de assédio moral ou assédio sexual, por exemplo. As testemunhas intimadas eram convocadas para a oitiva, tendo uma delas especialmente me chamado a atenção, um homem bastante alto, cabisbaixo e de expressão pensativa, chamado pelo alto-falante como testemunha patronal.

Enfim, após uma prolongada espera, o relógio marcando 13h55min, as partes da reclamação trabalhista doméstica, ausentes e representadas por suas respectivas advogadas, foram convocadas para adentrar a sala de audiências. Já na fase de execução²⁶⁶, a audiência de conciliação, quando as partes firmam um acordo a fim de resolver definitivamente o litígio, dispensa a presença de autores e réus. Ao sentar-me, fui indagada pela moça que atuava como escrevente da Vara, e que também solicitou a minha identificação, com um olhar de censura, quanto ao meu interesse no caso e cuja resposta recebeu em silêncio. Alheia aos pormenores, a magistrada deu início à sessão. Após a identificação, a advogada de acusação apresentou o processo físico à juíza, que, folheando agilmente, leu os trechos do documento indispensáveis ao desempenho do seu trabalho.

A proposta da parte reclamada, diante da liquidação sentenciada, foi apresentada pela advogada: condenada a ré ao pagamento de R\$ 20.000,00 à trabalhadora, dos quais ainda restavam R\$ 17.000,00 a pagar, a ex-empregadora propunha o pagamento em parcelas de R\$ 1.000,00. Rejeitando a proposta, a advogada da reclamante acrescentou o pedido de aplicação da multa por atraso da anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que ainda não havia sido feita pela condenada. Em resposta, a juíza afirmou que a solicitação estava equivocada, uma vez que a anotação seria feita pela Secretaria da Vara, e que *não costuma aplicar multa nesses casos*²⁶⁷. Retomando a negociação da proposta

considerar ausentes os elementos que justifiquem o sigilo, determinará a *retificação do registro de trâmite, suspendendo o segredo de justiça*. Nos casos em que houver a indicação de segredo de justiça, as decisões proferidas *não conterão dados que permitam identificar as partes envolvidas e não serão indexadas na base de pesquisa de jurisprudência do TST. O acesso aos autos (físicos ou eletrônicos) será restrito às partes, seus advogados e ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, se for o caso*. Fonte: TST. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/tst-regulamenta-tramitacao-de-processos-em-segredo-de-justica>. Acesso em: 30/01/2018.

²⁶⁶ A execução trabalhista consiste na *fase do processo em que se impõe o cumprimento do que foi determinado pela Justiça, o que inclui a cobrança forçada feita a devedores para garantir o pagamento de direitos*. (...) A execução trabalhista tem início quando há condenação e o devedor não cumpre espontaneamente a decisão judicial ou quando há acordo não cumprido. Fonte: Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Disponível em: <<http://www.csjt.jus.br/perguntas-e-respostas>>. Acesso em: 30/01/2018.

²⁶⁷ Na hipótese de recusa do empregador em proceder à anotação da CTPS, o artigo 39 da CLT prevê a autorização de que a Secretaria da Vara a realize: Art. 39 - *Verificando-se que as alegações feitas pelo reclamado versam sobre a não existência de relação de emprego ou sendo impossível verificar essa condição pelos meios administrativos, será o processo encaminhado à Justiça do Trabalho ficando, nesse caso, sobrestado o julgamento do auto de infração que houver sido lavrado. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) § 1º - Se não houver acordo, a Junta de Conciliação e Julgamento, em sua sentença ordenará que a Secretaria efetue as devidas anotações uma vez transitada em julgado, e faça a comunicação à autoridade competente para o fim de aplicar a multa cabível. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)*

para saldar o valor calculado, a advogada da trabalhadora requisitou o pagamento em 6 parcelas, à qual a outra parte rebateu com a oferta de parcelamento em 10 vezes. A juíza conciliadora, então, propôs o parcelamento da dívida em 8 vezes. Sinalizando dúvida com a cabeça, enquanto digitava ao celular, a advogada da reclamante comunicou-se com o advogado principal da trabalhadora, o qual estava substituindo na ocasião, para decidir-se.

Abordando a condenação ao pagamento dos honorários periciais, a juíza apontou a redução do valor, de R\$ 2.500,00 para R\$ 1.000,00, a serem recolhidos no período de até 10 dias após a audiência de execução. Questionada pela juíza quanto à proposta de parcelamento em 8 vezes, a advogada da trabalhadora reivindicou que a primeira parcela já deveria ser paga no dia 5 do mês subsequente. Em sua réplica, a advogada da ré insistiu na proposição do pagamento do valor da condenação em 10 vezes, ressaltando que, de 8 para 10 vezes, a prorrogação não seria assim tão extensa. Entretanto, a advogada da reclamante rejeitou enfaticamente: *para ela [a trabalhadora doméstica] faz muita diferença ser em 8 vezes e não em 10 vezes!*. Na sequência, a juíza passou para a análise das custas do processo, calculadas em R\$ 340,00, e do recolhimento devido ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de R\$ 1.400,00. Encerrando a sessão, a juíza sintetizou o acordo: a condenação, no valor de R\$ 17.000,00, a ser saldada em 8 parcelas, sendo a primeira cujo vencimento a constar no dia 5 de novembro de 2017.

A ação foi ajuizada em 2011 pela trabalhadora doméstica e, após seis anos de julgamento, foi negado o provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela reclamada pelo não recebimento de seu Recurso de Revista: no julgamento do TST, o vínculo de emprego reconhecido desde a sentença foi mantido. Conforme me esclareceu, por telefone, o advogado da trabalhadora, a relação de trabalho foi mantida no decorrer de mais de 16 anos (de 1994 a 2010), por dois ou três dias na semana. Na defesa, os reclamados sustentavam trabalho de natureza eventual. No acórdão proferido pelo Regional, contudo, foi salientado o longo período em que a relação jurídica se deu para o enquadramento da continuidade, assim como a fixação, pelos empregadores, dos dias na semana em que o trabalho deveria ser desempenhado.

§ 2º - Igual procedimento observar-se-á no caso de processo trabalhista de qualquer natureza, quando for verificada a falta de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, devendo o Juiz, nesta hipótese, mandar proceder, desde logo, àquelas sobre as quais não houver controvérsia. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967). Fonte: Brasil. Presidência da República. DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 **(Grifos meus)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 30/01/2018. Além disso, o Código de Processo Civil de 1973, artigo 461, caput e §§4º e 5º (revogado pela Lei nº 13.105, de 2015), previa a possibilidade de imposição de multa diária coercitiva por atraso ao réu, a ser aplicada, no processo trabalhista, quando do descumprimento da obrigação de efetuar a anotação da CTPS.

Caso 3 (Processo 1003987920185020057)

Audiência Una

Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, 57ª Vara, 6º Andar, Bloco A

Data: 24 de novembro de 2018 (14h50min)

A última audiência acompanhada exigiu uma mudança no método de consulta. Após passar as duas primeiras semanas de novembro de 2018 vasculhando a pauta no sítio digital do TRT-2, e não tendo identificado nenhuma ação trabalhista possivelmente doméstica a ser realizada até o mês de dezembro²⁶⁸, fui forçada a adotar outra estratégia. Recorrendo, mais uma vez, à companheira *Tudi*, dirigente sindical, consegui o contato pessoal da Silvia, presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de São Paulo, que me encaminhou aos responsáveis pela assessoria jurídica do sindicato. Em conversa ao telefone com o advogado da instituição, Dr. Roney, fui informada acerca das audiências agendadas já para a semana seguinte – para além dos impactos provocados pela chamada “Reforma Trabalhista” (Lei nº 13.467/2017), acredito que possa ter havido alguma dificuldade na alimentação da agenda disponibilizada na página do TRT-2.

Graças à foto que integra o meu perfil no aplicativo de mensagens instantâneas, fui prontamente reconhecida pelo atencioso Dr. Roney assim que cheguei aos corredores do andar onde estava prevista a audiência. Muito gentilmente, o advogado apresentou a si e a reclamante a mim, esclarecendo-me sobre o caso assessorado. Mãos trêmulas, e cruzando os braços diante do corpo, expressão facial rígida, *Verônica* (nome fictício) afirmou convicta que não aceitaria nenhum acordo com a ex-patroa. Tendo trabalhado de agosto de 2015 até setembro de 2018 como cuidadora de *Rose* (nome fictício), *Verônica* não teve o vínculo anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Despedida pelo telefone, não recebeu as verbas rescisórias.

Convocados pela *Meritíssima* para o início da sessão, segui a reclamante acompanhada de seu advogado, que me convidou para sentar-me à mesa junto às partes, do que declinei agradecendo. Já acomodados, vimos adentrar a sala o advogado e a reclamada, que caminhava de bengala amparada pela filha. Desempenhando o turno das 7h30 às 17h30, de segunda-feira a sábado, a reclamante recebia mensalmente R\$ 1.750,00 como salário. Somando todas as obrigações sonegadas (13º salário; férias; vale-transporte; Fundo de

²⁶⁸ Transcorrido um ano da vigência da Lei nº 13.467/2017, o primeiro grau da Justiça do Trabalho recebeu 1.726.009 novos processos em 2018, contra 2.630.522 demandas ajuizadas em 2017, ou seja, quase um milhão de ações a menos, redução de 34,5% do volume. Fonte: TST. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/24777126>. Acesso em: 04/02/2019.

Garantia do Tempo de Serviço; horas-extras; aviso-prévio), a reclamante atribuía à causa o valor de R\$ 58.462,00, calculado junto à assessoria do sindicato.

Respondendo *Não há condição!* quanto ao valor da causa, ao ser questionado pela juíza sobre o porquê de não ter sido registrado o contrato, o advogado da ré rejeitou que tivesse havido vínculo de emprego, alegando trabalho eventual, para “cobrir ausências”, e afirmou que o período da prestação do trabalho havia sido curto, porém sem precisá-lo. Completou não ter havido despedida, justificando que a reclamante não teria voltado ao trabalho. Para arrematar, anunciou a proposta de pagamento, parcelado, de R\$ 5.000,00.

Dirigindo-se à reclamante, a magistrada pronunciou: *A senhora me diga a verdade, pra eu poder calcular direitinho!* – o que me soou despropositado e constrangedor. Ao aventar a possibilidade de estabelecer um acordo, a juíza ouviu da reclamante: *Quero os meus direitos, quero o que é justo*. Persistindo na proposição de um acordo, a juíza obteve a oferta de R\$ 12.000,00 pela reclamada, diante da pretensão de R\$ 40.000,00 sinalizada pela reclamante, ao que sugeriu o montante de R\$ 20.000,00, sem êxito. Então, respondeu a juíza: *A senhora vai ter de provar que trabalhou todos os dias da semana*.

Solicitando uma pausa para conversar com *Verônica* ao lado de fora da sala de audiências, o advogado do sindicato obteve o consentimento da juíza. Acompanhando-os mais uma vez, presenciei o advogado ressaltar que a decisão pertencia a ela, reclamante, mas que a orientava a aceitar firmar o acordo proposto pela magistrada, diante da dificuldade de comprovar as suas afirmações, haja vista que a ré não havia fornecido nenhum documento à reclamante no decorrer da vigência do trabalho. Ainda mais nervosa, chorando, *Verônica* desabafou: *Trabalho que nem escravo, não tem direito a nada!?*. Decidida, disse que encontraria testemunhas, alguém do prédio onde trabalhava.

De volta à sessão, a juíza pediu que a ré avaliasse elevar o valor da proposta. Frustrada, no entanto, a tentativa de consenso, a reclamada requereu o adiamento da sessão, apontando a ausência de duas testemunhas de sua parte, ao que obteve deferimento. A próxima audiência fora marcada para março de 2019. Encerrada a audiência, já na sala de espera, o advogado da ré caminhou até o advogado de *Verônica*, a quem anunciou a derradeira proposta, quinze parcelas de R\$ 800,00, persistindo no total de R\$ 12.000,00 e à qual recebeu nova recusa. Antes de despedir-se, entregou seu cartão para um eventual contato. Sentada, de braços cruzados, cabeça altiva e olhos vidrados, *Verônica* proferiu, indignada, em volume de voz suficiente para ser ouvida: *Disse que eu não trabalhei todos os dias não! Mentirosa! Cara de pau!*.

Apêndice ao capítulo:

As Ações Movidas pela União para o Recolhimento das Contribuições Previdenciárias

No universo dos acórdãos pesquisados, conforme mencionado, foram identificados 32 acórdãos do TST que envolvem ações movidas pela União – representada pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia Geral da União (AGU) –, com o intuito de cobrar, das partes implicadas em processos trabalhistas julgados, as contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em decorrência da relação de trabalho, bem como a competência da Justiça do Trabalho para julgar tais ações e determinar o recolhimento das contribuições, e nas quais houve menção textual à palavra-chave “doméstica”. Embora essas ações judiciais não constituam o escopo dos acórdãos previstos para o desenvolvimento da análise a partir do objetivo delimitado (qual seja, o rol das reclamações trabalhistas específicas da relação doméstica), serão comentadas para apontar muito brevemente a importância da Seguridade Social, que é assegurada constitucionalmente, e que abarca os segmentos da Previdência Social, Assistência Social e Saúde²⁶⁹.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o regime de repartição no sistema previdenciário, cuja sustentação financeira fundamenta-se no compromisso do Estado (com previsão e vinculação das fontes de receitas), de capitalistas (ou empregadores) e trabalhadores: um pacto geracional e solidário. Nesse sentido, o artigo 195, I e II, da Constituição Federal dispõe:

²⁶⁹ A Previdência Social brasileira incorporou, no século XXI, 13 milhões de pessoas embora o gasto com as aposentadorias e benefícios em geral tenha permanecido praticamente estável em proporção ao PIB do país (equivalente a 8%). A abrangência da cobertura da Previdência Social é de tal ordem que especialistas a consideram o maior programa social e de redistribuição de renda no Brasil: os gastos previdenciários e assistenciais constituem mecanismos de redução da miséria e atenuação da desigualdade social. O desmonte da Previdência Social brasileira é um dos principais objetivos do governo que se instalou após o golpe de 2016 e a proposta da reforma restritiva tem, na verdade, a finalidade de impulsionar a população a investir em fundos de previdência privada. Essa transição favoreceria o sistema financeiro e agravaria a vulnerabilidade da classe trabalhadora, sujeita a uma série de riscos próprios do mercado financeiro, violando a cidadania. *Para justificar a tese de que a previdência necessita de uma reforma, o governo brasileiro tem afirmado que as contas públicas estão no vermelho e um dos principais problemas seria o “déficit previdenciário”. Diagnóstico controverso, sobre o qual não há consenso. Isso porque, considerando todas as receitas (fontes de recursos) previstas e vinculadas pela CF 1988 ao orçamento da Previdência, o saldo é positivo, suficiente para financiar todo o sistema (gastos do Governo Federal com previdência, saúde e assistência social). Quando as contas do governo indicam déficit, conforme apontam economistas críticos da proposta (dentre os quais ressaltamos Denise Gentil, professora da UFRJ), a discrepância entre os números alegados decorre de uma manipulação, manobra contábil ou fraude nas contas da Previdência, no propósito de depreciar o sistema, alegar falência e insustentabilidade, um suposto desajuste nas contas públicas que não corresponde à realidade* (Fonte: SOUSA. IOS-RedLat, 2017).

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou faturamento;
- c) o lucro;

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social (...). (Brasília, 5 de outubro de 1988. **Grifos meus.**)

Das 32 ações ajuizadas no TST pela PGF-AGU e levadas a julgamento entre 2006 e 2017, em 7 acórdãos (o que equivale a 21,88%) houve desfecho favorável ao INSS, isto é, foi determinada a cobrança das contribuições previdenciárias conforme a solicitação; nos 25 demais acórdãos (78,12%), a decisão foi desfavorável, não impondo o recolhimento da contribuição referida, e convalidando o desfalque da instituição nacional que promove a Seguridade Social. Acompanhe na **tabela 29**:

Tabela 29: Número de recursos apresentados pela União (PGF) pretendendo a incidência das contribuições previdenciárias e total das decisões proferidas nos Acórdãos do TST classificadas como Favorável ou Desfavorável ao INSS, julgados nos anos de 2006 a 2017

Ano	Total	Favorável	Desfavorável
2006	3	1	2
2007	1	0	1
2008	9	3	6
2009	7	0	7
2010	5	2	3
2011	0	0	0
2012	3	0	3
2013	0	0	0
2014	2	0	2
2015	2	1	1
2016	0	0	0
2017	0	0	0
TOTAL	32	7	25

Fonte: Pesquisa nos Acórdãos do TST (julgados entre 2006 e 2017). Disponíveis em: <<http://www.tst.jus.br/consulta-unificada>>. Acesso em: 23/07/2018.

Elaboração própria.

Em acórdão julgado pelo TST em 2010²⁷⁰, no qual a União consistiu na parte recorrente contra a empregadora e a trabalhadora doméstica, pelo recolhimento da contribuição previdenciária a incidir em decorrência de acordo homologado em juízo e pelo qual não houve reconhecimento do vínculo de emprego, foi dada solução favorável ao INSS, por violação ao artigo 195 da Constituição Federal de 1988. Na Corte Regional havia sido negado provimento ao recurso ordinário da União, que recorreu da sentença argumentando fraude ao órgão previdenciário.

Na petição inicial a ação havia sido ajuizada pela trabalhadora doméstica, reivindicando o reconhecimento do vínculo de emprego, com o pagamento de todas as verbas previstas na relação. Em audiência de conciliação, as partes acordaram o valor de R\$ 2.500,00 a ser pago à reclamante, que abriu mão do reconhecimento do vínculo de emprego, ou seja, foi atribuída prestação de trabalho autônomo. A relatora da segunda instância, o Tribunal Regional da 4ª Região (sediado em Porto Alegre/RS), concluiu que:

Com o recebimento da quantia acordada a reclamante dá quitação da inicial e da relação jurídica havida entre as partes, reconhecida como de natureza civil. Cabe referir, inicialmente, que a conciliação é uma das formas de solução do litígio, como previsto no artigo 764, caput e parágrafos, da CLT, podendo as partes, por meio dela, livremente dispor de seus direitos, não havendo nada que induza à conclusão de que as partes queiram lesar ou fraudar o Órgão Previdenciário. (...) Como na situação vertida a autora prestou serviços à pessoa física, não se pode atribuir à reclamada a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes da prestação de trabalho autônoma. Assim, inexistente previsão legal que ampare a exigência de recolhimento das contribuições previdenciárias pelo tomador dos serviços - pessoa física - para a qual o autônomo presta serviços, sendo indevida a pretensão do INSS às contribuições previdenciárias com relação ao acordo firmado. (PROCESSO Nº TST-RR-73340-73.2004.5.04.0721)

Em contrapartida, no TST o acórdão registrou que *o princípio que norteia a previdência social é a proteção social coletiva, consagrada num sistema de repartição, em que os valores são revertidos para o pagamento dos beneficiários do sistema* (PROCESSO Nº TST-RR-73340-73.2004.5.04.0721). Compuseram o quadro normativo considerado na decisão, além do artigo 195 da Constituição Federal de 1988, o artigo 22, I, da Lei nº 8.212/1991²⁷¹; o parágrafo único do artigo 43 da Lei nº 8.212/1991²⁷² e o artigo 4º da Lei nº 10.666/2003²⁷³. Do acórdão do TST:

²⁷⁰ Fonte: PROCESSO nº TST-RR-73340-73.2004.5.04.0721, julgado em 2010.

²⁷¹ Lei nº 8.212/1991: Art. 22. *A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: I – 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do*

Conforme se depreende da norma do art. 195, I, "a", da Constituição Federal, a incidência da contribuição social tem como fato gerador os rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física, mesmo que sem vínculo empregatício. Por sua vez, a jurisprudência desta Corte Superior fixou o entendimento, consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 398 da SBDI-1, de que, nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20%, a cargo do tomador de serviços, e de 11%, por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. (PROCESSO Nº TST-RR-73340-73.2004.5.04.0721)

A decisão determinou o recolhimento da devida contribuição previdenciária sobre o valor total do acordo firmado em juízo, na alíquota de 20% a cargo da reclamada e de 11% a serem descontados da reclamante. O acórdão afirma que a prestação de serviços de natureza doméstica à pessoa física, ainda que a decisão judicial não reconheça a existência de vínculo, não exclui a incidência da contribuição previdenciária sobre o valor total do acordo homologado, assinalando que a pessoa física a quem o contribuinte individual presta serviços equipara-se em lei, nesse caso, à empresa.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também se pronunciou sobre o tema, em outra ocasião, ao adotar, contudo, perspectiva divergente: editando a Súmula Vinculante nº 53, aprovada em sessão plenária de 18/06/2015, foi estabelecido que: *A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados* (Fonte: STF²⁷⁴. **Grifos meus.**). A decisão, que prevê repercussão geral, foi apresentada no julgamento do Recurso Extraordinário nº 569056, pelo qual o INSS questionava a decisão do TST que negou a incidência automática da contribuição previdenciária nas decisões que reconhecessem a existência de vínculo de emprego. Para alicerçar a interpretação, a Corte Suprema pautou-se nos termos da Súmula nº 368, item I, do TST²⁷⁵:

contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa (PROCESSO Nº TST-RR-73340-73.2004.5.04.0721).

²⁷² Lei nº 8.212/1991: Art. 43. (...) *Parágrafo único. Nas sentenças judiciais ou nos acordos homologados em que não figurarem discriminadamente as parcelas legais relativas à contribuição previdenciária, esta incidirá sobre o valor total apurado em liquidação de sentença ou sobre o valor do acordo homologado* (PROCESSO Nº TST-RR-73340-73.2004.5.04.0721).

²⁷³ Lei nº 10.666/2003: Art. 4º. *Fica a empresa obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo até o dia dois do mês seguinte ao da competência* (PROCESSO Nº TST-RR-73340-73.2004.5.04.0721).

²⁷⁴ Fonte: STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=2613>>. Acesso em: 21/08/2018.

²⁷⁵ Fonte: TST. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-368>. Acesso em: 21/08/2018.

Súmula nº 368 do TST

DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. IMPOSTO DE RENDA. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO. FORMA DE CÁLCULO. FATO GERADOR (aglutinada a parte final da Orientação Jurisprudencial nº 363 da SBDI-I à redação do item II e incluídos os itens IV, V e VI em sessão do Tribunal Pleno realizada em 26.06.2017) - Res. 219/2017, republicada em razão de erro material – DEJT divulgado em 12, 13 e 14.07.2017

I - A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. **A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.** (ex-OJ nº 141 da SBDI-I - inserida em 27.11.1998). (Fonte: TST. **Grifos meus.**)

O recurso do INSS foi, assim, desprovido pelo STF, que seguiu e fixou o entendimento proposto na Súmula nº 368, do TST, pelo qual a decisão trabalhista que não dispõe sobre o pagamento de salários, limitando-se a reconhecer a existência de vínculo, *não constitui título executivo judicial para fins de contribuições previdenciárias*. Dito de outro modo, para que haja crédito de contribuições previdenciárias a serem executadas de ofício pelo juiz – e reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho para determinar o recolhimento deste –, não basta que seja reconhecido o vínculo de emprego ou que sejam previstas verbas indenizatórias, sendo requisito primordial a condenação ao pagamento de salários. Aprovada pelo Plenário do STF, a Súmula Vinculante nº 53, assim como as demais, passou a ter aplicação imediata para todas as instâncias e esferas do Poder Judiciário, a partir da publicação do enunciado no Diário da Justiça Eletrônico do STF (DJe), em 23/06/2015²⁷⁶.

²⁷⁶ Fonte: TST. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/14248063>. Acesso em: 21/08/2018.

Considerações Finais:

Desde a introdução deste estudo foi adotada, como síntese da perspectiva sobre as relações assalariadas de trabalho doméstico no Brasil contemporâneo, a expressão “recusa histórica”. Essa recusa é resultante, como aprofundado nas discussões no decorrer do texto, de um sistema acentuadamente hierarquizado que entrelaça, no tecido social, patriarcalismo, racismo e luta de classes. Essa composição apresenta aspectos sociais estruturais e dinâmicos, conforme a primeira parte do texto procurou demonstrar: a despeito de todas as conquistas do feminismo e das mulheres na vida cotidiana, sobretudo nas últimas décadas, paradoxalmente persiste a divisão sexual do trabalho e, a partir do entrecruzamento das relações patriarcais, raciais e de classes sociais, a preponderância do trabalho doméstico como responsabilidade culturalmente atribuída às mulheres. Com efeito, o trabalho doméstico profissional ainda é, atualmente, a principal ocupação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho brasileiro. A rigor, são mais de 6 milhões de mulheres que se ocupam com a atividade no país, com rendimento médio inferior ao salário mínimo oficial do ano, de acordo com dados da PNAD Contínua-IBGE referentes a 2018, correspondendo, na primeira década do século XXI, a 94,00% do contingente que exerce a profissão de modo remunerado e das quais 61,60% são mulheres negras, segundo estatísticas do IPEA.

Da escravidão, enquanto instituição que perdurou por quase quatro séculos no país, o legado perverso do personalismo, cuja manifestação encontra-se na longevidade adquirida pelo servilismo que, nos Serviços Domésticos, torna-se evidente nas elevadas taxas de informalidade, nas jornadas de trabalho extenuantes, enfim, nos autoritarismos que impõem violências físicas e simbólicas – tais como as acusações de furto, que desmascaram a democracia racial, mito por meio do qual as classes dominantes tentam obscurecer a profunda indiferença em relação à sociedade, a violência racial e a própria exploração das classes populares. Atividade à qual se dedicaram preponderantemente mulheres negras libertas e nascidas “livres”, após a Abolição da escravatura, que não rompeu com a lógica dos privilégios e o padrão histórico-cultural hierárquico de relações raciais fundado sob a égide da escravidão. Esse padrão tradicionalista de desigualdade racial foi incongruentemente ajustado à ordem social emergente – com seus ideais de “civilização” –, que veio a se consolidar preservando o paralelismo entre condição racial e posição socioeconômica, tendo o Estado abdicado do imperativo da adoção de políticas de ação afirmativa que possibilitassem a reparação pelo aviltamento imposto às populações negras.

Espoliadas e relegadas ao abandono pelo desamparo oficial – à exceção das questões relativas à ordem pública e aos “casos de polícia” aos quais se restringiu a incidência

institucional –, as populações negras enfrentaram o pior ponto de partida para a integração à ordem social que se desenvolvia com a promessa formal de mobilidade social ascendente, sobrevivendo fundamentalmente a partir da economia de subsistência nas periferias e, no sistema ocupacional, preservando-se a tendência a confiná-los em posições subalternas exercidas em troca de baixíssimos salários e sedimentando a distância social. A transformação da ordem legal, pela revogação do regime oficial de escravidão, não foi acompanhada pela criação de políticas institucionais que instaurassem a igualdade de oportunidades e contribuíssem para o compartilhamento universalizado de uma correspondente subjetividade que viabilizasse a superação da dialética acintosa de dominação e sujeição: prevaleceu, dessa maneira, o poder pessoal – tanto mais eficaz quanto resulte da conjunção entre raça, gênero e posição de classe – e a fraude às leis, dinamicamente acomodado a uma ordem social em princípio incompatível, pois assentada em valores competitivos, potencialmente igualitários, e democráticos.

No campo jurídico, as trabalhadoras domésticas foram tardiamente inscritas nas normas trabalhistas brasileiras: com o silêncio conivente da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, que também excluiu de sua abrangência, ao lado das trabalhadoras domésticas, a força de trabalho rural, somente em 1972 a Lei nº 5.859 regulamentou a atividade. Por meio do parágrafo único, artigo 7º da Constituição Federal brasileira, de 1988, cuja interpretação que se tornou jurisprudência majoritária circunscreveu os direitos ao taxativamente elencado – inobstante à incorporação do princípio isonômico ou da não discriminação pelo caput do artigo 7º –, foi assegurado, entre outros, o direito ao salário mínimo, embora a jornada de trabalho ainda não tivesse sido formalmente delimitada. As recentes conquistas, expressas na Emenda Constitucional nº 72, de 2013, e na Lei Complementar nº 150, de 2015 – celebradas como resultado das lutas, ao longo de décadas, pelo avanço no sentido da equiparação dos direitos sociais trabalhistas e previdenciários com as demais categorias profissionais –, não abarcaram no entanto a modalidade atualmente em franca expansão da categoria, enquadradas como autônomas, as diaristas.

Nessa luta, engajaram-se lideranças sindicais – tendo as dirigentes brasileiras atuado com protagonismo também no processo que culminou com a adoção da Convenção nº 189 pela OIT, em 2011 – assim como as trabalhadoras na luta individual cotidiana. As violações sistemáticas aos direitos têm sido denunciadas à Justiça do Trabalho embora, conforme aponta o título deste estudo, seja possível afirmar que haja uma sub-representação do conflito nos tribunais, tendo em vista que tão somente 0,06% do total de acórdãos do TST julgados no país, entre 2006 e 2017, constituíram decisões decorrentes de processos de

natureza trabalhista doméstica, conforme a pesquisa analisada. Não resta dúvida, sendo este em si o propósito, de que com a implementação da Lei nº 13.467, de 2017, que promove a (anti)reforma trabalhista, o cerceamento do acesso efetivo à Justiça Especializada será tornado ainda mais agudo, tendo em vista que o ingresso passa a ser onerado com a imposição de multas, honorários de sucumbência, honorários periciais, cobranças que destoam do princípio da gratuidade ínsito ao processo do trabalho original.

Não tendo ultrapassado a marca de um terço de trabalhadoras domésticas cobertas pelo campo de proteção social, patamar máximo atingido em 2016, a formalização tornou a declinar no Brasil em 2018, quando a proporção de trabalhadoras domésticas com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social foi de 29,2%, segundo a PNAD Contínua. As estatísticas oficiais também apontam que, entre 2012 e 2018, o rendimento médio auferido pelas trabalhadoras domésticas remuneradas oscilou em torno de apenas 40% do rendimento médio percebido pelo total de empregados no mercado de trabalho brasileiro.

Nesse sentido, a afetividade, questão de aspecto particularmente ambíguo ao qual estão sujeitas mais intensamente as trabalhadoras domésticas, conforme comenta a literatura específica, também consiste num argumento oportuno por meio do qual inúmeros empregadores tentam se desvencilhar de suas obrigações formais e justificar, nos tribunais, a inobservância do registro do vínculo e a consequente burla aos direitos regulamentados. Se, por um lado, os afetos perpassam todas as relações sociais, também podem funcionar como ardil desencorajador, no cotidiano, da reivindicação de direitos fundamentais. Apresentado à Justiça do Trabalho – apreço semelhante a um “membro da família” –, corresponde a um apelo que tenta contrapor, aos anseios de formalização profissional, um subterfúgio comovente e recorrente na estratégia de encontrar guarida aos olhos e martelo da Justiça e tornar legítima a violação das leis. Recurso cuja perversidade mostra-se mais explicitamente quando envolve exploração de trabalho doméstico infantil e exercido em condições análogas ao regime de escravidão.

Do conjunto total das reclamações trabalhistas domésticas conduzidas ao julgamento pelo TST entre 2006 e 2017, por uma margem de quase cinco pontos percentuais, a maior parte das decisões dos magistrados foram desfavoráveis às demandas das trabalhadoras. Enquanto 52,47% das decisões tenham rejeitado as reivindicações, em 47,53% houve desfecho favorável. Tendo, nessa avaliação geral dos resultados da pesquisa, majoritariamente recusado o atendimento às reclamações judicialmente apresentadas, embora a discrepância não seja acentuada o suficiente para sustentar a afirmação categórica de que a Justiça do Trabalho brasileira restringiu, no período estudado, o campo de proteção social em

prejuízo às trabalhadoras domésticas, tampouco é possível afirmar que o campo de proteção social foi ampliado em cobertura a essas trabalhadoras.

Entretanto, os dados extraídos da leitura dos acórdãos do TST autorizam a afirmação de que há consonância, nos julgamentos analisados, com a tese da “recusa histórica” formulada neste estudo. Como exceções que se destacaram pelo volume significativo de decisões favoráveis, pleitos como o direito a férias – que por sua vez teve ampla aprovação, de 70,47%, cuja interpretação que se sobressaiu validou o Decreto nº 71.885/1973, que determinava a aplicação do capítulo da CLT referente a férias aos trabalhadores domésticos, embora a legislação específica, Lei nº 5.859/1972, resguardasse à categoria férias de 20 dias úteis – ou a atribuição da iniciativa da ruptura contratual aos réus – em salvaguarda do direito às verbas rescisórias –, quando 64,62% das decisões foram favoráveis às reclamantes. As demais, ou foram decisões mais “equilibradas” em termos de provimento e rejeição ou foram mais expressivamente recusadas.

Indicador extremamente relevante para a análise, a pesquisa nos acórdãos do TST revela que o reconhecimento do vínculo de emprego consiste na principal reivindicação das trabalhadoras domésticas perante a Corte, respondendo por 27,52% do total nas reclamações encaminhadas a julgamento no período de 2006 a 2017. Contudo, em somente 40,27% dessas reclamações o TST determinou a formalização da relação de trabalho: seis em cada dez decisões recusaram o reconhecimento do vínculo contratual do qual decorre o acesso aos demais direitos trabalhistas e previdenciários. A partir desse enfoque mais particularizado, é possível afirmar que a Justiça do Trabalho brasileira, no período abrangido pelo estudo, restringiu a tela de proteção social em detrimento das trabalhadoras domésticas.

A rigor, essa restrição foi proveniente da prevalência de uma jurisprudência que interpretou o princípio da continuidade, incorporado à definição jurídica da trabalhadora doméstica pela Lei nº 5.589/1972 – mantido e delimitado explicitamente no conceito introduzido na Lei nº 150/2015 –, atribuindo critério decisivo à temporalidade, em termos de permanência e intensidade, da relação de trabalho. Essa avaliação é distinta da que procede, na normativa trabalhista, quando da caracterização jurídica da figura do empregado regido pela CLT, que sobrepesa a não eventualidade, ou seja, a natureza não eventual dos serviços prestados, haja vista os fins considerados normais e de permanente necessidade, a atividade principal de uma empresa – a adoção da modalidade de contrato de trabalho intermitente pela Lei nº 13.467/2017, no entanto, complexifica essa causalidade, conforme apontado.

Houve, por outro lado, disparidades no que concerne à interpretação do elemento da continuidade, quanto à apreciação da existência ou não do vínculo de emprego,

assim como de todos os demais direitos reivindicados, nas decisões de segunda instância, com cortes regionais mais inclinadas a interpretações conservadoras ou progressistas. Respectivamente, as decisões proferidas nos tribunais da 1ª Região (RJ), 2ª Região (São Paulo/SP) e 15ª Região (Campinas/SP) foram amplamente contestadas pelas reclamantes no TST, em contrapartida às decisões formalizadas pelos tribunais da 3ª Região (MG) e 4ª Região (RS), rejeitadas de modo prevalente pelas reclamadas. No somatório total, 51,86% dos acórdãos do TST resultaram da interposição de recursos pelas reclamantes, inconformadas com o desfecho proferido pelo segundo grau de jurisdição. A pesquisa também revelou, com gravidade, a quantidade ínfima de reclamações trabalhistas encaminhadas à Corte Superior pelos tribunais da 14ª Região (RO e AC), 16ª Região (MA), 19ª Região (AL), 22ª Região (PI) e 23ª Região (MT). Pôde-se constatar a dificuldade de acesso à Justiça do Trabalho, um instrumento oficial cuja razão de ser consiste na salvaguarda da possibilidade de enfrentamento a arbitrariedades e restauração de direitos sonegados.

Nos tempos sombrios em que se precipitam avassaladoramente alterações profundas na legislação trabalhista e dos direitos de cidadania – além de anúncios, pelo Poder Executivo e por representantes do Congresso Nacional, de propostas que visam à extinção da Justiça do Trabalho no Brasil –, a luta para impor uma visão de mundo hegemônica que torne a cidadania efetiva implica na construção de uma narrativa do Direito, sua interpretação legítima e mecanismos que garantam a aplicação concreta do paradigma que tenha por premissa uma concepção que não dissimule a hipossuficiência das classes trabalhadoras. E, quem sabe, a idealização coletiva de mundos alternativos cujo modo de produção e cuja sociabilidade não se assentem sobre regimes de exploração e opressão, subvertendo o imperativo do lucro e reorganizando a relação entre as esferas da produção e os espaços da reprodução social, por meio do acesso a serviços públicos universalizados.

Em contextos acentuadamente adversos, a luta coletiva é a exclusiva chance de resistência, cuja força está relacionada à construção da unidade política que estabeleça a aliança entre os movimentos sociais mais tradicionais, como sindicatos e partidos políticos, os movimentos negros e os movimentos de mulheres, dentre outras frentes de luta. Nesse esforço, e com todas as dificuldades ponderadas, a organização sindical das trabalhadoras domésticas constitui uma referência no país, cuja articulação envolve entidades feministas e antirracistas, apontando para a solidariedade e a necessidade vital da horizontalidade organizativa e programática como princípio no combate à política persistente de exclusão.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Laís. Inserção Laboral das Mulheres na América Latina: uma força de trabalho secundária? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): maio-agosto/ 2004.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do Início do Século XXI. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, pp. 452-477, maio/ago. 2013.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ÁVILA, Maria Betania de Melo. O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009.
- ÁVILA, Maria Betania. O Tempo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo na Vida Cotidiana. *Revista ABET*, vol. IX, n. 2/2010.
- ÁVILA, Maria Betania; FERREIRA, Verônica. Trabalho Produtivo e Reprodutivo e os Desafios para a Igualdade de Gênero. SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Recife: junho/2012.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O capital e suas Metamorfoses. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BERNADINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e Interseccionalidade Emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 30, Nº 1, Janeiro/Abril 2015.
- BIAVASCHI, Magda Barros. O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), 2005.
- BIAVASCHI, Magda Barros. “Os processos judiciais e a construção do Direito do Trabalho: amar o perdido”. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (coord.). Memória e Preservação de Documentos: direito do cidadão. São Paulo: LTr, 2007.
- BIAVASCHI, Magda Barros. “Direito e Justiça do Trabalho no Brasil: notas sobre uma trajetória com bem mais de 70 anos”. *Revista TST*, Brasília, vol. 77, nº 2, abr/jun 2011.
- BIAVASCHI, Magda Barros. O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. *Estudos Avançados* 30 (87), 2016.
- BIAVASCHI, Magda; DROPPA, Alisson. Relatório Parcial FAPESP. Eixo Temático Terceirização. Março de 2014.
- BIAVASCHI, Magda. Os Direitos das Trabalhadoras Domésticas e as Dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões sociais. Fundação Friedrich Ebert. Dezembro de 2014.
- BIAVASCHI, Magda. Contradições do trabalho no Brasil atual: terceirização, correspondentes bancários e a Justiça do Trabalho. *Revista FGV*, 2016(?).
- BOITO Jr., Armando. “Reforma e Persistência da Estrutura Sindical”. In: BOITO Jr., Armando (org.). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BORIS, Eileen. Produção e Reprodução, Casa e Trabalho. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, junho/2014, pp. 101-121.

- BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. In: Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação. 1ª edição. São Paulo: Papirus Editora, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. (coord.). “Compreender”. In: BOURDIEU, P. A Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e Classes Sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 96. Julho de 2013.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp. 329-376.
- BRITES, Jurema Gorski. Afeto, Desigualdade e Rebeldia: bastidores do Serviço Doméstico. Tese de Doutorado. UFRS, 2000.
- BRITES, Jurema Gorski. Afeto e Desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007: 91-109.
- BRITES, Jurema Gorski. Trabalho Doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, pp. 422-451, maio/ago. 2013.
- BRITES, Jurema Gorski; PISCANÇO, Felícia. O Emprego Doméstico em Números, Tensões e Contradições: alguns achados de pesquisas. 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.
- BRITES, Jurema Gorski; FRAGA, Alexandre Barbosa. Estariam as Trabalhadoras Domésticas Desaparecendo? Continuidades, mudanças e desafios do serviço doméstico no Brasil. *XXXIII International Congress of the Latin American Studies Association. San Juan, Puerto Rico, May 27-30, 2015*.
- BRITO, Rildo Albuquerque Mousinho. A Organização Internacional do Trabalho e seus esforços pela implementação do trabalho decente. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Julho/Dezembro 2011.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 23, n. 2, pp. 331-353, jul./dez. 2006.
- CARDOSO, Fernando H. Pensadores que Inventaram o Brasil. SP: Cia. das Letras, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. (Sem data.)
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados* 17 (49), 2013.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. Em Direção a uma Nova Visão: Raça, Classe e Gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). Reflexões e Práticas de transformação feminista. Cadernos Sempreviva. SOF, 2015.
- CORRÊA. Mariza. “O Sexo da Dominação”. *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 54, Julho/1999, pp. 43-53.

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, jan. 2002.
- DEBERT, Guita Grin. “Arenas de conflito em torno do cuidado”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, pp. 35-46, junho de 2014.
- DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. O Novo Manual do Trabalho Doméstico. São Paulo: LTr, 2016.
- DROPPA, Alisson; OLIVEIRA, Walter. Os Processos da Justiça do Trabalho como Fonte de Pesquisa: a preservação da memória da luta dos trabalhadores. *MÉTIS: história & cultura* – v. 12, n. 23, pp. 89-99, jan./jun. 2013.
- DROPPA, Alisson; BIAVASCHI, Magda; MARQUES, Ana Carolina Bianchi Rocha. O Tribunal Superior do Trabalho e a sutileza da dialética das decisões envolvendo a terceirização: a elaboração de um banco de dados no período 2000-2013. IV Encontro Nacional da ABET. Campinas, 2015.
- FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965.
- FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. Aumento da Participação de Mulheres no Mercado de Trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? Mercado de Trabalho, 41. Nota Técnica IPEA. Novembro/2009.
- FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Os Direitos das Mulheres – Organização Social e Legislação Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937). Tese de Doutorado. Unicamp, 2016.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª Edição – São Paulo: Global Editora, 2011.
- GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Dossiê Reforma Trabalhista (em construção). CESIT/IE/UNICAMP. Campinas, junho de 2017.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Justiça do Trabalho no Brasil: notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (coord.). Memória e Preservação de Documentos: direito do cidadão. São Paulo: LTr, 2007.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de Outubro de 1980.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. In: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n. 1. Batalha de Ideias. Brasil, 2011. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod_resource/content/0/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-do-CP_1.pdf>. Acesso em: 09/10/2018.
- GUERRA, Maria de Fátima Lage. Trabalhadoras Domésticas no Brasil: coortes, formas de contratação e famílias contratantes. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Demografia, 2017.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e Cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*. V. 01.01: 151-181, 2011.

- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. Dossiê: Trabalho e Gênero. Controvérsias desafiadoras. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 26, n. 1, jan./jun. 2014.
- HALL, Michael. Corporativismo e Fascismo: as origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAUJO, Ângela. *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002
- HARRIS, David Evan. *Você vai me servir*. Desigualdade, Proximidade e Agência nos dois Lados do Equador. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, pp. 595-609, set./dez. 2007.
- HIRATA, Helena. “Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate”. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). *Cuidados, Trabalho e Autonomia das Mulheres*. SOF – Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, 2010.
- HIRATA, Helena. Gênero, Classe e Raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 26, n. 1, jan./jun. 2014.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOCHSCHILD, Arlie. “*Love and Gold*”. In: HOCHSCHILD; EHRENREICH (eds.). *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, NY: Metropolitan Press, 2002, pp. 15-30.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.
- hooks, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas* Ano 3, 2º semestre 95.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Situação Atual das Trabalhadoras Domésticas no País. Comunicado do IPEA Nº 90, 5 de maio de 2011.
- INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL (IOS). Déficit de Trabalho Decente: um estudo comparativo em países da América Latina (2015-2017). Relatório de Pesquisa. Rede Latino-americana de Pesquisas sobre os temas do trabalho (RedLat), 2017.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). *Domestic workers across the world: Global and regional statistics and the extend of legal protection*. Geneva, 2013.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. São Paulo: Ática, 2005.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e Consubstancialidade das Relações Sociais. *Novos Estudos - CEBRAP*, nº 86, São Paulo, Março/2010.
- KOFES, Suely. *Mulher, Mulheres – identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Editora da UNICAMP, 2001.
- LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. *Projeto História*, São Paulo, 16:25-38, fev., 1998.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.
- LEITÃO, Augusto Rogério. A Organização Internacional do trabalho (OIT): quase um século de ação em contextos históricos diversos. *Laboreal*, vol. 12, nº 1, Porto, jul. 2016.
- LIMA, Luiz Costa. *O Aguarrás do Tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- MACHADO, Lia Zanotta. “Perspectivas em Confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?” *Série Antropológica*, n. 284. Brasília, pp. 2-19, 2000.

- MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as Redes: o Ativismo de Mulheres Negras no Espaço Virtual. *Gênero*. Niterói, v.16, n.2, p. 55-69, 1.sem. 2016.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A., “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, v. 4, pp. 559-658.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente. Brasília, 2010.
- MICELI, Sergio. Bourdieu e a Renovação da Sociologia Contemporânea da Cultura. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 15, n. 1, abril/2003, pp. 63-79.
- MOLINIER, Pascale. “Cuidado, interseccionalidade e feminismo”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n.1, pp. 17-33, junho de 2014.
- MOREIRA, Núbia Regina. O Feminismo Negro Brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) IFCH-UNICAMP, Campinas, 2007.
- MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 2, novembro de 2007.
- NEGRO, Virginia. *Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión*. *Revista de Estudios Sociales*, nº 49, May, 2014.
- OLIVEIRA, Emanuela. Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região: uma história de lutas e conquistas. Novembro/2007.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci; SILVA, Virgínia Ferreira da. “Processos Judiciais como Fonte de Dados: poder e interpretação”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro”. *Revista Piauí - O Estado de São Paulo*. Edição 73. Tribuna livre da luta de classes, Outubro de 2012.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 189 e Recomendação nº 201 sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. Genebra, 2011.
- PAOLI, Maria Celia. Trabalhadores e Cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 40-66, Dec. 1989.
- PAOLI, Maria Celia. As Ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a Questão do Gênero. *Novos Estudos*, nº 31, Outubro de 1991.
- PEREIRA, Bergman de Paula. De Escravas a Empregadas Domésticas – a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. SNH/ANPUH, 2011.
- PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, Categorias de Articulação e Experiências de Migrantes Brasileiras”. *Sociedade e cultura*, v.11, n.12, jul/dez. 2008, pp. 263-74.
- PISCITELLI, Adriana. “Carinho, Limpeza e Cuidado” – Interseccionalidades em experiências de migrantes brasileiras. Comunicação para o Seminário Internacional “Trabalho, Cuidado e Políticas Sociais. Brasil-França em Debate”. Universidade de São Paulo, 26-27 agosto, 2014.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, Matilde (org.). As Políticas de Igualdade Racial. Reflexões e Perspectivas. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2012.

- RODRIGUES, Iram Jácome. “As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical”. In: BOITO Jr., A. (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: a Trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.
- RODRIGUES, Iram Jácome. “A Trajetória do Novo Sindicalismo”. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: EDUC/ Ed. Vozes/Unitrabalho, 1999.
- RODRIGUEZ, Americo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1978.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: ADORNO, Sergio (org.). *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS/SBS, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, 11, 2000, pp. 71-75.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes - Mito e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SALES, Tereza. “Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 9, no. 25, pp. 26-37, 1994.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SANTOS, Neville Julio de Vilasboas. *Identidades, Diferenças e Desigualdades nas Interações de Serviço Doméstico*. IFG - Universidade Federal de Goiás. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba (PR), 2011.
- SASSEN, Saskia. “*Global cities and Survival Circuits*”. In: HOCHSCHILD; EHRENREICH (eds.). *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, Nova York: Metropolitan Press, 2002, pp. 254-274.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A Teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 20, Mai./Jun./Jul./Ago. 2002.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.
- SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. *A Justiça do Trabalho e os trabalhadores em Fortaleza (1946-1964)*. Tese (Doutorado em História) IFCH-UNICAMP, Campinas, 2012.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- SLENES, Robert W. Lares negros, Olhares Brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, mar./ago.1988, pp. 189-203.
- SOARES, Angelo. “As emoções do care”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (orgs). *Cuidado e Cuidadoras*. São Paulo, Editora Atlas, 2012, pp.44-60.
- SORJ, Bila. “O Trabalho Doméstico e de Cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil”. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (orgs.). *Trabalho Doméstico*

- e de Cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. Sempre Viva Organização feminista (SOF), 2008.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. “O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (orgs). Cuidado e Cuidadoras. São Paulo, Editora Atlas, 2012, pp.103-16.
- SORJ, Bila. “Socialização do Cuidado e Desigualdades Sociais”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v.26, n.1, pp. 123-128, junho de 2014.
- SOUSA, Juliana. As mulheres trabalhadoras em luta pelos espaços de poder no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Dissertação de Mestrado. UFSCAR, 2011.
- SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a Singularidade Cultural Brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 1, pp. 69-100, maio de 2000.
- SOUZA, Jessé. A Construção Social da Subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SOUZA, Jessé. Ralé Brasileira. Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Um Olhar da Economia Feminista para as Mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2017.
- TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: afinal do que se trata? In: Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- THOMPSON, Edward P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- THOMPSON, Edward P. *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*. In: THOMPSON, E. P., Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a Herança Sociológica. *Educação e Sociedade*. Ano XXIII, nº 78, Abril/2002.
- VIEIRA, Bianca. Em bom *pretuguês*: Lélia Gonzalez, uma quilombola americana. In RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Livros: Lélia Gonzalez. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.34, p.214-218, jan./jun. 2015.
- WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *Habitus*. *Educação & Linguagem*. Ano 10, Nº 16, pp. 63-71, jul-dez/2007.
- WACQUANT, Loïc. Poder Simbólico e Fabricação de Grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 96. Julho de 2013.

ANEXOS:**ANEXO A: Questionário autoaplicável durante o 11º Congresso da FENATRAD****Questionário para trabalhadoras domésticas brasileiras (21/09/2016).**

Por favor, participe do questionário respondendo às questões abaixo. Suas respostas serão muito importantes para que possamos conhecê-la.

Se você quiser acrescentar alguma informação, utilize o verso.

Nome (opcional) ou apelido: _____

Cidade de origem: _____

Até que ano você estudou? _____

Você trabalha como mensalista ou diarista? _____

Você tem registro na carteira de trabalho? _____

Quantas horas você trabalha por dia? _____

Qual é o seu rendimento por mês? _____

1. Há quanto tempo você trabalha como doméstica? Comente sobre a sua experiência, os pontos positivos e negativos da sua profissão. _____

2. Você (ou alguma conhecida) já entrou com processo na Justiça contra uma patroa ou patrão? Se não, já teve vontade? Pode comentar? _____

3. Você já ouviu falar sobre a nova lei, a “PEC das domésticas”? Mudou algo no seu trabalho? Pode comentar? _____

Muito obrigada! Juliana (e-mail: juliana@os.org.br). Tel. (11) 3105 0884.

ANEXO B:

Tabela 30 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (Mil pessoas)

Brasil e UF	4º trimestre 2012				4º trimestre 2017			
	TOTAL	Trabalhador doméstico			TOTAL	Trabalhador doméstico		
		Total	Com carteira	Sem carteira		Total	Com carteira	Sem carteira
Brasil	90.306	6.171	1.932	4.240	92.108	6.370	1.876	4.494
Rondônia	793	46	13	32	818	46	11	36
Acre	295	20	4	17	302	21	4	16
Amazonas	1.496	71	11	60	1.544	63	15	48
Roraima	180	9	2	7	197	13	2	10
Pará	3.289	215	36	180	3.467	199	39	160
Amapá	286	22	5	17	296	19	2	18
Tocantins	624	44	8	37	630	51	11	40
Maranhão	2.485	146	18	128	2.346	147	19	127
Piauí	1.331	99	12	87	1.225	81	11	70
Ceará	3.334	218	25	193	3.632	269	34	235
Rio Grande do Norte	1.283	95	21	74	1.330	93	25	69
Paraíba	1.497	105	20	84	1.553	112	20	92
Pernambuco	3.521	227	76	152	3.449	245	69	176
Alagoas	1.115	75	22	54	997	74	19	55
Sergipe	928	60	11	50	908	64	14	50
Bahia	6.311	467	77	390	6.141	453	75	378
Minas Gerais	9.709	755	254	501	10.005	771	256	515
Espírito Santo	1.855	108	43	65	1.862	131	38	93
Rio de Janeiro	7.391	643	253	390	7.313	551	186	365
São Paulo	21.156	1.449	590	859	21.830	1.566	570	997
Paraná	5.425	318	92	226	5.493	343	96	247
Santa Catarina	3.356	131	55	76	3.606	166	56	111
Rio Grande do Sul	5.558	327	113	214	5.605	332	110	222
Mato Grosso do Sul	1.191	108	33	75	1.286	107	36	70
Mato Grosso	1.487	95	26	69	1.564	104	33	71
Goiás	3.087	236	78	158	3.285	252	81	171
Distrito Federal	1.323	82	36	46	1.423	99	45	53

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

ANEXO B':

Tabela 31 - Rendimento médio real por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)

Brasil e UF	4º trimestre 2012				4º trimestre 2017			
	TOTAL	Trabalhador doméstico			TOTAL	Trabalhador doméstico		
		Total	Com carteira	Sem carteira		Total	Com carteira	Sem carteira
Brasil	2.049	800	1.103	661	2.198	894	1.325	713
Rondônia	1.709	685	945	577	1.785	718	1.128	595
Acre	1.860	620	933	551	1.636	606	1.047	491
Amazonas	1.798	709	1.065	644	1.914	669	1.031	556
Roraima	2.078	692	958	624	2.103	716	1.019	645
Pará	1.503	575	891	512	1.389	693	1.367	527
Amapá	1.906	665	890	602	2.020	695	1.001	664
Tocantins	1.652	531	826	471	1.811	691	1.010	600
Maranhão	1.083	471	869	415	1.263	523	1.081	439
Piauí	1.128	435	912	367	1.312	490	1.071	401
Ceará	1.324	541	989	484	1.454	556	1.127	474
Rio Grande do Norte	1.382	597	993	488	1.458	617	1.044	463
Paraíba	1.229	498	832	417	1.571	534	1.044	425
Pernambuco	1.779	632	871	512	1.607	662	1.064	502
Alagoas	1.261	611	867	508	1.361	653	992	535
Sergipe	1.507	538	916	458	1.502	650	1.168	501
Bahia	1.311	482	844	410	1.510	570	1.130	456
Minas Gerais	1.783	711	975	577	1.906	846	1.310	615
Espírito Santo	1.912	784	1.016	632	2.018	861	1.256	703
Rio de Janeiro	2.190	996	1.162	888	2.344	1.076	1.294	964
São Paulo	2.657	1.056	1.269	909	2.926	1.112	1.471	906
Paraná	2.223	826	1.157	690	2.376	986	1.355	843
Santa Catarina	2.310	1.039	1.213	914	2.459	1.233	1.502	1.097
Rio Grande do Sul	2.259	813	1.052	686	2.391	983	1.301	825
Mato Grosso do Sul	2.013	792	1.058	674	2.123	851	1.146	698
Mato Grosso	2.102	740	990	647	2.195	939	1.322	760
Goiás	2.039	807	1.047	689	2.150	956	1.300	792
Distrito Federal	4.201	1.046	1.199	929	4.084	1.201	1.471	971

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.